

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

José Guilherme Rodrigues da Silva

**Teatro, cotidiano e poder na *civitas* romana:
Plauto e a representação dos cartagineses
(séc. III e II a.C.)**

VITÓRIA

2022

José Guilherme Rodrigues da Silva

**Teatro, cotidiano e poder na *civitas* romana:
Plauto e a representação dos cartagineses
(séc. III e II a.C.)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586t Silva, José Guilherme Rodrigues da, 1961-
Teatro, cotidiano e poder na civitas romana: Plauto e a representação dos cartagineses (séc. III e II a.C.) / Jose Guilherme Rodrigues da Silva. - 2022.
346 f.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História antiga. 2. Guerras púnicas. 3. Romanos. 4. Teatro latino. I. Silva, Gilvan Ventura da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

José Guilherme Rodrigues da Silva

**Teatro, cotidiano e poder na *civitas* romana:
Plauto e a representação dos cartagineses
(séc. III e II a.C.)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas. Aprovada em 22 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dra. Gisele Oliveira Ayres Barbosa
Cederj/UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Examinadora Externa

Hariadne Soares da Penha Bocayuva
Secretaria de Estado da Educação do ES
Examinadora Externa

Prof. Dra. Érica Cristhyane Moraes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Após um caminho bastante atribulado, preciso agradecer a muitas pessoas, sem as quais não conseguiríamos chegar até aqui.

Primeiramente, agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, antes de tudo pela confiança que depositou em mim e em meu trabalho. Além disso, pelo apoio que sempre forneceu, pelas conversas e orientações, através do percurso longo que precisei traçar, desde o Mestrado, para chegar até aqui.

Quero agradecer também à Professora Doutora Cláudia Beltrão da Rosa, que analisou minha proposta de tese no início desse percurso e, como sempre, me forneceu sugestões e orientações para o bom prosseguimento da pesquisa.

Agradecimentos vários à Professora Doutora Érica Cristhyane Morais da Silva e ao Professor Doutor Belchior Monteiro de Lima Neto pelas diversas críticas, recomendações, sugestões e orientações na ocasião de minha Banca de Qualificação, as quais me fizeram, espero, voltar para o rumo certo em minha pesquisa. Agradeço igualmente a disponibilidade de ambos em participar da Banca de Defesa.

Gostaria de agradecer a disponibilidade de participar de minha Banca de Defesa de tese à Professora Doutora Gisele Oliveira Ayres Barbosa e à Professora Doutora Hariadne da Penha Soares, que certamente me fornecerão oportunidade de aprendizado e aprimoramento com as críticas e sugestões que farão.

Agradeço à Professora Doutora Kátia Regina Giesen pelas aulas de latim. Suas didática e dedicação me permitiram fazer as traduções existentes nessa tese.

Agradeço aos colegas e às colegas do Programa do PPGHIS com os quais e as quais convivi ao longo desses anos, desde o Mestrado, pelas conversas, discussões e sorrisos.

Finalmente, agradeço à minha família, minha esposa, Luciana, meu filho, João Guilherme, e minha enteada, Roberta, pela paciência e apoio ao longo de todos esses anos que tive que me dedicar à pesquisa e à escrita dessa tese.

Aos meus pais (*in memoriam*) e à minha família

RESUMO

Nessa tese buscamos examinar a representação popular dos cartagineses em Roma entre o final do século III e o início do século II a.C., no contexto do final da Segunda Guerra Púnica até o ano de 184 a.C. Utilizando como fonte o *corpus* Varroniano das comédias de Plauto, analisamos a representação do cartagineses transmitida por essas peças teatrais. As comédias, uma vez que eram encenadas nos *ludi scaenici*, os quais tinham lugar durante os festivais romanos, faziam parte da vida política e religiosa de Roma e atraíam para as apresentações uma parcela da população romana. Essa população era composta por certa variação étnica e dividida em diferentes estratos sociais, provavelmente representados na audiência. As comédias de Plauto, apesar de ambientadas em cenário grego, são permeadas por situações provenientes do cotidiano romano, as quais eram reconhecidas pela audiência. Entre essas situações e acontecimentos cotidianos estavam as guerras e a presença de cartagineses, conhecidos pela população romana desde séculos e inimigos durante as duas primeiras guerras púnicas. Os cartagineses, portanto, eram conhecidos em Roma. Logo, sua representação por Plauto nas comédias é o resultado da apropriação, pelo comediógrafo, das impressões e estereótipos romanos sobre os cartagineses e de seu compartilhamento através do personagem apresentado no palco. O cartaginês de Plauto, portanto, é a representação dos cartagineses compartilhada pelos romanos. Contudo, a representação do cartaginês nas comédias, mesmo estereotipada, muda com o tempo: a representação do inimigo, com o passar dos anos, passa a possuir também características positivas. Existe, portanto, um contraste entre a representação dos cartagineses por Plauto durante o final da Segunda Guerra Púnica e sua representação cerca de quinze anos depois. Sendo essa representação compartilhada pela audiência, em cada época significou a exteriorização, ou a tradução para a linguagem da comédia, da representação dos cartagineses compartilhada por parte da população romana. Dessa forma, procuramos demonstrar que o teatro de Plauto, ao tratar de elementos do cotidiano da cidade de Roma, nos permite recuperar a representação estereotipada dos cartagineses durante o período entre os últimos anos da Segunda Guerra Púnica (218 a 202 a.C.) e os primeiros anos do século II a.C. até 184 a.C., o ano da morte de Plauto.

Palavras-chave: República romana. Teatro romano. Plauto. Cartago.

ABSTRACT

In this dissertation we seek to examine the popular representation of the Carthaginians in Rome between the end of the 3rd and the beginning of the 2nd century BC, in the context of the end of the Second Punic War until 184 BC. Using as source the Varronian *corpus* of the comedies of Plautus, we analyzed the representation of the Carthaginians transmitted by these plays. The comedies, since they were staged during the *ludi scaenici*, which happened during the Roman festivals, were part of the political and religious life in Rome and attracted to the presentations a portion of the Roman population. This population was constituted by some ethnic variation and divided into different social strata, probably represented in the audience. The comedies of Plautus, though set in a Greek scenario, are pervaded by situations from the Roman daily life, recognized by the audience. Among these daily life situations and events were the wars and the presence of Carthaginians, known by the Roman population for centuries and enemies during the first two Punic Wars. The Carthaginians were therefore known in Rome. Consequently, their representation by Plautus in his comedies is the result of the appropriation, by the writer, of the Roman impressions and stereotypes on the Carthaginians and their sharing through the character presented on stage. Hence, the Carthaginian of Plautus is the Carthaginian representation shared by the Romans. However, the Carthaginian representation in the comedies, even stereotyped, changes with time: the foe's representation, over the years, it also has positive characteristics. There is, therefore, a contrast between the Carthaginians' representation by Plautus during the end of the Second Punic War and its representation around fifteen years later. As this representation was shared by the audience, it meant in each period the externalization, or the translation to the comedy language, of the Carthaginian's representation shared by a portion of the Roman population. In this way, we seek to demonstrate that the theater of Plautus, when dealing with everyday elements of the city of Rome, allowed us the recovery of the Carthaginians' stereotyped representation between the last years of the Second Punic War (218 to 202 BC) and the first years of the 2nd century until 184 BC, the year of Plautus' death.

Keywords: Roman Republic. Roman theater. Plautus. Carthage.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous cherchons à examiner la représentation populaire des Carthaginois à Rome entre la fin du 3^{ème} et le début du 2^{ème} siècle avant J.-C., dans le contexte de l'époque qui s'étend de la fin de la deuxième guerre punique à 184 av. J.-C. En utilisant comme source le *corpus* Varronnien des comédies de Plaute, nous avons analysé la représentation des Carthagoises transmise par ces pièces théâtrales. Les comédies, puisqu'elles ont été mises en scène pendant les *ludi scaenici*, qui se sont déroulées pendant les fêtes romaines, faisaient partie de la vie politique et religieuse à Rome et attiraient aux présentations une partie de la population romaine. Cette population était constituée d'une certaine variation ethnique et divisée en différentes couches sociales, probablement représentées dans l'audience. Les comédies de Plaute, bien que se déroulant dans un scénario grec, sont imprégnées de situations de la vie quotidienne romaine, reconnues par le public. Parmi ces situations et événements de la vie quotidienne figuraient les guerres et la présence de carthaginois, connus de la population romaine depuis de siècles et ennemis dans les deux premières guerres puniques. Les carthaginois étaient donc connus à Rome. Par conséquent, leur représentation par Plaute dans ses comédies est le résultat de l'appropriation, par l'écrivain, des impressions et des stéréotypes romains sur les Carthaginois et de leur partage à travers le personnage présenté sur scène. Par conséquent, le carthaginois de Plaute est la représentation carthaginoise partagée par les Romains. Cependant, la représentation carthaginoise dans les comédies, même stéréotypée, change avec le temps: la représentation de l'ennemi, au fil des ans, elle a aussi des caractéristiques positives. Il y a donc un contraste entre la représentation des carthaginois par Plaute à la fin de la deuxième guerre punique et sa représentation une quinzaine d'années plus tard. Comme cette représentation était partagée par le public, elle signifiait à chaque époque l'extériorisation, ou la traduction dans la langue de la comédie, de la représentation carthaginoise partagée par une partie de la population romaine. De cette façon, nous cherchons à démontrer que le théâtre de Plaute, lorsqu'il traite des éléments quotidiens de la ville de Rome, nous permet de récupérer la représentation stéréotypée des carthaginois entre les dernières années de la deuxième guerre punique (218 à 202 av. J.-C.) et les premières années du 2^{ème} siècle jusqu'en 184 avant J.-C., l'année de la mort de Plaute.

Mots-clés: République romaine. Théâtre romain. Plaute. Carthage.

LISTA DE ABREVIATURAS

- CIL*¹ CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Edição de T. Mommsen. Volume 1. Parte 1. 2. ed. Berlim: Georg Reimer, 1893. 364 p.
- CIL*¹, 2 CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Edição de T. Mommsen. Edição de Ernst Lommatzsch. Volume 1. Parte 2. 2. ed. Berlim: Georg Reimer, 1918. 852 p.
- CIL* IX CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Inscriptiones Calabriae Apuliae Samni Sabinorum Piceni. Edição de T. Mommsen. Volume 9. Berlim: Georg Reimer, 1883. 847 p.
- CIS* I CORPUS INSCRIPTIONUM SEMITICARUM. Academia Inscriptionum et Litterarum Humaniorum Conditum atque Digestum. Parte 1. Tomos 1-3. Paris: E. Reipublicae Typographeo, 1881-1926.
- IG* INSCRIPTIONES GRAECAE. In: SEARCHABLE GREEK INSCRIPTIONS. A scholarly tool in progress. The Packard Humanities Institute. Project centers: Cornell University/Ohio University. Disponível em: <<https://epigraphy.packhum.org/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ILLRP* I. INSCRIPTIONES LATINAE LIBERAE REI PUBLICAE. Fasciculus prior. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (dir.). *Biblioteca di Studi Superiori*, 23. Storia Antica ed Epigrafia. Edição de A. Degrassi. Firenze: La Nuova Italia, 1957. 547 p.
- ILLRP* II. INSCRIPTIONES LATINAE LIBERAE REI PUBLICAE. Fasciculus alter. In: MOMIGLIANO, Arnaldo (dir.). *Biblioteca di Studi Superiori*, 40. Storia Antica ed Epigrafia. Edição de A. Degrassi. Firenze: La Nuova Italia, 1963. 364 p.
- RES* 1. RÉPERTOIRE D'ÉPIGRAPHIE SÉMITIQUE. Tome I. 1-500. Paris. Imprimerie Nationale, 1900-1905.

- RES 2.* RÉPERTOIRE D'ÉPIGRAPHIE SÉMITIQUE. Tome II. 501-1200. Edição de J.-B. Chabot. Paris. Imprimerie Nationale, 1907-1914.
- RIL* RÉCUEIL DES INSCRIPTIONS LIBYQUES. Fascicule 2. Edição de J.-B. Chabot. Paris. Imprimerie Nationale, 1941.
- ST* RIX, Helmut. Sabellische texte. Die Texte des Oskischen, Umbrischen und Südpikenischen. In: *Handbuch der Italischen Dialekte*, 5. Heidelberg: Universitätsverlag C. Winter Heidelberg GmbH, 2002. 227 p.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – 14

CAPÍTULO I: PLAUTO E AS COMÉDIAS – 56

TITO MÁCIO PLAUTO – 56

O *CORPUS* PLAUTINO – 60

Definição e transmissão – 60

A tradição manuscrita – 67

Edições críticas impressas – 73

Datação das comédias – 77

“*HI SPECTATORES*” – PLAUTO E SUA AUDIÊNCIA – 80

“Veneris causa plaudite”: a receptividade das comédias – 90

Catão e a “ars poetica” – 97

PLAUTO E A COLABORAÇÃO AUTORAL – 112

CAPÍTULO II: ROMA, CARTAGO E SEU MOSAICO ÉTNICO – 123

ROMA: ETNIA E POLÍTICA NOS SÉC. IV A.C. E III A.C. – 127

A COMUNIDADE ROMANA APÓS A SEGUNDA GUERRA PÚNICA – 142

“Peregrini” da Itália e além – 157

ROMA E SEU CONTINGENTE DE ESCRAVOS – 160

ROMA E CARTAGO – 169

A diversidade étnica cartaginesa – 170

A familiaridade romana com os cartagineses – 180

CAPÍTULO III: PLAUTO E A REPRESENTAÇÃO DOS
CARTAGINESES – 186

UICTI POENI: OS INIMIGOS “PÚNICOS VENCIDOS” – 186

A primeira encenação de “O cofre” – 188

Plauto e a Segunda Guerra Púnica – 191

POENUS PLANE EST – 198

Filius adoptaticius – 201

Pater familias – 212

Mágara, Anactório e Calidão: a geografia de Plauto – 216

Hanno Carthaginensis – 220

Dissensões em Roma e Cartago – 240

A primeira encenação de “O pequeno cartaginês” – 246

CONSIDERAÇÕES FINAIS – 257

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – 264

APÊNDICE: OS TEATROS TEMPORÁRIOS DA REPÚBLICA – 331

INTRODUÇÃO

Nessa tese analisamos a representação social dos cartagineses em Roma entre a última década do século III a.C. e 184 a.C. Utilizamos como fonte primária o *corpus* Varroniano das comédias de Plauto. O período recortado foi escolhido por abarcar as primeiras apresentações das comédias plautinas, de acordo com as datações¹. A análise é possível porque Plauto, apesar de ambientar suas comédias em cenários do mundo grego, as permeia com situações cotidianas e instituições romanas, reconhecidas e compartilhadas pela audiência.

Plauto é o mais antigo representante da literatura latina do qual subsistem vários textos – todos escritos para o teatro na forma de comédias –, alguns bastante mutilados (BEARE, 1951, p. 2; SEGAL, 1987, p. 5; GOWERS, 1993, p. 50; MARSHALL, 2006, p. 1; MANUWALD, 2011, p. 1, 3)². É também um dos autores dramáticos mais utilizados como modelo para textos teatrais³ e suas comédias são, desde o final do século XV, traduzidas do latim para os vernáculos (HARDIN, 2003-2004, p. 255 e ss.)⁴. Além disso, alvo de estudos há tempos, na segunda metade do século XX sua obra se tornou o objeto da atividade de instituição de cunho filológico e histórico⁵.

¹ As datações das comédias plautinas estão especificadas no Capítulo I.

² É considerado atualmente, por diferentes autores, como um dos comediógrafos de maior sucesso na Antiguidade (SEGAL, 1987, p. 2; ANDERSON, 1996, p. 140; PARKER, 1996, p. 585 e ss.).

³ Ludovico Ariosto colocou em cena, em 1508, a primeira *commedia erudita* – comédia vernacular baseada em modelo romano –, intitulada *La Cassaria*, e adaptações e remodelagens vernaculares das comédias de Plauto continuaram a aparecer por gerações (HARDIN, 2003-2004, p. 256). Por exemplo, Camões, em 1587, publicou a *Comédia dos enfatriões* baseada em *Anfitrião*, de Plauto – notar que, na comédia de Camões (*Comédia dos enfatriões*, 523), Mercúrio fala o português, mas ao se reconfigurar como o escravo Sósia passa a falar o espanhol.

⁴ Textos de autores da Antiguidade, tanto gregos quanto latinos, foram traduzidos esporadicamente durante a Idade Média para as línguas vernáculas. As peças de Plauto são traduzidas do latim para as línguas da Europa desde 1486, quando a comédia *Os Menecmos* foi traduzida para o italiano – a primeira comédia clássica a ser representada em língua vernacular (DIBDIN, 1827, p. 305, 311; HARDIN, 2003-2004, p. 255). Porém, o século XVI foi fértil em traduções de obras latinas e gregas, principalmente na França (BAKHTIN, 2013, p. 415). Mas não apenas na França. De acordo com Voltaire (1761, p. 267-268), no século XVI “as melhores peças de Plauto” (“*les meilleures pièces de Plaute*”) foram traduzidas em Veneza para o italiano em verso e encenadas com sucesso nos teatros da cidade e nos conventos. É interessante notar que Voltaire incluiu seus comentários sobre as comédias de Plauto na segunda edição de sua obra (*Nouvelle édition*), publicada em 1761, as quais não constam na primeira edição, de 1757.

⁵ Em 1997 foi criado, na Universidade de Urbino (*Università degli studi di Urbino Carlo Bo*), na Itália, o CISP, *Centro Internazionale di Studi Plautini* (Centro Internacional de Estudos Plautinos). Todo ano (pelo menos até 2015), com o patrocínio desse Centro, se realizam as *Lecturae Plautinae Sarsinates*, na cidade de Sarsina (Itália) – jornadas de estudos sobre as comédias de Plauto, as quais resultam em publicações dedicadas a uma comédia de cada vez, e a cada dois anos, em Urbino (Itália), são realizados os *Seminari plautini internazionali di alta formazione* (*Seminários plautinos internacionais de educação avançada*), dedicados a estudos filológicos relacionados a um tema específico (por exemplo, a tradição manuscrita da obra plautina, os gramáticos latinos e Plauto, os prólogos das comédias).

O *corpus* das comédias supérstites de Plauto é conhecido como Varroniano, nomeado desde a Antiguidade a partir do nome de Varrão⁶, o responsável pela definição do *corpus* no século I a.C.⁷ Esse é o conjunto de textos de comédias atualmente aceito como produzido por Plauto. É formado por vinte e uma comédias em estados diferentes de completude e de fragmentação, escritas para o teatro e encenadas pela primeira vez entre o final do século III a.C. e as duas primeiras décadas do século II a.C. (LINDSAY, 1896, p. 6, 1904, p. 19 e ss.; PECK, 1898, p. 1275; BEARE, 1951, p. 121 e ss.; TARRANT, 1983, p. 303; SEGAL, 1987, p. 1 e ss.; DUCKWORTH, 1994, p. 10 e ss., 69-70)⁸. Não existe conjunto maior de literatura dramática proveniente da Antiguidade que tenha sido produzido pelo mesmo autor (SEGAL, 1987, p. 1).

O *corpus* plautino nos permite vislumbres da época em que as comédias foram representadas, representações contemporâneas a partir das quais, nessa tese, formamos nosso quadro de inter-relações político-sociais internas à sociedade romana e entre essa sociedade e seus êmulos.

I

Estudos sobre a transmissão do *corpus* plautino, a partir da comparação com citações de trechos das comédias feitas por autores da Antiguidade, desde o século I a.C. até o século IV, demonstram que os textos das comédias que possuímos hoje possuem distinções ínfimas dos textos que foram utilizados por Varrão para a definição do *corpus*. Ou seja, possuímos atualmente um conjunto de comédias de Plauto – as

⁶ Quinto Terêncio Varrão nasceu em território sabino – mas era cidadão romano – e viveu entre 116 a.C. e 27 a.C. Estudou em Roma com Lúcio Élio – um dos primeiros estudiosos da literatura e das antiguidades romanas – e em Atenas. É considerado um dos maiores estudiosos romanos. Foi pretor e lutou ao lado de Pompeu na Guerra Civil contra Júlio César. Após obter clemência, foi indicado por Júlio César para planejar e organizar a primeira biblioteca pública de Roma, projeto nunca realizado. Foi proscrito por Marco Antônio, mas viveu o resto de sua vida em retiro estudioso. Escreveu cerca de 75 obras – um total de cerca de 620 livros –, das quais conhecemos 55 títulos. Escreveu sobre áreas que definimos hoje em dia como história, geografia, retórica, leis, filosofia, música, medicina, arquitetura, história literária, religião, agricultura e linguagem. Apenas duas de suas obras sobrevivem substancialmente. Uma delas é *Sobre a língua latina* (*De lingua latina*), originalmente em 25 livros, a qual sobrevive parcialmente entre os livros 5 a 10. A obra trata, entre outras, de etimologia, sintaxe e proposições. A outra obra supérstite é *Sobre a agricultura* (*De re rustica*), um tratado sobre agricultura, criação de ovelhas e gado bovino e outros animais relacionados à vida rural, escrito na forma de diálogo. A obra sobrevive em sua totalidade. Outras obras sobrevivem apenas em fragmentos (KASTER, 2012d, p. 1441-1442).

⁷ Comentaremos o *corpus* plautino de forma mais detalhada no Capítulo I.

⁸ Comentaremos sobre as comédias e o *corpus* plautino no Capítulo I. Por hora citaremos os nomes das vinte e uma peças, em português e em latim: *O anfitrião* (*Amphitruo*), *A comédia dos asnos* (*Asinaria*), *A comédia da marmita* (*Aulularia*), *As báquides* (*Bacchides*), *Cásina* (*Casina*), *Os cativos* (*Captivi*), *O cofre* (*Cistellaria*), *O gorgulho* (*Curculio*), *Epídico* (*Epidicus*), *Os menecmos* (*Menaechmi*), *O mercador* (*Mercator*), *O soldado fanfarrão* (*Miles gloriosus*), *O fantasma* (*Mostellaria*), *Persa* (*Persa*), *O pequeno cartaginês* (*Poenulus*), *Psêdolo* (*Pseudolus*), *A corda* (*Rudens*), *Estico* (*Stichus*), *As três moedas* (*Trinummus*), *O truculento* (*Truculentus*), *A valise* (*Vidularia*).

Varronianas – que, salvo diferenças mínimas, é o mesmo conjunto de comédias de nosso autor que Varrão possuía (LINDSAY, 1901, p. 8 e ss., 103 e ss.; 1904, p. 19 e ss.; TARRANT, 1983, p. 303)⁹.

Os textos supérstites de Plauto nos permitem analisar visões romanas e expressões da identidade romana. Em diferentes comédias é possível perceber a forma como Plauto diferencia o que é romano do que não é¹⁰. Essa diferenciação é representada principalmente em personagens e seus comportamentos, mas também na exposição de conceitos que definem a alteridade em relação aos romanos, como o de estrangeiro ou o de cartaginês. Dentre a variedade de personagens que Plauto nos apresenta, emergem alguns representados de forma a serem reconhecidos pela audiência por expressarem comportamentos diferentes do romano. Entram neste rol personagens cujas linguagens corporais – vestimentas, gestual e feições – os caracterizam como não romanos.

O personagem¹¹ que congrega todas essas características é o cartaginês. Denominado de acordo com o contexto como *Poenus* – “púnico” – ou *Carthaginiensis* – “cartaginês” –, Plauto constrói o personagem de forma a ser prontamente identificado: suas feições, roupas, gestos e fala expressam o estereótipo reconhecível pela audiência.

Fundamentais para a compreensão do cartaginês representado por Plauto são os personagens da comédia *O pequeno cartaginês (Poenulus)*. Quatro deles são originalmente cartagineses, sendo que três foram criados fora de Cartago (*Poen.*, 76 e ss.). O único crescido e educado em Cartago é também o único identificado prontamente como “púnico” (*Poen.*, 975 e ss.). Nesse ponto é importante assinalar que o termo “púnico”, aparentemente, faz referência a uma identidade que é atestada apenas nas fontes literárias estrangeiras aos povos semíticos. Pertence a contextos de produção de identidade de grupos e a processos gerais de formação e manipulação de identidades (PRAG, 2006, p. 30), ou seja, não são identidades autoatribuídas. A identidade púnica, da forma como nos é apresentada nos textos latinos, assim como nos vestígios

⁹ Discutiremos a transmissão do *corpus* plautino no Capítulo I.

¹⁰ Por exemplo, em *As três moedas* e *O truculento* Plauto (*Trin.*, 608-609; *Truc.*, 689-691) faz comentários negativos sobre o latim de Preneste, comunidade do Lácio que se situava cerca de 30 km de Roma (TALBERT, 2000, mapa 44).

¹¹ Nesse ponto é importante notar que o termo “personagem” admite ambos os gêneros. Desde ao menos 2004 é registrado em dicionários como substantivo de gênero feminino e masculino (FERREIRA, 2004, p. 1545). Encontramos o termo no gênero masculino em estudos de linguística e literatura, como o de Silva (2014, p. 9), no qual João, “o personagem”, é identificado com João, “o autor”. Estudos de gênero também utilizam o termo em ambos os gêneros, como, por exemplo, o de Marx *et al.* (2021, p. 9), no qual encontramos referência a “o personagem”.

arqueológicos e epigráficos do período republicano, informa-nos apenas sobre as atitudes romanas e o autodefinir-se romano (PRAG, 2006, p.30).

Ao expor personagens no palco e suas inter-relações, Plauto coloca em cena experiências contemporâneas, contribuindo para a produção e a manutenção das representações compartilhadas pela *civitas* romana, como a do cartaginês. Entender essa representação é fundamental para a compreensão das próprias inter-relações internas à sociedade romana, pois romanos e cartagineses foram inimigos em duas guerras duradouras ao longo do século III a.C., a Primeira Guerra Púnica, que se estendeu por vinte e três anos – de 264 a.C. a 241 a.C. – e a Segunda Guerra Púnica, que durou dezesseis anos – de 218 a.C. a 202 a.C.

No *corpus* plautino identificamos duas comédias em que personagens cartagineses ou referências relevantes a “cartaginês” ou “púnico” estão presentes: *O pequeno cartaginês (Poenulus)* e *O cofre (Cistellaria)*¹².

Em *O pequeno cartaginês* três crianças são sequestradas em Cartago, um menino de seis anos e suas duas primas¹³. O menino, Agorástocles, é adotado por um cidadão de Calidão, na Etólia, e as meninas são criadas na mesma cidade para tornarem-se prostitutas quando chegar a idade. Um cartaginês, Hanão, pai das meninas, procura por elas durante vários anos até chegar em Calidão, onde reencontra as filhas e o sobrinho. A comédia é desenvolvida até que as filhas são libertadas e uma delas é prometida a Agorástocles. Em *O cofre* uma moça, Selênio, em processo de se tornar prostituta em Sicião – onde se passa a comédia –, é a filha perdida de um casal de cidadãos de Lemnos, Demifo e Fanóstrata. Selênio quer se casar com Alcesimarco, mas o pai desse último o prometeu para outra moça, cidadã de Sicião. A comédia evolui até que os objetos guardados dentro de um pequeno cofre – que dá o nome à comédia – provam a origem de Selênio, que finalmente se casa com Alcesimarco.

¹² Alusões a “*Poenus*” ou “*Punicus*” encontramos também em outras duas comédias de Plauto, mas não são substanciais ou não possuem conotação étnica ou política. Em *Cásina* Plauto (*Cas.*, 75) alude apenas uma vez a um juiz “púnico” – e também a um juiz “grego” e um “apúlio” – para uma competição de vinho com mel, após falar, em tom de troça, sobre casamento de escravos na Grécia e em Cartago. Em *A comédia da marmita* Plauto (*Aul.*, 565) alude a uma “lanterna púnica” feita de material transparente, provavelmente vidro. Existem também alusões em duas linhas pertencentes cada uma a duas comédias atribuídas a Plauto de forma duvidosa, que não fazem parte do *corpus* das Varronianas, das quais só restam pouquíssimos fragmentos. Uma delas é *O cego ou Os salteadores (Caecus vel Praedones*, fr. 45) e a segunda uma comédia da qual não se conhece o título (fr. 190).

¹³ Fazemos aqui apenas um pequeno resumo das tramas das comédias citadas.

Essas são as comédias do *corpus* plautino com as quais construímos nossa tese. Outras comédias de Plauto, contudo, também contribuem com passagens para nossos argumentos.

II

Utilizamos como fonte primária impressa diferentes edições das comédias de Plauto. As principais são as edições das coleções da *Loeb Classical Library* e das *Universités de France*. Ambas proveem todos os textos do *corpus* plautino em latim, seguidos das traduções em inglês e francês, respectivamente.

As edições para a coleção da *Loeb Classical Library* foram lançadas pela primeira vez entre 1916 e 1938 em cinco volumes, com eventuais reedições, sob a tradução de Paul Nixon, o qual utilizou como textos latinos as recensões de Friedrich Leo para a coleção Teubner, lançadas entre 1895 e 1896. Entre 2011 e 2013 a *Loeb Classical Library* lançou novamente a obra de Plauto, em cinco volumes, dessa vez com tradução de Wolfgang De Melo, que baseou suas traduções “nos últimos trabalhos críticos” de estabelecimento realizados nos manuscritos (DE MELO, 2011j, p. ix)¹⁴. No caso dessas edições, utilizamos as traduções de De Melo e, a não ser que indicado de outra forma, a ordem dos versos das comédias segue as ordenações das edições de De Melo.

A coleção das *Universités de France*, lançadas pela primeira vez entre 1932 e 1938, tiveram os textos estabelecidos a partir dos manuscritos e traduzidos por Alfred Ernout. São compostas por sete volumes.

Existem, desde 2001, novas recensões das comédias de Plauto, cuja qualidade tem sido louvada pelos estudiosos. Fazem parte da coleção *Editio Plautina Sarsinatis*, da editora italiana QuattroVenti e, nas palavras de Goldberg (2011, p. 210), “representam um novo padrão na edição de Plauto”¹⁵. Utilizamos algumas dessas

¹⁴ De Melo (2011j, p. ix) escreve que usou as coleções *Oxford Classical Texts* e *Teubner*, cujas edições críticas foram realizadas por Wallace Lindsay e Friedrich Leo respectivamente, mas lista em sua bibliografia outras obras críticas relacionadas aos textos de Plauto.

¹⁵ A edição da coleção foi precedida por dezenas de anos de estudo dos manuscritos das comédias de Plauto. Segundo um de seus editores, desde as edições de Ritschl e de seus sucessores, realizadas entre 1871 e 1890, os manuscritos plautinos não haviam passado por nenhuma revisão ou variação notável, com exceção da decifração do denominado palimpsesto Ambrosiano (QUESTA, 2015, p. 525-526). Dessa forma, por décadas, antes de se iniciar a produção da *Editio Plautina Sarsinatis*, uma investigação minuciosa dos manuscritos foi realizada por Questa e por outros estudiosos, com resultados prolíficos. Por exemplo, alguns manuscritos tiveram suas datas de produção revisadas, resultando em novas propostas de novo posicionamento no tempo, e outros tiveram suas intertextualidades revistas. O principal resultado destas reavaliações foi a valoração do conteúdo dos manuscritos em questão e sua inclusão nos

edições, principalmente para comparação dos textos latinos e consulta aos aparatos críticos.

Serviram igualmente como embasamento para os textos em latim e para consulta aos aparatos críticos duas obras essenciais na tradição dos estudos de Plauto. A primeira é composta pelas edições com recensão de Wallace Lindsay, lançadas entre 1904 e 1905 (com impressões posteriores), as quais contêm todas as comédias do *corpus* plautino e os *fragmenta*. A segunda compreende dois volumes das recensões realizadas por Friedrich Leo, em 1885 e 1896, o primeiro contendo as comédias *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, e *Bacchides*, e o segundo contendo dez comédias, de *Miles gloriosus* até *Vidularia* (segundo a ordem nos manuscritos)¹⁶, além dos *fragmenta*¹⁷.

Outras edições também foram consultadas, principalmente para auxílio nas traduções de trechos que consideramos mais intrincados. Essas traduções, nas línguas portuguesa, inglesa, francesa e italiana, estão listadas em nossas referências bibliográficas.

Quanto às traduções em português, algumas comédias foram publicadas na coleção Clássicos gregos e latinos da editora portuguesa Edições 70. Edições brasileiras são poucas, mas bem cuidadas, como a comédia *Estico*, traduzida por Cardoso (2006) e lançada pela editora da Unicamp, e a comédia *O truculento*, com tradução de Cordeiro (2010), da editora Annablume (em associação com a Universidade de Coimbra). Existe também uma tradução de *Anfitrião* realizada por Barbosa (2016) em sua tese de doutorado.

As traduções do latim para o português existentes nessa tese foram feitas por nós – a não ser quando referenciado no texto –, realizadas sempre observando principalmente as traduções das edições bilíngues citadas¹⁸. As traduções do grego para

aparatos críticos. Vários anos foram consumidos, igualmente, no estudo da métrica de Plauto (QUESTA, 2015, p. 527-530). “Os manuscritos são seres vivos, que falam a quem lhes sabe interrogar e narram histórias maravilhosas”, escreveu Questa (2015, p. 527).

¹⁶ Comentaremos essa ordem no Capítulo I.

¹⁷ Não tivemos acesso às recensões de Leo de *Captivi*, *Casina*, *Cistellaria*, *Curculio*, *Epidicus*, *Menaechmi* e *Mercator*.

¹⁸ Eco (2011, p. 10-13) defende que os exercícios teóricos de tradução devem ser acompanhados por uma variedade de exemplos que possam expor problemas concretos, de forma a demonstrar a experiência. Não fazemos nessa tese nenhuma diversão teórica sobre tradução, claro, mas diversas passagens traduzidas do latim para o português estão também transcritas a partir do original latino apresentado nas edições consultadas, de maneira que problemas concretos que porventura tenham ocorrido possam vir à luz – permitindo que as possíveis discordâncias ou dúvidas a respeito das traduções sejam facilmente dirimidas e os possíveis erros cometidos sejam mais facilmente observados. Nossas traduções do latim para o português foram realizadas com o auxílio dos dicionários de Saraiva (1993), de Lewis *et al.* (1891) e de Vieira (2018).

o português foram feitas seguindo-se as traduções para as línguas atuais existentes nas edições bilíngues consultadas¹⁹.

III

Os textos das comédias de Plauto que nos propomos analisar foram escritos para representações cênicas apresentadas durante festivais de diferentes tipos, denominados em latim de “*ludi*” (TAYLOR, 1937, p. 284; ROSA, 2015a, p. 138). Havia os *ludi* regulares, organizados anualmente pelos edis curuis ou plebeus e pelos pretores – dependendo da divindade honrada nas cerimônias²⁰ –, os *ludi* especiais para Júpiter *Optimus Maximus* – votados por um magistrado ou por um comandante para comemorar uma vitória nos campos de batalha –, os *ludi* comemorados durante a dedicação de templos e os *ludi funebres* – cerimônias em homenagem a algum morto ilustre (TAYLOR, 1937, p. 284)²¹.

O tipo de comédia que existiu em Roma no período por nós estudado é denominado de “*palliata*”²². O termo provém da vestimenta grega que os romanos denominavam de *pallium* – pálio²³ –, pois as comédias são adaptações de peças originalmente escritas em grego – provavelmente todas adaptadas de comédias escritas durante o período da Comédia Nova Grega²⁴ – por autores gregos e para palcos

¹⁹ As transliterações dos caracteres (grafemas) gregos para os latinos estão apresentadas em itálico, de acordo com as regras de transliteração propostas por Schalkwijk (2004, p. 6) e Brandão *et al.* (2005, p. 25-27, 215).

²⁰ Júpiter, Apolo, Magna Mater, Ceres e Flora.

²¹ Comentaremos um pouco mais sobre os *ludi* à frente.

²² As fontes não concordam exatamente sobre as características, os significados e mesmo os nomes dados aos tipos de drama que existiam em Roma (BEARE, 1951, p. 256). Beare (1951, p. 256-258) faz um resumo, de acordo com o que pode ser retirado das fontes. Basicamente, os tipos de drama eram classificados de acordo com a vestimenta e o calçado característico – grego ou romano (BEARE, 1951, p. 257). Assim como *palliata* relaciona-se às comédias adaptadas de comédias originalmente gregas, o termo *crepidata* – proveniente de *crepida*, uma sandália de modelo grego – é normalmente relativo à adaptação latina de tragédias gregas – nas tragédias romanas, ou seja, não adaptadas de originais gregos, os atores calçavam o *cothurnus*, uma bota alta (BEARE, 1951, p. 257). Quanto à *togata*, comédia encenada com os atores com vestimentas romanas e personagens com nomes romanos – a comédia “nativa” latina –, pode incluir *praetexta*, *tabernaria*, *Atellana* e *planipedia*, sendo que o termo *tabernaria* pode estar relacionado a uma forma de *togata* cujos personagens representam pessoas simples (BEARE, 1951, p. 256-258).

²³ Denominada pelos gregos de “ἱμάτιον” (“*imátion*”). Plauto, em *O gorgulho* (*Curculio*, 288), menciona o pálio: “esses gregos em seus pálios” – “*iste Graeci palliati*”. Além do pálio os atores da *palliata* usavam a sandália de modelo grego denominada em latim de *crepida*, que mencionamos na nota 22. Em grego o nome da sandália é “κρηπίς” (“*krepís*”).

²⁴ Comédias gregas encenadas entre meados do século IV a.C. e meados do século III a.C. As peças da Comédia Nova Grega possuem enredos cosmopolitas, tratando das relações entre maridos e esposas, pais e filhos, mestres e escravos, enfim, sobre a vida privada, todas, à diferença das tragédias, com final feliz. Os temas não continham nada tópico, o que facilitava a utilização dessas comédias em teatros não gregos. As peças praticamente não tinham música – uma diferença fundamental da quantidade de *canticae* encontrada nas comédias de Plauto. O conceito de herói foi esquecido, mas a *pólis* continua louvada.

gregos²⁵. Os personagens da *palliata* possuem nomes gregos e as comédias são encenadas como se os personagens estivessem em comunidades gregas – comumente Atenas (MICHAUT, 1920, p. 5; BEARE, 1951, p. 39)²⁶.

Porém, é preciso esclarecer que as comédias romanas que conhecemos não são meras traduções. Cícero, por exemplo, em *Sobre os termos extremos dos bens e dos males* (*De finibus bonorum et malorum*, I.2.5), ao defender as letras latinas discorda de quem não lê comédias escritas em latim²⁷. Cícero (*Fin.*, I.2.6) defende o que denomina de bons textos latinos, brilhantemente externados – “*splendide dicta*” –, afirmando que não são traduções, mas versões latinas de textos gregos²⁸.

As comédias de Plauto são adaptações e não traduções das comédias de autores gregos²⁹. Análises comparativas das peças de nosso autor com os fragmentos de peças da Comédia Nova Grega demonstram que Plauto aproveita, de forma geral, o tema dos modelos e seus desenvolvimentos, mas introduz material original com estilo próprio, modificando desde os nomes dos personagens até a métrica da composição³⁰, de forma

Todos os personagens aparentemente apresentavam atitudes contidas, sóbrias – atitudes bem distintas dos personagens de Plauto –, sendo que as cenas mais bem construídas com frequência são as menos cômicas (FRAENKEL, 2008, p. 256-259; BEARE, 1951, p. 40 e ss.).

²⁵ Por exemplo, no prólogo de *A comédia dos asnos* (*Asinaria*, 10-11) Plauto escreve: “o nome dessa comédia em grego é *Onago*. Demófilo a escreveu, Maco a verteu em bárbaro” – “*huic nomen Graece Onago est fabulae; / Demophilus scripsit. Maccus uortit barbare*”. *Maccus* é Plauto e “bárbaro” é o latim.

²⁶ Por exemplo, no prólogo de *O truculento* (*Truculentus*, 1-3) Plauto escreve: “Plauto pede por uma pequena parte aqui de vossas grandes e belas muralhas, para que ele traga toda Atenas, sem arquitetos” – “*perparuam partem postulat Plautus loci / de uostris magnis atque amoenis moenibus, / Athenas quo sine architectis conferat*”. Quase todas as *palliatae* desapareceram. Temos peças inteiras apenas de Plauto e de Terêncio, mas de outros autores apenas um pequeno número, frequentemente em pequenos fragmentos (MICHAUT, 1920, p. 5). Outros autores da *palliata* dos quais temos conhecimento são Lívio Andrônico, Cneu Névio, Ênio, Trabea, Atílio, Licínio Ímbrex, Aquílio, Juvêncio, Vatrônio, Valério, Lúcio Lanúvio, Cecílio Estácio, Sexto Turpilo, sendo que de alguns deles conhecemos apenas os nomes (MICHAUT, 1920, p. 5).

²⁷ Cícero (*Fin.*, I.2.4) classifica de “quase inimigo do nome romano” – “*inimicus paene nomini Romano*” – as pessoas que demonstram aversão às letras latinas ao rejeitar, por exemplo, a leitura das tragédias *Antíope*, de Pacúvio, e *Medeia*, de Ênio, embora tenham apreço pelas mesmas *fabulae* de Eurípides.

²⁸ Cícero (*Fin.*, I.2.4-5) elogia em seu texto Pacúvio, Ênio, Cecílio e Terêncio, de maneira que na passagem que citamos acima (*Fin.*, I.2.6) provavelmente está se referindo, como exemplos, a esses autores latinos. Rosa (2015a, p. 136-137) comenta essas passagens de Cícero.

²⁹ Pelo menos a partir do século XIX Plauto passou a ser tratado como um autor original. Fustel de Coulanges (1900, p. 206, nota 1) afirma que “os costumes e os hábitos que ele descreve são todos romanos”. Também no século XIX Peck (1898, p. 1275) reconhece sua capacidade como comediógrafo comentando que, utilizando-se de modelos gregos, seus personagens “atuam, falam e fazem piadas como genuínos romanos”, assegurando-o a simpatia da audiência.

³⁰ A métrica é a distribuição variável das sílabas longas e breves. A métrica dos versos de Plauto é bastante diferente da métrica de seus modelos gregos. Na Comédia Nova Grega, os versos falados – não recitados – são a grande maioria e os versos recitados perfazem o restante, sendo que quase não se encontram versos cantados líricos (FRAENKEL, 2008, p. 231; FORTSON IV, 2008, p. 4, nota 11). Diferentemente, 38% dos versos das comédias de Plauto são falados, 48% são recitados e 14% são compostos por canções líricas (FORTSON IV, 2008, p. 22). Os desvios na métrica em relação à prática grega que encontramos nos textos de Plauto são, para Fortson IV (2008, p. 2, nota 2), “fonte de informação para o modo de falar latino”, de maneira que está preservado nas comédias “um precioso

que a linguagem cômica é de Plauto, caracteristicamente latina (FRAENKEL, 2008, p. 91, 173-179, 189, 198-199, 262-264, 285-286; BIEBER, 1961, p. 151-152; GOWERS, 1993, p. 63; FORTSON IV, 2008, p. 1, 199, 275-276)³¹.

De maneira a deixar claro que está representando a comunidade romana, Plauto com frequência mistura e interpõe no texto magistraturas, instituições e concepções romanas, relembrando constantemente à audiência o cotidiano externo à peça (PERNARD, 1900, p. 35 e ss.; FRAENKEL, 2008, p. 91, 270)³². Uma dessas instituições é a *edictio*, ou o *edictum*³³, que encontramos, por exemplo, em duas passagens de *Os cativos* (*Capt.*, 803, 823)³⁴. Outra instituição é o *imperium*³⁵, sobre a qual encontramos em *O gorgulho* (*Curc.*, 299): “Ele ordenaria corretamente, se tivesse *imperium*”³⁶. Em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 594) existe uma alusão à *suprema*, palavra identificada, na acepção usada por Plauto, provavelmente com o anúncio do pretor sobre os últimos momentos de uma audiência, mas também com os últimos momentos da vida (LEWIS *et al.*, 1891, p. 1811; FRAENKEL, 2008, p. 268; SARAIVA, 1993, p. 1167)³⁷. Referências e alusões a magistraturas são comuns, como

tesouro do latim arcaico coloquial do século III a.C. e início do século II a.C.”, de onde se pode inferir, inclusive, informações quanto à prosódia (FORTSON IV, 2008, p. 1-4).

³¹ Segundo Fraenkel (2008, p. 199), Plauto usa ideias dos autores gregos para desenvolver sua própria trama: a “ação principal é empurrada para o plano de fundo e mesmo parcialmente destruída, enquanto situações secundárias são livremente expandidas e o elemento cômico comum é intensificado de forma considerável”. Contudo, alguns trechos das comédias de Plauto, como em *Estico* (*Stich.*, 237 e ss.), podem ser atribuídos ao original grego, enquanto outros, “não muitos”, como em *Epídico* (*Epid.*, 648-652), “preservam a cor e a sutileza do diálogo ático” (FRAENKEL, 2008, p. 194 e ss., 216).

³² Louis Pernard (1900, p. 35 e ss.) afirma que Plauto “transporta para a Grécia os hábitos e os costumes de Roma” e que a audiência reconhece “a pintura de sua própria vida”.

³³ A forma “*edictio*” é encontrada apenas em Plauto (LEWIS *et al.*, 1891, p. 625; SARAIVA, 2019, p. 404). O *edictum* – édito – é uma comunicação em forma de mandado ou ordem expressa, emitida por um magistrado e endereçada ao público (BERGER, 1991, p. 448 e ss.).

³⁴ As passagens de Plauto são: “primeiramente ordeno que ninguém sofrerá por sua culpa” – “*prius edico, ne quis propter culpam capiatur suam*” (*Capt.* 803); “Ele certamente tem um edito” – “*edictiones aedilicias hicquidem habet*” (*Capt.*, 823). Nesse último exemplo o termo “*hicquidem*” é a união de “*hic*” e “*quidem*” por próclise – formam um grupo clítico.

³⁵ Uma ordem, ou o direito de dar ordens; também a capacidade de executar o poder concedida a alguns magistrados, como o cônsul e o pretor (BERGER, 1991, p. 493-494).

³⁶ A passagem de Plauto (*Curc.*, 299) é: “*recte hic monstrat, si imperare possit*”.

³⁷ O texto de Plauto (*Asin.*, 594) é: “Sua mãe me avisou do ‘último momento’, me mandou ir para casa” – “*mater supremam mihi tua dixit, domum ire iussit*”. Na passagem uma prostituta é mandada para casa pela mãe de seu amante, e a alusão ao “último momento” pode ser interpretada como uma mistura cômica de aviso de que a moça tem poucos momentos antes que o seu tempo com o amante (sua “audiência”, ou sua vida, se não se for embora) se esgote. O termo “*suprema*” associado ao tempo da audiência com o pretor, por exemplo, encontramos em uma passagem de *Sobre a língua latina*, de Varrão (*De lingua latina*, VI.5): “a lei pretoriana também ordena ser esse o último momento, no qual o pretor anunciou ao povo “a última” – “*lex Plaetoria id quoque tempus esse iubet supremum quo praetor in Comitio supremam pronuntiavit populo*”. Relacionado com o “último momento” de vida, encontramos por exemplo em Quintiliano (*Instituto oratoria*, VI.11): “Como me consolou em seus últimos momentos” – “*Ut me in supremis consolatus est*”. O termo relaciona-se também, entre outras acepções, com o último momento para o augúrio, denominado de *tempestus*, de acordo com Varrão (*Ling.*, VII.51).

em *Estico* (*Stich.*, 352-353): “contudo, ele exerce a edilidade sem o voto do povo”³⁸. A magistratura do questor é referenciada em *Os cativos* (*Capt.*, 111, 453)³⁹. A ideia de *fides* está também presente. Em *A comédia da marmita* (*Aulularia*, 584), por exemplo, lemos: “*Fides*, você me conheceu e eu a você”⁴⁰. Nessa mesma comédia um bosque sagrado e um altar para *fides* eram representados no palco (*Aul.*, 615)⁴¹. Em *O anfitrião* (*Amph.*, 258) encontramos a instituição do *deditio*⁴²: “renderam todas suas coisas divinas e humanas, a cidade e os filhos”⁴³. Inimigos públicos também são identificados, como os cartagineses em *O cofre* (*Cist.*, 202) – “que os púnicos vencidos sejam punidos por vocês”⁴⁴ – e outros inimigos em *Persa* (*Pers.*, 753-756) – “com os inimigos vencidos, os cidadãos salvos, a *res publica* tranquila, os tratados firmados, a guerra finalizada, as coisas bem resolvidas, o exército e as defesas intactos, Júpiter, que bem nos ajudastes, e a todos os outros deuses celipotentes, a vocês devo e dou graças”⁴⁵. Contudo, mesmo com interposições constantes trazendo à memória dos membros da audiência a cotidianidade romana, Plauto procura sempre manter o enredo da peça em ambiente grego, como por exemplo em *O anfitrião*: se por um lado, conforme exemplificamos acima, Plauto caracteriza a rendição dos inimigos como uma *deditio*, a rendição, na comédia, é feita “para o domínio e a vontade de todo o povo tebano”⁴⁶, pois a comédia é ambientada em Tebas, a cidade de Anfitrião. Porém, sem deixar escapar a representação da realidade – da forma que a percebe –, Plauto (*Amph.*, 194)

³⁸ A passagem de Plauto (*Stich.*, 352-353) é: “*sine suffragio / populi tamen aedilitatem hic quidem gerit*”.

³⁹ As passagens de Plauto são: “os quais ontem comprei do butim dos questores” – “*heri quos emi de praeda de quaestoribus*” (*Captivi*, 111); “comprei eles do butim dos questores” – “*illos emi de praeda de quaestoribus*” (*Captivi*, 453).

⁴⁰ A passagem de Plauto (*Aul.*, 584) é: “*Fides, novisti me et ego te*”.

⁴¹ Plauto escreve: “*Fides*, tome cuidado para não informar a alguém que meu ouro está aqui” – “*tu modo caue quoiquam indicassis aurum meum esse istic, Fides*” (*Aul.*, 608) –, e mais frente, “à tua *fides* confio meu ouro, colocado em seu bosque sagrado e seu templo” – “*tuae fide concredi aurum, in tuo luco et fano [modo] est situm*” (*Aul.*, 615).

⁴² Submissão, rendição total do inimigo. A *deditio* é uma forma de dominação englobada no *ius gentium*, segundo a qual os vencidos – *victi* ou *captivi* – e os que se rendem de forma incondicional – *dediticii* – tornam-se propriedade do vencedor juntamente com suas posses (SASTRE; PLÁCIDO SUAREZ, 2005, p. 502). Se por um lado os primeiros, fossem vencidos ou prisioneiros, eram comumente escravizados, o destino dos que se rendiam por *deditio* variou dependendo do caso, frequentemente recuperando suas posses e liberdade. A *deditio* resultava de uma relação produzida com bases em *fides*, gerando liberdade e dependência sob clientela (SASTRE; PLÁCIDO SUAREZ, 2005, p. 502).

⁴³ O texto de Plauto (*Amph.*, 258) é: “*deduntque se, diuina humanaque omnia, urbem et liberos*”.

⁴⁴ A passagem de Plauto (*Cist.*, 202) é: “*ut uobis uicti Poeni poenas sufferant*”.

⁴⁵ A passagem de Plauto (*Pers.*, 753-756) é: “*hostibus uictis, ciuibus saluis, re placida, pacibus perfectis, / bello extincto, re bene gesta, integro exercitu et praesidiis, / quem bene nos, Iuppiter, iuuisti, dique ali omnes caelipotentes, / eas uobis gratis habeo atque ago*”.

⁴⁶ O texto de Plauto (*Amph.*, 259) é: “*in dicionem atque in arbitratum cuncti Thebano poplo*”.

interpõe na trama a *res publica* ao escrever que Anfitrião “geriu os assuntos da *res publica* com sua liderança, seu comando e sua autoridade”⁴⁷.

É importante compreender que no teatro o espaço, a ação e o tempo interagem um com o outro, ou seja, não existem individualmente, e situam-se na intersecção entre o mundo concreto mostrado no palco e a ficção, essa última um mundo possível (PAVIS, 2003, p. 148)⁴⁸. O drama romano não existia devido ao cenário, ao espaço do palco, mas à arte do dramaturgo e dos atores, arte exercida de acordo com as convenções do teatro romano da época – convenções aceitas pela audiência contemporânea (BEARE, 1951, p. 170).

São, portanto, as interposições e inserções do cotidiano romano da época de Plauto que nos permitem analisar as representações romanas, e entre elas a do cartaginês, da forma que podemos descortinar nas comédias.

IV

Plauto tem sido alvo de diversos estudos há muito tempo. Os estudos filológicos compreendem a maioria, desde pelo menos o século XIX até as primeiras décadas do século XX, secundados por estudos linguísticos relacionados à utilização de figuras de linguagem e por análises literárias. Em menor número, mas igualmente importantes, estão os estudos das comédias relacionados à história do teatro e à história romana. Faremos agora uma exposição resumida de alguns trabalhos que consideramos importantes para o entendimento do estado da arte dos estudos plautinos.

Uma das obras mais importantes já escritas sobre Plauto é a de Eduard Fraenkel (2008). Publicada originalmente em alemão em 1922, foi relançada pelo autor em italiano em 1960, em edição expandida, e essa última edição originou uma tradução, em inglês. Fraenkel, um dos primeiros a reconhecer a originalidade de Plauto, considera o comediógrafo atento à sua audiência, a qual procura envolver com trocadilhos, figuras de discurso, piadas e personagens-tipo. Mas o principal propósito de Fraenkel é demonstrar, a partir de análises detalhadas dos textos dramáticos, quais elementos – daí o nome de seu livro, *Plautine elements in Plautus*⁴⁹ – podem ser atribuídos a Plauto em relação aos seus modelos gregos, e quais os critérios para sua identificação. Para isso, estuda o estilo, as expressões, a estrutura das comédias, as possíveis fontes de

⁴⁷ A passagem de Plauto (*Amph.*, 194) é: “*gesserit rem publicam ductu, imperio, auspicio suo*”.

⁴⁸ Sem o espaço, o tempo seria a pura duração. Sem o tempo, o espaço seria uma pintura, ou arquitetura. Sem o tempo e o espaço, a ação seria impossível (PAVIS, 2003, p. 148).

⁴⁹ “Elementos plautinos em Plauto”.

inspiração, os papéis associados aos personagens. Além disso, Fraenkel realça as referências às instituições romanas, legais, religiosas e políticas, existentes na obra de Plauto.

Beare (1951) escreveu sobre o drama romano no período da República. Reserva um capítulo distinto para cada um dos autores, de Lívio Andrônico a Ácio, assim como para os gêneros dramáticos, discutindo as comédias, as tragédias, a *Atellana* e os mimos, reservando igualmente um capítulo para a Comédia Nova Grega. Analisa também, entre outras características do teatro romano, o teatro como instituição, as prováveis aparência e estrutura dos edifícios temporários teatrais, a indumentária dos atores e a métrica dos versos, complementando seu estudo em apêndices devotados às distintas características dos edifícios e aos gêneros teatrais. Em relação às comédias, afirma que foram escritas para o público e o teatro de sua época. Sobre Plauto, traça a biografia, comenta a definição do *corpus* plautino e algumas das comédias, assim como as relações entre as comédias de Plauto e os originais gregos. Considera que os prólogos de Plauto contêm descrições sobre a audiência que são testemunhas da população de Roma na passagem entre os séculos III a.C. e II a.C.

Depois do estudo de Fraenkel, em nossa visão o estudo mais importante sobre a obra de Plauto é o de Duckworth (1994). Escrito em 1952 e reimpresso em 1971 e 1994, é uma introdução à história do teatro romano e à história da comédia na Grécia. Além disso, sua característica mais fundamental, o livro é a introdução mais completa sobre a obra plautina. Ao mesmo tempo, a atenção relevada aos detalhes das comédias faz com que seja ferramental também para o especialista. Duckworth enfatiza que o latim que observamos nos textos de Plauto – e de Terêncio – é a língua escrita e falada no intervalo entre a Segunda e a Terceira Guerra Púnica⁵⁰ – ou seja, entre cerca de 209 a.C.⁵¹ e 149 a.C. –, e que a obra de Plauto é fonte para o conhecimento da vida e dos costumes, tanto em Roma quanto em outras localidades da Península Itálica.

Uma introdução à história da Comédia Nova Grega e da comédia em Roma é fornecida por Hunter (2010). Na obra, publicada originalmente em 1985, Hunter

⁵⁰ A Terceira Guerra Púnica foi disputada entre 149 a.C. e 146 a.C. A fase da língua latina em que se situam as comédias de Plauto e Terêncio é denominada comumente de latim arcaico ou antigo, compreendido, em termos gerais, até cerca de 100 a.C. É o período anterior à escrita do denominado latim clássico, esse último sendo a língua latina escrita entre, aproximadamente, os anos 100 a.C. e 200 (CLACKSON, 2011, p. 236). Outra classificação das fases da língua latina é fornecida por Karakasis (2014, p. 555): Latin antigo, entre o “início da linguagem” até 87 a.C., latim clássico, de 87 a.C. até o ano 17 e latim pós-clássico, de 17 até o século VI.

⁵¹ O *terminus post quem* posicionado no ano de 209 a.C. é relativo às propostas de datação das comédias de Plauto, que comentaremos no Capítulo I.

disserta sobre a estrutura da comédia, sobre as técnicas de cena, os enredos, motivos e personagens. Detalha, na medida do possível, alguns personagens-tipo utilizados por Plauto em suas comédias, fornecendo exemplos baseados em citações de trechos da obra plautina.

Segal (1987), em um livro que glorifica a capacidade de fazer rir de Plauto, se ancora em um estudo shakespeariano e, com frequência, em reflexões provenientes da psicologia para demonstrar como o comediógrafo assesta, com seu humor, as instituições morais romanas “mais respeitadas”, como a *pietas*, por exemplo. Regras e normas comuns estão, igualmente, na mira de Plauto, segundo o autor, e Segal discute o que considera a maestria com que o romano se utiliza de situações corriqueiras para construir suas tramas.

Gruen (1990), em seu estudo sobre o confronto entre a cultura grega e a política romana durante os séculos III e II a.C., reserva um capítulo para Plauto, comentando sobre a existência, nas comédias de Plauto, de referências a instituições romanas religiosas, legais e políticas. O autor examina as comédias em busca de alusões e menções indiretas sobre acontecimentos e personagens contemporâneos das comédias. Segundo Gruen, Plauto, se não nos remete diretamente para eventos históricos, chama atenção para suas implicações. A principal conclusão de Gruen, relacionada ao objetivo primeiro de seu livro, é que Plauto ilumina as interações entre o mundo grego e o romano.

Utilizando-se de dados arqueológicos e de sua experiência em teatro, Beacham (1991) traça a história do teatro romano, tratando todos os gêneros, não apenas a comédia, desde sua origem até o final da Antiguidade. Enfatiza o teatro cômico de Plauto e de Terêncio e a relação destes com a audiência. Particularmente interessante é a discussão de Beacham sobre como deveriam ser os primeiros teatros romanos entre os séculos III a.C. e I a.C., estruturas temporárias de madeira construídas e desmontadas para as ocasiões de encenação – os *ludi scaenici* – que aconteciam durante os diferentes *ludi*.

O valor de Plauto como autor é destacado por Anderson (1996), que ilumina suas inovações em relação à Comédia Nova Grega, transformando os dramas domésticos dos textos gregos em humor doméstico dilatado. A partir da análise da “desconstrução” da comédia grega de Menandro e da forma como Plauto explora outros autores gregos como fonte de suas comédias, Anderson examina a textura verbal de

Plauto, da forma como é externada pelos personagens, e procura mostrar como é utilizada contra a ordem social.

Procurando fazer a difícil análise da relação entre o trabalho de palco e a audiência na época de Plauto, Moore (1998) busca em seu livro posicionar as comédias plautinas em seu contexto histórico. Após discorrer sobre atores e personagens e suas audiências, as referências plautinas às instituições romanas e as mensagens relativas à moral inseridas nas peças, o autor analisa diferentes personagens-tipo em relação à audiência, tomando como base seis comédias de Plauto, *Psêudolo*, *Anfitrião*, *O gorgulho*, *O truculento*, *Cásina* e *Os cativos*.

Slater (2000) procura demonstrar a validade de se ler algumas das comédias de Plauto sob o ponto de vista do desempenho, da representação no palco. Para isso, e valendo-se de seis comédias plautinas, parte da proposta que uma peça é um evento artístico que existe ao ser encenado e que os fatos básicos da movimentação e do próprio palco podem ser extraídos dos textos. Na visão de Slater, Plauto é um artista que precisa ser responsabilizado pelas comédias que criou e sua obra não deve ser analisada à luz das peças da Comédia Nova Grega, mas sim como inovação do próprio Plauto.

McCarthy (2000) analisa quatro comédias de Plauto – *Os Menecmos*, *Cásina*, *Persa* e *Os cativos* – procurando demonstrar que o herói plautino é uma combinação, ilógica e balanceada de forma tênue, entre o dominante e o subordinado. A autora advoga que nessas comédias é “quase explícito” no palco o desejo das pessoas na audiência – composta na grande maioria por cidadãos, de acordo com a autora – de incorporar de forma simultânea – e também paradoxal – o papel de rebelde e de autoridade. Assim, na interpretação da autora, as peças de Plauto representam a visão “naturalizada” da aristocracia romana de sua própria dominação, através da linguagem e das ações que constituem a vida cotidiana e comunal romana, de maneira que havia um investimento dos romanos “socialmente dominantes” nas comédias de Plauto. Para a autora, os escravos personificados nas comédias capturavam a atenção e a imaginação da audiência, ou seja, da população romana, de forma que os nomes de Psêudolo e outros ganharam uma visibilidade que os escravos reais nunca conseguiram – os quais continuaram a viver na obscuridade e na escravidão. Segundo McCarthy, as peças e os escravos personificados nelas provêm a linguagem e as imagens através das quais os princípios gerais da dominação são explorados.

Leigh (2005) analisa as comédias de Plauto e de Terêncio à luz da história romana. Com relação a Plauto, enfatiza a representação dos cartagineses como

dissimulados e não confiáveis na comédia *O pequeno cartaginês (Poenulus)*, e a forma com que o romano – assim conclui Leigh – caracteriza que agir como um púnico é agir de forma trapaceira. Porém, afirma que Plauto subverte o preconceito com os cartagineses ao caracterizar outro personagem cartaginês como o principal da comédia, Agorástocles. Por outro lado, Leigh defende que Plauto, em outras peças, representa os soldados romanos como virtuosos, mas sugere que o escravo plautino representa o general cartaginês e as táticas cartaginesas de batalha, da forma como deviam ser percebidas pelos romanos: emboscadas, perfídias, malícias. Essas associações de Leigh receberam algumas críticas de outros autores, como Fontaine (2010) e McCarthy (2006), mas são ao mesmo tempo parabenizadas pelo tratamento das comédias romanas à luz da análise histórica.

Duncan (2006), em seu estudo sobre atuação no palco e identidade, afirma que os personagens-tipo, como o *miles* e o *parasitus*, possuíam, para a plateia, significados que ultrapassavam aqueles representados no palco. Para a autora, não eram estereótipos de papéis sociais, mas estereótipos negativos⁵² que aludiam à forma como o próprio ator era representado na sociedade romana.

Marshall (2006), escrevendo sobre encenação e atuação na comédia romana e baseando-se principalmente em dados das comédias de Plauto, procura mostrar, de maneira hábil, como o teatro possivelmente era produzido e realizado na Antiguidade e suas diferentes manifestações e diversas condições de prática. Para isso, o autor procura analisar a produção das peças, os edifícios teatrais, a atuação, os atores e seus papéis, a música e a métrica da comédias.

Fontaine (2010) publicou uma obra sobre as expressões existentes nas comédias de Plauto. A linguagem do romano, de acordo com o autor, provém da linguagem cotidiana e é remodelada e transformada em piadas e trocadilhos – muitos bilíngues. Para Fontaine, Plauto usa e modifica termos gregos similares a latinos, fazendo manipulações verbais de maneira que, escreve o autor, poderia ser classificado como um gramático melhor que Varrão, Verrio Flaco e outros gramáticos latinos.

Barber (2011), em um estudo de doutoramento, argumenta que é possível discernir os traços de um ideal sentimental romano nas comédias de Plauto. Através da

⁵² De acordo com Delamater (2000, p. 184), um estereótipo é um tipo de atitude, ou seja, é uma crença a respeito das características dos membros de um determinado grupo, e como tal pode ser positivo – por exemplo, asiáticos são bons em matemática – ou negativo – por exemplo, mulheres são ruins em matemática –, induzindo certa predisposição comportamental em relação ao objeto do estereótipo (DELAMATER, 2000, p. 184). Os exemplos de estereótipos positivos e negativos mencionados são de Delamater (2000, p. 184).

análise das inter-relações entre os diferentes personagens, tanto entre personagens com algum parentesco quanto personagens ligados por outras relações, Barber afirma que Plauto explorou o que denomina de “ideologia sentimental da audiência romana médio-republicana”, algumas vezes tratando esse ideal sentimental de forma sarcástica.

Manuwald (2011), estudando o drama romano do período da República, afirma que o teatro romano era uma instituição pública, e considera-o de relevância política, social e cultural, além de literária. Esboça um breve histórico dos contatos romanos com outros povos – desde o século VII a.C. até o final da República –, principalmente gregos e, a partir desse histórico, contextualiza a emergência do drama romano no século III a.C. e seu desenvolvimento até o século I a.C. Discute então, pela maior parte do livro, vários aspectos do teatro romano, como a produção e a recepção das peças, o papel dos atores, dos magistrados, a audiência, os edifícios teatrais, os tipos de drama, os temas e os poetas. Com relação a Plauto, após uma breve biografia, a autora analisa as características das comédias plautinas, personagens, originalidade e a capacidade criativa do comediógrafo.

As relações conjugais romanas nos séculos III a.C. e II a.C. foram estudadas por Buffone (2013) em dissertação de mestrado, tomando como fonte as comédias plautinas *Anfitrião*, *Aululária*, *Cásina* e *Os Menecmos*. Segundo o autor, o relacionamento entre marido e mulher, da forma que é percebido nas comédias, favorece uma visão menos rígida do que as visões observadas nas fontes jurídicas e filosóficas, de maneira que as mulheres, sendo empoderadas no texto plautino, possuem participação ativa tanto na negociação quanto na elaboração do ritual matrimonial. Assim, a *matrona* de Plauto, se por um lado pode solapar a autoridade de seu marido, possui características louvadas pelos valores tradicionais romanos, como fidelidade, observação dos ritos, louvor aos deuses e respeito ao marido.

Costa (2014), em tese de doutorado, analisa as alusões e menções explícitas aos gêneros poéticos – épico, tragédia e comédia – presentes nos textos de Plauto, tratando a forma como a metapoesia⁵³ se apresenta nos textos plautinos com relação às distinções entre os gêneros poéticos e verificando os seus possíveis efeitos nas comédias. Para o estudo a autora selecionou principalmente a comédia *Os cativos* e passagens retiradas de *As báquides*, *A corda* e *O soldado fanfarrão*. A autora defende que a audiência de Plauto tinha noções de poética – certamente de forma heterogênea, com diferentes graus

⁵³ Ou seja, “poesia que fala de poesia”, no caso, de poesia dramática (COSTA, 2008, p. 117, nota 1).

de percepção –, pois Plauto faz referência a trechos de poesias líricas e cita personagens presentes nessas poesias. Assim, além da percepção do jogo metapoético, haveria na audiência igualmente a percepção do jogo metagenérico⁵⁴ – nesse caso, da encenação de uma poesia lírica.

Fontaine e Scafuro (2014) editaram o *Oxford Handbook of Greek and Roman comedy*, no qual diferentes artigos tratam de Plauto. De Melo (2014) trata dos fragmentos de autores percebidos como predecessores e contemporâneos de Plauto em Roma, por exemplo, Cneu Névio, assim como de autores influenciados por Plauto, como Cecílio Estácio. Bexley (2014) procura analisar as apresentações das comédias de Plauto – e Terêncio –, tarefa que, no que tange às encenações propriamente ditas, a autora admite necessitar de certa especulação e argumentações baseadas em deduções, além de analogias baseadas em experiências atuais. Fontaine (2014), após fazer comparações entre os textos de Plauto e os de seus modelos, comenta dois paradigmas relacionados à comédia romana, “o satúrnio” – a independência de Plauto com relação a seus modelos – e o “helenístico” – a continuidade da tradição grega em Plauto, porém de forma remodelada. Ferri (2014) analisa a recepção de Plauto na Antiguidade, desde os primeiros anos após a morte de Plauto até o século II. Comenta passagens que aparentemente representam cenas duplicadas, tecendo suposições sobre a razão de tais possíveis duplicidades. Segundo Ferri, os textos de Plauto foram valorizados durante o final da República e no século I em termos de linguagem e estilo, utilizados como modelos literários. A fortuna crítica de Plauto sofreu então um período de desvalorização até o século II, quando o movimento arcaizante cultivou o apreço por palavras e linguagem obsoletas⁵⁵. Finalmente, Ferri comenta sobre uma peça composta no século V, baseada, segundo seu autor, em *A comédia da marmita (Aulularia)*, de Plauto.

Em busca de compreender o papel dos diferentes gêneros literários praticados pela sociedade romana como partes integrantes daquela sociedade, Wiseman (2015) examina o drama e, dentro dessa categoria, as comédias de Plauto. Fundamental para a sua discussão, Wiseman enfatiza desde as primeiras páginas a importância da oralidade e da existência de uma audiência para todos os gêneros. Em relação ao teatro – assim

⁵⁴ Aquilo que Eco (2011, p. 13, 22) denominou de “tradução intersemiótica” – ou “transmutação”, ou “adaptação” –, o transplante e o remodelamento, ou a transformação, de uma obra a partir de um sistema significativo para outro – um filme extraído de um livro, por exemplo, ou um poema transformado em balé.

⁵⁵ “Uma tendência nunca ausente do latim”, segundo Ferri (2014, p. 779).

como para os outros gêneros que discute –, Wiseman não analisa os personagens ou suas inter-relações, mas procura reconstituir o ambiente em que as peças eram encenadas.

Araújo (2015) e Rosa (2015b) examinam a comédia *O pote de ouro* (*Aulularia*)⁵⁶ em dois artigos que analisam o teatro na Grécia e em Roma. O primeiro discute as relações entre *dominus* e *servus*, dominadas, segundo a autora, pela violência de ambas as partes. O segundo tece primeiramente um apanhado sobre a religião romana no período republicano, para, em seguida, retirar da comédia exemplos do cotidiano religioso da *Urbs*, argumentando que o texto plautino apresenta à audiência romana os fundamentos de sua própria identidade.

Em tese de doutorado, Rocha (2015) analisa o discurso presente nas comédias de Plauto executado por personagens mulheres e sobre mulheres. Para isso, utiliza passagens das comédias *A comédia da marmita*, *As báquides*, *Cásina*, *Os Menecmos*, *O mercador* e *O soldado fanfarrão* sob a ótica da relação entre os gêneros, tanto no quadro do casamento, da forma que é apresentado nas comédias, quanto na utilização de imagens de animais para caracterizar ambos os gêneros.

Messias (2016), analisando a comédia *Estico*, de Plauto em seu mestrado procura identificar os indícios da primeira encenação da peça, assim como as interações entre o palco e a audiência, baseando-se principalmente em sua didascália⁵⁷. A análise foi realizada no contexto dos *ludi plebeii*, durante os quais, de acordo com a didascália, foi encenada *Estico*.

Alvarez (2016), em tese de doutorado, interessado no caráter musical da comédia antiga, estuda a métrica dos versos em senários iâmbicos⁵⁸ presentes em algumas cenas das comédias *Persa* e *Estico* de Plauto, procurando demonstrar que a variedade na organização métrica desse tipo de verso pode provocar importantes efeitos de expressão no desenvolvimento do drama. Dessa forma, reavaliando a expressividade dos versos em senários iâmbicos, procura contribuir para a valorização das passagens faladas das duas comédias analisadas.

⁵⁶ Essa comédia é intitulada em português, em outros estudos e traduções, como *A comédia da marmita*. Mantivemos esse último título ao longo dessa tese.

⁵⁷ Segundo Questa e Raffaelli (2008, p. 221, nota 3), o termo latino *didascalia*, da forma utilizada pelos romanos, deriva do grego e remonta a Aristóteles, chegando através dos estudiosos de Alexandria ao latim dos eruditos romanos que estudaram e publicaram textos teatrais. Significa um pequeno texto, adicionado a uma peça, que contém informações sobre a sua primeira encenação.

⁵⁸ *Diuerbia*, ou seja, versos falados, sem acompanhamento musical.

Uma análise de todas as comédias de Plauto foi posta a cabo por Richlin (2014), que advoga que a *palliata* cresceu no século III a.C. em meio a um contexto de guerras e de escravidão em massa, de maneira que essas circunstâncias moldaram as experiências da audiência e, naturalmente, de quem atuava nas comédias. A autora interpreta que as demonstrações públicas que surgem nas comédias, como surras em escravos, ou mostras de hierarquia e honra, permitem que os escravos personificados nas peças expressem piadas que servem de escudo para o sofrimento real: a encenação da surra aponta, através da jocosidade, as injustiças contra os escravizados. Da mesma forma, por exemplo, a frequência em insultar outras personagens com o título de *carnufex*⁵⁹ sugere a presença do torturador profissional no cotidiano. O desrespeito comum dos escravos nas comédias com relação aos senhores, na visão da autora, é também um escudo. Os solilóquios, frequentemente endereçados à audiência, buscam reconhecimento. Outra característica das peças plautinas, na interpretação da autora, é o objetivo da manumissão. Por fim, a autora escreve sobre a época das comédias, onde e quando poderiam ter sido encenadas, sobre os atores e sobre a audiência.

A escravidão em Roma, da maneira que é representada nas comédias plautinas, foi abordada por Rosa (2017) em dissertação de mestrado, na qual procura demonstrar como a hierarquia interna à *domus* romana é exposta pela representação plautina do escravo – a figura mais proeminente nos enredos, de acordo com a autora. Com o estudo, a autora busca identificar, na representação cômica, a legitimação dessa hierarquia e o lugar do escravo na *familia*.

Manuwald (2020) volta a publicar um estudo sobre o teatro romano, realizando o que considera uma introdução aos tipos de “comédias romanas”, desde a *palliata* até o *mimus* e o *pantomimus*. Manuwald escreve sobre os festivais, os edifícios teatrais, a audiência, os atores, a transmissão dos textos e sua recepção desde a Antiguidade.

Apresentados os estudos acima, vê-se que nenhum, dentro de nosso conhecimento, tomou as comédias plautinas como fonte para iluminar a representação do cartaginês no âmbito do cotidiano cidadão romano na passagem entre o final do século III e as primeiras décadas do século II a.C. Entendemos portanto nossa abordagem como uma lacuna a ser preenchida, pois permite, dentro da possibilidade de percepção deste cotidiano, discernir a representação compartilhada do cartaginês no

⁵⁹ “Executor”, “enforcador”.

interior da *civitas* romana em um período em que, de acordo com a literatura, Cartago era caracterizada como o grande inimigo.

V

Antes que os textos gregos dramáticos começassem a ser adaptados para o teatro romano na forma de *palliatae*, formas de dança, mímica e versificação tradicionais e não literárias existiam no Lácio, as quais, junto com as peças gregas, provavelmente foram insumos para o tipo de representação dramática que a audiência romana assistia nos séculos III a.C. e II a.C. (DUCKWORTH, 1994, p. 4-5). Faremos abaixo uma breve exposição sobre elas.

Uma dessas formas não literárias as fontes denominam de *fescennina licentia*, praticadas durante casamentos e certos festivais de colheita realizados nas regiões rurais do Lácio, caracterizadas por trocas de versos jocosos abusivos e obscenos. Outra forma eram as versificações acompanhadas de danças ao som da *tibia*⁶⁰, provavelmente semelhantes às *fescenninae*, vistas pela primeira vez pelos romanos em 364 a.C., ao serem executadas por etruscos levados a Roma para aplacar uma praga. Uma terceira forma não literária era denominada *satura*, uma mistura de música, dança e diálogo, sem enredos, sobre a qual tanto o nome quanto outras características são alvo de discordância atualmente. Os mimos, existentes na Itália desde muito, eram outro tipo, caracterizados por apresentações de mímica e dança improvisadas e curtas, com liberalidade no tema e nas apresentações⁶¹. Uma última forma era a *fabula Atellana*, um tipo de farsa proveniente das comunidades oscas da Campânia. Com exceção da *satura*, todas as outras formas subsistiram em períodos posteriores. Finalmente, as peças com *argumentum* – enredo –, peças gregas adaptadas para o palco romano, foram introduzidas em meados do século III a.C. por Lívio Andrônico (DUCKWORTH, 1994, p. 4 e ss.)⁶².

⁶⁰ Espécie de flauta com dois tubos.

⁶¹ Representações originalmente não literárias, os mimos eram executados por indivíduos dos sexos masculino e feminino, comandados por um ator ou uma atriz principal. A primeira evidência de mimos em Roma é atestada em 211 a.C., mas sua presença na *Urbs* deve ser bem mais antiga. A partir do final do século II a.C. surgiram mimos escritos, cujos fragmentos apontam temas e linguagem obscenos (BEARE, 1951, p. 141 e ss.; DUCKWORTH, 1994, p. 13-15).

⁶² Tito Lívio (VII,2.8) afirma que Lívio Andrônico foi o primeiro a compor tragédias e comédias em latim adaptadas de modelos gregos (WARMINGTON, 1936, p. x-xi; DUCKWORTH, 1994, p. 3 e ss.). Lívio Andrônico também compôs o primeiro poema latino de que temos notícia, uma adaptação da *Odisseia* de Homero, composta em 240 a.C. para celebrar os *ludi Romani*. A versão latina da *Odisseia*, feita por Lívio Andrônico, foi utilizada também para educação escolar (DUCKWORTH, 1994, p. 3).

O teatro romano de Plauto é, portanto, o resultado da apropriação, da combinação e da ressignificação de vários insumos culturais que ocorreram na história romana até que as *palliatae* começaram a ser compostas no século III a.C. (GRIFFITH, 2007, p. 26; ROSA, 2015a, p. 138; MESSIAS, 2016, p. 19)⁶³. Plauto nasceu cerca de vinte anos após a conquista romana do sul da Península Itálica – a Magna Grécia, referida por Políbio (II,39.2)⁶⁴ –, de forma que em sua maturidade os contatos romanos com o mundo grego há muito haviam se intensificado.

VI

As apresentações dramáticas em Roma, denominadas *ludi scaenici*⁶⁵, foram instituídas em 364 a.C. para expiar uma pestilência surgida no ano anterior, nos informa Tito Lívio (VII.1-2)⁶⁶. Mais de cem anos depois, em 240 a.C., as primeiras peças com enredo⁶⁷ foram compostas por Lívio Andrônico (WARMINGTON, 1936, p. x-xi; DUCKWORTH, 1994, p. 3 e ss.). Na época de Plauto os *ludi scaenici* estavam já estabelecidos, e os atores – *histriones*⁶⁸ – se uniam em *greges*⁶⁹ – “trupes” –, moldadas

⁶³ A respeito da originalidade do drama latino, Fraenkel (2008, p. 226-230) afirmou que Plauto – assim como Ênio e Cecílio Estácio – utilizou monodias em suas adaptações, transformando trechos que nos originais gregos são recitados em passagens líricas, em *cantica*, alterando diálogos do drama ático para cantos. Essa prática foi herdada, pois já era utilizada por seus predecessores, Lívio Andrônico e Névio. Monodias e *cantica* alternadas entre atores, ou entre os atores e o coro, são características das tragédias gregas do final do século V a.C., mas a inserção de cenas cantadas pelos atores nas comédias foi uma inovação romana (FRAENKEL, 2008, p. 229-231). Os *cantica* de Plauto em sua maior parte são “componentes integrais do diálogo dramático” – do “*argumentum fabulae*” (a trama da peça) –, tão essenciais quanto as cenas faladas (FRAENKEL, 2008, p. 227). Segundo Fraenkel (2008, p. 278), “muitas das realizações dos contemporâneos de Plauto, em várias áreas da literatura, enriqueceram a comédia, diretamente ou através da intermediação da tragédia”, mas também através de outros gêneros. Podemos constatar isso lembrando que “o fundador do drama romano é também o autor da *Odisseia* – Lívio Andrônico –, Névio é o autor do *Bellum Poenicum*, e Ênio escreveu o novo grande *epos* e muitos exemplos de gêneros menores” (FRAENKEL, 2008, p. 278). Quanto às tragédias, Fraenkel (2008, p. 233-241) advoga que o estilo da tragédia romana, cujas bases foram lançadas provavelmente por Lívio Andrônico, foi desenvolvido por Névio e herdado por Ênio e Plauto, que o praticaram em suas peças. A afinidade nos arranjos métricos entre Plauto e Ênio também deriva dessa herança (FRAENKEL, 2008, p. 233-241).

⁶⁴ Políbio (II.39.2), em meados do século II a.C., se refere ao sul da Península Itálica como “Μέγας Ἑλλάς” (“*Mégas Hellás*” – “Grande Grécia”).

⁶⁵ “Jogos cênicos”, “festivais cênicos”, “jogos teatrais”. As traduções podem variar entre “cênicos”, “dramáticos”, “de palco”, “teatrais”, e outros termos semelhantes.

⁶⁶ O Apêndice, no final dessa tese, versa sobre os teatros temporários do período da República.

⁶⁷ Uma tragédia e uma comédia (WARMINGTON, 1936, p. x-xi; DUCKWORTH, 1994, p. 3 e ss.).

⁶⁸ O ator de teatro era denominado *histrion*, termo, segundo Tito Lívio (VII.2.6), derivado do etrusco *ister*. Encontramos o termo nas comédias de Plauto, por exemplo, em *Anfitrião* (*Amphitruo*, 77) e *O pequeno cartaginês* (*Poenulus*, 20). Plauto (*Rudens*, 1249) em outra peça também denomina o ator de comédias de “*comicus*”.

⁶⁹ Plural de *grex*.

nas τεχνῆται (*tekhnêtai*)⁷⁰ gregas. Plauto menciona a sua (*Pseudolus*, 1334-1335): “Realmente, se querem aplaudir e aprovar essa trupe e a peça [...]”⁷¹.

Conforme mencionamos anteriormente, os *ludi scaenici* ocorriam em diferentes contextos: como parte de *ludi*, ou “festivais”, celebrados em honra de uma divindade, durante a dedicação de um templo, em triunfos, ou por ocasião da morte de um *civis* de prestígio – *ludi funebres* –, nesse último caso organizados pela família do falecido⁷². Festividades circenses – *ludi circenses* –, como as corridas, também faziam parte dos *ludi* (TAYLOR, 1937, p. 284 e ss.; BEARE, 1951, p. 154; DUCKWORTH, 1994, p. 76-77).

Os *ludi* em honra de divindades eram celebrados anualmente, em épocas específicas e pré-determinadas do ano. Tinham origem religiosa e ritual e sua primeira menção nas fontes está relacionada a votos feitos por um comandante militar para celebração de *ludi* em honra de Júpiter *Optimus Maximus*, para comemorar uma campanha vitoriosa (SCULLARD, 1981, p. 40). Importantes para nós são os seis *ludi* nos quais aconteciam os *ludi scaenici*⁷³. Esses eram os *ludi Romani* e os *ludi plebeii*, ambos em honra de Júpiter *Optimus Maximus* e celebrados respectivamente em setembro e novembro, os *ludi Apollinares*, em honra de Apolo e celebrados em julho, os *ludi Megalenses* – ou *Megalesia*, como comumente são denominados nas fontes⁷⁴ –, em honra de *Magna Mater*, os *ludi Cerealis*, em honra de Ceres, e os *ludi Florales*, em

⁷⁰ “Artífices”, “artesãos”, “artistas” do palco. Eram grandes corporações de músicos, poetas e outros indivíduos relacionados à representação dramática que surgiram no início do século III a.C. Os *tekhnêtai* espalharam-se pelas regiões de cultura grega, desde a Ásia Menor até o sul da Itália e a Sicília. Organizavam-se em trupes devido à necessidade de mobilidade para as apresentações nos diferentes festivais, de música e até atletismo, difundidos no mundo grego a partir do final do século IV a.C. (LIGHTFOOT, 2002, p. 209 e ss.).

⁷¹ A passagem de Plauto (*Pseudolus*, 1334-1335) é: “*uerum si uoltis applaudere atque approbare hunc gregem / et fabulam [...]*”. Lindsay, em sua edição de 1910, escreveu: “*uerum sei uoltis...*”. A ordenação dos versos é diferente para as edições de Leo (1896), Lindsay (1910) e De Melo (2012). A que apresentamos está de acordo com a de Lindsay, de 1910.

⁷² Possuímos três exemplos de ocorrência de *ludi scaenici* em *ludi funebres*: o primeiro, atestado por Tito Lívio (XLI.28.11), durante os funerais de Tito Quíncio Flaminino, em 174 a.C., e os outros dois atestados por duas didascálias de Terêncio (*Hecyra* e *Adelphi*), ambos durante os funerais de Lúcio Emílio Paulo, em 160 a.C.

⁷³ Vários outros festivais e *ludi* aconteciam ao longo do ano, com datas especificadas no calendário romano, mas não existem registros da ocorrência de *ludi scaenici* durante essas outras festividades. Para um estudo detalhado dos festivais e das cerimônias romanas durante a República, vide Scullard (1981).

⁷⁴ Por exemplo, em Tito Lívio (XXIX.14.14; XXXVI.36.4). Eram denominados também de *Megalesia*, como nos *fasti Praenestini* (CIL I² p. 235). Cícero (*De haruspicum responsis*, 24) comenta “que são os únicos *ludi* que não são denominados por palavra latina” – “*qui uni ludi ne verbo quidem appellantur Latino*”.

honra de Flora, esses três últimos celebrados em abril⁷⁵. A organização desses *ludi* ficava a cargo, dependendo do caso, dos edis curuis, dos edis plebeus ou de um pretor. Sabemos que nos *ludi Romani, plebeii, Apollinares* e nos *Megalesia* havia a execução de *ludi scaenici* no período aqui considerado. Quanto aos *ludi Cerealis*, não se sabe ao certo se incluíam *ludi scaenici* no século II a.C. Em relação aos *ludi Florales*, as apresentações dramáticas eram, em sua maioria, provavelmente mimos (TAYLOR, 1937, p. 284-286, 302; BEARE, 1951, p. 154; DUCKWORTH, 1994, p. 77).

A importância dos *ludi scaenici* pode ser inferida por sua inserção nos festivais de Roma e dessa forma no contexto político e religioso romano assim disposto anualmente (ROSA, 2015a, p. 138). Sendo praticados em épocas pré-determinadas do ano, os festivais romanos marcavam o ritmo anual e eram inscritos no calendário (SCULLARD, 1981, p. 40)⁷⁶. O calendário institucionaliza o cotidiano, e o calendário romano tinha como uma de suas principais funções a de registrar, organizar e fixar as datas dos festivais religiosos (RICHARDS, 1999, p. xxi; SILVA, 2020, p. 271-272, 282-283)⁷⁷.

Essa importância constitutiva dos *ludi scaenici* em relação aos festivais de Roma aponta-os como peças fundamentais no cotidiano social, político e religioso romano do período aqui estudado, tornando as peças de Plauto veículos privilegiados, pois a população era, de certa forma, direcionada para os festivais. As comédias de Plauto, então, tinham como assegurada uma determinada parcela da população romana – em termos quantitativos, não podemos saber. Essa parcela garantia a audiência para as

⁷⁵ Cada um desses *ludi* possui história distinta, com diferentes datas de primeira ocorrência e de regularização como celebração anual. *Vide* detalhes em Taylor (1937, p. 286 e ss.). *Vide* também Cornell (2001, p. 263) sobre os *ludi plebeii*.

⁷⁶ O surgimento do calendário romano é datado do século VI a.C. É importante notar que sua existência pressupõe obrigatoriamente o conhecimento do alfabeto e, por conseguinte, o desenvolvimento do alfabetismo, ao menos entre certos grupos da sociedade romana (CORNELL, 2001, p. 103 e ss.).

⁷⁷ O calendário ordena os dias – ordena as práticas cotidianas através da sucessão de dias e noites marcada pelas fases da lua, pelas estações do ano ou pelo movimento do sol – dando-lhes nomes – por exemplo, no calendário romano, *kalendae, nonae, idus*, e dentre esses os dias *fasti, nefasti* –, de forma que podemos, de forma não ambígua, constituir e mesmo institucionalizar compromissos para o futuro, os quais, por sua vez, serão registros do passado (RICHARDS, 1999, p. 3). Um exemplo de interferência no calendário religioso – e, por conseguinte, nas práticas cotidianas e nos compromissos institucionalizados de cunho religioso – que, juntamente com outras insinuações administrativas e políticas, gradualmente alterou a governança das cidades, é o fornecido por Silva (2020, p. 271-272). O autor comenta como a intervenção gradual de bispos no calendário – e nas atividades e administração urbanas –, no contexto da cristianização progressiva do Império Romano, durante a emergência da denominada “cidade pós-clássica”, paulatinamente alterou o perfil da cidade antiga. Por exemplo, no século IV, em Antioquia, líderes religiosos cristãos, no esforço por reformar os costumes e as crenças, instituíram um “extenso calendário de festas em honra dos mártires e santos, em oposição aos festivais pagãos” (SILVA, 2020, p. 282-283). Como “cidade pós-clássica” compreende-se a cidade greco-romana que, mesmo conservando o contorno antigo em muitas localidades, passa por transformações religiosas, econômicas, administrativas e arquitetônicas a partir do século IV, até o período medieval (SILVA, 2020, p. 268).

mensagens veiculadas durante as encenações – e produzidas a partir dos textos de Plauto –, mensagens que compartilhavam as representações da sociedade romana exposta nas comédias.

Durante os festivais celebrados anualmente, além dos dias normais de celebração eram frequentes as “*instaurationes*”, ou seja, “recomeços” – repetições dos ritos e das festividades, a cada dia que se fizessem necessárias, exigidas principalmente por razões religiosas no caso de haver algum problema na execução dos rituais (BAYET, 1969, p. 137; TAYLOR, 1937, p. 291 e ss.)⁷⁸. Segundo Taylor (1937, p. 291-292), existem nas fontes menções e registros de *instaurationes* durante os *Megalesia*, os *ludi Apollinares*, os *ludi Romani* e os *ludi plebeii*. A comédia *Psêdolo*, por exemplo, que segundo sua didascália foi representada pela primeira vez durante os *Megalesia* em 191 a.C., preserva para nós uma janela para o cotidiano dos festivais romanos ao apresentar nos versos finais evidência de *instauratio*: “Se querem realmente aplaudir e aprovar essa trupe e a peça, os convidarei para amanhã” (*Pseudolus*, 1334-1335)⁷⁹.

VII

O tema sugerido para a pesquisa, assim percebemos, está inserido no âmbito da História Cultural e da História Política, pois examinamos uma representação social, uma organização simbólica do mundo que ajuda a moldar padrões compartilhados de comportamento e que permite a manutenção de certa coesão da comunidade, de maneira que essa comunidade se identifica como tal.

Por procurar caracterizar a representação do cartaginês no contexto dos séculos III a.C. e II a.C., compreendemos nosso estudo como de relevância para o entendimento do período republicano romano. Estudar a representação romana dos cartagineses a partir das comédias de Plauto é procurar trazer à luz práticas cotidianas compartilhadas por diferentes estratos sociais romanos – conforme veremos ao analisar a composição da audiência⁸⁰. Nossa pesquisa, dessa forma, preenche uma lacuna, pois busca desnudar a

⁷⁸ De acordo com Bayet (1969, p. 143), o escrúpulo e a meticulosidade com relação à religião – a apreensão em relação ao desconhecido, a minúcia analítica, um conservadorismo cauteloso – criaram entre os romanos uma obsessão pela “execução precisa e impecável do ato religioso (*res sacra*)”. Havia regras detalhadas tanto para os gestos quanto para as palavras rituais, ambos, se necessário, prescritos ou ditados ao oficiante do rito pelo sacerdote responsável. Assim, um fenômeno meteorológico ou uma palavra considerada errada poderia ser suficiente para interromper o rito e obrigar os executantes a recomencá-lo (BAYET, 1969, p. 143).

⁷⁹ A passagem de Plauto (*Pseudolus*, 1334-1335) é: “*uerum si uoltis applaudere atque approba/re hunc gregem et fabulam, in crastinum / uos uocabo*”.

⁸⁰ Analisamos a composição da audiência no Capítulo I.

dimensão da representação compartilhada do cartaginês no interior da *civitas* romana e o papel do teatro na produção de algum estigma que pudesse estruturar essa representação.

Dessa forma, pretendemos reconhecer, nas representações sociais descortinadas a partir dos textos das comédias de Plauto, personagens – papéis sociais – percebidos como não romanos, e dentre esses caracterizar a representação compartilhada do cartaginês. Uma vez determinada essa representação, é objetivo procurar estereótipos que possam ser formativos da identidade romana, posto que aquela representação, caracterizada como alteridade, é complementar a essa identidade. Outro objetivo é examinar a importância do teatro no período republicano romano como difusor de ideias e valores transmitidos historicamente e compartilhados pela população, ou seja, um difusor cultural, e, assim, detectar nas comédias de Plauto práticas cotidianas e representações sociais compartilhadas na *civitas* romana.

Frente a esses objetivos, formulamos duas hipóteses. A primeira, de que o teatro romano, entre o final do século III a.C. e as duas primeiras décadas do século II a.C., desempenhou um papel relevante na sociedade romana no que diz respeito à constituição da comunidade cívica, uma vez que era um veículo de difusão, na *civitas*, de concepções, valores e ideias provenientes da própria *civitas*, numa dinâmica contínua de retroalimentação, o que favorecia a construção de representações sociais, como aquelas que envolviam as *gentes*⁸¹ externas à *res publica*, a exemplo dos cartagineses. A segunda, que a representação dos cartagineses por Plauto em suas peças, no período acima considerado, emergiu em um contexto de conflito político entre Roma e Cartago, contribuindo para afirmar a identidade compartilhada pelos romanos ao mesmo tempo em que estigmatizava os cartagineses, apresentados nas comédias plautinas como personagens estereotipados, de acordo com uma lógica de produção de identidades e alteridades.

VIII

Parte da população de Roma que atendia aos festivais compunha a audiência das comédias, a qual é importante para nossa análise⁸². Conforme veremos no Capítulo I, sabemos que a audiência era representada por diferentes grupos pertencentes a estratos

⁸¹ Ou seja, os povos.

⁸² Faremos comentários sobre a audiência das comédias no Capítulo I. Apresentamos aqui apenas uma introdução sobre o assunto.

distintos da sociedade romana e essa diversidade auxilia a compreensão de um testemunho de Donato (*De comoedia*, V,1)⁸³ a respeito de Cícero. Segundo o testemunho, Cícero considera a comédia “imitação da vida, espelho do hábito, imagem da verdade”⁸⁴. Correlacionando este testemunho com os comentários sobre a comédia existentes nos fragmentos do livro IV da obra *Sobre a República*, percebemos que Cícero (*De republica*, IV,23) reconhece o impacto que as comédias causavam na audiência: “Quando o aplauso e a aprovação do povo, como se fossem para um grande e sábio mestre, são concedidos a eles⁸⁵, que escuridão produzem! Que medos causam! Que desejos inflamam!”⁸⁶. Cícero, ao escrever sobre o impacto das comédias, ilumina um pouco sua capacidade de expor – representar – a sociedade romana⁸⁷.

Essa exposição era alcançada através de diferentes recursos teatrais. A utilização de personagens-tipo, por exemplo⁸⁸. Encontramos entre esses personagens-tipo o *adulescens*, o *miles*, o *senex*, a *meretrix*, o *parasitus*, o *servus*⁸⁹, apesar de que, segundo Duckworth (1942, p. xxx), erra quem espera encontrar apenas personagens-tipo genéricos nas comédias de Plauto, “pois existe uma grande diversidade entre os personagens em cada classe”.

Conforme já mencionamos, os personagens de *O pequeno cartaginês* (*Poenulus*) são fundamentais para o entendimento da representação do cartaginês de Plauto e da relação desse último com a representação dos personagens cartagineses criados, na comédia, fora de Cartago.

⁸³ Élio Donato foi um gramático do século IV. O testemunho sobre a visão de Cícero a respeito da comédia faz parte dos seus comentários sobre a obra do comediógrafo latino Terêncio. Resta atualmente apenas uma versão muito reduzida destes comentários, compilada em data desconhecida, provavelmente a partir de dois conjuntos de escólios marginais em manuscritos de Terêncio (KASTER, 2012a, p. 476).

⁸⁴ A passagem de Donato (*De comoedia*, V.1) é: “*Comoediam esse Cicero ait imitationem uitae, speculum consuetudinis, imaginem ueritatis*”. A citação é comumente atribuída à obra *Sobre a República*, de Cícero (*De republica*, IV.20a e ss.), inserida nos fragmentos de seus comentários sobre a comédia. Porém, não são todos os editores que a incluem. Por exemplo, não está incluída na edição de Keyes (1928), mas a encontramos na edição de Oliveira (2008), incorporada ao livro IV, e na de Powell (2006) listada entre os *fragmenta dubia*. Para a obra *Sobre a República* seguimos a ordem das linhas segundo a edição de Powell, de 2006.

⁸⁵ Ou seja, aos atores, aos comediógrafos.

⁸⁶ A passagem de Cícero (*De republica*, IV.23) é: “*Ad quos cum accessit clamor et adprobatio populi quasi magni cuiusdam et sapientis magistri, quas illi obducunt tenebras, quos inuehunt metus, quas inflammant cupiditates!*”.

⁸⁷ Cícero escreveu no século I a.C., mas sabemos que está discursando sobre contextos passados porque, em uma passagem anterior, Cícero (*Rep.*, IV.20b) compara as atitudes de dramaturgos gregos do século V a.C., com relação a políticos gregos da mesma época, com as atitudes de Plauto, Nívio e Cecílio Estácio em relação a políticos romanos dos séculos III a.C. e II a.C.

⁸⁸ Personagem-tipo é “qualquer personagem cujos traços físicos ou características comportamentais podem ser imediatamente reconhecidos pelo espectador” (VASCONCELLOS, 2010, p. 185).

⁸⁹ Em português, respectivamente, o “jovem”, o “soldado”, o “velho”, a “prostituta”, o “parasita”, o “escravo”.

É a partir das inter-relações entre esses personagens que analisamos as inter-relações entre romanos e cartagineses perceptíveis nos textos de Plauto, procurando compreendê-las no processo de construção da imagem do cartaginês, lembrando que as comédias foram encenadas entre os últimos anos da Segunda Guerra Púnica⁹⁰ e as duas primeiras décadas posteriores a esta guerra.

IX

Um historiador, da mesma forma que analisa a política e os políticos, deve analisar pessoas fazendo outra coisa qualquer, ou seja, analisar o comportamento dos indivíduos e seus grupos em sociedade e suas inter-relações (POCOCK, 2011a, p. 9). A maneira que procuramos analisar essas inter-relações nessa tese é através de textos. Para o cientista social as palavras são ferramentas do ofício, parte fundamental de seu estudo, pois o comportamento é moldado pelo costume e ambos são moldados pelas ideias, sendo que as ideias são incorporadas e transmitidas também nas palavras (PITKIN, 1972, p. 1)⁹¹. Analisar comportamentos e costumes, por sua vez, significa perceber e interpretar conceitos que utilizamos para perceber-nos e perceber o mundo, analisar e interpretar representações sociais.

As representações sociais, produzidas durante as inter-relações pessoais, dão materialidade aos conceitos, aos modos de percepção do mundo, transformando-os em experiências compartilhadas. São incorporadas ao cotidiano e devem ser compreendidas como algo que cria a realidade da forma como é percebida (MOSCOVICI, 2005, p. 40 e ss.). Assim, o comportamento e as representações podem ser examinados sob a perspectiva de padrões gerais comportamentais, ou seja, das práticas compartilhadas no cotidiano pela comunidade. De acordo com Cohen (2010, p. 106-107), as pessoas afirmam seu pertencimento a uma comunidade ao exprimir sua identidade através de algum sentimento compartilhado – relacionado à etnia, ao etos, à localidade, à cidadania. A expressão dessa identidade, do pertencimento a uma comunidade, portanto, encontra-se traduzida nas práticas aprendidas com a incorporação das experiências cotidianas. Podemos examinar esse acúmulo de experiências analisando as próprias

⁹⁰ A Segunda Guerra Púnica foi um divisor de águas na história de Roma. Após a vitória na guerra os membros da nobreza romana passaram gradativamente a se perceber como membros do grupo dominante do mundo mediterrâneo (SILVA, 2016, p. 153 e ss.). Garraffoni (2006, p. 70) afirma que, devido aos desdobramentos históricos – ao final da guerra Roma havia conquistado territórios que restariam sob o domínio romano durante séculos –, a Segunda Guerra Púnica tornou-se “uma das mais importantes ocorridas no Ocidente”.

⁹¹ Escrevemos “também nas palavras” porque podem ser transmitidas, por exemplo, por imagens, gestos.

práticas cotidianas. São essas práticas que procuramos analisar a partir da interpretação das relações entre os personagens nas comédias de Plauto. Os fragmentos do cotidiano romano, expresso nas comédias em diferentes passagens por vezes aparentemente desconectadas, ao serem entrelaçados permitem a construção de um texto conexo que nos desvela as experiências desse cotidiano.

Experiências cotidianas variadas se manifestam através de uma estrutura simbólica sustentada coletivamente, ou seja, expõem uma semântica social, expõem um repertório cultural e podem ser concebidas como um conjunto de textos passíveis de análise, de exame: são histórias da comunidade sobre a comunidade (GEERTZ, 1973a, p. 448-453; GEERTZ, 1980, p. 174 e ss.). Histórias que os grupos contam a si mesmos sobre si mesmos são, na visão de Geertz (1973a, p. 443 e ss.; 1980, p. 174 e ss.) e Turner (1982, p. 103-104), comentários metassociais a respeito daquelas comunidades⁹². Podemos, em nossa concepção, fazer comentário semelhante sobre as comédias de Plauto. Por ser um observador atento da sociedade romana, da qual é membro, Plauto, com seus textos, consegue expô-la no palco para os romanos na audiência. Galinsky (1969, p. 358), por exemplo, percebe as comédias de Plauto como produções realizadas para serem assistidas por uma audiência específica, de maneira que são fonte inestimável de informações sobre o ambiente romano do final do século III a.C. e o início do século II a.C.⁹³. Nelas o cotidiano da cidade está representado. Por exemplo, em *A comédia da marmita* Plauto (*Aulularia*, 505 e ss.) nos informa sobre a clientela à frente da porta dos patronos ricos, e em *O gorgulho* (*Curculio*, 466 e ss.) sobre onde encontrar em Roma diferentes tipos de pessoas – e seus papéis sociais: perjuros, prostitutas, açougueiros, videntes e outros. Fraenkel (2008, p. 198) advoga que, por exemplo, em *Os cativos* e *O gorgulho* Plauto penetra profundamente “na vida romana, particularmente na vida romana urbana”.

O trabalho do poeta, escreve Frye (1964, p. 63-64), de maneira diferente daquele do historiador, não versa sobre o que aconteceu, mas sobre o que acontece, sobre acontecimentos recorrentes, típicos. Fazendo paráfrase a uma ideia de Frye (1964, p. 64), um espectador não assiste a comédia apenas para descobrir se um personagem conseguirá ou não se relacionar com a mulher que deseja, ou para rir das tentativas do

⁹² É o caso, por exemplo, das peças gregas de Aristófanes, Ésquilo e Sófocles, consideradas por Turner como “reflexivas” (TURNER, 1982, p. 103-104).

⁹³ Para Galinsky (1969, p. 358) algumas peças exprimem “especificamente” os assuntos que dominaram a vida política, intelectual ou religiosa durante o “período criativo” de Plauto.

ancião de esconder sua panela de ouro⁹⁴, mas sim – citando Cícero, de acordo com o testemunho de Donato (*De comoedia*, V.1) – para assistir à “imitação da vida”, ao “espelho do hábito”, à “imagem da verdade”⁹⁵, pois existem semelhanças entre as inter-relações dos personagens nas comédias e as relações cotidianas. Os ganhos, as perdas, as conquistas, as frustrações, os sentimentos imersos nos diálogos dramáticos são exemplos das emoções das quais a sociedade é construída e que interconectam os indivíduos e os grupos (GEERTZ, 1973a, p. 449-453). Inter-relacionar personagens em situações comuns, mundanas, socialmente reconhecíveis, é representar o consuetudinário.

Essa representação do cotidiano é a representação da vida de todo indivíduo, sem exceção, pois, sendo a cotidianidade de tal forma onipresente e envolvente, ninguém se desliga inteiramente dela – ao mesmo tempo que ninguém vive apenas da cotidianidade, pois todos têm suas respectivas individualidades (HELLER, 1985, p. 17). Dessa forma, todo indivíduo, sem exceção, participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, mesmo que sua participação seja comumente considerada como insignificante⁹⁶, pois uma das características da vida cotidiana é sua heterogeneidade, sua variabilidade relativa à importância e ao conteúdo das atividades de cada indivíduo. A depender da comunidade e do contexto histórico, atividades como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, as atividades sociais sistematizadas ou a atividade religiosa têm maior importância na vida cotidiana, sendo que as outras atividades tendem a se organizar em torno das mais importantes em ordem hierárquica. Essa hierarquia da cotidianidade se modifica em função das diferentes estruturas econômico-sociais (HELLER, 1985, p. 18). Por exemplo, provavelmente entre 339 a.C. e 332 a.C. a lei Ovínia concedeu aos censores a capacidade de escolher os senadores romanos, tornando o Senado um corpo independente e a magistratura – a atividade – da censura uma das mais importantes do período da República (CORNELL, 2001, p. 248, 369). Os indivíduos, portanto, nascem inseridos nessa cotidianidade heterogênea e hierárquica, e seu amadurecimento significa a aquisição de todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana, ou seja, além do aprendizado básico

⁹⁴ Aludimos aqui a parte das tramas das comédias *O pequeno cartaginês* e *A comédia da marmita*.

⁹⁵ Adaptamos uma ideia de Frye sobre poetas à audiência das comédias. Frye (1964, p. 64), ao discorrer sobre a capacidade dos poetas de nos auxiliar a coordenar nossas impressões desorganizadas a respeito da vida, escreve que não assistimos “*Macbeth* para aprender sobre a história da Escócia”, mas sim para “aprender como se sente um homem após ganhar um reino e perder sua alma”. Utilizamos também a reflexão de Cícero sobre a comédia – de acordo com o testemunho de Donato (*De comoedia*, V.1) – que citamos anteriormente.

⁹⁶ Como no caso de um indivíduo considerado como pária social.

das normas e formas de manipulação das coisas⁹⁷, a assimilação das normas e formas das relações sociais: os elementos e as normas de integração na comunidade, as normas da cotidianidade, os costumes⁹⁸. Esse amadurecimento, ou seja, o aprendizado dos indivíduos, começa sempre nos grupos aos quais eles pertencem originalmente – como a família, por exemplo (HELLER, 1985, p. 18-19)⁹⁹.

Finalmente, as atividades cotidianas são engendradas pelo pensamento, de forma que o pensamento cotidiano se refere comumente de maneira exclusiva à orientação social e à realização dessas atividades cotidianas. Portanto, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade. O pensamento cotidiano e a atitude da vida cotidiana são pragmáticos, pois essa unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre o que é correto e o que é verdadeiro: juízos e pensamentos que objetivamente não são verdadeiros podem resultar corretos na atividade social, quando representarem os interesses do grupo a que pertence o indivíduo (HELLER, 1985, p. 31-32). Assim, representações sociais de grupos distintos e não integrados na comunidade – como é o caso dos cartagineses – são inseridas na cotidianidade e compartilhadas como expressões da verdade. Nesse sentido, o teatro, sendo, além de atividade social, uma atividade que congrega a comunidade, é veículo dessas representações compartilhadas, de valores e ideias que reforçam essas congregações e reafirmam as representações.

Porém, é preciso perceber as distintas dimensões da representação teatral – a representação do corpo e a representação do corpo no texto. Duncan (2006, p. 9) apropriadamente afirma que, assim como o corpo do guerreiro torna a guerra possível, o corpo do ator torna o drama possível. Devemos entender “drama”, nesse caso, não apenas como o texto dramático, mas também como a interpretação, pelo ator, do texto dramático. Por outro lado, precisamos nos lembrar que o desempenho, se fôssemos analisá-lo, deveríamos observá-lo ao longo da peça durante a preparação e quanto à

⁹⁷ Os objetos do cotidiano, como talheres, por exemplo.

⁹⁸ Os indivíduos nascem lançados na cotidianidade, de forma que assumem as funções da vida cotidiana como dadas (HELLER, 1985, p. 22-23).

⁹⁹ A vida adulta é alcançada quando, a partir da assimilação dessas normas, o indivíduo – cada um assimilando-as de forma particular e única, não repetível – passa a perceber e assimilar valores de integrações maiores, de maneira que consegue se manter e se orientar em situações cujas dimensões vão além daquelas do grupo original – ou seja, de se orientar e se movimentar no ambiente da sociedade em geral e, por sua vez, orientar e movimentar esse mesmo ambiente (HELLER, 1985, p. 19). É preciso levar em conta também, segundo Heller (1985, p. 22), a capacidade e a liberdade de escolha de cada indivíduo, além da manipulação social e do grau de alienação aos quais todos indivíduos estão sujeitos. O desenvolvimento de um indivíduo depende principalmente – mas não exclusivamente – de sua liberdade efetiva e de suas possibilidades de liberdade (HELLER, 1985, p. 22).

recepção pelo espectador (PAVIS, 2003, p. 320). Obviamente, em nosso caso é uma tarefa impossível. Não podendo analisar a atuação¹⁰⁰, é a riqueza expressiva dos textos dramáticos de Plauto que devemos analisar¹⁰¹.

Contudo, a intenção do autor no texto e o significado do que ficou registrado não mais coincidem. Claro que um texto possui autor¹⁰², mas, uma vez escrito, passa a existir uma dissociação entre significado e intenção do autor, de maneira que, uma vez que não temos mais os gestos, as expressões corporais e faciais, a mímica, a prosódia¹⁰³ – ou seja, conforme Plauto (*Men.*, 3) externou em *Os menecmos*, não temos mais o que é transmitido “através da língua”¹⁰⁴ –, nos resta a interpretação dos textos (RICOEUR, 1979, p. 77-78)¹⁰⁵.

Estamos, portanto, propondo a análise de representações sociais incorporadas ao cotidiano, as quais, assim advogamos, podem ser extraídas do *corpus* plautino através da hermenêutica dos textos que o compõem. Neste sentido, Bultmann (2006, p. 243) afirma que “todo texto fala na linguagem de seu tempo e de seu contexto histórico”. Horácio (*Epistulae*, II.1.168-170), por exemplo, ao comentar sobre Plauto, afirma que a comédia retira seus temas da vida cotidiana¹⁰⁶. Um texto, portanto, sendo discurso, é realizado em um tempo específico, está relacionado à sua atualidade, possui sujeito – quem escreve –, e fala sempre a alguém sobre algo que descreve, expressa ou representa, ou seja, fala ao interlocutor a quem se endereça (RICOEUR, 1979, p. 74-75). O discurso de Plauto tem como interlocutor o público: a audiência era a receptora original do discurso. As comédias de Plauto, então, podem ser compreendidas como uma janela para os costumes e as visões romanas do período em que foram escritas.

¹⁰⁰ É interessante notar que o termo “performance” faz parte dos dicionários em português desde ao menos o ano de 2004, sob a designação de “palavra estrangeira” (FERREIRA, 2004, p. 1537).

¹⁰¹ De acordo com Ryngaert (1996, p. 4, 19-20), as relações entre as práticas cênicas e o texto teatral são complexas, às vezes conflitantes, e variam conforme a época. Por isso, a análise do texto teatral e a análise da representação, apesar de complementares, são distintas.

¹⁰² Vide no Capítulo I, nossa argumentação sobre colaboração autoral.

¹⁰³ Nesse caso, a organização fonológica do modo de falar natural (FORTSON IV, 2008, p. 4, nota 11).

¹⁰⁴ O texto de Plauto (*Men.*, 3) é: “*adporto uobis Plautum - lingua non manu*” – “Trago a vocês Plauto através da língua, não da mão”. Plauto, aqui, usa uma metáfora para significar a representação teatral – aquilo que será “dito”: não leva ao palco fisicamente o autor (ele mesmo), mas sim a obra, que será encenada.

¹⁰⁵ “Apenas a interpretação é o ‘remédio’ para a fraqueza do discurso que o autor não pode mais ‘salvar’” (RICOEUR, 1979, p. 78). Ao invés de ser endereçado ao leitor ou ao ouvinte, o que está escrito é endereçado a uma audiência que o próprio texto cria, segundo Ricoeur (1979, p. 80).

¹⁰⁶ O texto de Horácio (*Epistulae*, II.1.168-170) é: “*Julga-se, porque extrai seus assuntos do meio, que exige o mínimo suor, mas a Comédia suporta tanta carga quanto menor é a indulgência. Observe Plauto, como garante o papel do efebo amante, que pai aplicado, que proxeneta insidioso*” – “*Creditur, ex medio quia res accersit, habere / sudoris minimum, sed habet Comoedia tanto / plus oneris, quanto veniae minus, adspice, Plautus / quo pacto partis tutetur amanti ephebi, / ut patris atenti, lenonis ut insidiosi*”. O “meio” aqui significa a comunidade, o ambiente comum.

X

Escrevemos anteriormente que Plauto utiliza personagens-tipo em suas comédias para compor sua representação da sociedade romana. Podemos analisar os personagens-tipo percebendo-os como símbolos. Símbolos devem ser compreendidos como sistemas dinâmicos sociais e culturais que variam na forma e irradiam e acumulam significado ao longo do tempo. São dispositivos abertos e não subentendem identidades atadas a condições bilaterais entre significante e significado (ECO, 1981, p. 44; TURNER, 1982, p. 22)¹⁰⁷. Os significados que são incorporados aos símbolos são compartilhados, mas não são rígidos, pois os símbolos não possuem significado intrínseco, não carregam verdade. A interpretação dos significados realizada por cada indivíduo é relativa aos seus insumos culturais herdados e compartilhados e sua capacidade interpretativa, ou seja, significados são imputados aos símbolos à luz das experiências (COHEN, 1993, p. 196; COHEN, 2010, p. 98).

A interpretação de um texto é possível porque os sinais linguísticos “não são governados por equivalência pura”, mas por um esquema de inferências (ECO, 1981, p. 44)¹⁰⁸. Ler significa fazer a exegese de acordo com as relações intratextuais e, claro, de acordo com a capacidade de interpretação de cada leitor, baseada em seu conhecimento e seus insumos culturais progressos¹⁰⁹. Esse movimento cognitivo de eliminar algumas possibilidades e reunir outras, gerando coerência semântica, é típico da interpretação de todo sistema de sinais (ECO, 1981, p. 44)¹¹⁰. Assim, a interpretação – leitura – dos símbolos capacitada pela experiência, da mesma forma que – resguardados os contextos, as diferenças nos meios e modos de comunicação – nos permite analisar os textos de Plauto, permitia à sua audiência perceber – “ler” – suas próprias experiências cotidianas manifestadas nas inter-relações – práticas – entre os personagens-tipo nas

¹⁰⁷ Um sinal é algo que está para alguém em lugar de outra coisa em certa relação ou capacidade – uma presença física que se refere a algo ausente (PEIRCE, 1991, p. 144; ECO, 1977, p. 110). A obra de Peirce é de 1873, relançada em 1991.

¹⁰⁸ Ler significa manobrar a informação semântica de forma a escolher entre traços distintivos mínimos dentro de cada campo semântico provido pelas unidades de significação, significa gerar significado por meio de hipóteses que forneçam contextos inteligíveis e razoáveis (ECO, 1981, p. 44-45). Segundo Eco (1981, p. 44): “a interpretação do texto é possível porque até mesmo os sinais linguísticos não são regulados por equivalência pura (sinônimo e definição); eles não são baseados na ideia de identidade, e sim governados por um esquema de inferências: são, dessa forma, infinitamente interpretáveis. Os textos podem dizer mais do que se pode supor, podem sempre dizer algo novo, precisamente porque os sinais são o ponto inicial do processo de interpretação, o qual leva a uma série infinita de consequências progressivas. Sinais são dispositivos abertos e não armaduras inflexíveis que prescrevem uma identidade bicondicional”. Falando de outra forma sobre a interpretação de textos, Eco (2018, p. 42) escreve que, enquanto a intenção do autor é inatingível e a do leitor é contestável – pois pode estar baseada em dados não presentes no texto –, a intenção do texto é transparente, pois refuta interpretações insustentáveis.

¹⁰⁹ E em uma relativa estabilidade psicológica, que evite devaneios interpretativos (ECO, 1981, p. 44).

¹¹⁰ “A própria natureza dos sinais postula um papel ativo por parte de seu intérprete” (ECO, 1981, p. 45).

comédias: as histórias da comunidade sobre a comunidade referidas por Geertz (1973a, p. 448-453; 1980, p. 174 e ss.).

Um personagem-tipo, portanto, pode ser compreendido como um símbolo, um sinal. Por exemplo, se posicionamos um soldado – “*miles*” – sobre um palco e o apresentamos a certa audiência, ele imediatamente perderá sua “natureza original de corpo ‘real’ entre corpos reais”, e fará referência a todos os soldados “existentes em nosso mundo real e em todos os mundos possíveis” (ECO, 1977, p. 109-110)¹¹¹. O *miles* sobre o palco, assim como o *senex* ou o *servus*, ao serem expostos tornam-se dispositivos semióticos, sinais (ECO, 1977, p. 110). Pelo fato de não conseguirmos eliminar nosso conhecimento adquirido, o sinal é percebido pela audiência como a representação de um papel social conhecido. Nuanças de interpretação acontecerão, de acordo com os insumos culturais e psicológicos de cada pessoa. Porém, quanto mais estereotipada for a representação, quanto mais estereotipado o personagem-tipo, maior o compartilhamento na percepção.

Isso acontece porque ao produzirmos estereótipos reduzimos as pessoas a características simples e essenciais, amplamente reconhecidas, e essas características são exageradas, simplificadas e naturalizadas, sendo finalmente fixadas (HALL, 1997, p. 257-258)¹¹². Identificar-se como membro de um grupo implica muitas vezes em representar outros de forma estereotipada, como pertencentes a grupos contrastantes, contribuindo para a identidade social (DELAMATER, 2000, p. 185). Estereotipar, portanto, é manter a ordem social e a ordem simbólica, pois traça uma fronteira entre o “normal” e o “anormal”, entre o “aceitável” e o “desviante”, ou seja, classifica as pessoas de acordo com uma norma – a norma criada pelo grupo que produz o estereótipo – e exclui os classificados como “outros” (HALL, 1997, p. 258-257). Dessa forma, um personagem-tipo estereotipado é a representação do “outro”.

Uma vez que o corpo do ator, através de suas expressões, é o meio para a comunicação dos sinais no teatro, ao procurar realizar seus personagens o ator pressupõe – a partir das diretrizes existentes no texto do autor – garantidos os estereótipos e os papéis sociais culturalmente definidos – e supostamente desempenhados por esses personagens –, uma vez que são produzidos por

¹¹¹ Eco (1977, p. 109-110), em seu texto, faz referência a um bêbado sobre um palco, mas a ideia é a mesma.

¹¹² Um estereótipo é uma crença a respeito das características dos membros de um determinado grupo, crença que induz certa disposição comportamental em relação a esse grupo, o objeto do estereótipo (DELAMATER, 2000, p. 184).

representações sociais compartilhadas por ele e pela audiência. Papeis sociais como pai, amigo, amante, camponês, escravo – personagens-tipo – preenchem essa categoria (TURNER, 1982, p. 94)¹¹³. É o reconhecimento desses papeis sociais, simbolizados nas comédias por personagens-tipo, que nos permitem diferenciar entre personagens romanos e não romanos e, dentre esses, caracterizar a representação compartilhada do cartaginês.

XI

Comentamos acima que Plauto externa em suas comédias visões compartilhadas romanas e expressões da identidade romana, marcando a diferença entre o que é romano e o que não é. Mas antes de tratarmos de identidade e diferença, é preciso compreender que quanto mais diferenciada e estruturada for uma sociedade, menos ela irá constituir a comunidade do indivíduo. Assim, uma sociedade complexa¹¹⁴, como a romana, por exemplo, é mais bem compreendida como um sistema articulado em comunidades organizadas e que interagem entre si, entendendo-se essas comunidades como os grupos aos quais os próprios indivíduos se atribuem pertencimento e se identificam – sejam eles étnicos, religiosos, políticos ou outros (HELLER, 1985, p. 65-66). Ao falarmos de identidade e diferença, portanto, estamos tratando também de um desses grupos, os grupos étnicos.

Grupos étnicos são categorias de identidade e de atribuição a si mesmo, são uma forma de organizar a interação entre pessoas (BARTH, 1998, p. 10). Indivíduos utilizam identidades étnicas – entre outras – para categorizar a si próprios e outros indivíduos, de maneira que, ao fazerem essa categorização, formam grupos étnicos. Assim, as feições que definem as etnias são as que os próprios agentes consideram significativas¹¹⁵. Uma vez que o pertencimento a uma categoria étnica significa possuir uma dada identidade, esse pertencimento implica em ser julgado e se autojulgar pelos padrões relevantes à identidade (BARTH, 1998, p. 13-14).

O conceito de grupo étnico comporta a ideia de descendência ou ancestralidade, de forma que os grupos étnicos são percebidos, tanto por si próprios quanto pelos outros, como “populações que possuem ou têm pretensão a antecedentes comuns”

¹¹³ O gestual também é significativo. Todorov (1971, p. 29-30) argumenta que não existem gestos naturais. Gestos semelhantes podem expressar significados diferentes, pois, sendo modelos de comportamento social, comunicam porque têm semelhança com a linguagem: são fenômenos com caráter significativo e dotados de estrutura (TODOROV, 1971, p. 34).

¹¹⁴ A qual exclui as sociedades tribais, por exemplo.

¹¹⁵ Assim como as diferenças geradas por variações ecológicas (BARTH, 1998, p. 14).

(FENTON, 2003, p. 25)¹¹⁶. Nesse sentido, os grupos étnicos podem ser descritos como comunidades de descendência, mas também de cultura, pois a ideia de descendência e ancestralidade implica na crença de mitos relativos ao passado, à mesma língua, aos mesmos costumes (FENTON, 2003, p. 25, 36)¹¹⁷. Portanto, feições culturais são utilizadas pelos atores como marcas de diferenças étnicas, sendo que o conteúdo cultural das diferenças étnicas é composto por duas ordens: as feições diagnósticas – como vestimenta, linguagem, forma de moradia, estilo de vida – e as orientações de valor – como padrões de moral, lembrando que apenas fatores socialmente relevantes tornam-se diagnósticos (BARTH, 1998, p. 13-15). É possível interpretar nos textos de Plauto feições diagnósticas como as mencionadas por Barth (1998, p. 13-15) marcando diferenças étnicas, por exemplo na caracterização feita do cartaginês por nosso autor em *O pequeno cartaginês*. Na comédia, observando a vestimenta do cartaginês, o escravo pergunta (*Poen.*, 975-977): “Mas qual é essa ave que vem para cá com *tunica*? Por acaso foi surrupiado de seu pálio nos banhos?”¹¹⁸. E o seu dono responde: “Certamente, por Pólux, a aparência é púnica”¹¹⁹.

Uma vez definido um grupo étnico, a natureza de sua continuidade depende da manutenção de um limite, uma fronteira¹²⁰. Esses limites são sociais¹²¹. Porém, as feições culturais que marcam a fronteira podem mudar, assim como podem mudar as características culturais de seus membros, e mesmo a forma organizacional do grupo pode se transformar (BARTH, 1998, p. 14-15)¹²². Dessa forma, fronteiras étnicas podem persistir, mesmo que haja mobilidade, contato e informação através delas, mesmo que indivíduos mudem suas participação e filiação étnica¹²³. Quanto a isso observamos na

¹¹⁶ Os termos “raça” e “nação” também possuem as mesmas características, segundo Fenton (2003, p. 25).

¹¹⁷ Deve-se perceber que obrigações familiares, e de forma mais geral, de parentesco, não podem ser equiparadas à etnia (FENTON, 2003, p. 155).

¹¹⁸ A passagem de Plauto (*Poen.*, 975-976) é: “*sed quae illaec auis est quae huc cum tunicis aduenit? / numnam in balineis circumductust pallio?*”. Plauto faz troça com os cartagineses assemelhando a vestimenta do personagem com uma *tunica*, pois os romanos denominavam de *tunica* um tipo de roupa íntima utilizada por ambos os sexos (LEWIS *et al.*, 1891, p. 1916; SARAIVA, 2019, p. 1231). O termo “*tunica*”, de acordo com Ernout e Meillet (2001, p. 707), é uma variação fonética de um termo comercial falado pelos fenícios e emprestado ao latim a partir da mesma palavra que forneceu o termo grego χιτών (*khitón*) – um tipo de vestimenta utilizada por gregos de ambos os sexos.

¹¹⁹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 977) é: “*facies quidem edepol Punica est*”.

¹²⁰ O fato de um grupo manter sua identidade durante a interação com outros grupos permite critérios para determinar o pertencimento e o não pertencimento (BARTH, 1998, p. 15).

¹²¹ Embora possam ter uma contraparte territorial (BARTH, 1998, p. 15).

¹²² A própria continuidade da dicotomia entre membros e forasteiros “permite-nos especificar a natureza da continuidade, e investigar a forma e o conteúdo cultural da mudança” (BARTH, 1998, p. 14-15).

¹²³ Onde existe a interação entre pessoas de diferentes grupos espera-se uma diminuição das diferenças, pois a interação requer e gera uma concordância de códigos e valores. Portanto, se existe a persistência do contato entre grupos étnicos, existem critérios e sinais para a identificação e a diferenciação (BARTH, 1998, p. 16).

tradição transmitida por escritores latinos sobre as origens de Roma, relatos da incorporação de estrangeiros como cidadãos nos quais pode ser percebida a manutenção das fronteiras entre a comunidade que se identifica como romana – aumentada pelas incorporações – e os estrangeiros (TORELLI, 1988, p. 53-57; GRUEN, 2013, p. 1-2; CORNELL, 2001, p. 75 e ss., 157; FARNEY, 2010, p. 149-150). Tito Lívio (IV.3.10 e ss.), por exemplo, relata, na forma de um discurso do tribuno Caio Canuleio, que sabinos e etruscos foram reis de Roma com o consentimento do povo e do Senado e que os membros da *gens Claudia*, todos sabinos, foram admitidos, além de cidadãos, como patrícios. Não estamos discutindo a veracidade desses relatos, mas apenas apontando sua importância como evidência de alguns elementos constitutivos da identidade étnica romana. Na visão de Cornell (2001, p. 157), por exemplo, os romanos “eram bastante sabedores de suas origens mistas e transformaram em virtude positiva a disposição de seus ancestrais em admitir estrangeiros em seu meio”. Sendo assim, é provável que a incorporação da ideia das origens mistas na produção da identidade romana tenha auxiliado a aceitação, ao menos por parte da população, de estrangeiros como novos cidadãos em Roma no período por nós estudado. Nesse sentido, a adoção era uma forma de inserção de estrangeiros no rol de cidadãos e é representada por Plauto (*Poen.*, 75-77) em *O pequeno cartaginês*. Watson (1967, p. 84) inclusive utiliza essa adoção representada na comédia como um de seus exemplos ao analisar a prática da adoção no período da República¹²⁴. Nossa atenção para esse caso de adoção se dá porque o adotado, de acordo com a comédia, nasceu em Cartago, sendo adotado quando criança.

Voltando aos relatos da origem mista dos romanos, sua aceitação pode estar relacionada ao processo de dominação romana na Península Itálica iniciado na segunda metade do século IV a.C. – portanto, bem posterior aos eventos narrados nos relatos de origem –, que obrigava as comunidades derrotadas na guerra ou submetidas de outra forma a se relacionar com Roma a partir de estatutos que ditavam obrigações e direitos específicos para cada uma, as quais passavam a ser categorizadas como *civitas optimo iure* – cujos cidadãos possuíam cidadania romana plena –, *civitas sine suffragio* – cujos cidadãos não tinham direito a voto em Roma, mas possuíam direito de *conubium* e *commercium*¹²⁵ –, comunidade de direito latino (*nomen Latinum*) – que tinha direito de *conubium* e *commercium* com cidadãos romanos, mas não entre eles mesmos e nem de

¹²⁴ Trataremos da adoção em Roma no período da República no Capítulo III.

¹²⁵ O direito de *conubium* era o direito de contratar casamento legal. O direito de *commercium* era o direito de concluir negócios válidos para adquirir ou vender bens e de fazer contratos legais, como o de possuir propriedade fundiária no território de outra comunidade latina (Cornell, 2001, p. 295).

ter relações políticas entre eles – e comunidade aliada (CORNELL, 2001, p. 296-297, 348-352; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 39-46, 60, 96; SALMON, 1969, p. 51-52; NICOLET, 1976, p. 44-46)¹²⁶. Havia também as colônias, que após a Segunda Guerra Púnica passaram a ser povoadas por cidadãos romanos, oportunidade para *peregrini*¹²⁷ se tornarem cidadãos romanos através do arrolamento no censo (SALMON, 1969, p. 105). Essa forma de dominação gerava a agregação de novos cidadãos à medida que novos territórios eram conquistados na Itália. Nesse caso, portanto, as fronteiras de identidade importantes dependiam do contexto social e das vantagens políticas, mostrando que a etnia nem sempre é um sinônimo evidente de fronteira de identidade mais importante (FENTON, 2003, p. 16-18). No caso dos cartagineses, além das marcas de diferenciação étnica, havia também o contexto político que os posicionava como inimigos na Primeira e na Segunda Guerra Púnica, exacerbando a diferença. Assim, a perspectiva da etnia associada ao contexto político oferece outro ângulo a partir do qual as inter-relações dos personagens nas comédias de Plauto podem ser analisadas para a compreensão da representação social do cartaginês em Roma.

XII

Em relação à metodologia de leitura das fontes, utilizamos a “análise de conteúdo”, a qual, de acordo com Bardin (2011, p. 37-38, 41), é um conjunto de técnicas para a análise das comunicações, ou seja, técnicas para a decifração e a análise dos veículos de significado de um ator para outro. Em outras palavras, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para a análise de sistemas simbólicos, pois os símbolos são instrumentos de comunicação (BARDIN, 2011, p. 34 e ss.)¹²⁸.

A análise de conteúdo, assim, busca conhecer as variáveis de ordem histórica, sociológica, psicológica, antropológica – e de outras áreas – contidas nos documentos analisados, de maneira que seja possível a compreensão das relações entre os atores em cada contexto específico (BARDIN, 2011, p. 49-50). O conhecimento dessas variáveis é possível através de mecanismos de dedução, baseados em indicadores reconstruídos a partir de amostras das mensagens contidas nos documentos analisados (BARDIN, 2011, p. 50).

¹²⁶ Comentaremos mais sobre esse assunto no Capítulo II.

¹²⁷ Estrangeiros.

¹²⁸ De acordo com Bardin (2011, p. 38), “em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

Bardin (2011, p. 125) separou a análise de conteúdo em três fases diacrônicas. A primeira é a da pré-análise, a segunda a da exploração do material, e a última, dividida em três etapas, é a do tratamento dos resultados, da inferência e da interpretação.

A fase de pré-análise é a da organização e da sistematização das ideias, e consiste geralmente da escolha dos documentos (da fonte), da formulação das hipóteses e dos objetivos, além da elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2011, p. 125). Na fase da exploração – uma vez concluída de forma conveniente a fase anterior – procede-se à análise propriamente dita do material, ou seja, aplica-se de forma sistemática as decisões previamente tomadas. É uma fase longa, na qual, a partir de regras previamente estabelecidas, se codifica, decompõe ou enumera o conjunto de dados da pesquisa (BARDIN, 2011, p. 131). Quanto à última fase, nela os resultados conseguidos na fase anterior devem ser tratados de forma a serem significativos e válidos com relação às hipóteses e objetivos previamente traçados (BARDIN, 2011, p. 131-132)¹²⁹.

Dentre as técnicas da exploração do material utilizamos a “análise categorial”. Categorizar é classificar os elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação – ou seja, em relação a outros elementos – e, em seguida, reagrupá-los, por analogia, segundo o gênero (segundo a tipologia), a partir de critérios definidos previamente. Trata-se, enfim, de investigar o que existe de comum entre os elementos do conjunto (BARDIN, 2011, p. 147-148). A análise categorial, ou análise por categorias, portanto, é operada pelo desmembramento dos documentos – da fonte – em unidades, ou categorias, de acordo com reagrupamentos analógicos, ou seja, segundo o tipo, ou o gênero (BARDIN, 2011, p. 201 e ss.).

Os complexos categoriais utilizados por nós para a leitura das comédias de Plauto, ou seja, os dados agrupados de acordo com o gênero, estão expostos a seguir e divididos em três grupos de categorias: “O cotidiano romano nas comédias”, “As comédias durante a Segunda Guerra Púnica” e “As comédias após a Segunda Guerra Púnica”.

¹²⁹ Segundo Bardin (2011, p. 131-132), podem ser utilizados métodos estatísticos nessa etapa.

COMPLEXO 1 <i>O cotidiano romano nas comédias</i>	
Categorias	Segmentos da população na audiência
	Ambientes romanos
	Práticas romanas
	Valores romanos
	Identidade romana

COMPLEXO 2 <i>As comédias durante a Segunda Guerra Púnica</i>	
Categorias	Inimigos identificados
	Vocabulário identificador do inimigo
	Identificação do cartaginês

COMPLEXO 3 <i>As comédias após a Segunda Guerra Púnica</i>	
Categorias	Inimigos identificados
	Vocabulário identificador do inimigo
	Identificação do cartaginês

XIII

Essa tese está estruturada, além dessa introdução, em três capítulos e nas considerações finais, seguidas das referências bibliográficas e de um Apêndice sobre os teatros temporários da República. O primeiro capítulo é dedicado a Plauto e sua obra. Primeiramente traçamos a biografia de Plauto a partir dos parcos dados que chegaram até nós. Traçamos então a história da definição do *corpus* plautino e da transmissão dos manuscritos, escrevemos sobre a tradição manuscrita, sobre as edições críticas impressas desde o século XV e a datação das comédias. Em seguida tratamos da constituição da audiência das comédias plautinas em termos qualitativos, ou seja, buscando perceber a presença de diferentes estratos sociais na audiência. Comentários sobre a recepção das comédias durante a época estudada e uma análise sobre Catão e sua relação com a *ars poetica* seguem após a caracterização da audiência. Essas análises da constituição da audiência e da recepção das comédias são fundamentais para procurar compreender a quem eram endereçados e qual o alcance dos textos teatrais, em termos das diferentes condições sociais e políticas dos indivíduos presentes. Segue-se a essas análises uma análise sobre colaboração autoral e sua relação com os textos de Plauto. O segundo capítulo está concentrado na variedade étnica da população romana.

Começamos analisando a expansão romana na Itália, desde o século IV a.C. até o século II a.C., abordando a anexação de territórios, a fundação de colônias e as diferentes relações jurídicas dessas comunidades conquistadas e vinculadas a Roma. Enfatizamos a importância das ligações políticas na formação do conglomerado que constrói, ao longo do tempo, o corpo de comunidades com cidadania romana, e o mosaico étnico que compõe esse conglomerado. Em sequência, tratamos da população escrava de Roma. A variação étnica da população de Cartago e das regiões próximas na África do Norte são, então, analisadas, e encerramos o Capítulo II com comentários sobre as relações entre Roma e Cartago. O Capítulo III está dirigido à análise das representações romanas dos cartagineses da forma que podem ser descortinadas nas comédias de Plauto. Procuramos demonstrar a diferença entre a representação romana dos cartagineses na época da Segunda Guerra Púnica, apresentada por Plauto na comédia *O cofre* e relacionada ao inimigo, e a representação romana dos cartagineses cerca de quinze anos após o final da guerra, contida na peça *O pequeno cartaginês*, representação que, apesar dos estereótipos, é positiva. Para proceder a essa análise, estudamos a constituição do personagem cidadão romano da comédia *O pequeno cartaginês* – nascido em Cartago, torna-se cidadão romano, *pater familias* e proprietário de terra – e suas relações com o personagem cartaginês, tanto familiares quanto de *hospitium*. Estudamos igualmente a constituição do personagem cartaginês, marcado por estereótipos, mas cuja *pietas* caracteriza a binaridade dessa representação romana posterior à guerra. Mostramos que essa variação entre as distintas representações dos cartagineses fornecidas por Plauto estão ligadas, provavelmente, às dissensões na política romana que existiam desde antes da Segunda Guerra Púnica, associadas às relações entre Roma e Cartago, e que continuaram no período posterior à guerra. Demonstramos também que a geografia da comédia – os lugares escolhidos por Plauto para construir sua trama – é composta por espaços conhecidos pelos romanos no período estudado. Finalmente, procuramos fornecer a data da primeira apresentação de ambas as comédias, de forma a caracterizar o intervalo de tempo entre representações tão díspares. Dessa forma, procuramos demonstrar que o teatro plautino era um difusor das concepções, dos valores e das ideias provenientes da própria comunidade, e que compartilhava com a audiência – a população romana – as mudanças nesses valores, ideias e concepções de acordo com o contexto histórico.

XIV

Por fim, gostaríamos de tecer algumas explicações sobre certas formalidades da escrita dessa tese. Passagens interiores às lacunas existentes nos manuscritos, ou seja, trechos mutilados nos manuscritos e preenchidos por conjectura nas fontes consultadas, ou mesmo os não preenchidos, estão demarcados por sinais de menor (<) e maior (>), respectivamente no início e no final da lacuna, de acordo com as edições críticas consultadas¹³⁰. As linhas em latim dos textos das comédias, ou de textos em verso, estão separadas por barras (/)¹³¹.

Em relação às fontes epigráficas, são transcritas de acordo com a obra consultada. Naquelas que citamos – cujo conteúdo está entre aspas – os trechos mutilados estão preenchidos por colchetes quando englobam letras que, supõem-se, estavam originalmente gravadas ou escritas, e por parênteses quando envolvem as letras que não estavam. Barras verticais separam as linhas na fonte epigráfica¹³². Nem todas as fontes epigráficas provêm de coleções ou estão reunidas na forma de *corpi*¹³³. Algumas fazem parte de estudos nos quais estão comentadas e analisadas, sendo citadas nessa tese em relação a essas referências.

Utilizamos texto em *itálico* quando julgamos necessário transcrever nomes e termos em latim¹³⁴. Igualmente, as transliterações do grego¹³⁵ e as transcrições das línguas semíticas estão em *itálico*¹³⁶. No caso da transliteração de termos encontrados na epigrafia, sejam antropônimos ou outros, usamos caixa alta¹³⁷.

Quanto à epigrafia semítica, os limites temporais relativos à datação das inscrições denominadas de fenícias (ou fenício-púnicas, dependendo do autor), púnicas ou neopúnicas¹³⁸ variam, como se pode observar nas discussões encontradas em Benz (1972, p. 11-14), Snycer (1978, p. 265-268), Krahmalkov (2000, p. 10-11) e Amadasi Guzzo (2011, p. 121 e ss.). Existem sobreposições no tempo entre elas – a fenícia com a

¹³⁰ Por exemplo, em *Psêdolo* (*Pseud.*, 236): “*mala merx est, <Pseudole>, illuc sis uide*”.

¹³¹ Por exemplo, na didascália da comédia *Estico*, de Plauto: “<*T. Macci Plauti Stichus*> / *Graeca Adelphe Menandru* / *Acta ludis plebeis* / *Cn. Baebio C. Terentio aed. pl.* / <*egit*> / *T. Publilius Pellio* / <*modos fecit*> *Marcipor oppii* / *tibiis sarranis totam < ... > C. Sulpicio C. Aurelio cos.*”.

¹³² Por exemplo: “*C. Clipea[rio(s)] | M.f. harasp(ex), | sorex, | q(uaestor), c(ensor) VII || heic | cubat*” (*CIL* I² 1988; *ILLRP* I 582).

¹³³ Como, por exemplo, o *Corpus Inscriptionum Latinarum* (*CIL*), as *Inscriptiones Latinae Liberae Rei Publicae* (*ILLRP*), ou o *Répertoire d'Épigraphie Sémitique* (*RES*).

¹³⁴ Por exemplo, *P. Licinius Crassus*, ou *peregrini*.

¹³⁵ Por exemplo, *pólis*.

¹³⁶ Por exemplo, *Hanno* ou *mibil*.

¹³⁷ Por exemplo, no nome púnico HN’ (*Hanno*) – Hanão. Os termos em púnico ou neopúnico foram transliterados e transcritos de acordo com as referências de onde foram retirados.

¹³⁸ De acordo com Février (1966, p. 94) e Snycer (1978, p. 266), no domínio da epigrafia os termos “púnica” e “neopúnica” só deveriam ser empregados à escrita, e não à língua falada.

púnica¹³⁹ e a púnica com a neopúnica. Dessa forma, o nome da escrita semítica e a data da inscrição nessa tese estão especificados de acordo com a obra de epigrafia consultada.

Todas as datas anteriores à Era Comum estão seguidas da abreviatura a.C. As datas posteriores estão assinaladas apenas pelo número do ano ou do século.

Finalmente, salvo significados já explicados acima e excetuando as situações em que esses termos estão escritos de acordo com as fontes, utilizamos os termos “púnico” e “púnica” ao nos referenciarmos à língua falada pelos cartagineses e outros grupos descendentes fenícios que habitaram o Ocidente do Mediterrâneo. Os étnicos “cartaginês” e “cartaginesa” são utilizados quando nos referenciamos diretamente a pessoas provenientes de Cartago, a mesma coisa sendo válida para outras localidades, conforme o caso.

¹³⁹ As distinções feitas entre as linguagens fenícia e púnica são, na maior parte, relativamente vagas quando se trata de definir os caracteres púnicos e o período inicial dessa última linguagem (AMADASI GUZZO, 2011, p. 121). Segundo Snycer (1978, p. 266), “no conjunto, o púnico se apresenta como uma simples continuação do fenício”, de forma que o autor define “provisoriamente o ‘púnico’ mais ou menos como uma *variação de língua* ou como um *falar*” (itálicos do autor). Resumindo, Snycer (1978, p. 266) emprega o termo “púnico” de forma convencional, significando “o fenício da África do Norte e do império cartaginês”, mas informa que a utilização, em certos casos, do termo “fenício-púnico” é preferível, pois sua imprecisão “reduz os riscos de erro, responde talvez, em certos casos, a um estado de fato e deixa as portas abertas ao futuro” (SNYCER, 1978, p. 266). Quanto à escrita neopúnica, foi empregada juntamente com a púnica desde antes da destruição de Cartago em 146 a.C. e, após a destruição, com a passagem do tempo, substituiu a escrita púnica (BENZ, 1972, p. 11). Apesar disso, existem evidências epigráficas na Sardenha da língua púnica – não a neopúnica – sendo utilizada entre os séculos II e III, mas com caracteres um pouco distintos dos originais (GARBINI, 2012, p. 18).

CAPÍTULO I

PLAUTO E AS COMÉDIAS

TITO MÁCIO PLAUTO¹⁴⁰

Tito Mácio Plauto¹⁴¹ nasceu, segundo Pompeu Festo (274,12-13)¹⁴² e Jerônimo (*Cron., Olimp.* 145, Abr. 1819)¹⁴³, na cidade de Sarcina, na Úmbria¹⁴⁴. A data de seu nascimento é inferida a partir de alguns indícios, os quais expomos a seguir.

¹⁴⁰ Pouco se sabe acerca da vida de Plauto. Os poucos dados biográficos conhecidos e aqui incluídos estão de acordo com Sellar (1905, p. 153 e ss.), Nixon (1997, p. xi e ss.), Ernout (2010, p. v-x), Segal (1987, p. 1 e ss.), Questa e Raffaelli (2008, p. 221 e ss.) e de Melo (2011j, p. xiv-xvii), e foram retirados das fontes antigas referidas no texto.

¹⁴¹ *Titus Maccius Plautus* é o nome com o qual nosso autor é normalmente referenciado, mas tem sido alvo de suspeitas desde muito. Segundo de Melo (2011j, p. xiv), *Maccus* é o nome padronizado para um dos personagens da farsa atelana e *Plautus* é a forma hipercorreta – ou seja, incorreta – do termo *plotus* (“pé-chato”), sugerindo uma possível alusão aos atores dos mimos, que atuavam, frequentemente, descalços. Saraiva (1993, p. 907) escreve que o adjetivo *plautus*, ou *plotus*, refere-se ao que tem as orelhas caídas, como um cão. Ambas as definições encontramos em Pompeu Festo: a relativa às orelhas está sob o verbete *Plauti* (259.1-2), e a relativa aos pés-chatos sob o verbete *Ploti* (275.1-3) e um verbete lacunar (274.9-14) – o título do verbete está em uma lacuna, mas é possível inferir que está relacionado ao plural *ploti*. Sobre Pompeu Festo, *vide* nota 142.

¹⁴² Sexto Pompeu Festo escreveu, na segunda metade do século II, um epítome da obra *Sobre o significado das palavras*, de Verrio Flaco. A versão de Pompeu Festo – da qual a primeira metade se perdeu – está organizada alfabeticamente em verbetes e foi, por sua vez, epitomada por Paulo Diácono, monge beneditino e historiador lombardo cuja produção se situa na segunda metade do século VIII (MOUNTFORD, 2012, p. 1179; LHOMMÉ, 2007, p. 33 e ss.; GLINISTER, 2007, p. 11 e ss.; WOODS, 2007; o, 109, 116 e ss.; SCHLAGER, 1911, p. 591-592). Segundo Lindsay (1904, p. 13), é “notório” que Paulo Diácono “mutilou lamentavelmente as citações” em seu epítome. Quanto a Verrio Flaco, produziu sua obra na passagem entre os séculos I a.C. e I, foi tutor dos netos de Augusto e um dos mais proeminentes estudiosos romanos. Escreveu trabalhos sobre temas variados, incluindo ortografia, assuntos etruscos, e festivais romanos e de outras cidades do Lácio (KASTER, 2012e, p. 1542). Sua obra *Sobre o significado das palavras*, perdida, é, segundo Kaster (2012e, p. 1542), a mais rica e influente da lexicografia antiga. Organizada em ordem alfabética, incluía palavras raras e obsoletas e tinha como fonte obras de autores mais antigos.

¹⁴³ Jerônimo, estudioso e asceta, tem sua obra datada entre a segunda metade do século IV e o início do século V. Sua tradução da Bíblia hebraica, juntamente com sua revisão e tradução do Novo Testamento grego, originou a vulgata, em latim. Escreveu, entre outras obras, comentários sobre os livros da Bíblia e a *Crônica* – uma tradução para o latim, adicionada de expansão, da *Crônica* de Eusébio de Cesareia (SCOURFIELD, 2012, p. 772; CAMERON, 2012, p. 555-556).

¹⁴⁴ A região da Úmbria, na Antiguidade, compreendia uma região maior que a atual. A cidade de Sarsina, que tem hoje o mesmo nome, faz parte atualmente da região denominada Emília-Romanha. De Melo (2011j, p. xv) comenta que, se Plauto nasceu na Úmbria, sua língua nativa não era o latim, de forma que a habilidade e a perícia de Plauto com essa língua é digna de nota. O etnônimo *umbri*, relacionado aos nascidos na Úmbria e àquela região, era conhecido pelo menos desde o século V a.C. na região central da Itália, porém, provavelmente apenas fora das áreas onde habitava o grupo de comunidades ao qual se referia. Dessa forma, segundo Bradley (2000, p. 24, 27), não se deve interpretar que era utilizado de maneira generalizada, durante o processo de dominação romana, como representante da identidade das comunidades da região denominada posteriormente pelos romanos como Úmbria. Cerca de oitenta anos após o processo de conquista, encontramos o etnônimo em uma comédia de Plauto, *O fantasma (Mostellaria, 770)* (DE MELO, 2011n, p. 308). Na comédia, Plauto utiliza o termo *umbra*, fazendo um trocadilho com “sombra”, para denotar uma mulher de Sarsina, sua cidade natal: “Se você não tem sombra, você é por acaso alguma sarsinata?” – “*Sarsinatis ecqua est, si Umbram non habes?*” (*Most.*,

Cícero (*De senectute*, 50) comentou que, durante a velhice, Plauto se deleitava com duas de suas comédias, *Psêudolo* e *O truculento*¹⁴⁵. Questa e Raffaelli (2008, p. 221) e De Melo (2011j, p. xv) afirmam que o termo *senex* – “velho”¹⁴⁶ – era comumente utilizado para pessoas com mais de sessenta anos, e um fragmento da didascália de *Psêudolo* informa que essa comédia foi encenada pela primeira vez em 191 a.C. Havendo já nessa data ultrapassado a idade de sessenta anos, autores modernos, concedendo alguns anos à idade do comediógrafo além dos sessenta, estimam que Plauto deva ter nascido entre 255 e 251 a.C. (QUESTA; RAFFAELLI, 2008, p. 221; DE MELO, 2011j, p. xv)¹⁴⁷.

Segundo Aulo Gélío (*Noctes Atticae*, III.3.14)¹⁴⁸, “Varrão e muitos outros” autores¹⁴⁹ registram que Plauto escreveu três comédias quando, voltando a Roma após perder no comércio todo o dinheiro que ganhou em trabalhos relacionados ao teatro¹⁵⁰, trabalhou para um padeiro movimentando um moinho de tração humana. Aulo Gélío (*NA*, III.3.14), procurando citar de memória o nome das comédias que Plauto teria escrito no moinho, recordava-se – segundo ele – apenas de duas, *O farto* (*Saturio*) e *O escravo por dívidas* (*Addictus*), confessando não se lembrar do nome da terceira¹⁵¹. Jerônimo (*Cron.*, *Olimp.* 145, Abr. 1819), corroborando de forma geral as informações de Aulo Gélío, adiciona que Plauto, além de escrever, vendeu as comédias escritas no período dos trabalhos no moinho¹⁵². Com efeito, aparentemente na época de Plauto a

770). Podemos interpretar a partir dessas informações que, se o termo *umbri* provavelmente não era utilizado como etnônimo em épocas mais remotas, possuía esse significado ao menos desde o início do século II a.C. na região de Roma, ou seja, denotava os indivíduos originários da região que viria a ser conhecida como Úmbria. O termo é utilizado, por exemplo, por Tito Lívio (IX.36.7) cerca de cento e noventa anos depois de Plauto.

¹⁴⁵ A sentença de Cícero (*De senectute*, 50) inclui também Nêvio e sua obra *Bellum Punicum*: “Quão Nêvio se deleitava com sua *Guerra Púnica*, quão Plauto com seu *Truculento*, quão com seu *Psêudolo*!” – “*Quam gaudebat Bello suo Punico Naevius, quam Truculento Plautus, quam Pseudolo!*”.

¹⁴⁶ O termo “*senectute*”, utilizado por Cícero, provém de “*senex*”.

¹⁴⁷ Portanto, considerando as informações acima, seus primeiros onze a quatorze anos foram vividos no período em que os romanos lutavam a Primeira Guerra Púnica.

¹⁴⁸ Aulo Gélío nasceu entre os anos 125 e 128. É autor de *Noites Áticas*, uma coleção, em vinte livros, de notas e excertos de leituras diversas sobre filosofia, história, leis e principalmente literatura e crítica textual, escrita em certas passagens em forma de diálogos e reminiscências. Sua escrita é caracterizada pela preferência do uso do latim antigo – típica de sua época. Publicou provavelmente cerca do ano 180 (HOLFORD-STREVENSON, 2012b, p. 606).

¹⁴⁹ O texto de Aulo Gélío (*NA*, III.3.14) é: “*Varro et plerique alii*”.

¹⁵⁰ O texto de Aulo Gélío (*NA*, III.3.14) é “*in operis artificum scaenicorum*”, literalmente, “nos trabalhos dos artistas das cenas”.

¹⁵¹ As peças aqui nomeadas por Aulo Gélío não fazem parte do *corpus* das comédias reconhecido hoje como Varronianas, conforme veremos.

¹⁵² Jerônimo (*Cron.*, *Olimp.* 145, Abr. 1819) afirma que “Plauto [...] o qual, quase em dificuldades com as suas provisões, se alugava aos moinhos manuais de um padeiro; lá, sempre que se desocupava do trabalho, costumava escrever peças e vendê-las” – “*Plautus [...] qui propter annonae difficultatem ad molas manuarias pistori se locaverat; ibi quotiens ab opere vacaret, scribere fabulas, et solitus vendere*”.

ocupação de mercador, apesar de sabidamente gerar lucro, era considerada arriscada, se levarmos em conta a opinião de um contemporâneo, Catão (*De agricultura*, 1-3), para quem o comércio, apesar de lucrativo, era “*periculosum et calamitosum*”, ou seja, “perigoso e sujeito ao desastre”¹⁵³. Quanto às informações sobre a escrita e a venda das comédias durante o período de trabalho no moinho, essas são, de acordo com alguns autores, como Questa e Raffaelli (2008, p. 224), provavelmente fantasiosas¹⁵⁴.

Seja como for, Varrão e outros autores testemunham que Plauto trabalhara no moinho após sua volta a Roma¹⁵⁵, o que implica necessariamente que havia anteriormente vivido ou ao menos passado algum tempo na *Urbs*¹⁵⁶. Podemos, tentativamente, identificar a época da volta de Plauto a Roma. Uma vez que, de acordo com Políbio (III.82.3, 82.10, 86.8-86.11), Aníbal avançou no norte da Itália, durante a Segunda Guerra Púnica, desde a Etrúria, “passando pela Úmbria”, e que durante esse avanço, segundo Tito Lívio (XXVIII.11.8-11.10), as populações das áreas rurais romana, do Lácio e da Etrúria, e até o vale do Pó ao norte, procuraram refúgio em Roma, podemos supor que habitantes da região da Úmbria, atingida pelo avanço cartaginês, também podem ter migrado para o centro urbano¹⁵⁷. Políbio (III.82.3, 82.10,

¹⁵³ Segundo Catão (*De agricultura*, 1, 3), “algumas vezes é vantajoso desejar o ganho através do comércio, se não fosse tão perigoso” – “*Est interdum praestare mercaturis rem quaerere, nisi tam periculosum sit...*” –, “porém, julgo o mercador ativo e zeloso para os ganhos, mas porém, como disse acima, perigoso e sujeito ao desastre” – “*Mercatorem autem strenuum studiosumque rei quaerendae existimo, verum, ut supra dixi, periculosum et calamitosum*”. Contudo, por exemplo, na comédia *As três moedas* (*Trin.*, 1182), o *senex* Charmides retorna são e salvo de uma viagem marítima de negócios e com lucros: “Retorno em segurança com os negócios bem geridos” – “*bene re gesta saluos redeo*”.

¹⁵⁴ A razão é que encontramos narrativa um pouco semelhante a respeito de Névio em Aulo Gélíio (*NA*, III.3.15), segundo o qual Névio teria escrito duas peças na prisão – de acordo com Aulo Gélíio (*NA*, III.3.15), as peças são *O advinho* (*Hariolus*) e *Leon* – nome de uma cidade próxima a Siracusa, na Sicília. Plauto, em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 211-214), alude a um poeta “bárbaro” que escreveu uma comédia na prisão. O poeta, segundo Pompeu Festo (32.14-16), é Névio. Porém, Mattingly (1960, p. 426-427) contesta a história sobre a prisão de Névio. Segundo Questa e Raffaelli (2008, p. 224), em relação a Plauto “a crítica moderna [...] é propensa a acolher apenas as datas de nascimento (aproximada) e de morte, o nascimento em Sarsina e a maturidade produtiva em Roma em um período que vai desde o final do século III a.C. até 184 a.C.”.

¹⁵⁵ Aulo Gélíio (*NA*, III.3.14) escreve “*inops Romam redisset*” – “sem recursos, teria voltado a Roma”.

¹⁵⁶ Esse é um contexto interpretativo semelhante ao que Eco (2004, p. 36-37) nos proporciona um exemplo: “Antes de mais nada, o leitor deve atualizar a própria enciclopédia de modo a compreender que o uso do verbo |voltar| de algum modo deixa implícito que o sujeito teria se afastado anteriormente”. Eco está, nesse caso, interpretando o texto a seguir: “João entrou no quarto. ‘Então voltaste!’ exclamou Maria, radiante” (ECO, 2004, p. 36).

¹⁵⁷ É importante aqui tecer comentários sobre a nomenclatura das Guerras Púnicas. As três guerras púnicas são bem distinguidas não apenas atualmente – como Primeira, Segunda e Terceira Guerra Púnica –, mas também na Antiguidade. A Primeira Guerra Púnica durou vinte e três anos e foi disputada basicamente na Sicília, nas áreas marítimas adjacentes e nas ilhas próximas, poucas vezes no norte da África. É separada da Segunda Guerra Púnica por um intervalo de vinte e três anos. A Segunda Guerra Púnica foi disputada principalmente dentro da Península Itálica, mas também na Hispânia, na Sicília, contra os macedônicos na Grécia – aliados dos cartagineses a partir de 216 a.C. – e, no final, no norte da África, tendo duração de dezesseis anos. O fato de forças cartaginesas penetrarem o território da Itália e

86.8-86.11) nos informa que o exército cartaginês destruiu e queimou os campos da Etrúria e que, “passando pela Úmbria e pelo Piceno”, tomou uma quantidade de butim tão grande “que seu exército não podia nem o conduzir nem carregar, [...] tendo matado grande quantidade de pessoas no caminho”. Esse avanço, segundo os movimentos cartagineses relatados por Políbio (III.82.3 e ss.), se refere aos anos entre 218 e 217 a.C. Se Plauto esteve em Roma anteriormente, e procurou ganhar a vida com o comércio, é possível que sua perda nos negócios e o retorno a Roma estivessem conectados com os desenvolvimentos da guerra na região norte da Itália. Podemos situar sua volta, tentativamente e baseados nessas informações, em 217 a.C. ou pouco antes.

É provável que Plauto tenha iniciado sua carreira de comediógrafo em idade madura, durante os anos da Segunda Guerra Púnica – que durou de 218 a 202 a.C. –, quando as comédias em Roma se tornaram mais frequentes e populares, principalmente a partir de 214 a.C., quando, de acordo com Tito Lívio (XXIV.43.7), pela primeira vez os *ludi scaenici* foram realizados ao longo de quatro dias, durante os *ludi Romani*¹⁵⁸. Duckworth (1994, p. 56), da mesma forma, acredita ser possível que Plauto tivesse começado a escrever comédias por volta do início da Segunda Guerra Púnica. Essa possibilidade é reforçada por uma afirmação de Aulo Gélio (*NA*, XVII. 21.46-47), segundo o qual Plauto prosperou como poeta em cena “não muito tempo depois” do início da Segunda Guerra Púnica e na mesma época da consagração de Catão como orador¹⁵⁹. Se Plauto estava entre os comediógrafos em 214 a.C., tinha cerca de quarenta anos de idade.

permanecerem lutando nesse território por quinze anos marcou essa guerra para os romanos, como podemos perceber em uma passagem de Tito Lívio (XXXVIII,53.11), que a compreende como a “mais importante, a mais perigosa que os romanos jamais conduziram”. Garraffoni (2006, p. 70), por exemplo, conforme citamos anteriormente, escreve que a Segunda Guerra Púnica se tornou “uma das mais importantes ocorridas no Ocidente”. A Terceira Guerra Púnica teve início após um longo intervalo de tempo, cinquenta e três anos depois do término da Segunda, e foi uma guerra com o objetivo de destruição de Cartago, durando apenas três anos. Na Antiguidade essas guerras eram também entendidas como distintas. Por exemplo, a Primeira Guerra Púnica é denominada por Névio (*Bellum Poenicum*, fr. 40) de “*bellum Poenicum*”. Políbio (I.3.6; III.27.1) denomina a Primeira Guerra Púnica de “Σικελίας πόλεμον” (“*Sikelías pólemon*”) – “Guerra da Sicília” – e a Segunda Guerra Púnica de “Άννιβακόν πόλεμον” (“*Annibiakón pólemon*”) – “Guerra Anibálica”. Cornélio Nepos (*Amilcar*, 4.3) e Cícero (*Phil.*, V.27) denominam a Segunda Guerra Púnica de “*secundum bellum Poenicum*”. Apiano (*Sic.*, 2.5; *Hann.*, 117) denomina a Primeira Guerra Púnica de “πρώτος περὶ Σικελίας Ῥωμαίοις καὶ Καρχηδονίοις πόλεμος” (“*prôtos perì Sikelías Romaíois kaì Karkhedoníois pólemos*”) – “Primeira Guerra de Romanos e Cartagineses pela Sicília” – a Segunda Guerra Púnica de “Άννίβου πόλεμον” (“*Anníbou pólemon*”) – “Guerra de Aníbal”.

¹⁵⁸ Comentaremos os *ludi scaenici* e suas relações com os *ludi Romani*, assim como outros festivais, mais à frente.

¹⁵⁹ De acordo com Cícero (*De senectute*, 50), Catão nasceu seis anos após o consulado “de Cento e Tuditano”, ou seja, em 234 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 221). Portanto, em 214 a.C. tinha vinte anos de idade.

Plauto provavelmente desfrutou de sucesso popular (MANUWALD, 2011, p. 227)¹⁶⁰. Morreu, de acordo com Cícero (*Brutus*, 60), em 184 a.C.¹⁶¹ e, segundo o testemunho de Aulo Gélcio (*NA*, I.24.3), escreveu o próprio epitáfio¹⁶², transcrito no Livro I da obra *Sobre os poetas*, de Varrão:

Plauto, desde que alcançou a morte, a comédia chora,
O palco está deserto, então o riso, o jogo e a espirituosidade
E todos os inúmeros ritmos choram em conjunto¹⁶³

O CORPUS PLAUTINO

Definição e transmissão

Trabalhamos nessa tese com o conjunto de textos de Plauto que formam o *corpus* plautino denominado de Varroniano. De acordo com Segal (1987, p. 1), o *corpus* das

¹⁶⁰ Além disso, provavelmente ganhava dinheiro com as peças, que por volta de 200 a.C., devido à duração dos festivais, à introdução de novos festivais, às *instaurationes* e aos *ludi* especiais – celebrados durante triunfos, funerais –, eram já boa fonte de renda, segundo Taylor (1937, p. 302-303). Uma fonte para essa interpretação sobre o rendimento das comédias é uma passagem de Horácio (*Epistulae*, II.1.175-176): “De fato, ele se regozija em deixar cair moedas na bolsa, e depois disso descuida se a peça cai ou permanece ereta pelo calcanhar” - “*gestit enim nummum in loculos demittere, post hoc securus cadat an recto stet fabula talo*”. Notar que, segundo Manuwald (2011, p. 82), a peça romana de maior sucesso no período da República foi *O eunuco*, de Terêncio.

¹⁶¹ Cícero (*Brutus*, 60) escreveu que Plauto morreu sob o consulado de Públio Cláudio e Lúcio Pórcio, quando Catão era censor, o que nos remete ao ano de 184 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 374). Alguns indícios apoiam a afirmação de Cícero. O verso 980 de *Cásina*, de acordo com Questa e Raffaelli (2008, p. 222), parece fazer alusão à repressão das bacanais ocorrida no ano de 186 a.C., sugerindo que o comediógrafo estava ainda vivo nesse ano ou pouco depois. Jerônimo (*Cron.*, Olimp. 145, Abr. 1819) posiciona a morte de Plauto no ano 200 a.C., o que, segundo Questa e Raffaelli (2008, p. 222), é um erro causado por uma confusão entre o período de produção de Plauto e a época de sua morte. Segundo Jerônimo, “*Plautus ex Umbria Sarsinas Romae moritur*” – “Plauto, de Sarsina, na Úmbria, morre em Roma” (*Cron.*, Olimp. 145, Abr. 1819).

¹⁶² A autoria dos epitáfios antigos atribuídos na Antiguidade ao próprio morto é controversa. Por exemplo, Krostenko (2013, p. 47 e ss.) argumentou que o epitáfio de Névio, atribuído também por Aulo Gélcio (I.24.2) ao próprio Névio, é uma criação posterior, de meados do século II a.C. Mattingly (1960, p. 421) acredita que seja de cerca de 100 a.C. O epitáfio de Plauto, citado acima, foi posicionado por Fraenkel (2008, p. 251) entre meados e a segunda metade do século II a.C. Marples (1938, p. 2) deixou em aberto a autoria do epitáfio de Plauto. Por outro lado, segundo Segal (1981, p. 357) os epitáfios de Plauto e Névio são considerados originalmente genuínos, por exemplo, por Giovanni Pascucci, que escreveu em 1971 um artigo sobre o assunto, argumentando que seus versos parecem pertencentes à época posterior porque tiveram sua métrica modificada no período entre o final do século I a.C. e o século II. A referência ao artigo de Pascucci está em Segal (1981).

¹⁶³ O texto do epitáfio, segundo Aulo Gélcio (*NA*, I.24.3), é: “*Postquam est mortem aptus Plautus, Comoedia luget, / Scaena est deserta, dein Risus, Ludus Iocusque / Et Numeri innumeris simul omnes conlacrimarunt*”. A obra *Sobre os poetas* (*De poetis*), de Varrão, está perdida e os sete únicos fragmentos existentes em citações de outros autores, como esse citado por Aulo Gélcio, estão coligidos na edição de Baehrens dos *Fragmenta poetarum Romanorum* (1886, p. 295-296). Aulo Gélcio (*NA*, I.24.3) comenta que apenas acredita que a autoria do epitáfio é do próprio Plauto devido à autoridade de Varrão. Aulo Gélcio (*NA*, I. 24.1-2, 4) transcreve também os epitáfios de Cneu Névio e Marco Pacúvio. Fraenkel (2008, p. 251) acredita que, enquanto os dois primeiros versos do epitáfio de Plauto podem ser aplicados a qualquer poeta cômico, o último verso é relacionado apenas a Plauto.

comédias atribuídas a Plauto que chegou até nós é o mais extenso conjunto de literatura dramática do período clássico que possuímos de um mesmo autor. Atualmente possuímos vinte e uma comédias no *corpus* plautino, das quais vinte estão completas ou com algumas lacunas, e uma, *A valise (Vidularia)*, existe em pouco mais de cem linhas (FORTSON IV, 2008, p. 10). Existem ainda muitos fragmentos de outras comédias que algumas fontes atribuem a Plauto¹⁶⁴.

Na passagem do século II a.C. para o século I a.C. diferentes estudiosos – incluídos entre esses Lúcio Élio Estilo, Sérvio Cláudio e Aurélio Opílio – discutiram as dificuldades que os textos de Plauto ofereciam aos leitores contemporâneos, adicionando aos textos glossários de palavras raras e obsoletas. Esses estudiosos proviam diferentes leituras dessas palavras, por vezes com divergência entre as leituras (LINDSAY, 1904, p. 2-3). Sabemos por Varrão, em sua obra *Sobre a língua latina (De lingua Latina, VII.106-107)* que a etimologia de alguns termos presentes nos textos de Plauto era discutida e escrita nas obras desses estudiosos, os quais adicionavam glosas às palavras difíceis que encontravam nos manuscritos. Lindsay (1904, p. 4) comenta que essas glosas – notas marginais ou sublineares – eram passíveis de provocar variações na leitura dessas palavras nas cópias posteriores dos manuscritos, dependendo da preferência e da percepção dos diferentes amanuenses.

Nessa época, entre meados do século II a.C. e o século I a.C., começou a ser definido o *corpus* das comédias de Plauto. De acordo com Aulo Gélcio (*NA, III.3.1; III.3.9*), existiam na época ao menos seis listas distintas de comédias atribuídas a Plauto e aparentemente a de Lúcio Ácio¹⁶⁵ foi uma das primeiras, na qual sabemos que ele indicou comédias que, em sua opinião, não eram genuínas. Nossa primeira visão sobre um número específico de comédias atribuídas a Plauto provém de uma dessas listas, a de Lúcio Élio Estilo. Segundo Aulo Gélcio (*NA, III.3.11-12*), Lúcio Élio Estilo, “*homo eruditissimus*”¹⁶⁶, entre o final do século II a.C. e o início do século I a.C. estimou que existiam vinte e cinco comédias de Plauto.

¹⁶⁴ Esses fragmentos foram reunidos por De Melo, Ernout, Lindsay e Leo em suas respectivas edições críticas.

¹⁶⁵ Lúcio Ácio nasceu em Pisauro, na Itália. Viveu entre 170 a.C. e a década de 80 a.C. – Cícero (*Brutus, 229*) escreve que Ácio tinha trinta anos em 140 a.C. Foi um estudioso da literatura e poeta dramático, e suas peças foram apresentadas desde ao menos 140 a.C. até a passagem do século II a.C. para o século I a.C. Escreveu tragédias, *fabulae praetextae*, poemas, versos saturninos, e a *Didascalía*, obra em nove livros que tratava do teatro grego e romano, da vida dos poetas, e de diferentes gêneros poéticos (WARMINGTON, 1936, p. xix-xxiv; JOCELYN; MANUWALD, 2012, p. 3).

¹⁶⁶ “Homem eruditíssimo”.

Porém, Aulo Gélíio (NA, III.3.3) registra que o responsável pela definição de um *corpus* plautino foi Varrão, no século I a.C., que atribuiu vinte e uma peças a Plauto. Essas se tornaram conhecidas como “Varronianas”¹⁶⁷ e foram atribuídas por Varrão por serem, em sua época, consensualmente aceitas como escritas por Plauto¹⁶⁸. A lista das comédias constava, provavelmente, na obra de Varrão denominada *Sobre as comédias plautinas*¹⁶⁹, sobre a qual temos notícia graças também a Aulo Gélíio (NA, III.3.9).

É interessante notar que Varrão atribuía a Plauto outras comédias além das vinte e uma que, segundo ele mesmo, eram consensualmente atribuídas ao comediógrafo¹⁷⁰. Ademais de sua lista das Varronianas, Varrão utilizava como critérios para atribuí-las a Plauto, segundo Aulo Gélíio (NA, III.3.1-3.2), o estilo do comediógrafo e seu uso da palavra¹⁷¹. Aulo Gélíio (NA, III.3.3-4) citou algumas dessas outras peças, como *A mulher da Beócia* (*Boeotia*) – que ele mesmo leu –, a qual, apesar de ser atribuída na época a outro autor¹⁷², Varrão “não duvidava que fosse de Plauto”. Outras duas peças mencionadas por Aulo Gélíio (NA, III.3.14) como atribuídas a Plauto por Varrão – e, de acordo com Aulo Gélíio (*loc. cit.*), por vários outros – são *O farto* (*Saturio*) e *O escravo por dívidas* (*Addictus*). Contudo, é importante percebermos que o conjunto definido como Varroniano é a massa documental que, começando a ser isolada e reagrupada no século II a.C., foi elaborada até tornar-se definida em meados do século I a.C. O conjunto de textos provenientes do século II a.C. é o que Fortson IV (2008, p. 10) e Questa (2015, p. 528) denominaram de arquétipo mais antigo das comédias de Plauto. Quanto ao *corpus* definido no século I a.C., Lindsay (1904, p. 4-5) nota que as

¹⁶⁷ “Denominadas de Varronianas” – “*varronianae vocantur*” –, segundo Aulo Gélíio (NA, III.3.3).

¹⁶⁸ O texto de Aulo Gélíio (NA, III.3.3) é: “Pois, além dessas vinte e uma que são denominadas de Varronianas, as quais, dessa forma, separou das outras, uma vez que não eram duvidosas, mas sim consideradas de Plauto por consenso de todos...” – “*Nam praeter illas unam et viginti quae Varronianae vocantur, quas idcirco a ceteris segregavit, quoniam dubiosae non erant set consensu omnium Plauti esse censebantur...*”. Lindsay (1904, p. 12) argumenta, de forma bastante plausível, que é possível que o consenso que gerou as vinte e uma peças chamadas de Varronianas tenha sido formado, de alguma forma, a partir das comédias comuns a todas essas listas existentes desde o século II a.C.

¹⁶⁹ *De comoediis plautinis*. Não sabemos o número de livros da obra de Varrão, mas sabemos que havia mais de um, pois Aulo Gélíio (NA, III.3.9) cita um trecho do que denomina “primeiro livro”.

¹⁷⁰ Por exemplo, Terêncio, em *Os irmãos* (*Adelphoe*, 7) afirma que Plauto escreveu uma comédia de nome *Os que morrem juntos* (*Commorientes*) – a qual Ácio não considerava de Plauto, de acordo com o que escreveu Varrão no primeiro livro de sua obra *Sobre as comédias plautinas*, citado por Aulo Gélíio (III.3.9). Outro exemplo, Carísio (*Ars grammatica*, 251, 255), no século IV, e Prisciano (*Institutiones*, 188-189, 271), no século VI, em alguns de seus comentários gramaticais, usaram exemplos de uma comédia que atribuíram a Plauto denominada *Frivolária*. A *Frivolária* é comentada por Varrão (*De lingua Latina*, VII.58), mas não faz parte das vinte e uma consideradas atualmente em sua lista canônica. Utilizamos nesse estudo a ordenação da edição de Barwick para a obra de Carísio.

¹⁷¹ Aulo Gélíio (NA, III.3.1-3.2) se diz convencido da verdade desses critérios, os quais também são utilizados, segundo ele, por “homens bem letrados [...] que leram várias vezes, cuidadosamente e com diligência, uma grande quantidade de peças de Plauto”.

¹⁷² O nome do autor, segundo Aulo Gélíio, é Aquílio (NA, III.3.3).

passagens das comédias de Plauto das quais Varrão se utilizou para construir seus comentários em outra de suas obras – *Sobre a língua latina* – são “praticamente idênticas” às que encontramos nos manuscritos mais antigos que contêm as comédias de Plauto¹⁷³, até mesmo em relação aos hiatos e à colometria¹⁷⁴. Nesse sentido, segundo Tarrant (1983, p. 303), não existem dúvidas de que as vinte e uma peças da lista de Varrão – as denominadas de Varronianas – são as mesmas que foram transmitidas para nós.

As comédias Varronianas de Plauto continuaram a ser lidas, ao menos com intuito lexicográfico, na passagem entre o século I a.C. e o século I. Sabemos disso pelo conhecimento dos fragmentos de *Sobre o significado das palavras (De vorborum significatu)*, de Vérrio Flaco. Várias citações de Plauto existentes nos fragmentos dessa obra são concordantes com os textos nos manuscritos que possuímos hoje (LINDSAY, 1904, p. 19).

No século II, frente ao interesse nas comédias de Plauto por diferentes autores, principalmente por causa da linguagem e para o estudo das palavras antigas, diferentes textos dramáticos que circulavam eram atribuídos a Plauto, não apenas os da lista de Varrão (MAY, 2014, p. 754-761). Sabemos disso através de Aulo Gélcio (*NA*, III.3.1-3, III.3.11-12), segundo o qual havia ainda em sua época em Roma, entre as Varronianas e as denominadas por ele de duvidosas – “*ambiguae*” –, cerca de cento e trinta textos dramáticos “sob o nome de Plauto”¹⁷⁵. Porém, a dissociação feita por Aulo Gélcio (*NA*, III.3.1 e ss.) entre essas outras comédias e as comédias Varronianas é uma evidência da transmissão dessas últimas como um *corpus* íntegro. May (2014, p. 756-757), por exemplo, interpreta que o comentário de Aulo Gélcio sobre as vinte e uma comédias de Plauto e sua especificação como Varronianas são indícios de que no século II elas estavam se tornando canônicas.

¹⁷³ Os manuscritos em questão são o palimpsesto A e os manuscritos da família P – cujo arquétipo se perdeu –, sobre os quais falaremos mais à frente, no texto.

¹⁷⁴ O “hiato” ocorre quando existe a retenção do valor de duas vogais que se encontram em uma palavra (WEST, 1987, p. 4). Colometria é a divisão das linhas dos *cantica* da poesia (LINDSAY, 1904, p. 37; WEST, 1987, p. 4). Cada uma dessas unidades de divisão é denominada *colon* – plural *cola*. O *colon* é uma única frase na métrica da poesia, com não mais que cerca de doze sílabas. Alguns *cola*, de período curto, coincidem com os versos, mas normalmente os *cola* são subdivisões de “períodos”. Os “períodos”, por sua vez, são definidos como os segmentos de composição dentro dos quais existe continuidade prosódica (WEST, 1987, p. 4).

¹⁷⁵ O texto de Aulo Gélcio (*NA*, III.3.11-12) é: “Porém, são apresentadas sob o nome de Plauto cerca de cento e trinta comédias” – “*Ferentur autem sub Plauti nomine comoediae circiter centum atque triginta*”. O exercício intelectual de discernir entre peças escritas ou não por Plauto parece ter sido bastante difundido em Roma. Por exemplo, Cícero (*Epistulae ad familiares*, IX.16.4) afirma que considera um certo Sêrvio um homem *litteratissimus*, pois facilmente poderia afirmar “esse verso não é de Plauto, esse é” – “*hic versus Plauti no est, hic est*”.

Assim, vemos que desde o final do século II a.C. existia um conjunto de ao menos vinte e cinco comédias atribuídas a Plauto, das quais quatro perderam consenso sobre a autoria – consenso entre as autoridades literárias consideradas por Varrão. Restou finalmente, em meados do século I a.C., um grupo de vinte e um textos denominados de Varronianos, caracterizados, definidos como escritos por Plauto. Esse *corpus* das comédias Varronianas é o que foi transmitido ao longo dos séculos, como veremos. É importante ressaltar que a própria existência da preocupação em definir um *corpus* nos indica a importância atribuída à obra de Plauto desde o século II a.C.¹⁷⁶.

Passando ao século IV, encontramos as comédias Varronianas de Plauto nas citações que Nônio Marcelo¹⁷⁷ faz em sua obra *Sobre a doutrina vantajosa – De compendiosa doctrina* (LINDSAY, 1904, p. 8 e ss.)¹⁷⁸. É importante notar que Lindsay (1904, p. 24, nota i) deixa claro que, a respeito das comédias não Varronianas, não é possível afirmar se não estavam disponíveis ou se apenas não foram utilizadas por Nônio Marcelo. O fato é que apenas as Varronianas constam em *Sobre a doutrina vantajosa*. Lindsay (1901, p. 8-9; 1904, p. 24-25), a partir da análise dos textos, afirma que Nônio Marcelo possuía duas cópias das peças Varronianas de Plauto: uma das cópias continha todas as vinte e uma comédias, a outra apenas três (*Anfitrião*, *A comédias dos asnos* e *A comédia da marmita*), sendo que essas três muito provavelmente continham os mesmos textos em ambas as cópias. A partir do estudo e da análise dos textos contidos no léxico de Nônio Marcelo e nos manuscritos supérstites de Plauto, Lindsay (1904, p. 25-26) afirma que as cópias de Nônio Marcelo exibiam textos cujas distinções dos textos das comédias que possuímos atualmente são ínfimas¹⁷⁹. Essas discrepâncias, de acordo com Lindsay (1904, p. 25-26), não provêm

¹⁷⁶ O período entre o final do século II a.C. e o início do século I a.C. assistiu também ao início da criação de outro *corpus*: a compilação de obras jurídicas. Provavelmente a partir do final do século II a.C. criou-se o hábito dos pretores emitirem, no início da magistratura, um edito destinado a ser válido por todo o ano do mandato – por isso denominado de *perpetuum* –, contendo as fórmulas que pretendiam adotar, além do início dos comentários analíticos dos juristas (SCHIAVONE, 2016, p. 128-129).

¹⁷⁷ Nônio Marcelo, que viveu no século IV, é autor de uma obra enciclopédica em vinte livros denominada *Sobre a doutrina vantajosa (De compendiosa doctrina)*, da qual o décimo sexto livro se perdeu. Os doze primeiros livros tratam de problemas gramaticais e semânticos e o restante de termos para vestes, armas e outros. Nônio Marcelo extraiu seus exemplos de obras de autores da República, mas também consultou compilações anteriores, como uma feita por Aulo Gélio. Nônio Marcelo é a principal fonte atual para várias obras de autores antigos, especialmente para a poesia de Varrão (KASTER, 2012b, p. 1019-1020).

¹⁷⁸ Segundo Lindsay (1904, p. 23), as citações de Nônio Marcelo em *Sobre a doutrina vantajosa* podem todas ser atribuídas com bastante precisão às fontes das quais foram retiradas – ou seja, é possível discernir a obra, o autor, e se as citações foram tomadas de glosas ou de lexicógrafos anteriores.

¹⁷⁹ Lindsay (1901, p. 10-35, 37-78, 82-88) listou, por ordem alfabética e para cada livro de *Sobre a doutrina vantajosa*, todos os *lemmata* encontrados na obra de Nônio Marcelo, não apenas os provenientes de Plauto, mas de todos os autores utilizados por Nônio Marcelo. Esse trabalho permitiu que Lindsay

das cópias que Nônio Marcelo possuía, mas sim de outras fontes – obras lexicográficas ou comentários marginais em obras de outros autores¹⁸⁰. Ou seja, as cópias das comédias de Plauto que Nônio Marcelo possuía são concordantes com os manuscritos das comédias Varronianas que conhecemos (LINDSAY, 1904, p. 26).

As análises de Lindsay (1904, p. 26) também sugerem que a ordem das comédias nas cópias de Nônio Marcelo era diferente da existente nas duas recensões dos manuscritos que possuímos hoje¹⁸¹ – o palimpsesto A e o manuscrito perdido P –, o que implica que no século IV existia mais de uma edição das comédias Varronianas – ao menos três, segundo Lindsay (1901, p. 103, 107-108)¹⁸².

Ainda no século IV e até o século VI encontramos evidências de comédias atribuídas a Plauto mas não pertencentes à lista das Varronianas, na obra de Carísio (*Ars grammatica*)¹⁸³ no século IV, e na de Prisciano (*Institutiones*)¹⁸⁴ no século VI.

chegasse à conclusão sobre as duas cópias das obras de Plauto, e sobre as pequenas discrepâncias entre os textos dessas cópias e os textos dos manuscritos que possuímos. Segundo Lindsay (1904, p. 26), cerca de duzentas a trezentas linhas das três primeiras comédias de Plauto presentes nas cópias de Nônio Marcelo – *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia* – foram preservadas na obra desse último, e as discrepâncias entre essas linhas e as linhas correspondentes nos textos dos manuscritos supérstites “são tão poucas que quase podem ser contadas nos dedos de uma das mãos”.

¹⁸⁰ É importante notar, e conforme comenta Lindsay (1904, p. 36), que o trabalho dos gramáticos e dos antiquários, na ânsia de restaurar as “antigas formas e as frases verdadeiras” no texto dos antigos dramaturgos, frequentemente criava novas variantes dessas formas e frases. Seria muito difícil que uma edição de Plauto, ou de outro autor antigo, preservasse as formas de todas as palavras originais intactas, dadas as condições sob as quais a literatura manuscrita é oferecida ao público e transmitida por sucessivas cópias (LINDSAY, 1904, p. 36).

¹⁸¹ Comentaremos os manuscritos de Plauto mais à frente, no texto.

¹⁸² Em todas as edições, da forma que Lindsay (1901, p. 108) propõe que eram constituídas, as comédias estavam ordenadas em uma ordem alfabética relativa apenas à primeira letra: primeiro as comédias começadas com a letra A (*Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*), seguidas por *Bacchides*, depois pelas comédias começadas com a letra C (*Captivi*, *Curculio*, *Casina*, *Casina*), e assim por diante, sendo que a ordem das comédias começadas com a mesma letra variava dependendo da edição. De acordo com as análises de Lindsay (1904, p. 26), a possível ordem das comédias na cópia de Nônio Marcelo é: *Anfitrião* (*Amphitruo*), *A comédia dos asnos* (*Asinaria*), *A comédia da marmita* (*Aulularia*), *As báquides* (*Bacchides*), *O cofre* (*Cistellaria*), *Cásina* (*Casina*), *Os cativos* (*Captivi*), *O gorgulho* (*Curculio*), *Epídico* (*Epidicus*), *O fantasma* (*Mostellaria*), *O soldado fanfarrão* (*Miles Gloriosus*), *Os Menecmos* (*Menaechmi*), *O mercador* (*Mercator*), *Persa* (*Persa*), *Psêdolo* (*Pseudolus*), *O pequeno cartaginês* (*Poenulus*), *A corda* (*Rudens*), *Estico* (*Stichus*), *As três moedas* (*Trinummus*), *O truculento* (*Truculentus*) e *A valise* (*Vidularia*). Nos manuscritos descendentes de P que possuímos, *Bacchides* está posicionada após *Epidicus* (TARRANT, 1983, p. 303).

¹⁸³ Flávio Sosípater Carísio foi um gramático latino cuja produção é datada no século IV. A obra de Carísio faz parte do conjunto de manuais de gramática latina escritos entre os séculos III e VIII, *corpus* denominado convencionalmente de *Grammatici Latini* e editado, entre 1855 e 1880, por Heinrich Keil. Carísio terminou sua *Ars grammatica* na segunda metade do século IV (BRISCOE; RICH, 2013a, p. 52-53).

¹⁸⁴ Prisciano – conhecido apenas por esse único nome – foi o um grande gramático do final da Antiguidade. Nasceu em Cesaréa, na Maurítânia, África, e ensinou em Constantinopla no início do século VI. Sua obra gramatical ocupa quase dois volumes do *corpus* denominado de *Grammatici Latini*, ao qual aludimos na nota 183. Além dessa obra, Prisciano escreveu um panegírico e versões em latim de obras gregas. Suas *Institutiones* se tornaram a principal obra para o ensino da gramática e do latim na Europa, durante a Idade Média. Um dado interessante: existem mais manuscritos da obra de Prisciano que de qualquer outra obra latina em prosa, fora a Bíblia (BRISCOE; RICH, 2013b, p. 114-115).

Desconhecemos o estado em que se encontravam os textos dessas comédias não Varronianas quando foram utilizadas pelos estudiosos até o século VI, se estavam fragmentados ou se deles apenas restavam excertos. O fato é que se perderam e hoje as conhecemos apenas pelos títulos ou por pequenos fragmentos – alguns são compostos por só uma palavra –, associados aos títulos ou não, preservados nas obras de lexicógrafos, gramáticos e estudiosos (DE MELO, 2013d, p. 419-421).

Quanto às Varronianas, a maior parte ficou perdida durante a Idade Média. Até o início do século XV os manuscritos conhecidos continham apenas oito comédias de Plauto – *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Captivi*, *Casina*, *Cistellaria*, *Curculio* e *Epidicus* (SANDYS, 1908a, p. 6; STOCKERT, 2014, p. 681). Em 1429 Poggio Bracciolini¹⁸⁵ foi informado da descoberta, por Nicolau de Cusa, em uma biblioteca de Colônia – na atual Alemanha –, do denominado *codex Ursinianus* (*Vaticanus* 3870, signo D, de data disputada entre o século X e o século XII¹⁸⁶), códex que Poggio transportou para a Biblioteca do Vaticano, o qual contém, além de quatro¹⁸⁷ das oito comédias já conhecidas até a época, outras doze que eram ainda desconhecidas – *Bacchides*, *Menaechmi*, *Mercator*, *Miles Gloriosus*, *Mostellaria*, *Persa*, *Poenulus*, *Pseudolus*, *Rudens*, *Stichus*, *Trinummus* e *Truculentus* (LINDSAY, 1896, p. 6; SANDYS 1908a, p. 34; ERNOUT, 2010, p. xxviii-xxix; DUCKWORTH, 1994, p. 439; TARRANT, 1983, p. 304; SABBADINI, 1905, p. 110-112; STOCKERT, 2014, p. 681). Todos os manuscritos humanistas descendem desse *codex* (LINDSAY, 1896, p. 6; STOCKERT, 2014, p. 681). Finalmente, em 1815 foi descoberto o palimpsesto *Ambrosianus G 82 sup.*, caracterizado com o signo A, o qual contém, em diferentes graus de fragmentação, todas as vinte e uma comédias Varronianas de Plauto (LINDSAY, 1896, p. 4-6; TARRANT, 1983, p. 303; FORTSON IV, 2008, p. 11)¹⁸⁸.

Sabe-se atualmente, conforme escrevemos acima, que as vinte e uma comédias atribuídas a Plauto que possuímos correspondem às Varronianas comentadas por Aulo Gélcio (LINDSAY, 1904, p. 19, 26; TARRANT, 1983, p. 303). Essas são as seguintes: *Anfitrião* (*Amphitruo*), *A comédia dos asnos* (*Asinaria*), *A comédia da marmita* (*Aulularia*), *As báquides* (*Bacchides*), *Os cativos* (*Captivi*), *O gorgulho* (*Curculio*),

¹⁸⁵ Poggio Bracciolini foi secretário papal desde 1403. Viveu entre 1380 e 1459, nasceu em Terranuovo, na Itália, próximo a Arezzo, e foi educado em Florença (SANDYS, 1908a, p. 25).

¹⁸⁶ A datação mais recente que conseguimos, segundo Questa (2015, p. 526), o posiciona no século X. É datado do século XI segundo Lindsay (1896, p. 6), Ernout (2010, p. xxviii) e Tarrant (1983, p. 304), e do século XII segundo Sabbadini (1905, p. 112).

¹⁸⁷ *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia* e metade de *Captivi* (SANDYS, 1908a, p. 34, nota 5).

¹⁸⁸ Comentaremos esse manuscrito, assim como os outros manuscritos de Plauto, à frente.

Cásina (Casina), O cofre (Cistellaria), Epídico (Epidicus), O fantasma (Mostellaria), Os Menecmos (Menaechmi), O soldado fanfarrão (Miles Gloriosus), O mercador (Mercator), Psêdolo (Pseudolus), O pequeno cartaginês (Poenulus), Persa (Persa), A corda (Rudens), Estico (Stichus), As três moedas (Trinummus), O truculento (Truculentus) e A valise (Vidularia) (LINDSAY, 1896, p. 6; PECK, 1898, p. 1275). Fortson IV (2008, p. 11), conforme comentamos anteriormente, baseado em estudos relativos ao estilo e à métrica dos textos do *corpus* plautino, defende que todas essas comédias foram escritas por um único autor.

*A tradição manuscrita*¹⁸⁹

De acordo com Lindsay (1904, p. 1, 79), possuímos hoje uma “visão clara” da tradição textual de Plauto apenas por volta do século IV¹⁹⁰. Essa tradição é representada por duas recensões¹⁹¹. A primeira recensão, do século IV, é representada por apenas um documento, o mais antigo existente com textos de Plauto, o palimpsesto¹⁹² *Ambrosianus*

¹⁸⁹ Nessa seção e na seguinte os títulos das comédias de Plauto estão em latim, para preservar sua sequência nos manuscritos.

¹⁹⁰ Os manuscritos de Plauto apresentam muitas dificuldades, não apenas porque erros foram adicionados aos textos pelos amanuenses durante os séculos de transmissão, mas também porque frequentemente estão incompletos, com páginas perdidas (DE MELO, 2011j, p. civ). Segundo Questa (2015, p. 526), ao comentar o volume de trabalho que exige o estudo dos manuscritos plautinos, Friedrich Leo escreveu que “a mortalidade não permite a apenas uma pessoa recensear e emendar Plauto” – “*recensere Plautum et emendare mortalitas non concedit uni*”. Um exemplo de diferenças na colação dos manuscritos geradas por dificuldades na leitura pode ser percebido em *Pseudolo*. No verso 236, Lindsay lê: Calidoro: “*quonam uincere pacto possim animum?*”, enquanto, para o mesmo verso, Leo, seguido por De Melo, lê: Calidoro: “*quonam pacto possim?*” / *Pseudolo*: “*uince animum*”. Outro exemplo, também em *Pseudolo*. No verso 954, Lindsay lê: Simia: “*Illicnest?*” / *Pseudolo*: “*illic*’st. / Simia: “*mala mercist, <Pseudole>, illuc sis uide*”, enquanto Leo lê (e Nixon utiliza-o): Simia: “*Illicnest?*” / *Pseudolo*: “*Illic est*”. / Simia: “*Mala mercist < >*” / *Pseudolo*: “*Illuc sis uide*”. De Melo lê no verso em questão: Simia: “*illicine est?*” / *Pseudolo*: “*illic est*” / Simia: “*mala merx est, <Pseudole>, illuc sis uide*”.

¹⁹¹ Comentamos anteriormente sobre as ínfimas diferenças entre os textos dessas recensões e as cópias das comédias que Nônio Marcelo possuía no século IV (LINDSAY, 1901, p. 103 e ss.; 1904, p. 25-26).

¹⁹² Um palimpsesto é um manuscrito em pergaminho cujo texto anterior foi lavado ou raspado para dar lugar a outro (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 85; CLEMENS; GRAHAM, 2007, p. 67, 108-109). Textos clássicos foram os mais comumente apagados dessa forma, tidos como pagãos e substituídos por textos cristãos (CLEMENS; GRAHAM, 2007, p. 109). Por exemplo, o palimpsesto de Jerusalém (signo H), talvez o mais antigo manuscrito contendo tragédias de Eurípides, possui 1593 linhas das tragédias *Hécuba*, *As fenícias*, *Orestes*, *Andrômaca*, *Hipólito* e *Medea*, e sessenta e oito páginas do que, aparentemente, era um pequeno texto de Eurípides, material copiado, aproximadamente, entre os anos de 950 e 1050. Esses textos de Eurípides, apagados para ceder espaço a um comentário dos profetas do *Velho Testamento* escrito cerca de 1300, são atualmente melhor compreendidos graças à tecnologia de iluminação dos manuscritos com luz ultravioleta (PERADOTTO, 1970, p. 123). Outros textos comumente apagados, encontrados em palimpsestos, são os litúrgicos obsoletos e os textos legais anulados. Além disso, textos gregos e hebreus tiveram a mesma sorte em regiões onde se falava o latim e não eram compreendidos. Os séculos VII e VIII são os períodos onde mais palimpsestos foram produzidos, quando vários manuscritos, datando do século IV ao VII, foram apagados para dar lugar a novos textos em mosteiros como o de Bobbio, na Itália, Luxeil, Corbie e Fleury, na França, e São Galeno, na Suíça (CLEMENS; GRAHAM, 2007, p. 109). No caso do palimpsesto *Ambrosianus G 82 sup.*, o texto

G 82 sup., escrito em maiúsculas¹⁹³ e identificado com o signo A (LINDSAY, 1896, p. 4-6; TARRANT, 1983, p. 303; FORTSON IV, 2008, p. 11).

O palimpsesto A foi descoberto pelo cardeal italiano Angelo Mai em 1815, na Biblioteca Ambrosiana, em Milão, Itália, e sua importância foi rapidamente reconhecida¹⁹⁴. Contudo, uma tentativa de Angelo Mai de melhorar a leitura da *scriptio inferior* com reagentes químicos foi desastrosa, pois o produto reagiu com a tinta e queimou partes do documento¹⁹⁵. Se por um lado o manuscrito ficou mais legível, o tratamento provocou danos extensos (TARRANT, 1983, p. 303; FORTSON IV, 2008, p. 11-12; STOCKERT, 2014, p. 682)¹⁹⁶.

Na sua forma original, o palimpsesto A continha todas as vinte e uma peças Varronianas, mas foram perdidas ou estão ilegíveis quase todas as partes de *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Captivi*, *Curculio* e *Vidularia*, e grande parte de várias outras comédias (TARRANT, 1983, p. 303). Diferentes estudiosos procuraram trabalhar com o palimpsesto A, mas o trabalho de Wilhelm Studemund¹⁹⁷ foi o mais importante. Studemund passou cerca de vinte e cinco anos tentando decifrar o que sobrou no palimpsesto A da *scriptio inferior*, muito danificada pelos reagentes químicos (STOCKERT, 2014, p. 682)¹⁹⁸.

de Plauto foi tentativamente apagado e sobre ele escrito os livros *Reis*, na versão Vulgata, no século VI (TARRANT, 1983, p. 303).

¹⁹³ Até o século V os manuscritos em latim eram escritos em maiúsculas, sendo que a partir do século IV passaram também a ser escritos em unciais, ou maiúsculas arredondadas – ou seja, a palavra TRINNVMS passou a ser escrita TRINNUMUS, com a maiúscula “V” sendo escrita “U”. A escrita minúscula se tornou a única nos manuscritos a partir do século VIII, de forma que encontramos em manuscritos italianos a minúscula lombarda, em espanhóis a minúscula visigótica, em franceses ou alemães a minúscula carolina, ou carolíngia – à qual os tipos de impressão comuns atuais se assemelham. Na região da atual Alemanha, na época das primeiras impressões mecânicas, estava em voga uma forma minúscula carolíngia diferente – com mais ligaturas e menos legível –, denominada gótica, ou escolástica. Foi a partir desta última forma de escrita que foram feitos os primeiros tipos para a imprensa (LINDSAY, 1896, p. 2, nota 1).

¹⁹⁴ Segundo Stockert (2014, p. 682), a importância do palimpsesto A já havia sido percebida anteriormente por um assistente do vice-presidente da Biblioteca Ambrosiana. Angelo Mai publicou os fragmentos do palimpsesto A em 1815 sob o título *Plauti fragmenta inedita* (DE LA VILLE DE MIRMONT, 1918, p. 25).

¹⁹⁵ Em um palimpsesto, a *scriptio inferior* – “escrita inferior”, a que está sotoposta – é o texto que foi tentativamente raspado do pergaminho, na tentativa de apagá-lo, para posteriormente se proceder à *scriptio superior* – “escrita superior” –, ou seja, o texto que se deseja escrever sobre o pergaminho anteriormente utilizado (PASQUALI, 1952, p. 44, nota 3). “Muitos palimpsestos tornaram-se ilegíveis na primeira metade do século XIX, por culpa dos seus próprios descobridores, que fizeram uso de reagentes químicos para vê-los melhor, sem fazer nenhuma ideia das consequências” (PASQUALI, 1952, p. 45).

¹⁹⁶ Rochette (2006, p. 340), comentando uma edição de *A valise (Vidularia)*, de Plauto, associa o estado danificado do palimpsesto A a um queijo suíço.

¹⁹⁷ Wilhelm Studemund, que viveu entre 1843 e 1889, além do palimpsesto A, transcreveu e publicou, em 1874, o palimpsesto de Gaio descoberto em Verona. Publicou igualmente grande número de artigos sobre Plauto (SANDYS, 1908b, p. 142). Comentaremos sobre Gaio no Capítulo III.

¹⁹⁸ Em seu esforço para perceber cada letra individualmente, Studemund também usou reagentes químicos, porém menos agressivos, e gerou um sistema que permite verificar que partes de uma letra são

Após Wilhelm Studemund, Friedrich Schoell trabalhou no palimpsesto A, em 1888, mas apenas nas páginas que contêm *Cistellaria* (STOCKERT, 2014, p.683). O trabalho de Studemund, e parcialmente o de Schoell, foram fundamentais para as edições de dois importantes editores de Plauto, Friedrich Leo e Wallace Martin Lindsay (STOCKERT, 2014, p. 683)¹⁹⁹.

A segunda recensão é representada por um manuscrito em minúsculas do século VIII ou IX, ancestral dos denominados manuscritos palatinos, identificado com o signo P e hoje perdido – descendente, provavelmente, de um manuscrito em maiúsculas não posterior ao século V (LINDSAY, 1896, p. 4-8; TARRANT, 1983, p. 303-304; FORTSON IV, 2008, p. 12)²⁰⁰.

O mais antigo e melhor representante dessa recensão P se perdeu (LINDSAY, 1898, p. 7; PASQUALI, 1952, p. 51-52; TARRANT, 1983, p. 305)²⁰¹. Era um manuscrito provavelmente do século IX ou X, preservado no mosteiro de Santa Colomba, em Sens, na França, o qual continha *O pequeno cartaginês* e diferentes lições

legíveis, quais letras são ilegíveis, propôs escritas e adicionou notas com leituras possíveis (STOCKERT, 2014, p. 682-683).

¹⁹⁹ Em 2008 especialistas utilizaram técnicas de imageamento digital para tentar tornar legíveis as páginas mais problemáticas do palimpsesto A – a primeira aplicação de técnicas modernas ao documento (STOCKERT, 2014, p. 683). O trabalho, efetivado especialmente para a edição de Goldberg (2011, p. 211) da comédia *Cistellaria*, permitiu tal nível de decifração das áreas lacunares que um novo signo para o palimpsesto Ambrosiano (A*) tornou-se justificável, utilizado “para indicar as leituras derivadas das fotografias melhoradas digitalmente”. As técnicas de imageamento multiespectral separam a luz incidente em diferentes comprimentos de onda. Foram realizadas fotografias em ultravioleta e infravermelho de doze páginas do palimpsesto, nas quais Stockert (2014, p. 684) entendeu que haveria “alguma chance de sucesso”. O processo digital e o trabalho de leitura posterior – leitura realizada com o auxílio “indispensável”, segundo Stockert (2014, p. 684), da especialista Teresa De Robertis – estão descritos, com imagens como exemplos, por Stockert (2014, p. 684 e ss.). É interessante notar a latinização de “clichê fotográfico” na descrição do novo signo A*: “leituras distinguidas nas imagens mostradas em clichês fotográficos com o auxílio de Theresa De Robertis” – “*lectiones quas in imaginibus phototypice depictis adiuvante Theresia De Robertis dispexi*” (STOCKERT, 2009a, p. 23).

²⁰⁰ Segundo Tarrant (2016, p. 6), manuscritos que sobreviveram até o século IX e a épocas posteriores passaram por dois processos que, potencialmente, estão ligados ao desaparecimento de vários manuscritos. O primeiro é a transição do rolo de papiro para o códex de pergaminho – entre aproximadamente o século II e o século V. O segundo é a cópia dos manuscritos, antes escritos em maiúsculas, para a escrita minúscula nas últimas décadas do século VIII (*vide* nota 193). Papiros duram pouco tempo e, se não foram preservados de forma acidental em ambientes secos, como os desérticos, aqueles não copiados até o século V já estariam destruídos nas últimas décadas do século VIII. Além desses dois processos, manuscritos poderiam ser raspados para dar lugar a novos escritos – os palimpsestos. Conforme comentamos, algumas obras foram preservadas dessa forma, como palimpsestos (TARRANT, 2016, p. 6). É o caso de cerca de um quarto ou um terço do tratado *Sobre a República*, de Cícero, descoberto em 1819 ou 1820 em um manuscrito do Vaticano – *Codex Vaticanus 5757*, denominado V, provavelmente do século V ou VI (VAN BUREN, 1908, p. 84 e ss.) – com comentários de Agostinho sobre os Salmos (KEYES, 1928, p. 9; TARRANT, 2016, p. 6). Em um único palimpsesto (*Vat. Pal. lat. 24*), do final do século VI ou início do século VII, partes de dez manuscritos antigos foram encontrados (TARRANT, 2016, p. 6). Fatores econômicos também influenciaram a sobrevivência de manuscritos, relacionados à escolha de que obra copiar, pois pergaminhos eram artigos caros para uma época de restrição econômica como a posterior a meados do século V (TARRANT, 2016, p. 6).

²⁰¹ Provavelmente foi queimado em 1567, quando o mosteiro beneditino em que se encontrava foi pilhado e queimado (LINDSAY, 1898, p. 7).

para outras oito comédias, principalmente para *Cásina*. Esse manuscrito é denominado atualmente de *codex Turnebi* (ou *Fragmenta Senonensia*), identificado com o signo T e conhecido apenas pelas notas que Adrian Turnèbe²⁰² fez a partir dele em uma de suas obras, e pela colação de François Duaren²⁰³ nas margens da edição de Plauto impressa por Sebastian Gryphius²⁰⁴ em Lyon, na França, em 1540. Em 1897 Lindsay descobriu, na biblioteca Bodleiana, em Oxford, uma cópia da edição de Gryphius com as lições nela escritas por Duaren, as quais relacionam-se à segunda metade de *Psêdolo*, a *O pequeno cartaginês*, a *Persa*, à primeira parte de *A corda*, e a algumas passagens de *As báquides*²⁰⁵. A descoberta de Lindsay (1898, p. 1 e ss.) permite o conhecimento, ainda que parcial, do que continha o *codex Turnebi* (LINDSAY, 1898, p. 1 e ss.; PASQUALI, 1952, p. 51-52; TARRANT, 1983, p. 305; STOCKERT, 2014, p. 681).

Portanto, a tradição manuscrita plautina direta compreende duas recensões, uma pelo palimpsesto A e outra pelo manuscrito P, e ambas as recensões remetem a um arquétipo, provavelmente do século IV, que continha todas as vinte e uma comédias Varronianas²⁰⁶. A existência desse arquétipo é demonstrada pela presença de muitos erros, comuns em ambas as recensões, que dificilmente poderiam ter surgido espontaneamente em cada uma (LINDSAY, 1896, p. 4-8; TARRANT, 1983, p. 303-305; FORTSON IV, 2008, p. 12)²⁰⁷. Esse arquétipo era a cópia de uma edição erudita provavelmente não posterior ao século II (TARRANT, 1983, p. 306; FORTSON IV,

²⁰² Adrian Turnèbe também é conhecido como Adrianus Turnebus, seu nome da forma que é impresso em suas obras. Viveu entre 1512 e 1565, nasceu em Andelis, na França, foi educado em Paris, e foi professor em Toulouse e Paris (SANDYS, 1908a, p. 185, nota 1).

²⁰³ François Duaren, jurista, viveu entre 1509 e 1559, estudou os Clássicos e foi eleito para a cátedra de Leis em Bourges, na França, em 1538 (LINDSAY, 1898, p. 1-2).

²⁰⁴ Sébastien Gryphe era o nome desse impressor de Lyon, França, nascido na região da atual Alemanha. Foi um dos grandes impressores no ocidente da Europa, talvez o maior impressor das obras de Erasmo de Roterdã (KEMP, 2000, p. 22; FLETCHER, 2012, p. 378-379). É conhecido como Sebastian Gryphius, o nome impresso nas edições por ele produzidas.

²⁰⁵ As notas de Duaren aparentemente não foram retiradas diretamente do manuscrito, mas sim transcritas da colação de Turnèbe (LINDSAY, 1898, p. 1 e ss.; PASQUALI, 1952, p. 51-52; TARRANT, 1983, p. 305; STOCKERT, 2014, p. 681).

²⁰⁶ É possível que o arquétipo dos manuscritos contivesse indicações de cena, pois existem duas dessas indicações nos manuscritos palatinos sobre as quais, segundo Lindsay (1904, p. 81), não é possível dizer se são relíquias da recensão palatina ou interpolações feitas por algum escriba medieval. Essas indicações de cena são também denominadas de indicações de regência, ou rubricas. Por exemplo, em *A comédia da marmita* (Aul., 60), no início do monólogo de Euclião, nos manuscritos palatinos existe a indicação “*hoc secum loquitur*” – “aqui ele fala para si mesmo”. O arquétipo continha também títulos de cena, indicações dos nomes das personagens – *Pseudolus*, *Gelasimus*, etc. – e de seus papéis na peça – *puer*, *servus*, *parasitus*, e assim por diante –, preservados de maneiras diferentes nos manuscritos supérstites (LINDSAY, 1904, p. 88 e ss.).

²⁰⁷ Lindsay (1904, p. 131-133, 146) posteriormente argumentou contra a teoria de que um mesmo arquétipo teria dado origem às duas recensões, A e P. Lindsay (1904, p. 150) entendia que essa origem única só poderia ser demonstrada se fossem encontradas evidências de que diferentes escribas cometeram o mesmo erro de forma independente, tanto no palimpsesto A quanto manuscritos P. Essa evidência foi apresentada por Tarrant (1983, p. 305).

2008, p. 130)²⁰⁸. O palimpsesto A contém quase a totalidade de *Persa*, *Poenulus*, *Pseudolus* e *Stichus*, mas muito pouco ou nada de *Anfitrião*, *A comédia dos asnos*, *A comédia da marmita*, *Os cativos* e *O gorgulho*, e fragmentos de *Vidularia*, enquanto o manuscrito perdido P não continha *Vidularia* (LINDSAY, 1896, p. 4-6; TARRANT, 1983, p. 303; FORTSON IV, 2008, p. 13). Segundo Lindsay (1896, p. 4-9), a correlação entre A e os manuscritos descendentes de P permite a leitura mais correta do original plautino, enquanto a correlação apenas entre os manuscritos da tradição proveniente de P pode somente levar a erros não passíveis de correção²⁰⁹.

Entre os séculos IX e X o manuscrito P – ou um descendente – foi dividido em duas partes: uma parte contendo as comédias *Amphitruo* a *Epidicus*, e outra as comédias *Bacchides* a *Truculentus* – a *Vidularia*, conforme comentamos, foi perdida nessa tradição proveniente de P (LINDSAY, 1896, p. 7; FORTSON IV, 2008, p. 12). Essas duas partes deram origem aos manuscritos a seguir, todos escritos em minúsculas, nos quais varia o número de comédias e sua preservação (LINDSAY, 1896, p. 6; TARRANT, 1983, p. 303-304; FORTSON IV, 2008, p. 12). O manuscrito B – o de melhor qualidade –, do século X, denominado *Palatinus Vaticanus 1615, codex vetus* ou *codex Camerarii*, contém as vinte peças de P, sendo que, para as primeiras oito, deriva de um descendente intermediário de P, denominado P^{BD}, do século IX ou início do século X – com correções adicionadas (denominado de B² ou B³, dependendo do estudioso) por alguém que teve acesso a P –, e para as outras doze comédias é uma cópia direta de P (LINDSAY, 1896, p. 6-7; FORTSON IV, 2008, p. 12). Outro descendente de P, denominado P^{CD}, do século IX ou X, apenas com as peças *Bacchides* a *Truculentus*, gerou o manuscrito C, do século XI, denominado *Palatinus Heidelbergensis 1613*, ou *Codex decurtatus* devido à incompletude, no qual não encontramos as primeiras oito comédias (LINDSAY, 1896, p. 6-7; TARRANT, 1983, p. 304; FORTSON IV, 2008, p. 12). O manuscrito D, datado entre o século X e o século XI, denominado *Vaticanus 3870*, ou *Codex Ursinianus*, contém as três primeiras e parte da quarta comédia (*Captivi*, versos 1 a 503), copiadas de P^{BD}, além das comédias

²⁰⁸ Essa edição erudita empregava métodos críticos que Tarrant (1983, p. 306) denomina de alexandrinos: por exemplo, quando mais de uma versão de uma linha ou passagem estava preservada, o editor preservava ambas, porém marcando a que considerava espúria.

²⁰⁹ Questa (2015, p. 527-530) afirma que o palimpsesto Ambrosiano (A) e o mais antigo dos manuscritos descendentes do Palatino coincidem bastante na *mise en page* dos *cantica* – ou seja, na organização e no arranjo do texto relativos aos trechos líricos das comédias. Isso permite a Questa a interpretação de que a *mise en page* “da edição antiquíssima de Plauto”, situada pelo autor na segunda metade do século II a.C., “se transmutou em verdadeira relíquia e foi conservada religiosamente através do fluir dos séculos” (QUESTA, 2015, p. 527-530).

Bacchides a *Truculentus* copiadas de P^{CD} (LINDSAY, 1896, p. 6-7; TARRANT, 1983, p. 304-305; FORTSON IV, 2008, p. 12). Conforme comentamos antes, todos os manuscritos do século XV ou posteriores são descendentes de D (LINDSAY, 1896, p. 6; STOCKERT, 2014, p. 681).

O manuscrito P^{BD}, ou um descendente do século X ou início do XI, deu origem a um manuscrito do século XI denominado O, do qual possuímos apenas um fragmento com cerca de cento e cinquenta linhas de *Captivi* (os versos 400 a 555), e três outros do século XII, denominados E, V²¹⁰ e J, os quais contêm as oito peças existentes em B (LINDSAY, 1896, p. 6-7; TARRANT, 1983, p. 304).

Por fim, a ordem em que as vinte e uma comédias de Plauto ocorrem nos manuscritos, quando juntamos os textos mais completos de ambas as antigas recensões, é (LINDSAY, 1896, p. 6; PECK, 1898, p. 1275)²¹¹: *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Captivi*, *Curculio*, *Casina*, *Cistellaria*, *Epidicus*, *Bacchides*, *Mostellaria*, *Menaechmi*, *Miles Gloriosus*, *Mercator*, *Pseudolus*, *Poenulus*, *Persa*, *Rudens*, *Stichus*, *Trinummus*, *Truculentus*, *Vidularia*²¹². A figura 1 resume a genealogia dos manuscritos.

²¹⁰ É possível que o manuscrito V seja do século XI (TARRANT, 1983, p. 304).

²¹¹ Já apresentamos essa ordem acima, no texto. Lembrar que *Vidularia* não ocorre nos manuscritos descendentes de P.

²¹² Se existiu alguma ordem alfabética, ou outra, das comédias que os estudiosos escolhiam para fazer suas glosas, não é possível divisar nos comentários de Varrão, segundo Lindsay (1904, p. 11). Porém, se as glosas existentes nas obras de Névio, listadas por Varrão (*De lingua Latina*, VII.107), podem servir de modelo, provavelmente os estudiosos de Plauto fizeram suas glosas tomando as comédias em ordem mais ou menos alfabética – as peças que começam com a letra A, seguidas de *Bacchides*, depois das peças que iniciam com a letra C, e assim por diante (LINDSAY, 1904, p. 11).

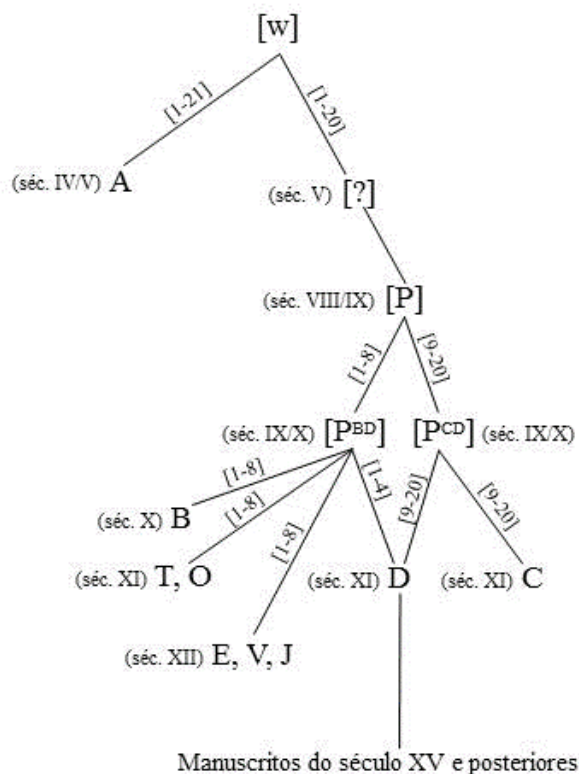


Figura 1. *Stemma codicum* plautinos. Os códigos (letras) entre colchetes identificam manuscritos perdidos. Os números entre colchetes representam a ordem das comédias nos manuscritos A e P, apresentada no texto de acordo com Lindsay (1896, p. 6) e Peck (1898, p. 1275): o número 1 representa *Amphitruo*, o número 4 *Captivi*, o número 8 *Epidicus*, o número 9 *Bacchides*, o número 20 *Truculentus* e o número 21 *Vidularia* (TARRANT, 1983, p. 306; FORTSON IV, 2008, p. 13).

Edições críticas impressas

Edições eruditas impressas das comédias de Plauto têm sido publicadas desde o século XV, quando em 1472 Georgius Merula²¹³ imprime em Veneza a *editio princeps* (DIBDIN, 1827, p. 305; GABOTTO; CONFALONIERI, 1893, p. 90; SANDYS, 1908a, p. 103; HARDIN, 2003/2004, p. 256; MANUWALD, 2020, p. 16). No final do século, em 1500, Giovanni Battista Pio publica as comédias em Milão com divisões em atos e cenas – porém, não foi o primeiro a fazê-lo –, divisões nas quais se baseiam todas as edições modernas (DE MELO, 2011j, p. ciii; MANUWALD, 2020, p. 16).

No século seguinte, em 1506, foi publicada postumamente a edição de ‘Pilades’ Buccardus (SANDYS, 1908a, p. 87; STOCKERT, 2014, p. 681). Em 1535 Sebastian

²¹³ Giorgio Merlani, ou Georgius Merula, como ficou conhecido, nasceu em Alexandria, no Piemonte, atual Itália, em 1430 ou 1431, e morreu em 1494. Mudou-se para Veneza em 1465, e começou a publicar obras impressas dos clássicos em 1471 (GABOTTO; CONFALONIERI, 1893, p. 16, 52, 58, 332-335).

Gryphius publicou sua edição de Plauto, que seria reimpressa muitas vezes (HARDIN, 2007, p. 796). Em 1552 Joachim Kammermeister, conhecido como Camerarius²¹⁴, publicou uma edição das comédias baseando-se em um manuscrito recém-descoberto, o qual contém vinte comédias de Plauto, manuscrito que viria a ser denominado a partir de seu nome – *codex Camerarii*²¹⁵. Sua edição foi muito importante para a constituição dos textos atuais, devido à qualidade das correções que existem no manuscrito (SANDYS, 1908a, p. 266-267; HARDIN, 2007, p. 801; STOCKERT, 2014, p. 681)²¹⁶. Camerarius utilizou também para sua edição de Plauto o denominado *codex decurtatus* – signo C (SANDYS, 1908a, p. 266-267)²¹⁷. Após a descoberta do *codex Camerarii* os manuscritos do “grupo Palatino” permaneceram as únicas fontes para as comédias de Plauto até a descoberta do palimpsesto A, em 1815 (STOCKERT, 2014, p. 681). Ainda na segunda metade do século XVI Valens Acidalius²¹⁸ publicou correções dos textos de Plauto (SANDYS, 1908a, p. 273).

No século XVII, entre 1605 e 1612, Friedrich Taubmann²¹⁹ produziu três edições das obras de Plauto, para a qual Janus Gruter²²⁰ enviou excertos do manuscrito de Camerarius (SANDYS, 1908a, p. 362). Em 1619 Philipp Päreus²²¹ lançou a segunda edição de sua colação, considerada a primeira colação realizada de forma acurada (SANDYS, 1908a, p. 362). Ainda na primeira metade do século XVII recensões e traduções da obra de Plauto realizadas por François Guyet²²², de Angers, na França,

²¹⁴ Joachim Camerarius, nascido em Bamberg, na atual Alemanha, viveu entre 1500 e 1574, estudou em Leipzig, e lecionou nessa última cidade, em Nuremberg e em Tübingen (SANDYS, 1908a, p. 266).

²¹⁵ Comentamos acima sobre esse manuscrito, também denominado de *Palatinus Vaticanus 1615*, ou *codex vetus*, com signo B.

²¹⁶ Não obstante a importância de sua edição, Camerarius foi um dos editores de Plauto que expurgou passagens que considerou lascivas ou repulsivas (VAN DER POEL, 1999, p. 181-182). Justus Lipsius, também no século XVI, tratou as críticas de Camerarius como anacrônicas, injustas e afetadas, e defendeu o estudo de Plauto e Terêncio nas escolas de latim (VAN DER POEL, 1999, p. 183-184).

²¹⁷ Comentamos também sobre esse *codex* acima. Ambos os *codices Camerarii* e *decurtatus*, estavam na Biblioteca Palatina, em Heidelberg – na atual Alemanha –, mas foram transportados para a Biblioteca do Vaticano em 1623 (SANDYS, 1908a, p. 267).

²¹⁸ Valens Acidalius, que viveu entre 1567 e 1595, nasceu no norte da atual Alemanha, mas mudou-se para a Itália em 1590, onde estudou medicina e os Clássicos em Bologna (SANDYS, 1908a, p. 273).

²¹⁹ Taubmann nasceu em Wittenberg, na atual Alemanha, e viveu entre 1565 e 1613 (SANDYS, 1908a, p. 273, 362).

²²⁰ Janus Gruter viveu entre 1560 e 1627. Nasceu em Antuérpia, na atual Holanda, mas foi educado na Inglaterra, e em 1577 ingressou em Cambridge. Continuou seus estudos em Leiden, e posteriormente foi professor na atual Alemanha, em Rostock e Wittenberg, onde publicou nove livros denominados *Suspiciones*, explicando ou corrigindo várias passagens de Plauto, entre outros autores. Em 1592 mudou-se para Heidelberg, onde em 1602 foi apontado bibliotecário (SANDYS, 1908a, p. 359).

²²¹ Philipp Päreus viveu entre 1576 e 1648. Foi *Rector* em uma escola de Neustadt, na atual Alemanha e, após a captura da cidade pelos espanhóis, mudou-se para Hanau, onde manteve posição similar até sua morte (SANDYS, 1908a, p. 362).

²²² François Guyet, que viveu entre 1575 e 1655, foi tutor em Roma e Paris (SANDYS, 1908a, p. 283).

foram publicadas postumamente (SANDYS, 1908a, p. 283-285). Gronovius²²³ lançou em 1664 uma edição de Plauto, a qual, provavelmente devido à sua inexperiência com a prosa latina, é marcada por problemas de métrica (SANDYS, 1908a, p. 321; STOCKERT, 2014, p. 681). Contudo, segundo Stockert (2014, p. 681), a edição de Gronovius firmou-se como a principal até que entre 1809 e 1811 foi lançada a primeira edição de Heinrich Bothe.

Em 1800, *Trinummus* e *Bacchides* foram publicadas por Gottfried Hermann (SANDYS, 1908b, p. 89-92)²²⁴. Mas as edições críticas mais importantes foram publicadas no século XIX. Edições, tanto separadas quanto em coleção, foram lançadas entre 1809 e 1834 por Heinrich Bothe (SANDYS, 1908b, p. 102-103)²²⁵. Johann Jacob²²⁶ publicou *Epidicus* na primeira metade do século (SANDYS, 1908b, p. 127). Moritz Haupt²²⁷ publicou peças selecionadas de Plauto entre 1837 e 1854 (SANDYS, 1908b, p. 134-135).

Porém, as primeiras edições críticas modernas das obras de Plauto foram publicadas em Bonn (na atual Alemanha), por Friedrich W. Ritschl²²⁸ e sua equipe (MANUWALD, 2020, p. 16)²²⁹. Em 1835 Ritschl publicou *Bacchides*, e na mesma

²²³ Johann Friedrich Gronov, conhecido em suas edições como Gronovius, viveu entre 1611 e 1671 e nasceu em Hamburgo, na atual Alemanha. Estudou em Leipzig, Jena, Leiden e Groningen. Viajou então pela França, Itália e Inglaterra examinando manuscritos, dos quais extraiu material para suas edições futuras dos textos latinos (SANDYS, 1908a, p. 319-321).

²²⁴ Gottfried Hermann viveu entre 1772 e 1848. Nasceu em Leipzig, na atual Alemanha. Tornou-se professor e Eloquência naquela cidade e, entre outras matérias, de métrica, gramática, hermenêutica e crítica textual. Seu principal interesse foi o estudo de línguas antigas (SANDYS, 1908b, p. 89-92).

²²⁵ Heinrich Bothe viveu de 1770 a 1855. Hábil crítico textual, passou a vida como editor de livros, e seus melhores trabalhos são os relativos aos dramas grego e romano (SANDYS, 1908b, p. 102-103).

²²⁶ Johann Friedrich Jacob, que viveu entre 1792 e 1854, foi diretor escolar em Lübeck, na atual Alemanha (SANDYS, 1908b, p. 127).

²²⁷ Moritz Haupt nasceu em Zittau, na atual Alemanha, em 1808. Morreu em 1874. Estudou a literatura alemã, mas também os Clássicos, e devotou-se muito à crítica dos poetas latinos. Foi professor em Leipzig, mas perdeu a posição por questões políticas e passou o resto da vida como professor em Berlim (SANDYS, 1908b, p. 134-135).

²²⁸ Friedrich Wilhelm Ritschl, que viveu entre 1806 e 1876, nasceu em uma vila da Turíngia, na atual Alemanha. Foi educado em Erfurt, Wittenberg, Leipzig e Halle. Lecionou nessa última cidade, e posteriormente em Breslau, Bonn e Leipzig. O início de sua carreira foi dedicado ao estudo de textos gregos. Porém, em 1845 Ritschl publicou, sob o título de *Parerga* uma série de artigos sobre Plauto, publicação que lhe rendeu o nome de “*sospitator Plauti*” – “salvador de Plauto”. Ritschl é o responsável por defender que o nome de nosso poeta era *Titus Maccius Plautus*, e não *Marco Accius Plautus*. Ritschl estudou profundamente a história da língua latina e publicou em 1862 uma coleção de inscrições latinas (SANDYS, 1908b, p. 139-141, 242).

²²⁹ É interessante aqui tecer alguns comentários sobre a filologia na região da atual Alemanha entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. De acordo com Reill (1976, p. 18), a compreensão de como a filologia era percebida nesse período pode revelar os padrões predominantes do pensamento político e cultural da época. A filologia, segundo Reill (1976, p. 18), era então compreendida “mais do que uma disciplina técnica”, ou seja, “mais do que uma ferramenta capaz de gerar dados que os historiadores podiam empregar para explicar o passado”. Para estudiosos da época, como Wilhelm von Humboldt, as linguagens têm características orgânicas, ou seja, cada uma é composta por uma

época contribuiu com uma pesquisa bibliográfica sobre a crítica textual de Plauto para o *Rheinisches Museum*. Depois, entre 1836 e 1837 Ritschl passou vários meses em Milão, na Itália, trabalhando com o palimpsesto Ambrosiano. Entre 1849 e 1854, publicou nove comédias²³⁰, produzindo posteriormente novas edições das mesmas nove comédias e confiando as edições das outras peças a seus alunos Gustav Löwe²³¹, Georg Götz e Friedrich Schöll, publicadas entre 1893 e 1896. As edições de Ritschl, assim como seus artigos, marcaram época no estudo de Plauto (SANDYS, 1908b, p. 139-141). Ainda no século XIX quatro comédias de Plauto, *Aulularia*, *Miles gloriosus*, *Trinummus* e *Menaechmi*, foram publicadas, entre 1853 e 1859, por Tommaso Vallauri²³², oponente da crítica textual de Ritschl (SANDYS, 1908b, p. 242). Entre 1867 e 1871 Eugène Benoist²³³ editou duas comédias, *Cistellaria* e *Rudens* (SANDYS, 1908b, p. 258). Johan Ussing²³⁴ publicou sua edição crítica, entre 1875 e 1887 (SANDYS, 1908b, p. 325). *Mostellaria* foi editada por William Ramsay²³⁵ na Escócia em 1869 (SANDYS, 1908b, p. 429). Entre 1836 e 1839 James Hildyard²³⁶ publicou *Menaechmi* e *Aulularia*

individualidade específica e impulsionada por um princípio vital unificador. Possuem existência independente, pertencem a grupos distintos, e se desenvolvem de acordo com um processo desde o inconsciente até o conhecimento consciente do mundo. Porém, apesar da metáfora de seu caráter orgânico, o processo de desenvolvimento das linguagens nunca morre, ou melhor, não possui fim (REILL, 1976, p. 21-23).

²³⁰ *Trinummus*, *Miles gloriosus* e *Bacchides* em 1849, *Stichus* e *Pseudolus* em 1850, *Menaechmi* em 1851, *Mostellaria* em 1852, *Persa* e *Mercator* em 1854.

²³¹ Gustav Löwe, que viveu entre 1852 e 1883, nasceu em Grimma, na atual Alemanha. Estudou linguística na Universidade de Leipzig, onde se tornou aluno de Ritschl e concluiu seu doutorado em 1874. Em 1875, pensando em sua nova edição de Plauto, Ritschl o incumbiu da colação do palimpsesto A. Löwe trabalhou na decifração desse manuscrito, com interrupções, até ao menos 1882. Em 1877 publicou, juntamente com Friedrich Schöll e Georg Götz, a *Analecta plautina*, na qual mostrou parte dos resultados de seus estudos do palimpsesto A. Publicou, juntamente com os dois estudiosos recém citados, peças de Plauto, participando principalmente da publicação de *Amphitruo* e *Asinaria*. Lecionou em Leipzig em 1879, e em 1880 assumiu o cargo de curador da biblioteca de Göttingen. Após um período na Espanha, publicou, juntamente com o paleógrafo M. Ewald, uma obra sobre a escrita visigótica. No ano de sua morte recebeu convite para substituir Friedrich Leo na Universidade de Kiel, mas recusou (CHATELAIN, 1884, p. 106-107).

²³² Tommaso Vallauri, que viveu entre 1805 e 1897, foi professor em Turim, na Itália. Vallauri, em suas disputas com Ritschl, mantinha que o nome de nosso comediógrafo era *Marco Accius Plautus* (SANDYS, 1908b, p. 242).

²³³ Eugène Benoist viveu entre 1831 e 1887. Foi professor de Clássicos latinos em Marselha, Nancy, Aix e Paris entre 1855 e 1887 (SANDYS, 1908b, p. 258).

²³⁴ Johan Louis Ussing, que viveu entre 1820 e 1905, estudou em Copenhague, na Dinamarca. Foi professor em Copenhague de topografia e de monumentos atenienses, e foi apontado professor de filologia e arqueologia em 1837. Foi o fundador do Museu de Arqueologia Clássica em Copenhague (SANDYS, 1908b, p. 325-326).

²³⁵ William Ramsay viveu entre 1806 e 1865. Foi professor de Humanidades em Glasgow, na Escócia (SANDYS, 1908b, p. 429).

²³⁶ James Hildyard, que viveu entre 1809 e 1887, foi *Fellow* – recebia subsídios para custear os estudos – no *Christ's College*, em Cambridge (SANDYS, 1908b, p. 431).

(SANDYS, 1908b, p. 431). Arthur Palmer²³⁷ publicou *Amphitruo* em 1890 (SANDYS, 1908b, p. 437).

Entre 1895 e 1896 Friedrich Leo publicou suas edições de Plauto para a série Teubner – as mais úteis, segundo Tarrant (1983, p. 302) –, consideradas atualmente como edições-padrão juntamente com as de Wallace Lindsay (DE MELO, 2011j, p. cxv).

No início do século XX Wallace Martin Lindsay, um dos estudiosos mais influentes das obras de Plauto, publicou suas edições para a série *Oxford Classical Texts* entre 1904 e 1905, com reedição em 1910 (DE MELO, 2011j, cxv-cxvi; STOCKERT, 2009b, p. 12; MANUWALD, 2020, p. 16). Entre 1932 e 1938 Alfred Ernout lançou suas edições das comédias para a coleção *Les Belles Lettres* (STOCKERT, 2009b, p. 11). Por fim, entre 2001 e 2017 foram publicadas na coleção *Editio Plautina Sarsinates*²³⁸ algumas edições das peças de Plauto: em 2001 foi editada a primeira, *Casina*, por Cesare Questa, em 2004 foi editada *Asinaria*, por Roberto Maria Danese, e *Vidularia*, por Roberto Calderan, em 2008 *Bacchides*, por Cesare Questa, em 2009 *Curculio*, por Settimio Lanciotti, e *Cistellaria*, por Walter Stockert, em 2013 *Captivi*, por Cesare Questa e Renato Raffaelli, e em 2017 *Pseudolus*, por Cesare Questa²³⁹.

Datação das comédias

Com relação à datação das comédias de Plauto, Sedgwick (1925, p. 56-58) lançou a proposta de datação pela quantidade de versos líricos²⁴⁰. Outro critério de datação,

²³⁷ Arthur Palmer (1841 a 1897), nascido no Canadá, foi educado em Cheltenham e no Trinity College, Dublin, onde foi eleito *Fellow*, professor de latim e orador público entre 1867 e 1888 (SANDYS, 1908b, p. 437).

²³⁸ Cesare Questa e Renato Raffaelli editaram também estudos sobre diferentes peças de Plauto, na coleção *Lecturae Plautinae Sarsinates*.

²³⁹ Na edição de *O cofre*, de Stockert (2009b, p. 11-14), existe uma lista de edições das obras de Plauto impressas desde o século XV até o ano de 2009, a qual inclui anotações não publicadas pelos próprios autores, mas divulgadas posteriormente em obras de estudo sobre as comédias de Plauto.

²⁴⁰ De acordo com esse método, as mais antigas são providas de menor quantidade de *cantica*, enquanto as últimas apresentam riqueza de versos cantados. Sedgwick (1925, 57; 1930, p. 57, 102), contudo, afirma que o método proposto objetiva apenas uma aproximação, e sua aplicação rígida “seria absurda”, devido às possíveis variações intencionais feitas por Plauto, às diferentes condições fragmentárias das peças, e à definição, dependendo do estudo, de quais versos seriam líricos ou não. Dumont (1997, p. 45, nota 26) critica o método proposto por Sedgwick, comentando que seria inútil se fosse utilizado, por exemplo, para buscar nas peças de Molière, como método de datação, diacronismos entre peças versificadas ou em prosa. Fraenkel (2008, p. 416-417) também critica o método, dizendo que, por exemplo, se uma *grex* não possuísse bons cantores, Plauto teria construído a peça sem *cantica*, e que as tentativas de posicionar *O soldado fanfarrão* (*Miles gloriosus*) como uma das primeiras peças de Plauto, devido à ausência de *cantica*, não levam em consideração o fato de que a comédia *O cofre* (*Cistellaria*) “é rica em engenhosos *cantica* polimétricos” e foi “sem dúvida encenada durante a Segunda Guerra Púnica”. A crítica de Fraenkel é construída com algumas premissas semelhantes às ressalvas do próprio Sedgwick (1925, p. 57)

proposto por Hall (1926, p. 20 e ss.), é o da repetição “não consciente”, em diferentes comédias, de palavras e frases – que o autor sugere denominar de “obsessões”²⁴¹. Sabemos que *Estico* (*Stichus*) e *Psêudolo* (*Pseudolus*) são as únicas que possuem datas de apresentação marcadas por didascálias²⁴²: respectivamente, 200 a.C. e 191 a.C. Mas Plauto provavelmente não escreveu as didascálias²⁴³. Plauto não fornece nenhuma evidência direta de pessoas ou eventos contemporâneos que poderia apontar para a data da primeira apresentação. Dessa forma, datações baseadas em eventos ou agentes históricos estão sustentadas em interpretações de passagens nas comédias que sugerem a referência a um ou mais episódios e agentes que, por sua vez, remetem o intérprete a um contexto histórico²⁴⁴. A Tabela 1 abaixo apresenta as datações mais relevantes das comédias, dentre as publicadas, que tivemos acesso. As referências estão listadas em nota de rodapé.

quanto ao método, as quais apresentamos nessa mesma nota. Apesar das incertezas relacionadas a esse método, além de Sedgwick outros estudiosos datam as comédias de Plauto de acordo com esse critério: por exemplo, De Melo (2011i, p. 322; 2011m, p. 136; 2011n, p. 136; 2012c, p. 397-398).

²⁴¹ Repetições desse tipo, segundo o autor, indicam a aproximação das datas das primeiras apresentações das comédias onde são discriminadas. Sedgwick (1949, p. 377 e ss.), em seu último trabalho relativo à datação das comédias de Plauto, utiliza esse critério juntamente com o seu próprio. Woytek (2001, p. 121 e ss.) usou método semelhante ao de Hall para datar as comédias *Mercator*, *Persa* e *Rudens*.

²⁴² Segundo Lindsay (1904, p. 88), o palimpsesto Ambrosiano (A) possivelmente trazia didascálias também para as comédias *Rudens* e *Vidularia*, mas, para a primeira, a folha do manuscrito está perdida, e para a segunda, a página está ilegível.

²⁴³ É bastante improvável que as tenha escrito.

²⁴⁴ Exemplos de autores que procuram situar as comédias em contextos históricos são Westaway (1917, p. 78-79), De la Ville de Mirmont (1918, p. 25 e ss.), Janne (1933, p. 519 e ss.), Ernout (2003b, p. 169; 2003c, p. 97), Slater (1987, p. 265 e ss.), MacCary e Willcock (2004, p. 11). Outros métodos de datação são utilizados também. Por exemplo, Hough (1934, p. 346 e ss.) defende que o sequenciamento das peças, segundo “o aumento da habilidade na distribuição das palavras gregas [...], concorda marcadamente com a maior parte das conjecturas” para a cronologia das comédias, e interpreta que a “habilidade crescente no uso de palavras gregas e palavras com sabor (*sic*) estrangeiro” é “uma importante feição no desenvolvimento do estilo de Plauto”, cuja habilidade em utilizar esses termos se desenvolveu junto com sua idade. Porém, Hough (1934, p. 361) não propõe datas para nenhuma delas.

Comédia	Datação (a.C.)	Fontes	Comédia	Datação (a.C.)	Fontes
<i>Mercator</i>	206 Antes de <i>Asinaria</i> Das primeiras	1, 2, 23, 25, 26, 29, 45	<i>Pseudolus</i>	191	Didascália
<i>Asinaria</i>	212 a 211 207	1, 3, 23, 25, 29	<i>Trinummus</i>	Após 197 194 ou após 192 188 a 187 Posterior a 190	1, 18, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 36, 40, 43
<i>Miles gloriosus</i>	206 ou pouco após 205 190	1, 5, 21, 23, 24, 25, 29, 37, 49, 50, 51	<i>Mostellaria</i>	193 ou após Anos 190 188	1, 10, 23, 25, 29
<i>Cistellaria</i>	203 a 202 209 a 207 Pouco após a vitória na Segunda Guerra Púnica Na Segunda Guerra Púnica	1, 4, 23, 25, 24, 29, 44, 48	<i>Poenulus</i>	195 Antes de 194 194 a 191 191 189 a 187 188 a 186 181 Final da Segunda Guerra Púnica	1, 17, 23, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 52, 53
<i>Stichus</i>	200	Didascália	<i>Aulularia</i>	191 190	1, 13, 23, 25
<i>Vidularia</i>	Após 201	7	<i>Menaechmi</i>	194 186 Período intermediário Associada a <i>Rudens</i>	1, 8, 23, 24, 25, 29
<i>Rudens</i>	205 a 200 Cerca de 200 189 Associada a <i>Menaechmi</i>	1, 6, 23, 24, 25, 26, 29	<i>Captivi</i>	191 ou pouco após 189 188	1, 16, 22, 23, 25, 29, 47
<i>Curculio</i>	193 193 ou após	1, 12, 23, 25, 29, 30, 36, 47	<i>Amphitruo</i>	194 ou após 190 a 185 188 187 186	1, 14, 23, 25, 28, 29, 42
<i>Persa</i>	196 a 191 194 a 184 Após 191 186 Associada a <i>Pseudolus</i>	1, 9, 23, 24, 25, 26, 29, 39	<i>Bacchides</i>	189 189 a 186 Assiciada a <i>Truculentus</i>	1, 15, 23, 24, 25, 36
<i>Epidicus</i>	195 190 Período médio ou final	1, 11, 23, 25, 29, 36	<i>Truculentus</i>	190 189 186 Assiciada a <i>Bacchides</i>	1, 19, 23, 24, 25, 29
			<i>Casina</i>	186 185 184	1, 20, 23, 25, 29

Tabela 1. Datação das comédias Varronianas de Plauto²⁴⁵.

²⁴⁵ As referências bibliográficas relativas à Tabela 1 são: 1- Sedgwick (1925, p. 58); 2- De Melo (2011l, p. 8); 3- De Melo (2011b, 137-138); 4- De Melo (2011g, 129-130); 5- De Melo (2011m, p. 136); 6- De Melo (2012c, p. 397); 7- De Melo (2013c, p. 393-394); 8- De Melo (2011k, p. 419); 9- De Melo (2011o, p. 448); 10- De Melo (2011n, p. 136); 11- De Melo (2011i, p. 322); 12- De Melo (2011h, p. 223-224); 13- De Melo (2013c, 251-252); 14- De Melo (2011a, p. 7-8); 15- De Melo (2011d, p. 360); 16- De Melo (2011e, p. 503); 17- De Melo (2012a, p. 13-14); 18- De Melo (2013a, p. 115-116); 19- De Melo (2013b, p. 260-261); 20- De Melo (2011f, p. 7); 21- Herrmann (1937, p. 25-27); 22- Wellesley (1955, p. 298, 305). 23- Sedgwick (1930, p. 105); 24- Hall (1926, p. 20); 25- Sedgwick (1949, p. 377-379, 382); 26- Woytek (2001, p. 137, 142); 27- Frank (1932, p. 156); 28- Janne (1933, p. 519 e ss.); 29- Buck (1940, *apud* Schutter, 1952, p. xvii-xviii); 30- Slater (1987, p. 267); 31- Galinsky (1969, p. 358-364); 32-

“*HI SPECTATORES*”²⁴⁶ – PLAUTO E SUA AUDIÊNCIA

Ao buscarmos a representação popular do cartaginês precisamos perceber a quais grupos essa representação é pertinente, pois uma peça de teatro precisa estar adaptada à audiência e faz sentido apenas em seu contexto histórico, ou seja, quando encenada para um público específico, sobre um palco específico e no tempo da representação (UBERSFELD, 2010, p. 164)²⁴⁷. A representação no teatro, portanto, é historicamente posicionada – relatos que um grupo faz sobre si mesmo e para si mesmo (GEERTZ, 1973a, p. 443 e ss.; GEERTZ, 1980, p. 174 e ss.; TURNER, 1982, p. 103-104)²⁴⁸. Assim, é necessário procurarmos perceber quem estava na audiência assistindo as comédias, pois essa percepção implica saber a quem as mensagens de Plauto eram endereçadas.

A composição da audiência das comédias pode ser inferida a partir das fontes, as quais sugerem que era representada por diferentes grupos pertencentes a estratos distintos da sociedade romana. Conforme comentamos na Introdução, baseamo-nos para essa inferência em dois grupos principais de evidências²⁴⁹. Os prólogos de certas comédias formam o primeiro grupo. Neles se distinguem na audiência os representantes de diferentes práticas e categorias sociais.

Em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 17-18), o orador do prólogo diz “que nenhum prostituto adulto se sente no *proscenium*”²⁵⁰, e mais à frente (*Poen.*, 23-24), “que escravos não criem obstáculos, para que exista lugar para os nascidos livres, ou então

Jeppesen (2015); 33- Moodie (2018, p. 25-26); 34- Hough (1942, p. 110 e ss.); 35- Woytek (2004, p. 135-136); 36- Westaway (1917, p. 78-80); 37- Ernout (2003c, p. 169); 38- Ernout (2003a, p. 156); 39- Ernout (2003d, p. 97); 40- Ernout (2003f, p. 14); 41- MacCary e Willcock (2004, p. 11); 42- Arcellaschi (1997, p. 11); 43- Mattingly (1963, p. 48); 44- Fraenkel (2008, p. 417); 45- Beare (1928, p. 107); 46- Johnston (1980, p. 158); 47- De la Ville de Mirmont (1918, p. 27); 48- Ernout (2003b, p. 11); 49- Mattingly (1960, p. 425); 50- West (1887, p. 20-24, 33); 51- Fontaine (2014, p. 517), que também oferece uma tabela com datações das comédias plautinas, sendo grande parte semelhante às datas por nós fornecidas ou com poucas variações; 52 - Hueffner (1894, p. 20); 53 - Ernout, 2003e, p. 164 e ss.).

²⁴⁶ A passagem de Plauto (*Poen.*, 550) é: “Esses espectadores”.

²⁴⁷ Como escreveu Messias (2016, p. 18), “existiram e existem muitos teatros”.

²⁴⁸ *Vide*, no final desse capítulo, nossas considerações sobre colaboração autoral.

²⁴⁹ As interpretações sobre a composição da audiência das comédias na época de Plauto são díspares. Alguns autores, por exemplo, interpretaram as linhas de Plauto – que usamos aqui como evidência da composição da audiência – como frases irônicas, que tinham como propósito transmitir o contrário do que dizem. Outros caracterizam a audiência como aristocrática. Uma bibliografia extensa pode ser encontrada em Moore (2010).

²⁵⁰ A passagem de Plauto (*Poen.*, 17-18) é: “*scortum exoletum ne quis in proscenio / sedeat*”. Por *proscenium* Plauto significa, provavelmente, a porção frontal do palco. Moore (1994/1995, p. 115) acredita que *proscenium* significa o palco, assim como *scaena*. Quanto ao *scortum exoletum*, é possível que estejamos diante de uma pilhéria sobre a possibilidade real de pessoas se exibirem para a audiência, promovendo-se no comércio do sexo.

que comprem sua liberdade”²⁵¹. Essa última passagem mostra que os assentos eram reservados para os indivíduos livres – nascidos ou libertos. A mesma restrição encontramos em *Os cativos* (*Capt.*, 1-2): “Aqueles dois cativos que vocês veem aqui de pé, estão ambos de pé aqui e não sentados porque lá aqueles estão de pé”²⁵². A alusão aos dois cativos da peça e às pessoas que estão de pé na audiência significa que, assim como os escravos cativos da peça, da forma como interpreta Moore (1994/1995, p. 118) – e concordamos com esse autor –, os espectadores de pé também são escravos. Voltando ao prólogo de *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 41-43) encontramos a orientação aos *pedisequi*²⁵³ que, enquanto os *ludi* estão acontecendo, ataquem as estalagens (*popinae*) em busca de tortas (*scriblitae*), o que sugere que seus *eri*²⁵⁴ estavam assistindo a comédia e os estalajadeiros também.

Outras passagens do prólogo de *O pequeno cartaginês* evidenciam a presença de pessoas de diferentes condições sociais na audiência. Em uma delas (*Poen.*, 28-29)

²⁵¹ O texto de Plauto (*Poen.*, 23-24) é: “*serui ne opsideant, liberis ut sit locus / uel aes pro capite dent*”. O último verso – “*uel aes pro capite dent*” – significa, literalmente, “ou deem dinheiro por cabeça”, ou seja, ao pagar por sua manumissão, entrem no cômputo dos *capite censi*, indivíduos abaixo da menor categoria censitária para o alistamento nas legiões, que eram contados como indivíduos sem propriedade (BERGER, 1991, p. 380). Conforme nota Richlin (2014, p. 206), parte importante dos enredos de Plauto concentra-se no tema da *libertas*: a *palliata* surgiu “durante um período na história da escravidão no qual a escravização havia aumentado e estava ainda aumentando”. A autora nota, igualmente, que nas comédias o dinheiro conseguido para a manumissão é igualado à própria liberdade (RICHLIN, 2014, p. 193-194).

²⁵² A passagem de Plauto (*Capt.*, 1-2) é: “*hos quos uidetis stare hic captiuos duos, / illi quia astant, hi stant ambo, non sedent*”. Plauto, ao dizer “lá aqueles estão de pé”, está se referindo a pessoas na audiência. Moore (1994/1995, p. 118) faz a interessante correlação entre os que assistem de pé e os atores que, interpretando os cativos, estão de pé no palco, propondo que a referência aos que estão assistindo é um indício de que são escravos, assim como os personagens – e talvez os próprios atores que os representam. Ainda sobre assistir a uma comédia de pé, Plauto faz uma pilhéria no prólogo de *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 21-22): “àqueles que dormiram ociosos em casa, durante o dia, é conveniente agora que com o mesmo ânimo fiquem de pé, ou que evitem dormir” – “*diu qui domi otiosii dormierunt, decet / animo aequo nunc stent uel dormire temperent*”.

²⁵³ Escravos que seguiam a pé os senhores. Por exemplo, em *O soldado fanfarrão* (*Miles gloriosus*, 1009), um dos personagens diz “então, siga-me aqui” – “*sequere hac me ergo*” –, e recebe a resposta “sou seu pajem” – “*pedisequos tibi sum*”. Notar que *pedisequos* é a forma arcaica de *pedisequus*, e está no nominativo singular.

²⁵⁴ O termo mais utilizado nos textos de Plauto para “dono” de escravos é “*erus*” (plural “*eri*”). O termo ocorre, por exemplo, várias vezes em *O anfitrião* (*Amph.*, 260, 262, 347, 405, 448, 565, 578^a, 585, 586, 622). “*Erus*” é comumente utilizado quando existe o reconhecimento entre senhor e escravo – ou escrava –, como por exemplo em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 354-355): “Se queres trazer o seu dono Dameneto, que eu conheci” – “*si erum uis Demaenetum, / quem ego noui, adduce*”. Já o termo *dominus* é muito menos utilizado e ocorre comumente quando se trata de um dono de escravos qualquer, tratado de forma genérica, e não um dono de escravos determinados, como por exemplo em *O anfitrião* (*Amph.*, 857): “um escravo digno de um dono” – “*dignus dominus seruus*” –, ou em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 660): “Eu carregarei o peso, e você, como convém a um dono, andará à minha frente de mãos vazias” (ou seja, como convém a qualquer *dominus*) – “*ego baiulabo, tu, ut decet dominum, ante me ito inanis*”. Porém, essa não é uma regra e o termo *dominus* pode ocorrer, apesar de raramente, relacionado a um escravo – ou escrava –, como em *O mercador* (*Merc.*, 44): “o dono dessa mulher” – “*dominus eius mulieris*”.

lemos: “que as amas-de-leite cuidem dos meninos novinhos em casa”²⁵⁵. Entendemos nessa passagem que Plauto pede para não levarem meninos muito novos – em aleitamento – para o teatro, e a especificidade do gênero das crianças – masculino – nos permite interpretar que meninas não eram aceitas no teatro – ao menos as meninas muito novas. Além disso, as amas-de-leite referidas poderiam ser escravas ou mulheres pertencentes aos estratos sociais mais baixos. Em outra passagem (*Poen.*, 32) lemos: “que as matronas²⁵⁶ assistam caladas, riam caladas [...], e não sejam um estorvo para os homens, tanto aqui como em casa”²⁵⁷. Essa passagem atesta a presença de matronas e dos *cives*, seus maridos. Temos, portanto, indícios nos prólogos de que indivíduos de diferentes estratos sociais assistiam as comédias, inclusive escravos (MOORE, 1994/1995, p. 116 e ss.; RICHLIN, 2014, p. 175).

O segundo grupo de evidências principais é composto por duas passagens de Tito Lívio (XXXIV.44.5, 54.4-8), nas quais o historiador romano nos informa que no ano de 194 a.C., por ocasião dos *ludi Romani*, pela primeira vez foram resguardados assentos diferenciados para os senadores, de forma a separá-los do restante do *populus*²⁵⁸. Segundo Tito Lívio (XXXIV.44.4-5; XXXIV.54.4-8), os censores eleitos naquele ano “granjearam enorme gratidão junto à sua ordem”²⁵⁹ por prescrever a medida aos edis curuis²⁶⁰. A medida, de acordo com Tito Lívio (XXXIV.44.5; XXXIV.54.5-8), suscitou tensões relacionadas ao perigo que poderia causar à harmonia

²⁵⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 28-29) é: “*nutrices pueros infantis minutulos / domi ut procurent*”.

²⁵⁶ Ou seja, mulheres casadas, mães de família.

²⁵⁷ A passagem de Plauto (*Poen.*, 32) é: “*matronae tacitae spectent, tacitae rideant [...] ne et hic uiris sint et domi molestiae*”.

²⁵⁸ O evento é registrado também por Valério Máximo (II.4.3, IV.5.1) e Ascônio (*In Cornelianam*, 69C-70C), e aludido por Cícero (*De haruspicum responso*, 24). É tentador imaginar a hipótese da origem da *orchestra* do teatro romano nessa separação dos assentos, de acordo com a descrição do teatro feita por Vitruvius (*De architectura*, V.6.1). Ascônio Pediano, assim como Tito Lívio, nasceu em Patavium (atual Pádua), na Itália, e viveu entre os anos 9 a.C. e 76. Ficou cego aos 73 anos de idade. Provavelmente era membro da ordem equestre, e possivelmente senador em Roma. A maioria de suas obras se perdeu, incluindo uma biografia de Salústio e uma defesa de Virgílio contra seus críticos. De seus *Comentários sobre os discursos de Cícero*, alguns se perderam, restando os relativos aos cinco discursos que possuímos (LEWIS, 2006b, p. xi-xiii).

²⁵⁹ O texto de Tito Lívio (XXXIV.44.5) é: “Também granjearam enorme gratidão junto à sua ordem” – “*gratiam quoque ingentem apud eum ordinem pepererunt*”.

²⁶⁰ Tito Lívio (XXXIV.54.8) e Valério Máximo (II.4.3) afirmam que a proposta da separação dos assentos partiu de Cipião Africano, então cônsul. Ascônio (*In Cornelianam*, 69C-70C) também escreve sobre a separação dos assentos para os senadores na audiência e sobre a influência de Cipião Africano na decisão sobre a separação, comentando que Cícero, ao escrever sobre o assunto, muda o papel de Cipião Africano: nesse caso, Ascônio (*In Cornelianam*, 69C-70C) nota que Cícero, ao discursar para o Senado, elogia Cipião Africano por ter instigado a iniciativa, e ao discursar para o povo diz que Cipião Africano permitiu a provisão, mas que ele mesmo se criticava por isso. A autocrítica de Cipião também é citada por Tito Lívio (XXXIV.54.8), porém, por ter sido ele mesmo o responsável pela proposição – e não por tê-la permitido.

e à liberdade romanas, pois há centenas de anos²⁶¹ – afirma que assim se expressavam alguns à época – os *ludi* eram assistidos pela comunidade “*in promiscuo*” – ou seja, sem distinção de assentos, misturadas as diferentes condições sociais²⁶². Tito Lívio (XXXIV.54.6-7) assim expressa o problema: “Qual fato repentino ocorreu para que os senadores não quisessem ser eles mesmos misturados com a plebe na cávea? Por que os ricos se envergonhavam de estarem sentados juntos ao pobre?”. Senadores, portanto, faziam parte da audiência.

Outras evidências também permitem interpretar a composição da audiência. Políbio (XXX.22.1-2) relata os *ludi* realizados pelo pretor Lúcio Anício Galo, em 167 a.C., em honra de sua vitória sobre os ilírios. Na ocasião, o romano ordenou que os atores e os músicos lutassem entre si, o que evidencia sua presença no evento – assim como a do próprio Políbio – um refém da República²⁶³ –, que externa sua reação frente ao inusitado da apresentação²⁶⁴. Apesar de ter sido realizada cerca de dezessete anos após a morte de Plauto, o registro dessa apresentação é importante como evidência da presença da nobreza romana no teatro e de estrangeiros. A celebração foi realizada durante o festival da *Quirinalia*, segundo Tito Lívio (XLV.43.1)²⁶⁵.

²⁶¹ Tito Lívio (XXXIV.54.6) especifica: “há quinhentos e cinquenta e oito anos” – “*ad quingentesimum quinquagesimum octavum annum*”.

²⁶² Tito Lívio (XXXIV.44.5), em uma das passagens, escreve: “Pois antes disso assistiam misturados” – “*nam antea in promiscuo spectarant*”. Na outra passagem, Tito Lívio (XXXIV.54.6.7) escreve: “Há quinhentos e cinquenta e oito anos assistiam misturados. Qual fato repentino ocorreu para que os senadores não quisessem ser eles mesmos misturados com a plebe na cávea? Por que os ricos se envergonhavam de estarem sentados juntos ao pobre?” – “*ad quingentesimum quinquagesimum octavum annum in promiscuo spectatum esse; quid repente factum cur immisceri sibi in cavea patres plebem nollent? cur dives pauperem consessorem fastidiret?*”. Valério Máximo (IV.5.1), por outro lado, escreve que, mesmo antes da separação formal de assentos para os senadores, “contudo, nunca nenhuma pessoa da plebe ousou assistir peças no teatro à frente dos senadores” – “*numquam tamen quisquam ex plebe ante patres conscriptos in theatro spectare sustinuit*”. Essa afirmação – se for baseada em dados reais – em nossa interpretação não anula as evidências de que as pessoas assistiam as peças *in promiscuo* antes de ser prescrita a separação dos assentos. Mesmo que alguns indivíduos não se posicionassem à frente dos senadores, poderiam provavelmente se sentar ao lado deles, de acordo com as evidências que apresentamos.

²⁶³ Existia em Roma o costume de tomar reféns do inimigo derrotado. Ao final da Segunda Guerra Púnica, por exemplo, cem reféns tomados dentre os cartagineses, de idades entre quatorze e trinta anos, foram enviados a Roma, como segurança contra futuras agressões, segundo Políbio (XV.18.8). Esse foi o caso de Políbio, um dos mil reféns gregos enviados para Roma ao final da Terceira Guerra Macedônica – que durou entre 171 a.C. e 168 a.C. (WALBANK, 1990, p. 7-8).

²⁶⁴ Podemos supor que Políbio tenha assistido outras apresentações teatrais em Roma, durante outros eventos, mas que essa chamou sua atenção pela maneira que foi conduzida.

²⁶⁵ Possuímos pouca informação sobre o ritual realizado durante o festival denominado *Quirinalia*. Era celebrado 13 dias antes das calendas de março – ou seja, no mês de fevereiro (SCULLARD, 1981, p. 78-79).

Todos esses dados permitem, portanto, interpretar que a audiência que assistia as comédias era composta por pessoas de diferentes estratos sociais²⁶⁶. Percebemos a presença de senadores, casais de cidadãos – provavelmente de distintas camadas sociais –, crianças de colo, amas-de-leite, libertos, reféns da República e escravos²⁶⁷. Vemos assim que a audiência das comédias de Plauto era formada, pelo que as evidências nos permitem interpretar, por uma amostra qualitativamente representativa da comunidade romana (MOORE, 1994/1995, p. 113 e ss.; RICHLIN, 2014, p. 175 e ss.). Plauto observa a comunidade como um de seus membros e faz com que seja representada no palco para ela mesma.

A formalização da separação dos assentos e o relato da “enorme gratidão” dada aos censores de 194 a.C. por seus pares reforçam as evidências da presença de pessoas de diferentes camadas sociais na audiência, assistindo ao mesmo espetáculo, concomitantemente à nobreza senatorial – e sugerem fortemente que uma divisão física do espaço onde ficavam os assentos de fato já era praticada e que havia uma pressão social para sua normalização²⁶⁸.

Por outro lado, se tal composição díspar em termos de condições sociais estava presente na audiência, em certas passagens nota-se que Plauto se dirige a ela como um todo. Por exemplo, em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 550-552) Plauto explica que está adiantando o que vai acontecer em seguida na trama para que a audiência compreenda, pois a peça existe por causa dos espectadores: “Nós²⁶⁹ já sabemos todas essas coisas, se esses espectadores sabem. Essa peça é realizada aqui e agora por causa desses espectadores. É preferível você ensinar a eles, de maneira que, quando você atuar, saibam o que você faz”²⁷⁰. Também em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 920-922) o escravo Mílfio fala à audiência que vai entrar em casa, pois dizer o que já ouviu em frente à casa de seu dono, e não dentro de casa – ou seja, dizer novamente no palco, em frente à audiência, e não atrás do palco²⁷¹ –, seria ignorância, pois todos da audiência

²⁶⁶ Nas palavras de Duckworth (1994, p. 82), “senadores honrados e populacho indisciplinado, prostitutas e escravos, crianças chorando e mulheres fofoqueiras – esses compunham os *spectatores* da comédia romana”.

²⁶⁷ E provavelmente os estalajadeiros, que podemos considerar como representantes do que Tito Lívio (IX.46.10, 14) denomina de “*forensis turba*” – “turba do Fórum”, ou seja, pessoas de estratos sociais mais baixos.

²⁶⁸ As normas são criadas para ratificar um consenso já referendado pelo grupo que normaliza.

²⁶⁹ Ou seja, os atores.

²⁷⁰ O texto de Plauto (*Poen.*, 550-552) é: “*omnia istaec scimus iam nos, si hi spectatores sciant; / horunc hic nunc causa haec agitur spectatorum fabula: / hos te satius est docere, ut, quando agas, quid agas sciant.*”.

²⁷¹ O interior das casas nunca é mostrado nas peças de Plauto.

estariam ouvindo novamente o que já havia sido dito na peça, e conclui: “prefiro ser o ódio para meu dono lá dentro do que para todos vocês aqui”²⁷².

Plauto em algumas instâncias também procura falar a todos como pertencentes à mesma comunidade cívica²⁷³. Por exemplo, no prólogo de *Anfitrião* (*Amph.*, 38-40), Plauto faz Mercúrio se dirigir à audiência em nome de Júpiter: “Agora, todos voltem as atenções já para cá, para o que direi. Vocês devem querer o que nós queremos: eu e o pai²⁷⁴ merecemos, de vocês e da *res publica*”²⁷⁵. Plauto conhece sua audiência e se endereça a ela como grupo – “*uobis et re publica*” – e, ao mesmo tempo, como percebemos nos prólogos, de acordo com a condição social. Situações semelhantes podem ser notadas em passagens em que Plauto fala de inimigos comuns, como, por exemplo, em *O cofre* (*Cist.*, 201): “destruam os seus inimigos, granjeiem glória e lauréis”²⁷⁶. Outro exemplo encontramos em *Persa* (*Pers.*, 753-757)²⁷⁷:

Com inimigos vencidos, com cidadãos salvos, a República tranquila, tratados de paz concluídos, com a guerra terminada, o assunto bem gerido, com o exército e as guarnições intactos, eu digo e agradeço a você, Júpiter, e a todos os outros deuses senhores do céu, por nos apoiar bem, porque me vinguei propriamente de meu inimigo. Agora, por causa disso, eu divido e compartilho o butim entre todos aqueles que participaram.

Podemos citar ainda uma passagem de *O truculento* (*Truc.*, 74-75): “Enfim, isso ocorre com um grande povo com grande população, com a República tranquila e calma, com os inimigos vencidos”²⁷⁸. Plauto, ao escrever essas linhas exortando o *mos*²⁷⁹

²⁷² O texto de Plauto (*Poen.*, 920-922) é: “*ibo intro haec ut meo ero memorem. nam huc si ante aedis euocem, / quae audiistis modo, nunc si aedem hic iterum iterem, inscitia est. / ero uni potius ero odio intus quam hic sim uobis omnibus*” – “Irei entrar aqui para que meu dono se recorde. Pois se eu o chamo aqui, em frente à casa, se eu repito agora aqui novamente o mesmo que vocês ouviram a pouco, é tolice. Prefiro ser o ódio para um dono lá dentro do que para todos vocês aqui”.

²⁷³ Os escravos, também presentes na plateia, estão obviamente excluídos da comunidade cívica.

²⁷⁴ Ou seja, Mercúrio e Júpiter.

²⁷⁵ O texto de Plauto (*Amphitruo*, 38-40) é “*nunc iam huc animum omnes quae loquar aduertite. / debetis uelle quae uelimus: meruimus / et ego et pater de uobis et re publica*”.

²⁷⁶ O texto de Plauto (*Cist.*, 201) é: “*perdite perduellis, parite laudem et lauream*”.

²⁷⁷ O texto de Plauto (*Pers.*, 753-757) é: “*hostibus uictis, ciuibus saluis, re placida, pacibus perfectis, / bello exstincto, re bene gesta, integro exercitu et praesidiis, / quom bene nos, Iuppiter, iuuisti, dique alii omnes caelipotentes, / eas uobis gratis habeo atque ago, quia probe sum ultus meum inimicum. / nunc ob eam rem inter particeps diuidam praedam et participabo*”.

²⁷⁸ O texto de Plauto (*Truc.*, 74-75) é: “*postremo id magno in populo multis hominibus, / re placida atque otiosa, uictis hostibus*”. A expressão “*multis hominibus*”, literalmente “com muitas pessoas”, podemos

romano de conquista e do cultivo de *laus* e *gloria*, exaltando as vitórias romanas contra os inimigos da *res publica*, se endereça à comunidade de *cives*. Provavelmente os membros da *nobilitas* e os *militēs*²⁸⁰ presentes na audiência, principalmente, se identificariam, mas a referência à paz e aos cidadãos a salvo encontrariam reações positivas também de outros membros da comunidade – quanto aos escravos entre os espectadores, essas mensagens não são dirigidas a eles²⁸¹.

Uma característica da audiência das comédias de Plauto está relacionada à capacidade de entendimento de termos gregos. A língua grega não poderia ser totalmente desconhecida dos espectadores, ou ao menos certas expressões, pois, dentre as vinte e uma comédias Varronianas, em nove ocorrem termos e expressões em grego²⁸². Na visão de Seaman (1954, p. 115), as relações dos romanos com os povos de língua grega no sul da Península Itálica se intensificaram com as conquistas romanas das primeiras décadas do século III a.C. A respeito dessas relações, Grimal (1975, p. 49) escreve que no início do século III a.C. a língua grega não era desconhecida em Roma, devido às ligações comerciais com o sul da Península e às influências religiosas provenientes do mundo grego²⁸³. Seaman (1954, p. 115) argumenta também que os contatos dos soldados romanos com povos de língua grega ao longo do mesmo século, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Púnica, foram oportunidades para o aprendizado da língua grega. Nesse sentido, podemos fazer referência a dois acontecimentos no início do século III a.C. Em 282 a.C. embaixadores romanos foram ridicularizados em Tarento por seu modo de falar o grego, fato relatado por Dionísio de Halicarnasso (XIX,5.1-2), Apiano (*Sam.*, 7.3-6)²⁸⁴ e Valério Máximo (II.2.5)²⁸⁵ – o que

traduzir por “com grande população”. Na linha 74 – “*postremo id magno in populo multis hominibus*” – o texto de *O truculento* é de difícil leitura, e diferentes edições oferecem leituras distintas.

²⁷⁹ *Mos* aqui no sentido de “preceito”, “modo” de se portar, de ser.

²⁸⁰ Plauto faz troça dos *mores* relacionados aos *militēs*, por exemplo, em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 1-68) e em *O truculento* (*Truc.*, 482-496).

²⁸¹ Notar que as passagens citadas se encontram tanto em prólogos quanto no interior da trama das comédias, de maneira que não podem ser identificadas genericamente como uma forma de Plauto procurar chamar a atenção da audiência antes do início das peças.

²⁸² Ou seja, em 43% das comédias. Fraenkel (2008, p. 365, nota 78) argumenta que não se pode interpretar os termos em grego nas comédias de Plauto como reminiscências *ipsis litteris* do modelo.

²⁸³ Segundo Grimal (1975, p. 49), “podemos legitimamente admitir que cerca da metade do século III a.C. muitos romanos eram bilíngues”.

²⁸⁴ Segundo Apiano (*Sam.*, 7.5-6), além das ridicularizações, um homem chamado Filonides defecou em Postúmio, o embaixador romano.

²⁸⁵ Pouco se sabe sobre Valério Máximo. Compôs uma obra sobre atos e ditos memoráveis em nove livros, frequentemente com exemplos *domestica* – romanos –, os quais apresentam-se em maior número, e *externa* – estrangeiros –, esses últimos principalmente gregos. Viveu entre o final do século I a.C. e a primeira metade do século I (SHACKLETON BAILEY, 2000, p. 1-2; WHITTICK; LEVICK, 2012, p. 1534).

significa que falavam grego. Quase na mesma época, em 280 a.C., narra Apiano (*Sam.*, 10.3-6), Cíneas da Tessália foi enviado por Pirro²⁸⁶ para apresentar suas propostas aos senadores romanos. Não existem indícios da necessidade de um intérprete no Senado romano nesse último episódio, o que sugere que Cíneas foi compreendido²⁸⁷. Além disso, sabemos que Lívio Andrônico, que segundo Warmington (1936, p. ix-xiii) viveu em Roma aproximadamente entre 272 a.C. e 204 a.C., ensinou grego para os filhos de Lívio Salinator. Lívio Andrônico, conforme acredita Grimal (1975, p. 50-51), era apenas um dos muitos “pequenos gregos” que chegaram a Roma escravizados, na esteira das conquistas do sul da Itália, o que sugere que muitos outros *nobiles*, assim como os filhos de Lívio Salinator, também tinham aulas de grego²⁸⁸. Existem outras evidências. De acordo com Tito Lívio (XXIII.11), em 216 a.C. Quinto Fábio Pictor foi enviado a Delfos para consultar o oráculo e na volta traduziu do grego a resposta oracular. Sabemos que no final do século III a.C. o mesmo Fábio Pictor escreveu uma história romana em grego, e que entre o final do século III a.C. e o início do século II a.C. diferentes romanos escreveram em grego (GRIMAL, 1975, p. 150-154; CORNELL, 2001, p. 398; CHASSIGNET, 2003, p. liv-lxxiii)²⁸⁹. Segundo Tito Lívio (XXXIII.12.1 e ss.), em 197 a.C., após a vitória romana sobre os macedônicos em Cinoscéfalos, Tito Quíncio Flaminino convocou os aliados para uma conferência na qual, pelo que podemos compreender da narrativa de Tito Lívio (XXXIII.12.5 e ss.), ele mesmo externou os argumentos romanos. Uma evidência do conhecimento de poesias em grego temos com Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9), que relata que Catão, em um de seus discursos, criticou o tribuno Marco Célio por declamar versos em grego²⁹⁰. O discurso, na interpretação de Astin (1978, p. 85-86), provavelmente foi proferido em 184 a.C. Ainda sobre Catão, sabemos por Cícero (*De senectute*, 38) que, em sua velhice – portanto, antes da metade do século II a.C. –, Catão passava boa parte do tempo lendo

²⁸⁶ Cíneas foi enviado durante a guerra contra Pirro – entre 280 a.C. e 275 a.C. Pirro foi um rei do Épiro, a região costeira do Adriático no norte da península grega, o qual foi chamado pelo governo de Tarento – *pólis* costeira no sul da Península Itálica – como auxílio contra os romanos (DEROW, 2012, p. 1245).

²⁸⁷ Porém, por qual proporção do Senado ele foi compreendido não sabemos. Outra possibilidade é a de que as propostas tenham sido feitas em latim, o que nos parece pouco provável, pois nessa época o latim não estava ainda bem difundido nem mesmo na Itália. Sobre a difusão do latim na Península Itálica, *vide* Clackson e Horrocks (2007, p. 82 e ss.).

²⁸⁸ Grimal (1975, p. 51) nota que, de maneira paradoxal, as crianças que chegaram em Roma escravizadas, provenientes do sul da Itália falante do grego, não poderiam ter se tornado professores de grego quando adultos, a não ser que eles mesmos tivessem tido aulas de grego em Roma, com outros escravos, com libertos – com falantes do grego, enfim.

²⁸⁹ Os primeiros historiadores romanos escreveram em grego. São eles Quinto Fábio Pictor, Lúcio Cíncio Alimento, Aulo Postúmio Albino e Caio Acílio (CHASSIGNET, 2003, p. 1 e ss.).

²⁹⁰ Catão, segundo o relato de Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9), criticou o tribuno por várias outras coisas, conforme veremos mais à frente.

textos gregos. Além disso, Políbio (XXXI.22.8), escrevendo em grego no final da primeira metade do século II a.C., argumenta que não pode cometer desvios da verdade, pois será lido também por romanos²⁹¹. O mesmo Políbio (XXXI.23.4, 24.1) nos informa que, pouco após chegar a Roma – chegou em 167 a.C. –, conversava com Cipião Emiliano sobre livros, quando esse tinha não mais que dezoito anos de idade. Os livros discutidos certamente eram em grego. Com relação a livros, Plauto, em *O gorgulho* (*Curc.*, 288-290), fala sobre “esses gregos em seus pálios, que andam com cabeça coberta, que caminham carregados de livros, com cestinhos, escravos fugitivos que param e conversam entre si”²⁹², uma evidência da presença em Roma de escravos gregos com seus livros em grego, mais de quinze anos antes da chegada de Políbio, se aceitarmos a datação proposta para a comédia – 193 a.C. ou pouco depois (WESTAWAY, 1917, p. 78-80; DE LA VILLE DE MIRMONT, 1918, p. 27; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377 e ss.; SLATER, 1987, p. 267; DE MELO, 2011h, p. 223-224). O hábito de ler livros encontramos ainda mais anteriormente, em 204 a.C., em Cipião Africano, o qual, segundo Tito Lívio (XXIX.19.11-12), foi acusado de comportamento “não romano” – “*non Romanus*” – e também “não militar” – “*ne militaris*” –, por “perambular no *gymnasium* com pálio e sandálias gregas, passar seu tempo com livrinhos e exercícios”²⁹³, assim como toda sua comitiva em Siracusa. Os “livrinhos” lidos por Cipião Africano com toda probabilidade eram escritos em grego e o conjunto das acusações aponta para essa probabilidade.

Contudo, apesar das evidências que possuímos sobre o conhecimento da língua grega por membros da elite romana, com relação às apresentações das peças, provavelmente certos termos gregos seriam compreendidos por parte da audiência, mas desconhecidos por outra (HOUGH, 1934, p. 350). Essa diferenciação no conhecimento da língua grega não necessariamente estaria relacionada apenas ao acesso à literatura em grego, mas também ao uso de palavras gregas na linguagem cotidiana, seja em círculos cultos ou não (MEILLET, 1933, p.108-109). Quanto a isso, Hough (1934, p. 363-364) nota que a maior parte dos termos em grego nas comédias de Plauto é falada por

²⁹¹ Walbank (1990, p. 18) observa que no livro XXXI Políbio se refere a Cartago como ainda existente, o que implica que foi escrito antes de 146 a.C., o ano da destruição da cidade. Dubuisson (1985, p. 109) afirma que nos anos entre 200 a.C. e 150 a.C. houve “a aprendizagem maciça do grego pelas elites” romanas.

²⁹² O texto de Plauto (*Curc.*, 288-290) é: “*tum isti Graeci palliati, capite operto qui ambulat, / qui incedunt suffarcinati cum libris, cum sportulis, / constant, conferunt sermones inter sese drapetae*”.

²⁹³ O texto de Tito Lívio (XXIX.19.11-12) é: “*cum pallio crepidisque inambulare in gymnasio, libellis eum palaestraeque operam dare*”.

escravos ou outros indivíduos da base da pirâmide social. Porém, existem exceções, por exemplo, em *As báquides* (*Bacch.*, 1162) e *Cásina* (*Cas.*, 729-730), na qual os falantes de termos em grego são *senes* romanos. É notável que o grego ocorre nas comédias de Plauto apenas como termos ou expressões curtas, nunca uma sentença maior²⁹⁴. Ou seja, ocorre como alternância de línguas²⁹⁵, o que reforça a probabilidade de que termos e expressões gregas eram falados cotidianamente pela população romana. Um dado importante sobre o grego falado durante as apresentações nos é fornecido em *Psêudolo* (*Pseud.*, 654). Na comédia, Plauto expressa o nome do *cacula*²⁹⁶ Harpax tanto em latim quanto em grego: seu nome escrito em grego é “ἄρπαξ” (“*hárpaks*”), que significa “rapina”, “ladroão”. O fato de os dois nomes serem expressos no palco nas duas línguas significa que a pronúncia era importante – ao menos parte da audiência teria que perceber a diferença nos termos pela pronúncia –, ou a piada não teria sentido. O registro do termo em grego no texto de Plauto é uma evidência da necessidade da pronúncia correta.

²⁹⁴ Por exemplo, em *As báquides* (*Bacch.*, 1162), o *senex* Nicóbulo pergunta ao outro *senex*, Filoxeno, se esse ama uma certa mulher, e Filoxeno responde em grego: “ναὶ γάρ” (“*naì gár*”) – “Certamente sim”. A mesma expressão ocorre duas vezes em *Psêudolo* (*Pseud.*, 483, 484). Em *Cásina* (*Cas.*, 729-730) dois *senes*, Lisidamo e Alcésimo, conversam e, sob a ameaça de Lisidamo, que diz que vai lhe dar “μέγα κακόν” (*méga kakón*) – “uma grande pancada” –, Alcésimo responde: “ὦ Ζεῦ” (“*ô Zeus*”) – “Ó, Zeus”. A expressão “ὦ Ζεῦ” também ocorre em *Psêudolo* (*Pseud.*, 443). Em *Os cativos* (*Capt.*, 880-883), o *senex* Hegião faz perguntas ao *parasitus* Ergásilo, que são respondidas com juras em grego por divindades e cidades, como por exemplo “μὰ τὸν Ἀπόλλω” (“*mà tôn Apóllo*”), “ναὶ τὰν Κόραν” (“*naì tàn Kóran*”) – respectivamente “Sim, por Apolo”, e “Sim, por Cora” – e “ναὶ τὰν Πραϊνέστην” (“*naì tàn Prainésten*”) – “Sim, por Preneste”. O juramento por Apolo, em grego, é repetido em *O fantasma* (*Mostell.*, 973). Outras cidades também são citadas. É interessante perceber que o *senex* Hegião pergunta ao *parasitus*: “Por que você jura por cidades bárbaras?”, frase que, em nossa visão, alude à audiência como um grupo composto por romanos e à diferença em relação aos gregos. Em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 438) o escravo diz à prostituta Filocomásio que ela é “ἀδίκος” (“*ádikos*”) e não “δικαία” (“*dikáia*”) – “injusta” e não “justa”. Em *Persa* (*Pers.*, 159) o *parasitus* Sátúrio pergunta: “πόθεν” (“*póthen*”) – “de onde?”. Em *Psêudolo* (*Pseud.*, 654), o *cacula* (“escravo”, ou “servo de soldado”) Harpax é chamado por seu nome escrito em grego, “ἄρπαξ” (“*hárpaks*”), que significa “rapina”, “ladroão”. Na mesma comédia (*Pseud.*, 701, 712) ocorrem a palavra “εὐρετής” (“*euretés*”) – “inventor” – e um trocadilho com o nome de um dos personagens, Carino: “χάριν τούτω ποιῶ” (“*khárin touto poiô*”) – “dou graças a isso”; o termo “χάρις” significa “graça”, no sentido de favor recebido ou dado. Em *As três moedas* (*Trin.*, 187, 419, 705) ocorrem a exclamação “Παῦσαι” (“*pausai*”) – “Chega!” –, o termo “οἴχομαι” (“*oíkhomai*”), com a acepção de “estar arruinado” com relação a dinheiro, e o termo “πάλιν” (“*pálin*”) – “novamente”, ou “mais uma vez”. Em *O truculento* (*Truc.*, 78^a) ocorre o termo “φρόνησις” (“*phrónesis*”) – “sabedoria”.

²⁹⁵ Adams (2004, p. 21-24) e Oliveira (2006, p. 33-34) explicam que interjeições, exclamações e expressões idiomáticas podem ser ditas com alternância de língua. No caso mais simples – denominado em inglês de *tag-switching* –, o falante expressa o enunciado em sua língua-mãe e apenas a interjeição, ou uma expressão idiomática, em outra língua (OLIVEIRA, 2006, p. 33). É interessante notar que, nesses casos simples, as alternâncias podem ser produzidas por falantes que possuem conhecimento limitado da língua estrangeira, pois estão sujeitas a restrições sintáticas mínimas, podendo ser inseridas em diversas posições em um enunciado monolíngue sem violar as regras sintáticas (OLIVEIRA, 2006, p. 33). Esses casos mais simples são os que percebemos nos textos de Plauto, e Adams (2004, p. 21) cita, para esse fenômeno linguístico, alguns dos exemplos que fornecemos na nota 294.

²⁹⁶ *Cacula* significa “escravo”, ou “servo de soldado”, conforme escrevemos na nota 294.

Além das palavras e expressões em grego, Plauto menciona e alude também a mitos gregos, festivais gregos, personagens da *Ilíada* e artistas gregos de séculos anteriores, o que implica que ao menos parte da audiência os conhecia²⁹⁷.

“Veneris causa plaudite”²⁹⁸: a receptividade das comédias

Pensamos ser necessário procurar indícios ou evidências das atitudes das pessoas presentes no teatro durante o período estudado, ou seja, da receptividade das comédias de Plauto relativa à audiência²⁹⁹, de maneira a tentar perceber algum indício ou evidência de que as peças foram alguma vez interrompidas ou mesmo perturbadas durante suas encenações. A ausência de interrupções ou perturbações importantes apontam para o interesse da audiência nas apresentações e auxiliam a percepção do teatro como agente difusor de ideias e valores harmonizados com os da comunidade. Algumas passagens nas fontes podem nos auxiliar³⁰⁰.

O prólogo de *Cásina* (*Cas.*, 5-20)³⁰¹, por exemplo. É possível inferir a partir do texto que a comédia havia obtido boa recepção quando foi apresentada pela primeira vez (*Cas.*, 11-17)³⁰². Passagens de outras peças indicam que existem pessoas assistindo

²⁹⁷ Por exemplo, em *Os cativos* (*Capt.*, 562) alude a Alcumeu, Orestes e Licurgo, loucos da mitologia grega, em *O mercador* alude a Penteu e às bacantes (*Merc.*, 469), além de Aquiles, Heitor e ao ouro com o qual os troianos resgataram o corpo de Heitor (*Merc.*, 488), em *O truculento* alude a um festival grego, a *Amphidromia* (*Truc.*, 423-424) – a introdução de um recém-nascido na família –, em *Epídico* (*Epid.*, 626) alude a pintores gregos dos séculos IV a.C. e V a.C. – Apeles e Zêuxis, respectivamente –, alude a um músico grego do século IV a.C., Estratônico, em *A corda* (*Rud.*, 932). Uma exposição de todas as menções e alusões seria exaustiva.

²⁹⁸ A passagem de Plauto (*Truc.*, 967) é: “Pelo bem de Vênus, aplaudam! Essa peça está sob sua proteção” – “*Veneris causa plaudite: eius haec in tutela est fabula*”.

²⁹⁹ De acordo com Pavis (2011, p. 329-332), a recepção relativa ao teatro pode ser definida como “atitude e atividade do espectador diante do espetáculo” e “maneira pela qual ele usa os materiais fornecidos pela cena para fazer deles uma experiência estética”. “Atividade”, nesse caso, se refere às ações, atuações e movimentos que as pessoas na audiência poderiam estar fazendo após o início de cada peça, e pensamos ser difícil descartar indícios e evidências dessa natureza. Quanto à segunda parte da definição, se não se refere também ao “uso” introspectivo dos “materiais fornecidos pela cena”, ou a reflexões e comentários sobre experiências coletivas evocadas por esses materiais, mas também à participação ativa no espetáculo de pessoas presentes na audiência, em nossa visão pertence mais ao teatro nosso contemporâneo.

³⁰⁰ Não expomos aqui todos os indícios e evidências presentes nas comédias de Plauto do que podemos caracterizar como a receptividade da audiência. Apenas algumas passagens que consideramos mais esclarecedoras.

³⁰¹ Teceremos comentários à frente, nesse capítulo, de que ao menos parte desse prólogo foi reescrito cerca de uma geração – aproximadamente vinte ou trinta anos – após a primeira apresentação, adaptado para uma nova montagem da comédia.

³⁰² Citaremos à frente esse prólogo de *Cásina*, nesse Capítulo. O trecho do prólogo que nos interessa aqui é (*Cas.*, 11-17): “Uma vez que compreendemos, a partir do que as pessoas falam, que vocês gostam das peças de Plauto, estamos encenando uma velha comédia dele, a qual encontrou aprovação daqueles dentre vocês que estão na velhice. [...] Quando foi encenada pela primeira vez, sobrepujou todas as outras peças” – “*nos postquam populi rumore intelleximus / studiose expectere uos Plautinas fabulas, / antiquam eius edimus comoediam / quam uos probastis qui estis in senioribus; [...] haec quom primum acta est, uicit omnis fabulas*”.

as apresentações sentadas³⁰³, sugerindo a ausência de distúrbios. Em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 81-82), o falante do prólogo diz que se houver alguém que não quiser ouvir o que vai dizer, que se levante e dê lugar para quem quer ouvir, o que implica que na *cavea* a audiência assistia sentada³⁰⁴. O curto prólogo de *Psêudolo* (*Pseud.*, 1-2) sugere que as pessoas na audiência assistiam sentadas e aguardavam o início da comédia³⁰⁵. Ao final do primeiro ato, Psêudolo – o personagem que empresta o nome à comédia –, terminando uma conversa endereçada à audiência, diz que vai se ausentar do palco momentaneamente, mas voltará e que nesse ínterim o tocador de *tibia* vai entreter o público (*Pseud.*, 573^a)³⁰⁶. A evidência da música em um intervalo sem atores no palco sugere uma audiência pouco ruidosa. No final da peça, Psêudolo (*Pseud.*, 1331-1335) convida a audiência a seguir os atores³⁰⁷ – que provavelmente estão saindo do palco – e a comparecerem ao teatro no dia seguinte³⁰⁸, indícios de que havia pessoas que assistiam as peças até o fim da apresentação. O final de *O truculento* fornece informações semelhantes, pois Plauto escreve (*Truc.* 968): “Aplaudam e se levantem” (*Truc.*, 968), o que implica que as pessoas na audiência assistiam as comédias sentadas até o término. Não há indícios de perturbações ou interrupções da apresentação.

Cásina foi encenada pela primeira vez provavelmente entre 186 a.C. e 184 a.C. (BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; DE MELO, 2011f, p. 7)³⁰⁹. *O truculento* é datada entre 190 a.C. e 186 a.C. (HALL, 1926, p. 20; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; De Melo (2013b, p. 260-261). *Psêudolo* foi encenada em 191 a.C. de acordo com sua didascália. A data de *O soldado fanfarrão* é disputada entre 206 a.C. a 205 a.C. – ou pouco depois (WEST, 1887, p. 20-

³⁰³ Sobre a existência de assentos na *cavea* dos teatros temporários de Roma no período que estamos analisando, *vide* o Apêndice.

³⁰⁴ O texto de Plauto (*Mil.*, 81-82) é: “Porém, quem não quiser me escutar, se levante e saia pela porta, para que quem deseja ouvir tenha onde se sentar” – “*qui autem auscultare nolet exurgat foras, / ut sit ubi sedeat ille qui auscultare uolt*”.

³⁰⁵ O texto de Plauto (*Pseud.*, 1-2) é: “É melhor estenderem os membros e se levantarem: uma longa peça de Plauto vem ao palco” – “*exporgi meliust lumbos atque exurgier: / Plautina longa fabula in scaenam uenit*”. O fato de Plauto se expressar na terceira pessoa não indica que o prólogo é de uma apresentação posterior, ou que não foi escrito por Plauto. Significa apenas que o prólogo não foi falado por Plauto (ou é apenas uma peça de retórica). Plauto se expressa na terceira pessoa também em outras comédias, como em *Os menecmos* (*Men.*, 3), em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 11) e em *As três moedas* (*Trin.*, 19).

³⁰⁶ A passagem de Plauto (*Pseud.*, 573^a) é: “O tocador de *tibia* momentaneamente os entreterá” – “*tibicen uos interibi hic delectauerit*”.

³⁰⁷ O texto de Plauto (*Pseud.*, 1331-1332) é: “Eu te sigo. Por que você não chama os espectadores também?” – “*te sequor. quin uocas / spectatores simul?*”.

³⁰⁸ O texto de Plauto (*Pseud.*, 1334-1335) é: “convido vocês para amanhã” – “*in crastinum / uos uocabo*”. Já comentamos anteriormente que esse é um indício de *instauratio*.

³⁰⁹ Plauto morreu em 184 a.C., de maneira que provavelmente essa foi uma das últimas peças de nosso autor a serem representadas, se não foi a última.

24, 33; HALL, 1926, p. 20; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377 e ss.; ERNOUT, 2003c, p. 169; DE MELO, 2011m, p. 136) e 190 a.C. a 186 a.C. (HERRMANN, 1937, p. 25-27; MATTINGLY, 1960, p. 425). *Cásina*, *Psêudolo* e *O truculento*³¹⁰ são posteriores à separação dos assentos para os senadores em 194 a.C., narrada por Tito Lívio (XXXIV.44.4-5; XXXIV.54.4-8), sobre a qual tecemos comentários anteriormente. Essa apartação social é uma evidência de que senadores assistiam as comédias e queriam vê-las sem se misturar. O número de senadores na época de Plauto era, provavelmente, cerca de trezentos (LINTOTT, 2002, p. 72-73; CORNELL, 2001, p. 445, nota 14)³¹¹. Mesmo se a quantidade de senadores que assistia os *ludi scaenici* fosse comumente uma fração do total³¹², o registro histórico da separação – a ordem dos censores aos edis, a “enorme gratidão” de seus pares pela prescrição da medida e o envolvimento de um cônsul, Cipião Africano, na decisão – indica que o movimento pelo distanciamento das *ordines* no teatro não faria sentido se não afetasse uma porcentagem considerável do corpo senatorial, tanto em número quanto em influência.

Por outro lado, o registro da separação dos assentos fornece também o indício importante de que as comédias encenadas na época de Plauto não apresentavam temas ou enredos considerados contrários aos *mores* – o que inclui a expressão de versos difamatórios direcionados diretamente a personalidades conhecidas –, ou de outra forma a nobreza senatorial não permitiria sua realização nos festivais³¹³. Quanto a isso, Cícero (*Rep.*, IV.20a) percebe que o que era representado pelas comédias exigia a necessidade

³¹⁰ E também *O soldado fanfarrão*, se considerarmos a data mais recente, entre 190 a.C. e 186 a.C.

³¹¹ Segundo Plutarco (*Gaius Gracchus*, V.3), havia trezentos antes de 122 a.C., de acordo com Apiano (*B Civ.*, I.35.158) eram trezentos em 91 a.C. e segundo Festo (304.24-30) havia trezentos e dois desde o início do período da República.

³¹² Devido a vários fatores, desde afastamento da cidade devido às guerras, viagens em embaixadas, ou mesmo por simplesmente não ir ao teatro.

³¹³ Nesse sentido, existem indícios de que Névio teria escrito versos difamatórios contra os *Metelli* no final da década de 200 a.C., que esses versos foram declamados no teatro, e que por isso teria sido aprisionado em Roma e que, posteriormente, fora enviado para o exílio em Útica, no norte da África. Frank (1927, p. 105 e ss.) e Momigliano (1942, p. 122) interpretam que todos os episódios são críveis – mesmo que o exílio não esteja relacionado aos versos difamantes. Segundo Frank (1927, p. 109) e Momigliano (1942, p. 120) não existem registros de nenhum outro cidadão sendo punido, durante a República, por críticas a personagens políticas, sendo que “o caso de Névio seria a última (conhecida por nós), não a primeira, aplicação da Lei das XII Tábuas à calúnia” (MOMIGLIANO, 1942, p. 123). Por outro lado, Jocelyn (1969, p. 33 e ss.) procura demonstrar que os versos com toda probabilidade não foram externados no teatro, e Mattingly (1960, p. 426-427) argumenta – concordamos com ele – que a tradição do aprisionamento e do exílio de Névio contradiz a passagem de Cícero (*Sen.*, 50), a qual comentamos anteriormente, segundo a qual Névio – assim como Plauto – se regozijava na velhice com sua obra *A Guerra Púnica*: uma velhice feliz não combina com a prisão ou o exílio. Além disso, para Mattingly (1960, p. 427-438) os versos de Névio não eram originalmente difamatórios, mas foram reaproveitados, após a morte do autor, em uma reapresentação de uma de suas comédias – *Clastidium* – em 195 a.C.

de consentimento³¹⁴. Ademais, Cícero (*Rep.*, IV.20b) afirma que Plauto, assim como Névio e Cecílio Estácio, não escreveram versos ultrajantes que atingissem nominalmente alguém³¹⁵ e Horácio (*Epist.*, II.1.145-155)³¹⁶ descreve como uma das leis das XII Tábuas reprimiu qualquer difamação pessoal proveniente do palco, lei citada por Cícero (*Rep.*, IV.20c)³¹⁷.

Seja como for, de acordo com as fontes os senadores assistiam as comédias, sendo que a divisão dos assentos implica que existia a vontade de assisti-las – e para

³¹⁴ O texto de Cícero (*Rep.*, IV.20a) é: “Nunca, a não ser que o comportamento costumeiro admitisse, as comédias poderiam aprovar sua vergonha no teatro” – “*Nunquam comoediae, nisi consuetudo vitae pateretur, probare sua theatris flagitia potuissent*”. Literalmente, a expressão “*consuetudo vitae*” significa “hábito de vida”, ou “comportamento de vida”, que podemos traduzir por “comportamento costumeiro”, ou “hábito costumeiro”. A obra *Sobre a República*, da qual retiramos a passagem acima e as duas próximas, sobrevive apenas em fragmentos, e provavelmente restou completa até o século V. O livro IV existe em apenas algumas páginas provenientes de um palimpsesto – um manuscrito do século IV reutilizado para um texto de Agostinho – e em testemunhos de Agostinho (ZETZEL, 1999, p. xiv-xv). Seguimos aqui a sequência dos fragmentos de *Sobre a República* de acordo com a edição de Powell (2006). É importante notar que todas as passagens nas quais Cícero se refere ao teatro no livro IV de *Sobre a República* são testemunhos de Agostinho, todos provenientes de sua obra *A cidade de Deus contra os pagãos (De civitate Dei, II)*. Portanto, foram testemunhos escritos no século V em contexto fortemente cristão. Devido a isso, Zetzel (1999, p. xxxvi), por exemplo, considera importante distinguir as palavras de Cícero do “contexto frequentemente tendencioso” em que Agostinho as cita, colocando em itálico, em sua edição, o texto de Agostinho de forma a ficar bem distinto do texto de Cícero.

³¹⁵ A impossibilidade de que versos difamatórios diretamente direcionados a personalidades fossem ditos no teatro em Roma é exposta por Cícero (*Rep.*, IV.20b), que compara o hábito dos comediógrafos gregos do século V a.C. de “violiar” em versos, externados no palco, seus contemporâneos políticos à inconveniência de Plauto, Névio e Cecílio Estácio fazerem o mesmo: “não convinha muito a Pércles ser violado por versos e ser perseguido por eles no palco, quando já comandava há vários anos a paz e a guerra para a sua *civitas*, com máxima autoridade, quanto conviria se nosso Plauto ou Névio quisessem falar mal de Públio e Cneu Cipião, ou Cecílio de Marco Catão” – “*Periclem, cum iam suae civitati maxima auctoritate plurimus annos domi et belli praefuisset, violari versibus et eos agi in scaena non plus decuit, quam si Plautus noster voluisset aut Naevius Publio et Gnaeo Scipioni aut Caecilius Marco Catoni maledicere*”. O fato de Cícero não relacionar o nome de Névio aos *Metelli* – vide nota 313 –, mas aos Cipiões, poderia significar um lapso proposital para afirmar seu ponto de vista, mas seria um lapso grosseiro. O mais provável é que Cícero não acreditava na tradição sobre a acusação de difamação. Por outro lado, Aulo Gélíio (*NA*, VIII.8.5) cita outros versos de Névio e afirma que foram endereçados a Cipião Africano. Porém, os versos não citam Cipião pelo nome – o próprio Aulo Gélíio (*NA*, VIII.8.5) escreve, sobre a história, que “é duvidoso se é verdadeira ou falsa” (“*verone an falso incertum*”). Mattingly (1960, p. 417 e ss.) não acredita que esses versos possam ter influenciado os Cipiões a forçar o referido exílio de Névio. O texto de Cícero (*Rep.*, IV.20b) que citamos nessa nota apoia essa interpretação.

³¹⁶ Horácio (*Epist.*, II.145-152) primeiramente expõe como com o passar do tempo os versos fesceninos foram se transformando, de prazenteiros a cruéis e frenéticos e, em seguida (*Epist.*, II.152-155), fala da lei que reprimiu a difamação pessoal e levou ao medo do porrete – “*formitudine fustis*” –, retornando as pessoas às formas prazerosas do dizer. O termo “*fescenninus*” pode significar diferentes tipos de verso, conforme comentamos na Introdução dessa tese. Versos jocosos abusivos e obscenos, expressos durante casamentos, ou versos obscenos trocados alternadamente em certos festivais de colheita realizados nas áreas rurais do Lácio – esses tidos como um dos precursores do drama romano –, ou versos semelhantes trocados pelos soldados em triunfos, ou mesmo versos satíricos (HOLFORD-STREVEENS, 2012a, p. 573).

³¹⁷ O texto de Cícero (*Rep.*, IV.20c) é: “Por outro lado, nossas XII Tábuas, quando estabeleceram para muito poucos a pena de morte, também pensaram que devia ser decretada se alguém proferisse injúrias ou compusesse canções que contivessem infâmia ou ultraje a outra pessoa” – “*nostrae contra duodecim tabulae cum perpauca res capite sanxissent, in his hanc quoque sancendam putaverunt, si quis occentavisset sive carmen condidisset, quod infamiam faceret flagitiumve alteri*”.

isso exigiram posições privilegiadas, de acordo com seu *status* político e socioeconômico, o que aponta para a receptividade positiva das comédias. O teatro, de certa maneira, tendia então a representar a hierarquia da *civitas* (CSAPO; SLATER, 2001, p. 306)³¹⁸.

Voltando a Plauto, na comédia *Estico* (*Stich.*, 220-233) o *parasitus* Gelásimo fala diretamente à audiência³¹⁹ e pede a atenção dos presentes³²⁰ dizendo que está vendendo piadas, pequenas mentiras, unguentos sudoríferos gregos³²¹ e outras coisas. Chama a si a atenção da audiência com jogos de perguntas e respostas direcionadas a todos³²² ou se endereçando a pessoas em particular³²³. Essa comunicação com a audiência só seria possível se as atenções estivessem voltadas para o palco. Em outra comédia, *A comédia dos asnos*, o falante do prólogo também requisita a atenção da audiência³²⁴, solicita ao arauto que peça silêncio³²⁵ e passa a falar sobre a peça. Não há sinais de interferências vindas da audiência. *Estico* foi encenada, de acordo com a didascália, em 200 a.C. A época da primeira apresentação de *A comédia dos asnos* é controversa, existindo duas propostas de datação, ambas do período da Segunda Guerra Púnica – entre 212 a.C. e 211 a.C. (DE MELO, 2011b, p. 137-138), e em 207 a.C. (BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382).

Posto isso, verificando as comédias Varronianas por todo o período produtivo conhecido de nosso autor – desde a época da Segunda Guerra Púnica até sua morte –, vemos que os indícios e as evidências das atitudes da audiência das comédias de Plauto

³¹⁸ No futuro, Augusto e outros imperadores impuseram ordenações maiores nos assentos dos teatros, como códigos de vestimenta, assentos reservados para magistrados, sacerdotes e grupos profissionais (CSAPO; SLATER, 2001, p. 306).

³¹⁹ Interpretamos que Gelásimo está se endereçando à audiência, pois de outra forma a cena não teria sentido. Gelásimo está terminando um monólogo e a única outra personagem no palco é a escrava Crocótio, que ouve escondida o que Gelásimo fala.

³²⁰ A atenção requisitada à audiência não seria devida à dispersão dos ânimos em relação à peça, mas um artifício preparado de antemão para começar a comunicação com a audiência. Gelásimo (*Stich.*, 220) diz: “Peço sua atenção, o butim será dos aqui presentes” – “*adeste sultis, praeda erit praesentium*”.

³²¹ Os trechos citados são, respectivamente, “*logos ridículos uendo*” (*Stich.*, 221), “*periuratiunculas parasiticas [uendo]*” (*Stich.*, 229), “*unctiones Graecas sudatorias [uendo]*” (*Stich.*, 224).

³²² Por exemplo, Plauto (*Stich.*, 221, 222) escreve: “vamos, façam seus lances” e “alguém dá um lance por uma refeição?” – “*age licemini*” e “*ecqui poscit prandio?*”.

³²³ O trecho citado de Plauto (*Stich.*, 223) é: “Hércules vai te amar: para você um almoço, um jantar” – “*Hercules te amabit – prandio, cena tibi*”.

³²⁴ O texto de Plauto (*Asin.* 1-3) é: “Espectadores, peço sua atenção agora! Que as coisas com certeza corram bem para mim e para vocês, para essa *grex*, para os *domini* e para os que nos contrataram” – “*hoc agite sultis, spectatores, nunciam, / quae quidem mihi atque uobis res uortat bene / gregique huic et dominis atque conductoribus*”.

³²⁵ O texto de Plauto (*Asin.* 4) é: “Aauto, faça agora o povo todo ouvidos” – “*face nunciam tu, praeco, omnem auritum poplum*”.

não permitem interpretar que interferências ou distúrbios tenham atrapalhado, interrompido ou impedido a apresentação das peças. Um testemunho de Cícero sobre a atitude da audiência na segunda metade do século III a.C. pode ser adicionado aqui. Cícero (*De legibus*, II.39), dissertando sobre a música e sua influência nos comportamentos, inclusive no ambiente do teatro, escreve que o público que assistia as peças de Lívio Andrônico e de Névio era “preenchido com seriedade agradável pelas melodias”³²⁶. Não podemos saber se esse testemunho de Cícero sobre a atenção com que a audiência ouvia as melodias nas peças de Lívio Andrônico e Névio é baseado em fontes confiáveis, mas aponta para uma certa ordem na atitude do público e pode ser comparado ao intervalo momentâneo, em *Psêdolo* (*Pseud.*, 573^a), sem atores no palco e preenchido por música, o qual comentamos acima.

Por outro lado – para demonstrarmos casos contrários de recepção –, registros de atitudes negativas da audiência em *ludi scaenici* são encontrados no século II a.C. Temos conhecimento de problemas de recepção em apresentações teatrais posteriores à época de Plauto. Cecílio Estácio³²⁷, entre o final da década de 180 a.C. e 168 a.C., e Terêncio³²⁸, entre 166 e 160 a.C., experimentaram dificuldades para encenar algumas de suas comédias devido a ruídos e distúrbios provocados pelo público³²⁹.

³²⁶ A passagem de Cícero (*Leg.*, II.39) é: “certamente, vejo quem costumava antigamente ser preenchido pela seriedade agradável das melodias de Lívio e Névio” – “*illud quidem video, quae solebant quondam compleri severitate iucunda Livianis et Naevianis modis*”. Cícero (*Leg.*, II.39) em seguida compara essa atitude dos antigos com a da audiência de seu tempo, que mexe o pescoço e os olhos ao ritmo da melodia, algo que Cícero considera uma ofensa.

³²⁷ Conhecemos os títulos de quarenta e duas comédias de Cecílio, a maioria deles em grego (BEARE, 1951, p. 79). A fase mais produtiva de Cecílio é datada entre 179 a.C. e 168 a.C., o ano de sua morte (WARMINGTON, 2006, p. xxvii-xxix).

³²⁸ A ordem das primeiras apresentações das comédias de Terêncio é controversa, mas existe aceitação de que a primeira foi *Ándria*, em 166 a.C., e que sua atividade dramática terminou em 160 a.C. (BEARE, 1951, p. 86).

³²⁹ Sabemos, pelo prólogo de *A sogra* (*Hecyra*, 14-15), de Terêncio, que durante a apresentação de algumas comédias de Cecílio Estácio o produtor Ambívio Túrpio foi expulso do palco e em outras teve dificuldade de se manter sobre ele. Podemos datar essas dificuldades, de acordo com o período de produtividade de Cecílio, entre o final da década de 180 a.C. e 168 a.C., quando morreu. Pelo mesmo prólogo tomamos conhecimento de que *A sogra* só foi encenada na terceira tentativa, pois as duas primeiras foram frustradas. O produtor diz inclusive que nunca havia conseguido apresentar a peça em silêncio até a terceira tentativa (*Hec.*, 29-30). Na primeira tentativa, em 165 a.C., a apresentação foi impedida por conversas sobre boxeadores, pela expectativa da apresentação de um equilibrista na cordabamba – a qual roubou a audiência – e pelo barulho do público associado a gritos femininos (*Hec.*, 2-5, 33-36). O prólogo de *Fórmio* (*Phorm.*, 30-32), de Terêncio – comédia encenada em 161 a.C. – contém uma alusão a essa primeira interrupção. Na segunda tentativa, cinco anos depois, em 160 a.C., uma multidão em correria e aos gritos, disputando lugares para assistir a uma luta de gladiadores, foi a responsável pela interrupção da apresentação (*Hec.*, 37-41). A terceira tentativa, também em 160 a.C., foi bem-sucedida, de acordo com a didascália. As datas das tentativas de encenação da comédia e de sua encenação final são conhecidas pela didascália. Quanto aos demais textos das comédias de Terêncio, assim como suas didascálias, não expõem problemas quanto às suas apresentação ou recepção. Suetônio (*Vita Terentii*, 2), inclusive, baseando-se em Vulcácio Sedígito – poeta do início do século I a.C. –, afirma que à exceção de *A sogra* todas as comédias de Terêncio foram apreciadas pela audiência. É interessante

Com relação à atitude do público para com as comédias, Beare (1951, p. 152) comenta que a atenção da audiência teve sempre que ser conquistada no início das apresentações. Certamente podemos inferir que frequentemente ao menos uma porção do público que assistia os *ludi scaenici* era ruidosa, pois cerca da metade das comédias de Plauto apresenta nos prólogos pedidos de atenção e de silêncio à audiência³³⁰. Porém, são pedidos externados, tudo indica, durante a acomodação das pessoas na *cavea*³³¹ e não devido a distúrbios que atrapalhavam a encenação – como nos casos citados de Cecílio Estácio e Terêncio. Manuwald (2011, p. 99-100) entende que os pedidos de atenção no início das peças não indicam que os espectadores em Roma eram indisciplinados, mas significam o comportamento esperado de um público misto, acomodado em espaços improvisados para o espetáculo. Concordamos com essa interpretação.

Vemos então que as comédias de Plauto, durante a vida de nosso comediógrafo, pelo que podemos interpretar das fontes, não encontraram problemas que impedissem ou mesmo atrapalhassem sua encenação – pelo contrário, os indícios e as evidências apontam para uma audiência receptiva –, o que admite a interpretação de que as comédias conseguiram recepção, de maneira geral, positiva e que, portanto, as concepções e os valores transmitidos pelos atores a partir dos textos de Plauto coadunavam com aqueles da audiência.

notar que a passagem do prólogo de *Cásina* que podemos associar à nova montagem nos fornece o vislumbre de um ambiente, na audiência, totalmente diverso daquele fornecido pelo prólogo de *A sogra*, permitindo a interpretação de que não houve problemas durante a reapresentação da comédia de Plauto. A nova montagem, sendo encenada cerca de uma geração após a primeira apresentação, pode ser datada entre as décadas de 160 a.C. e de 150 a.C. Assim, teria sido encenada mais ou menos no mesmo período que *A sogra*, de Terêncio. Segundo o texto do prólogo de Plauto (*Cas.*, 5-13): “Penso que as pessoas que bebem vinho antigo são sábias, assim como aquelas que veem peças antigas. Uma vez que vocês gostam de velhas obras e palavras, claro que gostam de peças antigas mais que outras. Pois as novas comédias encenadas atualmente valem menos que nova cunhagem. Uma vez que compreendemos, a partir do que as pessoas falam, que vocês gostam das peças de Plauto, estamos encenando uma velha comédia dele...” – “*qui utuntur uino uetere sapientes puto / et qui lubenter ueteres spectant fabulas; / antiqua opera et uerba quom uobis placent, / aequom est placere ante <alias> ueteres fabulas: / nam nunc nouae quae prodeunt comoediae / multo sunt nequiores quam nummi noui. / nos postquam populi rumore intelleximus / studiose expectere uos Plautinas fabulas, / antiquam eius edimus comoediam...*”.

³³⁰ Os pedidos são externados, de formas diferentes, em *O anfitrião* (*Amph.*, 15), *Os cativos* (*Capt.*, 11-16, 54), *Cásina* (*Cas.*, 3-4), *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 1-5), *As três moedas* (*Trin.*, 5-8), *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 3-14), *O truculento* (*Truc.*, 1-8), *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 80-82), *Os menecmos* (*Men.*, 4-5) e *O mercador* (*Merc.*, 14-15).

³³¹ Por exemplo, em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 3-43) os pedidos de atenção são interrompidos após o arauto pedir silêncio, assim como em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 1, 4-5). Em *O truculento* (*Truc.*, 1-8) o texto sugere que Plauto consegue dialogar com a audiência.

Catão e a “ars poetica”

Ainda com relação às atitudes frente à obra plautina, alguns autores apontam o lugar de Catão como contrário à comicidade de Plauto. Isso parece sugerir que havia uma oposição por parte do orador às apresentações teatrais, incluindo as comédias de Plauto. Para Gowers (1993, p. 66), por exemplo, Catão é o “contraste perfeito para a voz cômica de Plauto”, devido à sua firmeza moral, da forma que nos é mostrada, digamos, por Plutarco (*Cato Maior*, IV.1-2)³³². Habineck (1998, p. 42-43) contrasta as críticas que Catão faz ao tribuno Marcos Célio – as quais encontramos nos testemunhos de Festo (466.19-22) e Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9)³³³ – ao “uso persistente” de formas linguísticas gregas por Plauto. Richlin (2005, p. 25) escreve que Catão “parece ser, de várias maneiras, o oposto de Plauto”³³⁴. Em contraste a essas visões, Mattingly (1960, p. 425, nota 52) trata Plauto como “catoniano (*sic*) em muitas formas”.

As interpretações sobre uma possível oposição entre a retórica de Catão e a voz cômica de Plauto são motivadas também por outras imagens de Catão que obtemos das fontes. Tito Lívio (XXXII.27.3), por exemplo, o denomina de “*sanctus*” – “inviolável”. Plutarco (*Moralia*, 198D) o representa como homem de hábitos austeros, contrário ao “esbanjamento” e à “extravagância”³³⁵, principalmente em relação a gastos com dinheiro. Porém, é preciso compreender que essa é a imagem de um homem que, apesar de admirado, quando seus hábitos são contrastados com os de seus contemporâneos é considerado pelo próprio Plutarco (*Cat. Mai.*, IV.2-3) como um “homem raro”³³⁶. Vamos, então, procurar compreender o lugar de Catão frente à *ars poetica*.

³³² Segundo Plutarco (*Cat. Mai.*, IV.1-2), Catão trabalhava com as próprias mãos, tinha vestes simples, sua casa era humilde, seu desjejum era frio e o jantar frugal. Gowers (1993, p. 66) escreve que, para Catão, Roma “havia perdido sua pureza”. Porém, Gowers (1993, p. 66) entende essa integridade de Catão como “algo anômalo” em uma Roma que já era cosmopolita, e que foi essa anomalia que alçou a integridade de Catão a um “*status* mítico”. Além disso, Gowers (1993, p. 68) defende que as afirmações de Catão são paradoxais, porque apontam para o surgimento da cultura romana a partir da absorção da grega, e que a “ideologia pessoal de Catão era, ela mesma, provavelmente formada por conceitos gregos de pureza”. Gowers (1993, p. 69) cita o exemplo de *De agricultura* (76), no qual Catão inclui receitas com nomes gregos para ingredientes – inclusive uma sopa cartaginesa – e outra passagem da mesma obra (*De agricultura*, 56), em que cita fontes médicas gregas.

³³³ Comentaremos esse discurso à frente.

³³⁴ Porém, Richlin (2005, p. 25) alude a uma passagem do prólogo da comédia *O mercador* (*Merc.*, 65 e ss.) – a qual comentaremos mais à frente –, para a qual interpreta ideias que Plauto tem em comum “com seu contemporâneo, Catão o Censor”.

³³⁵ Os termos de Plutarco (*Moralia*, 198D) são, respectivamente, ἀσωτία (*asotía*) e πολυτέλεια (*polytéleia*).

³³⁶ Em grego, σπάνιος (*spánios*). Comentamos na nota 332 a respeito da passagem de Plutarco (*Cat. Mai.*, IV.1-2) sobre os hábitos simples de Catão. É interessante notar que, após comentar algumas das atitudes austeras das quais Catão se valia, como a forma com que tratava seus escravos velhos – a qual Plutarco (*Cat. Mai.*, V.1-5) não aprova –, e o fato de que deixou na *Iberia* o cavalo que havia utilizado enquanto exerceu o consulado naquelas terras, para não onerar Roma com o custo do transporte do

Um dos testemunhos mais importantes sobre esse assunto é o de Cícero, que no início de *Discussões tusculanas* (*Tusculanae disputationes*, I.1 e ss.) compara as conquistas romanas em diferentes campos da *sapientia*³³⁷ – da forma que as percebe – em relação às gregas. Entre essas conquistas, Cícero (*Tusc.*, I.3)³³⁸ comenta que, enquanto “entre os gregos o gênero dos poetas é antiquíssimo dentre os letrados”, apenas tardiamente os romanos receberam a poesia, quando pela primeira vez uma peça foi composta em Roma – ou seja, em 240 a.C., por Lívio Andrônico. Cícero (*Tusc.*, I.3), então, fala da produção poética da forma que, podemos inferir a partir de sua exposição, foi apreendida a partir do mundo grego – a *ars poetica* –, a qual inclui claramente o teatro³³⁹. Pouco mais à frente Cícero (*Tusc.*, I.3) reafirma a chegada tardia da poesia entre os romanos, e nos diz que Catão, em seu livro *Origens*, escreve sobre “os convivas estarem acostumados a cantar nos banquetes – *epulae* – a respeito das virtudes dos homens ilustres”, mas que, “contudo, um discurso de Catão deixa patente que esse gênero não era considerado honrado, como a torpeza a que se expôs Marco Nobílior, o

animal, Plutarco (*Cat. Mai.*, V.5-6) deixa aberta a questão: se essas atitudes são resultado de grandeza de espírito – μεγαλοψυχία (*megalopsykhía*) – ou mesquinhez – μικρολογία (*mikrología*). Outros exemplos da ideia de sobriedade de costumes entre os romanos podem ser citados, e sua menção pelas fontes sugere a raridade de suas práticas – da maneira como são percebidas e transmitidas pelas fontes – em cada contexto histórico. É o caso, por exemplo, de Mânio Cúrio Dentato e Caio Fabrício Luscino, que viveram entre os séculos IV a.C. e III a.C. Mânlio Cúrio Dentato, segundo Valério Máximo (IV.3.5), era “o padrão mais aperfeiçoado da frugalidade romana” – “*exactissima norma Romanae frugalitatis*”. O mesmo Mânio Cúrio Dentato é usado como exemplo de parcimônia e virtude por Plutarco (*Mor.*, 194F). Caio Fabrício Luscino, de acordo com Aulo Gélio (*N. A.*, 14.1-2), era um homem “de poucos recursos monetários e domésticos” – “*familiae pecuniaeque inops*” –, e segundo Valério Máximo (IV.3.6a) era “muito rico sem dinheiro, para o benefício de seu comedimento, abundantemente acompanhado sem o emprego de domésticos, porque não era possuir muitos bens que o fazia rico, mas desejá-los moderadamente” – “*continentiae suae beneficio sine pecunia praedives, sine usu familiae abunde comitatus, quia locupletem illum faciebat non multa possidere sed modica desiderare*”.

³³⁷ Campos da *sapientia*, ou seja, da capacidade, da habilidade, da aptidão, da sabedoria, do bom senso, enfim, do conhecimento e da boa prática relacionados a âmbitos diversos dos afazeres humanos, conforme são percebidos por Cícero. Segundo Cícero (*Tusc.*, I.1-2): “Sempre julguei encontrar em todos os nossos concidadãos, por si mesmos, mais sabedoria que os gregos, ou melhoras no que foi recebido deles, certamente no que estabelecessem que fosse digno se aplicar” – “*meum semper iudicium fuit omnia nostros aut invenisse per se sapientius quam Graecos aut accepta ab illis fecisse meliora, quae quidem digna statuissent in quibus elaborarent*”.

³³⁸ O texto de Cícero (*Tusc.*, I.3) é: “Agora, enquanto entre os gregos o gênero dos poetas é antiquíssimo dentre os letrados, certamente, se existiram Homero e Hesíodo antes da fundação de Roma, e Arquíloco na época do reino de Rômulo, tardiamente nós recebemos a poesia. Exatamente no ano 510 após a fundação de Roma, Lívio compôs uma peça, sendo cônsules o filho de Caio Cláudio Cego e Marco Tuditano, no ano anterior ao nascimento de Ênio, o qual nasceu antes de Plauto e Névio” – “*Nam cum apud Graecos antiquissimum e doctis genus sit poetarum, si quidem Homerus fuit et Hesiodus ante Roman conditam, Archilochus regnante Romulo, serius poeticam nos accepimus. Annis fere cccccc post Romam conditam Livius fabulam dedit C. Claudio Caeci filio M. Tuditano consulibus, anno ante natum Ennium, qui fuit maior natu quam Plautus et Naevius*”. Na passagem “*serius poeticam nos accepimus*” o acusativo pode provir de “*poetice*” ou de “*poeticus*”, de maneira que a passagem poderia também ser traduzida, por exemplo, como “tardiamente nós recebemos a obra poética”. Escolhemos traduzir por “poesia”, pois essa palavra, por metonímia, abarca significados mais amplos.

³³⁹ Cícero inclui o teatro, pois, além de atestar a data da composição de Lívio Andrônico, compara-a com a do nascimento de Ênio e com as idades relativas de Plauto e Névio.

qual levou poetas para a sua província”³⁴⁰. Conforme sabemos pelo próprio Cícero (*Tusc.*, I.3), o poeta que Marco Fúlvio Nobílior – o vencedor dos etólios em Ambrácia³⁴¹ – levou para sua província – a Etólia – foi Ênio³⁴².

Esses depoimentos de Cícero permitem importantes considerações. Conforme observa Goldberg (2005, p. 10), Cícero, na passagem que citamos de *Discussões tuscunales*, reúne três testemunhos diferentes e os transmite de uma maneira que pode distorcer os significados. Cícero fala primeiro da chegada da poesia em Roma, em seguida que Catão registrou que na época de seus antepassados os convivas cantavam durante os *epulae* sobre as virtudes dos homens ilustres e, finalmente, que Catão, em um de seus discursos, criticou Marco Fúlvio Nobílior por levar poetas³⁴³ para sua província, a Etólia, e que no mesmo discurso declarou que o gênero da poesia não era considerado honrado. Alguns trechos do texto de Cícero possivelmente são a transcrição verbatim de Catão, mas a associação de ideias, claro, é de Cícero, e essa associação de ideias, como evidência dos tempos antigos, torna o registro “confuso” (GOLDBERG, 2005, p. 10)³⁴⁴.

Primeiramente, a designação de Marco Fúlvio Nobílior, na capacidade de cônsul, para a Etólia deu-se em 189 a.C., e seu triunfo sobre os etólios, como procônsul, em 187 a.C., relatos que obtemos, por exemplo, de Tito Lívio (XXXVII.47.7; XXXVIII.3-10; XXXVIII.42-44; XXXIX.4-5; XL,45.6) e Políbio (XXI.25.9-32.15).

³⁴⁰ O texto de Cícero (*Tusc.*, I.3) é: “Então, os poetas foram conhecidos ou recebidos por nós mais tarde. Embora esteja escrito em *Origens* que os convivas estavam acostumados a cantar nos banquetes a respeito das virtudes dos homens ilustres, ao som do tocador de *tíbia*, contudo, um discurso de Catão deixa patente que esse gênero não era considerado honrado, como a torpeza na qual se expôs Marco Nobílior, o qual levou poetas para a sua província” – “*Sero igitur a nostris poetae vel cogniti vel recepti. Quamquam est in Originibus solitos esse in epulis canere convivas ad tibicinem de clarorum hominum virtutibus, honorem tamen huic generi non fuisse declarat oratio Catonis, in qua obiecit ut probrum M. Nobiliori, quod is in provinciam poetas duxisset*”. O fato de o acusativo “*poetas*” estar no plural – apesar de poder ser apenas um detalhe de estilo de composição – sugere que M. Fúlvio Nobílior levou para a Etólia mais de um poeta.

³⁴¹ Cidade etólia situada no norte do golfo de Ambrácia (TALBERT, 2000, mapa 54). Ambrácia foi cercada pelas forças romanas comandadas por Marco Fúlvio Nobílior em 189 a.C. Comentaremos sobre Ambrácia no Capítulo III.

³⁴² Cícero (*Tusc.*, I.3) relata: “Entretanto, o cônsul levava para a Etólia aquele que sabemos, Ênio” – “*Duxerat autem consul ille in Aetoliam, ut scimus, Ennium*”. Para Goldberg (2005, p. 10-11) a provocação de Catão provavelmente está relacionada à produção da peça *Ambracia*, de Ênio, apresentada, segundo o autor, provavelmente, ou durante as festividades do triunfo de Marco Fúlvio Nobílior, em 187 a.C., ou nos jogos votivos celebrados no ano seguinte.

³⁴³ Na passagem o termo “*poetas*” está no plural. Contudo, pode se tratar apenas de um poeta, Ênio, o que não muda a crítica.

³⁴⁴ Lintott (2008, p. 3) afirma que não se pode tratar os textos de Cícero como registros históricos “autênticos”, pois grande parte do que escreveu sobre o passado romano possui “um elemento persuasivo que tende a ofuscar sua devoção à verdade, da forma que ele a conhece”. Em um de seus diálogos, por exemplo, Cícero (*Brut.*, 42) expressa, a partir de Ático – um dos interlocutores –, que um orador tem a licença de distorcer a história de forma a promover uma ideia. Porém, precisamos notar que Cícero, no caso por nós citado, mistura diferentes evidências, mas não as corrompe.

Portanto, entre a apresentação da peça de Lívio Andrônico em Roma, em 240 a.C.³⁴⁵, e o ano de 189 a.C., cerca de cinquenta anos se passaram e a *ars poetica* já estava bem inserida no cotidiano de celebrações romano, como atestam os vários *ludi scaenici* apresentados anualmente há décadas e ligados a diferentes festivais e outras ocasiões (TAYLOR, 1937, p. 284 e ss.). Além disso, em outras oportunidades Cícero (*Tusc.*, IV.3; *Brutus*, 75)³⁴⁶ esclarece que a prática de cantar durante as *epulae* não era contemporânea de Catão, mas muito anterior ao seu tempo – em um dos textos Cícero (*Brutus*, 75) escreve sobre “muitas gerações antes de seu tempo”³⁴⁷ –, o que nos permite interpretar a interposição de uma distância temporal considerável entre essa prática e o ano de 240 a.C., e muito maior para os anos 180 a.C. Na visão de Momigliano (1957, p. 107, 110), por exemplo, Catão não conheceu os *carmina*³⁴⁸.

A percepção dessa distância temporal é fundamental, pois é à prática dos anos 180 a.C. que Catão se refere ao criticar Marco Fúlvio Nobílior por levar Ênio, um produtor de *ars poetica*, para o ambiente militar. Nesse sentido, outra passagem de Catão pode nos auxiliar. Aulo Gélio (*NA*, XI.2.5) cita, aparentemente verbatim, um trecho de uma obra de Catão intitulada *Canto sobre os hábitos (Carmen de moribus)*³⁴⁹:

³⁴⁵ Essa é uma efeméride importante, mas cujo registro isolado não leva em consideração os insumos culturais anteriores. A data da chegada da poesia em Roma apresentada por Cícero marca a primeira vez que, de acordo com os registros históricos, uma peça de teatro criada em Roma foi produzida e apresentada em Roma, mas não leva em consideração os insumos relativos à poesia e ao teatro que, através do tempo, provavelmente foram sendo incorporados pelos romanos, sobre os quais falamos na Introdução dessa tese. Atores da Etrúria, por exemplo, se apresentaram em Roma em 364 a.C., segundo Tito Lívio (VII.1-2).

³⁴⁶ Cícero (*Tusc.*, IV.3) escreve: “Catão, importante autor, disse em *Origens* que entre os nossos ancestrais era hábito nos banquetes que aqueles que se reclinassem cantassem, um após o outro, louvores e virtudes dos homens ilustres, ao som da *tibia*” – “*gravissimus auctor in Originibus dixit Cato morem apud maiores hunc epularum fuisse, ut deinceps qui accubarent canerent ad tibiam clarorum virorum laudes atque virtutes*”. Em outra obra Cícero (*Brutus*, 75) escreve que: “E quem dera subsistissem aquelas canções das quais Catão escreveu em *Origens*, as quais, muitas gerações antes de seu tempo, eram cantadas frequentemente durante os banquetes por cada um dos convivas com louvores a respeito aos homens ilustres” – “*Atque utinam exstarent illa carmina, quae multis saeculis ante suam aetatem in epulis esse cantitata a singulis convivis de clarorum virorum laudibus in Originibus scriptum reliquit Cato*”. Momigliano (1957, p. 105) denomina *carmina* de “canções de banquete”.

³⁴⁷ O texto de Cícero (*Brutus*, 75) é: “*multis saeculis ante suam aetatem*”, conforme citamos na nota 346. O plural “*saeculi*” pode ser traduzido também por “séculos”, mas optamos por “muitas gerações” – também uma tradução possível –, por possuir um significado mais amplo, e também porque os textos de Cícero em *Bruto* e em *Discussões tusculanas*, quando comparados, não permitem uma especificidade maior para o distanciamento no tempo ao qual se referem. Certamente, porém, significa muito tempo antes da época de Catão.

³⁴⁸ Momigliano (1957, p. 110) diz que “Catão deixou claro que os *carmina* haviam desaparecido muito antes de seu tempo”. Momigliano (1957, p. 111-113) acredita que os *carmina* ainda existiam no final do século IV a.C., e possivelmente influenciaram a tradição histórica oral romana, posteriormente padronizada pelos analistas.

³⁴⁹ Não é simples traduzir o título dessa obra. Goldberg (2005, p. 13) escreve que provavelmente era uma coletânea de ditos colhidos de diferentes fontes, ou seja, *carmen* no sentido de “preceito” ou “refrão”, como a obra de Ápio Cláudio Cego citada por Cícero (*Tus.*, IV.4) – “*Appii Caeci carmen*” –, da qual

‘Era costume’, disse, ‘se vestir convenientemente para o Fórum, e em casa de forma suficiente. Pagavam mais caro por um cavalo que por um cozinheiro. A honra da *ars poetica* não existia. Se alguém devotava a si mesmo a esse assunto ou frequentava banquetes era chamado de ‘bajulador’³⁵⁰.

Estamos aqui diante de um dos registros de Catão relacionados ao *sumptus*, ou seja, de sua oposição aos altos gastos e às exposições de riqueza, contra os quais devotou parte de sua vida, conforme é possível extrair das fontes³⁵¹. Mais importante para nosso argumento, no mesmo registro também podemos perceber que o seu conceito de *honos*³⁵² não comporta a *ars poetica*³⁵³. Portanto, ao afirmar que no passado não

temos ao menos dois exemplos de *dicta*. Um deles foi preservado por Valério Máximo (VII.2.1): “o povo romano é mais bem obrigado quando ocupado que quando descansado” – “*negotium populo Romano melius quam otium committo*”. Outro exemplo é o transmitido por Salústio (*Ad Caes. sen.*, I.2): “Ápio disse em suas cantigas, ‘cada um é o artífice de sua própria fortuna’” – “*in carminibus Appius ait, fabrum esse suae quemque fortunae*”. Astin (1978, p. 186) escreve que provavelmente “era uma obra em prosa de tom marcadamente didático”. Sobre a relação dos *carmina* com os textos de Catão, vide Sciarrino (2004, p. 338 e ss.; 2017, p. 34-35, 100 e ss.) e Aubert (2020, p. 11 e ss.). Vide na nota 353 nossos comentários sobre os usos do termo *carmen*, baseados na análise de Williams (1982, p. 53-55).

³⁵⁰ Aulo Gélio (*NA*, XI.2.5) cita o texto de Catão: “‘*Vestiri*’, inquit, ‘*in foro honeste mos erat, domi quod satis erat. Equos carius quam coquos emebant. Poeticae artis honos non erat. Si quis in ea re studebat aut sese ad convivia adplicabat, crassator vocabatur*’”. Outras traduções possíveis para “*crassator*” – o mesmo que “*grassator*” – são “parasita” (no sentido de “bajulador”), “salteador”. Goldberg (2005, p. 15), após apresentar diferentes indícios, conclui que na época que Catão escreveu, ou seja, na primeira metade do século II a.C., a poesia era respeitada e os poetas não eram denominados – pela maioria – de bajuladores.

³⁵¹ Por exemplo, em Plutarco (*Cato Maior*, IV.3-4), em Aulo Gélio (*NA*, XIII.24.1-2), em Fronto (*Ad Antoninum Imp.*, i.2.9). O passado romano, da forma que é representado por Catão, é povoado por pessoas austeras, e ao tratar nessa representação os antigos costumes de se vestir em público como convenientes, e na vida privada como modestos, Catão está criticando os costumes de sua época, que para ele são opostos – mesmo que, pelo que podemos interpretar de seu texto, Catão não perceba que a modéstia e a austeridade de seus antepassados estavam, provavelmente, relacionadas à quantidade de seus bens antes que a riqueza do leste do Mediterrâneo começasse a chegar a Roma (ASTIN, 1978, p. 100). Astin (1978, p. 100) argumenta que essas preocupações de Catão quanto aos gastos estavam ligadas à forma como eram gastos, ou seja, em que eram gastos, e que o objetivo de Catão era desencorajar o desperdício e os danos aos interesses de Roma.

³⁵² As formas latinas “*honos*” e “*honor*” significam, nessa acepção, “honra”, “dignidade”, “magistratura”, “pessoas constituídas com dignidade”. A forma que apareceu primeiro provavelmente foi “*honos*” – a forma que consta no testemunho de Aulo Gélio (*NA*, XI.2.5) que citamos –, sendo que, após a aparição da forma “*honor*”, ambas coexistiram durante algum tempo (SAUSSURE, 2006, p. 187-188, 190).

³⁵³ Precisamos aqui distinguir entre o termo *carmen* e a locução *ars poetica*, dois conceitos distintos, os quais não são misturados por Catão. O primeiro está no título de sua obra, e o outro ele qualifica como desprovido de honra no passado. O termo *carmen*, conforme a análise de Williams (1982, p. 53-55), foi adotado pelos poetas da passagem do século I a.C. para o século I significando “poema”, ou “poesia”, mas seu “significado era originalmente muito amplo”. Contudo, continua Williams (1982, p. 55), apesar dos diferentes significados, todos os registros de sua antiga utilização relacionam-se à prosa rítmica, com rima e aliteração (repetição de fonemas idênticos ou parecidos). O termo é usado, nesses casos antigos, em ocasiões cerimoniais, solenes, como a *lustratio agri* (“purificação da terra”), ou em sentenças de morte, e encontramos os mesmos mecanismos de discurso em outras línguas da Itália central, sugerindo que seu uso não estava confinado ao Lácio (WILLIAMS, 1982, p. 55). Exemplos da utilização do termo *carmen* e seus cognatos são fornecidos por Williams (1982, p. 53-54), e podemos citar dois. O primeiro,

eram honrados a poesia e quem a ela se devotava, Catão está nos informando que seus contemporâneos honram – em número suficiente para gerar em Catão o ímpeto da crítica reprobatória³⁵⁴, e aqui não podemos esquecer do comentário de Plutarco (*Cat. Mai.*, IV.2-3) sobre a raridade dos hábitos de Catão, frente aos seus contemporâneos³⁵⁵.

Podemos compreender melhor essas críticas de Catão à sociedade romana de seu tempo analisando três passagens preservadas pelas fontes: um testemunho de Plutarco e dois trechos de um mesmo discurso transmitidos por Festo e Macróbio. Segundo o testemunho de Plutarco (*Cat. Mai.*, III.7), Catão, após exercer o cargo de questor das legiões de Cipião Africano em 204 a.C., juntamente com Quinto Fábio Máximo³⁵⁶ acusa Cipião Africano diante do Senado romano de ser responsável pelo desperdício de quantias “enormes de dinheiro”³⁵⁷ – temos aqui mais uma vez o tema do antagonismo

retirado do livro II de *Sobre a vida do povo romano*, de Varrão, preservado por Nônio Marcelo (107.3-108.5), no qual lemos sobre “os rapazes comedidos que cantavam antigas canções nos banquetes, nos quais faziam louvores aos antigos, um de cada vez e ao som do tocador de tibia” – “*conviviis pueri modesti ut cantarent carmina antiqua, in quibus laudes erant maiorum, et assa voce et cum tibicine*”. Mostramos que, da forma transmitida por Varrão, desempenhar os *cantica* durante os *epulae* era uma “atividade perfeitamente respeitável” (GOLDBERG, 1989, p. 250). Momigliano (1957, p. 109) nota que nos testemunhos sobre Catão aparentemente quem canta nos *epulae* são adultos, mas no fragmento de Varrão são “meninos mais velhos”. O segundo exemplo de Williams (1982, p. 53-54) sobre a utilização de *carmen* – que atribui aos mais velhos a execução de *camina* em banquetes – é de Valério Máximo (II.1.10): “Os mais velhos percorriam juntos, com canções, os feitos extraordinários dos nobres durante os banquetes, ao som da *tibia*, para tornar os jovens mais dispostos a imitá-los” – “*Maiores natu in conviviis ad tibias egregia superiorum opera carmine comprehensa peragebant, quo ad ea imitanda iuventutem alacriorem redderent*”. Momigliano (1957, p. 109, nota 39) admite que a relação entre a afirmação sobre os *carmina* no fragmento de *Canção sobre os hábitos* e as outras afirmações sobre o tema não é clara. Por outro lado, não se pode posicionar o fragmento de Varrão, que é incompleto e do qual não conhecemos o contexto, como contrário ao de Catão, pois, no mínimo, todos atestam a existência dos *carmina* nos banquetes (MOMIGLIANO, 1957, p. 110).

³⁵⁴ Goldberg (2005, p. 15), analisando a mesma passagem de Aulo Gélio (*NA*, XI.2.5), conclui que vários contemporâneos de Catão apreciavam a poesia e não consideravam os poetas *grassatores*. De outra forma, as críticas não teriam razão. Habinek (1998, p. 38) nota que Catão, em *Canto sobre os hábitos*, demonstra desaprovação pela *ars poetica*, enquanto em *Origens*, de acordo com as passagens que conhecemos, aprova os *carmina convivalia* – os cantos dos convivas durante as *epulae* –, e afirma que Catão, nesses textos, não marca a diferença entre gêneros poéticos, mas sim entre um hábito ancestral – a produção de *carmina* em louvor aos feitos dos homens ilustres durante as *epulae* – e a *ars nova*, derivada da “dependência por profissionais estrangeiros”. Sciarrino (2004, p. 332-334) interpreta da mesma forma, e adiciona que Catão procura em seus textos excluir os poetas das práticas da guerra e dos banquetes, ou seja, das práticas dos homens ilustres. Nas palavras de Sciarrino (2004, p. 334), “Catão define lugares exclusivamente reservados para a atuação – “*performance*” – da elite (os contextos militar e do convívio)”.

³⁵⁵ Catão era raro, mas não era único, claro. A imagem da raridade do comportamento de Catão nos remete provavelmente, a uma porção minoritária da sociedade romana.

³⁵⁶ Catão se liga a Quinto Fábio Máximo, o qual já estava avançado em anos, desde que chega a Roma, segundo Plutarco (*Cat. Mai.*, 3.4), e serve sob suas ordens durante o cerco a Cápua e a tomada de Tarento, em 209 a.C., na Segunda Guerra Púnica, de acordo com Cícero (*Sen.*, 10) e Plutarco (*Cat. Mai.*, 2.3). Catão deveria ter então cerca de vinte e cinco anos.

³⁵⁷ Os termos utilizados por Plutarco (*Cato Maior*, III.7) para significar os gastos de Cipião Africano, no âmbito da crítica de Catão e Fábio Máximo, denotam a intensidade dessa crítica: o desperdício é tratado como “*φθορά*” (*phthorá*), que significa “destruição”, “ruína”, e para descrever as quantias enormes é utilizado o termo “*αμύθητος*” (*amýthetos*), que significa “indizivelmente grande”.

ao que é considerado esbanjamento –, e de práticas juvenis como “exercícios” e “teatros”³⁵⁸, ou seja, de não se comportar como um comandante de exército³⁵⁹, mas sim como se celebrasse um festival³⁶⁰. Quanto às outras passagens, de acordo com Festo (466.19-22)³⁶¹, Catão, em seu discurso *Se Marco Célio o tivesse intimado*³⁶², proferido contra o tribuno da plebe homônimo, denomina o tribuno de “vadio e fescenino” e afirma que não o arrolaria em uma colônia. Em nossa interpretação, na acepção pretendida por Catão o termo “*fescenninus*” está relacionado à calúnia, conforme propõe Holford-Strevens (2012a, p. 573), e ao tipo de versos difamatórios referenciados por Horácio (*Epist.*, II.145), reprimidos por uma das leis das XII Tábuas, conforme comentamos acima. No mesmo discurso, segundo Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9), Catão censura o tribuno³⁶³: “além disso, ele canta no lugar que deseja, algumas vezes declama versos gregos, conta piadas, muda a voz, dança o *staticulus*”³⁶⁴ – dança cujos

³⁵⁸ Os termos em grego são “παλαίστραι” (*palaistrai*) – “exercícios” – e “θέατρα” (*théatra*), respectivamente.

³⁵⁹ Uma passagem de Tito Lívio (XXIX.19.11-12), que já comentamos nesse capítulo, é testemunha de acusações a Cipião Africano semelhantes e contemporâneas às de Catão e Fábio Máximo: seu comportamento “não romano” e “não militar”, seu hábito de perambular com pálio e sandálias gregas, lendo livros e fazendo exercícios, passagem que comparamos à de Plauto (*Curc.*, 288-290).

³⁶⁰ O termo utilizado por Plutarco é “πανηγυρίζω” (*panegyρίζω*), “celebrar um festival público”. O episódio se deu durante a Segunda Guerra Púnica. Segundo Plutarco (*Cat. Mai.*, III.5-6), enquanto era questor – do exército estacionado na Sicília, aguardando a passagem para a África –, Catão abordou Cipião Africano e o criticou pela quantidade de dinheiro que distribuía a seus soldados, quantidade que Catão percebia como corruptora da simplicidade nativa dos soldados, os quais buscavam prazeres lascivos quando o pagamento excedia suas necessidades. Plutarco (*Cat. Mai.*, III.6), em seguida, escreve que Catão disse a Cipião Africano que, nessas situações, ele dava aos soldados condição de praticar o “prazer” e a “luxúria” – os termos gregos são, respectivamente, “ἡδονή” (*hedoné*) e “τρυφή” (*tryphé*). Quanto a Cipião Africano, de acordo com Plutarco (*Cat. Mai.*, V.6), ao ser abordado por Catão sobre seus gastos com os soldados respondeu que um questor “pernicioso” não tinha utilidade para ele.

³⁶¹ O texto de Festo (466.19-22) é: “Por Hércules, se eu fosse um triúmviro não desejaria inscrever em uma colônia um vadio e fescenino” – “*In coloniam, mehercules, scribere nolim, si trium virum sim, spatiatorem atque fescenninum*”.

³⁶² O título do discurso, segundo Festo (466.19-20) é *M. Caelius si se appallavisset*. Aulo Gélcio (*NA*, I.15.9) intitula o discurso de Catão como *Se Célio, tribuno da plebe, o tivesse intimado* – *Si se Caelius tribunus plebis appellasset* –, ou seja, sem o *praenomen* de Célio, mas pouco à frente, o mesmo Aulo Gélcio (*NA*, I.15.10) afirma que o nome do tribuno é Marco Célio. Uma passagem de Plutarco (*Cat. Mai.*, XIX.2) fala que, quando Catão era censor, Tito Flaminino, além de outras ações contra a política de edificações de Catão, incitou um dos tribunos da plebe a intimá-lo e multá-lo em dois talentos. Provavelmente essa passagem trata dos acontecimentos que prenunciam o discurso do qual estamos analisando trechos. Diante desses indícios, Williams (1969, p. 70-71) data o discurso, de maneira conjectural, em 184 a.C., o ano que Catão foi eleito censor.

³⁶³ Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9) denomina Marco Célio de “senador”.

³⁶⁴ O texto de Macróbio (*Saturnalia*, III.14.9) é: “*praeterea cantat ubi collibuit, interdum Graecos versus agit, iocos dicit, voces demutat, staticulos dat*”. Temos poucas informações sobre o *staticulus*. Jones Jr. (1996, p. 127, nota 16) interpreta como uma dança composta por poses, talvez porque “*staticulum*” signifique “estátua pequena”.

meneios eram conhecidos em Roma, representados, por exemplo, na comédia *Persa*, de Plauto (*Persa*, 824-826)³⁶⁵.

Vamos, então, às três passagens citadas. Diante do Senado, Catão e Fábio Máximo – além dos gastos que consideram exorbitantes – criticam a postura de Cipião Africano no ambiente militar: em vez de manter os soldados focados no conflito, nas visões de Catão e de Fábio Máximo – da forma que nos são transmitidas por Plutarco (*Cat. Mai.*, III.5-7) – Cipião Africano age como se celebrasse um festival: ou seja, para Catão e Fábio Máximo o festival é o lugar para o teatro, não o exército³⁶⁶. Quanto à invectiva de Catão contra Marco Célio, se deve à sua percepção de que o tribuno, um membro da nobreza romana, age como um poeta, cantando quando lhe apetece, declamando versos gregos, dizendo piadas e dançando.

A prática de gracejar não era por si mesma condenável, pois Catão era conhecido por tiradas inteligentes, engenhosas, espirituosas – *facetiae* –, como a que conhecemos através de Cícero (*De or.*, II.256), em que Catão denomina Marco Fúlvio “*Nobilior*” de “*Mobilior*”³⁶⁷. Quanto a isso, na visão de Cícero (*De officiis*, I.104) os

³⁶⁵ Em *Persa* Plauto (*Persa*, 824-825) escreve que os escravos Sagarístio e Toxilo dançam o *staticulus* em frente ao *leno* Dordalo e Sagarístio diz: “*Leno*, por que não posso dançar para você o *staticulus*, o qual, no passado, Hegea dançava? Veja se te agrada realmente de forma suficiente” – “*nequeo, leno, quin tibi saltem staticulum olim quem Hegea / faciebat. uide uero, si tibi satis placet*”. E Toxilo, segundo Plauto (*Persa*, 825-826), fala: “Eu também quero fazer como Diodoro, que no passado o dançava na Jônia” – “*me quoque uolo / reddere Diodorus quem olim faciebat in Ionia*”. Knapp (1919, p. 38) trata as linhas de Plauto como expondo duas danças distintas, o *staticulus* e a dança jônica, essa última a executada por Toxilo.

³⁶⁶ Ao mencionarem também as “*παλαίστραι*” (*palaistrai*), áreas de treinamento de luta corporal, Catão e Fábio Máximo provavelmente aludiram às lutas de gladiadores que também aconteciam durante os festivais.

³⁶⁷ Catão troca o *cognomen* do romano de “Nobre” para “Móvel”, provavelmente uma alusão à rapidez com que *Nobilior* celebrou *ludi* ofertados a Júpiter *Optimus Maximus* e seu triunfo contra os etólios em 187 a.C., antes que seus oponentes pudessem impedi-lo (GOLDBERG, 1989, p. 249). O humor nesse caso, segundo Cícero (*De or.*, II.256), é feito por “uma pequena mudança nas palavras”, o que “os gregos denominam” de “*παρονομασία*” (“*paronomasia*”) – “paronomásia”, nessa acepção, emprego de palavras na mesma língua com sons semelhantes, mas com sentidos diferentes (podemos denominar também, nesse caso, de “trocadilho”). O testemunho faz parte dos comentários de Cícero (*De or.*, II.233 e ss.) sobre o gracejo, o sarcasmo – *facetia* – como formas inteligentes de humor, no contexto da oratória. Cícero (*De or.*, II.218-219) comenta que existem dois tipos de *facetia*, a “*cavillatio*” – o “gracejo” – e a “*dicacitas*” – a “propensão a falar de forma satírica”, “mordacidade” –, ambos praticados nos discursos realizados nas cortes, e argumenta que “pertence totalmente ao orador causar o riso” – “*est plane oratoris movere risum*” (*De oratore*, II.236). Porém, Cícero (*De or.*, II.251) adverte que “nem tudo que faz rir é elegante” – “*non esse omnia ridicula faceta*” –, especificando limites ao tipo de humor que deve ser utilizado na oratória. Esse humor é o apropriado a um *vir bonus*, o qual, na interpretação de Miotti (2020, p. 331-332), segue a definição de Catão preservada em um testemunho de Quintiliano (*Instituto oratoria*, XII.1.1): “um homem bom, hábil no falar” – “*vir bonus dicendi peritus*”. Catão, ainda de acordo com Cícero (*De officiis*, I.104), colecionou ditos espirituosos – *facetiae* – sob o título “*ἀποφθέγματα*” (“*apophthegmata*”), ou “Ditos concisos”. Segundo Miotti (2020, p. 327), as passagens de Cícero sobre o riso são as mais antigas que chegaram até nós que contêm “uma teoria sobre o humor em contexto oratório”.

textos de Plauto abundam em tiradas inteligentes e espirituosas³⁶⁸. Esse não é o caso de Marco Célio, o qual, segundo Catão, se comporta como um *artifex*³⁶⁹ da *ars poetica*, hábito que na visão de Catão contrasta com o dos ancestrais³⁷⁰. Logo, ao afirmar que não desejaria inscrever Marco Célio em uma colônia, Catão está significando que o tribuno não merece ser cidadão romano, pois seus atos não coadunam com os de um romano³⁷¹.

Reconhecemos, então, que os textos e discursos que possuímos de Catão ou sobre ele expõem sua posição contra a produção de poesia à maneira proveniente do mundo grego, ou seja, registram sua peleja contra a dispersão da *ars poetica* pelo cotidiano romano. Não possuímos textos que nos forneçam diretamente indícios da visão de Catão sobre o teatro em si, muito menos sobre Plauto, seu contemporâneo³⁷². Verificamos, contudo, que o lugar da poesia para Catão – e, podemos supor, para outros romanos, como constatamos no caso de Quinto Fábio Máximo – não incluía o exército ou os banquetes, e é lícito interpretar que essa visão – compartilhada por outros romanos, como Fábio Máximo – considerava a *ars poetica* incompatível com outros

³⁶⁸ Cícero (*De officiis*, I.104), ao caracterizar dois tipos de gracejos, um grosseiro e indecente, e outro refinado, polido e inteligente, afirmou que os textos de Plauto abundam nos últimos – assim como os textos da Comédia Antiga ateniense e os textos socráticos: “Existem no total dois tipos de gracejos, um é indecente, petulante, infame, obsceno, o outro é elegante, de boas maneiras, espirituoso, inteligente. Com esse último tipo não apenas abundam nosso Plauto e a antiga comédia ática, mas também os livros dos filósofos socráticos” – “*Duplex omnino est iocandi genus, unum illiberale, petulans, flagitiosum, obscenum, alterum elegans, urbanum, ingeniosum, facetum. Quo genere non modo Plautus noster et Atticorum antiqua comoedia, sed etiam philosophorum Socraticorum libri referti sunt*”.

³⁶⁹ O termo “*artifex*” nessa acepção significa “artista do palco”. É utilizado, por exemplo, por Plauto em *O anfitrião* (*Amph.*, 70) e *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 37) ao falar de atores, por Tito Lívio (VII.2.6) ao registrar que o nome “*histrio*” – “ator” – provém do termo etrusco “*ister*”, por Aulo Gélvio (*NA*, III.3.14) ao comentar que Plauto havia ganhado dinheiro trabalhando no teatro – comentamos essa passagem anteriormente. O termo possui outras acepções, como “obreiro”, “artesão”, “artífice”, “operário”.

³⁷⁰ Conforme igualmente comenta Sciarrino (2004, 338-339). Por exemplo, a oposição de Catão ao comportamento que entendia como incompatível com o de um cidadão o levou a rebaixar de *status* um nobre. Segundo Aulo Gélvio (*NA*, IV.20.3-6) e Cícero (*De or.*, II.260), Catão, durante sua censura, rebaixou um certo Lúcio Nasica para os *aerarii* por responder de forma que considerou insolente ao questionamento formal e usual que os censores faziam aos casados, e que requeria uma resposta com juramento. Os *aerarii*, de acordo com Tito Lívio (IV.24.7; XXIV.18.6-8; XLII.10.4-5), eram cidadãos romanos que, devido à condenação dos censores, eram banidos das tribos e tinham que pagar *tributum* (imposto) mais alto que os outros cidadãos. O fato de serem banidos das tribos os impedia de votar e serem votados.

³⁷¹ Conforme veremos no próximo capítulo, a partir do século II a.C. a fundação de *coloniae civium Romanorum*, ou seja, colônias populadas por cidadãos romanos, tornou-se a regra, e seu intuito era o de defender as fronteiras da *res publica*: o sul da Itália, a costa do mar Adriático e o vale do rio Pó (SALMON, 1969, p. 103; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 73-74; NICOLET, 1976, p. 46 e ss.). Nessas colônias de cidadãos romanos os estrangeiros conseguiam a cidadania romana, pois eram arrolados à população através do censo (SALMON, 1969, p. 105). Esse foi o caso de Ênio, o qual foi arrolado em uma colônia como cidadão, de acordo com Cícero (*Brutus*, 79; *Pro Archia*, 22).

³⁷² Contemporâneo, mas cerca de vinte anos mais velho.

ambientes que abarcassem tanto o mundo público quanto o privado romano, da forma que Catão o percebia como transmitido pelos *maiores*.

Assim, vemos que desde muito cedo, em suas atividades públicas, Catão luta contra a dispersão da *ars poetica*. Juntamente com Fábio Máximo, faz no Senado sua acusação contra Cipião Africano em 204 a.C., seu discurso contra o tribuno Marco Célio é proferido provavelmente em 184 a.C.³⁷³ (ASTIN, 1978, p. 85-86), e a crítica a Marco Fúlvio Nobílior data provavelmente de 178 a.C. (ASTIN, 1978, p. 74; GOLDBERG, 2005, p. 9)³⁷⁴. Portanto, considerando os registros que temos, durante mais de vinte e cinco anos Catão mantém seu antagonismo contra a inserção da *ars poetica* no cotidiano romano, período que, devemos notar, se estende pela maior parte da vida produtiva teatral de Plauto que nós conhecemos e até depois de sua morte. Por outro lado, se durante esse tempo Catão combate a propagação da *ars poetica*, está nesse combate a evidência da persistência da propagação³⁷⁵. Certamente Catão não estava sozinho nessa oposição, como demonstram o apoio que recebeu de Quinto Fábio Máximo em 204 a.C. e, igualmente, as diferentes tentativas de ereção de teatros permanentes em Roma durante o século II a.C.³⁷⁶ – construções que, uma vez que não seriam temporárias, tornariam, por exemplo, possíveis as apresentações teatrais fora da época dos *ludi* –, todas sem efeito. Esses dados nos levam a interpretar que, provavelmente, as vozes contrárias à dispersão da *ars poetica* não eram poucas durante o período, mas que essa luta possivelmente não incluía a prática da *ars poetica* no âmbito dos *ludi*.

³⁷³ O primeiro ano da censura de Catão (BROUGHTON, 1986, p. 374) e o ano da morte de Plauto, segundo comentamos anteriormente.

³⁷⁴ Malcovati (*ORF*, XXXVII.57-58), em sua edição dos fragmentos de discursos romanos, data a crítica a Marco Fúlvio Nobílior em 178 a.C. ou pouco depois. O ano de 178 a.C. é o primeiro ano da censura de Marco Fúlvio Nobílior (BROUGHTON, 1986, p. 392).

³⁷⁵ A passagem de Cícero (*Leg.*, II.39) à qual nos referimos acima, sobre a seriedade da audiência nas peças de Lívio Andrônico e Nêvio é um indício da apreciação da *ars poetica* em Roma no século III a.C.

³⁷⁶ As tentativas de ereção de teatros permanentes em Roma, para a apresentação dos *ludi scaenici*, fazem parte de nossos comentários no Apêndice existente no final dessa tese. Por ora podemos fazer algumas considerações rápidas. Segundo Tito Lívio (XL,51.3), em 179 a.C. o censor Marco Emílio Lépidio contratou a construção de assentos e palco na área do templo de Apolo, próximo ao Circo Flamínio. Essa é a primeira notícia que possuímos sobre a edificação de um teatro em Roma. Não existe outra menção nas fontes sobre esse teatro, de maneira que ou não foi construído ou foi destruído. Também de acordo com Tito Lívio (XLI.27.6) em 174 a.C. os censores contrataram a construção de uma “*scaena*” para ser utilizada pelos edis e pretores, ou seja, pelos responsáveis pela realização dos *ludi scaenici*. Da mesma forma que para o anterior, não temos outras informações sobre esse teatro, o que sugere que sua edificação também não aconteceu. Ainda de acordo com Tito Lívio (*Periochae*, XLVIII), em 154 a.C. um teatro permanente começou a ser construído, mas foi demolido pouco depois por ordem de um *senatus consultum* motivado por uma proposta de Cipião Nasica, o qual alegou que o teatro seria “inútil e danoso aos costumes públicos” – “*inutile et nociturum publicis moribus*”.

Contudo, devemos separar a luta de Catão – e de outros romanos que pensavam de forma semelhante – contra a prática da *ars poetica* por cidadãos romanos, assim como sua penetração nos ambientes externos aos *ludi*, da provável relação de Catão com Ênio³⁷⁷. Catão foi o responsável pela ida de Ênio para Roma. Cornélio Nepos (*Cato*, I.4) afirma que, voltando da África após o término de sua magistratura como pretor – em 204 a.C. –, Catão, ao passar pela Sardenha, “trouxe o poeta Quinto Ênio”³⁷⁸. É igualmente importante notar que Cícero (*De senectute*, 10) representa Ênio como amigo de Catão³⁷⁹, e também que Cícero (*Pro archia*, 22) sugere que o poeta escreveu um encômio para o orador³⁸⁰. Sabemos igualmente, a partir de Cícero (*De senectute*, 26), Plutarco (*Cato Maior*, II.4), Quintiliano (*Institutio oratoria*, XII.11.23) e Valério Máximo (VIII.7.1), que Catão aprendeu o grego durante a velhice, e que, segundo o

³⁷⁷ É importante lembrar, quanto à relação de Catão com a cultura grega, que de acordo com Cícero (*Sen.*, 39-41) e Plutarco (*Cat. Mai.*, 2.3-4), na época da tomada de Tarento, em 209 a.C., Catão passou um período na casa de Nearco, seu *hospes*, e dele ouviu algumas palavras do filósofo pitagórico Arquitas, cujos ensinamentos o fizeram se ligar ainda mais à simplicidade e à temperança. Além disso, Cícero (*De officiis*, I.104) nos informa – conforme citamos na nota 367 – que Catão colecionou ditos espirituosos e que o título da coleção era em grego: “ἀποφθέγματα” (“*apofthégmata*”) – “Ditos concisos”.

³⁷⁸ O texto de Cornélio Nepos (*Cato*, I.4) é: “Pretor, obteve a província da Sardenha, da qual, questor, em uma época anterior, saído da África, trouxe o poeta Quinto Ênio” – “*Praetor provinciam obtinuit Sardiniam, ex qua quaestor superiore tempore ex Africa descendens, Q. Ennium poetam deduxerat*”. Ou seja, o texto de Cornélio Nepos, de forma positiva, atesta que Catão levou Ênio para Roma em 204 a.C., quando passou pela Sardenha ao deixar a África, onde havia sido questor. Badian (1972, p. 155-156), em uma publicação de estudos sobre Ênio, põe em dúvida essa afirmação de Cornélio Nepos, baseando-se no fato de que Cícero não a menciona, e declara que deve ser “baseada em boa tradição”, mas que “o ônus de provar” essa tradição “certamente pertence àqueles que a defendem”. Pensamos que, ao contrário, frente à evidência direta de Cornélio Nepos, o ônus de provar o contrário é de quem a interpreta como duvidosa, e o fato de a tradição não ser mencionada por Cícero não altera a força da asserção de Cornélio Nepos. Cícero (*De senectute*, 10), inclusive, conforme comentaremos em seguida, trata Ênio como *familiaris* – termo que, nesse caso, tem a acepção de “amigo” – de Catão, relação reconhecida e mencionada por Badian (1972, p. 155). Por outro lado, voltando suas dúvidas dessa vez para aquele que utiliza como suporte para as suas questões sobre a veracidade da afirmação de Cornélio Nepos, Badian (1972, p. 154) questiona a declaração de Cícero (*Brutus*, 79) de que Ênio recebeu a cidadania romana de Quinto Fúlvio Nobílior. Pouco mais à frente, Badian (1972, p. 157), ainda questionando a mesma passagem, diz que Cornélio Nepos (*Cato*, I.4) escreveu que Catão levou Ênio para Roma quando voltava da Sardenha como questor – o que tornaria o testemunho falso, pois Catão foi questor na África –, distorcendo o testemunho, pois Cornélio Nepos, conforme citamos, escreve que Catão voltava da África como questor, e passou pela Sardenha, de onde levou Ênio para Roma. Ao contrário de Badian, Astin (1978, p. 16, nota 8) considera a afirmação de Cornélio Nepos como “clara e explícita”, e que a mesma deve ser aceita – ou seja, discorda de Badian. Suerbaum (1972, p. 200) e Jocelyn (1972, p. 200-201), em discussão sobre o artigo de Badian, também discordam. A declaração de Cornélio Nepos é aceita igualmente por Goldberg e Manuwald (2018, p. xxi-xxii).

³⁷⁹ Cícero (*De senectute*, 10) escreve, se posicionando no texto como se fosse Catão: “nosso amigo Ênio” – “*familiaris noster Ennius*”.

³⁸⁰ Lemos em Cícero (*Pro Archia*, 22): “Ele elevou aos céus o bisavô deste Catão” – “*In caelum huius proavivus Cato tollitur*”. Na passagem, Cícero (*Arch.*, 22), ao falar da relação próxima de Ênio com Cipião Africano, faz menção a Catão de Útica (atuante no século I a.C.), presente à ocasião do discurso de Cícero e bisneto do Catão que aqui comentamos, e suas palavras sugerem que Ênio escreveu um elogio a esse último.

autor de *Sobre os homens ilustres* (*De viris illustribus*, XLVII.1)³⁸¹, seu instrutor foi Ênio³⁸². Logo, as críticas de Catão contra a *ars poetica* não alteram as evidências, tanto de sua responsabilidade no estabelecimento de Ênio em Roma quanto da relação de amizade que havia entre os dois (ASTIN, 1978, p. 17)³⁸³. São evidências que reforçam a interpretação de que sua reprovação era à prática da poesia à moda grega por membros da nobreza romana e fora do âmbito dos festivais.

Devemos lembrar que os *ludi scaenici* faziam parte de diferentes cerimônias político-religiosas que se repetiam anualmente há tempos quando Catão ingressou na vida pública. Segundo Tito Lívio (XXXII.7.13) e Cornélio Nepos (*Cato*, I.4), Catão foi edil plebeu juntamente com Caio Hélvio em 199 a.C., um ano no qual durante os *ludi plebeii* houve *instauratio* – não sabemos quantas vezes, por causa de uma lacuna nos manuscritos³⁸⁴. Sendo edil da plebe, Catão deve ter participado dos preparativos dos *ludi scaenici*, assim como de suas execução e repetições. Tito Lívio não registra a ocorrência de *ludi scaenici* em 199 a.C., mas isso não significa que não ocorreram: por exemplo, no ano anterior foi apresentada a comédia *Estico*, de Plauto, cuja data e realização pelos edis da plebe conhecemos apenas a partir de sua didascália, uma vez que não encontramos, no relato de Tito Lívio (XXXI.50.3) relativo às ações dos edis da

³⁸¹ Lemos em *Sobre os homens ilustres* (*De viris illustribus*, XLVII.1) que Catão “foi instruído por Ênio nas letras gregas” – “*ab Ennio Graecis literis institutus*”. A obra *Sobre os homens ilustres* mistura biografia e história em uma estrutura biográfica, conforme a define Sage (1980, p. 84). É estruturada em capítulos intitulados de acordo com o nome do *vir* ilustre tratado em cada um deles, e já foi atribuída a Aurélio Victor, mas essa atribuição não é mais aceita, tanto por razões de estilo quanto de visão histórica (SAGE, 1980, p. 84-85). Por exemplo, em seu *Sobre os césores* (*De Caesaribus*), Aurélio Victor não escreve louvores a Augusto – pelo contrário, enfatiza aspectos negativos de sua subida ao governo de Roma –, diferentemente do autor de *Sobre os homens ilustres* (SAGE, 1980, p. 85-86). Sage (1980, p. 87-92) demonstra que também não pode ser atribuída a Plínio o Antigo – de acordo com o início de um dos manuscritos supérstites. Sage (1980, p. 92-99), a partir de diferentes argumentos – como: as explicações dos eventos na obra são realizadas com o intuito de iluminar a fama do *vir* em questão, e a maior preocupação no texto é com as biografias, e não com a história em cada contexto –, conclui que *Sobre os homens ilustres* pode ter sido escrita por um escoliasta da segunda metade do século IV ou do início do século V – mais provavelmente do primeiro período. Sexto Aurélio Victor viveu no século IV. Foi governador da Panônia Segunda e prefeito de Roma – *praefectus urbi*. Escreveu *Sobre os césores* (*De caesaribus*), uma história sobre o Império Romano, de Augusto até Constâncio II (até o ano 360). Além de *Sobre os homens ilustres* (*De viris illustribus*), sabe-se também que outra obra antes atribuída a Aurélio Victor, *A origem do povo romano* (*Origo gentis Romanae*), não foi composta por ele (MCDONALD; SPAWFORTH, 2012, p. 213). A edição de *Sobre os homens ilustres* que utilizamos para essa tese atribui a autoria a Aurélio Victor. É datada de 1829 – trata-se de uma reedição de 1787.

³⁸² Ênio – assim como Lívio Andrônico – deu aulas de grego e latim, tanto em casa quanto fora de casa, segundo Suetônio (*De grammaticis*, I).

³⁸³ Mesmo que essas críticas tenham levado a alguma possível discordância posterior entre Catão e Ênio, conforme escreve Astin (1978, p. 17). Contudo, as fontes não falam de nenhuma discordância entre os dois.

³⁸⁴ O texto de Tito Lívio (XXXII. 7.13) é: “Os *ludi plebeii* foram por eles <...> recomeçados” – “*ab iis ludi plebeii <...> instaurati*”. Durante os mesmos *ludi plebeii* houve também a realização de um *epulum Iovis*, um banquete para Júpiter, Juno e Minerva. Era celebrado no Capitólio, segundo Tito Lívio (V.52.6).

plebe para o ano de 200 a.C., nenhuma menção a *ludi scaenici*, mas apenas que houve *instauratio* – os *ludi plebeii* foram recomeçados durante três dias³⁸⁵.

O fato de os *ludi scaenici* serem incorporados aos festivais religiosos anuais e, além disso, sua frequência nos festivais aumentar ao longo dos anos³⁸⁶, são evidências de sua importância para a sociedade romana no período que estamos estudando. As peças eram apresentadas durante os *ludi*, tanto os regulares, que faziam parte do calendário romano, quanto os especiais: os *ludi* para *Juppiter Optimus Maximus*, os *ludi* pela dedicação de um templo e os *ludi funebres*, sendo que as peças apresentadas durante os *ludi* regulares eram organizados pela elite governante – edis curuis, edis da plebe e pretores (TAYLOR, 1937, p. 284-285; BIEBER, 1961, p. 152; SCIARRINO, 2011, p. 52). Um dos membros dessa elite, Quinto Fúlvio Nobílior, segundo o testemunho de Cícero (*Brutus*, 79)³⁸⁷, foi responsável por conceder a cidadania romana

³⁸⁵ O texto de Tito Lívio (XXXI.50.3) é: “Os *ludi plebeii* foram recomeçados por três dias pelos edis plebeus Lúcio Terêncio Massaliota e Cneu Béblio Tanfilo, o qual foi designado pretor” – “*plebeii ludi ab aedilibus L. Terentio Massaliota et Cn. Baebio Tamphilo, qui praetor designatus erat, ter toti instaurati*”. O texto da didascália é: “*Estico*, de Tito Mácio Plauto. Da grega *Os irmãos*, de Menandro, Encenada nos *ludi plebeii*, sendo edis da plebe Cneu Béblio e Caio Terêncio. Produziu T. Publílio Pélio. Compôs a música Marcipor, escravo de Ópio, toda para a *tibia* de Sarra. Cônsules Caio Sulpício e C. Aurélio” – “<T. Maci Plauti Stichus> / Graeca Adelphe Menandru / Acta ludis plebeis / Cn. Baebio C. Terentio aed. pl. / <egit> / T. Publilius Pellio / <modos fecit> Marcipor Oppii / tibiis sarranis totam < ... > C. Sulpicio C. Aurelio cos.”. Notar que na didascália de *Estico* o *praenomen* de Terêncio Massaliota é “Caio”, mas Tito Lívio (XXXI.50;3) o denomina de “Lúcio”. De maneira semelhante, na didascália o *praenomen* do côsul Sulpício é “Caio”, enquanto Tito Lívio (XXXI.4.4) o denomina de “Públio”. Studemund (1877, p. 782 e ss.) demonstrou que a didascália estava originalmente inscrita no palimpsesto ambrosiano A e anexa a *Estico*, demonstração aceita por Cook (1965, p. 35-36).

³⁸⁶ Sabemos que em 214 a.C. pela primeira vez os *ludi scaenici* foram celebrados por quatro dias, durante os *ludi Romani* (TAYLOR, 1937, p. 287). É provável que no início do século II a.C. os jogos regulares – *ludi Romani* e *ludi plebeii* – fossem celebrados com onze dias de *ludi scaenici*, ou até mais (TAYLOR, 1937, p. 301). Taylor (1937, p. 294) calcula que, durante os *ludi Romani*, os quais contavam ao menos quatro dias regulares de *ludi scaenici*, por causa das *instaurationes* houve doze dias extras de *ludi scaenici* em 207 a.C. e 202 a.C., dois dias extras em 201 a.C., e novamente doze dias extras em 197 a.C. e 196 a.C. Quanto aos *ludi plebeii*, a mesma autora, estimando em três o número regular de dias de duração do festival, calcula que, devido às *instaurationes*, é possível que tenha havido três dias adicionais em 207 a.C., nove dias adicionais em 203 a.C., 201 a.C. e 200 a.C., e quinze dias em 189 a.C. (TAYLOR, 1937, p. 294). Portanto, entre 207 e 189 a.C. as *instaurationes* podem ter sido responsáveis por noventa e cinco dias de *ludi scaenici*, elevando o número dos *ludi Romani* e *plebeii* em média ao menos em cinco, e talvez até sete dias por ano (TAYLOR, 1937, p. 294, 301). Após 191 a.C., com a criação dos *Megalesia*, esse número pode ter sido aumentado em até seis dias, e após 173 a.C. os *ludi Florales* podem ter adicionado até dois dias ao total (TAYLOR, 1937, p. 301). Além disso, os *ludi* especiais para Júpiter *Optimus Maximus* – *ludi magni* –, os quais foram celebrados ao menos quatorze vezes entre 217 e 167 a.C., após 191 a.C. passaram a durar dez dias e, provavelmente, assim como os *ludi Romani*, incluíam ao menos quatro dias de *ludi scaenici* (TAYLOR, 1937, p. 301). Entre 191 e 173 a.C. existem cinco registros de *ludi* celebrados durante dedicações de templos, sendo que durante esses *ludi* eram comuns dois a quatro dias de *ludi scaenici* (TAYLOR, 1937, p. 301).

³⁸⁷ Fisher (2014, p. 25) faz confusão entre Quinto Fúlvio Nobílior e seu pai, Marco Fúlvio Nobílior – vencedor dos etólios em Ambrácia –, e afirma que foi o pai quem concedeu cidadania a Ênio, mas o texto de Cícero (*Brutus*, 79) é explícito: “Quinto Nobílior, filho de Marco Nobílior, entregue ao estudo das letras pela instrução de seu pai, que certamente concedeu cidadania a Quinto Ênio – o qual serviu com o seu pai na Etólia – quando fundou uma colônia como triúviro” – “*Q. Nobiliorem M. f. iam patrio instituto deditum studio litterarum – qui etiam Q. Ennium, qui cum patre eius in Aetolia militaverat,*

a Ênio, um dos expoentes da *ars poetica* da época de Catão – cujas relações com Catão tivemos oportunidade de comentar –, arrolando-o em uma colônia. Isso se deu em 184 a.C., segundo Tito Lívio (XXXIX.44.10-11)³⁸⁸, o mesmo ano da morte de Plauto e o ano em que Catão proferiu seu discurso contra o tribuno Marco Célio, devido à sua prática da *ars poetica*, se adotarmos a datação proposta por Astin (1978, p. 85-86). Se essa concessão de cidadania a Ênio provocou alguma divergência entre ele e Catão, não existem evidências e nem indícios. Existem, por outro lado, e repetindo, evidências, as quais apontamos acima, das vituperações de Catão contra Marco Célio no mesmo ano em que Ênio foi feito cidadão – 184 a.C. –, e das suas críticas, seis anos depois, em 178 a.C., a Marco Fúlvio Nobílior por levar o mesmo Ênio para uma campanha bélica. Porém, Ênio ainda não era *cives* romano quando acompanhou Fúlvio Nobílior para a Etólia, o que se deu em 189 a.C., cinco anos antes de obter cidadania. Logo, Catão critica Nobílior por levar para uma campanha militar um estrangeiro expoente da *ars poetica*. A crítica é a Nobílior, o *cives*, não a Ênio. Na verdade, a afirmação de Catão sobre não arrolar Marco Célio em uma colônia, feita no mesmo ano da concessão de cidadania a Ênio, pode ser interpretada como uma comparação: Ênio seria merecedor, Marco Célio não.

Essas são evidências de acontecimentos que ocorreram durante o mesmo período em que, segundo outras evidências, Ênio era considerado por Catão como *familiaris*, e que, como *grammaticus*³⁸⁹, ensinou-o a língua grega. Portanto, no contexto da passagem do final do século III a.C. até meados do século II a.C., a partir das evidências e indícios que apresentamos, podemos interpretar que o lugar de Catão é o de inflexivelmente contrário à *ars poetica* praticada por membros da nobreza romana. Quanto à *ars poetica* praticada durante os *ludi*, as mesmas evidências e indícios – e a falta de argumentos contrários – não nos permitem interpretar que havia antagonismo à sua prática por parte de Catão e dos que pensavam como ele.

Seja como for, conforme comentamos, as comédias de Plauto provavelmente não apresentavam temas ou enredos contrários aos *mores*, o que poderia gerar algum antagonismo por parte de Catão. Pelo contrário, o louvor aos costumes antigos está

civitate donavit, cum triumvir coloniam deduxisset”. Cícero (*Brutus*, 77 e ss.), na passagem, está nomeando grandes oradores romanos, e um deles, segundo Cícero, é Quinto Fúlvio Nobílior. Quinto Fúlvio Nobílior foi triúnviro *coloniis deducendis* – para o estabelecimento de colônias – em 184 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 377).

³⁸⁸ As colônias fundadas pelos triúnviros de 184 a.C. foram Potência, no Piceno, e Pisauro, “em território gaulês”, segundo Tito Lívio (XXXIX.44.10) – ou seja, no antigo território dos gauleses senones, na costa adriática. Skutsch (1985a, p. 677) interpreta que Ênio foi arrolado em Pisauro.

³⁸⁹ Durante a velhice de Catão, ou seja, após Ênio ser feito cidadão.

registrado nos textos de Plauto. Em diferentes passagens nosso autor compara hábitos antigos com os de sua época, reprovando os últimos. Por exemplo, em *As três moedas* Plauto (*Trin.*, 293-294) escreve: “esses que louvam os costumes ancestrais, eles mesmos mancham o que enchem de louvores”³⁹⁰.

Por fim, é importante notar que em relação à frugalidade e aos ideais de vida rústica propostos por Catão e registrados, por exemplo, por Plutarco (*Cat. Mai.*, IV.1-2), encontramos atitudes semelhantes em Plauto³⁹¹. Por exemplo, Demifo, um *senex* da comédia plautina *O mercador* (*Merc.*, 65-72), quando jovem, foi mantido “ocupado com muito trabalho imundo do campo” na propriedade rural paterna, onde “trabalhou mais que os escravos” e ouvia de seu pai: “você lavra a terra para você mesmo,

³⁹⁰ Plauto (*Trin.*, 293-294) escreve: “*nam hi mores maiorum laudant, / eosdem lutitant quos collaudant*”. A passagem faz parte de um trecho que Plauto (*Trin.*, 276 e ss.) escreve sobre padrões morais e a relação entre o *pater familias* e o *filius*. Em uma passagem, em *A corda*, Plauto (*Rudens*, 1249-1253) inclusive reprova quem fala sobre bons costumes mas não os pratica: “Eu vi anteriormente comediantes falar ditos sábios dessa forma e serem aplaudidos quando mostravam ao povo esses hábitos sábios. Mas quando cada um ia-se embora daqui para sua casa, ninguém agia da maneira que exortara os outros” – “*spectaui ego pridem comicos ad istunc modum / sapienter dicta dicere, atque is plaudier, / quom illos sapientes mores monstrabant populo; / sed quom inde suam quisque ibant diuorsi domum, / nullus erat illo pacto ut illi iusserant*”.

³⁹¹ Leigh (2005, p. 98 e ss.) interpreta que ideias encontradas em algumas peças de Plauto, como *O fantasma* e *O mercador* – como o contraste entre “cidade” (o *locus* da helenização) e “campo” (o retentor dos *mores* antigos) e a oposição entre viver do comércio e viver do campo –, são encontradas em obras de Catão, como *Origens* e *Sobre a agricultura*. Leigh (2005, p. 103) argumenta que em *Mostellaria* (15-24) existe exposta uma oposição entre “dois polos opostos”, cidade e campo. Há a sugestão, segundo Leigh (2005, p. 103), de que a vida de dissipação e luxo “é, em certo sentido, grega e, “enquanto a cidade é percebida como o *locus* da helenização, o campo retém as qualidades não adulteradas dos ancestrais da nação”. Essa, para Leigh (2005, p. 103 e ss.), é uma concepção de identidade romana “fundamentalmente” de Catão, e torna-se evidente, segundo o autor, a partir da reivindicação por Catão, em sua obra *Origens*, de que os antigos romanos emulavam a disciplina sabina de várias formas, disciplina compreendida como romana, em oposição à helenizada. Essa oposição é paradoxal, conforme argumenta Leigh (2005, p. 149 e ss.), porque é também espartana, ou seja, grega, pois, conforme Cornell (1972, p. 343 e ss.) demonstrou, provavelmente segundo o próprio Catão os sabinos eram de alguma forma relacionados aos espartanos. A cidade, segundo Leigh (2005, p. 133 e ss.), nas comédias, surge como o *locus* onde as personagens provenientes do campo buscam “dissipação” (provisões, tocadoras de *tibia*, cozinheiros), onde buscam oportunidades para fugir da “repressão paternal e imitar as formas amantes do prazer de seus habitantes”. O campo, por outro lado – por exemplo, na comédia *O mercador* –, é o lugar do cidadão estável e com raízes, e contrasta igualmente com os riscos da atividade mercantil – ligada aos portos e às cidades (LEIGH, 2005, p. 136 e ss.). Essa oposição, segundo o autor, está presente também em Catão: existe um “eco intrigante”, escreve Leigh (2005, p. 148), da representação da agricultura e da terra como alternativas estáveis ao comércio de mercadorias, encontrado em *O mercador*, em *Sobre a agricultura*, de Catão. Porém, Leigh (2005, p. 149 e ss.) aponta os paradoxos dessa oposição no caso de Catão, o qual opõe o campo – como o *locus* bom, romano – ao ambiente urbano – o lugar da luxúria, portanto, grego. Catão, segundo Leigh (2005, p. 149 e ss.), empresta a estrutura do início do *De agri cultura* da obra de Xenofonte, e, além disso, as oposições que propõe, entre a superioridade da vida no campo sobre a atividade mercantil, a superioridade militar do homem do campo e a estabilidade da agricultura frente aos perigos da *mercatura* podem ser traçadas desde Aristóteles (LEIGH, 2005, p. 149 e ss.). Soma-se a isso, segundo Leigh (2005, p. 150-151), que o *De agri cultura* de Catão, assim como contém instruções sobre o investimento em agricultura em larga escala, contém igualmente instruções sobre o emprego de mão de obra escrava – o que contrasta com a ideia do campo pelo próprio dono da terra –, e é uma obra voltada para grandes proprietários, não para os proprietários que estavam lutando nos exércitos romanos em terras distantes, os quais provavelmente lavravam a terra com as próprias mãos.

destorroa para você mesmo, semeia para você mesmo, assim como colhe para você mesmo e, finalmente, esse trabalho irá lhe dar alegria”³⁹².

Todos esses dados reforçam a interpretação de que as mensagens contidas nas peças de Plauto transcrevem valores e concepções produzidos pela comunidade romana da época, representada no teatro pela audiência. Uma última evidência pode ser adicionada. Horácio, em sua *Arte poética* (*Ars poetica*, 270-271), escrita na segunda metade do século I a.C. e dedicada a membros da família dos Pisões³⁹³, registra a apreciação dos *maiores* pelas comédias de Plauto: “mas os seus antepassados³⁹⁴ louvavam a métrica e a graça de Plauto”³⁹⁵.

PLAUTO E A COLABORAÇÃO AUTORAL

Uma peça de teatro, para ser encenada, deve ser adaptada à audiência. A prática do teatro é historicamente posicionada, de maneira que o conteúdo do discurso teatral é dirigido à audiência de sua época e só faz sentido em seu contexto histórico (UBERSFELD, 2010, p. 164). Posto isso, faremos uma breve exposição do que é denominado de colaboração autoral, de maneira a procurar posicionar a produção textual de Plauto em relação à audiência.

Plínio o Jovem (*Epistulae*, VII.17.1-3), em uma de suas cartas, expõe os motivos para ler seus discursos em voz alta com objetivo de aprimorá-los, refiná-los e mesmo corrigi-los dos erros possíveis e não notados³⁹⁶. Importante para nós é notar que Plínio considera a leitura em voz alta, realizada exclusivamente com intuito de correção e

³⁹² As passagens de Plauto são, respectivamente, “*multo opere immundo rustico se exercitum*” (*Merc.*, 65), “*multo primum sese familiarium / laborauisse*” (*Merc.*, 69-70) e “*tibi aras, tibi occas, tibi seris, tibi item metis, / tibi denique iste pariet laetitiam labos*” (*Merc.*, 71-72). A comédia *O mercador* é tida como uma das primeiras de Plauto (BEARE, 1928, p. 107; DE MELO, 2011, p. 8), datada frequentemente em 206 a.C. (SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii). Das datações que obtivemos, apenas Woytek (2001, p. 137, 142) a posiciona após 191 a.C.

³⁹³ Segundo Fairclough (1929, p. 442), a obra é dedicada a um pai e dois filhos de uma família dos Pisões, mas não se conhece com certeza quais eram eles.

³⁹⁴ Ou seja, os antepassados dos Pisões.

³⁹⁵ Os versos de Horácio (*Ars poetica*, 270-271) são: “*at vestri proavi Plautinos et numeros et / laudavere sales*”. O termo “*sal*” – o mesmo que em português – é utilizado aqui em forma metafórica, significando “graça”, “chiste”, “gracejo”, “pilhéria”. Pode inclusive ter a acepção de “*facetia*”, cujo significado comentamos anteriormente e que, segundo Cícero (*De or.*, II.256), era um atributo de Catão.

³⁹⁶ O texto de Plínio o Jovem (*Epistulae*, VII.17.1-3) é: “Há, para cada um, sua razão para ler em voz alta. Para mim é, o que já disse com frequência, para que se algo me escapa – e certamente escapa – seja advertido. Por isso estou muito admirado por você escrever que me criticaram por ter lido em voz alta meus discursos de forma completa: a menos que pensem serem meus discursos os únicos que não necessitem correção. Perguntaria para eles, de bom grado, por que permitem – se, todavia, permitem – que a história deva ser lida em voz alta, história que é escrita, não para a ostentação, mas para a retidão e a verdade; por que permitem a tragédia, que não requer uma sala de leitura, mas sim um palco e atores; por que a poesia lírica, que requer, não leitores, mas sim coro e lira? Diz-se, dessas, que a leitura em voz alta já é aceita pelo uso”.

aprimoramento do texto, algo difundido no costume, sendo que o texto dramático – Plínio cita especificamente a tragédia – está entre os textos que comenta serem habitualmente lidos para aprimoramento. Assim, aparentemente fazia parte do costume o autor fazer uma revisão compartilhada de seu texto³⁹⁷.

Atualmente é tido como certo que os textos das comédias de Plauto, na forma de cópias de palco, circularam inicialmente pelas mãos de atores e produtores, sendo possivelmente adaptados às necessidades de cada produção (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 19; FORTSON IV, 2008, p. 10). O texto das peças passaria primeiro pelas mãos de uma pessoa que fazia o papel de produtor, ou organizador, e que aparentemente reunia os atores, comprava a peça do autor, e em seguida a colocava em cena ou a vendia aos edis para esse fim (LINDSAY, 1904, p. 1). Essa pessoa é denominada nas fontes de *actor*³⁹⁸ – nessa acepção, “produtor”, “organizador”, por exemplo, em Plauto (*Bacch.*, 213)³⁹⁹ e Terêncio (*Phormio*, 9-10⁴⁰⁰, 33⁴⁰¹). Porém, à exceção dos poetas e

³⁹⁷ Prática que, para Kleberg (1992, p. 43), poderia significar um estímulo para o autor, assim como “uma espécie de barômetro literário”.

³⁹⁸ De acordo com Festo (21.17-18), o verbo *agere* significa (entre outras acepções), “produzir”, “fazer acontecer”: “se uma certa elegância aproximou os gestos e as feições, como quando dizem ‘produzir as peças de teatro’” – “*si accessit gestus et vultus quidam decor, ut cum scaenici agere dicunt*” (nesse caso, o termo *agere* poderia ser traduzido também por “por em cena”, por exemplo). Nas comédias de Plauto, o nominativo *actor* com a acepção de “ator” não aparece. Em todas as instâncias os textos plautinos apresentam o nominativo *histrion* com a acepção de “ator” (*Poen.*, 20; *Amph.*, 76-77; *Truc.*, 931; *Capt.*, 13). Porém, na segunda metade do século II a.C., ou na passagem desse último para o século I a.C., o termo *actor* já possuía também a acepção de “ator”, conforme Nônio Marcelo (*De compendiosa doctrina*, 195 M.18-19) nos apresenta um fragmento do *Didascalica*, de Lúcio Ácio: “Para os atores, mangas longas, talabartes, espadas” – “*actoribus manuleos baltea machaeras*”. No século I a.C. o termo “*actor*” com a acepção de “ator” já estava consagrado, como podemos discernir, por exemplo, em Cícero (*In Caecilium*, 48): “Como percebemos ser feito pelos atores gregos” – “*Ut in actoribus Graecis fieri videmus*”. A mesma acepção, de forma mais evidente, distinguimos em Varrão (*De lingua Latina*, VI.77): “o poeta compõe a peça e não atua, e, em oposição, o ator atua e não compõe” – “*poeta facit fabulam et non agit, contra actor agit et non facit*”. O termo ganhou outras acepções com o tempo. Segundo Aubert (1994, p. 131-132, 183-187, 196-198), entre o século I e o século V o termo *actor* é atestado nas fontes significando funções semelhantes às dos *procuratores*, pessoas nascidas livres ou libertas, que gerenciavam diferentes propriedades para seus proprietários, rurais ou não, e atuavam como representantes legais – *dispensatores* (escravos a cargo de gerenciar finanças para os senhores, os quais podiam acumular grandes *peculia*) e *vilici* (administradores, não necessariamente escravos, de propriedades, principalmente rurais). Pessoas denominadas de *actores*, com essa última acepção, segundo Aubert (1994, p. 187-188), ocorrem nas fontes frequentemente em contextos relacionados à agricultura, mas também ligados a negociadores privados que atuavam com concessões do governo imperial – em particular com direitos à coleta de impostos –, ou também como agentes em negócios privados no comércio marítimo. Outros *actores* atuavam na administração imperial, em corporações, em templos, ou em serviços públicos (AUBERT, 1994, p. 187-188).

³⁹⁹ O texto de Plauto (*Bacch.*, 213) é: “Mas o produtor machuca o coração, para minha repugnância” – “*sed actor mihi cor odio sauciat*”. Nas duas linhas seguintes Plauto (*Bacch.*, 214-215) escreve: “Até mesmo *Epídico*, e eu amo essa peça tanto quanto a mim mesmo, nunca vejo tão forçado se Pélio a produz” – “*etiam Epidicum, quam ego fabulam aequae ac me ipsum amo, / nullam aequae inuitus specto, si agit Pellio*”. O produtor, no caso, é Tito Publílio Pélio, cujo nome aparece também na didascália da comédia *Estico*. Essa passagem tem suscitado diferentes interpretações, que percebem T. Publílio Pélio ou como ator ou como produtor, e mesmo como ambos (CARDOSO, 2020, p. 64). Por exemplo, Henry (1919, p. 336-337) percebe T. Publílio Pélio como “o primeiro ator puramente romano do qual nós temos

dos atores, não existem clareza e definição consistentes para os títulos e as funções das pessoas que tinham responsabilidades nas atividades do teatro, conforme comentou Cardoso (2020, p. 62-63)⁴⁰². Seja como for, é provável que antes de serem divulgados

notícia”, e utiliza as linhas 214 e 215 de *As báquides* como indício dessa interpretação. Contudo, afirma que “infelizmente, *agit* aqui, como em outros locais, não diferencia Pélio como ator ou produtor” – Henry usa a expressão “*stage manager*”, e a iguala a “*dominus gregis*”, termos que, como veremos à frente, encontramos juntos apenas em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 1-3) e cujo significado, como expressão, é alvo de controvérsia. Brown (2002, 228 e ss.) interpreta *actor*, tanto nesse caso de Plauto como nos dois casos de Terêncio (*Phormio*, 9-10, 33) que apresentaremos nas notas 400 e 401, como “ator principal” e como “o homem em cargo da companhia” teatral. Outro exemplo, Richlin (2005, p. 19) interpreta que T. Publílio Pélio é um ator, a partir dos textos de *As báquides* e da didascália de *Estico*. O problema de interpretá-lo como ator é apresentar um ator com nome de cidadão romano, conforme a própria Richlin (2017, p. 13) argumenta – contudo, comentando na mesma sentença que, da mesma forma, poderia ser um nome de liberto, pois *Pellio* significa “curtidor de pele”, ou “peleiro” (RICHLIN, 2017, p. 13). Não concordamos com a interpretação de um *cognomen* relacionado a ofício – no caso, o de *Pellio* – como identificador de um liberto, pois conhecemos romanos da nobreza com *cognomina* relacionados a alguma *ars*, ou “ofício”, como por exemplo Quinto Fábio Pictor, cujo *cognomen* significa “pintor”. Cardoso (2020, p. 64), após considerar algumas interpretações, conclui que o significado do termo *actor* em *As báquides* (*Bacch.*, 213) é um enigma. Seja como for, é preciso notar que Plauto usa o verbo *ago* – é principalmente o uso desse verbo na linha 215 de *As báquides* que causa as diferentes interpretações – em outras passagens da comédia, nenhuma delas com a acepção de “atuar no palco”, por exemplo, nas linhas 39, 48, 76 e 294. O nome de T. Publílio Pélio é mencionado também em outra comédia, *Os Menecmos* (*Men.*, 402-404), na passagem em que *Sósicles* descreve um navio: “De madeira, frequentemente batido, frequentemente perfurado, frequentemente chacoalhado por um martelo; assim como a mobília de Pélio, estaca junto a estaca” – “*ligneam, / saepe tritam, saepe fixam, saepe excussam malleo; / quasi supellex Pellionis, palus palo proxumust*”. Ou seja, Plauto está fazendo troça com o palco de madeira produzido por T. Publílio Pélio, comparando-o a um navio frequentemente necessitando de reparos. Frente ao exposto acima, em nossa interpretação as passagens em que o nome de T. Publílio Pélio aparece nas comédias de Plauto o apresentam como um produtor, ou organizador, das peças, ou seja, alguém que *agit* para que as peças aconteçam – não um ator. Fontaine (2010, p. 125) e Franko (2014, p. 414-417) igualmente interpretam o termo *actor* na comédia *As báquides* como “produtor” – “*impresario*”, na escrita de ambos os autores.

⁴⁰⁰ O texto de Terêncio (*Phormio*, 9-10) é: “Se ele percebesse que, quando alguma nova peça faz sucesso, faz sucesso mais por obra do produtor que sua” – “*quod si intellexeret, quom stetit olim nova, / actoris opera magis stetit quam sua*”.

⁴⁰¹ O texto de Terêncio (*Phormio*, 33) é: “A virtude do produtor que restituiu para nós o lugar” – “*quem actoris virtus nobis restituit locum*”. O *locus*, no caso, é o palco.

⁴⁰² Segundo Jory (1966, p. 102), as evidências para a existência de um *dominus* da *grex* de atores – *dominus gregis* – são muito fracas, e a única instância em que o termo *dominus* aparece nas comédias romanas, na qual poderia incorporar esse sentido, é em *A comédia dos asnos*, na qual Plauto (*Asin.* 1-3) escreve: “Espectadores, peço sua atenção agora! Que as coisas com certeza corram bem para mim e para vocês, para essa *grex*, para os *domini* e para os que nos contrataram” – “*hoc agite sultis, spectatores, nunciam, / quae quidem mihi atque uobis res uortat bene / gregique huic et dominis atque conductoribus*” (o termo “*sultis*” é a aglutinação de “*si uultis*”, literalmente, “se vocês desejarem”, “se é de sua vontade”, ou seja, “peço-lhes”). Cardoso (2020, p. 62-63) traduz “*dominus*” por “líder da trupe”, mas escreve que pode haver outras interpretações, e afirma que, afora os atores e os poetas, a clareza e a definição para os títulos e as funções dos responsáveis pelas atividades do teatro não são claras e nem consistentes. Bieber (1961, 152) considera *dominus gregis* como um diretor teatral, sem contudo oferecer explicações para essa interpretação. Concordamos que a associação entre os *domini* e a *grex* é fraca. Por conjectura, podemos fazer outra interpretação para a presença do termo “*dominis*” no texto, exposta a seguir: *A comédia dos asnos* possui duas datações concorrentes, ambas do período da Segunda Guerra Púnica, a primeira entre 212 a.C. e 211 a.C. (DE MELO, 2011b, p. 137-138) e a segunda em 207 a.C. (SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382). Favorecemos a interpretação mais tardia da data pelas seguintes razões: segundo Tito Lívio (XXVII.38.6-11), na iminência do cruzamento dos Alpes em 207 a.C. por Asdrúbal, irmão de Aníbal, com um exército em direção à Itália, diante das dificuldades em arrolar jovens para lutar, o Senado romano concedeu capacidade de execução total – *libera potestas* – ao cônsul Marcos Lívio Salinator para convocar e permutar soldados de outras tropas, e recrutar homens de onde achasse

de alguma maneira, os textos das peças tenham existido principalmente na forma de cópias de palco (LINDSAY, 1904, p. 1).

Essa revisão de palco dos textos de Plauto foi denominada no início do século XX de *retractatio* – “mudança de parecer”, “retrabalho” (COULTER, 1911, p. 8 e ss.). De acordo com algumas interpretações, na época em que surgiu o arquétipo mais antigo das comédias de Plauto, ou seja, a primeira “edição” das comédias – entre meados e a segunda metade do século II a.C. (FORTSON IV, 2008, p. 10; QUESTA, 2015, p. 528) – os textos das comédias já haviam sofrido “certa quantidade de corrupção, interpolação e modernização” ortográfica (FORTSON IV, 2008, p. 10). Contudo, são modificações que não alteram o enredo, a estrutura, o tema ou a continuidade da peça. Por exemplo, segundo Fortson IV (2008, p. 11 e nota 26), a partir de seus estudos de estilo e métrica, os textos atribuídos a Plauto que possuímos hoje foram escritos por um único autor. Modernizações – mudanças ortográficas –, por exemplo, além de impossíveis de reverter, são comuns em qualquer manuscrito dos autores latinos, segundo Tarrant (2016, p. 5)⁴⁰³.

Reynolds e Wilson (1991, p. 19) pensam ser possível que a cada nova montagem o texto das peças fosse um pouco alterado, de maneira a se moldar aos gostos da audiência ou do produtor. É importante acrescentar que essas alterações seriam principalmente a modernização de alguns termos, ou a escrita de pequenos trechos de maneira diferente, alterações que não modificam o enredo e nem a continuidade da

necessário, inclusive escravos – denominados *volones* (voluntários) –, os quais foram inscritos nas 19ª e 20ª legiões. Esses *volones* estavam ainda lutando na Itália em 206 a.C., segundo Tito Lívio (XXVIII.46.13), sob o comando do mesmo Marcos Lívio Salinator. É possível, então, que Plauto, ao citar os *domini*, esteja se referindo, como homenagem, aos que cederam seus escravos para o exército. Outra passagem, na mesma comédia, auxilia essa interpretação: antes de começar uma artimanha para arranjar dinheiro, o escravo Líbano, pergunta para seu *erūs*: “Se por acaso eu caísse em uma armadilha, você me compraria de volta, se o inimigo me capturasse?” – “*si forte in insidias deuenere, / tun redimes me, si me hostes interceperint?*” (*Asin.*, 105-106). Plauto insere o cotidiano romano na trama, de maneira súbita e sutil.

⁴⁰³ Durante o século I a.C., de acordo com evidências epigráficas, provavelmente foram empregadas formas como *caussa* ao invés de *causa*, e o poeta Cornélio Galo, de acordo com o que pode ser visto no papiro *Qasr Ibrim*, do final do século I a.C., utilizou *quom* ao invés de *cum*, além do ditongo *ei* onde é comum ler-se atualmente *i* – por exemplo, *deiuitiora tueis* em lugar de *diuitiora tuis* (TARRANT, 2016, p. 5). Conforme argumentam Fortson IV (2008, p. 10) e Tarrant (2016, p. 5), devemos perceber que muitos arcaísmos foram eliminados dos textos por copistas posteriores. Por exemplo, Cícero (*Orador*, XLVIII.159-160), dissertando sobre a fala e de como, em sua percepção, deveriam ser pronunciadas as palavras, afirma que seus antepassados apenas empregavam a aspiração (*aspiratio*) junto com uma vogal (*in vocali*), ou seja, apenas pronunciavam a consoante aspirada (*h*) antes de uma vogal inicial ou entre vogais. Assim, Cícero (*Orador*, XLVIII.160) nos informa que ele mesmo costumava dizer *pulchur*, e não *pulchur*, *Cetegus*, e não *Cethegus*, *trumpus*, e não *triumphus*, *Cartago*, e não *Carthago*, mas, após algum tempo, a “reprovação do ouvido” o forçou a abandonar aquela pronúncia, que considerava correta, fazendo concessão à “fala do povo” – quer dizer, à pronúncia popular. Atesta, dessa maneira, formas antigas do falar e da escrita, inclusive, provavelmente, a forma na qual o nome da cidade do norte da África deveria, em algumas obras, ser encontrada (*Cartago*, e não *Carthago*).

trama das peças⁴⁰⁴. Exemplos que sugerem a interpretação sobre essas modificações provêm de algumas passagens nas comédias, por exemplo, a existência de dois finais para a comédia *O pequeno cartaginês*, interpretados como evidência de uma redação posterior (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 19; FORTSON IV, 2008, p. 10; FONTAINE, 2017, p. 872). Outra passagem considerada como evidência de modificações é um trecho do prólogo de *Cásina* (*Cas.*, 5-20), o qual indica que ao menos parte do texto que possuímos hoje foi reescrito, cerca de uma geração após a época de Plauto⁴⁰⁵, para uma nova montagem da comédia. O trecho é o seguinte:

⁴⁰⁴ Por exemplo, existem omissões no palimpsesto A que estão presentes na família P – comentamos os manuscritos de Plauto no Capítulo I –, linhas escritas de forma diferente, ou algumas mudanças nas ordens das linhas (LINDSAY, 1904, p. 35 e ss.). Mas essas diferenças não alteram a continuidade da trama, e nem o enredo. Um exemplo do primeiro problema pode ser demonstrado em duas linhas que existem nos manuscritos da família P e que estão omitidas no palimpsesto A, na comédia *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 456^a-456^b). Conforme observa Lindsay (1904, p. 54) – que enumera as linhas como 457^a e 457^b –, essa omissão “não interfere no sentido da passagem”. Na passagem em questão, na parte existente em todos os manuscritos – A e P –, o cafetão Lico fala que, como não conseguiu um bom presságio com sua oferenda a Vênus, não deixou que cortassem as entranhas dos cordeiros oferecidos à deusa, enganando-a desse modo. Nas duas linhas omitidas no palimpsesto A e presentes nos manuscritos da família P está escrito que o arúspice não aprovou as oferendas, e que Vênus não as merecia. Essas linhas acrescentam graça e expressividade à peça – e são indício da presença de arúspices em Roma nas primeiras décadas do século II a.C., além de apontarem a *pietas* romana (uma vítima considerada indigna é reprovada antes do sacrifício) –, mas não modificam o sentido da passagem, muito menos da comédia. Outro exemplo seria de linhas escritas de forma diferente, como em uma passagem de *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 917-931), entre as linhas 917 e 922, na qual o escravo Mílfio vai entrar em casa para conversar com seu *erūs* sobre a oportunidade de enganar o *leno*, enquanto entre as linhas 923 e 931 Mílfio espera o *erūs* voltar do Fórum para lhe contar sobre a mesma oportunidade. São provavelmente duas versões da mesma passagem que ficaram preservadas nos manuscritos, e Lindsay (1904, p. 54-55) argumenta a favor dessa interpretação. Se foram escritas por Plauto para diferentes apresentações, ou se uma delas foi escrita para uma apresentação posterior por um produtor, não sabemos, mas as diferenças não alteram o enredo ou a continuidade da trama. Outro exemplo. Em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 598-599), no palimpsesto A está escrito “*nam opus est nunc tuto loco / unde inimicus ne quis nostri spolia capiat consili*” – “Com efeito, agora é necessário um lugar seguro, de onde nenhum inimigo fique com o butim de nosso plano” –, enquanto no manuscrito P está escrito “*nam opus est nunc tuto loco / unde inimicus nequis nostra spolia capiat auribus*” – “Com efeito, agora é necessário um lugar seguro, de onde nenhum inimigo fique com nosso butim através do ouvido”. Em ambas as versões existe a preocupação manifesta de que algo que vai ser discutido em segredo não seja descoberto, sendo que na versão dos manuscritos da família P o texto enfatiza o perigo da escuta da conversa. Da mesma forma que no exemplo anterior, não sabemos se ambas as versões foram ou não escritas por Plauto ou se uma delas foi escrita, por exemplo, por um produtor. Lindsay (1904, p. 71) pensa que a segunda versão pode pertencer ao texto de uma apresentação posterior da peça, ou a uma cópia de palco errada, ou mesmo ter sido originada de uma glosa que posteriormente foi transportada para o texto por um escriba. Seja como for, qualquer que seja a origem das versões, o enredo e a continuidade da trama não se alteram.

⁴⁰⁵ Lindsay (1904, p. 1, nota a), em um primeiro momento, escreveu que o prólogo de *Cásina* foi escrito para uma encenação da comédia realizada “cerca de uma geração ou mais após a época do poeta”. Em 1912 Lindsay modificou sua interpretação, especificando que *retractatio* é “a revisão e a alteração das peças no renascimento plautino, na época de Terêncio” (LINDSAY, 1912, p. 232), ou seja, entre vinte e vinte e cinco anos após a morte de Plauto, o que nos remete a cerca de uma geração após a morte do comediógrafo. Além disso, o texto do prólogo fala em duas gerações presentes na audiência: a “mais antiga”, que assistiu e aprovou a comédia, e a “mais jovem”, que não a conhece ainda.

Penso que as pessoas que bebem vinho antigo são sábias, assim como aquelas que veem peças antigas. Uma vez que vocês gostam de velhas obras e palavras, claro que gostam de peças antigas mais que outras. Pois as novas comédias encenadas atualmente valem menos que nova cunhagem. Uma vez que compreendemos, a partir do que as pessoas falam, que vocês gostam das peças de Plauto, estamos encenando uma velha comédia dele, a qual encontrou aprovação daqueles dentre vocês que estão na velhice. Pois aqueles que são jovens não a conhecem, tenho certeza. Mas vamos fazer o máximo para que venham a conhecer. Quando foi encenada pela primeira vez, sobrepujou todas as outras peças. Naquela época viveu a nata dos poetas, os quais agora foram para o local a que todos os homens vão. Mas, mesmo assim, nos beneficiaram com sua ausência como se estivessem presentes⁴⁰⁶.

A adição de um trecho novo em um prólogo é, conforme comentou De Melo (2011j, p. cv), “uma mudança comparativamente menor”. Mesmo assim, é importante perceber que o trecho do prólogo que acabamos de citar não alude a nenhuma reescrita ou remodelação textual, mas especifica que seria reencenada a mesma comédia que algumas pessoas na plateia – de acordo com o prólogo – provavelmente já conheciam.

Ainda com relação a modificações, sabe-se que os estudiosos da biblioteca de Alexandria, principalmente no período de maior atividade intelectual na biblioteca – entre o início do século III a.C. e meados do século II a.C. –, detectaram alterações e adições realizadas por atores em algumas tragédias gregas do século IV a.C., com maior frequência nas tragédias de Eurípides, do século V a.C. (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 15)⁴⁰⁷. Para Reynolds e Wilson (1991, p. 15), as interpolações foram realizadas pelos produtores das peças, apesar de admitirem que os escólios designam especificamente

⁴⁰⁶ O texto de Plauto (*Cas.*, 5-20) é: “*qui utuntur uino uetere sapientes puto / et qui lubenter ueteres spectant fabulas; / antiqua opera et uerba quom uobis placent, / aequom est placere ante <alias> ueteres fabulas: / nam nunc nouae quae prodeunt comoediae / multo sunt nequiores quam nummi noui. / nos postquam populi rumore intelleximus / studiose expectere uos Plautinas fabulas, / antiquam eius edimus comoediam / quam uos probastis qui estis in senioribus; / nam iuniorum qui sunt non norunt, scio; / uerum ut cognoscant dabimus operam sedulo. / haec quom primum acta est, uicit omnis fabulas. / ea tempestate flos poetarum fuit, / qui nunc abierunt hinc in communem locum. / sed tamen apsentis prosunt <pro> praesentibus”.*

⁴⁰⁷ Como exemplo da erudição de estudiosos provenientes da “escola” de Alexandria, podemos citar alguns estudos realizados sobre a obra de Epicuro. Um estudo, provavelmente realizado cerca de 100 a.C., refere-se a cópias erradas de sua obra, considera variações de uma cópia para a outra, comenta os danos causados nos manuscritos por vermes e as tentativas de correção de textos defectivos (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 18).

alguns desses trechos como interpolações feitas por atores⁴⁰⁸. Também possuímos evidências de colaboração autoral em outros textos de comédias gregas do século V a.C. Halliwell (1989, p. 515 e ss.), por exemplo, apresentou evidências dessa prática, de referência recorrente nos textos cômicos do período⁴⁰⁹. Essa recorrência indica que a colaboração autoral, ou poética, muito provavelmente era uma prática bem conhecida, de forma que o termo συμποιεῖν (*sympoieîn*) desenvolveu o significado específico de “colaboração na composição poética”, de acordo com Halliwell (1989, p. 520). Além disso, a alusão, durante os concursos dramáticos, à colaboração poética, tanto para se jactar quanto para zombar da necessidade de auxílio de algum concorrente, pode ser compreendida como prática de rivalidade frequente entre os poetas cômicos (HALLIWELL, 1989, p. 519)⁴¹⁰.

As evidências mostram então que textos clássicos – assim como textos modernos – podem ser produto de um processo de colaboração autoral. Uma característica dos colaboradores dos textos clássicos é que ou são muito próximos ao autor para que possamos discernir suas contribuições – como no exemplo que citamos de Plínio –, ou tão distantes que perdem peso no processo editorial – por exemplo, copistas medievais que modificaram o texto errando durante a cópia (TARRANT, 2016, p. 5). Nesse sentido, a hipótese de existência de versões autorais múltiplas é atualmente defendida por alguns estudiosos. Na literatura medieval e renascentista, por exemplo, encontramos casos em que mais de uma forma da mesma obra sobrevive (TARRANT, 2016, p. 2-3)⁴¹¹. No caso da obra plautina, Goldberg (2011, p. 212), frente à existência de

⁴⁰⁸ Por exemplo, Reynolds e Wilson (1991, p. 15) comentam que o escoliasta de *Medeia*, de Eurípidés, afirmou que alguns atores, não compreendendo a pontuação do verso 85, alteraram o texto, porém, sem mudar o conteúdo. Podemos observar o comentário do escoliasta sobre a alteração realizada pelos atores (ὑποκριταὶ, *hypokritai*) nas edições dos escólios de Eurípidés de Dindorf (1863, p. 13) – *Medeia* (85,9 e ss.) – e de Schwartz (1891, p. 148) – *Medeia* (85,20 e ss.).

⁴⁰⁹ Halliwell (1989, p. 517 e ss.) também apresenta evidências do que interpreta como plágio, tanto em comédias quanto em tragédias, mas não trataremos desse assunto aqui.

⁴¹⁰ Por exemplo, em *As vespas* (1018-1022), de Aristófanes (422 a.C.), o corifeu fala que o poeta – ou seja, Aristófanes – deseja castigar a audiência, pois foi provocado por ela a despeito de tê-la tratado muito bem, apesar de secretamente da primeira vez e não de forma aberta, ao auxiliar outros poetas: “imitando o pensamento e o poder profético de Euricles, escorregando para dentro da barriga de outros homens e fazendo verter muito material cômico. Depois disso, se arriscou abertamente sozinho, segurando as rédeas, não das musas de outro, mas das suas”. Euricles, mencionado por Aristófanes, foi um ventríloquo vidente, e Halliwell (1989, p. 515-516) interpreta a menção ao ventríloquismo, reforçada pela alegoria – a barriga vertendo material cômico –, como a afirmação de Aristófanes de ter deliberadamente omitido a autoria de suas primeiras comédias na época de sua encenação. Essa interpretação é reforçada pelos dois últimos versos, nos quais é possível interpretar que, após as primeiras encenações, Aristófanes sentiu-se seguro o suficiente para assumir sozinho suas peças.

⁴¹¹ A partir do século XIX o objetivo da crítica textual era a obrigatoriedade de se inferir um texto o mais próximo possível do que se denomina o original do autor, ou seja, daquilo que o autor teria escrito no seu manuscrito final (McGANN, 1992, p. 3-4, 15). Essas ideias sobre autoria isolada são fundamentadas em

passagens redundantes ou incompatíveis com o entorno⁴¹² na comédia *O cofre*, por exemplo, argumenta que podem significar modificações realizadas pelo próprio Plauto a partir da resposta da audiência. A linguagem da passagem em questão não é de época subsequente à de Plauto segundo Goldberg (2011, p. 212), de forma que existe uma suspeita cada vez mais forte de que não se trata de uma interpolação posterior, mas sim do resultado de versões de palco, ou seja, resultado da consolidação do texto a partir de modificações feitas por Plauto, pela produção ou pelos atores, que terminaram por incluir versões incompatíveis a um único texto transmitido. Nas palavras de Goldberg (2011, p. 212), “pode ser o remanescente de um texto plautino alternativo”⁴¹³. A existência de dois finais para *O pequeno cartaginês* pode ser interpretada da mesma forma, como um texto alternativo, e não como um texto posterior⁴¹⁴.

A hipótese das múltiplas versões autorais, portanto, leva em consideração a contribuição, ou colaboração, através de sugestões, de outras pessoas na composição de uma obra. O autor, nessa concepção, é obviamente o componente principal e indispensável, mas existe uma cadeia de agentes, como amigos do autor, editores, impressores e outros que podem influenciar ou serem responsáveis por alterações no texto original, e a observação da relevância desses agentes na composição de uma obra

uma concepção da produção literária proveniente do Romantismo (McGANN, 1992, p. 8). Porém, as tentativas de reconstituição de um original para textos de Shakespeare e outros textos elisabetanos levaram a discussões sobre a possibilidade de ter existido mais de uma versão para uma peça, por exemplo. Os debates em torno dos dois textos mais antigos de *Rei Lear*, o Primeiro Quarto de 1608 e o Primeiro Folio de 1623, colocaram essa tragédia no centro da discussão (McGANN, 1992, p. 4). Acredita-se atualmente na possibilidade de não ter existido um texto único anterior, mas duas versões autorais, e de que ambos os impressos, o de 1608 e o de 1623, não serem textos relativamente corruptos de um original perdido, mas sim dois textos relativamente confiáveis de duas versões diferentes da mesma peça, sendo o Primeiro *Quarto* considerado um esboço da peça antes de ser encenada e o Primeiro *Folio* o texto revisado certo tempo após a encenação (McGANN, 1992, p. 4; TARRANT, 2016, p. 2-3). Os editores têm favorecido, no caso de *Rei Lear*, o que se denomina de abordagem “de versão”, ou seja, têm publicado ambos os textos, o do Primeiro *Quarto* e o do Primeiro *Folio*, em páginas sucessivas (TARRANT, 2016, p. 3). Esse tipo de abordagem é “quase inteiramente ausente da editoração clássica, pois em quase todos os casos as diferenças entre as cópias manuscritas de um texto clássico não representam versões diferentes do trabalho, mas tentativas de escribas (mais ou menos bem-sucedidas) de reproduzir uma única forma de um texto” (TARRANT, 2016, p. 3-4). Segundo Tarrant (2016, p. 4), o melhor exemplo dessa ausência na editoração clássica é a obra *Amores*, de Ovídio, a qual é precedida de um epigrama que afirma que, previamente, cinco livros compunham a obra, mas que Ovídio preferiu a versão com três livros, que é a que conhecemos.

⁴¹² Goldberg (2011, p. 211-212) se refere aos versos 708 a 722 de *O cofre* (*Cistellaria*). Em inglês, Goldberg denomina esses trechos de “doublets”, os quais, segundo o autor, “sob inspeção cuidadosa são claramente redundantes ou incompatíveis com seu entorno”. Podemos traduzir o termo inglês por “duplicatas”.

⁴¹³ “[...] uma possibilidade que alcança o próprio âmago do que um texto de Plauto representa, o que o texto deve a qualquer ‘Plauto’ histórico e, assim, qual é a responsabilidade do editor em apresentar a *paradosis* aos leitores” (GOLDBERG, 2011, p. 212). A *paradosis* é a transmissão, a tradição – *traditio*, em latim (GOLDBERG, 2011, p. 212).

⁴¹⁴ Beare (1951, p. 3-4), considerou a “segunda alternativa” – conforme ele a denominou – do final de *O pequeno cartaginês* como adicionada “por uma mão posterior”.

escrita traz à luz o processo de criação e o resultado textual que chega aos leitores (TARRANT, 2016, p. 4). Tomemos o exemplo de Plínio o Jovem (*Epistolae*, VII.17.7), cuja carta citamos anteriormente. Plínio comenta que, para chegar a um discurso que considera satisfatório, não omite “nenhum tipo de correção”⁴¹⁵, pois, segundo Plínio (*Epistolae*, VII.17.7-8), “respeito pela audiência, modéstia e ansiedade são os melhores críticos”. Plínio (*Epistolae*, VII.17.11-12) adiciona que Pompônio Segundo, autor de tragédias do século I, quando algum de seus amigos sugeria a eliminação de uma passagem de uma de suas peças e ele mesmo preferia mantê-la, dizia, aludindo ao *provocatio*⁴¹⁶, “*Ad populum provoco*”, ou seja, julgava de mais valor a opinião do público – o silêncio ou o aplauso – que a de seus amigos mais próximos. Plínio (*Epistolae*, VII.17.15) termina a carta afirmando que não esquecia a importância de apresentar às pessoas qualquer texto seu, pois “qualquer trabalho deve ser revisado mais de uma vez e lido para um número de pessoas, se existe o desejo de que ele forneça satisfação total e permanente”⁴¹⁷.

Portanto, os textos das peças de Plauto foram escritos para as representações no palco realizadas por uma *grex*⁴¹⁸ particular e em uma ocasião particular (FRAENKEL, 2008, p. 416). Sendo comprados pelo magistrado responsável, eram provavelmente transmitidos primeiramente como cópias de palco (LINDSAY, 1904, p. 1; REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 19; MANUWALD, 2011, p. 51). Assim, esses textos⁴¹⁹ provavelmente “incorporam mudanças realizadas por atores e produtores, tanto

⁴¹⁵ Assim, lia seus textos primeiro para si mesmo, depois para dois ou três ouvintes ao mesmo tempo em que enviava para que fossem comentados por outras pessoas. Se tivesse dúvidas a respeito dos comentários, voltava a lê-los juntamente com um ou dois ouvintes. Apresentava-os oralmente, então, para um grupo maior, e nesse momento fazia as correções mais severas (*Epistolae*, VII.17.7-8).

⁴¹⁶ A *lex Valeria*, de 509 a.C. – o ano da fundação da República – garantia àqueles condenados por um cônsul à pena capital o direito de apelo (*provocatio*) aos *comitia centuriata* – a assembleia dos cidadãos em armas –, tentando a absolvição pelo voto (CORNELL, 2001, p. 196). A alusão de Pompônio Segundo, portanto, é relativa à aprovação, ou não, pela reação da audiência, de um trecho de uma de suas tragédias que não tenha agradado seus amigos – metaforicamente, uma tentativa de “absolvição”, pelo “voto” da audiência, da passagem dramática, a qual, do contrário, sofreria a “morte” literária – seria apagada.

⁴¹⁷ O conteúdo e a revisão de um texto, então, tudo indica, eram preocupações importantes. Quando Cipião Emiliano foi encontrado morto, sabemos por Apiano (*B Civ.*, I.83), havia um tablete ao lado de sua cama, o qual ali ele colocara na noite anterior com a intenção de escrever o discurso que iria fazer perante o povo. Outro exemplo: de acordo com o testemunho de Diógenes Laércio (39-40), um dos aforismas de Teofrasto era que “um cavalo sem rédeas é mais confiável que um discurso desorganizado”. Diógenes Laércio, que viveu, provavelmente, na primeira metade do século III, é autor de um compêndio sobre a vida e as doutrinas de vários filósofos, de Tales a Epicuro (LONG; SHARPLES, 2012, p. 457). Teofrasto, que produziu sua obra entre o final do século IV a.C. e o início do século III a.C., foi associado e sucessor de Aristóteles no Liceu, a escola instalada por Aristóteles fora do perímetro de Atenas (SHARPLES, 2012, p. 1461; NUSSBAUM; OSBORNE, 2012, p. 160).

⁴¹⁸ O termo significa, literalmente, “rebanho”. É a companhia teatral. Por exemplo, encontramos o termo em *A comédia dos asnos* (*Asin.*, 3) e *Epídico* (*Epid.*, 733).

⁴¹⁹ Assim como outros textos dramáticos, como os de Terêncio (TARRANT, 2016, p. 5).

nas performances originais quanto em novas montagens posteriores” (TARRANT, 2016, p. 5)⁴²⁰. É importante compreender que Tarrant, ao fazer essa afirmação, não aponta deturpações ou alterações nos textos de Plauto que poderiam modificar o enredo ou a continuidade da trama, mas a insere no contexto de sua discussão sobre colaboração autoral, aludindo inclusive à carta de Plínio que citamos.

A concepção da produção de um texto como prática colaborativa, repetindo, compreende o autor como o componente indispensável na responsabilidade por sua escrita – a própria especificação de “autor” esclarece essa responsabilidade⁴²¹. Nesse sentido, Manuwald (2011, p. 83) cita alguns trechos de três comédias latinas que sugerem que os poetas tinham controle sobre o roteiro e o enredo, duas de Plauto (*Asinaria*, 12⁴²²; *Trinummus*, 8-9⁴²³) e uma de Terêncio (*Heauton Timorumenos*, 1-2⁴²⁴).

Posto isso, voltando ao que escrevemos no início dessa seção, é preciso entender que não existe sentido em apresentar uma peça sem adaptá-la à audiência. O conteúdo do discurso teatral só tem sentido no palco e no tempo da representação (UBERSFELD, 2010, p. 164). Ou seja, a experiência teatral deve ser compreendida como historicamente posicionada. Plauto escreveu (*Pseud.*, 568-569): “Com efeito, convém a quem aparece no palco trazer um novo invento, de maneira nova”⁴²⁵. A trajetória histórica de cada peça teatral, portanto, está ligada intimamente à conexão, inter-relação, comunhão de diferentes elementos – autor, produtor, atores, audiência e palco –

⁴²⁰ Tarrant continua o argumento, aludindo a análises da métrica, inserção de títulos, modificações ortográficas e poemas individuais, alterações nos textos clássicos encontradas em manuscritos medievais: “assim como leituras provenientes de antigos estudos eruditos dos textos” (TARRANT, 2016, p. 5).

⁴²¹ Beare (1951, p. 4) comenta que em alguns prólogos de suas comédias Plauto é referido “de maneira separada” – o termo utilizado por Beare é *detached* –, o que, para Beare, é difícil de explicar a não ser que Plauto não seja o autor das linhas do prólogo. Beare não menciona os prólogos aos quais se refere, mas podemos supor que se trata daqueles em que Plauto é citado em terceira pessoa, como por exemplo em *A comédia dos asnos* (*Asinaria*, 11), em que lemos “*Maccus uortit barbare*” – “Maco transformou em bárbaro” –, ou em *As três moedas* (*Trinummus*, 19), em que da mesma forma lemos “Plauto transformou em bárbaro” – “*Plautus uortit barbare*”. Não concordamos com essa interpretação de Beare, pois o texto em terceira pessoa apenas demonstra que o falante do prólogo (ou seja, o ator) não era Plauto – o que, contudo, não elimina a possibilidade de ter sido em algum momento.

⁴²² A passagem de Plauto (*Asinaria*, 12) é: “quer que seja *Asinaria*, se está bem para vocês” – “*Asinariam uolt esse, si per uos licet*”.

⁴²³ A passagem de Plauto (*Trinummus*, 8-9) é: “Primeiramente, Plauto me deu o nome de Luxúria; / então, quis que essa fosse minha filha, Inópia” – “*primum mihi Plautus nomen Luxuria indidit; / tunc hanc mihi gnatam esse uolit, Inopiam*”.

⁴²⁴ A passagem de Terêncio (*Haut.*, 1-2) é: “Realmente é admirável para vocês que o poeta tenha dado para um velho a parte que é de um jovem” – “*ne quoi sit vostrum mirum quor partis seni / poeta dederit quae sunt adulescentium*”.

⁴²⁵ O texto de Plauto (*Pseud.*, 658-569) é: “*nam qui in scaenam prouenit / nouo modo nouom aliquid inuentum affere addeceat*”.

em cada contexto histórico, e à sua transmissão, incorporação e expressão como sistemas nesses contextos históricos⁴²⁶.

A história do teatro é produzida através da hermenêutica dos textos teatrais compreendidos nos âmbitos dos processos de transmissão, herança e difusão simbólica – expressiva – desses elementos identificados como sistema em cada contexto. Quanto a isso, demonstramos nesse capítulo que o conjunto de peças de Plauto que temos hoje foi transmitido como um *corpus* desde ao menos o final do século II a.C., preservando assim um monumento do período em questão. Conforme escreveu o próprio Plauto: “Essa peça é realizada aqui e agora por causa desses espectadores” (*Poenulus*, 551)⁴²⁷. O texto teatral, portanto, é historicamente posicionado, direcionado à audiência das comédias. Procuramos demonstrar também que essa audiência era formada por representantes de diferentes estratos sociais da população de Roma. Iremos agora analisar a composição dessa população, além da sua relação com os cartagineses no período estudado.

⁴²⁶ Segundo Hubert (2013, p. 7), mesmo que se aborde o teatro do ângulo de *apenas* um dos “três modos possíveis de abordagem”, ou seja, o do autor dramático (análise textual), do ator (encenação – performance) ou do público (estética da recepção), “é impossível ignorar os outros dois, a tal ponto [...] estão envolvidos um com o outro no teatro”. A esses três “parceiros” – como os descreve Hubert (2013, p. 7) –, Ortega y Gasset (2010, p. 27-28) acrescentou um quarto elemento, o palco, fundamental, em sua percepção, para a compreensão do que vem a ser o “Teatro”, realçando que, quando alude, por exemplo, ao teatro de Ésquilo, Shakespeare e Calderón, não se refere “exclusivamente à obra poética [...] e às obras dramáticas que estes poetas compuseram”: “Não foram aqueles gênios poéticos que sozinhos e por si – ao menos na medida em que foram exclusivamente poetas – puseram ou mantiveram em forma o Teatro. Isso seria uma torpe abstração. Pelo Teatro de Ésquilo, Shakespeare, Calderón entenda-se, ademais e inseparavelmente, junto com suas obras poéticas, os atores que as representaram, o palco em que foram executadas e o público que as presenciou” (ORTEGA Y GASSET, 2010, p. 27-28). O texto de Ortega y Gasset é de 1946.

⁴²⁷ A passagem de Plauto (*Poen.*, 551) é: “*horunc hic nunc causa haec agitur spectatorum fabula*”.

CAPÍTULO II

ROMA, CARTAGO E SEU MOSAICO ÉTNICO

A composição da população romana durante o período que estamos analisando, percebida de forma qualitativa, nos fornece informações sobre a composição da audiência que comparecia ao teatro. Comentamos no capítulo passado que a importância contextual dos *ludi scaenici* como componentes dos festivais romanos na época recortada os posiciona como parte do cotidiano social, religioso e político de Roma. Devido a esse caráter inclusivo dos *ludi scaenici*, uma parcela da população romana se dirigia ao teatro durante os festivais e compunha a audiência, sendo receptora das mensagens veiculadas durante as apresentações das comédias e compartilhando, então, as representações da sociedade romana presentes nos textos de Plauto. Pretendemos aqui mostrar que havia uma certa variedade no conteúdo étnico da população cidadã romana, variedade que deveria estar representada de forma qualitativa na audiência no período estudado.

As relações com os cartagineses também constituem importante conteúdo para a caracterização da população de Roma. Romanos e cartagineses praticavam o comércio nas regiões sob controle uns dos outros desde ao menos o século VI a.C. Os tratados firmados entre Roma e Cartago anteriores às guerras púnicas são evidências desse comércio e apontam para o conhecimento dos cartagineses pela população romana. Índícios da convivência de cartagineses em Roma e da familiaridade dos romanos com seus hábitos – da forma que esses hábitos são representados pelos romanos – podem ser encontrados também nos textos de Plauto. Na comédia *O pequeno cartaginês*, principalmente, nos deparamos com passagens em que os cartagineses são tratados de maneira que essa familiaridade é transcrita através dos estereótipos externados pelos personagens, os quais nos informam tanto sobre relações de consideração quanto de antagonismo. A encenação dessa convivência na comédia significa que a representação do cartaginês era compartilhada com a audiência, ou seja, com a parcela da população romana que comparecia às apresentações dos *ludi scaenici*. Quanto à essa familiaridade, a análise da composição étnica da população de Cartago e das regiões próximas do norte da África são igualmente importantes para podermos correlacionar com as representações romanas dos cartagineses presentes nas peças de Plauto.

Analisaremos a seguir, primeiro o conteúdo étnico da população romana e, em seguida, o conteúdo étnico da população de Cartago, para finalmente tratar as relações entre romanos e cartagineses.

As lendas da fundação de Roma evidenciam a forma na qual os romanos de épocas posteriores se viam e queriam ser vistos por outros (CORNELL, 2001, p. 60). As narrativas do período monárquico descrevem diferentes origens para os reis romanos, suas distintas condições sociais e políticas. Numa era sabino, Tarquínio Prisco era filho de pai coríntio e mãe etrusca, e a mãe de Sêrvio Túlio havia sido uma escrava cativa (CORNELL, 2001, p. 142; GRUEN, 2013, p. 3)⁴²⁸. Assim, as fontes que tratam das origens romanas especificam que o povo romano resultava da mistura de indivíduos e povos – que podemos entender como etnias – de proveniências sociais e geográficas e línguas distintas (CORNELL, 2001, p. 60; GRUEN, 2013, p. 1-2)⁴²⁹. A depender da fonte as inter-relações variam um pouco, mas é explícito o cruzamento de indivíduos de diferentes origens: fossem troianos e latinos, ou troianos, latinos e sabinos, por exemplo, os romanos provinham de linhagens socialmente, geograficamente e linguisticamente distintas (GRUEN, 2013, p. 1-2; CORNELL, 2001, p. 75 e ss., 157; FARNEY, 2010, p. 149-150)⁴³⁰. Essa ideia está presente desde muito cedo na literatura romana, pois, segundo Aulo Gêlio (XVIII.12.7-8), Catão escreveu em suas *Origens*: “Para o mesmo lugar continuavam a chegar vários estrangeiros reunidos, provenientes do campo. Por isso a riqueza cresceu para eles”⁴³¹. A ideia continua viva no final da República, e a

⁴²⁸ A fundamentação histórica dessas genealogias, narradas sem restrição, é e deve ser alvo de debates, mas elas faziam parte do orgulho cívico romano e perduraram. Durante o Império, por exemplo, o discurso de Cláudio, proferido em 45, com o objetivo de admitir nobres gauleses como magistrados e membros do Senado romano, além de citar as origens dos reis romanos, lembrava que várias *gentes* da nobreza romana provinham de diferentes *civitates* da Península Itálica, e que a cidadania havia sido concedida no passado a indivíduos de diferentes proveniências, que galgaram posições de liderança na sociedade romana (GRUEN, 2013, p. 2-3).

⁴²⁹ Messias (2016, p. 16 e ss.) comentou de forma didática a diversidade cultural presente no cotidiano romano, desde a época em que as fontes permitem a análise desse cotidiano.

⁴³⁰ De acordo com Cornell (2001, p. 157), “a tradição retrata Roma no período arcaico como uma cidade independente que mantinha sua própria identidade, apesar da absorção de elementos externos e ideias estrangeiras. Os romanos de épocas posteriores eram bastante sabedores de suas origens mistas e transformaram em virtude positiva a disposição de seus ancestrais em admitir estrangeiros em seu meio”.

⁴³¹ O fragmento de Catão, segundo Aulo Gêlio (XVIII.12.7-8) é: “*eodem convenae conplures ex agro accessitavere. Eo res eorum auxit*”. Cornell (2013, p. 145), em seus comentários sobre os fragmentos de *Origens*, afirma que todos os editores modernos inserem esse fragmento no primeiro livro da obra, sob o critério de que se refere ao asilo de Rômulo no Capitólio, comparando o fragmento com a descrição do crescimento de Roma que encontramos, por exemplo, em Salústio (*Bellum Catilinae*, VI.1-3). Sabemos por Cornélio Nepos (*Cato*, III.3) que *Origens* é composta por sete livros, e o primeiro contém “as ações dos reis do povo romano” – “*Primus continet res gestas regum populi Romani*”. Contudo, Cornell (2013, p. 145) argumenta que a razão para que os editores modernos posicionem a passagem no primeiro livro das *Origens* não é conclusiva, pois o termo “*asylum*” – lugar inviolável –, por exemplo, não aparece no fragmento e “*convenae*” é “um termo padrão para refugiados ou imigrantes de qualquer tipo”. Ademais,

encontramos em Salústio (*Bellum Catilinae*, VI.1-3)⁴³² – cujo texto deixa claro que a concepção é antiga –, na mistura entre troianos e aborígenes, e em Tito Lívio (I.8.6; II.1.4), na “multidão proveniente de povos vizinhos”, que não discriminou “livre ou escravo”, e que “ávida buscou refúgio nas novas oportunidades”⁴³³, e no “povo de pastores e estrangeiros reunidos, desertores de seus povos”, que se puseram “sob a proteção de santuário inviolável”⁴³⁴. Essa concepção sobre a formação de Roma chegou até o século V, e a percebemos em Agostinho (*Epistulae*, 138.10), em cuja obra lemos que em pouco tempo “a multidão diversa e errante construiu a *civitas* pela concórdia”⁴³⁵. Essas ideias de “riqueza”, “novas oportunidades” e “concórdia”, que atravessaram os séculos da história romana, procuraram traduzir a concepção de uma origem mista para os romanos, que, contudo, não inclui as fissões internas, tanto

continua Cornell (2013, p. 145), no fragmento os refugiados saíram “*ex agro*”, e não de outras comunidades, de maneira que podem ser pessoas fugindo da guerra para uma cidade fortificada, por exemplo. Todavia, em nossa interpretação, as pessoas que chegavam “*ex agro*” podem ter sido descritas como “aborígenes”, da mesma maneira que os define Salústio (*Cat.*, VI.1-3). Além disso, Cornell (2013, p. 145) traduz a sentença do final do fragmento, “*Eo res eorum auxit*”, por “Por essa razão, seu Estado cresceu” – “*For that reason, their state grew*” –, o que sugere um movimento de migração para uma *civitas*, e não de fuga – mesmo que a tradução tenha, talvez de forma inconsciente, um significado diferente da interpretação.

⁴³² No texto, Salústio (*Bellum Catilinae*, VI.1-3) começa informando que o que vai narrar foi retirado de fontes anteriores: “Segundo eu recolhi, fundada a cidade de Roma, havia no início troianos que, pelo comando de Enéas, vagavam fugidos por moradas incertas, sempre junto a eles os aborígenes, um tipo de gente agreste, sem leis, sem comando, livres e desgarrados. Depois, esses se juntaram em um lugar cercado, com gente diferente, com línguas dessemelhantes, diferentes vivendo com hábitos diferentes, e é incrível relatar quão facilmente se desenvolveram” – “*Urbem Romam, sicuti ego accepi, condidere habuere initio Troiani, qui Aenea duce profugii sedibus incertis vagabantur, cumque his Aborigines, genus hominum agreste, sine legibus, sine imperio, liberum atque solutum. Hi postquam in una moenia convenere, dispari genere, dissimili lingua, alius alio more viventes, incredibile memoratu est quam facile coaluerint*”.

⁴³³ O texto de Tito Lívio (I.8.6) é: “Por isso, toda a multidão proveniente de povos vizinhos, sem discriminar se fosse livre ou escravo, ávida buscou refúgio nas novas oportunidades, ela que foi o primeiro vigor para o grande início” – “*Eo ex finitimis populis turba omnis, sine discrimine liber an servus esset, avida novarum rerum perfugit, idque primum ad coeptam magnitudinem roboris fuit*”.

⁴³⁴ Nas palavras de Tito Lívio (II.1.4): “Pois que futuro haveria se aquele povo de pastores e estrangeiros reunidos, desertores de seus povos, sob a proteção de santuário inviolável” – “*Quid enim futurum fuit, si illa pastorum convenarumque plebs, transfuga ex suis populis, sub tutela inviolati templi*”. O contexto é do início da República, logo após a expulsão do rei Tarquínio o Soberbo, em 509 a.C., e Tito Lívio (II.1 e ss.) está discorrendo sobre o que teria acontecido se “o povo de pastores estrangeiros reunidos, desertores de seus povos”, houvesse se livrado do medo dos reis para ficar sob o tumulto de tribunos e querelas de senadores, antes mesmo de se firmarem no novo território. Nesse caso, Tito Lívio atribui apenas à *plebs* – contrastando-a com os patrícios – a formação a partir do ajuntamento de diferentes povos. Na interpretação de Ogilvie (1965, p. 235), “*inviolati*” traduz a ideia de “*asylum*”.

⁴³⁵ O texto de Agostinho (*Ep.*, 138.10) é: “Pois, o que é a *res publica* a não ser a propriedade do povo? É, portanto, a propriedade da comunidade, certamente a propriedade da *civitas*. O que é, por outro lado, a *civitas* a não ser a multidão de homens ordenada por algum vínculo para a harmonia? Pois entre eles” – ou seja, entre os autores romanos – “lê-se o seguinte: ‘Em pouco tempo a multidão diversa e errante construiu a *civitas* pela concórdia’” – “*quid enim est res publica nisi res populi? res ergo communis, res utique ciuitatis. quid est autem ciuitas nisi hominum multitudo in quoddam uinculum redacta concordiae? apud eos enim legitur ita: ‘Breui multitudo diuersa atque uaga concordia ciuitas facta erat*’”. O texto de Agostinho foi retirado de *A república*, de Cícero. Na edição de Keyes, para a Loeb, a passagem está inserida no Livro I (*Rep.*, I.40).

políticas quanto sociais. Não pretendemos aqui comentar as questões relativas aos diferentes problemas internos que permearam a sociedade romana até o século IV a.C.⁴³⁶ Queremos apenas sublinhar a importância que as fontes atribuem aos diferentes insumos étnicos na origem romana (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 8; CORNELL, 2001, p. 75 e ss., 157 e ss.; PALMER, 1970, p. 1 e ss.; BRADLEY, 2006, p. 178; FARNEY, 2010, p. 149-150; GREEN, 2013, p. 1 e ss.). Contudo, essa mistura étnica não era exclusiva de Roma.

Por exemplo, a tradição registra indivíduos migrando de uma comunidade para outra no período arcaico⁴³⁷, mantendo, contudo, o *status* social (BRADLEY, 2006, p. 165). Essa mobilidade horizontal estava relacionada provavelmente a articulações entre grupos dominantes política, econômica e socialmente, inseridos em diferentes comunidades (KNUST, 2019, p. 245). Exemplos dessa mobilidade são o sabino *Attius Clausus*⁴³⁸ – a quem é concedida em Roma cidadania e terras, assim como a seus *clientes*⁴³⁹ –, o qual muda seu nome para a forma latinizada *Appius Claudius*, é admitido no Senado romano como patrício e posteriormente é eleito cônsul, o romano Cneu Márcio Coriolano, que se torna comandante do exército volsco contra os romanos, e os cônsules romanos listados nos *fasti* com nomes etruscos ou *cognomina* étnicos, como *Sabinus* ou *Tuscus* (CORNELL, 2001, p. 144, 157, 307; BRADLEY, 2006, p. 165)⁴⁴⁰. O exemplo dos clientes de *Appius Claudius* – Ápio Cláudio – demonstra que não apenas membros da elite política migraram para Roma e foram aceitos como cidadãos.

⁴³⁶ Comentários e análises a respeito dos denominados Conflito das Ordens e Fechamento do Patriciado podem ser encontrados, por exemplo, em Cornell (2001, p. 242 e ss.).

⁴³⁷ Com relação à periodização da história romana, Flower (2010, p. 18 e ss.) propôs a divisão do período republicano em várias “repúblicas”. Não seguimos essa sugestão aqui.

⁴³⁸ Tito Lívio (II.16.4; IV.3.14) escreve o *praenomen* do sabino como *Attius* e Tácito (*Annales*, IV.9, XII.25) como *Attus*. Ficamos aqui com a versão de Tito Lívio. Holleman (1986, p. 377-378) sugere que o nome do sabino era originalmente *Atta Clausus*, pois segundo esse autor, *Appius* deve ser a forma na língua sabina de um nome que Tito Lívio escreve “*Attius*”, mas que provavelmente “soava como *Atta*”.

⁴³⁹ Segundo Tito Lívio (II.16.4-5), as terras recebidas em 504 a.C. por Ápio Cláudio e seus clientes tornaram-se a sede da tribo *Claudia*, localizadas próximas ao rio Ânio. Essa é a única referência específica nas fontes sobre a época de constituição de uma tribo romana, de acordo com Taylor (2013, p. 35).

⁴⁴⁰ Evidências mostram que os movimentos entre comunidades eram comuns na Etrúria e outras regiões vizinhas. Tito Lívio (IV.9.12) relata que um équo chamado *Cluilius* liderou os volscos no cerco a Ardea em 443 a.C. – os équos e os volscos eram povos que viviam ao sul do Lácio, os équos nos Pirineus e os volscos preferencialmente nas planícies (BENELLI, 2018, p. 499 e ss.; GNADE, 2018, p. 461 e ss.). Também segundo Tito Lívio (VIII.19.4), um cidadão de Fundi denominado *Vitruvius Vaccus* – o qual possuía uma casa no Palatino, em Roma – comandou os habitantes de Priverno contra os romanos em 330 a.C. – Fundi e Priverno eram *civitates* no Lácio. Ainda com relação a Roma, encontramos cônsules com *cognomina* étnicos nos primeiros anos da República, como *Postumus Cominius Auruncus*, cônsul em 501 a.C., *Appius Claudius Sabinus*, cônsul em 495 a.C., e *Titus Sicinius Sabinus* e *Gaius Aquillius Tuscus*, cônsules em 487 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 9, 13, 19). *Auruncus* é um étnico derivado de *aurunci*, povo da Campânia (MERMATI, 2018, p. 389, 398). Os *cognomina* *Sabinus* e *Tuscus* são étnicos derivados dos povos sabino e etrusco, respectivamente (BRADLEY, 2006, p. 165 e nota 26).

Portanto, migrações entre diferentes *civitates* aconteciam no período arcaico, aparentemente sem impedimentos relativos à etnia (BRADLEY, 2006, p. 165). Essa mobilidade horizontal evidenciada na Itália central era então caracterizada por esse movimento de pessoas e grupos entre comunidades, mas também por casamentos entre pessoas de comunidades distintas⁴⁴¹. Assim, a tradição apresenta Roma – além de outras comunidades – no período arcaico como uma cidade independente que manteve sua própria identidade, apesar da absorção de elementos externos e ideias estrangeiras (CORNELL, 2001, p. 157-158).

A tradição literária romana relativa ao início da expansão de Roma na Itália também porta concepções semelhantes. Essa tradição é caracterizada pela ideia de uma comunidade de etnia latina marcada pela incorporação de elementos estrangeiros, tanto latinos quanto de outras etnias – sabinos, etruscos, volscos, hérnicos e campanianos, por exemplo –, diversidade étnica que traduz um sentido de unidade política fundamental para a unificação da Itália sob Roma (GAUDEMET, 1965, p. 42 e ss.; PALMER, 1970, p. 1 e ss.; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 7-8; BRADLEY, 2006, p. 178)⁴⁴². Veremos a seguir as relações entre essa expansão e a diversidade étnica dos cidadãos romanos – diversidade que provavelmente estava representada na audiência que assistia às comédias, durante os *ludi scaenici*.

ROMA: ETNIA E POLÍTICA NOS SÉC. IV A.C. E III A.C.

A cidadania romana nunca foi restrita a uma única localidade, como nas *poleis* gregas. Desde o início a comunidade romana absorveu *peregrini*⁴⁴³ (GAUDEMET, 1965, p. 42 e ss.; NICOLET, 1976, p. 36-37). Assim, a história política de Roma é em grande medida uma história de relações com estrangeiros (GAUDEMET, 1965, p. 38). A partir dessas relações, durante a República os romanos construíram seu domínio estendendo

⁴⁴¹ Existia certa diversidade étnica nas sociedades aristocráticas do sul da Etrúria nos séculos VII a.C. e VI a.C. Algumas inscrições evidenciam a presença de indivíduos do alto da pirâmide social, de origem grega, latina e itálica, em comunidades de etnias diferentes das suas – por exemplo, a do grego *rutile hipukrate* (*Rutilius Hippocrates*) em Tarquinia, na Etrúria, a do latino (talvez romano) *kalatur phapena* (*Kalator Fabius*) em Ceres, também na Etrúria, e a de *tite latine* (Titus Latinius) em Veios, igualmente na Etrúria – vide a bibliografia sobre as inscrições em Cornell (2001, p. 430, nota 28) –, presenças que implicam que havia um certo grau de mobilidade social horizontal na Itália tirrênica central, caracterizada não apenas pelo casamento entre pessoas de comunidades distintas, mas também pelo movimento livre de pessoas e grupos entre comunidades (CORNELL, 2001, p. 158).

⁴⁴² Um sentido de unidade política “quase nacional”, nas palavras de Sherwin-White (1996, p. 8). Essa tradição contrasta bastante com as tradições de fundação das comunidades gregas, que impunham fortes restrições à cidadania e insistiam na pureza e na continuidade de suas origens (CORNELL, 2001, p. 60; BRADLEY, 2006, p. 166).

⁴⁴³ “Estrangeiros”, ou seja, não eram originalmente cidadãos romanos.

sua cidadania e admitindo continuamente novos elementos em seu meio (CORNELL, 2001, p. 60)⁴⁴⁴. A incorporação de elementos estrangeiros foi realizada através da expansão territorial e política desde ao menos o século V a.C., mas principalmente a partir das primeiras décadas do século IV a.C. (SALMON, 1969, p. 40 e ss.; CORNELL, 2001, p. 323 e ss.)⁴⁴⁵. Essa expansão foi efetivada através da concessão unilateral de diferentes tipos de cidadania às comunidades conquistadas (SALMON, 1969, p. 13; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 38 e ss.). Unilateral, pois quando um grupo era feito cidadão romano não havia reciprocidade: a cidadania era dada – *civitas data* –, unilateralmente (HUMBERT, 1978, p. 279-280)⁴⁴⁶. Os territórios tomados dos inimigos eram anexados ao *ager romanus* e povoados, sendo que as terras eram distribuídas em lotes a indivíduos – denominados *coloni* –, tornando-se *ager privatus* – propriedade fundiária privada – e domicílio do receptor, podendo ser ocupadas de duas maneiras, dependendo da forma da distribuição (SALMON, 1969, p. 13-14; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 38 e ss.)⁴⁴⁷.

Uma dessas maneiras era a distribuição de terras *viritim*, ou seja, indivíduos que eram cabeças de *familia*⁴⁴⁸ recebiam lotes individuais⁴⁴⁹. Nesse tipo de alocação de

⁴⁴⁴ O que iremos demonstrar a partir daqui é a concessão de cidadania romana a *peregrini* de diferentes etnias, mas não advogamos que essa concessão gerava direitos iguais, ou que os romanos tratassem de forma semelhante todas as comunidades com cidadania romana. Sabemos que a expansão do domínio romano aconteceu fundamentalmente como resultado das guerras e que a inclusão de comunidades da Itália na cidadania romana não teve o mesmo significado para todas. Havia tratamentos distintos (ROSELAAR, 2016, p. 146 e ss.). Mesmo com a concessão de cidadania romana a todas as comunidades após a Guerra Social (91 a.C. a 89 a.C.), a inclusão de todos os indivíduos em uma *tribus* – ou seja, a efetividade dos direitos de cidadão –, segundo Roselaar (2016, p. 145, 163), provavelmente aconteceu apenas a partir de 70 a.C.

⁴⁴⁵ Veleio Patérculo (I.14.1), por exemplo, ao falar das colônias fundadas a partir das primeiras décadas do século IV a.C., comenta a multiplicação da cidadania romana e o acréscimo do *nomen Romanum* através da concessão a outros dessa cidadania.

⁴⁴⁶ Passagens de Tito Lívio sugerem que a cidadania romana não era bem-vinda em todas as comunidades no século IV a.C. De acordo com Tito Lívio (IX.43.23-24, 45.7-8), entre 306 a.C. e 304 a.C., após sua rendição por *deditio*, três comunidades dos hérnicos, Alétrio, Verulas e Ferentino, preferiram permanecer com suas leis e a possibilidade de contrair casamento entre seus habitantes, enquanto o restante dos hérnicos foi obrigado a aceitar a *civitas sine suffragio* romana (BRADLEY, 2006, p. 166). Teceremos explicações sobre as comunidades *sine suffragio* à frente, no texto. A *deditio* foi comentada na nota 42, no Capítulo I.

⁴⁴⁷ O termo *ager* significava uma área territorial com limites definidos, pertencente a alguma sociedade política, ou politicamente definida. *Ager Romanus* era o território dos romanos, o qual se estendia até os limites com outras comunidades que mantinham suas individualidades políticas (CARCOPINO, 1968, p. 12). O *ager Romanus* era dividido em *ager publicus* – “território público”, que compreendia todos os bens imóveis adquiridos pela *res publica* (por conquista, *deditio* ou confisco) – e *ager privatus* – “território privado”, de propriedade de um cidadão (SMITH, 1890, p. 29; FREDOUILLE, 1985, p. 24; CHAMPION, 2004, p. 308).

⁴⁴⁸ O cabeça de família era o “*pater familias*”, sobre o qual tecemos comentários na nota 663, no Capítulo III. Quanto à “*familia*”, na acepção acima, significa “patrimônio”, ou seja, todos sob a *potestas* do *pater familias*, todos os agnatos – parentes pelo lado paterno sob sua *potestas* (filhos, irmãos do pai, filhos do irmão do pai, etc.) –, escravos e todo o pessoal doméstico sob sua *potestas* (TREGGIARI, 2012, p. 566-

terras os territórios que englobavam a distribuição não ficavam organizados em comunidades autoadministradas, sendo administrados diretamente por Roma (SALMON, 1969, p. 13-14). De acordo com a segunda forma de distribuição de terras, cada *colonus* recebia também uma porção do território conquistado, mas as terras divididas para colonização eram organizadas em conjunto, como comunidades relativamente autogovernadas – colônias⁴⁵⁰ – ligadas juridicamente a Roma de diferentes formas (SALMON, 1969, p. 14). Os primeiros assentamentos desse tipo foram fundados nas regiões do Lácio e da Campânia, sendo criadas quatorze colônias antes de 338 a.C. (SALMON, 1969, p. 40 e ss.; CORNELL, 2001, p. 302)⁴⁵¹.

Essa última forma era constituída de diferentes maneiras⁴⁵². Uma delas era o *municipium*, cujos *coloni* eram denominados de *municipes*⁴⁵³, os quais, frequentemente originalmente *peregrini*, eram incorporados de modos distintos ao corpo de cidadãos romanos. Uma segunda forma era a *coloniae civium Romanorum* – colônia composta por cidadãos romanos. A terceira era a colônia de direito latino – de *nomen Latinum* (SALMON, 1969, p. 48 e ss., 55 e ss., 70 e ss.).

Provavelmente a primeira comunidade à qual foi conferida a categoria de *municipium*⁴⁵⁴ romano foi Túsculo, no Lácio, que se rendeu aos romanos em 381 a.C.

567). Temos exemplos de *familia* nessa acepção em Plauto (*Poen.*, 186), na qual nosso autor escreve que o pretor vai adjudicar todo o patrimônio de um cafetão a outro personagem: “O pretor adjudicará a *familia* toda a você” – “*addicet praetor familiam totam tibi*”.

⁴⁴⁹ O termo *viritim* era utilizado para qualquer tipo de distribuição individual. Segundo Festo (519.14), “é dito ser dado *viritim* o que é dado para cada indivíduo” – “*Viritim dicitur dari, quod datur per singulos viros*”. Festo (519.14-15) adiciona um exemplo de Catão: “O butim que é capturado é dividido individualmente” – “*Praeda quae capta est, viritim divisa*”. Plauto, em *Psêdolo* (*Pseud.*, 440-441), escreve: “Bem, o dano e a desgraça que você fez puderam ser distribuídos individualmente para o povo” – “*nam tu quod damni et quod fecisti flagiti populo uiritim potuit dispertirier*”. Um exemplo da distribuição de terras individualmente podemos discernir em Tito Lívio (XLI.16.8), sobre as terras conquistadas dos lígures em 176 a.C.: “e capturadas muitas terras, que podem ser divididas individualmente por muitos milhares de homens” – “*agrique aliquantum captum, qui multis milibus hominum dividi viritim posset*”.

⁴⁵⁰ Uma colônia, no sentido romano, era formada por um grupo de povoadores – *coloni* – estabelecidos em uma localidade específica pelo governo romano, de maneira coletiva e com um ato cerimonial formal – denominado *deductio* –, criando uma comunidade, dentro de certos limites, autogovernada (SALMON, 1969, p. 15).

⁴⁵¹ Bradley (2006, p. 178) acredita que as populações indígenas eram incluídas nas colônias com frequência no período arcaico.

⁴⁵² Veremos essas maneiras a partir desse ponto, no texto.

⁴⁵³ O termo no singular é *municeps*.

⁴⁵⁴ Após 89 a.C., devido à Guerra Social, a condição de *municipium* deixou de ser excepcional e se tornou a base da cidadania romana, de maneira que Roma se transformou na pátria formal de todos que haviam recebido a cidadania romana (NICOLET, 1976, p. 39; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 169). A assimilação de todos os povos da Itália foi um processo que se completou aproximadamente entre 89 a.C. e 60 a.C., complementado pela “naturalização” dos habitantes da Gália Transpadana – a norte do rio Pó (NICOLET, 1976, p. 42-43). A mudança no significado do termo *municipium* nos remete ao cuidado com as mudanças de contexto ao analisar as instituições romanas (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 39). Assim como o termo *municipium* significou diferentes instituições ao longo do tempo, outros termos também variaram o

(SALMON, 1969, p. 49; CORNELL, 2001, p. 323)⁴⁵⁵. A forma pela qual os habitantes de Túsculo se renderam a Roma é especificada por Tito Lívio (VI.33.6) como uma *deditio*⁴⁵⁶. Seus habitantes de nascimento livre obtiveram a *civitas optimo iure*⁴⁵⁷, ou seja, obtiveram todos os direitos dos cidadãos romanos, públicos e privados, inclusive o direito de exercer magistratura, porém mantendo certa autonomia interna de governo, ficando obrigados, igualmente, a todos os *munia* – deveres – devidos pelos cidadãos romanos, como o pagamento do *tributum*⁴⁵⁸ e o serviço nas legiões (SALMON, 1969, p. 49; CORNELL, 2001, p. 323).

A anexação de Túsculo revela a tendência expansionista romana que, a partir de meados do século IV a.C., se projeta para a Etrúria, ao norte, e a Campânia, ao sul (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 30; CORNELL, 2001, p. 323 e ss.). Em 338 a.C. Roma derrota as comunidades do Lácio unidas na Liga Latina e a partir dessa época inicia de forma mais voraz sua expansão na Península Itálica, anexando outras comunidades e aumentando de forma paulatina seu domínio territorial e político. As comunidades submetidas recebiam tratamentos distintos, de maneira que as ligas e confederações eram dissolvidas e seus membros ligavam-se a Roma individualmente através de obrigações e direitos específicos de cada um em relação a Roma (CORNELL, 2001, p. 348). Essas diferentes formas de união política, apesar de variarem nas obrigações e nos privilégios conferidos, possuíam unidade de origem e de propósito, ou seja, visavam unir os povos da Itália a Roma através de ligações de lealdade e interesse e, acima de tudo, assegurar o controle romano das suas forças militares, transmitindo ao longo do

sentido. Na realidade, é preciso perceber e interpretar quaisquer instituições, políticas, sociais ou de qualquer natureza, de acordo com os contextos históricos.

⁴⁵⁵ Sherwin-White (1996, p. 40 e ss.) considera Cumas o primeiro *municipium*.

⁴⁵⁶ Comentamos a *deditio* na nota 42, na Introdução: uma rendição total das pessoas, bens, propriedades e templos do inimigo à *fides* romana. Políbio (XXXVI.4.2-3) a explicita a seus leitores, dizendo que significa render aos romanos o território e as cidades nele contidas, todos os habitantes – homens e mulheres –, das áreas rurais e urbanas, todos os rios, portos, templos, tumbas, de maneira que os romanos tomam posse de tudo e aqueles que se renderam não ficam com absolutamente nada. A passagem mencionada de Tito Lívio (VI.33.6) explicita que os habitantes de Túsculo “se renderam à cidadania” – “*in civitatem se dedissent*”.

⁴⁵⁷ Cidadania com direito perfeito, ou seja, total.

⁴⁵⁸ O *tributum* era inicialmente – esse é o caso aqui comentado – uma taxa imposta em época de guerra aos cidadãos que não estavam alistados, cujo propósito era assegurar o pagamento dos exércitos e seu equipamento. No caso de uma guerra vitoriosa prover butim suficiente, o *tributum* podia ser reembolsado (mas isso não era uma regra). Em 167 a.C., quando os romanos dominavam politicamente e, em alguns casos, territorialmente, a Grécia e parte da Ásia Menor, essa taxa foi substituída por um imposto cobrado de todos os habitantes das províncias, isentando os cidadãos (BRUNT, 2001, p. 35; GLARE, 2016, p. 2174). Posteriormente tornou-se um termo geral para qualquer taxa (BERGER, 1991, p. 745).

tempo para toda a Itália o *modus vivendi* estabelecido pelos romanos no Lácio (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 38-39)⁴⁵⁹.

Dessa forma, após a vitória sobre a Liga Latina em 338 a.C. algumas comunidades cujos cidadãos eram de etnia latina foram incorporadas a Roma como *municipia optimo iure* – com todos os direitos dos cidadãos romanos (SALMON, 1969, p. 50). Por outro lado, comunidades cujos habitantes não falavam o latim⁴⁶⁰ – comunidades de etruscos, volscos, auruncos, e campanianos, incluída nessas últimas a comunidade de Cápua⁴⁶¹ – foram assimiladas frequentemente de acordo com a segunda forma de *municipium*⁴⁶². Nessa segunda forma de incorporação os *coloni* recebiam cidadania parcial e a comunidade era classificada como *civitas sine suffragio* – ou seja, sem direito a voto (SALMON, 1969, p. 49-50; CORNELL, 2001, p. 351; FRONDA, 2007, p. 94 e ss.)⁴⁶³. A *civitas sine suffragio* continha as ideias de incorporação parcial e de aliança com Roma. Ou seja, as comunidades contratantes compartilhavam com os romanos direitos sociais, especialmente o *conubium* – o direito de contratar casamento legal – e o *commercium* – o direito de fazer negócios –, sendo que os *cives* de cada uma poderiam adquirir a cidadania completa romana – e vice-versa – no caso de transferência de domicílio – o denominado *ius migrationis*, “direito de migração”. Sobre esse direito é preciso compreender que uma das características mais essenciais da cidadania romana foi a mobilidade (SCHEIDEL, 2004, p. 20). Por exemplo, sabemos por Tito Lívio (XXIII.2.6⁴⁶⁴; XXIII.4.7⁴⁶⁵; XXVI.33.3⁴⁶⁶; XXVI.33.10⁴⁶⁷) que nas

⁴⁵⁹ Brunt (2001, p. 540), em relação às colônias mais antigas, não acredita que nativos das comunidades derrotadas fossem geralmente admitidos na cidadania ou mesmo na convivência dentro de seu perímetro, por razões de segurança. Porém, para chegar a essa suposição, o autor faz uma “avaliação de probabilidades intrínsecas” sobre a segurança das áreas conquistadas, rejeitando como improváveis diferentes evidências das fontes que ele mesmo apresenta (BRUNT, 2001, p. 539-540).

⁴⁶⁰ É preciso perceber que havia diferenças entre o latim de Roma e o de outras partes do Lácio (ADAMS, 2008, p. 184-185). Plauto (*Truc.*, 690-691; *Trin.*, 608-609), por exemplo, faz troça com o latim de Preneste. Aludimos na nota 10 sobre esses comentários.

⁴⁶¹ Os etruscos, no período em questão, habitavam a região a norte do Lácio, os volscos habitavam a região a sul do Lácio, os auruncos habitavam a região a sudeste dos volscos – ambos povoavam a região a sul do Lácio denominada de *Latium adiectum*, “Lácio alargado” – e os campanianos habitavam a região da Campânia, a sul do *Latium adiectum* (TALBERT, 2000, mapa 44). Os etruscos falavam o etrusco – língua não derivada do Indo-europeu –, os volscos falavam um dialeto osco com semelhanças com o latim, os auruncos falavam osco ou um dialeto osco, e a maior parte dos campanianos falava o osco (CORNELL, 2001, p. 43 e ss.; ADAMS, 2008, p. 41, 79).

⁴⁶² À qual aludimos anteriormente.

⁴⁶³ Ceres – atual Cerveteri –, que se localizava no sul da Etrúria, segundo Salmon (1969, p. 49) é normalmente considerada como “espécime típico” de comunidade *sine suffragio*. De acordo com Aulo Gélvio (*NA*, XVI.13), os habitantes de Ceres foram os primeiros a receber a cidadania romana do tipo *sine suffragio*.

⁴⁶⁴ Por exemplo, um nobre de Cápua, Pacúvio Calávio, que segundo Tito Lívio (XXIII.2.2-3) ocupara a principal magistratura naquela cidade em 217 a.C., tinha, também segundo Tito Lívio (XXIII.2.6), filhos de seu *conubium* com a filha de um romano chamado Ápio Cláudio – provavelmente o cônsul de 212

últimas décadas do século III a.C. havia muitas *familiae*⁴⁶⁸ ilustres e poderosas de Cápua unidas há tempos aos romanos através do *conubium* – algumas certamente desde a metade do século IV a.C. –, dentre as quais alguns de seus membros eram considerados *cives* romanos. Sabemos também que a partir da segunda metade do século IV a.C. indivíduos da *gens Decia*, originários de região de língua osca – provavelmente da Campânia –, acederam ao consulado (LEJEUNE, 1977, p. 38)⁴⁶⁹. Uma particularidade fundamental da relação entre Roma e as comunidades *sine suffragio* era que o acordo as obrigava a enviar tropas sempre que houvesse a demanda romana. Porém, os cidadãos dos *municipia sine suffragio* não podiam exercer magistraturas em Roma e vice-versa (SALMON, 1969, p. 49-50; NICOLET, 1976, p. 44 e ss.; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 39-46). A condição de *civitas sine suffragio*, assim, transferiu para Roma de certa forma o controle sobre as tropas de outras comunidades (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 46). É importante perceber que os cidadãos das *civitates sine suffragio* tinham também o direito ao *provocatio ad populum*, a mesma proteção jurídica contra a coerção física por parte dos magistrados da qual também gozavam os cidadãos plenos (HUMBERT, 1978, p. 280-181; NICOLET, 1976, p. 44)⁴⁷⁰. Além desse direito, esses cidadãos ficavam iguais aos cidadãos plenos quanto à disciplina, ao pagamento e à distribuição do butim de guerra quando estavam

a.C., participante da tomada de Cápua em 211 a.C. como procônsul (BROUGHTON, 1986, p. 267, 274) –, e sua filha – portanto, neta do referido Ápio Cláudio – havia se casado com um romano chamado Marcos Lívio.

⁴⁶⁵ O texto de Tito Lívio (XXIII.4.7) é: “*quod conubium vetustum multas familias claras ac potentes Romanis miscuerat*” – “que, pelo antigo *conubium*, muitas *familiae* ilustres e poderosas tinham se unido aos romanos”.

⁴⁶⁶ O texto de Tito Lívio (XXVI.33.3) é: “*eo se libertatem sibi suisque et bonorum aliquam partem orare cives Romanus, adfinitatibus plerosque et propinquis iam cognationibus ex conubio vetusto iunctos*” – “Nesse ponto, pediam os cidadãos romanos a liberdade deles mesmos e dos seus, e de alguma parte dos bens, e muitos pelos parentescos por casamento, e finalmente pela proximidade por parentesco sanguíneo, unidos a partir do antigo *conubium*”. Os cidadãos romanos citados são habitantes de Cápua, unidos por parentesco através do *conubium* a *familiae* romanas, os quais aguardavam a decisão dos romanos do que seria feito deles após a queda de Cápua em 211 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica.

⁴⁶⁷ O texto de Tito Lívio (XXVI.33.10) é: “*Per senatum agi de Campanis qui cives Romani sunt iniussu populi non video posse*” – “Sobre os capuanos que são cidadãos romanos, não vejo poder ser resolvido pelo Senado sem ordem do povo”. O texto trata das discussões sobre as decisões a serem tomadas sobre que medidas tomar a respeito dos cidadãos romanos de Cápua, após a derrota daquela cidade para os romanos na Segunda Guerra Púnica, em 211 a.C.

⁴⁶⁸ *Familia*, nessa acepção, significa grupo familiar de ascendência e descendência, relacionado a *patres familias* ilustres.

⁴⁶⁹ *Decius* é a transcrição latina do osco (conjectural) **Dekis*, derivado do *praenomen* osco *Dekis* (LEJEUNE, 1977, p. 38). Càssola (1968, p. 153-154) aceita a origem osca do *praenomen*, mas afirma que o máximo que se pode afirmar sobre o nome *Decius* é que tem origem itálica.

⁴⁷⁰ Apesar de que a existência do direito não implica na sua observação. Cícero (*In Verrem*, II.5.139 e ss.), por exemplo, expõe as violações da *provocatio ad populum* perpetradas por Caio Verres na Sicília, na década de 70 a.C., evidência de que ao menos fora da Península Itálica não havia garantias sobre esse direito – e, quem sabe, outros (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 143).

no exército. O direito de *commercium* permitia também que competissem com outros cidadãos por contratos relativos à *res publica*, incluindo os contratos para coleta de impostos e para suprimento do exército (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 143-144).

Com o tempo as relações entre Roma e os *municipia* mudaram, de acordo com o contexto⁴⁷¹. Por exemplo, de acordo com Veleio Patérculo (I.14.6-7), aos sabinos foi dada a condição de *civitas sine suffragio* em 290 a.C. e em 266 a.C. o *ius suffragi*, ou seja, cidadania total – *optimo iure*⁴⁷².

Quanto às comunidades do Lácio⁴⁷³ derrotadas em 338 a.C., algumas foram forçadas a ceder parte do território, ganhando o *status* de aliadas – *socii*. Às comunidades restantes, agrupadas pelas fontes em comunidades de direito latino – ou seja, diferentemente das comunidades *optimo iure* e *sine suffragio*, não possuíam cidadania romana, sendo denominadas nas fontes de “aliados *nominis Latini*”⁴⁷⁴ –, os romanos ofereceram ou impuseram condições legais e sociais que incluíam o *conubium*, o *commercium* e o *ius migrationis*, todavia, apenas com Roma. Estavam proibidas de exercer esses direitos ou ter relações políticas entre elas⁴⁷⁵. Porém, diferentemente dos *municipia* – ou seja, das comunidades *optimo iure* e *sine suffragio* – essas comunidades possuíam exército próprio – mas, assim como as outras colônias, eram obrigadas a fornecer soldados aos romanos quando requisitadas – e tinham governo próprio. Com o passar do tempo, seu isolamento geográfico acabou por minimizar as proibições, pois a maioria das comunidades vizinhas era de cidadãos romanos (SALMON, 1969, p. 51-52, 55 e ss.; CORNELL, 2001, p. 296-297, 349-352; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 60, 96; NICOLET, 1976, p. 48 e ss.). É notável que, apesar de que grande parte dos *coloni* das comunidades de *nomen Latinum* era proveniente do corpo de cidadãos romano ao menos até 200 a.C. – através do *ius migrationis* –, outros *coloni* dessas comunidades

⁴⁷¹ Por exemplo, em 211 a.C., devido à associação com os cartagineses durante a Segunda Guerra Púnica, algumas comunidades da Campânia, como Cápua e Cumas, perderam toda capacidade de governo e seus territórios e comunidades tornaram-se propriedade do povo romano, passando a ser governadas por Roma através de *praefecti* (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 41, 44-45).

⁴⁷² Para outras comunidades o intervalo de tempo para obterem o *ius suffragi* foi de cento e cinquenta anos, por exemplo (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 61). Aparentemente a condição de *civitas sine suffragio* foi concedida pela última vez em 268 a.C. – para algumas comunidades samnitas (SALMON, 1969, p. 94 e nota 158).

⁴⁷³ Essas comunidades faziam parte de um grupo que partilhava os mesmos festivais, principalmente as *Feriae Latinae*, celebradas na região do Monte Albano (CORNELL, 2001, p. 295).

⁴⁷⁴ Aliados “de nome latino”. O próprio apelativo, “*nomen*”, transmite a ideia de etnia – *genus* –, ou seja, de grupo com proveniência comum. Por exemplo, encontramos soldados romanos dessas comunidades em Tito Lívio (XXXIV.56.8, 56.12), denominados de “*socii nominis Latini*” – “aliados de nome latino”.

⁴⁷⁵ Segundo Salmon (1969, p. 85), essas comunidades, e as colônias latinas fundadas a partir de 335 a.C., que possuíam os mesmos conjuntos de direitos e deveres em relação a Roma, podiam ter relações de *commercium* e *conubium* com outras comunidades da Itália, porém não latinas.

provinham também de áreas de etnia não latina (SALMON, 1969, p. 174, nota 65). Por exemplo, a colônia de direito latino de Paesto, fundada provavelmente em 273 a.C., tinha colonos oscos (SALMON, 1969, p. 79, 174, nota 65; BRADLEY, 2006, p. 175). Com o tempo, colônias com a condição de direito latino passaram a ser instituídas em qualquer local na Itália, não necessariamente no Lácio – e mesmo fora da Itália –, caracterizando uma relação específica de direitos com Roma (CORNELL, 2001, p. 349 e ss.; SALMON, 1969, p. 56 e ss.)⁴⁷⁶.

Além dessas formas de colonização havia ainda a fundação de *coloniae civium Romanorum*. Ao final da guerra contra a Liga Latina, em 338 a.C., os romanos passaram a fundar colônias *civium Romanorum* – “de cidadãos romanos” –, nas quais os *coloni*, diferentemente dos que povoavam os *municipia*, eram originalmente *ingenui* romanos – ou seja, nascidos livres em Roma⁴⁷⁷. Até alguns anos após o final da Segunda Guerra Púnica essas *coloniae* eram fundadas em sítios à beira do mar (SALMON, 1969, p. 16-17, 70 e ss.; NICOLET, 1976, p. 46-48; ERDKAMP, 2011, p. 115).

Em cada uma das formas de colonização os *coloni* eram arrolados e registrados no censo de cada comunidade, tornando-se, por meio desse registro, cidadãos da comunidade na qual se registraram. Além disso, o que é muito importante, o *ius migrationis* permitia, também através do registro no censo, a mudança de cidadania para a comunidade migrada (SMITH, 1954, p. 18 e ss.; HUMBERT, 1978, p. 312; NICOLET, 1976, p. 55 e ss.; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 34, 107). Assim, em 338 a.C., após a vitória romana sobre a Liga Latina, o território romano englobava regiões de volscos e campanianos, os quais eram também elegíveis como colonos assim como os romanos. Ou seja, as evidências indicam que a diferença étnica não era uma barreira para o registro nas colônias. A condição social e econômica dos indivíduos provavelmente era mais importante para efeitos de incorporação à cidadania do que a identidade étnica (SALMON, 1969, p. 174, nota 65; CORNELL, 2001, p. 349;

⁴⁷⁶ A primeira colônia de direito latino foi Cales, a noroeste de Roma, na Etrúria (SALMON, 1969, p. 55-56). Os cidadãos de comunidades de direito latino podiam também votar nos *concilia plebis* quando em Roma, provavelmente desde o período da Segunda Guerra Púnica (SALMON, 1969, p. 85). Em Tito Lívio (XXV.3.16-17) vemos uma situação, durante essa guerra, em 212 a.C., em que os tribunos da plebe reservam uma urna (*sitella*) para que seja escolhida por sorteio a tribo na qual os indivíduos de direito latino presentes em Roma votariam.

⁴⁷⁷ Nuanças aconteciam, como, por exemplo, o caso da população de volscos que habitava a região de Âncio e que foi incorporada à *colonia civium Romanorum* local. Em 338 a.C. esses volscos foram incorporados a Âncio como cidadãos *sine suffragio* e, após cerca de vinte anos, foram organizados em um *municipium sine suffragio* sob a proteção de Âncio. Tempos depois, não se sabe quando, ambas as comunidades coalesceram em uma só (SALMON, 1969, p. 75-76).

BRADLEY, 2006, p. 176; ERDKAMP, 2011, p. 121). Conforme comentamos no capítulo anterior, a importância das fronteiras de identidade não está necessariamente relacionada à identidade étnica, mas pode depender também do contexto social e das vantagens políticas, vantagens que as elites políticas percebem como propícias à preponderância política e econômica (FENTON, 2003, p. 16-18; BEETHAM, 1991, p. 47 e ss.). Dessa forma, é importante perceber que, por exemplo, em termos políticos, etruscos, campanianos e volscos⁴⁷⁸ registrados em colônias de condição *sine suffragio* eram *cives* romanos de direito – porém, sem direito a voto –, enquanto latinos de comunidade de direito latino eram não romanos (CORNELL, 2001, p. 351)⁴⁷⁹. Por outro lado, através do mecanismo do *ius migrationis* cidadãos romanos de comunidades *sine suffragio*, ou cidadãos de direito latino, poderiam se tornar cidadãos romanos plenos. Essa é uma particularidade original que é importante enfatizar: uma das consequências da propagação romana na Península Itálica desde o século IV a.C.⁴⁸⁰, relacionada às suas várias facetas – por exemplo, a mobilização militar, a urbanização, a escravidão, os impostos, o comércio, as mudanças linguísticas e de identidade –, foi o movimento populacional, realizado em uma escala sem precedentes (SCHEIDEL, 2004, p. 1)⁴⁸¹. Sabemos, por exemplo, que entre os séculos IV a.C. e III a.C. existiam, segundo Torelli (1995, p. 43), ao menos três *gentes* plebeias de ascendência etrusca ativas na vida política e militar de Roma, *Licinii*, *Volumnii* e *Ogulnii*, sendo que membros da *gens Licinia* foram tribunos da plebe em dois anos durante o século V a.C.⁴⁸².

Além dessas instituições, após o século IV a.C. o termo *foedus* – no sentido de “tratado” –, que antes era usado também para as relações de Roma com comunidades

⁴⁷⁸ Ou outras etnias.

⁴⁷⁹ Cornell (2001, p. 351) e Roselaar (2016, p. 146) advogam que os indivíduos de comunidades de direito latino eram *peregrini*. Porém, é preciso perceber que, de acordo com a *lex agraria* de 111 a.C. e a *formula togatorum* – as quais comentaremos mais à frente –, cidadãos de comunidades de direito latino eram diferenciados dos aliados – *socii* –, os quais eram referidos como *peregrini* – apesar de cidadãos de direito latino serem algumas vezes denominados por Tito Lívio (XXXI.8.7; XL.43.7) como *socii nominis Latini*. Além disso, cidadãos de comunidades de direito latino podiam votar em Roma nos *concilia plebis* (SALMON, 1969, p. 52). Conforme referimos na nota 476, Tito Lívio (XXV.3.16-17) nos fornece um exemplo em 212 a.C.

⁴⁸⁰ Nas palavras de Scheidel (2004, p. 1), uma “propagação implacável”.

⁴⁸¹ Quanto a isso, desde o final do século IV a.C. até o final do século I a.C. cerca de 750 mil romanos adultos – e inicialmente também latinos – foram reassentados através de programas de realocação (SCHEIDEL, 2004, p. 20).

⁴⁸² *C. Licinius* e *P. Licinius*, em 493 a.C., e *Sp. Licinius*, em 481 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 15, 24). O tribunato da plebe foi criado em 494 a.C. (ROCHER, 1984, p. 27 e ss.). Além das *gentes* citadas, Cássola (1968, p. 385-387) afirma que a *gens Pomponia* era também de origem etrusca, particularmente os *Pomponii Mathones*, “cuja proveniência da Etrúria é indiscutível”, nas palavras do autor. Se essa interpretação é válida, os *Pomponii* estavam entre os *cives* romanos desde muito tempo, pois Marcos Pompônio foi tribuno da plebe em 449 a.C., de acordo com Tito Lívio (III.54.13-14).

urbanas, passou a ser utilizado apenas nas relações com os povos submetidos e não urbanizados da região central da Itália, considerados juridicamente como aliados – *socii* – de acordo com tratados feitos individualmente com cada comunidade (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 38).

Portanto, a colonização permitiu a expansão demográfica do corpo cívico romano junto com a conquista territorial, sendo que cada progressão protegia o avanço anterior (HUMBERT, 1978, p. 282; BRADLEY, 2006, p. 161)⁴⁸³. A expansão demográfica, nos moldes romanos que expressamos acima, gerou a inclusão, nesse mesmo corpo cívico, de indivíduos – e suas famílias – antes categorizados como *peregrini*⁴⁸⁴.

A fundação dos diferentes tipos de colônia⁴⁸⁵ fortaleceu as fronteiras do *ager Romanus* e outras posições estratégicas de Roma na Península Itálica, objetivando também a assimilação das comunidades conquistadas, estabelecendo comunidades de colonos que eram convocados como soldados sempre que necessário, uma vez que todas as comunidades, não importa o *status* em relação a Roma, eram obrigadas a enviar tropas para os exércitos romanos quando solicitadas (SALMON, 1936, p. 51; 1969, p. 40; HUMBERT, 1978, p. 282; ERDKAMP, 2011, p. 121)⁴⁸⁶. Provavelmente os soldados veteranos eram os beneficiários principais das distribuições de terras nas colônias, pois eram *adsidui* e formavam o âmago do exército romano (ERDKAMP, 2011, p. 112)⁴⁸⁷. A distribuição de terras para os soldados veteranos de Cipião Africano

⁴⁸³ A fundação de colônias permitiu também o processo de alargamento da influência romana nas regiões colonizadas através do latim e da divulgação de hábitos e costumes (BRADLEY, 2006, p. 161).

⁴⁸⁴ Uma forma de procurar perceber essa inclusão de estrangeiros no corpo de cidadãos romanos é através da comparação da cronologia das concessões de cidadania romana com as datas de fundação das colônias, desde o início do século IV a.C. até o século II a.C., como fez Scopacasa (2015, p. 123-124).

⁴⁸⁵ Sobre os caracteres demográfico e econômico no processo de colonização romana *vide* Bradley (2006, p. 169-171), o qual procura discernir outras razões para a fundação de colônias pelos romanos além da importância militar, considerando essa última “substancialmente correta”.

⁴⁸⁶ A prática de fundação de colônias não era nova na Itália. Antes desse período, colônias haviam sido assentadas por outras comunidades, como os volscos, úmbrios, équos, etruscos, samnitas e latinos. No caso romano, quando inimigos eram derrotados, os romanos, juntamente com latinos aliados, estabeleciam uma colônia na região, composta por colonos romanos, latinos e de outros povos – muitas vezes em agrupamentos urbanos já existentes (SALMON, 1969, p. 40-41). Por exemplo, em 467 a.C. foi estabelecida uma colônia em Ânzio – comunidade previamente existente –, na qual foram registrados romanos, latinos, volscos e hérnicos (CORNELL, 2001, p. 302). Contudo, a partir da vitória sobre a Liga Latina, em 338 a.C., o governo romano tornou-se aparentemente o único a fundar colônias na Itália (SALMON, 1969, p. 45 e ss.; BRADLEY, 2006, p. 171).

⁴⁸⁷ Os cidadãos romanos eram classificados no censo de acordo com sua riqueza. Uma das distinções básicas dividia a sociedade romana cidadã entre os *adsidui* (ou *assidui*) e os *proletarii* (CORNELL, 2001, p. 288). Os *adsidui* eram proprietários com bens registrados acima de um certo valor – segundo De Ligt (2007a, p. 13) e Brunt (2001, p. 75) o limite inferior para pertencimento à primeira classe nas décadas centrais do século II a.C. era de 4 mil asses, limite que foi reduzido para 1,5 mil asses não muito antes de 129 a.C. (BRUNT, 2001, p. 75) –, sendo por isso qualificados para o serviço nas legiões (BERGER,

em 201 a.C. representa um exemplo (BROADHEAD, 2007, p. 155)⁴⁸⁸. Além disso, a distribuição de terras nas colônias significava também elevar o número de potenciais soldados, pois aumentava o número de cidadãos com qualificação de propriedade suficiente para serem listados entre os *adsidui*, sendo que, com o crescimento da população, a cessão de terras para filhos de *adsidui* diminuía o risco de suas famílias se tornarem *proletarii* (ERDKAMP, 2011, p. 111).

Provavelmente o principal objetivo da colonização nos séculos IV a.C. e III a.C., portanto, era estratégico (SALMON, 1969, p. 15)⁴⁸⁹. Cícero (*De lege agraria*, 2.73; *Pro Fonteio*, 13) em ao menos duas ocasiões denomina as colônias de “*propugnacula imperii*” – “fortalezas do império” – e Apiano (*BC*, I.27)⁴⁹⁰ igualmente as denomina de “fortalezas”⁴⁹¹. As colônias, na visão de Broadhead (2007, p. 154), podem ser percebidas como equivalentes a exércitos estacionados, sendo que o Senado romano empregou um modelo de colonização com poucas variações desde 338 a.C. até o século II a.C., ou seja, grandes colônias de direito latino fundadas como fortalezas de fronteira, colônias menores de cidadãos romanos próximas a Roma e assentamentos *viritim* para aumentar a mão-de-obra (BROADHEAD, 2007, p. 155). A expansão romana, portanto,

1991, p. 351; CORNELL, 2001 p. 288). Por outro lado, os *proletarii* faziam parte do estrato mais pobre da população e no período aqui estudado compunham o grupo formado pelos homens que não possuíam o mínimo necessário de bens para dar-lhes o direito de servir nas legiões – a não ser em situações de extrema necessidade –, sendo que suas únicas posses eram os filhos – *proles* –, provável origem do nome (BERGER, 1991, p. 657). Porém, os *proletarii* serviam frequentemente nas frotas romanas e, excepcionalmente, durante e após a Segunda Guerra Púnica muitos foram convocados para as legiões (BRUNT, 2001, p. 65-66, 82; CORNELL, 2001, p. 288). A partir de 107 a.C. os *proletarii* passaram a ser arrolados regularmente nas legiões (BRUNT, 2001, p. 82; TREGGIARI, 1969, p. 68). Devido à pobreza, muitos *proletarii* não eram registrados no censo de acordo com as posses, mas como indivíduos “cabeças de família” – denominados por esse motivo de *capite censi*, ou seja, registrados “por cabeça” (BERGER, 1991, p. 360).

⁴⁸⁸ Salmon (1969, p. 166, nota 9) observa que os colonos são comumente descritos em termos militares por Tito Lívio (XXVI.36.12; XXVII.50.6; XXXI.49.6; XXXIV.56.8; XXXVI.2.9; XXXVII.47.2) e Ascônio (*In Pisonianam*, 3C.1-16).

⁴⁸⁹ Uma feição comum a diversas colônias, como Fregelas, Alba Fucens, Cosa e Paesto, é a existência de muralhas expressivas (BROADHEAD, 2007, p. 150). Bradley (2006, p. 168 e ss.), comentando que a colonização era intimamente ligada à guerra e às conquistas – pois a terra era comumente conquistada antes de ser repartida –, afirma que outras formas de ocupação e dominação ocorreram no século IV a.C. e em séculos anteriores, relacionadas a operações militares não necessariamente comandadas pelos governos das *civitates*, mas por grandes bandos armados e liderados por “senhores da guerra” aristocratas – os quais Cornell (2001, p. 143-145) denomina de *condottieri* –, cuja liderança era suportada por dependentes pessoais chamados nas fontes como “*clientes*” ou “*sodales*” – “clientes ou “companheiros”. Dessa forma, através da conquista esses comandantes se tornavam líderes de algumas comunidades. Essas conquistas são atestadas pelas fontes principalmente nos relatos relativos aos séculos V a.C. e IV a.C., relacionadas, segundo Bradley (2006, p. 169 e ss.), a fissões internas ao corpo social de certas comunidades, resultantes de conflitos entre um grupo de elite dominante e outros grupos.

⁴⁹⁰ Apiano foi um historiador nascido em Alexandria no final do século I. Tornou-se cidadão romano e viveu em Roma como advogado. Escreveu sua História Romana, desde o período dos reis, de forma etnográfica, tratando os povos de acordo com sua conquista pelos romanos. Morreu na década de 160 (BRODERSEN, 2012, p. 126).

⁴⁹¹ O termo utilizado por Apiano (*BC*, I.27) é “*φρούριον*” (“*phróryion*”) – “fortaleza”, “cidadela”.

foi alimentada pelo que Crawford (1992, p. 97) denominou de um exército de camponeses e soldados de tempo parcial⁴⁹².

Assim, à medida que aumentava o controle romano sobre a Itália, os povos conquistados da Península tornavam-se ligados a Roma por meio do direito, sempre obrigados a fornecer contingentes aos exércitos romanos quando requisitados⁴⁹³. Em retorno, tinham a proteção de Roma, de maneira que esse conglomerado romano cresceu então com enormes reservas de potencial militar (BRUNT, 1979, p. 17; CORNELL, 2001, p. 348 e ss.; ROSELAAR, 2016, p. 145). A *civitas* romana expandiu-se adicionando um círculo cada vez maior de populações dependentes, fundando colônias e anexando os povos derrotados a partir da cessão de cidadania total ou parcial e transformando um número cada vez maior de comunidades não incorporadas em colônias de direito latino e em aliados – os *socii* –, de maneira que entre a segunda metade do século IV a.C. e a primeira metade do século III a.C. Roma possuía cerca de 20% das terras da Península Itálica e seus cidadãos perfaziam cerca de 30% da população (CORNELL, 2001, p. 365-366, 380). Os tratados com as comunidades de direito latino e aliadas da Itália eram regidos pela denominada *formula togatorum* – “regulamento dos togados”, “norma dos togados” –, um dispositivo administrativo romano, cujos detalhes são desconhecidos, que determinava, provavelmente desde ao menos 225 a.C., o número anual de soldados que cada uma dessas comunidades tinha que contribuir para as forças romanas (BRUNT, 2001, p. 57, 545-548; BARONOWSKI, 1984, p. 248 e ss.; ERDKAMP, 2007, p. 47-48; DE LIGT, 2007b, p. 116; 2011, p. 121-122)⁴⁹⁴. Um exemplo da convocação a partir da instituição da *formula togatorum* é fornecido por Tito Lívio (XXII.57.10), que nos relata a mensagem de convocação enviada a comunidades de aliados e de direito latino, em 216 a.C., pelo ditador Marco

⁴⁹² MacKendrick (1952, p. 143-144) argumenta que os motivos para a fundação de colônias eram variados e complexos e, embora algumas estivessem localizadas em sítios estratégicos, tinham igualmente importância para a agricultura e também para o comércio.

⁴⁹³ A magistratura de pretor *peregrinus* foi criada em 241 a.C. para lidar com conflitos legais entre Roma e outras comunidades da Itália (ROSELAAR, 2016, p. 14). Porém, Tito Lívio (XXV.3.2) informa que em 212 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, o mesmo indivíduo, Públio Cornélio Sula, acumulou as funções de pretor *urbanus* e pretor *peregrinus*, “que anteriormente a partilha fora por dois” – “*quae duorum ante sors fuerat*”.

⁴⁹⁴ Provavelmente o Senado romano determinava a quantidade de soldados que cada aliado deveria prover separadamente (BRUNT, 2001, p. 546-548). No exemplo de Tito Lívio (XX.57.10) que fornecemos acima a convocação é feita pelo ditador e pelo mestre da cavalaria, mas isso não elimina a possibilidade de que o número de pessoas convocadas fosse determinado pelo Senado.

Júlio Pera e por seu mestre da cavalaria, Tibério Semprônio Graco⁴⁹⁵. Voltaremos a falar sobre a *formula togatorum*, dispositivo importante para a percepção de uma das marcas de identidade das comunidades da Península Itálica.

Esse crescimento territorial e político romano na Itália – ao sul da planície do rio Pó – conheceu uma primeira expansão em 272 a.C.⁴⁹⁶, após a guerra contra Pirro⁴⁹⁷. Cerca de vinte anos depois, em 264 a.C., tem início a Primeira Guerra Púnica, que posicionou romanos e cartagineses em luta pela posse principalmente da Sicília. A guerra, que foi longa, durou vinte e três anos e, com a vitória, em 241 a.C., os romanos passaram a dominar o Mediterrâneo Ocidental – anteriormente, domínio de Cartago (CAVEN, 1980, p. 15 e ss.; LAZENBY, 1996, p. 43 e ss.; GOLDSWORTHY, 2001, p. 65 e ss.)⁴⁹⁸. A posse da Sardenha, em 237 a.C., antes também domínio cartaginês, ajudou a consolidar esse domínio (CAVEN, 1980, p. 70-72; LAZENBY, 1996, p. 173-175; GOLDSWORTHY, 2001, p. 146-147).

É interessante notar que antes da guerra os romanos possuíam tratados com mais de cento e cinquenta comunidades da Itália, as quais foram derrotadas em conflitos bélicos ou tornadas aliadas por *deditio*, sendo que a cláusula básica em todos esses tratados era a obrigatoriedade da provisão de forças militares para os exércitos romanos, quando convocados (CORNELL, 2001, p. 365-366).

Ainda uma informação sobre a concessão de cidadania romana é relevante. Durante o período que estamos analisando, a cidadania romana era dada também individualmente, embora fosse um acontecimento raro antes do final do século II a.C. (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 291-293). Conhecemos exemplos de indivíduos que auxiliaram os romanos na Segunda Guerra Púnica e que foram agraciados com a cidadania. Tito Lívio (XXVI.21.9-13) escreve sobre dois indivíduos, Sóis, de Siracusa, e Mérico, da Hispânia, aos quais “para ambos foi dada a cidadania e quinhentas *iugera* de terras”⁴⁹⁹. Também através de Tito Lívio (XXV.40.5 e ss.; XXVI.21.15-16, 40.3 e

⁴⁹⁵ O texto de Tito Lívio (XXII.57.10) é: “Igualmente, enviaram mensagens aos aliados e aos de direito latino sobre os soldados que deviam ser recebidos, de acordo com a *formula*” – “*item ad socios Latinumque nomen ad milites ex formula accipiendos mittunt*”.

⁴⁹⁶ Antes das perdas ocorridas durante a Segunda Guerra Púnica.

⁴⁹⁷ Guerra que durou de 280 a 275 a.C. Falamos sobre o rei Pirro na nota 286.

⁴⁹⁸ Cartago, porém, continuava com suas posses na África (GOLDSWORTHY, 2001, p. 129).

⁴⁹⁹ A passagem de Tito Lívio (XXVI.21.9-13) é: “*his ambobus civitas data et quingena iugera agrī*”. Sóis recebeu terras na região de Siracusa que foram tomadas do soberano da cidade ou de inimigos de Roma e pôde escolher qualquer casa naquela cidade que havia pertencido aos punidos pelos romanos. Mérico, assim como os hispânicos que com ele haviam abraçado o lado romano na guerra, ganharam uma cidade na Sicília e suas terras, as quais foram retiradas de quem não havia tomado o lado romano. Quanto às áreas de terras dadas a Sóis e Mérico, as 500 *iugera* – aproximadamente 1,25 km² – correspondem à

ss.; XXVII.5.7) sabemos que outro indivíduo, chamado Mutines⁵⁰⁰ – comandante libifénio⁵⁰¹ que lutou inicialmente para os cartagineses comandando cavaleiros númeras, mas desertou para o lado romano e foi fundamental na captura de Agrigento, na Sicília, em 210 a.C. –, foi feito cidadão romano – “*civis Romanus factus*” – a partir de um projeto de lei formulado pelo Senado, proposto pelos tribunos da plebe e aprovado como plebiscito. É importante notar que o mesmo Mutines aparece na lista de próxenos de Delfos⁵⁰² sob o nome de Marcos Valério Mutines – ou seja, utilizando o

área máxima permitida do *ager publicus* que um *pater familias* poderia ocupar, limite imposto pelas leis Licínio-Sextias, promulgadas em 367 a.C. (CORNELL, 2001, p. 328-329).

⁵⁰⁰ Políbio (IX.22.5) dedica-lhe uma breve menção denominando-o de *Myttónes* – em grego, “Μυττόνες”.

⁵⁰¹ O termo “libifénio” tem uma conotação fortemente étnica ou geográfica entre os autores antigos, sendo encontrado muito raramente entre os autores latinos (CROUZET, 2003, p. 660). Entre os autores gregos, Diodoro Sículo (XX.55.4) informa que os libifénios habitavam a costa da África e possuíam direito de casamento com os cartagineses. Entre os latinos, Tito Lívio (XXI.22.3; XXV.40.5) utiliza esse termo – em latim o termo é “*Lybypoenicus*” – como um étnico para significar um povo “mestiço” do norte da África – “*mixtum Punicum Afris genus*” –, apesar de que o mesmo Tito Lívio (XXVI.40.3; XXXVIII.41.12) caracteriza Mutines também como númera. Camps (1979, p. 48, nota 2) interpreta que o termo “libifénio” significa os indivíduos das populações do norte da África sob a influência política e cultural cartaginesa, mas que não eram cidadãos de Cartago. Whittaker (1978, p. 75) interpreta que os libifénios eram os habitantes do território que atualmente compreende o leste da Argélia, a Tunísia e a Líbia, ou seja, o Magreb Oriental. Autores latinos utilizam muito mais frequentemente o termo “*Afri*” para designar os habitantes da África, o qual pode tanto significar as populações próximas a Cartago quanto as que existiam a oeste de Cartago, númeras ou mouras (CROUZET, 2003, p. 660, 694). Quanto a essas populações mouras e númeras, de acordo com Kormikiari (2007, p. 251 e ss. e nota 3), faziam parte das populações autóctones do norte da África denominadas de berberes, sendo que podem ser traçadas três linhagens entre esses povos: a linhagem mais ocidental, formada pelos mouros, que habitavam a Berberia Ocidental e a porção ocidental da Berberia Central – os atuais Marrocos e oeste da Argélia –, a linhagem central, formada pelos númeras masesilos, que habitavam a Berberia Central – porção central da atual Argélia –, e a linhagem mais oriental, formada pelos númeras massilos, que habitavam a Berberia Central e a Oriental até a fronteira com a região de Cartago – atuais leste da Argélia e oeste da Tunísia. O termo “berbere” é aparentemente anacrônico no contexto que estamos estudando, pois é árabe, originado no século VII, mas é adotado pela historiografia moderna para designar os habitantes autóctones do norte da África sobre os quais comentamos (KORMIKIARI, 2007, p. 252, nota 3).

⁵⁰² O “próximo” – em grego “πρόξενος” (“*próksenos*”) – pode ser definido como um indivíduo que, em sua própria comunidade cívica, negociava a supressão de barreiras ou dificuldades – políticas, econômicas – que indivíduos da comunidade que lhe concedeu a honra de “próximo” poderiam encontrar (BEDERMAN, 2004, p. 131; MACK, 2015, p. 24). O próximo, portanto, deveria promover em sua própria comunidade os interesses da comunidade que lhe concedeu o título, de maneira que, para que isso fosse factível, tinha que ser um cidadão proeminente, protegendo, dentro do possível, os cidadãos da comunidade concessora e executando para essa comunidade diferentes funções diplomáticas dentro de sua própria comunidade (NUSSBAUM, 1962, p. 6; BEDERMAN, 2004, p. 131). Era utilizado como mediador para resolver disputas, como embaixador na cidade onde era próximo e, no caso de guerra entre sua comunidade e a comunidade que lhe deu o título de próximo, podia ser responsável por tratar do resgate de prisioneiros e do enterro dos mortos (BEDERMAN, 2004, p. 132-133). Os privilégios e imunidades na comunidade concessora do título variavam (BEDERMAN, 2004, p. 133). O título de próximo, devido às relações com a comunidade que concedeu o título honorário, poderia ser de grande valia em situações adversas. Por exemplo, Políbio (V.95.11-12) menciona um etólio, Cleônico de Naupactos, que foi aprisionado em 218 a.C. por aqueus durante a denominada Guerra dos Aliados e não foi vendido como escravo porque era próximo etólio dos aqueus – não sabemos de qual comunidade –, sendo libertado logo após sua captura, sem cobrança de resgate. O episódio é datado em 218 a.C. por Grainger (2000, p. 18, 70, 181, 196). Quanto à Guerra dos Aliados, entre 220 e 217 a.C., engajou os etólios contra a aliança formada por macedônicos, aqueus – principalmente – e outras comunidades gregas (ORRIEUX; PANTEL, 2004, p. 447-448).

praenomen e o *nomen gentilicium* de seu patrono (WESCHER; FOUCART, 1863, p. 23, linhas 84-88; DITTEMBERGER, 1880, p. 159; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 291)⁵⁰³. Mutines surge na lista juntamente com seus quatro filhos, os quais, assim como o pai, apresentam *praenomina* romanos – Públio, Marcos, Caio e Quinto – e são definidos como “romanos” (WESCHER; FOUCART, 1863, p. 23, linhas 84-88)⁵⁰⁴. A lista de próxenos é datada de 190 a.C. (DITTEMBERGER, 1880, p. 159-160). Os nomes de Mutines e seus filhos, todos definidos como romanos na lista de próxenos em Delfos, são evidência de que, uma vez feito cidadão romano e adotando essa identidade política, um indivíduo originalmente estrangeiro e de outra etnia – mesmo um antigo inimigo, como no caso de Mutines – poderia alcançar certa influência social e política a ponto de ser homenageado como próxeno romano em uma comunidade grega.

Vemos assim que a cidadania romana, além de não ter sido restrita a uma só comunidade, podia ser estendida a indivíduos e grupos etnicamente distintos. Exemplos dessa possibilidade são Cícero, nascido em Arpino, comunidade originalmente volsca que em meados do século IV a.C. foi tomada pelos samnitas, ganhou o *status* de *civitas sine suffragio* entre 305 a.C. e 303 a.C. e de *civitas optimo iure* em 188 a.C. (SALMON, 1969, p. 189, nota 207; SCAVONE, 1976, p. 95), Catão, nascido em Túsculo, comunidade latina à qual foi dado o *status* de *municipium* em 381 a.C. e aos seus cidadãos a *civitas optimo iure* (SALMON, 1969, p. 49-50), Ápio Cláudio, sabino ao qual foi dada, da mesma forma, cidadania romana total, juntamente com seus clientes, no século V a.C. (TAYLOR, 2013, p. 35), e Mutines, o libifénicio a quem foi dada cidadania romana em 210 a.C. (SHERWIN-WHITE, 1996, p. 291). Outro exemplo, fora do espectro da nobreza, é o de Espúrio Ligustino, cidadão romano que, assim como Ápio Cláudio, nasceu sabino e que, segundo Tito Lívio (XLII.34.2 e ss.), lutou no exército romano como soldado em 200 a.C. e a partir de cerca de 198 a.C. até ao menos 171 a.C. foi centurião.

O mecanismo legal do *ius migrationis* permitia que membros de uma comunidade que possuía esse direito migrassem para Roma e se registrassem no censo, tornando-se cidadãos romanos plenos. Cidadãos de colônias romanas com *status optimo iure* e de *coloniae civium Romanorum* podiam votar e ser votados em Roma. De todos esses indivíduos, uma parcela provavelmente se dirigia a Roma na época dos festivais e

⁵⁰³ A cidadania, de acordo com Tito Lívio (XXVII.5.6), foi dada a Mutines em razão de promessa feita pelo cônsul Marcos Valério Levino, um dos cônsules em 210 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 277).

⁵⁰⁴ Mutines e seus filhos são definidos na lista de próxenos como “Ῥωμαῖοι” – “*Romaioi*” – ou seja, “romanos” (WESCHER; FOUCART, 1863, p. 23, linha 88).

assistia os *ludi scaenici*. Logo, a variedade étnica da população de Roma provavelmente estava representada, de forma qualitativa⁵⁰⁵, na audiência.

A COMUNIDADE ROMANA APÓS A SEGUNDA GUERRA PÚNICA

No final do século III a.C. Roma sobrepujou o inimigo cartaginês, contra o qual lutara durante dezesseis anos na Segunda Guerra Púnica (218 a.C. a 202 a.C.), travada principalmente no interior da Itália. A Segunda Guerra Púnica é um divisor de águas na história de Roma, separando um passado de domínio político na Península Itálica do início do domínio do mundo mediterrânico (GARRAFFONI, 2006, p. 70). Porém, a vitória na guerra foi precedida de uma profunda crise na estrutura de domínio romano na Península Itálica, domínio que, conforme vimos acima, estava baseado nas vitórias nas guerras e na distribuição de terras e butim aos cidadãos romanos e a seus aliados. A presença do exército cartaginês na Itália, e suas vitórias consecutivas nos primeiros anos do conflito, abalaram esse domínio, pois, conforme percebemos na obra de Políbio (III.85.2-85.4, 88.3-88.6, 90.7-90.8), a estratégia cartaginesa relacionava-se à devastação dos campos e ao aprisionamento e morte de cidadãos de Roma, procurando desfazer suas antigas ligações com as comunidades da Península Itálica, ligações que, segundo Políbio (III.89.9), permitiam aos romanos “inexauríveis suprimentos de provisões e homens”⁵⁰⁶.

A vitória na Segunda Guerra Púnica transformou Roma em potencial candidata à maior potência no Mediterrâneo. Contudo, os ecos da guerra perduraram durante séculos. Tito Lívio (XXXVIII.53.11), cerca de duzentos anos após sua conclusão, afirmou que “os romanos não travaram nenhuma maior nem mais perigosa”⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ Ou seja, não necessariamente nas mesmas proporções que na população de Roma.

⁵⁰⁶ Os efeitos da guerra podem ser percebidos, por exemplo, nos dados de variação da parcela de população livre na Itália, que mostram um declínio importante nas últimas décadas do século III a.C. (MORLEY, 2001, p. 52). Outro efeito da guerra, perceptível após o seu final, foi o êxodo rural, devido, entre outras causas, ao aumento das *villae*. Antes do século II a.C. os pequenos proprietários, donos de terras cultivadas por mão de obra familiar, vendiam suas terras para proprietários ricos – para os quais aportava a maior parte da riqueza adquirida durante as conquistas – e continuavam a trabalhar na terra como arrendatários ou migravam para fora das áreas rurais. Durante o século II a.C. este processo se intensificou, transformando-se em meados do século I a.C. em expropriação violenta, facilitada pela ausência dos homens, ou seja, dos pequenos proprietários, que lutavam longe da Itália nas legiões (CRAWFORD, 1992, p. 98-100). Quanto às *villae*, no período aqui estudado, eram propriedades rurais de médio porte, basicamente formadas por uma casa grande e o terreno agricultável adjacente. Na região de Roma são atestadas pela arqueologia desde a metade do século VI a.C. (TERRENATO, 2001, p. 6 e ss.; BECKER, 2006, p. 213-219).

⁵⁰⁷ A passagem de Tito Lívio (XXXVIII.53.11) é: “*nullum neque maius neque periculosius Romani gessere*”.

Com o final da guerra os membros da elite romana passaram gradativamente a se perceber como membros do grupo dominante do mundo mediterrâneo (SILVA, 2016, p. 153 e ss.). As peças do *corpus* plautino foram escritas e encenadas pela primeira vez nesse contexto, entre o final do século III a.C. e as primeiras décadas do século II a.C., durante esse período de mudanças na percepção romana de sua supremacia política perante as outras entidades governamentais do Mediterrâneo. “Destruam os inimigos”, escreveu Plauto (*Cist.*, 201-202), “granjeiem louvor e louro, que os púnicos vencidos sejam punidos por vocês”⁵⁰⁸.

Quanto ao modelo de dominação romana na Itália, foi continuado, com algumas nuances. Havia na Itália, em 218 a.C., no início da Segunda Guerra Púnica, trinta colônias de direito latino e dez de cidadãos romanos – *coloniae civium Romanorum, optimo iure e sine suffragio* (SALMON, 1969, p. 82; NICOLET, 1976, p. 49 e ss.). Após a guerra, a partir do século II a.C., torna-se comum a fundação de *coloniae civium Romanorum* (SALMON, 1936, p. 51 e ss.; 1969, p. 103; NICOLET, 1976, p. 46-48; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 73-74)⁵⁰⁹. Da mesma maneira que anteriormente, os *peregrini* se tornavam cidadãos dessas colônias de cidadãos romanos – e, por conseguinte, tornavam-se cidadãos romanos – quando eram registrados através do censo à sua população (SALMON, 1969, p. 105). As primeiras décadas após a Segunda Guerra Púnica constituem um dos períodos de maior mobilidade na Península Itálica, mobilidade relacionada aos programas romanos de assentamento populacional (MacKENDRICK, 1952, p. 141; SCHEIDEL, 2004, p. 1, 12)⁵¹⁰. Estima-se que nesse período, até 190 a.C., cerca de 1 milhão de *iugera* foram distribuídos a 100 mil famílias (DILKE, 1971, p. 35)⁵¹¹. Plauto (*Poen.*, 48-49), inclusive, na primeira metade da década

⁵⁰⁸ A passagem de Plauto (*Cist.*, 201-202) é: “*perdite perduellis, parite laudem et lauream, / ut uobis uicti Poeni poenas sufferant*”. Citamos essa passagem anteriormente e voltaremos a citar.

⁵⁰⁹ Com o tempo, centros urbanizados, intitulados *fora* e *conciliabula*, começaram a surgir nos *pagi* – áreas rurais –, cujo processo de surgimento se deveu à distância de Roma e à construção das grandes estradas na Península Itálica. Sua organização não é bem conhecida. Para Sherwin-White (1976, p. 74) representam a “expansão natural do povo romano nativo nos territórios conquistados, de forma distinta dos cidadãos romanos dos *municipia* incorporados e das comunidades latinas”. Os *fora* eram criações de magistrados, enquanto construíam estradas ou organizavam as terras a serem repartidas.

⁵¹⁰ Os dois outros períodos de maior mobilidade na Península, também relacionados aos programas romanos de assentamento populacional, ocorreram, o primeiro, entre o final do século IV a.C. e o início do século III a.C., e o último, entre as décadas de 80 a.C. e 10 a.C. – o período entre o final da Guerra Social (91 a.C. a 89 a.C.) e o início do Principado (SCHEIDEL, 2004, p. 1, 12). Scheidel (2004, p. 1) calcula que os programas de colonização romana nos dois últimos séculos da República realocaram aproximadamente entre 2 milhões e 2,5 milhões de adultos, programas que foram instrumentais na formação da comunidade cívica romana e em mudanças culturais, como a produção da identidade romana.

⁵¹¹ 1 milhão de *iugera* correspondem aproximadamente a 2500 km².

de 180 a.C.⁵¹², usando linguagem metafórica, escreve que se tornou agrimensor e vai determinar as fronteiras, os limites e as bordas da peça *O pequeno cartaginês*, ou seja, vai nos informar o resumo da comédia⁵¹³. Após essas primeiras décadas o processo de colonização romana na Itália arrefece provavelmente cerca de 177 a.C. ou 173 a.C. (MacKENDRICK, 1952, p. 139; SALMON, 1988, p. 80)⁵¹⁴.

A transformação de indivíduos de outras etnias em cidadãos romanos em uma colônia e sua percepção como *romani* pode ser exemplificada no caso de Ênio, que, conforme comentamos anteriormente, de acordo com Cícero (*Brutus*, 79; *Pro Archia*, 22) foi registrado em 184 a.C. como cidadão em uma colônia romana⁵¹⁵. Ênio, segundo ele mesmo, nasceu em Rúdias⁵¹⁶, mas ao ser registrado na colônia romana tornou-se cidadão romano e se percebia dessa forma, conforme testemunha uma passagem preservada por Cícero (*De oratore*, 168) em que Ênio declara: “Nós, que somos romanos, fomos antes de Rúdias”⁵¹⁷. A incorporação de comunidades e indivíduos sob a cidadania romana e a divisão de terras com o tempo criaram vínculos de identidade⁵¹⁸.

⁵¹² Dependendo da datação da comédia *O pequeno cartaginês*, conforme veremos no Capítulo III.

⁵¹³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 48-49) é: “Agora determinarei as áreas, os limites e as bordas dela: para isso eu me tornei agrimensor” – “*eius nunc regiones, limites, confinia / determinabo: ei rei ego finitor factus sum*”. Dilke (1971, p. 35), em sua citação da passagem de Plauto, deixa sem tradução o termo “*limites*”, mas o define como “rua”, “caminho que forma o limite entre ‘centúrias’”, ou seja, entre as porções de terra distribuídas a cada colono (DILKE, 1951, p. 216). No século I a.C. os termos que descreviam o agrimensor eram “*metator*” e “*ensor*”, ambos significando “medidor”. “*Decempedor*” também era utilizado para o agrimensor que usava uma régua que media 10 pés (DILKE, 1971, p. 37).

⁵¹⁴ Segundo MacKendrick (1952, p. 146), até o século I nunca houve uma verdadeira parada no processo de colonização romana.

⁵¹⁵ Conforme comentamos na nota 388 no capítulo anterior, na interpretação de Skutsch (1985a, p. 677) Ênio foi arrolado em Pisauro.

⁵¹⁶ Rúdias localizava-se na Calábria, na porção sudeste da Itália (TALBERT, 2000, mapa 45). Essa região é atualmente denominada de Apúlia. Sendo de Rúdias, Ênio era um messápico (TALBERT, 2000, mapa 45). Sua língua natal era o messápico, língua indo-europeia, porém não pertencente às subfamílias itálicas – ou seja, não pertencia às línguas latina e sabelicas (WOODARD, 2008, p. 11).

⁵¹⁷ A citação da passagem de Ênio feita por Cícero (*De oratore*, 168) é: “*Nos sumus Romani qui fuimus ante Rudini*”. A citação de Ênio provém de um dos exemplos que Cícero (*De oratore*, 168) utiliza para ilustrar o que denominamos de “metonímia”. Podemos corroborar a afirmação de cidadania única feita por Ênio em outros escritos de Cícero. Por exemplo, Cícero (*Pro Balbo*, 28) escreve: “*Duarum civitatum civis noster esse iure civili nemo potest*” – “Pelo direito civil nenhum cidadão nosso pode possuir duas cidadanias”. Também de acordo com Cícero (*Pro Caecina*, 100): “*quum ex nostro iure duarum civitatum nemo esse possit*” – “a partir de nosso direito que ninguém possa ter duas cidadanias”.

⁵¹⁸ Brunt (2001, p. 17 e ss., 47-49) acredita que todos os cidadãos adultos eram registrados no censo durante a República, mesmo os mais pobres e que, dessa forma, o censo romano incluía não apenas cidadãos *optimo iure*, mas também *sine suffragio* e *proletarii*. Por outro lado, Lo Cascio (2016, p. 163-164, 167) aponta, corretamente a nosso ver, que os *proletarii* e os libertos deveriam estar incluídos no censo – pois eram *cives* com direito a voto –, mas os cidadãos de comunidades *sine suffragio* não podiam estar incluídos, pois, como sua categoria expõe, não tinham direito ao sufrágio – ou seja, não faziam parte de nenhuma tribo (HUMBERT, 1978, p. 311 e ss.; LO CASCIO, 2016, p. 163 e ss.). Toynbee (1965a, p. 464 e ss., 445) também concorda que *proletarii* e *municipes optimo iure* eram recenseados. Notar que isso implica que todos os grupos ou indivíduos categorizados como *cives optimo iure*, não importa a riqueza ou a etnia, eram registrados nos censos romanos – resguardados os problemas relativos à apresentação individual para o censo e a possíveis falhas no processo de recenseamento (BRUNT, 2001, p. 17 e ss., 48-

Essa incorporação à comunidade política romana de diferentes comunidades e etnias da Península Itálica – comunidade política que ao final do período republicano havia se expandido por toda a Itália (MILLAR, 1995, p. 104) – foi um processo radical no mundo mediterrâneo e sem precedentes em escala, o qual tornou as instituições políticas e as esferas sociais romanas acessíveis a outras elites italianas, cujos antecedentes culturais eram diversos (DENCH, 2013, p. 127)⁵¹⁹.

Uma das marcas de identidade dessa comunidade estava na indumentária: a toga (NICOLET, 1976, p. 119)⁵²⁰. Comentamos anteriormente sobre a *formula togatorum*. É importante observar que em uma inscrição relativa a uma *lex agraria* de 111 a.C.⁵²¹, a

49). Quanto ao censo, Toynbee (1965a, p. 438 e ss.) cita os números de cidadãos coletados durante os censos, da forma que foram transmitidos pelas fontes, desde o período dos reis até o ano de 47. Morley (2001, p. 50) assume que a população masculina que era recenseada com idade acima de 17 anos compreendia cerca de 30% do total, enquanto Brunt (2001, p. 59) assume que constituía cerca de 28 % do total.

⁵¹⁹ Essa incorporação – essa integração política e social – não embotou as especificidades regionais relativas à identidade – por exemplo, a língua, os costumes (DENCH, 2013, p. 129). Um mesmo povo podia ser incorporado a partir de uma mesma tribo votante (DENCH, 2013, p. 129). Esse ponto é importante, pois a partir do século III a.C. a unidade de votação em todas as assembleias romanas era a tribo, sendo que até o início do século I a.C. a filiação a uma tribo dependia principalmente do lugar de domicílio (STAVELEY, 1982, p. 136, 139). Nos séculos III e II a.C. a maior parte das tribos estava predominantemente associada a uma região da Itália, embora – o que é fundamental para perceber a mistura étnica dos cidadãos – várias tribos contivessem cidadãos originários de regiões geograficamente bastante separadas (STAVELEY, 1982, p. 136). Para compreender as diferentes assembleias em Roma e seus processos de votação durante a República, *vide* Taylor (2003; 2013) e Staveley (1982). Apenas como introdução: a instituição das tribos era antiga em Roma e fazia parte da estruturação do corpo social provavelmente desde o século VII a.C. (CORNELL, 2001, p. 114 e ss.). Cada cidadão era designado a uma tribo, sendo em sua tribo categorizado de acordo com seus bens e suas aptidões militares (HUMBERT, 1978, p. 311). Em 241 a.C. as últimas tribos foram criadas, perfazendo um total de 31 tribos rurais – nas quais estavam registrados principalmente proprietários fundiários, incluindo pequenos proprietários, e trabalhadores rurais – e 4 tribos urbanas – que continham a população urbana, principalmente não proprietários rurais (TAYLOR, 2013, p. 67; TAYLOR, 2003, p. 64; CORNELL, 2001, p. 173-174; 379).

⁵²⁰ A toga romana foi adaptada de uma vestimenta etrusca chamada *tebenna* (BONFANTE, 2003, p. 45, 124, nota 14). Os romanos utilizavam suas vestimentas, como a toga, para diferenciar idades distintas, *status* e ocasiões especiais (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 42). Dessa forma, a toga era utilizada por uma menina, mas não por uma mulher – as mulheres romanas usaram toga provavelmente até o final do século VI a.C. –, a não ser que fosse uma prostituta (STONE, 2001, p. 13; BONFANTE, 2003, p. 52-55, 88, 92). Cícero (*Phil.*, II.44) denomina essa toga usada por prostitutas de *toga muliebris* – “toga feminina”. Um menino usava a *toga praetexta* – clara com uma banda púrpura – e passava a usar a *toga pura*, ou *virilis* – clara, sem a banda púrpura –, como cidadão quando atingia cerca de dezessete anos de idade (MARQUARDT, 1886, p. 132; STONE, 2001, p. 13; BONFANTE, 2003, p. 52-55, 88, 92). Magistrados e sacerdotes usavam também a *toga praetexta* (STONE, 2001, p. 13). Cerca de meados do século III a.C. durante os triunfos o comandante vitorioso usava comumente a *toga picta*, decorada com desenhos feitos com costuras de ouro (BONFANTE WARREN, 1970, p. 64). A *toga pulla*, escura, era utilizada em época de luto. A *toga candida* – embranquecida artificialmente – era usada por candidatos a cargos de magistrado (STONE, 2001, p. 15).

⁵²¹ As leis agrárias – *leges agrariae* – eram estatutos que regiam a distribuição das terras do *ager publicus* – terras públicas –, comumente distribuídas, de acordo com essas legislações, de forma gratuita a indivíduos – distribuições *viritim*, ou seja, por indivíduo – ou grupos de cidadãos (BERGER, 1991, p. 544-545). A *lex agraria* de 111 a.C. está preservada em uma placa de bronze fragmentada (*CIL* I² 2.585). Resumidamente, a lei engloba e sanciona diferentes leis anteriores relativas a terras na Itália desde 133 a.C., prevendo que todo *ager publicus*, fosse ele utilizado para distribuição individual ou para colônias,

formula togatorum é utilizada como elemento para representar os cidadãos de direito latino e os aliados da Itália como unidade (ERDKAMP, 2007, p. 47; WALLACE-HADRILL, 2008, p. 45; ERDKAMP, 2011, p. 141)⁵²². Quanto aos romanos, Virgílio (*Aen.*, I.282), por exemplo, denominou-os de *gens togata* – “povo de toga”⁵²³. A *toga* era, portanto, um identificador da cidadania romana (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 41). Porém, como demonstra a *formula togatorum*, a *toga* não era uma vestimenta exclusiva romana no período da República, sendo comum na Itália central entre os *socii* romanos (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 43-45). A *toga*, então, identificava cidadãos romanos, latinos e aliados da Itália. Além disso, sabemos que era usada como vestimenta desde ao menos o século VI a.C. em comunidades latinas e etruscas (BONFANTE WARREN, 1970, p. 49 e ss.; BONFANTE, 2003, p. 45 e ss.; CORNELL, 2013, p. 114). Por exemplo, Catão (*fg.* 66)⁵²⁴, em sua obra *As origens*, descrevendo o ritual de fundação de uma cidade a partir da definição do *pomerium*⁵²⁵, especifica que o indivíduo que pratica o rito deve usar a *toga* de forma a cobrir parte da cabeça com a vestimenta. O fragmento de Catão pode se referir tanto a Roma quanto a outra cidade do Lácio, mas é uma evidência da antiguidade do uso da *toga* (CORNELL, 2001, p. 203; 2013, p. 113-114).

A *toga*, assim, no século II a.C. era um símbolo dos cidadãos das comunidades da Itália⁵²⁶ e uma das marcas de sua identidade. Era, então, uma das marcas de diferença

ou mesmo deixado aos *possessores* – ocupantes de porção de terra anexada aos inimigos (*ager occupatorius*), considerada pertencente ao *ager publicus*, cuja propriedade era pública e não privada (BERGER, 1991, p. 357) –, seria convertido em *ager privatus*, sendo que o sistema de *possessio* estava abolido e o arrendamento cancelado. Além disso, concede segurança para colônias e *municipia* sobre o *ager publicus* e lida com a venda de terras na África e na região de Corinto (WARMINGTON, 1940c, p. 370 e ss.; SCULLARD, 2011, p. 37, 330, nota 6).

⁵²² Duas linhas da *lex agraria* (*CIL* I² 2.585), linhas 21 e 50, reconstituídas uma a partir da outra, permitem a interpretação sobre a Itália representada como unidade. Na linha 21 após a reconstituição, lê-se: “que naquela terra e local cidadãos romanos, ou aliados, ou de *nomen Latinum*, dos quais são comumente requisitados soldados da região da Itália a partir da *formula togatorum*...” – “*quei in eo agro loc[o civis] Romanus sociumve nominisve Latini, quibus ex formula togatorum [milites in terra Italia inperare solent...*”. Na linha 50 após a reconstituição, lê-se: “... aliados, ou de *nomen Latinum*, dos quais são comumente requisitados soldados da região da Itália a partir da *formula togatorum*, a esses povos...” – “[./.. *socium nominisve Latini, quibus ex formula t]ogatorum milites in terra Italia inperare solent, eis po[puleis, ...*”. As traduções estão baseadas nas de Warmington, em sua edição de 1940 para a coleção Loeb.

⁵²³ Virgílio (*Aen.*, I.282) canta que Juno, junto com ele mesmo, afagará “os romanos, os donos do mundo, o povo de toga” – “*Romanos, rerum dominos, gentemque togatam*”.

⁵²⁴ O fragmento de Catão está de acordo com a edição de Cornell (2013). De acordo com Cornell (2013, p. 113-114), o posicionamento do fragmento em um dos livros da obra *As origens* é difícil, sendo que pode pertencer a qualquer um dos três primeiros livros.

⁵²⁵ O *pomerium* era o limite de uma cidade, o qual possuía características religiosas, que era traçado pelo seu fundador – *conditor* – de acordo com um ritual específico (CORNELL, 2001, p. 203).

⁵²⁶ Excetuando-se, claro, os gregos do sul, que usavam o pálio, e os povos gauleses e lígures do norte da Península.

entre a identidade dos povos que habitavam essas comunidades como cidadãos e outros povos, por exemplo, os gregos. Conforme comentamos no capítulo anterior, Plauto, em *O gorgulho* (*Curc.*, 288-290), fala sobre os “gregos em seus pálios”, um comentário que apesar de aparentemente paradoxal – uma vez que os atores da *palliata* usavam o pálio – é irônico, pois afirma a identidade dos cidadãos *togati* e sua diferença fundamental frente aos *palliati* escravizados⁵²⁷.

Se a *toga* marcava para os romanos a diferença entre os *togati* e os *palliati*, muito maior provavelmente era essa diferença com relação aos cartagineses. Comentamos no Capítulo I que Plauto (*Poen.*, 975-976) faz troça com os cartagineses ao assemelhar a vestimenta do personagem cartaginês Hanão a uma *tunica*, ou seja, a uma roupa usada sob a *toga*. Sabe-se que cerca do século VI a.C. vestia-se a *toga* sem *tunica* por baixo, mas que no século II a.C. já era comum o uso da *tunica* sob a *toga* pelos homens adultos (STONE, 2001, p. 13; BONFANTE, 2003, p. 50). Plauto, então, está marcando a diferença entre os cartagineses e todos os homens da Itália que usam a *toga* – os cidadãos romanos, os de direito latino e seus aliados. Sabemos que *togati* compareciam ao teatro, pois, por exemplo, conhecemos as evidências sobre a separação dos assentos para os senadores em 194 a.C. apresentadas por Tito Lívio (XXXIV.44.5, 54.4-8) – o que implica que senadores assistiam às peças desde antes dessa data –, as quais comentamos no capítulo anterior, e porque Plauto os identifica na audiência. Plauto, no prólogo de *Anfitrião* (*Amph.*, 68), escreve em forma de troça que se alguém for percebido como encarregado de favorecer qualquer ator ou outro artista, “que seja tomada a sua toga como penhor no teatro”⁵²⁸. Portanto, ao marcar o personagem cartaginês na comédia como diferente, está reforçando a diferença entre todos os

⁵²⁷ Apesar de que, segundo Wallace-Hadrill (2008, p. 45), as formas de usar o *pallium* ou a *toga* provavelmente não eram muito diferentes, de acordo com o que se pode interpretar de estátuas e baixos relevos do século I a.C. Em relação a esses usos, de acordo com Tertuliano (*De pallio*, 3.8) Catão usava a *toga* com um ombro descoberto, à maneira de quem usava o pálio – hábito que inclusive também revela um aparente paradoxo, devido à relação conflituosa de Catão com as influências gregas nos hábitos romanos, as quais comentamos no Capítulo I. Provavelmente Catão não era o único a usar a *toga* dessa maneira e seu hábito é um exemplo de que o conglomerado de insumos culturais que herdamos, compartilhamos e transmitimos é historicamente produzido e, por isso, incorpora práticas e ideias aparentemente estranhas em certos contextos, mas aceitas em outros. Quanto a Tertuliano, que viveu entre cerca dos anos 160 e 240, é considerado um dos primeiros pais da Igreja – o primeiro latino. Escreveu importantes obras doutrinárias (FRIEND; EDWARDS, 2012, p. 1444-1445). A obra de Tertuliano *Sobre o pálio* (*De pallio*) foi escrita no início do século III, provavelmente no ano 205 (HUNINK, 2005, p. 14-15).

⁵²⁸ A passagem de Plauto (*Amph.*, 68) é: “*ut is in cauea pignus capiantur togae*”.

cartagineses e os *togati* presentes na audiência, fossem esses cidadãos romanos, de direito latino ou aliados⁵²⁹.

Com relação a essas comunidades aliadas, Plauto faz uma distinção importante entre os aliados e as forças recrutadas fora da Península como auxílio aos exércitos romanos. Plauto escreve em *O cofre* (*Cist.*, 199-200): “protejam vossos aliados, os velhos e os novos, aumentem seus auxiliares através de leis justas”⁵³⁰. Essas linhas de Plauto fornecem o que é provavelmente o indício mais antigo que encontramos nas fontes da existência de forças auxiliares, externas aos povos da Itália, no exército romano e de sua distinção das forças aliadas recrutadas na Itália⁵³¹. Essas forças de fora da Itália, denominadas de *auxilia*, eram agrupamentos que utilizavam habilidades guerreiras especiais comumente não dominadas pelos romanos, recrutados normalmente no teatro de operações em que as campanhas eram levadas a cabo (FEUGERE, 1993, p. 47; PEDDIE, 1995, p. 88; MacCALL, 2002, p. 100; GOLDSWORTHY, 2003, p. 55)⁵³². Eram, portanto, forças diversas dos aliados da Itália, e essa distinção é feita por Plauto ao separar em seu texto “aliados” e “auxiliares”. Quando Plauto escreveu suas linhas, os romanos já utilizavam *auxilia* em seus exércitos há anos. Tito Lívio (XXV.33.1-2), por exemplo, escreve sobre *auxilia* apoiando o exército romano em um de seus comentários sobre a Segunda Guerra Púnica, no contexto das lutas travadas na Hispânia em 212 a.C.⁵³³.

⁵²⁹ Devemos nos lembrar aqui da análise de Eco (1977, p. 109-110) sobre sinais, a qual comentamos na Introdução.

⁵³⁰ A passagem de Plauto (*Cist.*, 199-200) é: “*seruate uostros socios, ueteres et nouos, augete auxilia uostra iustis legibus*”.

⁵³¹ A comédia *O cofre*, segundo as propostas de datação, foi encenada no período final da Segunda Guerra Púnica ou pouco após o término da guerra – entre 209 a.C. e pouco após 202 a.C. (DE MELO, 2011g, 129-130; SEDGWICK, 1949, p. 377 e ss.; HALL, 1926, p. 20; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; FRAENKEL, 2008, p. 417; ERNOUT, 2003b, p. 11).

⁵³² Por exemplo, durante a Segunda Guerra Púnica os exércitos romanos receberam auxílio em diferentes frentes: os exércitos lutando na Sicília foram suplementados por *auxilia* das *poleis* gregas da região, no norte da Itália por algumas tribos gaulesas, na Hispânia por *auxilia* de tribos ibéricas e celtiberas, no norte da África por númidas (GOLDSWORTHY, 2003, p. 55). O apelo a um número crescente de mercenários entre os *auxilia*, recrutados entre os aliados ou soberanos submetidos aos romanos, se fez cada vez maior próximo ao final do período da República, nas campanhas militares fora da Itália (FEUGERE, 1993, p. 47-50).

⁵³³ O texto de Tito Lívio (XXV.33.1-2) é: “Logo Asdrúbal observou que o exército romano no acampamento era pequeno e que toda sua esperança estava nos *auxilia* celtiberos” – “*Hasdrubal postquam animadvertit exiguum Romanum exercitum in castris et spem omnem in Celtiberorum auxiliis esse*”. Outra evidência de *auxilia* lutando pelos romanos que encontramos em Tito Lívio (XXX.37.5) está no contexto das conversações sobre o tratado de paz com Cartago no final da Segunda Guerra Púnica, em 202 a.C., o qual estipulava, entre outras coisas, que os cartagineses teriam que abastecer as tropas auxiliares romanas com grãos, além de arcar com seu pagamento, até que seus embaixadores voltassem de Roma. O texto de Tito Lívio (XXX.37.5) é: “Teriam que sustentar com grãos e pagamento as tropas auxiliares até que os embaixadores voltassem de Roma” – “*Fruementum stipendiumque auxiliis donec ab Roma legati redissent praestarent*”. *Auxilia* também foram recrutados na Segunda Guerra Púnica entre

Plauto, portanto, percebe os povos da Itália como distintos dos povos de fora da Itália. Só temos evidência dessa percepção, conforme comentamos, cerca de noventa anos depois⁵³⁴, em 111 a.C. – percepção compartilhada ao menos por parte importante da população cidadã e do Senado romano, ou a *lex agraria* não seria aprovada com aquela redação⁵³⁵. Mas o texto da comédia mostra que Plauto separa os *socii*, aliados da Itália, dos *auxilia*, aliados de fora de Península, o que nos permite interpretar que na época essa percepção, que é externada no texto de Plauto para a audiência, provavelmente não era compartilhada apenas entre os membros da nobreza. Não se conhece a antiguidade da *formula togatorum*. Segundo Erdkamp (2011, p. 122-123), é provável que tenha sido instituída nas décadas finais do século III a.C., quando o envolvimento dos *socii* da Itália nas guerras de Roma passou a abranger tropas de várias partes da Península⁵³⁶. Mas o processo que levou, desde sua instituição até a percepção dos povos da Itália como um grupo distinto dos grupos de fora da Península⁵³⁷, percepção compartilhada por uma parcela importante da nobreza romana e dos cidadãos romanos, provavelmente durou ao menos algumas décadas e a passagem de Plauto é um dos primeiros indícios que possuímos dessa percepção⁵³⁸.

Seja como for, o texto da *lex agraria* de 111 a.C. também faz outra diferenciação importante, relacionada aos povos da Itália: diferencia cidadãos romanos e não cidadãos, dividindo esses últimos entre cidadãos de direito latino e “estrangeiros” – notar que os “*socii*” (“aliados”) são especificados como “*peregrini*” (“estrangeiros”)⁵³⁹. Dessa maneira, mesmo havendo em 111 a.C. a percepção dos povos da Itália – *togati* –

tropas nômades e da Sicília que haviam desertado dos cartagineses para os romanos, segundo Tito Lívio (XXVII.8.15-16).

⁵³⁴ Vide a datação de *O cofre*.

⁵³⁵ As leis agrárias eram aprovadas como plebiscitos pelos *concilia plebis*, os quais tinham força de lei desde a promulgação das leis Valério-Horácias, em 449 a.C., e passaram a não sofrer nenhum tipo de veto do Senado desde a lei Hortência, de 287 a.C. (CORNELL, 2001, p. 261, 277-278, 343-344). A partir dessa última data os plebiscitos aprovados tinham o apoio da nobreza romana, ou seja, a lei Hortência manteve a dominação dos processos legais pela *nobilitas* (HUMBERT, 1978, p. 100; CORNELL, 2001, p. 261, 277-278, 343-344).

⁵³⁶ Erdkamp (2011, p. 122-123) se refere aqui à mobilização de tropas de várias partes da Itália para lutar no exército romano contra os gauleses em 225 a.C.

⁵³⁷ Processo que fez parte de outro processo, o de expansão romana na Península Itálica.

⁵³⁸ Não estamos aqui falando de uma percepção de igualdade entre esses povos, muito menos de inclusão equânime na comunidade romana, mas apenas da consciência da diferença entre pertencer aos povos da Itália e ser de fora. Isso está bem evidenciado, tanto no texto de Plauto quanto na *formula togatorum*.

⁵³⁹ A mesma *lex agraria* (CIL I² 2.585) apresenta, na linha 29, a passagem: “deve ser permitido a um cidadão romano, e da mesma forma a um latino e um estrangeiro, utilizar as terras que, dentro da região da Itália, eram terras públicas pertencentes ao povo romano no consulado de *Publius Mucius e Lucius Calpurnius*” – “*in agreis, qu[ei in Ita]lia sunt, quei P. Mucio L. Calpurnio cos. publiceis populi Ro[manei fuerunt, ceivi] Romano facere licebit, item Latino peregrinoque*”. O consulado de Públio Múcio Cévola e Lúcio Calpúrnio Pisão foi exercido em 133 a.C.

como distintos dos povos de fora da Península, a distinção fundamental entre romanos e não romanos está presente, mantendo clara a diferença nas condições de direitos e deveres entre Roma e as comunidades de não cidadãos romanos da Itália. Essa mesma distinção é perceptível cerca de noventa anos antes, na mesma passagem de Plauto que citamos: Plauto (*Cist.*, 199-200), ao dizer “protejam vossos aliados” e “aumentem seus auxiliares”, se dirige obviamente aos romanos.

Voltando à incorporação de diferentes comunidades e etnias à comunidade cívica romana, o número de pessoas às quais foi dada a cidadania romana ao longo do tempo provavelmente não foi pequeno, pois nas últimas décadas do século II a.C. havia em Roma muitos senadores provenientes de comunidades de direito latino ou descendentes de pessoas detentoras desse direito, de maneira que Apiano (*B C*, I.99) escreve que Caio Graco, em 122 a.C., ao propor que fossem concedidos a todos os latinos direitos totais de cidadania romana, argumentou que os senadores não poderiam negar esses direitos a seus parentes. Essa evidência corrobora o que escrevemos antes: Roma era uma *civitas* que aceitava *peregrini* em seu corpo cívico. Muitos foram incorporados como *cives*, conforme comentamos, desde o período dos reis.

Contudo, muitos outros permaneceram *peregrini*. Por exemplo, um dos efeitos da Segunda Guerra Púnica foi a migração de grande quantidade de pessoas para Roma. Através de Tito Lívio (XXVIII.11.8-11.10) sabemos que durante o avanço de Aníbal no norte da Itália, na Segunda Guerra Púnica – entre 218 e 217 a.C., segundo Políbio (III.82.3 e ss.) –, as populações das áreas rurais romana, do Lácio e da Etrúria, até o norte, no vale do Pó, refugiaram-se em Roma, permanecendo na *Urbs* por alguns anos. A continuidade da população etrusca em Roma é atestada, por exemplo, durante os anos da guerra e posteriores pelos registros feitos por Tito Lívio (XXV.1.6-1.8⁵⁴⁰; XXV.16.1-16.2; XXXV.21.4-21.5; XXXVI.37.2) da presença de arúspices, tanto entre a população romana em 213 a.C., quanto como conselheiros de magistrados em 212 a.C., 192 a.C. e 191 a.C. Apiano (*Hisp.*, 367) também identifica arúspices acompanhando o exército de Cipião Emiliano na Hispânia durante o cerco de Numância, em 134 a.C., porém atendendo os soldados, não os comandantes⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ Tito Lívio (XXV.1.6-1.8), na passagem, se refere a “vates”, muito provavelmente arúspices etruscos (SILVA, 2018, p. 86-90).

⁵⁴¹ O termo usado por Apiano (*Hisp.* 367) é “μάντεις” “*mánteis*”, que significa “adivinhos”, termo que, utilizado em contexto romano do período estudado, significa “arúspices”. É interessante notar que, de acordo com Apiano (*Hisp.*, 367 e ss.), Cipião Emiliano ordenou a expulsão desses arúspices, juntamente com outros seguidores do exército, como imoladores, prostitutas e comerciantes, tomando também outras medidas, como a proibição de vítimas para a divinação sacrificial. Essa informação, sobre a existência

Os arúspices, evidenciados por Tito Lívio, estão também incluídos por Plauto em suas comédias. Por exemplo, em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 1205-1206) percebemos o regozijo de uma das escravas cartaginesas causado pela previsão do arúspice de que ela e sua irmã serão libertadas de seu mestre, o cafetão Lico. Na mesma peça (*Poen.*, 450-456b, 463), o mesmo cafetão reclama que não conseguiu um bom presságio a partir das entranhas dos cordeiros que ofereceu em sacrifício a Vênus em seu festival, pois “o arúspice as declarou ruins”⁵⁴². Em *O gorgulho* (*Curc.*, 483) somos informados de onde encontrar arúspices em Roma: no Velabro, próximo ao Fórum romano. Da mesma forma, em *O soldado fanfarrão* (*Mil.*, 693) surgem diferentes grupos de feiticeiras e profetizas, como a destruidora de encantamentos (*praecantrix*), as adivinhas (*coniectrix* e *hariola*) e a arúspice (*haruspica*).

A existência de arúspices e outros tipos de videntes a serviço da população em Roma está evidenciada também em Catão (*De agr.*, V.4)⁵⁴³, que escreve em suas recomendações para o *vilicus*: “não queira consultar arúspice, áugure, hariolo e caldeu⁵⁴⁴”. As recomendações de Catão – as quais, podemos supor, encontravam eco em alguns setores da *nobilitas* – são indício de que os arúspices tinham lugar na sociedade romana ao menos desde o período estudado, sendo que seu posicionamento social foi se reforçando, conforme evidenciamos acima⁵⁴⁵. Sabemos que existiam arúspices entre os membros das oligarquias da Itália (MacBAIN, 1982, p. 43 e ss.). Contudo, para o período estudado, não temos notícia de arúspices residentes em Roma que faziam parte do corpo cívico romano, mas temos evidência de que a *ars haruspicalis* era exercida por magistrados de colônias romanas durante a República, de acordo com o epitáfio de Caio Clipeário – arúspice, provavelmente sacerdote falisco, questor e censor – encontrado próximo a Faléria Nova (*C.I.L.*, I²,1988; *I.L.L.R.P.*, I.582) e datado como posterior a 241 a.C.⁵⁴⁶.

entre os soldados de vítimas para a divinação sacrificial, apoia a interpretação de que os *manteis* eram arúspices, pois a técnica da *ars haruspicalis* utiliza as entranhas das vítimas sacrificais para efetivar a adivinhação (BLOCH, 1991, p. 98 e ss.). Quanto às expulsões e proibições ordenadas por Cipião Emiliano, Apiano (*Hisp.*, 366) escreve que o romano, ao chegar à Hispânia para comandar as forças romanas contra Numância, encontrou um exército desestimulado e cheio de diferenças internas, tomando as medidas referidas acima para controlar os problemas.

⁵⁴² O arúspice aparece ainda em outro verso de Plauto (*Poen.*, 1209) em *O pequeno cartaginês*.

⁵⁴³ O texto de Catão (*De agr.*, V.4) é: “*Haruspicem, augurem, hariolum, Chaldaeum nequem consuluisse velit*”.

⁵⁴⁴ “Caldeu”, ou seja, um vidente.

⁵⁴⁵ O posicionamento social dos arúspices em Roma foi se reforçando de acordo com as evidências que apresentamos, ao apontarmos os arúspices como conselheiros de magistrados.

⁵⁴⁶ O epitáfio está fragmentado, e faz parte de um grupo de três telhas inscritas. A sua reconstituição é a seguinte (*I.L.L.R.P.*, I.582): “*C. Clipea[rio(s)] | M.f. harasp(ex), | sorex, | q(uaestor), c(ensur) VII || heic |*

Assim, as evidências transmitidas por Tito Lívio sobre a migração de habitantes das áreas rurais romanas, do Lácio, da Etrúria e do vale do Pó durante a Segunda Guerra Púnica e da presença de arúspices durante vários anos após o final da guerra, juntamente com os textos de Plauto, nos permitem supor a permanência, não apenas por alguns anos, mas o estabelecimento em Roma de *peregrini* provenientes da Etrúria e outros locais – e mesmo a migração posterior à guerra. Estrangeiros, então, deveriam fazer parte da população de Roma e, portanto, provavelmente compareciam aos *ludi scaenici*.

Possuímos outros indícios e evidências da migração de estrangeiros após a Segunda Guerra Púnica para colônias romanas e mesmo para Roma, onde permaneceram, porém, muitos como cidadãos. Aparentemente, após a guerra a cidadania romana passou a ser objetivo para parte dos habitantes da Península Itálica (SALMON, 1969, p. 98-99). Nas colônias, principalmente naquelas fundadas fora do Lácio, indivíduos de etnias não latinas deveriam ser comuns. Os romanos não possuíam cidadãos em número suficiente para repovoar as colônias latinas que haviam sofrido com o conflito e ao mesmo tempo fundar novas colônias, de maneira que indivíduos de

cubat, || Plenes Q.f.” – “Caio Clipeário, filho de Marcos, arúspice, sacerdote, questor, censor sete vezes, deita-se aqui. Quinta, filha de Plenius (...)”. Quinta era esposa de Caio Clipeário. A tradução foi feita com o auxílio das explicações em *C.I.L.* (I²,1988) e *I.L.L.R.P.* (I.582). O termo “*sorex*”, de acordo com os dicionários consultados, significa “rato do campo”. Porém, segundo FitzGerald (1985, p. 60, nota 4), *Sorax* é outro nome para *Soracte* – monte localizado no que era o sudeste do *ager Faliscus* – e identifica-se com *Soranus*, deidade falisca associada a Apolo. A associação entre *Soracte* e *Sorax* é feita por Pompônio Porfírio (*Ad Carmen* I.9), que em seu comentário às *Odes* de Horácio explica que *Soracte* é denominado geralmente de *Sorax*. Havia um culto a Apolo no monte *Soracte* segundo Virgílio (*Aen.*, XI.785 e ss.) e Plínio (*H.N.*, VII.2.19). Contudo, Apolo é associado ao deus etrusco denominado na escrita falisca de *Śuri* ou *Śur*, cultuado no monte *Soracte* pelos faliscos e conhecido em latim como *pater Soranus* (COLONNA, 2009, p. 101 e ss.). *Sorex*, portanto, provavelmente significa que Caio Clipeário era sacerdote de Apolo/*Soranus*/*Śuri* em *Soracte* (*C.I.L.*, I²,1988-1989). Bakkum (2009, p. 506 e ss.), propondo leitura diferente para o epítáfio a partir do rearranjo das partes supérstites, elimina o número de censuras (“VII”) que teriam sido exercidas por Caio Clipeário, e elimina igualmente o termo *sorex*, mas mantém a função de arúspice, escrita como *harasp(ex)*. Quanto a Pompônio Porfírio, foi um estudioso do século III que escreveu um comentário sobre Horácio – do qual extraímos a citação –, o qual se concentra em gramática e retórica, e que incorpora comentários de autores mais antigos (KASTER, 2012c, p. 1182). Notar que o nome desse gramático está escrito com “PH” por Kaster, mas com “F” por Holder, o editor de seus comentários. É interessante notar que o *gentilicium Clipearius* ocorre aparentemente apenas no *ager Faliscus*, sendo que os exemplos mais antigos são datados posteriormente a 240 a.C., ou seja, à destruição de *Falerii* e à fundação de *Falerii Nova* (BAKKUM, 2009, p. 262, 280). Além disso, segundo a interpretação de Bakkum (2009, p. 290), a *gens Clipearia* provavelmente subiu na hierarquia social regional – o *gentilicium* sugere originalmente construtores de *clipei*, ou seja, escudos – até que alguns de seus membros se tornaram magistrados na *Falerii Nova* romana, ajustando seus *praenomina* de acordo com o latim – no caso do *vir* que estamos comentando, o *praenomen* era *Gaius*. O próprio *gentilicium* é proveniente, provavelmente, do latim (BAKKUM, 2009, p. 326). Bakkum (2009, p. 311, 326) data a inscrição como latino-falisca – ou seja, posterior a 241 a.C. De acordo com Di Stefano Manzella (1990, p. 341 e ss.), em referência ao *status* jurídico de Faléria Nova relativo a Roma, a hipótese mais segura é que era colônia desde 241 a.C., provavelmente de direito latino, e ganhou a condição de *municipium* após a Guerra Social (91 a.C. a 89 a.C.), provavelmente durante a segunda metade do século I a.C. No caso de Caio Clipeário, a proximidade do *ager Faliscus* com a Etrúria provavelmente explica essa combinação de magistratura com aruspicina.

diversas proveniências na Itália eram aceitos como colonos. Contudo, isso passou a gerar o despovoamento de algumas comunidades aliadas, afetando consideravelmente suas capacidades de fornecer tropas para o exército romano, cujas demandas aumentavam devido às guerras nas diferentes regiões do Mediterrâneo (SALMON, 1969, p. 99 e ss.). Algumas passagens de Tito Lívio nos fornecem indícios tanto do impulso de não romanos em se tornarem cidadãos, quanto da falta de cidadãos romanos para povoar suas próprias colônias.

Por exemplo, as colônias de Nárnica e Cosa⁵⁴⁷ precisavam de reforços após a guerra, e Roma permitiu a cada uma a incorporação de mais mil colonos, sendo que o repovoamento de Nárnica, em 199 a.C., provavelmente contou com muitos indivíduos de distintas regiões da Itália (SALMON, 1969, p. 101, 110). Tito Lívio (XXXII.2.6) escreveu que *legati* de Nárnica reclamaram em Roma, naquele ano, que o número de pessoas enviadas para repovoar a colônia não era suficiente, e que “certos indivíduos misturados, distintos de seu povo, se faziam passar por colonos”⁵⁴⁸. Quanto a Cosa, em 197 a.C. os romanos permitiram que a colônia arrolasse por conta própria os mil colonos excedentes, os quais poderiam originar-se de qualquer lugar na Itália, contanto que não houvesse entre eles inimigos de Roma da Segunda Guerra Púnica (SALMON, 1969, p. 68, 101).

Outros exemplos podem ser citados. Em 195 a.C., de acordo com Tito Lívio (XXXIV.42.5-6), os habitantes de Ferentino, comunidade dos hérnicos, tendo fornecido seus nomes para se tornar colonos nas colônias romanas de Puteoli, Salerno e Bruxento, se comportaram como se já cidadãos romanos fossem – antes de serem registrados como cidadãos. O Senado, então, sentenciou que não o eram, uma vez que não haviam sido ainda registrados pelo censo. As colônias foram fundadas e os colonos hérnicos a ela conduzidos no ano seguinte (SMITH, 1954, p. 18-20; SALMON, 1969, p. 184-185, nota 165).

Assim como a migração para as colônias, a migração para Roma, conforme vimos, era uma possibilidade de obtenção da cidadania romana e estava causando um impacto considerável na capacidade dos latinos de fornecer as tropas requeridas por Roma em seus respectivos tratados (SALMON, 1969, p. 102; NICOLET, 1976, p. 55 e ss.). Aparentemente essa migração de indivíduos para Roma a partir de colônias de

⁵⁴⁷ Criadas, respectivamente, na Úmbria, em 299 a.C., e na região costeira da Etrúria, em 273 a.C. (SALMON, 1969, p. 101, 110).

⁵⁴⁸ A passagem de Tito Lívio (XXXII.2.6) é: “*immixtos quosdam non sui generis pro colonis se gerere*”.

direito latino não era um problema até 187 a.C., ano em que primeiro somos informados sobre reclamações a esse respeito feitas por embaixadas dessas colônias (ERDKAMP, 2011, p. 126). A razão principal das reclamações era a incapacidade de as colônias fornecerem soldados a Roma quando convocadas, devido à redução significativa na população por causa das migrações (ERDKAMP, 2011, p. 131 e ss.). Ouvidas as reclamações, o Senado determinou que os cidadãos romanos que os latinos provassem que haviam sido registrados anteriormente em alguma colônia após 204 a.C. ou 203 a.C. teriam que retornar para a colônia na qual foram previamente registrados. Ou seja, os romanos deixaram o ônus da prova para as autoridades das colônias reclamantes – se essas autoridades não provassem os registros, os romanos não tomariam providências (ERDKAMP, 2001, p. 126)⁵⁴⁹. É importante notar que, de acordo com Tito Lívio (XXIX.37.5-6), no ano de 204 a.C. os censores enviaram representantes aos acampamentos dos exércitos, onde esses estivessem, para realizar o registro censitário, de maneira que Frank (1924, p. 331, nota 1) aponta o cuidado com que esse censo foi realizado e Erdkamp (2011, p. 126-127) argumenta que o Senado provavelmente fixou a data limite de 204 a.C. ou 203 a.C. justamente por ter sido a data do primeiro censo mais bem acurado desde o início da Segunda Guerra Púnica⁵⁵⁰. Logo, a população cidadã romana foi acrescida de um número considerável de pessoas provenientes de colônias de direito latino durante cerca de vinte anos – ou mais –, escudadas pelo *ius migrationis*. Uma vez que nessas colônias estava ocorrendo o registro de indivíduos de diferentes etnias da Itália, a probabilidade de que essa variação étnica estivesse representada na população romana durante esses anos, mesmo que em diferentes proporções, é considerável.

Da mesma forma, em 178 a.C. representantes de colônias de direito latino fizeram reclamações semelhantes às de 187 a.C., o que significa que, provavelmente, os romanos não impediram a continuação dos registros através da migração (ERDKAMP,

⁵⁴⁹ Migrantes anteriores a 204 e 203 a.C. não foram afetados (ERDKAMP, 2011, p. 127). Cerca de 12 mil pessoas que previamente tinham direito latino retornaram para seus domicílios censitários anteriores (ERDKAMP, 2011, p. 127).

⁵⁵⁰ Pieri (1968, p. 161-162), ao contrário, interpreta que a decisão gerou provavelmente pouca precisão no procedimento do censo. Não concordamos com essa interpretação, pois o recenseamento, se tivesse sido realizado em Roma e não nos acampamentos, só poderia gerar um registro lacunar, posto que grande parte dos cidadãos em idade militar estava nos exércitos. Pieri (1968, p. 162) pensa, igualmente, que os censos de 199 a.C., 194 a.C. e 189 a.C. foram realizados da mesma forma, hipótese que poderia também explicar, parcialmente, segundo ele, a facilidade com que cidadãos de colônias de direito latino – que estariam no exército – foram recenseados em Roma. Na realidade não existem evidências de que o procedimento adotado para o censo dos cidadãos no exército em 204 a.C. tenha se repetido. Fora a discussão sobre a precisão, Pieri (1968, p. 161) interpreta que a facilidade com que os latinos foram registrados no censo em Roma é um indício da necessidade romana de soldados durante aquela guerra.

2001, p. 127 e ss.)⁵⁵¹. Dessa vez ficamos sabendo que membros de comunidades de direito latino utilizaram o direito ao *ius migrationis* durante algum tempo em conjunto com uma lei, obscura para nós. Segundo uma passagem de Tito Lívio (XLI.8.8-10), em 177 a.C. existia a referida lei – desde quando existia não sabemos – que permitia aos membros das comunidades *nominis Latini* tornarem-se *cives* romanos ao deixarem em suas respectivas comunidades de origem um filho – Tito Lívio não especifica a idade⁵⁵². Segundo Tito Lívio (XLI.8.10-12), para burlar a lei os candidatos à cidadania entregavam seus filhos a cidadãos romanos como escravos, com a combinação de serem manumissos e feitos cidadãos na colônia após os pais se tornarem cidadãos em Roma. Com o tempo, ainda de acordo com Tito Lívio, o abandono temporário dos filhos deixou de ser feito e os candidatos a cidadãos apenas mudavam-se para Roma e, sob o *ius migrationis*, registravam-se no censo. Essas possibilidades, segundo Tito Lívio (XLI.8.8-12), eram responsáveis por uma diminuição drástica nas populações das comunidades latinas. Tito Lívio (XLI.9.11) informa que o Senado, na época, decretou que todos os recém libertos tinham que declarar sob juramento que a manumissão não tinha como objetivo a cidadania romana e, à semelhança de sua resolução de 187 a.C., que os latinos que haviam sido feitos cidadãos romanos, mas haviam se registrado antes em uma colônia de direito latino em 189 a.C., 188 a.C. ou posteriormente, tinham que voltar para seus domicílios censitários originais (ERDKAMP. 2011, p. 129). Para Erdkamp (2011, p. 134) os magistrados romanos não impediram rigidamente o registro no censo em Roma de homens previamente registrados como cidadãos em colônias de direito latino, pois as reclamações das colônias latinas em 187 a.C. e 178 a.C. apontam para isso⁵⁵³. Isso se deu provavelmente porque, primeiro, não havia mais objetivos estratégicos para as colônias: por exemplo, a Etrúria, a Lucânia e o Sâmnio não eram mais ameaças à integridade da comunidade romana. Em segundo lugar, novos cidadãos em Roma ainda eram bem-vindos após as perdas sofridas devido à Segunda Guerra Púnica e a alta mobilização para o exército – grande parte dos migrantes latinos devia

⁵⁵¹ Conforme vimos, migrações aconteciam entre colônias também, não apenas para Roma. Tito Lívio (XLI.8.8) diz que em 177 a.C. 4 mil famílias samnitas e pelignas haviam migrado para a colônia de direito latino de Fregelas – fundada em 328 a.C. em território volsco (SALMON, 1969, p. 57; ERDKAMP. 2011, p. 129-130). Da mesma forma, samnitas e pelignos reclamavam, pois havia o risco de não poderem contribuir com tropas para o exército romano quando requeridos (ERDKAMP. 2011, p. 130). Se essas famílias procuravam melhorar suas possibilidades no mundo romano instalando-se em uma comunidade de direito latino, ou se pretendiam, uma vez adquirida a condição de cidadãos de direito latino, mudarem-se para se estabelecer em Roma (ou seus descendentes), não temos como saber.

⁵⁵² Salmon (1969, p. 102) infere que deveria ser um filho adulto.

⁵⁵³ A data limite de 189 a.C. ou 188 a.C., imposta em 177 a.C. para a verificação dos registros de cidadania e o retorno dos registrados, cobre o período desde as primeiras reclamações.

ser formada por *adsidui*, ou não haveria razão para as reclamações dos representantes das colônias de direito latino (ERDKAMP, 2011, p. 134). Além disso, deixar um filho na colônia de onde migrou – filho que seria feito cidadão na colônia – significava garantir a continuidade e a pujança da colônia – não significava impedir a migração –, pois, repetindo, os migrantes não encontravam problemas para se registrar em Roma, ou, do contrário, não haveria sentido nas reclamações dos representantes das colônias (SALMON, 1969, p. 102; ERDKAMP, 2011, p. 138)⁵⁵⁴. Portanto, o acréscimo à população romana de pessoas de etnias possivelmente diversas continuou a ocorrer durante os dez anos que separaram as primeiras reclamações, em 187 a.C., das reclamações posteriores – lembrando que nos primeiros três anos desse período Plauto ainda estava vivo, testemunhando esse influxo desde cerca de vinte anos. Essas informações ajudam a compreender a existência, nas últimas décadas do século II a.C., de muitos senadores descendentes de cidadãos de direito latino, conforme comenta Apiano (*BC*, I.99)⁵⁵⁵.

É importante, portanto, perceber que fronteiras de identidade dependem também de vantagens políticas (FENTON, 2003, p. 16-18). Vimos que o conceito de *peregrinus* poderia se referir a critérios étnicos e culturais, claro – pois é evidente nas distintas categorias que diferenciam romanos, por exemplo, de cartagineses, etruscos, campanianos, gregos, sírios e mesmo de latinos –, mas para as relações de cidadania era também um conceito político e jurídico (GAUDEMET, 1965, p. 42 e ss.). O estrangeiro

⁵⁵⁴ Encontramos indícios de origens étnicas diferentes também no sul da Itália. Após a Segunda Guerra Púnica, em Venússia – colônia latina fundada em 291 a.C. na borda sudeste dos Apeninos, ao sul do Sâmnio –, a população foi renovada e havia provavelmente vários cidadãos com nomes de origem sabélica (SALMON, 1969, p. 61-62, 96, nota 160). Esses nomes provavelmente indicam indivíduos de diferentes ascendências étnicas, e indícios dessa probabilidade estão presentes em algumas inscrições de Venússia do período da República (*ILLRP*, II.690-692a). Nelas encontramos cidadãos com *nomina gentilicia* provenientes de línguas sabélicas, o que nos permite interpretar ascendências familiares de origens diversas. Por exemplo, um tribuno da plebe com o nome de *Quintus Ovius*, dois questores chamados *Lucius Malio*<s> e *Publius Cominio*<s>, um duúviro chamado *Quintus Raius*, e um *eques* com nome de *Manlius Maecius*. Um *nomen gentilicium* de origem messápica é também atestado na mesma inscrição dos dois questores acima citados, o do questor *Quintus Ravel*<i><o><s> (CONWAY, 1897, p. 10 e ss.). Note-se a ausência de *cognomina* nas inscrições. As línguas sabélicas eram línguas geneticamente relacionadas faladas em grande parte da Península Itálica. Junto com o latim, as sabélicas perfaziam os dois grupos de subfamílias provenientes do indo-europeu existentes na Península (WOODARD, 2008, p. 11; WALLACE, 2008, p. 96). São listadas nesse grupo o osco e o úmbrio (as línguas mais importantes do grupo, devido à sua representatividade em inscrições), faladas, respectivamente, nas porções sul – no Sâmnio, na Campânia ao menos a partir do século IV a.C., na Lucânia e no Brútio – e leste – na Úmbria, região natal de Plauto –, e também o pelignio, o marrucino, o vestiniano, o mársio, o volsco, o hérnico, o équo e o sabino – línguas faladas na região central –, além do piceno do sul, falado na região homônima, e o pré-samnita, língua falada no sul da Campânia antes da chegada dos samnitas àquela região, no século IV a.C. (WALLACE, 2008, p. 96).

⁵⁵⁵ Em alguma época entre 122 a.C. e 87 a.C., mais provavelmente após a Guerra Social (91 a.C. a 89 a.C.), os cidadãos de direito latino que exerciam magistratura em suas comunidades ganhavam direito à cidadania romana (CRAWFORD *et al.*, 1996, p. 111; ROSELAAR, 2016, p. 151).

era aquele que não era cidadão – a exemplo de outras comunidades, como as gregas –, mas esse conceito, para os romanos, não se resumia à cidade de Roma, referindo a ela, através do direito, um conglomerado de outras comunidades e indivíduos⁵⁵⁶.

“Peregrini” da Itália e além

Da mesma forma que convivia com indivíduos da Itália, Roma conviveu com outros grupos, de outras origens. Assim como os povos do centro e do norte da Península Itálica, os romanos estavam acostumados aos habitantes de ascendência grega das *poleis* das regiões meridionais e da costa sudoeste⁵⁵⁷, além das ilhas do Mar Tirreno (CORNELL, 2001, p. 305, 346). Existem evidências de indivíduos de ascendência grega vivendo em Roma e nas proximidades ao menos desde o final do século IV a.C. (PALMER, 1997, p. 12-13). Varrão (*De re rustica*, II.11.10), seguido por Plínio o Velho (*Nat. Hist.*, VII.211), nos informa que a região central da Itália recebeu barbeiros pela primeira vez em 300 a.C., provenientes da Sicília e trazidos por *Publius Titinius Mena*, evento que ficou gravado em um monumento público em Ardea – cerca de 30 km ao sul de Roma. Colonna (1995, p. 2, nota 4) comenta que Ardea possuía, entre outros, um templo dedicado a Vênus frequentado também por gregos, templo que, segundo Plínio o Antigo (*Nat. Hist.*, III.57) e Pompônio Mela (II.71), era designado pelo termo latinizado *Aphrodisium*.

Mais evidências existem para o final do século III a.C. e o século II a.C. Plínio o Velho (*Nat. Hist.*, XXIX.12), a partir dos escritos de Cássio Hêmina⁵⁵⁸, escreve que o primeiro médico, chamado Arcagato, chegou em Roma em 219 a.C. vindo da região do Peloponeso. Outros gregos – de diferentes capacidades – devem ter migrado para Roma

⁵⁵⁶ Nesse sentido, é importante perceber que a *latinitas* – a “latinidade”, o “direito dos latinos” – foi sempre um *status* bastante distinto do *status* de *peregrinus* e se tornou uma passagem através da qual indivíduos não romanos podiam se tornar romanos, em termos de cidadania (MacKENDRICK, 1952, p. 140). Sobre esse assunto, conforme comentamos na nota 476, cidadãos de comunidades de direito latino podiam votar em Roma nos *concilia plebis* (SALMON, 1969, p. 85).

⁵⁵⁷ Cujas maiorias havia sido invadida por povos itálicos dos Apeninos entre a segunda metade do século IV a.C. e o início do século III a.C. (CORNELL, 2001, p. 305, 346). Nesse período, de acordo com Plínio o Velho (*H.N.*, XXXIV.26) e Plutarco (VIII.10), a partir da prescrição de Apolo Pítio os romanos ergueram no *Comitium* duas estátuas de personagens gregos, uma do mais forte e outra do mais sábio, sendo que os personagens escolhidos pelos senadores foram Alcibíades e Pitágoras (HUMM, 2014, p. 42-43).

⁵⁵⁸ *Lucius Cassius Hemina* foi um historiador romano de cuja vida sabe-se muito pouco. Seu *cognomen* é único na nomenclatura romana e existem sugestões que é derivado da nomenclatura etrusca. Escreveu, provavelmente entre meados e as últimas décadas do século II a.C. Sua obra contém dados de origens de cidades e de ritos, versando sobre antigos mitos, história social e cultural, com ênfase em religião – também escreveu sobre história militar e política (BRISCOE, 2013c, p. 219-222).

no mesmo período e Cássio Hêmina provavelmente registrou apenas o mais ilustre⁵⁵⁹. Porém, Arcagato não foi apenas mais um imigrante, pois foi agraciado com *ius Quiritium*, ou seja, cidadania romana. No mesmo livro, Plínio o Velho (*Nat. Hist.*, XXIX.14) registra o texto de uma correspondência de Catão com seu filho, na primeira metade do século II a.C., na qual Catão reclama dos médicos gregos dizendo que “sempre que esse povo ofertar sua literatura, tudo corromperá, e ainda mais se enviarem aqui seus médicos”⁵⁶⁰. Apesar de Catão escrever que chegou a essa visão dos gregos quando estava em Atenas, não existiria razão para suas reclamações, em nosso modo de ver, se médicos não estivessem exercendo sua τέχνη⁵⁶¹ em Roma. Além disso, sabemos que Catão viajou a Atenas como tribuno militar em 191 a.C. (HENRICH, 1995, p. 245). Vinte e oito anos haviam se passado desde 219 a.C., de maneira que o número de médicos gregos em Roma – e, provavelmente, de gregos praticantes de outras artes – deveria ser, então, razoável, para movimentar a atenção e a acidez dos comentários de Catão.

Um indício da difusão das ideias dos médicos gregos sobre doenças nos meios populares romanos encontramos em um fragmento de *Frivolaria* (*Frivolaria*, 2) – comédia atribuída a Plauto por Carísio, no século IV, e Prisciano, no século VI⁵⁶², mas que, contudo, não faz parte das ditas Varronianas –, o que sugere igualmente a presença desses médicos em Roma há algum tempo. O fragmento contém a descrição de uma pessoa através de uma alegoria patológica: “ele, para mim, era bile, febre com calafrio, água subcutânea, tosse, febre”⁵⁶³. Mesmo que a comédia não tenha sido composta por Plauto, o fragmento, sendo atribuído a ele, remonta ao período de sua atividade como comediógrafo e evidencia a propagação, através do senso comum, das ideias médicas hipocráticas na sociedade romana.

⁵⁵⁹ Informações desse tipo são fornecidas pelas fontes por causa da marca da singularidade de suas presenças em Roma, mas podemos interpretar que esses indivíduos não estavam sozinhos em sua migração para Roma (PALMER, 1997, p. 12-13).

⁵⁶⁰ O registro de Plínio (*Nat. Hist.*, XXIX.14) é: “*quandoque ista gens suas litteras dabit, omnia conrumpet, tum etiam magis, si medicos suos hoc mittet*”.

⁵⁶¹ *Tékhne*, “arte”, “habilidade”, relativas às diversas práticas que requerem estudo, experiência e capacidade, tanto intelectual quanto manual, como as artes práticas e úteis – incluída nesse rol a medicina –, as belas-artes, mas também a poesia e a retórica.

⁵⁶² Comentamos brevemente sobre Flávio Sosípatar Carísio e Prisciano nas notas 183 e 184 no Capítulo I.

⁵⁶³ “*is mihi erat bilis, querquera, aqua intercus, tussis, febris*” (*Frivolaria*, 2). A ordenação dos fragmentos da comédia está de acordo com De Melo. O fragmento nos remete às teorias nosológicas dos tratados do denominado *corpus* hipocrático, conjunto de conhecimentos médicos gregos originários do sul da Península Itálica e da Ásia Menor e datados entre a segunda metade do século V a.C. e a primeira metade do século IV a.C. *Vide*, por exemplo, o tratado *Da natureza do homem*, creditado a Pólipo e com datação aproximada na segunda metade do século V a.C. (JONES, 1931, p. xxvi-xxvii). O tratado *Da natureza do homem* está em nossas referências bibliográficas referido a *Hippocrates*.

Ainda quanto a estrangeiros provenientes de fora da Península Itálica, sabemos que uma das consequências do surgimento de Roma como potência no Mediterrâneo após a Segunda Guerra Púnica foi o afluxo de pessoas para a cidade, tanto imigrantes, como é o caso dos médicos, quanto em missões oficiais. A partir de 198 a.C., após a Conferência de Niceia, durante a Segunda Guerra Macedônica, um número crescente de embaixadas de governos helenísticos foi enviado ao Senado romano em busca de apoio político, segundo Políbio (XVIII.10.1-10.2, 10.7, 10.9-10.11). Após a batalha de Magnésia, em 190 a.C., quando os romanos derrotaram Antíoco III, segundo Políbio (XXI.18.2) “quase todas as comunidades da Ásia mandaram enviados a Roma imediatamente”. Embaixadas continuaram a chegar a Roma nos anos seguintes com maior frequência de acordo com Políbio (XXII.5.1-5.10, 6.1-6.6, 11.1-12.10), de forma que entre 184 a.C. – o ano em que Plauto morreu – e 183 a.C., nas palavras de Políbio (XXIII.1.1-4.16) “reuniu-se um número muito grande de embaixadas da Grécia em Roma, o qual talvez nunca antes fora visto”. Essa tendência à centralidade política de Roma no Mediterrâneo após a Segunda Guerra Púnica atraiu, provavelmente, não apenas representantes oficiais dos governos que procuravam apoio político. Assim, cerca de 167 a.C., segundo Crawford (1992, p. 80), “existia uma comunidade grega substancial em Roma”⁵⁶⁴.

Portanto, Roma tornou-se paulatinamente um centro de imigração de indivíduos provenientes de locais variados do mundo mediterrâneo, de forma que em meados do século I a.C., devido a esse processo gradual, mas crescente, de agrupamento de diferentes etnias, Roma tornara-se, na visão de Treggiari (1969, p. 1), “um microcosmo do Império”, com uma mistura de indivíduos de diversas procedências. “Essa é Roma, *civitas* formada a partir de um ajuntamento de nações”, escreveu uma fonte do século I a.C., provavelmente Cícero (*Commentariolum petitionis*, 54)⁵⁶⁵. Mas a maioria dos estrangeiros era composta por indivíduos escravizados, os quais representavam provavelmente parte considerável da população urbana.

⁵⁶⁴ Crawford (1992, p. 80) advoga que esses gregos teriam migrado para Roma porque havia uma demanda por suas habilidades – τέχνηαι (*tékhnai*) –, além do desejo “por parte de muitos romanos” por coisas que o mundo grego oferecia.

⁵⁶⁵ “*Roma est, civitas ex-nationum conventu constituta*” (*Comm. pet.*, 54). Shackleton Bailey (2002, p. 395 e ss.) alega que ainda existem discussões sobre a autoria dessa obra que ficou conhecida como *Manual de eleições*, mas inclui o texto em uma de suas edições de Cícero. Em latim a obra possui títulos diferentes dependendo do manuscrito: *Commentariolum petitionis* e *Commentarium consulatus petitionis* “em manuscritos melhores”, e *De petitione consulatus* “em manuscritos inferiores” (SHACKLETON BAILEY, 2002, p. 402). Utilizamos aqui o título escolhido por Shackleton Bailey.

ROMA E SEU CONTINGENTE DE ESCRAVOS⁵⁶⁶

Escravos – *servi* – podiam estar presentes na audiência dos *ludi scaenici*, conforme mostramos no Capítulo I. A existência de escravos na sociedade romana era antiga, pois havia normas escritas relacionadas a escravos em Roma desde a divulgação das Leis das Doze Tábuas⁵⁶⁷. Isso nos permite deduzir que a sociedade romana, desde antes de meados do século V a.C. – quando foram promulgadas essas leis –, percebeu que havia em seu seio um contingente de escravos cujo número requeria a criação de normas relacionadas ao tratamento apropriado daquela porção da comunidade (BRADLEY, 1994, p. 17-18)⁵⁶⁸. Devemos entender que o direito dito civil possui sempre algo de antigo e consuetudinário (BRETONNE, 1998, p. 100). Dito de outra forma, todo ordenamento jurídico – todo conjunto de normas, composto por um sistema formado por uma miríade de normas – nasce da absorção de um direito preexistente, da assimilação de elementos de regras precedentes, as quais fazem parte, de forma expressa ou tácita, do novo ordenamento jurídico (BOBBIO, 2016, p. 45-48, 52-55)⁵⁶⁹. Não existe sentido em constituir leis para reger situações que não tenham impacto na comunidade. Portanto, as Leis das Doze Tábuas devem representar a codificação do direito consuetudinário romano da época, relacionado, entre outros, aos problemas nas relações escravistas romanas considerados mais importantes, ou impactantes.

Desde meados do século V a.C., quando foram promulgadas as Leis das XII Tábuas, até o século III a.C. a escravidão ganhou importância crescente, gerando grandes impactos, principalmente sociais e econômicos. Essa importância foi amplificada pelo nascimento de novos escravos em cativeiro, que aumentou provavelmente de forma considerável no mesmo período (SOLIN, 2008, p. 101-102)⁵⁷⁰.

Existiam diferentes causas de redução à escravidão, as quais tipificavam os *servi*. Os nascidos na escravatura, se fossem criados na casa onde nasceram eram denominados “*vernae*”. Indivíduos nascidos livres – “*ingenui*” – podiam se tornar escravos por diferentes motivos: sendo abandonados quando crianças e comprados,

⁵⁶⁶ Não fazemos aqui uma análise da escravidão em Roma. Tecemos apenas comentários sobre o assunto. Sobre a escravidão em Roma, ver, por exemplo, Treggiari (1969), Hopkins (1978), Fabre (1981) e Joly (2005).

⁵⁶⁷ Por exemplo, segundo Aulo Gélio (*N A*, XI.18.8), uma das leis (VIII.14) ditava que um escravo flagrado roubando devia ser açoitado e lançado para morrer da rocha Tarpeia, no Capitólio.

⁵⁶⁸ Na interpretação de Cornell (2001, p. 272 e ss.), as Leis das XII Tábuas formavam um conjunto de leis que provavelmente abordava apenas situações nas quais havia disputa ou dúvida.

⁵⁶⁹ E que, por essa razão, o limitam (BOBBIO, 2016, p. 45-48, 52-55).

⁵⁷⁰ Segundo Scheidel (2007, p. 2), entre o século V a.C. e o século I a.C. a população agregada de escravos na Itália aumentou “drasticamente”.

sendo criados em cativo (pelo que eram chamados “*alumni*”⁵⁷¹), sendo vendidos pelos pais, vendendo a si próprios para saldar dívidas, sendo capturados na guerra e vendidos, ou sendo vítimas de piratas ou raptos (TREGGIARI, 1969, p. 2; RAWSON, 2005, p. 251 e ss.). As leis romanas proibiam a venda de crianças livres, assim como proibiam que um cidadão se vendesse. Porém, conforme comentou Treggiari (1969, p. 2), a pobreza pode ter transformado essas práticas em alternativa para muitas pessoas. Todas essas formas de escravização, à exceção do escravo por dívidas, estão presentes nas comédias de Plauto (RICHLIN, 2017, p. 358)⁵⁷².

Dentre as causas citadas para a condição de escravo, o rapto era a segunda mais prolífica na Antiguidade (TREGGIARI, 1969, p. 2; SOLIN, 2008, p. 102). Aparentemente as regiões a leste do Mediterrâneo eram as preferidas dos raptos e piratas em busca desse tipo de mercadoria, de forma que o nome *Syrus*⁵⁷³ – e formas nominais semelhantes – tornou-se comum entre os nomes de escravos e sugere essa proveniência (TREGGIARI, 1969, p. 2). Com relação ao rapto, uma das preocupações nos tratados entre Roma e Cartago era com a escravização de cidadãos. Por exemplo, o segundo tratado, firmado em 348 a.C. – comentado por Políbio (III.24.1 e ss.) –, possuía cláusula específica que regia sobre a captura de cidadãos da Itália pertencentes a comunidades que tinham tratados com os romanos. Essa cláusula nos permite inferir que os cartagineses frequentavam a Península Itálica no século IV a.C. e que os romanos sabiam da possibilidade de captura de pessoas por parte dos cartagineses, fora de contextos de conflito armado – possibilidade provavelmente alta, pois constava no tratado.

A possibilidade de rapto é representada nas comédias de Plauto em mais de uma situação. Por exemplo, em *Os cativos* (*Capt.*, 8-10), Tíndaro, um dos filhos de Hegião, foi raptado por um escravo fugitivo quando tinha quatro anos de idade e posteriormente vendido. Em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 64-66, 72-74, 84-94), Agorástocles foi raptado em Cartago com sete anos, comprado e adotado por um rico cidadão de Calidão,

⁵⁷¹ Rawson (2005, p. 251-252) refere-se às crianças conhecidas como *alumni* ou *alumnae* (meninas) como crianças criadas pelos donos como se fossem adotadas – órfãos pobres, ou provenientes de relações ruins, ou crianças expostas. Segundo a autora, existem também epitáfios de *alumni* referidos como de condição livre (RAWSON, 2005, p. 252).

⁵⁷² Por exemplo, Plauto escreve sobre o *verna* – o escravo criado na casa do senhor (*Amph.*, 179-180; *Mil.*, 698) –, a menina abandonada e tornada escrava (*Casina*, 39 e ss.), a moça vendida pelo pai (*Persa*, 332 e ss.), os homens capturados na guerra e vendidos (*Capt.*, 25 e ss.; *Epid.*, 206-215), pessoas raptadas e vendidas (*Poen.*, 64 e ss.) e vítimas de pirataria que foram vendidas (*Poen.*, 896-897). Richlin (2017, p. 358) organizou uma tabela bastante didática com essa tipologia.

⁵⁷³ Ou seja, “Sírio”, um nome genérico para escravos provenientes das regiões orientais do Mediterrâneo, como a Capadócia, a Síria e outras (SOLIN, 2008, p. 103).

sendo que suas duas primas, as irmãs Adelfásio e Anterastilis, foram também sequestradas em Cartago quando crianças, com quatro e cinco anos respectivamente, vendidas a um cafetão e criadas para serem prostitutas. É interessante notar que os piratas que raptaram e venderam as cartaginesas ainda crianças nessa última comédia, segundo Plauto (*Poen.*, 897), eram sicilianos⁵⁷⁴, mas sua etnia não é fornecida, apenas a origem geográfica. Em tese poderiam ser de ascendência grega ou cartaginesa.

Mas a principal fonte de escravos na Antiguidade era a guerra (TREGGIARI, 1969, p. 3). A venda de cativos de guerra capturados pelos romanos era feita pelos questores⁵⁷⁵, mas também por *mercatores* que seguiam os exércitos em luta⁵⁷⁶. Encontramos a prática da venda de escravos pelos questores em Plauto. Em *Os cativos* (*Capt.* 34, 110-111, 453), Plauto iguala por três vezes escravos ao butim de guerra, informando que sua venda foi efetuada pelos questores⁵⁷⁷. Era, portanto, uma prática efetivada *publica re*.

No século III a.C. as guerras nas quais os romanos se engajaram foram fontes de escravos. Os romanos escravizaram samnitas na Terceira Guerra Samnita (297 a.C. a 293 a.C.), gregos do sul da Itália conquistados durante a guerra contra Pirro (280 a 275 a.C.), celtas do norte da Itália (225 a 222 a.C.), siracusanos e cartagineses – e seus aliados – durante a Primeira Guerra Púnica (264 a 241 a.C.), ilírios durante a Primeira e a Segunda Guerra da Ilíria (229 a 228 a.C. e 220 a 219 a.C.), macedônicos e seus aliados gregos na Primeira Guerra Macedônica (211 a 205 a.C.), campanianos que se aliaram aos cartagineses durante a Segunda Guerra Púnica, e cartagineses e seus aliados celtas, celtiberos e itálicos durante a Segunda Guerra Púnica (219 a 202 a.C.). Após a Segunda Guerra Púnica e até cerca do final da década de 180 a.C., as fontes principais de escravos foram as campanhas contra gauleses na Gália Cisalpina (201 a.C. a 190

⁵⁷⁴ A passagem de Plauto (*Poenulus*, 896-897) é: “... ele as comprou pequenas em Anactório de um pirata siciliano” – “... *illas emit in Anactorio parvolas / de praedone Siculo*”.

⁵⁷⁵ Encontramos a prática da venda de cativos de guerra pelos questores evidenciada por Tito Lívio. Por exemplo, em uma passagem, Tito Lívio (XXVII.19.2,8) narra que Cipião Africano, após ceder aos soldados todo o butim exceto os indivíduos livres, ordenou ao questor que vendesse os africanos, ou seja, os cartagineses e seus aliados da África. Em outra passagem, Tito Lívio (XXVI.47.8) escreve que o mesmo Cipião, quando tomou Nova Cartago, entregou o butim, após ser “pesado e contado”, ao questor Caio Flamínio.

⁵⁷⁶ Evidências de *mercatores* seguindo exércitos em marcha nos é dada, por exemplo, por Tito Lívio. Tito Lívio (X.17.6-7) relata – em forma de discurso de um romano – a venda de escravos samnitas pelos soldados romanos aos *mercatores* que seguiam o exército em 296 a.C. Igualmente, Tito Lívio (XXVIII.22.3-4) escreve que em 206 a.C. habitantes de uma comunidade celtibérica inimiga fizeram incursões em terras de aliados romanos e capturaram soldados romanos, seguidores do exército em marcha e *mercatores*.

⁵⁷⁷ No prólogo, Plauto escreve que Hegião “comprou ambos do butim dos questores” (*Capt.*, 34). Em uma passagem, Hegião diz: “esses dois prisioneiros, que ontem comprei do butim dos questores” (*Capt.*, 110-111). Em outra: “comprei eles do butim dos questores” (*Capt.*, 453).

a.C.), a Segunda Guerra Macedônica (200 a 197 a.C.) e a guerra contra o selêucida Antíoco III e seus aliados gregos (190 a 188 a.C.).

A Segunda Guerra Púnica gerou grande número de cativos na Itália, na Sicília – e nas ilhas próximas – e na África, aumentando de forma significativa a quantidade de escravos na Itália (SOLIN, 2008, p. 101-102). Cícero (*Tusculanae disputationes*, III.53) escreveu que “muitos cartagineses foram escravizados em Roma, muitos macedônicos com a captura do rei Perses”⁵⁷⁸. Perseu da Macedônia foi derrotado em 167 a.C. e Cícero muito provavelmente escreveu “cartagineses” pensando na destruição de Cartago, em 146 a.C., mas é igualmente possível que tenha também se referido aos cartagineses escravizados na Segunda Guerra Púnica. Por exemplo, em 212 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, segundo Tito Lívio (XXV.14.11), como resultado de um ataque a um acampamento cartaginês nas proximidades de Cápua, os romanos fizeram milhares de prisioneiros cartagineses, além de muitos habitantes de Cápua⁵⁷⁹. O número de escravos capturados pelos romanos nas guerras nos séculos III a.C. e II a.C. – não apenas homens, mas mulheres, crianças e idosos –, portanto, deve ter sido muito grande⁵⁸⁰.

A partir do século II a.C. as informações das fontes sobre o número de escravos chegados à Itália, e a Roma particularmente, se tornam mais confiáveis. Contudo, mesmo assim essas informações são poucas para a primeira metade do século (SOLIN, 2008, p. 103 e ss.). Apesar dessas dificuldades, Ziolkowski (1986, p. 74-75), utilizando dados fornecidos por Tito Lívio e Apiano entre os anos de 218 a.C. e 167 a.C.⁵⁸¹, somou os números de escravizados pelos romanos em guerras durante aquele período⁵⁸². O

⁵⁷⁸ O texto de Cícero (*Tusc.*, III.53) é: “*Karthaginienses multi Romae servierunt, Macedones rege Perse capto*”. O rei Perses é Perseu.

⁵⁷⁹ De acordo com Tito Lívio (XXV.14.12), os romanos venderam e distribuíram o butim, o qual, além dos prisioneiros, incluía animais de carga e carroças.

⁵⁸⁰ A título de exemplo, em 261 a.C., durante a Primeira Guerra Púnica, como resultado da captura de Acragás – Agrigento, para os romanos –, na Sicília, toda a população sobrevivente da cidade foi escravizada (SCHEIDEL, 2007, p. 7). Outro exemplo: em 167 a.C. os romanos saquearam o Epiro, após a Terceira Guerra Macedônica, e escravizaram cerca de 150 mil pessoas, número que, segundo Scheidel (2007, p. 7), aponta o maior registro de cativos em uma única operação de guerra que pode ter “alguma semelhança com a realidade”. É preciso notar que o total de aproximadamente 700 mil escravizados registrado pelas fontes entre os anos de 297 a.C. e 167 a.C. – ou seja, entre o início do século III a.C. e meados do século II a.C. – não inclui toda a escala de escravização em épocas de guerra, pois, apesar da possibilidade de que os números fornecidos pelas fontes possam ser exagerados, esses números subestimam de forma cumulativa operações menores ou mesmo campanhas inteiras (SCHEIDEL, 1999, p. 136; 2007, p. 7).

⁵⁸¹ Ou seja, incluindo, além das guerras que citamos acima, a Terceira Guerra Macedônica (171 a.C. a 168 a.C.).

⁵⁸² A proposta do cômputo de Ziolkowski (1986, p. 69 e ss.) é de somar os escravizados nas guerras, os únicos números fornecidos pelas fontes, sejam eles acurados ou não.

número total obtido foi de 338 mil pessoas, sendo que, conforme enfatizou Ziolkowski (1986, p. 74, nota 35), provavelmente nem todos os escravos citados pelas fontes e computados por ele foram enviados para a Itália⁵⁸³. Scheidel (2007, p. 7-8), baseando-se também em dados das fontes para o mesmo período, escreve que os romanos capturaram em guerras entre 475 mil e 489 mil pessoas. Esses totais – bastante distintos – são apenas aproximações do número de escravos capturados nas guerras do período e não nos informam sobre o restante escravizado, pois, como comentou Scheidel (1999, p. 136), além da possibilidade de que os números fornecidos pelas fontes não sejam acurados, os cálculos não levam em conta o tráfico regular, provavelmente diário, de escravos.

Escravos, portanto, constituíam porção significativa da Itália em termos demográficos (SCHEIDEL, 2007, p. 3). Esses, juntamente com imigrantes livres, chegavam constantemente à Península, tornando-se residentes permanentes (PARK, 1918, p. 29)⁵⁸⁴. Esse movimento, aumentado gradualmente, foi tal que a expansão da população urbana na Itália nos séculos II a.C. e I a.C. se deve, provavelmente, à imigração e ao influxo de escravos (SCHEIDEL, 2004, p. 9)⁵⁸⁵. Evidências da presença de escravos de diferentes proveniências encontramos nas peças de Plauto. Por exemplo, em uma passagem que já comentamos, Plauto, em *O gorgulho* (*Curc.*, 288-290)⁵⁸⁶, fala dos gregos. Em outra passagem, Plauto, em *As três moedas* (*Trin.*, 545-546)⁵⁸⁷, fala de escravos campanianos⁵⁸⁸.

⁵⁸³ É interessante notar que Ziolkowski (1986, p. 74, nota 35) escreve: “Naturalmente, nem todos os cativos de guerra foram trazidos – *brought* – para a Itália”, posicionando-se em seu texto, aparentemente, como pertencente ao mesmo *locus* dos receptores dos escravos.

⁵⁸⁴ Segundo Park, “a presença de estrangeiros por toda a Itália, e sua importância econômica, está implícita em toda parte, quando não é afirmada” (PARK, 1918, p. 29).

⁵⁸⁵ Scheidel (2004, p. 9) lista também como um fator responsável por esse aumento da população a urbanização.

⁵⁸⁶ *O gorgulho* foi apresentada pela primeira vez em 193 a.C., ou pouco após (WESTAWAY, 1917, p. 78-80; DE LA VILLE DE MIRMONT, 1918, p. 27; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SLATER, 1987, p. 267; DE MELO, 2011h, p. 223-224)

⁵⁸⁷ Existem dois períodos propostos para a primeira apresentação de *As três moedas*: o mais antigo, entre 196 a.C. e 192 a.C., e o mais novo, entre 188 a.C. e 187 a.C. (WESTAWAY, 1917, p. 78-80; HALL, 1926, p. 20; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; ERNOUT, 2003f, p. 14; MATTINGLY, 1963, p. 48; SLATER, 1987, p. 267; DE MELO, 2013a, p. 115-116). Como, segundo Tito Lívio (XXXVIII.36.5), os campanianos foram registrados no censo em Roma em 189 a.C. – a primeira vez após a defecção durante a Segunda Guerra Púnica, sobre a qual comentamos na nota 588, à frente – e Plauto dificilmente escreveria uma comédia que zombasse dos campanianos comparando-os a escravos resistentes logo após seu registro no censo – ou seja, após voltarem a ser cidadãos romanos –, a data mais antiga para a primeira apresentação, entre 196 a.C. e 192 a.C., deve ser a correta.

⁵⁸⁸ Plauto (*Trin.*, 545-546) escreve “Mas a raça dos campanianos já passa adiante a resistência dos sírios” – “*sed Campans genus multo Syrorum iam antidi*”. A associação entre a resistência dos campanianos e a dos sírios relaciona-se a um comentário que Plauto (*Trin.*, 542-544) faz em uma passagem imediatamente anterior, na qual afirma que os escravos sírios são muito resistentes em trabalhos rurais em ambientes

Após a Segunda Guerra Púnica o número de escravos – não só em Roma, mas em toda a Itália – cresceu muito e o trabalho escravo, principalmente nas áreas rurais, em detrimento do trabalho de agricultores pobres, mas livres, passou a ser utilizado de maneira mais ampla e crescente (CRAWFORD, 1992, p. 98; JOLY, 2005, p. 38).

A questão do aumento do uso de mão-de-obra escrava, principalmente no ambiente rural, ainda não era crítica para a população romana – e da Itália – na época de Plauto, mas foi aos poucos se intensificando. O aumento da população escravizada e a consequente ampliação da utilização dessa mão-de-obra – juntamente com a gradual concentração de terras produtivas por proprietários ricos – foram fatores que provocaram a crise agrária nas últimas décadas do século II a.C. (BRUNT, 2001, p. 75 e ss.; CRAWFORD, 1992, p. 97 e ss.)⁵⁸⁹.

com muita insolação. Quanto à escravização de campanianos, Cápua – que detinha o *status* de comunidade romana *sine suffragio* – e outras comunidades da Campânia haviam se juntado a Aníbal após 216 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica. Após sua defecção, Cápua foi tomada pelos romanos durante a guerra, em 211 a.C. Segundo Tito Lívio (XXVI.14.8-9), logo após a rendição de Cápua em 211 a.C., seus senadores – Tito Lívio (XXVI.14.7) denomina de “senado de Cápua” (“*senatus Campanus*”) a instituição de Cápua correlativa ao Senado romano – foram postos a ferros e obrigados a entregar suas riquezas em ouro e prata aos questores romanos, sendo vinte e cinco deles enviados para a cidade de Cales e vinte e oito para Teano, cidades que não haviam tomado o lado dos cartagineses durante a guerra. Todos logo depois foram decapitados por ordem do cônsul Cneu Fúlvio Centumalo, segundo Tito Lívio (XXVI.15.7-10). Ainda de acordo com Tito Lívio (XXVI.16.5-6), após a rendição das cidades campanianas de Atela e Calátia, cerca de setenta de seus senadores foi morta por ordem do cônsul romano, cerca de trezentos *nobiles Campani* foram postos em cárcere, e outros que estavam em custódia em cidades latinas aliadas foram mortos de diversas formas. Nas palavras de Tito Lívio (XXVI.16.6), “a multidão dos outros cidadãos de Cápua foi vendida” – “*multitudo alia civium Campanorum venum data*”. Como a região de Cápua era considerada fértil, relata Tito Lívio (XXVI.16.16.7), “a melhor na Itália”, a cidade foi preservada para ser “a sede dos arados”. Além disso, continua Tito Lívio (XXVI.16.8-10), para manter a cidade habitada, a multidão de moradores estrangeiros, libertos, negociantes e artesãos foi mantida; todas as terras e as construções foram feitas *publica populi Romani* – “públicas do povo romano”. Foi decidido também que Cápua, apesar de ser habitada, não teria corpo de cidadãos e nem político – “*corpus nullum civitatis nec senatum nec plebis concilium nec magistratus esse*”: “não teria nenhum corpo de cidadãos, nem senado, nem concelho da plebe, nem magistrados”, de maneira que, escreve Tito Lívio (XXVI.16.9-10), a cada ano os romanos enviariam um prefeito para resolver problemas judiciais – “*ad iura reddenda*”.

⁵⁸⁹ No final do século III a.C., possivelmente em meio à Segunda Guerra Púnica, a qualificação de propriedade para o serviço militar foi reduzida de 11 mil para 4 mil asses, sendo que nova redução foi feita, entre meados da década de 160 a.C. e algum momento entre 141 a.C. e o final da década de 130 a.C., para 1,5 mil asses, reduções que indicam que o número de *adsidui* estava diminuindo, dificultando o arrolamento de homens para o exército (BRUNT, 2001, p. 75 e ss.; CRAWFORD, 1992, p. 97-98). A principal explicação para isso é a expropriação de pequenos agricultores por grandes proprietários. Esses agricultores, com a perda de suas propriedades, foram aos poucos rebaixados para a classe dos *proletarii*. A concentração de terras públicas sob o domínio de proprietários ricos, assim como o crescimento do domínio desses proprietários sobre terras antes pertencentes a pequenos proprietários, somados à exploração dessas terras cada vez mais por meio do trabalho escravo, levou ao empobrecimento de frações cada vez maiores da população cidadã, levando às diminuições do limite da qualificação de propriedade (BRUNT, 2001, p. 75 e ss.; CRAWFORD, 1992, p. 97 e ss.; JOLY, 2005, p. 38). Outra explicação, não excludente da primeira, para a diminuição do número de *adsidui* relaciona-se às dificuldades de recrutamento para o exército a partir do final da Segunda Guerra Púnica, quando a necessidade de manutenção de tropas fora do território da Itália obrigou a permanência de soldados muito tempo em serviço. Isso provocou relutância, às vezes forte, ao recrutamento e incidentes de amotinação

Nesse sentido, nos dois últimos séculos da República, ao mesmo tempo em que aumentou na Itália o número de escravos provenientes de outras regiões do Mediterrâneo, a população livre diminuiu ou ficou estagnada (PARK, 1918, p. 5; BRUNT, 2001, p. 131-132; LO CASCIO, 2010, p. 30)⁵⁹⁰. Esse declínio da população original da Península Itálica e o crescimento da população servil foram “dois lados da mesma moeda”, segundo Brunt (2001, p. 9)⁵⁹¹. O processo de substituição de trabalhadores livres, tanto pequenos proprietários quanto arrendatários, provavelmente foi mais intenso na Itália – incluindo a Sicília –, no período que estamos analisando até o século I a.C., do que em qualquer outro local e época em toda a Antiguidade (BRUNT, 2001, p. 135-136)⁵⁹². Assim, Brunt (2001, p. 154-155) considera que as causas fundamentais da regressão da população livre na Itália possuem raízes nas guerras: a alta mortalidade⁵⁹³ e a baixa fertilidade no período estão ligadas ao

nas tropas que estavam há muito tempo em campanha. O aumento na incidência de recrutamentos era motivado também, provavelmente, pelo declínio no número de *adsidui*, reduzidos a *proletarii* (CRAWFORD, 1992, p. 97). Estudos sobre as crises romanas, tanto de recrutamento quanto agrárias, podem ser lidos, por exemplo, em Taylor (1962, p. 19 e ss.) e Crawford (1992, p. 96 e ss.).

⁵⁹⁰ Entre 200 a.C. e 170 a.C. muitos cidadãos se beneficiaram com as distribuições individuais de terras e a fundação de colônias (DE LIGT, 2007a, p. 20). No período entre 163 a.C. e 133 a.C. provavelmente houve aumento no número de cidadãos romanos adultos, mas essa expansão demográfica não foi acompanhada por um aumento correspondente na quantidade de terras disponíveis para cultivo por cidadãos (DE LIGT, 2007a, p. 20). Logo, após 163 a.C. houve um aumento na pobreza da população rural, a qual levou uma proporção cada vez maior da população de cidadãos adultos para abaixo do limite de qualificação para o serviço militar (DE LIGT, 2007a, p. 20).

⁵⁹¹ A presença de ex-combatentes inimigos, cativos de guerra e escravizados em Roma, fazia parte do cotidiano da *Urbs*, principalmente nos anos posteriores à Segunda Guerra Púnica, e foi objeto de uma das comédias de Plauto, *Os cativos*. Na peça, um *pater familias* de boa condição financeira compra prisioneiros de guerra escravizados no intuito de trocá-los por seu filho, o qual, por sua vez, fora feito prisioneiro e escravizado pelas forças inimigas.

⁵⁹² Morley (2001, p. 58) não acredita que o aumento do trabalho escravo no ambiente rural tenha sido responsável pela escassez de trabalho, pois, em sua visão, o número de pessoas livres na Itália aumentou de forma regular nos séculos II a.C. e I a.C., de maneira que muitas dessas pessoas devem ter trabalhado como arrendatários. Contudo, advoga que a escravidão era tida como a melhor forma de trabalho para o cultivo da terra (MORLEY, 2001, p. 58). O aumento da população provavelmente promoveu o aumento do custo de vida, provocando o aumento do débito e a necessidade de vender terras pelo campesinato livre (MORLEY, 2001, p. 58). Para Morley (2001, p. 60), o problema em Roma no final do século II a.C. foi o excesso de mão-de-obra não escrava e a consequente luta por acesso à terra. Scheidel (2004, p. 3), por sua vez, acredita que os números de Morley (2001 p. 50 e ss.) são implausíveis.

⁵⁹³ De Ligt (2007a, p. 13) comenta que houve uma enorme perda populacional entre 218 a.C. e 201 a.C. Brunt (2001, p. 78-79) calcula que a população cidadã romana cresceu em média 1% apenas entre 203 a.C. e 168 a.C. e 1,5% entre 168 a.C. e 124 a.C. Quanto às perdas no corpo de cidadãos, nas duas primeiras décadas após o final da Segunda Guerra Púnica as guerras provocaram perdas médias anuais, contando romanos e aliados em idade de lutar, de milhares de homens (PARK, 1918, p. 17). Essas perdas certamente foram maiores durante a Segunda Guerra Púnica, e entre elas, naturalmente, contavam-se prisioneiros de guerra escravizados. Segundo Tito Lívio (XXXIV.50.5-6), o número de prisioneiros capturados por Aníbal na Segunda Guerra Púnica e vendidos como escravos foi enorme. Por exemplo, em 194 a.C., durante uma assembleia em Corinto convocada pelos romanos com diversas *poleis* gregas para tratar de diferentes assuntos, Tito Quíncio Flaminio pediu que, se houvesse cidadãos romanos escravizados entre os gregos, esses fossem resgatados e enviados a ele, relatou Tito Lívio (XXXIV.48.2-3). Aqueles que foram então resgatados eram cativos da época da Segunda Guerra Púnica, os quais

empobrecimento da população devido às guerras contínuas, empobrecimento provocado pelas conscrições impostas sobre os povos da Itália⁵⁹⁴ – conscrições cujo decréscimo foi pequeno desde o final da Segunda Guerra Púnica até o século I a.C. –, pelas mortes – dentro da família, não apenas as baixas militares –, pela desestabilização das famílias e pelo abandono das terras, as quais terminavam nas mãos de grandes proprietários⁵⁹⁵. Dessa forma, devido aos altos níveis de mobilização militar, famílias livres não teriam sobrevivido sem uma forte presença de mão-de-obra escrava, tanto nas atividades rurais quanto em outras atividades econômicas (SCHEIDEL, 1999, p. 134).

Apesar da instituição da escravidão pervagar a sociedade romana no espaço e no tempo, estimativas sobre o número de escravos em qualquer época da história romana são muito dificultadas pela carência de dados – não se conhecem insumos importantes como, por exemplo, a razão entre os sexos, a frequência em que ocorriam as manumissões, a extensão da exposição infantil (BRUNT, 2001, p. 67; LO CASCIO, 2010, p. 26)⁵⁹⁶. Scheidel (2005, p. 64; 2007, p. 2 e ss.), por exemplo, afirma que não é possível saber a quantidade de escravos que havia em qualquer comunidade particular da Itália – e em qualquer setor da economia – em uma época particular, pois os números de escravos adquiridos durante as campanhas militares informados pelas fontes

contavam, de acordo com Tito Lívio (XXXIV.50.5-7), Valério Máximo (V.2.6) e Plutarco (*Titus Flamininus*, 13.4-4), entre 1200 e 2000 cidadãos.

⁵⁹⁴ Quanto às conscrições, os romanos precisaram manter muitos soldados em serviço contínuo após o término da Segunda Guerra Púnica, provavelmente por causa das perdas sofridas. Cerca de 201 a.C. vários foram transportados da África para a Sicília ao final da guerra e depois para a Macedônia, onde parte se amotinou em 199 a.C., exigindo a dispensa, segundo Tito Lívio (XXXII.3.2-5). Após 196 a.C. o número de cidadãos ausentes por esse motivo provavelmente aumentou (PARK, 1918, p. 12-13). Por exemplo, parte dos soldados enviados para a Hispânia em 196 a.C. foi mantida na região até 180 a.C. e parte provavelmente estava ainda servindo em 168 a.C., além de que parte dos soldados enviados para se juntar a eles em 187 a.C. serviu até 177 a.C. e parte aparentemente estava ainda na Hispânia em 168 a.C., sendo que os soldados enviados para substituir os dispensados em 180 a.C. e 177 a.C. aparentemente ainda estavam na Hispânia em 168 a.C. (TOYNBEE, 1965b, p. 75).

⁵⁹⁵ Brunt (2001, p. 132 e ss.) analisa diferentes fatores para compreender as razões dessa diminuição – ou estagnação – da população livre da Itália: expectativa de vida, mortalidade – devida à urbanização, às guerras, às doenças e à subnutrição –, nascimentos (incidência de casamentos), limitações no tamanho da família – por questões econômicas e de manutenção do nível de vida, por exemplo –, fertilidade de homens e mulheres manumissos, modos de limitação da família – aborto, infanticídio, contracepção –, emigração. Brunt (2001, p. 154-155), após sua análise, considera que a mortalidade e a fertilidade, a primeira amplificada e a segunda muito diminuída pelas guerras, são responsáveis pelo declínio da população livre na Itália no período considerado. Park (1918, p. 9-10), além de enumerar como razões para a diminuição da população livre da Itália as guerras nos séculos II a.C. e I a.C., a diminuição de casamentos (diminuição de nascimentos) e a geração de poucos filhos, enfatiza também a emigração. Brunt (2001, p. 154) não concorda e afirma que a emigração não foi, em sua interpretação, um fator significativo na história demográfica da Itália.

⁵⁹⁶ A probabilidade de mulheres e crianças serem frequentes nos mercados de escravos era grande segundo Scheidel (1999, p. 138; 2005, p. 72), por diferentes razões: por exemplo, provavelmente sobreviviam em maior número às guerras que os homens adultos e o risco de mulheres serem expostas ao nascer era maior que o dos homens.

fornecem apenas uma ideia de magnitude. Porém, levando em conta todas as dificuldades, algumas estimativas sobre o número de escravizados são conhecidas e podem ser apresentadas aqui.

Brunt (2001, p. 67) estima que em 225 a.C., antes da Segunda Guerra Púnica, havia na Itália cerca de 600 mil escravos e em 212 a.C., durante a guerra, havia cerca de 500 mil. Scheidel (2004, p. 1; 2005, p. 77), em um estudo anterior ao que comentamos, estima que foram transportados para a Itália entre 200 a.C. – ou seja, após a Segunda Guerra Púnica – e o final do século I a.C. cerca de 2 milhões a 4 milhões de escravos, sendo que no mesmo período, contadas as variações nessa população por diferentes fatores, desde morte até manumissão, o número de escravos na Itália deve ter variado entre 130 mil e 270 mil, para o ano de 200 a.C., e entre 850 mil e 1,86 milhões, para o final do século I a.C. Brunt (2001, p. 122 e ss.), por sua vez, estima o número de escravos para o final do século I a.C. em torno de 3 milhões⁵⁹⁷. Percebemos que as estimativas de Brunt e Scheidel fornecem números distintos, mas todas apontam o aumento da população escrava na Península Itálica no período considerado⁵⁹⁸.

Comparando com estimativas para a população livre na Itália, Brunt (2001, p. 59, 121) assume que ao sul do rio Pó havia em 225 a.C. entre 3 milhões e 3,5 milhões de pessoas – 1 milhão de romanos e 2 milhões de aliados –, o que implica que entre 17% e 20% da população era composta por escravos. Utilizando agora as estimativas de Scheidel (2004, p. 1, 12; 2005, p. 77) para a população livre da Itália entre 200 a.C. e 177 a.C. – cerca de 1,25 milhões de pessoas, sendo entre 250 mil e 300 mil romanos – e comparando com suas estimativas para a população de escravos, temos que entre 10% e

⁵⁹⁷ Scheidel (2005, p. 66-67) estima que havia entre 220 mil e 440 mil escravos em Roma e entre 280 mil e 560 mil nas outras cidades da Itália entre o século I a.C. e o século I, e pondera que a população escrava da Itália dificilmente ultrapassaria 1 milhão de pessoas, incluindo mulheres e crianças – ponderação que apenas diminui a probabilidade dessa população ultrapassar 1 milhão de pessoas, mas não a elimina, pois ele mesmo propõe, no mesmo artigo, uma população de cerca de 1,2 milhões de escravos (SCHEIDEL, 2005, p. 76). Scheidel (1999, p. 131, 134-135; 2005, p. 65), em um artigo anterior, escreve que as estimativas e os números das populações escrava e total fornecidos por Brunt são suposições e não estão baseados “em nenhuma evidência” – estão, assim como outras estimativas semelhantes anteriores, baseadas frequentemente nas proporções de escravos em relação à população livre conhecidas para os Estados Unidos, o Brasil e a região do Caribe no século XIX, ou seja, cerca de 30%. Contudo, Scheidel (1999, p. 135-138), apesar de suas ressalvas, escreve que “apenas o fato de essas suposições não estarem baseadas em evidências confiáveis não significa necessariamente que estão erradas” e, após alguns cálculos e estimativas, chega à conclusão que é possível que a população escrava na Itália no final do século I a.C. fosse de 2 milhões ou 3 milhões – ou seja, praticamente o mesmo resultado apresentado por Brunt (2001, p. 122-124) –, apesar de que um número menor seja mais provável, segundo o autor. Posteriormente, conforme mostramos, Scheidel (2005, p. 76) ponderou sobre a população escrava de cerca de 1 milhão de pessoas.

⁵⁹⁸ Um cálculo rápido baseado nessas estimativas nos fornece uma variação entre 7% e 17% no número de escravos na Itália, desde o início do século II a.C. até o final do século I a.C. A diferença de escala entre as duas variações é um indício da dificuldade de tal exercício de estimativa.

22% da população da Itália no período era de escravos⁵⁹⁹. Todas essas estimativas apontam que o número de escravos na Itália era grande. Como os dados são todos obtidos a partir dos números de escravos capturados pelos romanos – de acordo com as fontes –, provavelmente o número de escravos em Roma era grande⁶⁰⁰. Não é por acaso que constituem a maioria dos personagens nas comédias de Plauto e faziam parte da audiência dos *ludi scaenici*, conforme mostramos no capítulo anterior.

ROMA E CARTAGO⁶⁰¹

Escrevemos anteriormente que o personagem cartaginês é construído por Plauto de maneira que possa ser rapidamente identificado pela audiência através de suas feições, vestimenta, gestos e fala. Outros personagens também são caracterizados por Plauto de tal forma que são reconhecidos como não romanos, como prenestinos e ilírios⁶⁰², por exemplo, e para esse fim Plauto usa diferentes sinais distintivos que provavelmente eram reconhecidos pela audiência como característicos de cada um deles (SARR, 2012, p. 275 e ss.).

É muito provável que os cartagineses comumente se trajassem com peças de vestuário culturalmente compartilhadas, como brincos e *tunicae*. Vimos que os romanos, assim como os latinos e outros povos da Península Itálica comumente usavam a *toga* – sinal de identidade e diferenciação, por exemplo, dos gregos com seus pálios e dos cartagineses com suas *tunicae*. Peças do vestuário são exemplos de feições diagnósticas que compõem o conteúdo cultural das diferenças étnicas, as quais os grupos buscam e exibem como feições de identidade (BARTH, 1998, p. 14). Mas, por

⁵⁹⁹ Para o final do século I a.C., de acordo com as estimativas de Brunt (2001, p. 122 e ss.), a porcentagem de escravos em relação à população livre total da Itália era de 40%.

⁶⁰⁰ A população romana no final do século I a.C. era de quase um milhão de habitantes (BEARD; CRAWFORD, 1995, p. 41; GARNSEY, 1999, p. 191). Entre esses, provavelmente um terço, contando homens, mulheres e crianças, era composto por escravos (BRUNT, 1962, p. 70; BEARD; CRAWFORD, 1995, p. 41).

⁶⁰¹ Cartago é denominada *Qart Hadasht* (“Cidade Nova”) nas línguas fenícia e púnica (RAKOB, 1990, p. 36; LANCEL, 1992, p. 34; AUBET, 2001, p. 212-218). Essa é a forma transliterada do nome da cidade, pois as escritas fenícia e púnica não possuem vogais. Em grego o nome da cidade é Καρχηδών (*Karkhedón*). A forma grega e a forma latina – Cartago – do nome são adaptações fonéticas.

⁶⁰² Quanto a Preneste, Plauto zomba do latim falado por seus habitantes, o qual aparentemente era considerado inferior (ADAMS, 2008, p. 120-121). Por exemplo, em *As três moedas* (*Trin.*, 608-609) zomba na ênfase em algumas expressões, e em *O truculento* (*Truc.*, 689-691) usa um barbarismo – elimina uma sílaba na palavra “*arrhabonem*” – procurando imitar o modo prenestino de falar. Segundo Adams (2008, p. 173), o latim de Preneste provavelmente era um dialeto do latim. Quanto aos ilírios, segundo Plauto, em *As três moedas* (*Trin.*, 851-852), um de seus personagens é “do tipo de um cogumelo” – “*fungino genere est*” –, pois cobre toda a cabeça com seu chapéu, adicionando: “Vê-se a aparência ilírica do homem, de como vem vestido” – “*Hilurica facies uidetur hominis, eo ornatu aduenit*”.

outro lado, também fazem parte das feições que são marcadas como características da diferença entre grupos e que são usadas para compor os estereótipos (HALL, 1997:235-236; DELAMATER, 2000, p. 185; WOODWARD, 2007:40, 46-47)⁶⁰³.

A diversidade étnica cartaginesa

As características dos cartagineses transmitidas por Plauto sugerem certas semelhanças fisionômicas e de comportamento, mas nos informam, na realidade, sobre a transcrição da representação estereotipada romana dos cartagineses. A língua, a vestimenta, os hábitos de cada grupo, vistos por uma perspectiva estereotipada, reduzem os indivíduos a um único paradigma. Porém, é possível recuperar das fontes alguns dados sobre a população cartaginesa do período estudado, os quais implicam que a população de Cartago provavelmente não possuía características físicas homogêneas.

As informações que temos nas fontes sobre os cartagineses não são muitas, mas sabemos por Heródoto (*Hist*, VII.166), por exemplo, que cerca de 480 a.C. havia um sufete⁶⁰⁴ cartaginês descendente de gregos de Siracusa, na Sicília, por parte de mãe, e Diodoro Sículo (XIV.77.5) relata que gregos provenientes de Siracusa viviam em Cartago em 396 a.C.⁶⁰⁵ A Sicília foi alvo de disputas bélicas entre siracusanos e cartagineses desde o século V a.C. até as primeiras décadas do século III a.C. (LANCEL, 1992, p. 105). Apesar disso, as evidências de Heródoto e Diodoro Sículo sugerem que as relações entre ambos não foram sempre hostis, e que em Cartago havia habitantes de ascendência siracusana ou provenientes de Siracusa e de outras comunidades gregas da Sicília desde ao menos o século V a.C. (GSELL, 1924, p. 175; FANTAR, 1998, p. 11 e ss.; DRIDI, 2006, p. 101; PILKINGTON, 2013, p. 229 e ss.)⁶⁰⁶. A arqueologia pode auxiliar nessa questão. Inscrições em grego, fenício e bilíngues

⁶⁰³ Identificar-se como membro de um grupo implica com frequência em representar outros de forma estereotipada e como membros de grupos contrastantes, pois essa representação do outro, a marcação da diferença, contribui para a identidade social (HALL, 1997:235-236; DELAMATER, 2000, p. 185; WOODWARD, 2007:40, 46-47).

⁶⁰⁴ A transliteração do termo púnico é “ŠPT” (KRAHMALKOV, 2000, p. 477), que se transcreve comumente como “*Shofet*” (PILKINGTON, 2013, p. 184), ou “*Shoufet*” (DRIDI, 2006, p. 105). O sufete era membro de uma alta magistratura cartaginesa, da qual existiam dois representantes. Esse cargo compartilhado não era exclusivo da região do Mediterrâneo Ocidental, mas existia na Fenícia desde ao menos o século VI a.C. (DRIDI, 2006, p. 105-107).

⁶⁰⁵ Alguns dos quais ficaram encarregados do serviço do culto cartaginês a Deméter e Core, segundo Diodoro Sículo (XIV.77.5). Porém, é interessante notar que os indivíduos designados como sacerdotes para o referido culto foram escolhidos entre os cidadãos mais notáveis de Cartago e os ritos foram seguidos à moda grega, ainda segundo Diodoro Sículo (XIV.77.5).

⁶⁰⁶ Estrangeiros eram aceitos também no exército cartaginês. Temos a evidência de Xantipo, comandante espartano que, segundo Políbio (I.32.1 e ss.) e Apiano (*Pun.*, 3.2 e ss.), foi trazido de Esparta junto com soldados gregos e liderou o exército cartaginês contra os romanos em 246 a.C., durante a Primeira Guerra Púnica.

fenício-gregas, datadas entre os séculos V a.C. e III a.C. e escavadas em contextos arqueológicos na região de Cartago, sugerem essa habitação (*RES* 1.57 n. 25⁶⁰⁷; *RES* 2.508⁶⁰⁸; CHABOT, 1926, p. 41⁶⁰⁹). Além desses dados, sabemos também que nos séculos IV a.C. e III a.C. a onomástica fenícia foi adotada na região de Cartago por outros indivíduos provenientes do norte da África, habitantes das colônias fenícias e cartaginesas (AMADASI GUZZO, 2002, p. 282)⁶¹⁰.

Outros indícios e evidências de mistura étnica existem. O costume do acordo político de casamento entre cartagineses e númidas, durante gerações, é atestado em diferentes passagens das fontes. Diodoro Sículo (XX.55.4), por exemplo, nos informa que os libifenícios possuíam direito de casamento com os cartagineses e define os libifenícios como habitantes das áreas costeiras do norte da África, enquanto Tito Lívio (XXI.22.3; XXV.40.5) os caracteriza como um povo mestiço do norte da África. Podemos compreender esses libifenícios como númidas, principalmente – provavelmente também mouros –, que habitavam o leste do atual Magreb e que estavam sob a esfera de influência de Cartago, principalmente política e econômica (WHITTAKER, 1978, p. 75-76; CAMPS, 1979, p. 48, nota 2; CROUZET, 2003, p. 660, 694)⁶¹¹. Portanto, casamentos entre númidas e cartagineses são atestados pelas fontes. Uma das passagens em que encontramos essas uniões é fornecida por Políbio (I.78.1-9),

⁶⁰⁷ Inscrição em língua fenícia (*RES* 1 57 n. 25), na qual se lê o nome “Berenike” em metátese – comutação linguística feita pela troca de fonemas ou sílabas dentro de um vocábulo.

⁶⁰⁸ Duas inscrições bilíngues (*RES* 2.508), inscritas em discos de chumbo, encontradas na necrópole denominada de Santa Mônica, próxima a Cartago. As inscrições, redigidas como uma única sentença parte em grego – ou outra língua da Itália – e parte em fenício, registram as oferendas feitas por alguém com o nome de *Euklea* aos deuses (ou ao deus), datadas do século IV a.C. ou século III a.C. (BERGER, 1903, p. 194-198; DELATTRE, 1903, p. 387-388; GSELL, 1924, p. 175-176). Outros exemplares de discos em chumbo com a mesma inscrição, ou parte dela, foram descobertos no mesmo contexto arqueológico, assim como cinco páteras de chumbo com inscrições semelhantes (BERGER, 1904, p. 18; DELATTRE, 1905, p. 175-176).

⁶⁰⁹ Inscrição em grego, que registra: “Apolodoro, filho de Hiketas, de Heraclea”. Chabot (1926, p. 41) interpreta que a cidade mencionada seja Heraclea Minoa, na Sicília, pois o nome “*Hiketas*” é encontrado frequentemente em contextos arqueológicos da Sicília. A inscrição data provavelmente do século IV a.C. ou século III a.C. (PILKINGTON, 2013, p. 30).

⁶¹⁰ A maioria dos antropônimos atestados em inscrições púnicas das regiões de Cartago e próximas datadas entre os séculos IV a.C. e III a.C. é fenícia (AMADASI GUZZO, 2002, p. 282). Apenas como exemplo da importância das variações do conteúdo populacional e da dominação política na influência de sistemas culturais, como na onomástica, por exemplo, em Chipre e na Grécia, no mesmo período, a onomástica da minoria de língua fenícia tendeu à assimilação pela onomástica da maioria grega (AMADASI GUZZO, 2002, p. 282).

⁶¹¹ Fizemos comentários sobre os libifenícios na nota 501, nesse capítulo. Whittaker (1978, p. 75-76) acredita que essas relações de direito de casamento – ἐπιγαμία, *epigamía* – haviam se desenvolvido no século III a.C., juntamente com o domínio regional de Cartago. Porém, Diodoro Sículo (XX.55.4) cita o direito de casamento ao fazer seu relato de eventos do final do século IV a.C. Um indivíduo denominado nas fontes de libifenício é Mutines, que recebeu a cidadania romana e sobre o qual tecemos alguns comentários anteriormente, nesse capítulo.

relacionada a um númida notável chamado Naraias⁶¹², cuja família possuía ligações tradicionais com os cartagineses e ao qual Amílcar Barca⁶¹³ prometeu sua filha em casamento se mantivesse a lealdade aos cartagineses durante a Guerra dos Mercenários – ou seja, entre 241 a.C. e 238 a.C.⁶¹⁴. Outra passagem é o relato de Tito Lívio (XXIX.29.12) dos eventos ocorridos entre os anos 206 a.C. e 205 a.C.⁶¹⁵, entre os quais escreve sobre uma filha da irmã de Aníbal Barca⁶¹⁶ que foi casada com o rei númida Oezalces e, após a morte desse último, casou-se com Mazetulo, númida que tinha relações sanguíneas com a família de Oezalces, mas que havia tomado o trono de um de seus filhos. Tito Lívio (XXIX.23.3-5; XXX.12.11 e ss.; XXX.13.5) e Políbio (XIV.2.4; XIV.7.6) também registram que em 203 a.C. o rei númida Sífax casou-se com uma jovem aristocrata cartaginesa chamada Sofonisba, filha de Asdrúbal, um comandante cartaginês. O casamento com Sofonisba, segundo Políbio (XIV.2.4) e Tito Lívio (XIX.23.5; XXX.13.11-12), foi a causa de Sífax lutar pelos cartagineses na Segunda Guerra Púnica⁶¹⁷.

As uniões comentadas foram relatadas pelas fontes porque estavam associadas à condução dos assuntos relacionados à política e às guerras, mas outras uniões também aconteceram, descortinadas pela arqueologia em inscrições a partir de mudanças na onomástica. A principal cidade do reino de Sífax era Cirta⁶¹⁸, nos informa Tito Lívio (XXX.12.6), e algumas inscrições com registros de oferendas aos deuses encontradas em sua região, datadas entre o final do século III a.C. e o século II a.C., evidenciam a substituição progressiva da onomástica local – berbere – para a antroponímia de origem púnica na segunda ou terceira geração das famílias (AMADASI GUZZO, 2002, p. 282-

⁶¹² Em grego no nome do aristocrata númida, segundo Políbio (I.78.1), é Ναράυας (*Naráyas*).

⁶¹³ Pai de Aníbal Barca.

⁶¹⁴ A Guerra dos Mercenários – 241 a.C. a 238 a.C. – foi o confronto entre os cartagineses e os mercenários que haviam lutado a favor de Cartago na Primeira Guerra Púnica. Suas causas relacionam-se principalmente a problemas quanto ao pagamento dos mercenários. Políbio (I.66.1-88.7) descreve essa guerra, a qual, segundo ele, ameaçou a própria existência de Cartago.

⁶¹⁵ A datação desses eventos como tendo ocorrido entre os anos de 206 a.C. e 205 a.C. é de Gsell (1928, p. 189-190).

⁶¹⁶ Podemos supor que essa irmã de Aníbal Barca foi a mesma que seu pai, Amílcar, segundo Políbio (I.78.9), deu em casamento a Naraias.

⁶¹⁷ De acordo com Tito Lívio (XXX.12.19-21) Sofonisba, após a derrota e captura de Sífax, casou-se no mesmo ano de 203 a.C. com o rei númida Massinissa, então aliado romano. Apiano (*Pun.*, 37 e ss.) registra que Massinissa foi criado e educado em Cartago e que Sofonisba havia sido originalmente prometida a ele, mas fora dada a Sífax em casamento para garantir o auxílio desse último rei à causa cartaginesa. Sífax era um rei da linhagem númida dos masesilos e Massinissa da linhagem dos massilos (KORMIKIARI, 2007, p. 255, 262). *Vide* nota 501, sobre os berberes.

⁶¹⁸ Atual Constantine, na Argélia (TALBERT, 2000, mapa 31). O nome púnico da cidade, transliterado, era KRTN (GHAKI, 2015, p. 67).

283)⁶¹⁹. Essas inscrições apontam para a ocorrência de casamentos entre cartagineses e númidas em outras esferas sociais, não apenas entre as casas reais e nobres. Mais próximo a Cartago, na região de Tuga⁶²⁰, duas inscrições que documentam oferendas na língua púnica – da primeira metade do século II a.C. – apresentam, juntamente com nomes cartagineses, nomes númidas (CHABOT, 1916, p. 120 e ss.)⁶²¹. É interessante notar que os indivíduos nomeados nas inscrições, tanto os que apresentam onomástica cartaginesa quanto númida, são definidos como cidadãos de Tuga (CHABOT, 1916, p. 121-123). Ainda na região de Tuga, o epitáfio (*RIL* 1) bilíngue⁶²² do mausoléu de um indivíduo númida importante⁶²³, escrito nos alfabetos púnico e líbico e datado de meados do século II a.C., elenca, além dos nomes do morto, de seu pai e de seu avô, os nomes dos patrocinadores do mausoléu e dos artesãos – e de seus ascendentes –, cujos nomes variam entre a onomástica púnica e númida (GSELL, 1927, p. 254; GHAKI, 1997, p. 27 e ss.). Dessa forma, os nomes na língua púnica e númida testificam a variação étnica da população cidadã naquela que foi, segundo Pilkington (2013, p. 244), a principal comunidade númida do reino de Massinissa⁶²⁴.

⁶¹⁹ Observamos essa variação na onomástica, por exemplo, na estela púnica dedicatória (*Costa* 82) de 'Addirba'l ('DRB'L, “Baal é forte”), filho de 'Abdmelqart ('BDMLQRT, “Servidor de Melqart”), filho de 'QPTN. O último nome na inscrição é autóctone, segundo Amadasi Guzzo (2002, p. 282). A mudança na onomástica da família se deu, como podemos perceber, entre o avô e o pai do oferente (AMADASI GUZZO, 2002, p. 282). Outra estela (*Costa* 60) mostra mudança semelhante, na qual lê-se que 'Abdmelqart, filho de MZR – nome autóctone –, faz uma dedicatória (AMADASI GUZZO, 2002, p. 283). Um terceiro exemplo é a estela (*Costa* 63bis) em que o oferente é Hanniba'l (HNB'L, “Baal concedeu graça”), filho de 'PŠN, na qual a mudança na onomástica se dá entre o pai e o filho (AMADASI GUZZO, 2002, p. 283).

⁶²⁰ Atual Douga, na Tunísia (TALBERT, 2000, mapa 32). *TBGāG* ou *TBGāGā* é a transcrição do nome da cidade na língua líbica, conforme se descobriu em uma das inscrições que comentamos (CHABOT, 1916, p. 123).

⁶²¹ Duas inscrições na língua púnica (CHABOT, 1916, p. 120-126) que registram dedicatórias coletivas, em nome de cerca de dois a quatro cidadãos de Tuga em uma delas, e cerca de quatro cidadãos na outra, sendo que um dos nomes em cada inscrição é númida.

⁶²² A inscrição bilíngue está gravada nas línguas púnica e líbica. É definida como líbica a língua falada na África do norte pelas populações autóctones que tiveram contato com povos estrangeiros, desde os fenícios, entre os séculos IX a.C. e VIII a.C., até os vândalos, no século V (GALAND, 1973, p. 167). Gsell (1913, p. 310) argumenta que é preciso admitir que a língua berbere – ou líbica – já era falada desde séculos antes da Era Cristã, embora “o passado dessa língua... nos escape quase inteiramente”. A datação entre os séculos IX a.C. e VIII a.C. está de acordo com a data aproximada da fundação de Cartago, segundo Lancel (1992, p. 55 e ss.) e Dridi (2006, p. 28-29).

⁶²³ Apesar de que o texto não é claro, a inscrição é considerada como o epitáfio de um indivíduo númida de nome 'ṬBN – transcrito como *Atban* (GSELL, 1927, p. 254; GALAND, 1973, p. 171; GHAKI, 1997, p. 27 e ss.). A inscrição lista diferentes indivíduos responsáveis pela construção do mausoléu, patrocinadores e artesãos, cujos nomes variam entre a onomástica púnica e númida – um dos patrocinadores é o filho do morto. O morto, seu pai e seu avô não possuem título honorário, de maneira que Gsell (1927, p. 254) interpreta que fossem socialmente importantes na comunidade de Tuga.

⁶²⁴ Segundo Camps (1979, p. 50), exemplos desse conglomerado cultural – parafraseando Barth (2000, p. 109) – podem ser discernidos nos nomes de comunidades berberes númidas e mouras situadas tanto na zona costeira como no interior da região norte da África, como Calama – atual Guelma, na Argélia

Com relação a Massinissa, de acordo com Tito Lívio (*Per.*, L) e Apiano (*Pun.*, 497, 502) o rei númida tinha vários filhos ilegítimos e três filhos legítimos, Micipsa, Gulussa e Mastanabal. O nome de Mastanabal, o qual, segundo Apiano (*Pun.*, 502), era o filho mais novo de Massinissa, tem sido objeto de interesse nos estudos de onomástica. Krahmalkov (2000, p. 300) e Chaker (2010, p. 4668 e ss.) o identificam como um nome púnico⁶²⁵.

Os casamentos entre númidas e cartaginesas atestados pelas fontes escritas, assim como os casamentos que podem ser interpretados a partir da epigrafia, não implicaram apenas em misturas étnicas nas regiões númidas⁶²⁶. Existem evidências de que essas uniões geraram descendência também em Cartago, inclusive na aristocracia. Tito Lívio (*Per.*, L) e Apiano (*Pun.*, 526), por exemplo, nos informam que Asdrúbal, o comandante cartaginês responsável pela defesa de Cartago durante a primeira parte da Terceira Guerra Púnica, era neto de Massinissa⁶²⁷. Vemos então que os casamentos entre númidas e cartagineses são evidenciados desde ao menos o final do século IV a.C. – época em que se contextualiza o comentário de Diodoro Sículo (XX.55.4) sobre a *epigamía* entre númidas e cartagineses – até pouco antes da destruição de Cartago, em 146 a.C.

(TALBERT, 2000, mapa 31) –, Tipasa e Zucabar – respectivamente, atuais Tipasa e Miliana, ambas na Argélia (TALBERT, 2000, mapa 30).

⁶²⁵ O nome de Mastanabal já foi interpretado como a transcrição latina de um nome de origem númida (TEIXIDOR, 1967, p. 166). Contudo, interpretações atuais modificaram essa visão. Segundo Chaker (2010, p. 4668-4671), a forma latina “*Mastanabal*” é uma “reinterpretação analógica” bastante conhecida do nome fenício-púnico MTNB’L, que se decompõe como MTN (“*Mattan*”) e B’L (“*Ba’l*”) – “Dom de Baal”. Por outro lado, esse autor escreve que o nome do númida poderia ser, igualmente, a combinação de “um elemento claramente berbere” (MSTN) com o nome da divindade fenícia Baal. Porém, a única atestação do nome “*Mastanabal*” em púnico (Chaker, 2010, p. 4669) não apresenta o caractere que é transliterado para “L”, o que enfraqueceria a interpretação da onomástica púnica para o nome do príncipe númida. Mas o próprio Chaker (2010, p. 4668) adverte que outros nomes púnicos não são encontrados na literatura grega ou latina com final “L”, como, por exemplo, o nome de Sofonisba, a qual citamos anteriormente – nome que, segundo Krahmalkov (2000, p. 420), se escreve em púnico como ŠPNB’L (“*Šaponi-Ba’al*”), significando “Baal me proteja”. Outra questão citada por Chaker (2010, p. 4668) que tornaria problemática a possibilidade do nome de Mastanabal ser púnico é sua transcrição em grego com terminação em “s” em inscrições – ou seja, Μαστανάβας (*Mastanábas*) –, como, por exemplo, é encontrado em uma inscrição da Ática (IG II² 2316) e outra de Rodes (KONTORINIS, 1985, p. 89). Contudo, a terminação grega em “s” de nomes púnicos com sufixo B’L é muito comum, conforme percebemos, por exemplo, na transcrição em grego do nome “Aníbal” – o qual, em púnico, é transliterado como ḤNB’L (“*Hanni-Ba’al*”, que significa “Baal seja favorável a mim”), segundo Krahmalkov (2000, p. 190) –, o qual encontramos, por exemplo, em diversas passagens de Políbio (III.8.5 e ss.) e Apiano (*Hann.*, I e ss.) escrito como Ἰ Αννίβας (“*Hanníbas*”). Por fim, Chaker (2010, p. 4668 e ss.) prefere a interpretação de que o nome “*Mastanabal*” é a reconstrução analógica de um nome fenício-púnico. Igualmente, Krahmalkov (2000, p. 300) expõe o nome de Mastanabal como púnico – MSTN’B’ –, fazendo a transliteração de forma um pouco distinta de Chaker (2010, p. 4669).

⁶²⁶ Hoyos (2010, p. 142) acredita que existia pouca ou quase nenhuma diferença étnica entre as comunidades dominadas por Cartago, próximas à essa cidade, e as comunidades númidas a oeste.

⁶²⁷ Tito Lívio (*Per.*, L) identifica Asdrúbal como neto de Massinissa, enquanto Apiano (*Pun.*, 526) o denomina de sobrinho de Gulussa.

Outras evidências, tanto arqueológicas quanto das fontes escritas, mostram que indivíduos provenientes da Itália central também contribuíram para a variabilidade na população cartaginesa. Na passagem do século III a.C. para o século II a.C., em inscrições púnicas de regiões próximas a Cartago e na Numídia, juntamente com antropônimos púnicos e líbios ocorrem latinos. Por exemplo, existiu certo *Lucius* (LQY), filho de *Muttunb'al* (MTNB'L, “Dom de Ba'l”) ⁶²⁸, filho de *Arish* (’RŠ) ⁶²⁹. Como se pode observar, *Muttunb'al* era um indivíduo com nome e patronímico púnicos – *Muttunb'al* e *Arish*, respectivamente – e deu ao filho um *praenomen* latino – *Lucius* (AMADASI GUZZO, 2002, p. 283). *Lucius* é um dos *praenomina* latinos mais frequentemente encontrados em inscrições do norte da África, juntamente com *Gaius*. Por exemplo, em uma estela com escrita púnica, lê-se que foi dedicada por G'Y (*Gaius*), filho de *Lucius*. Em outra, lê-se que foi dedicada por *Lucius*, filho de NMRY (*Numerius*). Segundo Amadasi Guzzo (2002, p. 283), nesses casos ambas as estelas provavelmente são de famílias que adotaram costumes romanos, pois os personagens empregam nomes simples, ou seja, um *praenomen* no caso de *Lucius* e um *nomen gentilicium* no caso de *Numerius*, e não nomes compostos, como seria o costume se os nomes fossem fenícios, púnicos ou líbios ⁶³⁰. Podemos citar outros exemplos. Um indivíduo de nome púnico, HN' (*Hanno*, “A divindade lhe concedeu graça”), dedicou uma estela a seu pai de nome latino, G'Y (*Gaius*), e um indivíduo de nome latino, G'Y (*Gaius*), dedicou outra a seu filho de nome fenício, 'BDŠHR (“Servidor de Shahar”) ⁶³¹.

Existem registros de latinos habitando também outras regiões do norte da África no mesmo período. Amadasi Guzzo (2002, p. 283) afirma que durante a “época púnica recente”, ou seja, na primeira metade do século II a.C., aparecem no *tofet* ⁶³² de Cirte estelas com onomástica latina e de origem local. Por exemplo, um dos nomes inscritos

⁶²⁸ Veremos no Capítulo III que esse é o nome dado por Plauto ao pai do personagem cartaginês Hanão, da comédia *O pequeno cartaginês*.

⁶²⁹ A estrutura da nomenclatura em inscrições púnicas – a exemplo das fenícias – exhibe normalmente mais de uma geração – às vezes várias – dos ancestrais do morto (ADAMS, 2004, p. 214).

⁶³⁰ Exemplos de nomes fenícios ou púnicos compostos podem ser encontrados em Amadasi Guzzo (2002, p. 282-283): 'BDSSM (*Abdsasm*, “Servidor de Sasm”), encontrado em Chipre, e os seguintes nomes, encontrados no norte da África, 'DRB'L (*Addirba'l*, “Ba'l é poderoso”), 'BDMLQRT (*Abdmelqart*, “Servidor de *Melqart*”), HNB'L (*Hanniba'l*, “Ba'l concedeu graça”), HN' (*Hanno*, “A divindade lhe concedeu graça”), e MTNB'L (*Muttunb'al*, “Dom de Ba'l”), o qual vimos acima.

⁶³¹ Para Amadasi Guzzo (2002, p. 283) essas últimas estelas não são de simples explicação quanto à onomástica.

⁶³² O *tofet* é um local a céu aberto, localizado fora da área da cidade ou em seus arredores, próximo a um afloramento rochoso ou em área elevada (LANCEL, 1992, p. 247; ORSINGHER, 2018). É caracterizado principalmente por um campo de estelas e urnas contendo restos cremados de crianças e animais. As inscrições votivas comumente estão endereçadas ao deus Baal Hamon e à deusa Tanit. Atualmente existe a tendência de compreender os *tofets* como áreas sagradas com diversos propósitos, nas quais eram executados ritos variados (ORSINGHER, 2018).

em uma estela (CIS I 3000), de data próxima à época da destruição de Cartago em 146 a.C., provavelmente é latino (GSELL, 1924, p. 176)⁶³³.

Nomes encontrados em inscrições descobertas pela arqueologia em Cartago indicam a existência de indivíduos provenientes da Itália na cidade. Bourdin e Crouzet (2009, p. 444 e ss.) estudaram essas inscrições de forma sistemática, organizando-as em grupos. Um dos grupos é composto por três inscrições (CIS I 1273, CIS I 3934, CIS I 5251) dedicatórias a Tanit⁶³⁴ e a Baal Hammon encontradas na área do *tofet* de Cartago, uma datada entre os séculos IV a.C. e III a.C. e duas provavelmente do século III a.C., as quais apresentam o nome *Metellius* em púnico (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 449-450)⁶³⁵. Os três indivíduos que tinham o nome de *Metellius* aparecem nas inscrições em posições distintas na ascendência familiar, como filhos ou pais de indivíduos com nomes púnicos (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 449-450). Outro grupo de inscrições estudado pelos autores é composto por duas inscrições (CIS I 3141, CIS I 4878), uma de data provável entre os séculos IV a.C. e III a.C. e outra datada entre os séculos III a.C. e II a.C., as quais apresentam o nome *Metellus* (ou *Metilus*, ou *Mutilus*), igualmente encontradas no *tofet* de Cartago com dedicatórias a *Tanit* e *Baal Hammon* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 451)⁶³⁶. Em ambas as inscrições o

⁶³³ Inscrição (CIS I 3000) em língua fenícia que sugere o *cognomen* latino “*Lepus*”, datada como “neopúnica próxima”, ou seja, cerca da década de 140 a.C. ou pouco anterior.

⁶³⁴ Segundo Lancel (1992, p. 217) e Dridi (2006, p. 174), o nome da deusa, transliterado como “TNT”, deve ser vocalizado, provavelmente, como “Tinnit”, e não Tanit. Contudo, Lancel (1992, p. 219 e ss.) mantém a grafia “Tanit”, enquanto Dridi (2006, p. 174-175) escreve “Tinnit”. A grafia varia de acordo com os autores. Por exemplo, Amadasi Guzzo e López (2012-2013, p. 161 e ss.) escrevem “Tinnit”, Bourdin e Crouzet (2009, p. 450 e ss.) e Pilkington (2013, p. 64) escrevem “Tanit”. Mantivemos essa última grafia. Tanit era reverenciada na região do atual Líbano desde pelo menos o século VI a.C. Surge nos contextos arqueológicos de Cartago a partir do século V a.C. nas estelas do *tofet*, ou associada a Baal Hammon, comumente qualificada de “face de Baal” – “PN B’L”, transcrita como “*pane Baal*” ou “*pene Baal*” (DRIDI, 2006, p. 174-175; AMADASI GUZZO; LÓPEZ, 2012-2013, p. 172 e ss.).

⁶³⁵ Outras transcrições para o latim do nome do indivíduo podem ser *Metellus*, *Matellio*, *Matelio* e *Matellaeus*, mas os autores mantêm *Metellius* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 450). A inscrição mais antiga (CIS I 5251), datada entre os séculos IV a.C. e III a.C., está bastante danificada. No que resta da inscrição é possível fazer a leitura de parte do primeiro nome, do último caractere do segundo nome e do nome de *Metellius*: “[] ŠMN, filho de []D, filho de MTLY” – “[] *eshmun*, filho de []D, filho de *Metellius*”. O portador do nome *Metellius* é, então, avô do portador do primeiro nome parcialmente legível. Em uma das inscrições (CIS I 1273) datadas como provavelmente do século III a.C., o voto às divindades é feito por *Metellius*, filho de ŠMŠŠLK (*Shamashshilek*) – a inscrição está danificada, não permitindo a leitura do restante da ascendência. Na segunda inscrição (CIS I 3934) datada como provavelmente do século III a.C. – não referenciada como encontrada no *tofet*, mas interpretada como proveniente daquela área sagrada devido às características da dedicatória –, o voto é feito por ‘DNB’L (*Adonibaal*), filho de ‘ZRB’L (*Azorbaal*), filho de *Metellius*, filho de MTN (*Mutun*). Ou seja, *Metellius* é o avô do oferente.

⁶³⁶ Na inscrição (CIS I 4878), de data provável entre os séculos IV a.C. e III a.C., o voto é feito por B’LHN’ (*Baalhanno*), filho de *Metellus* (ou as outras variantes do nome), cognominado “o açougueiro”. Na inscrição (CIS I 3141), datada entre os séculos III a.C. e II a.C., o voto é feito por ŠŠP, filho de *Metellus* (ou as outras variantes), filho de ‘ZRB’L (*Azorbaal*). Nas duas inscrições *Metellus* é o avô do ofertante.

indivíduo cujo nome não é púnico era pai do indivíduo que fez a oferenda. Em outro grupo, formado por duas inscrições (*CIS I 2022*, *CIS I 3983*) encontradas no *tofet* de Cartago, com dedicatórias a Tanit e a Baal Hammon, uma de datação desconhecida e outra provavelmente do século III a.C., os autores propõem a leitura do nome *Cesius* – ou *Cosius*, ou *Caesus*, entre outras leituras (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 452-453)⁶³⁷. Ainda outro grupo epigráfico (*CIS I 5273*; *CIS I 5984*) analisado pelos autores é formado por quatro inscrições que contêm uma única ocorrência de um nome proveniente da Itália. A primeira (*CIS I 5273*) é uma inscrição encontrada no *tofet*, mutilada, datada provavelmente entre os séculos IV a.C. e III a.C., na qual se lê o nome *Catius* (ou *Cotius*, ou *Citius*), ancestral de dois indivíduos com nomes púnicos (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 453)⁶³⁸. Uma última inscrição (*CIS I 5984*)⁶³⁹ que gostaríamos de citar, datada como provavelmente do século III a.C. ou II a.C., é uma inscrição funerária em que os autores leem os nomes *Sthenius*, *Accius* e *Paccius* – ou *Pacuius* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 453-455)⁶⁴⁰.

As origens possíveis dos indivíduos de ascendência da Península Itálica atestados nas inscrições são várias⁶⁴¹. Os autores notam que quase todos os nomes evidenciados possuem correspondentes na língua osca, de maneira que os indivíduos poderiam ser campanianos, samnitas, lucanos ou brúttios, mas poderiam, igualmente, ser

⁶³⁷ A inscrição, datada provavelmente do século III a.C. (*CIS I 3983*), registra a oferta feita por 'RŠ (*Arish*), filho de KSY (*Caesus*, ou outra variante do nome), filho de PDY. Esse último nome é encontrado, segundo os autores, trinta e três vezes na epigrafia púnica, derivado de uma raiz semítica que significa “entregar” (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 452-453). A inscrição de datação desconhecida (*CIS I 2022*) é relacionada a uma família que se identifica com étnicos. Registra a oferta de um indivíduo denominado de [M]ŠRY (“o egípcio”), filho de HMLK, filho de ŠRDNY (“o sardo”), filho de KSY – *Caesus*, ou as variantes propostas (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 452).

⁶³⁸ Na inscrição (*CIS I 5273*) lê-se que ML]QRT (*mil]qart*) – o início do nome está mutilado – é filho de 'B[D]'SMN (*Abdeshmun*), que é filho de QTY. Para esse último indivíduo os autores sugerem o nome *Catius* – ou *Cotius*, ou *Citius* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 453).

⁶³⁹ A inscrição (*CIS I 5984*) registra a tumba de BDMLQRT (*Bodmilqart*), filho de 'STNYS (*Sthenius*), que por sua vez é filho de 'KYS, provavelmente *Accius*, mas também possivelmente *Ankaios* ou *Iccius*, ou *Occius* – a segunda possibilidade é um nome grego, com a qual Benz (1972, p. 193) concorda –, filho de PQY – *Paccius* ou *Pacuius* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 453-455). Existiram, assim, ao menos duas gerações de indivíduos com nomes provenientes da Itália na família. Benz (1972, p. 196, 273) classifica o nome PQY como latino e o nome 'STNYS como “inexplicado”, mas adiciona que pode ser o nome 'STN com terminação latina. É essa terminação em *-ius* (YS) que Bourdin e Crouzet (2009, p. 454) interpretam como sendo a correta transcrição do final do nome do indivíduo em questão. Na página 490 os autores fazem confusão com o índice dessa inscrição, denominando-a de 5983, ao invés de 5984.

⁶⁴⁰ Os autores (BOURDIN; CROUZET, 2009) apresentam outras inscrições, cujas propostas de leitura de nomes provenientes da Itália são precedidas de muitas incertezas, de maneira que não as incluímos aqui.

⁶⁴¹ Bourdin e Crouzet (2009, p. 456 e ss.) comentam que no período contemporâneo às inscrições citadas – ou seja, entre os séculos IV a.C. e III a.C. – o sistema gentílico já estava generalizado na Itália e os nomes podem significar a designação de uma pessoa a partir de seu *praenomen* ou *nomen gentilicium* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 471). O sistema gentílico surgiu por volta do século VII a.C., no qual se registrava o *praenomen*, o *nomen gentilicium* e o patronímico – ou seja, o *praenomen* do pai no genitivo –, posteriormente com a adição de um *cognomen* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 471).

originários das regiões do Lácio ou da Etrúria (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 471-472). É notável que o número de ancestrais registrados em cada inscrição – entre um e três – corresponde ao número registrado na grande maioria das inscrições encontradas em Cartago. Esse dado e o abandono do sistema de dois ou três nomes usual em várias regiões da Itália indicam que o sistema onomástico púnico foi adotado totalmente pelos descendentes dos indivíduos provenientes da Itália (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 489-494). Os nomes e suas posições nas genealogias das famílias sugerem uma integração relativamente rápida à cidade e, mais importante, a natureza das inscrições, muitas relacionadas ao *tofet*, apontam para a integração ao cotidiano religioso cartaginês (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 489-494).

O que estamos discernindo, portanto, são indícios de indivíduos provenientes da Itália que se radicaram no norte da África – ou as mudanças na onomástica não fariam sentido –, habitando a região controlada econômica e politicamente por Cartago entre o final do século III a.C. e meados do século II a.C., e que apresentavam na onomástica indícios de misturas étnicas⁶⁴². Porém, é importante notar que a onomástica não aponta para uma tendência de adoção de antropônimos em uma única direção. Pelo contrário, as variações nos etnônimos ocorrem em ambas as direções: pais com nomes púnicos e filhos com nomes latinos, e vice-versa. Conforme comenta Canestrelli (2018, p. 130), a epigrafia do *tofet* de Cartago atesta a natureza multiétnica da sociedade cartaginesa. Os nomes oscos, os quais são os nomes não púnicos mais difundidos na epigrafia de Cartago comentada acima, podem indicar migrações de pessoas provenientes das regiões de língua osca da Itália – por exemplo, mercadores, artesãos, soldados mercenários (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 472 e ss.; CANESTRELLI, 2018, p. 131)⁶⁴³.

⁶⁴² Com a passagem do tempo a influência latina na onomástica aumentou, como era de se esperar. Três estelas funerárias em latim existentes no Museu do Bardo, em Túnis, na Tunísia, cujas proveniência e datação não são conhecidas – mas certamente são posteriores à reconstrução da cidade, em 44 a.C. –, segundo Ben Abdallah (1996, p. 114) provavelmente pertencem a membros de uma mesma família, *Aelii*. As três estelas não apresentam patronímico e nem o *preanomen* de nenhum dos falecidos, mas apenas o *nomen gentilicium* e o *cognomen*: *Aelius Datus*, *[A]elius Martia[li]s* e *Aelius Mustulus* (BEN ABDALLAH, 1996, p. 114-115)⁶⁴². Os três *cognomina*, segundo Ben Abdallah, são “bastante frequentes na epigrafia africana” e “tipicamente africanos ou traduzidos do púnico” (BEN ABDALLAH, 1996, p. 115). O *gentilicium* indica a influência de padrões culturais romanos, e a adoção de nomenclatura romana (LASSÈRE, 1977, p. 451).

⁶⁴³ Por outro lado, duas inscrições escritas na língua osca testemunham a presença de indivíduos de língua púnica na Itália. Uma das inscrições, de datação desconhecida, é uma tabuleta de maldição encontrada na região da antiga Lucânia – na comuna atual de Roccagloriosa, na atual Campânia (TALBERT, 2000, mapa 45) –, a qual registra um indivíduo identificado como *Gavis Poinikis*, filho de *Makhis* (ST Lu 45), e a outra inscrição, datada entre a segunda metade do século IV a.C. e a primeira metade do século III a.C. (ST Cp 1), é uma estela funerária encontrada na região da antiga Cápua, na Campânia (TALBERT, 2000,

Quanto a essa possibilidade, Políbio (XXXVI.5.1) faz referência a um político cartaginês e Apiano (*Pun.*, 318) a um comandante cartaginês, ambos atuantes no final da década de 150 a.C., cujos epítetos sugerem ascendência da Itália: respectivamente, Magão, o brútio, e Amílcar, o samnita. Ascendência da Península Itálica provavelmente também possuía um comandante cartaginês que lutou na Hispânia e na Itália durante a Segunda Guerra Púnica no exército de Aníbal, o qual Políbio (IX.25.4-5) denomina de Magão, o samnita, descrevendo-o como companheiro de Aníbal desde a juventude.

Uma informação que encontramos nas fontes textuais pode ser talvez inserida no contexto das inscrições que citamos acima. Segundo Políbio (XXXVI.7.5) e Apiano (*Pun.*, 92.434) havia indivíduos provenientes da Itália em Cartago em 150 a.C., na época em que os romanos enviaram uma embaixada a Cartago para fazer suas demandas – a qual foi, tudo indica, o último episódio estritamente político antes do início Terceira Guerra Púnica. Apiano (*Pun.*, 92.434) escreveu que “os *Italói* que ainda estavam em Cartago” foram pegos desavisados durante a onda de medo, raiva e ameaças que envolveu o povo cartaginês diante das demandas romanas. Não se tratava de indivíduos que Apiano denominaria de romanos, provavelmente, pois em outras passagens, relacionadas ao mesmo contexto, Apiano (*Pun.*, 93.439, 94.444) denomina de “romanos” os inimigos de Cartago. Se os “*Italói*” eram comerciantes temporariamente na cidade, *hospedes* dos cartagineses, ou mesmo residentes, não temos como saber⁶⁴⁴.

Conforme observou Gsell (1924, p. 176-177), em uma população como essa os tipos físicos não poderiam ser muito semelhantes. Concordamos com essa interpretação. Os dados que apresentamos sugerem que as populações de Cartago e das regiões próximas apresentavam certo grau de variação política⁶⁴⁵ e étnica.

mapa 44), e registra um indivíduo denominado *Pakis Puinikis* (BOURDIN; CROUZET, 2009, p. 488; McDONALD, 2022, p. 244-245).

⁶⁴⁴ Provavelmente os indivíduos da Itália mencionados por Políbio e Apiano são latinos ou de ascendência centro-itálica. Políbio (XXXVI.7.5) usa o termo Ἰταλικοί (*Italikói*). O termo que Apiano (*Pun.*, 92.434) utiliza na passagem citada é Ἰταλοί (*Italói*). Ambos significam indivíduos da Itália não pertencentes às comunidades de ascendência grega do sul e sudeste (LEWIS *et al.*, 1891, p. 844). Em algumas passagens de *Guerra Civil*, por exemplo, Apiano (*BC*, I.30, 78, 87, 162), ao escrever sobre os antecedentes da Guerra Social, denomina alguns grupos como formados por Ἰταλιῶται (*Italiôtai*). Nesse caso, Apiano (*BC*, I.163) os diferencia de etruscos e úmbrios. Segundo Lewis *et al.* (1891, p. 844), o termo significa os indivíduos de ascendência grega da Itália. Em outra passagem do mesmo livro, ao distinguir os romanos – Ῥωμαῖοι (*romaiói*) – dos seus inimigos na Guerra Social, Apiano (*B. C.*, I.152) denomina esses últimos também de Ἰταλιῶται (*Italiôtai*). Por outro lado, ao comentar o discurso em que Tibério Graco fala das relações de sangue entre romanos e latinos, denomina os últimos de Ἰταλικοί (*Italikoi*), o mesmo usado por Políbio na passagem comentada. O termo Ἰταλοί (*Italói*), utilizado na passagem em questão sobre Cartago, Apiano (*BC*, I.203) utiliza também em outras passagens de *Guerra Civil*, não necessariamente relacionadas à Guerra Social.

⁶⁴⁵ Diz-se que é política uma espécie composta por populações que diferem em uma ou mais características físicas, ou tratos físicos, como cor da pele, tipo de cabelo, cor dos olhos e formato do

A familiaridade romana com os cartagineses

Os tratados firmados entre Roma e Cartago atestam a antiguidade das relações entre romanos e cartagineses e nos permitem inferir que a população de Roma era acostumada à presença dos cartagineses (PALMER, 1997, p. 13 e ss., 31 e ss.).

Enquanto os romanos efetuavam a conquista da Itália, Cartago aumentava sua ascendência no Mediterrâneo Ocidental. Um dos indícios dessa ascendência é a difusão do título de sufete como cargo administrativo principal nas populações subordinadas à Cartago a partir do século IV a.C., por exemplo, na Sicília e na Sardenha, como atestam algumas inscrições (DRIDI, 2006, p. 105; PILKINGTON, 2013, p. 184-185)⁶⁴⁶.

Quanto às relações entre romanos e cartagineses, os diferentes tratados entre Roma e Cartago são testemunho de que as relações comerciais e políticas entre ambas as *civitates* remontavam ao menos ao século VI a.C. De maneira fundamental, os tratados documentam também o crescimento das esferas geopolíticas de influência das duas *civitates*, entre o final desse último século e meados do século III a.C., e colocam em evidência a tendência antagônica desse crescimento até a eclosão da Primeira Guerra Púnica, que durou de 264 a.C. a 241 a.C. (LEE, 1993, p. 14-15; PALMER, 1997, p. 15; SERRATI, 2006, p. 113 e ss.).

Existiram quatro tratados romano-cartagineses antes da Primeira Guerra Púnica – ou seja, anteriores a 264 a.C. –, firmados em 508 a.C., 348 a.C., 306 a.C. e 279 a.C.

rosto. Todos os seres humanos são membros da mesma espécie politípica – ou seja, a mesma espécie que possui diversas características físicas –, a saber, *Homo sapiens* (JURMAIN *et al.*, 2014, p. 391, 503). Mesmo no interior de uma mesma população existe uma gama de variações fenotípicas e genotípicas entre os indivíduos (JURMAIN *et al.*, 2014, p. 391). Dois grupos distintos, por exemplo, podem se tornar mais ou menos similares em relação a uma característica física particular em épocas diferentes, dependendo de interações entre variáveis culturais, biológicas e ambientais particulares, pois as relações entre essas variáveis são dinâmicas, uma vez que os grupos humanos estão em fluxo constante (STEIN. ROWE, 2011, p. 417). Assim, preferimos aqui falar em “politipos” e não em “raça”. O termo “raça” é usado em Antropologia Física como uma divisão taxonômica de uma espécie (STEIN; ROWE, 2011, p. 420). Porém, o termo “raça” também é frequentemente utilizado não cientificamente, a partir de ideias etnocêntricas, para agrupar populações em categorias associadas a localidades geográficas específicas, utilizando-se combinações das características físicas que mencionamos (STEIN; ROWE, 2011, p. 418-420; JURMAIN *et al.*, 2014, p. 391). O termo “raça”, portanto, possui conotações sociais importantes, sendo que existem percepções muito difundidas de que certos tratos físicos estão associados a atributos culturais – como moral ou preferências ocupacionais (JURMAIN *et al.*, 2014, p. 391-392). Dessa forma, uma característica física como cor da pele, facilmente discernível, torna-se frequentemente um sinal marcante – e superficial – de categorização social (JURMAIN *et al.*, 2014, p. 392). Sabemos que os tratos ditos “raciais” não são as únicas expressões físicas que contribuem para a marcação da diferenciação social – e da identidade. Sexo, gênero e idade, por exemplo, também servem como marcadores de identidade e diferença (JURMAIN *et al.*, 2014, p. 392). Porém, é a característica politípica da espécie humana que nos interessa aqui.

⁶⁴⁶ Pilkington (2013, p. 184-185) apresenta como exemplo os textos de duas inscrições e suas traduções. Na primeira (CIS I 135), de Êrix, na Sicília, dedicada a Astarte, lê-se: “sendo sufetes *Magon* e *Bodastart*”. Na segunda (Sardenha 32), de Tarros, na Sardenha, lê-se o nome do sufete local “*Hamy*” e dos sufetes cartagineses contemporâneos: “sendo sufetes em Cartago *Adonibaal* e *Hmicat*”.

ou 278 a.C. Três são comentados por Políbio (III,22.1-23.2; 24.1-24.2; 25.1-25.9; 27.1-27.10), que considera falso o tratado de 306 a.C. (PALMER, 1997, p. 15-16; SERRATI, 2006, p. 113)⁶⁴⁷. Contudo, a existência desse tratado é evidenciada, por exemplo, por Tito Lívio (IX.43.26), que atesta inclusive a ida de embaixadores cartagineses a Roma com o propósito de ratificá-lo.

O primeiro tratado, de 508 a.C., no qual é clara a supremacia política de Cartago, impõe limites ao comércio romano nas regiões sob o domínio cartaginês, principalmente na África – evidência da existência de *mercatores* romanos atuando no Mediterrâneo Ocidental até a costa africana –, mas não impõe restrições ao comércio cartaginês em Roma e ao romano em Cartago. Portanto, comerciantes cartagineses poderiam ser encontrados em Roma, e vice-versa. O tratado prevê também a segurança das populações do Lácio sob o domínio romano contra os ataques cartagineses e, às comunidades não submetidas a Roma, assegura que se alguma for tomada deve ser entregue intacta aos romanos. Proíbe ainda que os cartagineses construam fortes no Lácio e que permaneçam armados na região por mais de uma noite, proibições que implicam que a presença de forças cartaginesas na região costeira do mar Tirreno era uma forte possibilidade (LEE, 1993, p. 21-22, 229 e ss.; PALMER, 1997, p. 15; SERRATI, 2006, p. 114-117).

No segundo tratado, de 348 a.C., no qual continua evidente a preponderância cartaginesa, uma mudança importante pode ser notada nas relações entre Roma e Cartago: a proibição aos romanos de navegar com soldados para a África e a Sardenha e de fundar colônias nessas regiões – uma evidência da possibilidade de expansão política e territorial romana para fora da Itália. O tratado, de forma semelhante ao anterior, proíbe o comércio romano na África e na Sardenha, mas, assim como o de 508 a.C., permite aos romanos o comércio em Cartago e suas possessões do oeste da Sicília, e aos cartagineses o comércio nas áreas sob controle romano na Itália, um indício de que a presença de comerciantes de Cartago em Roma continuava sendo uma possibilidade, assim como de comerciantes romanos em Cartago. Caso os cartagineses conquistem uma comunidade no Lácio não submetida a Roma, o tratado lhes garante a posse do butim incluindo os prisioneiros, mas as estruturas físicas devem ser deixadas para os romanos (LEE, 1993, p. 261-263; PALMER, 1997, p. 15, 22; SERRATI, 2006, p. 118-120).

⁶⁴⁷ Vide Serrati (2006, p. 120 e ss.) para comentários e análises sobre a existência desse terceiro tratado, firmado em 306 a.C.

Pouco se sabe sobre o terceiro tratado, firmado em 306 a.C. Provavelmente, com exceção das cláusulas militares, tratava todas as outras cláusulas – por exemplo, relativas às esferas de domínio e influência política e ao direito ao butim – conforme o tratado seguinte, firmado em 279 a.C. ou 278 a.C. Serrati (2006, p. 129) acredita que esse tratado de 306 a.C. traduzia a capacidade de Cartago e Roma negociarem em termos relativamente semelhantes.

O quarto tratado, de 279 a.C. ou 278 a.C., foi acordado durante a luta dos romanos contra o exército de Pirro, na Itália, e garante que tanto Roma quanto Cartago possam enviar tropas em auxílio de suas forças, contanto que o auxílio partisse de um pedido formal. A frota de Cartago – maior que a romana – poderia servir de apoio aos romanos, mas soldados cartagineses não poderiam desembarcar na Itália (SERRATI, 2006, p. 129-130). Além disso, se um dos Estados assinasse um tratado contra Pirro, deveria fazê-lo de forma que fosse permitido o auxílio mútuo (SERRATI, 2006, p. 129-130).

Esses tratados anteriores à Primeira Guerra Púnica evidenciam de forma clara a expansão da influência política romana na região oeste do Mediterrâneo e sugerem que Cartago, em razão dessa influência, era o emulo de Roma.

Após a vitória na Primeira Guerra Púnica, os romanos tornam-se a maior força política no Mediterrâneo Ocidental, senhores da Sicília e das ilhas entre essa última e a Itália. O tratado firmado após a guerra, em 241 a.C., segundo Políbio (III.27.1 e ss., III.29.6 e ss.), determinava uma grande soma em prata a ser paga em dez anos por Cartago, mas garantia a segurança dos aliados de ambas as partes e proibia que uma das partes firmasse pactos com os aliados da outra⁶⁴⁸. Políbio (III.27.7-27.8) informa que em 238 a.C. ou pouco após foram anexadas a esse tratado cláusulas que obrigavam os cartagineses a evacuar a Sardenha e somar uma grande quantia em prata à indenização inicial.

O último tratado anterior à Segunda Guerra Púnica, assinado em 226 a.C., dividiu o sul da Hispânia entre os cartagineses e os romanos a partir do rio que Políbio

⁶⁴⁸ Segundo Políbio (I.83.11), após o término da Primeira Guerra Púnica mercenários assentados na Sardenha convidaram os romanos a ocupar a ilha, e os habitantes de Útica, cidade próxima a Cartago, procuraram se render aos romanos – em *deditio* –, mas em ambas as ocasiões os romanos recusaram as ofertas, mantendo a letra do tratado.

(III.27.9-27.10) denomina de *Iber*⁶⁴⁹, tornando evidente a expansão das esferas de influência política de Cartago e Roma.

Os romanos, portanto, conheciam os cartagineses e é possível discernir nos tratados entre Roma e Cartago anteriores a 264 a.C., ou seja, antes da Primeira Guerra Púnica, que o comércio entre ambos era antigo. A arqueologia também auxilia a percepção desse comércio. Fragmentos de cerâmicas a verniz negro⁶⁵⁰, cuja produção é atribuída com certeza à região do Lácio – provavelmente produzidas em Roma –, e cerâmicas com bordas pintadas, produzidas provavelmente no sul da Etrúria ou em Roma⁶⁵¹, são abundantes nas colônias cartaginesas entre o final do século IV a.C. e o primeiro terço do século III a.C. – ou seja, antes da Primeira Guerra Púnica –, abundância que sugere um fluxo comercial relativamente robusto (MOREL, 1969, p. 59 e ss.). Esse comércio foi interrompido durante os conflitos armados, mas não foi eliminado (PALMER, 1997, p. 15 e ss., 113 e ss.; GOLDSWORTHY, 2001, p. 143; DRIDI, 2006, p. 55). Por exemplo, sabemos por Políbio (I.83.5-83.6) e Apiano (*Pun.*, 21) que após a Primeira Guerra Púnica, entre 241 a.C. e 238 a.C., durante o período da Guerra dos Mercenários⁶⁵², embarcações da Itália praticavam a *mercatura* nas costas da África, próximo a Cartago⁶⁵³. Os fragmentos de cerâmica aos quais nos referimos acima, encontrados nas regiões sob influência cartaginesa antes da Primeira Guerra Púnica, tornam-se mais comuns após a Segunda Guerra Púnica, sendo que os de tipo mais elaborado são também encontrados em Cartago, sugerindo que essa última representava um mercado importante para Roma e as demais cidades do centro da Itália (MOREL, 1969, p. 94-103, 117; MOREL, 1990, p. 86-87).

⁶⁴⁹ O rio em questão é comumente interpretado como o atual Ebro. Porém, Carcopino (1960, p. 341 e ss.) interpreta como sendo o rio Jucar.

⁶⁵⁰ Esses utensílios de cerâmica são conhecidos como provenientes do “Atelier das Pequenas Estampas” (MOREL, 1969, p. 59 e ss.).

⁶⁵¹ São páteras com ondas pintadas nas bordas, frequentemente ornadas com uma cabeça feminina produzida com a técnica a figuras vermelhas, ou com um motivo em cruz pintado em negro. São denominadas de cerâmicas de Genúcia e são provenientes, provavelmente, de Ceres e Faléiros, no sul da Etrúria, ou de Roma (MOREL, 1969, p. 59 e ss.).

⁶⁵² Falamos sobre a Guerra dos Mercenários na nota 614.

⁶⁵³ Segundo Políbio (I.83.5-83.6), os cartagineses capturaram cerca de quinhentos comerciantes da Itália que levavam suprimentos para os mercenários em guerra contra Cartago, mas, após uma embaixada enviada de Roma, devolveram os prisioneiros aos romanos. Políbio (I.83.10) também nos informa que, após essa resolução diplomática, *mercatores* romanos foram autorizados pelo Senado a comerciar com os cartagineses durante a mesma guerra. Por outro lado, segundo Apiano (*Pun.*, 21), na mesma época os cartagineses atacaram embarcações romanas de comércio para tomar suas cargas, jogando sua tripulação no mar. Apesar de os relatos parecerem contraditórios – no caso de se tratar dos mesmos comerciantes –, o fato de existirem embarcações da Itália fazendo comércio na costa africana próximo a Cartago no período posterior à Primeira Guerra Púnica está atestado.

Além disso, durante a Primeira Guerra Púnica os romanos capturaram muitos escravos cartagineses. Por exemplo, Políbio (I.29.7-8) informa que em 256 a.C., após atacar e tomar a comunidade costeira de Áspis, na África, localizada cerca de 70 quilômetros a leste de Cartago⁶⁵⁴, os romanos saquearam a região, capturando e escravizando vinte mil pessoas. Mesmo que o número de capturados não seja acurado, provavelmente a ordem de grandeza está correta. Vários desses escravos devem ter sido vendidos em Roma, ou para cidadãos romanos, de maneira que viveram muito tempo – e provavelmente tiveram descendência – entre romanos⁶⁵⁵.

Logo, os romanos eram familiarizados com os cartagineses e, conforme escrevemos anteriormente, o texto da comédia *O pequeno cartaginês* de Plauto, encenada após a Segunda Guerra Púnica, atesta essa familiaridade. Esse texto é, pelo que conhecemos das fontes, o testemunho mais antigo de que os romanos em Roma conheciam os cartagineses e de como os representavam (LANCEL, 1992, p. 424-425; PALMER, 1997, p. 13). Na comédia, além do reconhecimento do cartaginês Hanão através da vestimenta e dos adornos corporais, Plauto (*Poen.*, 1309-1314) faz o soldado Antamínides insultá-lo com nomes de tipos de peixes, molhos de peixe, de carneiros, ou seja, exemplos de mercadorias as quais a população de Roma provavelmente reconhecia como parte dos produtos comumente negociados por esses *mercatores* (PALMER, 1997, p. 36-41). Na mesma comédia (*Poen.*, 650-651) o comércio é representado também pela embarcação cargueira na qual o cartaginês Hanão chega à cidade. Sabemos que embarcações cargueiras cartaginesas rumavam com certa frequência para Roma, pois Políbio (XXXI.12.11-12.12)⁶⁵⁶, em seu relato dos anos 163 a.C. a 162 a.C., nos informa que uma embarcação cartaginesa carregando oferendas sagradas estava aportada na foz do Tibre, em Óstia⁶⁵⁷, adicionando que essas naus eram escolhidas em

⁶⁵⁴ Localizada no promontório que limita o Golfo de Cartago (atual Golfo de Túnis) em sua porção oriental (TALBERT, 2000, mapa 32).

⁶⁵⁵ Mesmo que levemos em conta algumas manumissões – e a conseqüente adaptação a hábitos e costumes romanos –, casamentos com pessoas de outras etnias e uma possível perda das raízes culturais por parte ao menos de uma porção dos descendentes dessas pessoas, sua presença nos ambientes rurais e urbanos deve ter deixado impressões nos ambientes romanos – ou outros ambientes da Itália – em que conviveram.

⁶⁵⁶ Políbio (XXXI.12.11 e ss.) faz referência a esse cargueiro cartaginês durante seu relato da ida do príncipe selúcida Demétrio para o Oriente – Demétrio foi transportado por uma embarcação de carga cartaginesa que levava oferendas para Tiro, na Fenícia. A embarcação fez uma parada em Óstia antes de rumar para o Mediterrâneo Oriental com oferendas de primícias – portanto, periódicas –, de maneira que é lícito supor que embarcações dessa natureza aportavam no Tibre antes de continuar suas viagens para o Oriente.

⁶⁵⁷ Roma já possuía docas na própria cidade, próximas à área do *forum Boarium*, denominadas de *navalia*, possivelmente bem antes do século III a.C. (COLINI, 1980, p. 45; TUCK, 2013, p. 327). De outra forma a cidade não poderia ser facilmente suprida por cargas que chegassem pelo mar, pois as primeiras

Cartago para transportar suas oferendas tradicionais de primícias para os deuses em Tiro, na Fenícia – ou seja, oferendas periódicas. Ainda outro exemplo: Plauto (*Poen.*, 1027), também em *O pequeno cartaginês*, faz Hanão invocar o deus *Baal Shamin*, Senhor dos Céus, divindade que possuía um templo em Cartago (GSELL, 1924, p. 293-295; LANCEL, 1992, p. 214, 228; DRIDI, 2006, p. 171)⁶⁵⁸.

A familiaridade dos romanos com os cartagineses está, portanto, implícita no teatro de Plauto. Alguns autores defendem, inclusive, que provavelmente existia certa familiaridade de ao menos parte da audiência – e, portanto, da população romana – com a língua púnica, devido às passagens em púnico existentes em *O pequeno cartaginês* (PALMER, 1997, p. 31; WALLACE-HADRILL, 2008, p. 83; GARBINI, 2004, p. 15-16)⁶⁵⁹. Essa familiaridade é passível de análise a partir das representações romanas dos cartagineses presentes nos textos de Plauto.

instalações em Óstia foram criadas na segunda metade do século IV a.C. (TUCK, 2013, p. 328). Após a criação de Óstia, grandes embarcações usavam suas instalações para transferir a carga para embarcações menores, que subiam o rio em direção a Roma (TUCK, 2013, p. 328). Porém, essas instalações se limitavam a conjuntos de docas fluviais, de maneira que os navios maiores tinham que ser descarregados em mar aberto, um procedimento arriscado, situação que perdurou até o século II a.C. (TUCK, 2013, p. 329). Entre o final do século III a.C. e o início do século II a.C., também próximo à área do *forum Boarium*, foram construídas as instalações denominadas de *Emporium* e *Portus Tiberinus* (TUCK, 2013, p. 327-329). Em 213 a.C., segundo Tito Lívio (XXIV.47.15-16), a área à beira do Tibre e do *forum Boarium* foi bastante danificada por um incêndio. Em 193 a.C. os censores construíram, entre outras estruturas, uma colunata e um cais na mesma área (TUCK, 2013, p. 329). Em 179 a.C. um trabalho de renovação de grandes proporções foi realizado em Roma pelos censores (COLINI, 1980, p. 45). Tito Lívio (XL.51.4-) relata que nessa época, entre outras obras, foi reconstruído o cais no *forum Boarium* (ou construído um novo cais), foi construída uma ponte sobre o Tibre e, em sua encosta leste (abarcando a mesma área do *forum Boarium*), foi erigido um mercado de peixes – *forum piscatorium* – circundado por *tabernae* (casas de comércio), além de colunatas na região das *navalia* e em suas margens. Ou seja, toda a área portuária da cidade foi reformulada (COLINI 1980, p. 45-46). Em 174 a.C., entre outras obras, o cais foi aumentado (TUCK, 2013, p. 329). Conforme comentamos, embarcações podiam subir o Tibre para transferir cargas para embarcações menores (TUCK, 2013, p. 327-328). Porém, grandes embarcações podiam subir o rio da mesma forma, ao menos em meados do século II a.C. É o que se pode interpretar, de acordo com Tito Lívio (XLV.35.3), do evento em que Emílio Paulo subiu o Tibre até Roma “em um navio real de imensas proporções” – “*regia nave ingentis magnitudinis*” –, movimentado por dezesseis fileiras de remos, após sua vitória sobre Felipe da Macedônia em 167 a.C., ou seja, cerca de quatro anos antes do navio cartaginês referido por Políbio (XXXI.12.11-12.12) aportar em Óstia.

⁶⁵⁸ Palmer (1997, p. 55) advoga que *Baal Shamin* é a divindade romana *Tempestates* na *interpretatio punica*.

⁶⁵⁹ Teceremos comentários sobre essas passagens em púnico no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

PLAUTO E A REPRESENTAÇÃO DOS CARTAGINESES

Plauto foi um autor produtivo desde ao menos a última década do século III a.C. até sua morte, em 184 a.C.⁶⁶⁰ Assim, durante cerca de vinte e cinco anos suas peças foram encenadas em Roma. Nesse intervalo de tempo é possível observar duas representações dos cartagineses, encenadas em duas épocas distintas, separadas por mais de quinze anos. Na mais antiga, os cartagineses são representados como inimigos que merecem punição. Na segunda, percebemos os cartagineses representados com características positivas, como *hospedes* romanos, piedosos e com preocupações paternais amorosas. Contudo, nessa segunda representação os cartagineses são também marcados como “púnicos” e temos provavelmente as primeiras impressões do estereótipo do cartaginês dissimulado, estereótipo que no século I a.C. estará caracterizado com a marca da “*fides punica*”.

Plauto representa nos palcos o cotidiano romano, cotidiano que foi se modificando de acordo com o tempo e as transformações da sociedade romana. Cada contexto histórico é marcado por práticas que a ele pertencem – práticas sociais e políticas, por exemplo – e que estão expostas tanto nos textos de Plauto quanto nas fontes contemporâneas. Assim, procuramos demonstrar que diferentes ocorrências e práticas encontradas nos textos de Plauto têm correspondência em fontes históricas, legais e epigráficas contemporâneas e são amparadas por essas fontes. Apresentando essas práticas, da forma que estão expostas nas comédias plautinas, e correlacionando-as com outras fontes da época, buscamos mostrar que as representações sociais que podem ser distinguidas nas comédias eram compartilhadas pela audiência que assistia os *ludi* e, portanto, pela população romana.

UICTI POENI: OS INIMIGOS “PÚNICOS VENCIDOS”

Na comédia *O cofre* (*Cistellaria*) Plauto (*Cist.*, 197-202) escreve:

“Fiquem bem e vençam pela verdadeira virtude, como têm feito até agora. Protejam vossos aliados, os velhos e os novos, aumentem

⁶⁶⁰ Vide as datações das comédias no Capítulo I.

vossos auxiliares através de leis justas, destruam os inimigos, obtenham fama e louro, e que os púnicos vencidos por vocês sofram punições”⁶⁶¹.

Em seu texto Plauto externa impressões e sentimentos que deveriam ser compartilhados por sua audiência, e se posiciona como pertencente à comunidade romana ao incitar a obtenção de *laus* e *gloria* através da vitória pela virtude, da proteção dos aliados e da destruição dos inimigos. Plauto está, assim, afirmando a identidade romana em contraste à representação compartilhada dos “púnicos”, os inimigos que devem ser destruídos e punidos.

Além de representar os cartagineses como inimigos e desejar-lhes punição, Plauto expõe os ideais de *virtus* – “*uincite uirtute uera*” (“vençam pela verdadeira virtude”) –, *laus* e *gloria* – “*parate laudem et lauream*” (“obtenham fama e louro”⁶⁶²). Esses ideais eram realizados através das práticas guerreiras romanas, práticas cultivadas em um sistema cultural que as reiterava e perpetuava e no qual a guerra possuía importância crucial (HARRIS, 1985, p. 17 e ss.; NORTH, 1981, p. 6). Eram ideais de tal maneira arraigados que os encontramos presentes nos conselhos e diretrizes de Catão ao *pater familias*⁶⁶³ com relação à administração de suas propriedades, para que obtenha distinção entre seus pares⁶⁶⁴.

Mas encontramos o tema da “*virtus*” também em discursos relacionados às guerras contra Cartago. Valério Máximo (VII.2.3) registra que Quinto Cecílio Metelo pronunciou um discurso no Senado após a destruição de Cartago no final da Terceira Guerra Púnica, em 146 a.C., no qual questionava se a vitória romana havia trazido bem ou mal para a *res publica*, pois ao restaurar a paz fez o bem, mas subtraindo Aníbal teria

⁶⁶¹ Os versos de Plauto (*Cist.*, 197-202) são: “*Bene ualete et uincite / uirtute uera, quod fecistis antihac; / seruate uostros socios, ueteres et nouos, / augete auxilia uostra iustis legibus, / perditte perduellis, parite laudem et lauream, / ut uobis uicti Poeni poenas sufferant*”.

⁶⁶² O louro referido por Plauto significa a coroa de louros, ou seja, a vitória militar. Portanto, significa *gloria*. Plauto utiliza o termo “*laurea*” provavelmente por motivos métricos, poéticos, para construir o verso com uma aliteração. Toda a passagem está marcada pela aliteração, uma das figuras de linguagem características das poesias romanas mais antigas e, por conseguinte, também da poesia de Plauto (MANUWALD, 2011, p. 162, 176, 193, 195, 209, 232, 238).

⁶⁶³ O cabeça de uma família romana, legalmente reconhecido, era o *pater familias*, o mais velho ascendente masculino, que exercia sua autoridade sobre todas as pessoas a ele subordinadas – inclusive as pessoas livres – até a sua morte, a menos que essa capacidade fosse removida por uma ação legal (WATSON, 1967, p. 77; RAWSON, 1987, p. 7). Vide nossos comentários sobre a *familia*, no sentido de “patrimônio”, na nota 448. Essa capacidade de execução de poder era denominada *patria potestas* (WATSON, 1967, p. 77). Teceremos comentários sobre a *patria potestas* na nota 749.

⁶⁶⁴ Catão (*De agricultura*, 3.2) escreve que o *pater familias* deve possuir locais bem estabelecidos para armazenamento de trigo, azeite e vinho, de maneira a obter bons preços por seus produtos, pois assim terá “riqueza, virtude e glória” – “*et rei et virtuti et gloriae erit*” –, ou seja, terá destaque entre seus pares.

feito mal, porque “de fato, com a passagem dele pela Itália, acordada a dormente virtude do povo romano, era necessário ter medo que, liberada do rival terrível, voltasse ao mesmo sono”⁶⁶⁵.

Voltando ao nosso autor, na passagem que citamos, Plauto (*Cist.*, 202) representa os cartagineses, que denomina de “púnicos”, como inimigos e pede a sua punição, escrevendo que foram vencidos, de maneira que a peça foi encenada após uma vitória romana sobre os cartagineses. As propostas de datação da comédia *O cofre* variam entre 209 a.C. e pouco após 202 a.C., ou seja, entre a última década da Segunda Guerra Púnica⁶⁶⁶ e algum tempo após seu final (BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; FRAENKEL, 2008, p. 417; ERNOUT, 2003b, p. 11; DE MELO, 2011g, 129-130).

A primeira encenação de “O cofre”

A variação nas propostas de datação de *O cofre* é devida ao teor do último verso da passagem de Plauto⁶⁶⁷. Os anos entre 209 a.C. e 202 a.C. – intervalo temporal que engloba as propostas de datação – presenciaram diferentes vitórias romanas na Segunda Guerra Púnica até a vitória final em 202 a.C., na batalha de Zama, disputada no norte da África em região próxima a Cartago (SCULLARD, 1970, p. 116-160; LAZENBY, 1978, p. 203-225; CAVEN, 1980, p. 231-256; LIDDELL HART, 1994, p. 123-190; GOLDSWORTHY, 2001, p. 290-307). Veremos a seguir as vitórias romanas no período.

Em 209 a.C. Cipião Africano tomou Nova Cartago⁶⁶⁸, comunidade que, de acordo com Políbio (III.15.3), era “a mais bela e a rainha dos cartagineses nas regiões da Ibéria”⁶⁶⁹. Após essa batalha os cartagineses se retiraram da Hispânia em poucos anos, terminando assim cerca de três séculos de dominação cartaginesa na região. Ao

⁶⁶⁵ A passagem de Valério Máximo (VII.2.3) sobre o discurso de Quinto Cecílio Metelo é: “*eius enim transitu in Italiam dormientem iam populi Romani virtutem excitatam, metuique debere ne acri aemulo liberata in eundem somnum revolveretur*”.

⁶⁶⁶ Conforme já comentamos, a Segunda Guerra Púnica durou de 218 a.C. a 202 a.C.

⁶⁶⁷ O último verso da passagem de Plauto (*Cist.*, 202) é: “que os púnicos vencidos por vocês sofram punições” – “*ut uobis uicti Poeni poenas sufferant*”.

⁶⁶⁸ *Cartago Noua* – de acordo com Políbio (II.13.1) fundada pelos cartagineses na década de 220 a.C. – era o nome latino da cidade posteriormente denominada de *Colonia Urbs Iulia*. Segundo Políbio (II.13.1), os gregos a denominavam de Καρχηδών (*Karkhedón*), a exemplo de Cartago, ou de Καινή πόλις (*Kainé pólis*), “Nova cidade” – uma tradução grega do nome nas línguas fenícia e púnica (RAKOB, 1990, p. 36; LANCEL, 1992, p. 34; AUBET, 2001, p. 212-218). Atualmente a cidade de Cartagena, na Espanha, está situada na localidade em que estava Nova Cartago.

⁶⁶⁹ Diferentemente dos romanos, que denominavam aquela região da Península Ibérica de Hispânia, Políbio, sendo grego, denominava de Ibéria – em grego Ἰβήρη (“*Ibérie*”).

mesmo tempo, Cartago perdeu uma importante base militar e a principal fonte de recursos, inclusive da prata para cunhar as moedas com as quais pagava suas forças mercenárias (SCULLARD, 1970, p. 39-107; LAZENBY, 1978, p. 134-156; CAVEN, 1980, p. 198-207, 220-229; LIDDELL HART, 1994, p. 31-87; GOLDSWORTHY, 2001, p. 271-285). Políbio (X.19.8-19.9) nos informa que a importância da conquista de Nova Cartago levou Cipião Africano a enviar mensagem a Roma informando sobre a vitória, juntamente com os prisioneiros capturados na cidade, de forma a elevar os ânimos do Senado e da população romana⁶⁷⁰.

Dois anos após a tomada de Nova Cartago, em 207 a.C., de acordo com Políbio (XI.1.1), um exército cartaginês proveniente da Hispânia e liderado por Asdrúbal⁶⁷¹, irmão de Aníbal, penetrou na Itália através dos Alpes – a exemplo do exército comandado por Aníbal. Esse exército, prossegue Políbio (XI.2.1-3.6), foi derrotado no mesmo ano pouco após penetrar na Itália, e a informação da vitória, ao chegar a Roma, foi comemorada com oferendas e sacrifícios por toda a *Urbs*, aumentando sobremaneira a confiança dos romanos na vitória final⁶⁷².

Três anos depois, em 204 a.C., segundo Políbio (XV.1.3-1.4, 4.8-4.9), as forças comandadas por Cipião Africano partem da Sicília e desembarcam na África, obtendo vitórias importantes. Essas vitórias, de acordo com Políbio (XV.1.3-1.4, 4.8-4.9) e Tito Lívio (XXX.16.3-6), levam a uma primeira tentativa de finalização da guerra e à discussão de um tratado de paz em 203 a.C., o qual, escreve Políbio (XV.17.3), foi ratificado por Roma. Contudo, continua Políbio (XV.1.1-2.15), a trégua e o tratado são desrespeitados pelos cartagineses e a guerra recrudescer⁶⁷³.

Em 203 a.C., sabemos por Políbio (XIV.10.1; XV.3.5-3.7) e Tito Lívio (XXX.9.7-9.9, 19.1-20-9) que Aníbal volta à África com seu exército após ser convocado no ano anterior pelos cartagineses, deixando a Itália após quinze anos. Tito Lívio (XXX.19.1-19.12) afirma que outras forças, comandadas pelo cartaginês Magão e

⁶⁷⁰ Segundo Políbio (X.19.8-19.9), Cipião Africano enviou seu legado Lélio “para comunicar as novas, colocando sob seu encargo os cartagineses e os mais distintos entre os outros prisioneiros. Pois, como a maioria dos romanos havia considerado a situação na Ibéria como desesperante, ele sabia que essa informação reavivaria seus espíritos e que redobriariam seus esforços para apoiá-lo”.

⁶⁷¹ Derrotado na Hispânia por Cipião Africano (CAVEN, 1980, p. 205 e ss.).

⁶⁷² Segundo Políbio (XI.3.4-3.6), “cada lugar sagrado foi decorado e todos os templos se encheram de oferendas e sacrifícios. Em uma palavra, eles se tornaram tão corajosos e confiantes que a todos parecia que Aníbal, o qual haviam temido tanto anteriormente, não estava mais na Itália”.

⁶⁷³ Políbio (XV.1.1-2.15) narra que os cartagineses capturaram embarcações de transporte romanas, além de vários suprimentos, e em seguida atentaram contra a vida de embaixadores romanos enviados a Cartago para reclamar sobre a quebra da trégua e pedir que o tratado fosse respeitado. Políbio (XV.17.3), em outra passagem, escreve que o acordo havia sido ratificado por escrito. Após a quebra do tratado, segundo Políbio (XV.3.1-3.2), a guerra torna-se “mais séria e mais produtora de sentimentos amargos”.

que estavam no noroeste da Península Itálica, também foram convocadas e deixaram a Itália em direção à África. A saída de Aníbal, que na época estava com suas forças no Brúcio⁶⁷⁴, no sul da Itália, de acordo com Tito Lívio (XXX.10) causou a defecção de diferentes comunidades da região para o lado romano. Para comemorar a partida de Aníbal, escreve Tito Lívio (XXX.21.10), durante uma sessão do Senado foi ordenado ao pretor urbano Públio Aélío que decretasse cinco dias de súplicas aos deuses juntamente com o sacrifício de cento e vinte vítimas.

Finalmente, em 202 a.C. Aníbal é derrotado em Zama, nas planícies africanas, e a guerra chega ao fim (SCULLARD, 1970, p. 141 e ss.; CAVEN, 1980, p. 250 e ss.; LIDDELL HART, 1994, p. 164 e ss.; GOLDSWORTHY, 2001, p. 300 e ss.).

Em vista dessa sequência de acontecimentos dos últimos sete anos da Segunda Guerra Púnica, a tentativa de datação da peça através da interpretação do último verso da passagem citada de Plauto (*Cist.*, 202) fica dificultada. Porém, afóra as complicações inerentes à datação das comédias plautinas⁶⁷⁵, uma definição mais exata a respeito de qual vitória Plauto está se referindo não é necessária, em nosso caso. Em qualquer das possibilidades apresentadas⁶⁷⁶ os cartagineses eram inimigos e haviam sido derrotados, de forma que o texto de Plauto pode ter sido escrito após um desses acontecimentos durante esse período. Os acontecimentos de 204 a.C. e 203 a.C. – a tentativa de pactuação pelo final da guerra e a saída de Aníbal da Itália – não constituem vitórias bélicas, mas são vitórias na guerra. Logo, os cartagineses – ou “púnicos”, como os denomina Plauto (*Cist.*, 202) em seu verso⁶⁷⁷ – haviam sido derrotados e Plauto pede que sejam castigados.

Portanto, Plauto em *O cofre* fala dos cartagineses inimigos romanos. Se a peça foi escrita em 209 a.C. ou no final da guerra, a representação dos cartagineses que percebemos é a do inimigo, o qual deve ser destruído e punido. Porém, os efeitos da crise, gerada pela presença das forças cartaginesas na Itália por quinze anos durante a Segunda Guerra Púnica, podem ser observados igualmente em outras passagens de Plauto.

⁶⁷⁴ Atual Calábria.

⁶⁷⁵ Dificuldades às quais nos referimos no Capítulo I.

⁶⁷⁶ Em 201 a.C., ou seja, pouco após o tratado final ser firmado, os cartagineses não eram mais tecnicamente inimigos, mas os efeitos de quinze anos de guerra dentro da Itália deveriam ainda ser fortes. Mas essa data, em nossa interpretação, é a menos provável, pois já existia um tratado de paz e qualquer punição aos cartagineses, como é o desejo expresso no texto de Plauto, já havia sido efetuada.

⁶⁷⁷ Analisaremos mais à frente o uso dos termos *Poenus* e *Carthaginiensis*.

Plauto e a Segunda Guerra Púnica

A Segunda Guerra Púnica afetou fortemente a população da Itália e particularmente os romanos. Podemos perceber seus efeitos nas comédias plautinas, efeitos que, direta ou indiretamente, tiveram como causa principal a guerra travada dentro da Itália, devido à presença dos exércitos cartagineses na Península durante os quinze anos que mencionamos, desde 218 a.C., quando da travessia dos Alpes por Aníbal, até a retirada das forças cartaginesas para a África, em 203 a.C.

Uma das passagens nas peças de Plauto em que percebemos efeitos da guerra apresentamos acima, presente na comédia *O cofre* (*Cist.*, 197-202), comédia representada ainda durante a guerra, na qual os cartagineses são representados como inimigos. A outra passagem está presente na comédia *Estico* (*Stichus*), na qual encontramos dois irmãos, *negotiatores* romanos, viajando para o leste do Mediterrâneo provavelmente em algum momento durante o ano de 202 a.C.

Sabemos que a partida dos exércitos cartagineses em 203 a.C. em direção à África – o de Magão, que estava na porção noroeste, e principalmente o de Aníbal –, após quinze anos de presença contínua e belicosa cartaginesa na Itália, permitiu uma utilização mais segura das comunicações e dos caminhos na Península. Para a população isso significava que novamente era possível viajar pela Itália sem o risco de ser pego de surpresa pelas forças que se digladiavam. Tito Lívio (XXX.26.5-6), nesse contexto, escreveu que, após a partida de Aníbal, “por causa da paz, toda a Itália estava aberta”⁶⁷⁸.

Alguns indícios nos permitem supor que a partida dos cartagineses tornou também os caminhos marítimos mais seguros para a população da Itália. Por exemplo, sabemos por Tito Lívio (XXIII.48.5-49.4) que em 215 a.C. foi realizado um contrato para fornecimento de alimentos, roupas e demais necessidades para o exército romano que lutava na Hispânia⁶⁷⁹. Segundo Tito Lívio (XXIII.49.2-3), os contratantes fizeram duas solicitações: estarem isentos do serviço militar enquanto estivessem engajados no fornecimento requerido e – importante para nosso argumento – que as cargas enviadas pelo mar estivessem cobertas contra riscos de ataques inimigos e tempestades. A

⁶⁷⁸ “*quod pace omnis Italia erat aperta*”, escreveu Tito Lívio (XXX.26.5-6).

⁶⁷⁹ Segundo Tito Lívio (XXIII.48.4), Públio e Cneu Cipião, comandantes na Hispânia, haviam enviado cartas a Roma especificando a necessidade de dinheiro para o pagamento das tropas, roupas e grãos para o exército, e que faltava tudo para as forças aliadas no mar – “*sociis navalibus omnia deesse*” – “tudo falta aos aliados marinhairos”. Tito Lívio (XXIII.48.5) continua escrevendo que o pagamento, segundo as mensagens dos Cipiões, poderia ser resolvido retirando-o dos habitantes da Hispânia se o tesouro romano estivesse esgotado, mas o resto deveria ser enviado de Roma, ou a manutenção, tanto do exército quanto da Hispânia, não seriam possíveis.

exigência dos contratantes nos informa que os mares, durante aquele período da guerra, eram reconhecidamente inseguros em relação a ataques inimigos⁶⁸⁰.

Realmente, sabemos por Tito Lívio (XXI.49.2-51.5) que, por exemplo, em 217 a.C. navios cartagineses estavam atacando as costas da Sicília e do sul da Itália. Por outro lado, em 203 a.C., ou seja, após a saída dos exércitos cartagineses da Itália, segundo Tito Lívio (XXX.24.5)⁶⁸¹, uma frota de cem embarcações de transporte escoltadas por vinte embarcações de guerra cruzou para a África em “um mar sem perigo de inimigos e de tempestades”⁶⁸². Contudo, seguindo a narrativa, Tito Lívio (XXX.24.6 e ss.) diz que, se essa primeira frota não encontrou problemas, no mesmo ano uma segunda frota, com duzentos navios de transporte e trinta navios de guerra, após “uma jornada favorável”, foi pega próximo à África por ventos fortes que espalharam os navios por diferentes áreas, alguns até as proximidades da baía de Cartago⁶⁸³.

Segundo Tito Lívio (XXX.27.8-9), em 202 a.C., o último ano da guerra, uma frota de cinquenta quinqueres foi enviada para a África, designada para defender a costa da Sicília juntamente com mil soldados, e vinte navios foram utilizados para transportar quinhentos soldados de volta para Roma. As fontes não registram nenhum problema relacionado a inimigos com relação a essas frotas, mas Tito Lívio (XXX.39.1-5) afirma que desde o final de 202 a.C. até meados de março de 201 a.C. tempestades impediram a eleição dos cônsules. Juntando essas evidências com as da frota romana espalhada antes de chegar à costa da África em 203 a.C., podemos compreender a preocupação dos contratantes do exército romano em 215 a.C. Sabe-se que a região mediterrânea é uma das mais ciclogênicas do mundo, sendo que a maior parte dos ciclones afeta o Mediterrâneo justamente entre os meses de outubro e março (ROMEN

⁶⁸⁰ Quanto às tempestades, não são incomuns no Mediterrâneo, uma das regiões mais ciclogênicas do mundo (ROMEN *et al.*, 2007, p. 59). Entre as onze áreas principais de formação de ciclones no Mediterrâneo, quatro encontram-se na rota das embarcações romanas para a Península Ibérica – região em que se encontravam os exércitos romanos que requisitaram os suprimentos em 215 a.C.: o mar Tirreno, o Golfo de Gênova, as ilhas baleares e a própria Península Ibérica (ROMEN *et al.*, 2007, p. 59). Segundo Romen *et al.* (2007, p. 59), a maior parte dos ciclones afeta o Mediterrâneo entre os meses de outubro e março, sendo que o contrato foi realizado após o verão, segundo Tito Lívio (XXIII.48.4), ou seja, provavelmente entre o final de agosto e meados de setembro, antes do período de maior risco de ocorrência de ciclones. Se foi realizado após meados de setembro, o risco era naturalmente maior.

⁶⁸¹ Mais à frente Tito Lívio (XXX.36.2) escreve que a frota chegou à África em 202 a.C. com cinquenta navios de guerra (“*cum quiquaginta rostratis*”), e não vinte, como originalmente havia escrito. Tito Lívio (XXX.26.5-6) adiciona que o preço dos grãos em 203 a.C. havia baixado, não apenas porque com a “paz toda a Itália estava aberta”, mas também por causa da grande quantidade de grãos enviada da Hispânia – ou seja, os caminhos marítimos mediterrâneos entre a Península Ibérica e a costa tirrênica da Itália também estavam tranquilos.

⁶⁸² O texto de Tito Lívio (XXX.24.5) é: “*ab hoste et ab tempestatibus mari tuto*”.

⁶⁸³ Isso significa, provavelmente, que as frotas viajaram para a África em épocas diferentes do ano.

et al., 2007, p. 59)⁶⁸⁴. Essas evidências corroboram as informações de Tito Lívio (XXX.39.1-5) sobre o impedimento das eleições romanas entre 202 a.C. e 201 a.C.

É possível interpretar algumas passagens da comédia *Estico*, de Plauto, à luz dessas informações. Na comédia, conforme mencionamos acima, dois irmãos *negotiatores* viajam a negócios e retornam passados três anos, segundo o texto de Plauto (*Stic.*, 29-30, 137)⁶⁸⁵. A didascália da comédia a posiciona no ano 200 a.C.⁶⁸⁶, ou seja, três anos depois que os exércitos cartagineses deixaram a Itália. Os caminhos marítimos estavam então seguros conforme comentamos, de maneira que os irmãos retornam em um grande navio cargueiro – um *cercurus* –, o qual deveria ser descarregado com cuidado, conforme escreve Plauto (*Stic.*, 367-368, 531)⁶⁸⁷. Quanto às tempestades, Plauto (*Stic.*, 529-530, 402-403) nos informa que os dois *negotiatores* viajaram em mares bravios⁶⁸⁸, mas retornaram em segurança graças a Netuno e Tempestade, e fizeram negócios lucrativos graças a Mercúrio⁶⁸⁹. Portanto, os irmãos viajaram a

⁶⁸⁴ Vide nota 680, na qual comentamos sobre os ciclones do Mediterrâneo.

⁶⁸⁵ Uma das passagens de Plauto (*Stic.*, 29-30) diz: “Esse é o terceiro ano que nossos maridos saíram de casa” – “*nam uiri nostri domo ut abierunt / hic tertius annus*”. Em outra passagem, Plauto (*Stic.*, 137) escreve: “Por que esperas por eles que já saíram há três anos?” – “*quid illos spectatis qui abhinc iam abierunt triennium?*”.

⁶⁸⁶ Na didascália lê-se: “*Estico*, de T. Mácio Plauto, adaptada de ‘Os irmãos’, de Menandro. Encenada durante os *ludi plebeii*, quando eram edis plebeus *Cneu Baebius* e *Gaius Terentius*. Colocada em cena por *Titus Publilius Pellio*. Cadenciada por *Marcus* escravo de *Oppius*, totalmente com a *tibia sarrana*. No consulado de *Gaius Sulpicius* e *Gaius Aurelius*” – “<*T. MACCI PLAUTI STICHUS*> / *GRAECA ADELPHOE MENANDRU / ACTA LUDIS PLEBEIS / CN. BAEBIO C. TERENTIO AED. PL. / <EGIT> / T. PUBLILIUS PELLIO. / <MODULATUS EST> / MARCIPOR OPPII / TIBIIS SARRANIS TOTAM. / *** / C. SULPICIO C. AURELIO COS.*”. “*Adelphói*” significa “irmãos”, em grego. Na didascália o termo está escrito “*Adelphoe*”, no ablativo. Tito Lívio (XXXI,50.3) escreve o *prenomen* do edil *Gaius Terentius* como *Lucius* e fornece seu *cognomen* – *Lucius Terentius Massiliota* –, *cognomen* que sugere um indivíduo proveniente de Massília, cidade que se situava no sul da Gália – atual Marselha (TALBERT, 2000, mapa 15). A *tibia* era um instrumento de sopro que se assemelhava a uma flauta com dois corpos. O adjetivo *sarrana* significa “de Tiro” – ou seja, o instrumento era originário da Fenícia –, pois os romanos denominavam Sarra (ou Sara) a Tiro (SARAIVA, 2019, p. 1063). A didascália pode ser datada através dos cônsules epônimos do ano de 200 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 323).

⁶⁸⁷ O menino escravo Pinácio, de acordo com o que escreve Plauto (*Stic.*, 367-368), afirma: “avistei, nesse meio tempo, um *cercurus*, o qual maior penso não haver visto” – “*conspicatus sum interim / cercurum, quo ego me maiorem non uidisse censeo*”. Mais à frente, escreve Plauto (*Stic.*, 531), Epignomo, um dos *negotiatores*, pergunta a seu irmão, Panfilipo: “Descarregamos o navio hoje, irmão?” – “*hodie exoneramus nauem, frater?*” – e seu irmão responde: “Calmamente, por favor” – “*clementer uolo*”. O *cercurus* – ou κέρκουρος (*kérkouros*), em grego – era um navio de carga com dez remos de cada lado. Havia *cercuri* de pequeno – para transportes fluviais – e médio porte, mas havia também maiores, de até 50 metros de comprimento, utilizados para viagens marítimas (CASSON, 1995, p. 164-166). O *cercurus* dos irmãos da comédia deveria ser desse último tipo.

⁶⁸⁸ Na passagem de Plauto (*Stic.*, 529-530), Epignomo pergunta ao irmão se o *senex* Antifo está tranquilo em relação a ele, e o próprio Antifo responde: “Mais que o mar em que vocês dois foram carregados” – “*magis quam mare quo ambo estis uecti*”.

⁶⁸⁹ A passagem de Plauto (*Stic.*, 402-403) é: “Por ter retornado a salvo à casa com os assuntos resolvidos dou graças a Netuno e Tempestade. Ao mesmo tempo, a Mercúrio, que me ajudou com a mercadoria e quadruplicou minha riqueza com o lucro” – “*quom bene re gesta saluos conuortor domum, / Neptuno gratis habeo et Tempestatibus; / simul Mercurio, qui me in mercimoniis / iuuit lucrisque quadruplicauit rem meam*”.

negócios por caminhos marítimos que, apesar dos riscos de tempestades, estavam livres de inimigos desde 203 a.C. – desde que os exércitos cartagineses deixaram a Itália.

Os irmãos, segundo Plauto (*Stic.*, 152, 366-367), foram fazer negócios na Ásia Menor⁶⁹⁰. Esse destino dos personagens *negotiatores* plautinos não é fortuito⁶⁹¹. Sabemos que *negotiatores* romanos viajavam pelo Mediterrâneo Oriental desde ao menos o século III a.C. A informação mais antiga nas fontes textuais sobre a presença de *negotiatores* romanos no leste do Mediterrâneo provém de Políbio (II.8.1-8.3)⁶⁹², que nos informa sobre sua atividade desde ao menos 230 a.C.⁶⁹³. Outra evidência provém de Plutarco (*Aratus*, 12), que menciona uma embarcação de *negotiatores* romanos viajando para a Ásia Menor em 250 a.C.⁶⁹⁴ A epigrafia também nos fornece evidências de

⁶⁹⁰ Plauto (*Stic.*, 152) escreve que Panfila, esposa de Panfilipo, quer saber “se por acaso chegou ontem ou hoje algum navio proveniente da Ásia” – “*si quae forte ex Asia nauis heri aut hodie uenerit*”. Mais à frente, Plauto (*Stic.*, 366-367) escreve que Pinácio, um menino escravo, estava perguntando no porto se “algum navio chegou da Ásia” – “*ecquae nauis uenerit ex Asia*”.

⁶⁹¹ Não pode ser alegado que a Ásia era o destino dos personagens da comédia de Menandro, a partir da qual Plauto adaptou a sua comédia, a não ser que sejam apresentadas evidências para isso. Mesmo que sejam apresentadas tais evidências, *negotiatores* da Itália também frequentavam os mares orientais do Mediterrâneo, conforme mostramos a seguir.

⁶⁹² Políbio (II.8.2) usa o termo grego para comerciantes, “ἐμποροί” – “*émporoi*”.

⁶⁹³ De acordo com Políbio (I.8.1-8.3), em 230 a.C. o Senado romano mandou dois embaixadores à Ilíria com o intuito de investigar atividades dirigidas à pilhagem de embarcações comerciais da Itália. Políbio (II.8.1), na passagem citada, escreveu que os ilírios “desde muito tempo tinham o hábito de maltratar embarcações provenientes da Itália”. Sobre quanto tempo Políbio está se referindo não podemos estimar, mas é evidente que as atividades comerciais – certamente de cidadãos romanos, ou o Senado não se preocuparia em enviar representantes – vinham sendo impactadas pelos ataques dos ilírios por tempo suficiente para provocar o que Políbio (II.8.3) descreveu como a multiplicação das reclamações contra os ilírios diante do Senado. Segundo Políbio (II.8.2), os ataques ilírios visavam o roubo da carga, além da captura e do cativeiro dos navegantes, os quais, podemos supor, provavelmente seriam vendidos em mercados de escravos. A importância dada pelos romanos aos ataques contra as embarcações é evidente, pois a embaixada foi enviada com o intuito de exercer pressão sobre a rainha da Ilíria e impedir novos ataques, segundo Políbio (II.8.4 e ss.). Após o assassinato de um dos embaixadores, os romanos fizeram a guerra contra os ilírios – Primeira Guerra da Ilíria, entre 229 a.C. e 228 a.C. – e, após sua vitória, impuseram restrições severas à navegação dos ilírios, conforme narra Políbio (II.2.1, 12.7; 11.5-17). É digno de nota que anos depois, em 219 a.C., segundo Políbio (III.16.3; IV.16.6-8), embarcações da Ilíria sob o comando de Demétrio de Faros fizeram ataques na região das Cíclades, no mar Egeu, pilhando e arrecadando dinheiro, provavelmente por meio de chantagem. Após esses ataques, Demétrio de Faros e sua frota voltaram à Ilíria por uma rota mais rápida, passando pelo δίορκος (*díolkos*), o passadouro pavimentado que ligava o mar Egeu ao Golfo de Corinto. As atividades de pirataria dos ilírios, portanto, abrangiam uma região mais ampla do que a do mar Adriático, e é lícito supor que também na época que atacaram as embarcações romanas, os ilírios agiam no mar Egeu. Wilson (1966, p. 87) argumenta que os comerciantes atacados pelos ilírios eram provavelmente uma mistura de gregos itálicos (por exemplo, campanianos) e indivíduos do sul da Itália. É possível que indivíduos de comunidades do sul da Itália estivessem entre os *émporoi* referidos por Políbio. Porém, primeiro, conforme vimos no Capítulo II, algumas comunidades da Campânia possuíam *civitas sine suffragio* desde o século IV a.C. – ou seja, seus cidadãos eram cidadãos romanos (sem direitos totais). Em segundo lugar, conforme alegamos acima, o Senado, cerca de cento e cinquenta anos antes da Guerra Social, provavelmente não enviaria uma embaixada para reclamar de ataques a comerciantes que não fossem cidadãos romanos.

⁶⁹⁴ De acordo com Plutarco (*Aratus*, 12), cerca de 250 a.C., Árato de Sícion, em uma viagem da Grécia para o Egito, na qual procurava se evadir de soldados do rei macedônico Antígono Gônatas em uma ilha do mar Egeu, conseguiu viajar até a Cária, na Ásia Menor, em uma embarcação romana que rumava para a Síria – Plutarco (*Arat.*, 12) escreve, no dialeto jônico: “Ῥωμαϊκῆς νεώς” – “*romaiikês neós*” – ou seja,

negotiatores da Itália no mar Egeu. Uma inscrição (*CIL* I² 404) bilíngue escrita em latim e em grego encontrada em Lindos, na costa sudeste de Rodes, registra a oferta votiva para Atena de Lindos⁶⁹⁵ feita por um certo Lúcio Fólio⁶⁹⁶. Mommsen (1918a, p. 411) e Càssola (1968, p. 31) datam a inscrição entre 300 a.C. e 250 a.C. e interpretam o ofertante como um *negotiator* volsco⁶⁹⁷. Em nossa interpretação, um *negotiator* volsco escrevendo em latim na primeira metade do século III a.C. é, com toda a probabilidade, um cidadão romano⁶⁹⁸. Conforme vimos no capítulo passado, desde 338 a.C. o território romano englobava regiões com populações de etnias diversas, incluindo volscos, os quais eram aceitos como colonos tanto quanto os romanos e que, uma vez registrados nas colônias, tornavam-se cidadãos romanos (SALMON, 1969, p. 174, nota 65; CORNELL, 2001, p. 349; BRADLEY, 2006, p. 176; ERDKAMP, 2011, p. 121).

Um último conjunto de evidências pode nos auxiliar a perceber o lapso de tempo relacionado aos exércitos de Cartago na Península Itálica. O movimento de romanos e outros indivíduos provenientes do centro da Itália para o leste mediterrânico está documentado em inscrições de Delos, cujas datações mais antigas são de meados do século III a.C. Nos interessam aqui os registros não relacionados a viagens oficiais de magistrados ou outros representantes, como embaixadores⁶⁹⁹. Dentre essas inscrições,

“do navio romano”. Charade (2009, p. 11) comenta que o termo que Plutarco utiliza para caracterizar o comandante da embarcação – ναύκληρος (*naúkleros*) – é o mesmo utilizado para nomear os comandantes de embarcações mercantes em inscrições com dedicatórias de Delos, o que permite interpretar que a embarcação era de *negotiatores*.

⁶⁹⁵ A deusa é denominada na inscrição de Minerva, em latim, e Atena, em grego (*CIL* I² 404).

⁶⁹⁶ O *nomen gentilicium* do indivíduo é reconstituído como *Mara*, o que o faz *Lucius Mara Folio* (MOMMSEN, 1918a, p. 411).

⁶⁹⁷ A inscrição em latim significa, para Càssola (1968, p. 31), que no período em questão o latim era mais conhecido em Rodes que o osco ou o umbro e, além disso, é um indício da existência de relações comerciais entre indivíduos da Itália e a ilha de Rodes sem a intermediação de gregos – tanto da Grécia quanto do sul da Itália.

⁶⁹⁸ Cornell (2001, p. 349) escreve que, a partir dos eventos de 338 a.C., “não existe justificativa para a visão amplamente difundida de que a cidadania plena (*civitas optimo iure*) era reservada exclusivamente para os latinos e que volscos de Áncio e de Vélitras tinham que se contentar com *civitas sine suffragio*. É apenas a erudição moderna, não a política romana, que tem discriminado entre comunidades com base na raça e na linguagem”. Podemos incluir aqui também a cidadania *cine suffragio*, que igualmente significava que os detentores eram cidadãos romanos. Quanto a isso, Bradley (2006, p. 174-175) afirma que indivíduos com nomes oscos e etruscos têm sido identificados em posições-chave nas colônias de Brundísio, Benevento, Pesto e Venússia, por exemplo, datados desde o século III a.C.

⁶⁹⁹ Hatzfeld (1912, p. 132) diz que o plural em grego “Ῥωμαῖοι” (“*Romaioi*”) – “romanos” –, assim como o singular “Ῥωμαῖος” (“*Romaios*”) – “romano” –, encontrados em inscrições no leste do Mediterrâneo referem-se a indivíduos provenientes tanto de Roma quanto da Itália Central (HATZFELD, 1912, p. 132; CHARADE, 2009, p. 17, nota 7). É preciso notar que inicialmente os registros de Ῥωμαῖοι eram feitos apenas com o *praenomen*, seguido ou não do local de origem – étnico (BASLEZ, 1996, p. 216; CHARADE, 2009, p. 17). Wilson (1966, p. 108) alerta que os movimentos ocorridos na Península Itálica desde o século V a.C., e principalmente a partir do final do século IV a.C. até o século II a.C. com a difusão dos *gentilicia* romanos – e latinos –, tornam difícil relacionar o étnico *Romaioi* com alguma parte particular da Itália. Charade (2009, p. 17, nota 7) escreve que atualmente é aceita a ideia de que os

um grande número apresenta nomes de indivíduos provenientes da Itália (HATZFELD, 1912, p. 5)⁷⁰⁰. Entre essas últimas, existe uma, datada de 250 a.C., onde está registrado o nome *Novius* (HOMOLLE, 1884, p. 80-81; HOMOLLE, 1903, p. 70; HATZFELD, 1912, p. 56)⁷⁰¹. Provavelmente *Novius* era campaniano (MOMMSEN, 1918b, p. 430)⁷⁰². Outra inscrição, provavelmente registrando uma oferenda, datada de 220 a.C., apresenta o nome *Minatus*⁷⁰³ (SCHULHOF, 1908, p. 78, 80). Schulhof (1908, p. 81) o caracteriza como romano. Ainda outra inscrição, provavelmente do final do século III a.C., apresenta um indivíduo de nome *Quintus*⁷⁰⁴ e dois outros, *Publius* e *Satirus*⁷⁰⁵, que dedicam oferendas a Apolo em Delfos (HOMOLLE, 1882, p. 32, 35; HOMOLLE, 1884, p. 83). É importante notar, conforme comenta Homolle (1884, p. 83), que esses indivíduos não são magistrados ou personagens em viagem oficial, mas provavelmente comerciantes. Mais nomes surgem nas inscrições de Delos, entre 192 a.C. e 180 a.C., de indivíduos fazendo oferendas ao templo de Apolo: *Lucius*⁷⁰⁶, *Titus*⁷⁰⁷, *Vibius*⁷⁰⁸, *Minatus Staius*⁷⁰⁹, *Lucius Oppius*⁷¹⁰, *Quintus Plinius*⁷¹¹ (HOMOLLE, 1884, p. 88)⁷¹².

Romaioi de Delos e de outras partes do Mediterrâneo Oriental são provenientes tanto da Itália central quanto de Roma.

⁷⁰⁰ Apesar de que várias dessas inscrições são datadas entre meados do século III a.C. e a primeira metade do século II a.C., a maior parte é posterior a 166 a.C. Existem nas inscrições nomes que Hatzfeld (1912, p. 5) caracteriza como não latinos, por exemplo, campanianos, lucanos e sicilianos (HATZFELD, 1912, p. 5-6). Hatzfeld (1912, p. 7, 9) dividiu as inscrições em quatro categorias: dedicações, inscrições funerárias, catálogos e documentos financeiros, procurando marcar “as relações de parentesco e de clientela que existem entre os diferentes membros de uma mesma *gens*”. Algumas dessas relações são mencionadas nas inscrições, mas para a maior parte dos indivíduos a condição social é indicada pela forma do nome, permitindo perceber se o indivíduo era *ingenuus*, *libertus* ou *servus* (HATZFELD, 1912, p. 9).

⁷⁰¹ *Novius* era pago pelo serviço de marcar animais domésticos para o templo de Apolo, em Delos (HOMOLLE, 1884, p. 80-81; HOMOLLE, 1903, p. 70; HATZFELD, 1912, p. 56).

⁷⁰² Segundo Homolle (1884, p. 81), *Novius* era proveniente do sul da Itália. Contudo, essa interpretação não é a única. *Novius* não é um *praenomen* atestado apenas no sul da Itália. Por exemplo, conhecemos um *Novius Plautius* que viveu em Roma na mesma época, entre 250 e 235 a.C. Em uma inscrição em uma cista de bronze (CIL I² 561), encontrada em uma sepultura em Preneste, lê-se: “DINDIA MALCONIA FILEAI DEDIT / NOVIOS PLAUTIOS MED ROMAI FECID” – “*Dindia Malgonia* deu à sua filha / *Novius Plautius* me fez em Roma”. Segundo Mommsen (1918b, p. 430), a *gens Malgonia* aparece com frequência em inscrições de Preneste, a *gens Plautia* é plebeia romana e *Novius* é um *praenomen* campaniano. Assim, considera que, pelos indícios citados e por não ser apresentada uma *tribus* na inscrição, *Novius* era um liberto campaniano de um indivíduo da *gens Plautia* (MOMMSEN, 1918b, p. 430). Essa interpretação, porém, não leva em consideração o fato que campanianos que tinham cidadania *sine suffragio* não eram registrados em nenhuma tribo. Dessa maneira, *Novius* pode ser um cidadão romano, assim como seu homônimo que vivia em Delos.

⁷⁰³ “[ἀργ]υρούν Μινάτου” – “prateado de Minatos” (SCHULHOF (1908, p. 78).

⁷⁰⁴ “ἀνάθημα Κοίντου Ῥωμαίου” – “oferenda de *Kointos Romaios*” (HOMOLLE, 1882, p. 32).

⁷⁰⁵ “Ποπλίου ἀνάθημα καὶ Σατύρου” – “oferenda de *Poplios* e de *Satros*” (HOMOLLE, 1882, p. 35).

⁷⁰⁶ “Λευκίου ἀνάθημα Ῥωμαίου” – “oferenda de *Leukios Romaios*” (HOMOLLE, 1882, p. 38).

⁷⁰⁷ “Τίτου ἀνάθημα Ῥωμαίου” – “oferenda de *Titos Romaios*”; “ἀνέθηκεν Τίτος Ῥωμαῖος” – “*Titos Romaios* dedicou” (HOMOLLE, 1882, p. 38).

⁷⁰⁸ “ἀνάθημα Βιβίου Ῥωμαίου” – “oferenda de *Bibios Romaios*” (HOMOLLE, 1882, p. 43).

⁷⁰⁹ “Μίνατος Μινάτου [Σ]τήϊος Ῥωμαῖος ἐκ Κύμης ἀνέθηκεν” – “*Minatos Steios* filho de *Minatos*, de *Kumes*, dedicou” (HOMOLLE, 1882, p. 45).

⁷¹⁰ “Λεύκιος Ὀππιος Ῥωμαῖος” – “*Leukios Oppios Romaios*” (HOMOLLE, 1882, p. 45).

Tito Lívio (XL.4.4) também fornece informações nesse sentido, afirmando que em 196 a.C. havia muitos cidadãos romanos e cidadãos de direito latino na região costeira da Ilíria⁷¹³.

Apresentadas essas evidências, podemos perceber que as datas das inscrições de Delos que apresentam indivíduos provenientes da Itália evidenciam um lapso de tempo que corresponde aproximadamente ao período da Segunda Guerra Púnica. O intervalo sem informações de indivíduos provenientes da Itália em Delos é muito coincidente com o período da guerra. Essa ausência sugere que a Segunda Guerra Púnica foi provavelmente um impedimento para as viagens a partir da Itália. É importante para essa interpretação compreender que as inscrições de Delos cobrem um período desde meados do século IV a.C. até o início do século I a.C., sendo que praticamente não existe intervalo maior que dez anos entre os registros (HOMOLLE, 1882, p. 1, 5). Assim, o lapso de tempo observado sem registro de indivíduos provenientes da Itália nas inscrições não pode ser imputado à ausência de registros nesses mesmos anos.

Termos, portanto, conforme observamos acima, que após a saída dos exércitos cartagineses para a África as viagens pelos mares provavelmente foram retomadas de forma segura. Sendo assim, romanos com interesses no leste mediterrâneo, principalmente *negotiatores*, voltaram a praticar o comércio e outras atividades lucrativas.

É nesse contexto que devemos posicionar os personagens de Plauto na comédia *Estico*. As *uxores* sentem-se infelizes porque seus maridos estão fora a negócios, especificamente a três anos, segundo escreve Plauto (*Stich.*, 4-5, 29-30)⁷¹⁴. Conforme comentamos, a primeira apresentação da comédia foi em 200 a.C., o que implica que os maridos viajaram em 202 a.C. – pois os romanos, assim como os gregos, costumavam contar os anos inteiros (CHASSIGNET, 2002, p. 90-91; CÀSSOLA, 1968, p. 260).

⁷¹¹ “Κ[ό]ρινθος Πλίνιος Ῥωμαῖος” – “*Kintos Plínios Romaios*” (HOMOLLE, 1882, p. 45).

⁷¹² Deve-se perceber, conforme comenta Solin (1996, p. 8), que era prática na época entre os gregos denominar pessoas com nomes latinos apenas pelo primeiro nome – o registro do *nomen gentilicium* era menos comum.

⁷¹³ Esses cidadãos haviam sido maltratados no reino do rei ilírio Gêntio. Segundo Tito Lívio (XL.4.4), havia “muitos cidadãos romanos e aliados de nome latino injustiçados no reino dele e cidadãos romanos sendo detidos em Corcira” – “*multis civibus Romanis et sociis Latini nominis iniurias factas in regno eius, et cives Romanos dici Corcyrae retineri*”. Corcira localizava-se em uma ilha na costa da Ilíria.

⁷¹⁴ Em uma passagem, Plauto (*Stic.*, 4-6) escreve: “os maridos longe daqui, nós, irmã, como é correto, estamos sempre preocupadas noites e dias pela ausência de cada um a negócios” – “*uiri hinc apsunt, / quorumque nos negotiis apsentum, ita ut aequom est, / sollicitae noctes et dies, soror, sumus semper*”. Em outra passagem, Plauto (*Stic.*, 29-30) escreve: “agora, esse é o terceiro ano desde que nossos maridos se ausentaram de casa” – “*nam uiri nostri domo ut abierunt / hic tertius annus*”.

Plauto, portanto, escrevendo sobre o cotidiano romano, nos informa sobre *negotiatores* romanos que viajavam em busca dos ricos mercados existentes no Mediterrâneo Oriental e que, devido à Segunda Guerra Púnica e à presença das forças cartaginesas na Itália, foram impedidos por cerca de quinze anos de praticar esse comércio lucrativo. Após a saída dessas forças da Itália, os caminhos estavam mais uma vez livres para o comércio.

POENUS PLANE EST

A representação plautina dos cartagineses da época da Segunda Guerra Púnica, assim como a recepção e o compartilhamento dessa representação pela audiência – ou seja, por parte da população romana –, apresentam forte mudança após mais de uma quinzena do final da guerra. Podemos observar essa mudança em *O pequeno cartaginês*.

A peça *O pequeno cartaginês (Poenulus)*⁷¹⁵ possui algumas feições que a tornam distinta das outras comédias de Plauto. Uma dessas feições é a existência de dois finais – entre os versos 1355 e 1371 e entre os versos 1372 e 1422 –, um dos quais certos autores consideram espúrio, escrito provavelmente para uma remontagem posterior da peça (BEARE, 1951, p. 3-4; REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 19; FORTSON IV, 2008, p. 10; DE MELO, 2012a, p. 9; FONTAINE, 2017, p. 872). Contudo – conforme advoga Goldberg (2011, p. 212) para algumas passagens redundantes em *O cofre* –, a presença dos dois finais pode significar que um deles é o testemunho de um final opcional, o “remanescente de um texto plautino alternativo”⁷¹⁶.

Outra peculiaridade é que *O pequeno cartaginês* é a única comédia de Plauto que possui passagens inteiras não escritas em latim. Existem na comédia duas sequências de versos escritos em língua púnica – que representam um monólogo dito pelo cartaginês Hanão –, cada sequência composta por dez versos – os versos 930 a 939 e 940 a 949⁷¹⁷. Uma dessas sequências é a original, sendo que sobre a outra existem

⁷¹⁵ Existe a probabilidade de que a peça grega da qual Plauto adaptou essa comédia seja (*Karkhedonios*), de autoria de Alexis, comediógrafo grego que viveu entre cerca de 375 a.C. e 275 a.C. (KRAHMALKOV, 2001, p. 3; MOODIE, 2018, p. 2). Plauto (*Poen.*, 53) escreve no prólogo da comédia: “*Karkhedónios* é o nome dessa comédia” – “*Καρχηδόνιος uocatur haec comoedia*” (o termo “Cartaginês” – *Karkhedónios* – está escrito em grego no manuscrito). Contudo, o verso seguinte a essa afirmação é totalmente lacunar, de maneira que, se Plauto escreveu o nome do autor grego, esse se perdeu – ou seja, não é possível saber, diante dos indícios que possuímos hoje, se a comédia grega era de Alexis.

⁷¹⁶ Vide, no Capítulo I, o subtítulo “Plauto e a colaboração autoral”.

⁷¹⁷ Existe uma tradução para o latim no corpo da peça, entre os versos 950 e 960. Segundo Garbini (2004, p. 24), apesar dessa tradução não corresponder “exatamente” ao texto púnico, há muito tem facilitado a sua interpretação. Sznycer (1965, p. 515) considera essa tradução o documento mais importante para o estudo da língua púnica entre todos os documentos existentes – os quais existem em pequeno número –,

explicações diferentes: ou provém de uma tradição manuscrita relacionada ao palimpsesto Ambrosiano ou é uma adição posterior, feita por um erudito amanuense que procurou reescrever o texto em púnico de maneira mais inteligível, utilizando palavras em púnico diferentes, a partir do primeiro texto (DE MELO, 2012a, p. 7; GARBINI, 2012, p. 24 e ss., 31 e ss.)⁷¹⁸. Seja como for, de acordo com Szyner (1965, p. 517) as duas sequências exprimem a mesma ideia, e Garbini (2012, p. 16) afirma que os versos em púnico foram escritos por Plauto, que utiliza a língua púnica de forma “totalmente original”⁷¹⁹. Sobre esses versos em púnico, conforme comentamos antes, alguns autores acreditam que parte da audiência das comédias possuía alguma familiaridade com a língua púnica (PALMER, 1997, p. 31; WALLACE-HADRILL, 2008, p. 83; GARBINI, 2012, p. 15-16)⁷²⁰. Um indício dessa familiaridade encontramos em um verso de Ênio registrado por Varrão (*Ling.*, VII.101), o qual contém um monossílabo em púnico, o que sugere que os romanos conheciam algo da língua púnica: “Como dizem, nem ousaram expressar um *mu*”⁷²¹.

sejam textos ou glosas da língua púnica em tradução latina ou grega. Krahmalkov (2000, p. 12), apesar de escrever que Plauto utiliza as passagens em púnico como “palavrório estrangeiro” – ou seja, as passagens não teriam sentido nem para Plauto e nem para a audiência, interpretação com a qual não concordamos –, por outro lado afirma que o “significado original, a natureza e a função” das passagens em púnico “podem ser determinadas com confiança a partir da comparação com as passagens correspondentes da versão latina” existente na peça. Além das duas sequências de versos mencionadas, na comédia existem também frases e palavras na língua púnica.

⁷¹⁸ A primeira sequência existe apenas no palimpsesto Ambrosiano e a segunda existe tanto nesse manuscrito quanto nos manuscritos palatinos (SZNYCER, 1965, p. 516; GARBINI, 2012, p. 20). A sequência original é alvo de disputa. Por exemplo, Krahmalkov (1988, p. 56) e De Melo (2012a, p. 7) afirmam que a sequência original é a segunda, enquanto Szyner (1965, p. 517) e Garbini (2012, p. 24 e ss.) advogam que a original é a primeira. Gratwick (1971, p. 35) sugere que uma das duas é uma glosa de um estudioso posterior feita em púnico, mas não especifica qual das duas.

⁷¹⁹ Segundo Garbini (2012, p. 16), “na Roma de Plauto algumas palavras púnicas deveriam ser conhecidas por muitos”, de forma que “tal situação torna completamente secundário o problema da eventual presença de palavras ou frases púnicas na comédia grega tomada como modelo: o modo que Plauto utiliza o púnico é de tal forma original que não deve nada ao seu modelo”. Szyner (1965, p. 517) por outro lado – baseando-se em argumentos linguísticos –, aventa a possibilidade de Plauto ter traduzido a tradução grega do texto em púnico que já existia na peça grega da qual adaptou a sua comédia. Krahmalkov, autor de duas obras aclamadas sobre as línguas fenícia e púnica – uma gramática fenício-púnica, editada em 2001, e um dicionário fenício-púnico, editado em 2000 –, afirma, sem nenhum indício, que Plauto, ao “traduzir” o original grego para o latim, “soube da existência de uma tradução púnica da peça” e “concebeu a ideia altamente original de incorporar linhas da versão púnica da peça grega em sua versão latina” (KRAHMALKOV, 2001, p. 3). Essas afirmações de Krahmalkov foram classificadas por Garbini (2004, p. 22) como resultado da “prevalência progressiva de fantasias sobre o juízo crítico”.

⁷²⁰ Apesar dos estudos existentes sobre a escrita púnica, como os de Szyner (1965; 1978), Krahmalkov (1988; 2000; 2001) e Garbini (2004), ainda existem dificuldades quanto ao seu entendimento. Um exemplo é o termo púnico encontrado na obra de Plauto (*Poen.*, 1023), transcrito como “*phonnim*”. O termo é traduzido por De Melo (2012 a, p. 216-217) como o masculino plural “fenícios”, por Krahmalkov (2000, p. 11-13) como o nome da língua fenício-púnica escrito em púnico, e por Garbini (2004, p. 42, nota 51) como o masculino plural do participio passivo de um verbo que significa “voltar-se”.

⁷²¹ O verso de Ênio registrado por Varrão (*Ling.*, VII.101) é: “*Neque, ut aiunt, mu facere audent*”. Segundo Krahmalkov (2000, p. 265) e Garbini (2012, p. 45), o monossílabo “*mu*” é a transcrição para o alfabeto latino do monossílabo da língua púnica que significa “que”, ou “o que” – podendo ser

Uma terceira feição distintiva da comédia – fundamental para nossa análise – é a representação dos cartagineses. A comédia é centrada na história de quatro pessoas nascidas em Cartago, sobre as quais Plauto (*Poen.*, 59-111) narra o drama familiar no prólogo da comédia. Três dessas pessoas, um menino e suas duas primas, foram raptadas em Cartago quando eram crianças. O menino, Agorástocles, foi roubado aos sete anos de idade e levado para Calidão, na Etólia, onde foi adotado por um cidadão. As meninas, Adelfásio e Anterastilis, foram raptadas por piratas, juntamente com sua ama-de-leite, Gidênis, quando tinham cinco e quatro anos, respectivamente, levadas para Anactório, na Acarnânia, e vendidas a um cafetão que também as levou para Calidão e as criou para serem prostitutas. O quarto personagem é um *senex*, Hanão, o único dos quatro personagens que foi criado em Cartago e é, portanto, cidadão cartaginês. Hanão é pai de Adelfásio e Anterastilis e primo de primeiro grau do pai de Agorástocles, o qual morreu de desgosto seis anos após o rapto de seu filho. Após o rapto de suas filhas, Hanão passa a procurar por elas por toda parte.

Pessoas nascidas em Cartago, portanto, são as protagonistas da peça. Contudo, apenas um dos personagens, Hanão, é cidadão cartaginês. Conforme analisamos no Capítulo II, desde tempos muito remotos o conceito romano de *civis* era político e jurídico, não era étnico, de maneira que os cidadãos romanos eram membros de um conglomerado formado por comunidades e indivíduos detentores da cidadania romana – fosse ela *optimo iure* ou *sine suffragio* –, sendo que o mesmo conceito definia o não cidadão, ou seja, o *peregrinus* (GAUDEMET, 1965, p. 42 e ss.; SHERWIN-WHITE, 1996, p. 8; CORNELL, 2001, p. 75 e ss., 157 e ss.; PALMER, 1970, p. 1 e ss.; BRADLEY, 2006, p. 178; FARNEY, 2010, p. 149-150; GREEN, 2013, p. 1 e ss.). Assim, Agorástocles, nascido em Cartago, foi adotado por um cidadão de Calidão – ou seja, na linguagem figurada da *palliata* plautina, adotado por um cidadão romano, o que o torna cidadão romano. Quanto a Hanão, é cartaginês, portanto *peregrinus*. Porém, conforme veremos, em *O pequeno cartaginês* a representação dos cartagineses é oposta àquela de *O cofre*, pois, apesar de Plauto marcar os cartagineses utilizando-se de estereótipos, sua representação é positiva.

interrogativo ou relativo. Garbini (2012, p. 45-46) interpreta que o fragmento de Ênio estava inserido em um contexto no qual o poeta escreve que os cartagineses, pegos de surpresa em alguma ação bélica, não tiveram tempo de expressar “o que está acontecendo?”.

Filius adoptaticius

Antes de proceder à análise do cartaginês em *O pequeno cartaginês*, precisamos compreender o cidadão Agorástocles. Afirmamos que Plauto representa o cotidiano romano. É necessário procurar mostrar também que os personagens de Plauto são guiados por normas e hábitos romanos e que a representação plautina do cotidiano engloba aspectos da sociedade romana. Um desses aspectos é a adoção.

Em *O pequeno cartaginês* Plauto (*Poen.*, 66) escreve sobre um menino, Agorástocles, que é adotado. A adoção era prática comum entre os romanos⁷²². Porém, Agorástocles, segundo Plauto (*Poen.*, 64-77) nasceu em Cartago, foi raptado com sete anos de idade, vendido como escravo e adotado por um cidadão que o faz seu herdeiro ao morrer. No prólogo da comédia, Plauto (*Poen.*, 59-77) escreve:

Existiram dois primos⁷²³ cartagineses, de alta ascendência e grande riqueza. Deles, um está vivo e o outro está morto. Digo a vocês com tanta confiança pelo fato de que o coveiro⁷²⁴ que o preparou para a sepultura me disse. Mas esse *senex* que morreu, aquele que era seu filho único, menino de sete anos, foi roubado em Cartago da riqueza e

⁷²² Por exemplo, Apiano (*Mac.*, 19.1) menciona que Lúcio Emílio Paulo – o vencedor do rei macedônico Perseu em 168 a.C. – deu seus dois filhos mais velhos para adoção, denominados então, a partir de suas famílias de adoção, Quinto Fábio Máximo Emiliano e Públio Cornélio Cipião Emiliano. A adoção era prática comum entre outros povos também, como os gregos. Em Atenas, por exemplo, diferentemente de Roma, apenas filhos legítimos podiam ser adotados por cidadãos (PERNARD, 1900, p. 92; WOLFF, 1944, p. 79-80). Para ser cidadão em Atenas era necessário ser filho de pai e mãe cidadãos, restrição proveniente de um decreto que entrou em vigor entre 451 a.C. e 450 a.C., atribuído a Péricles. Para os filhos serem considerados legalmente legítimos, portanto, o pai e a mãe deveriam ser cidadãos atenienses (MOSSÉ, 1991, p. 138, 142; 1995, p. 17). Ou seja, libertos não recebiam cidadania (PERNARD, 1900, p. 92). Através da adoção – εσποίησις (*espoíēsis*) –, um menino – ou seja, uma criança masculina – passava de seu *oikos* – “casa”, compreendida como “família”, ou “ambiente doméstico” – original para o *oikos* do adotante e ganhava o *status* de filho do pai adotivo, da mesma forma que qualquer filho natural, sendo que perdia as ligações com a família de origem, inclusive o direito de herança (MAFFI, 2005, p. 257). Em Atenas, o Κύριος (*kýrios*), “senhor”, o cabeça de família, não podia fazer testamento e nem adotar um filho se, desse modo, removesse seus filhos legítimos da herança (SCHAPS, 1979, p. 4). Quanto ao casamento dos pais, deveria ser considerado legalmente válido. A substância legal do casamento era baseada no ato de “dar” – ἔκδοσις (*ékdosis*) – a mulher, ato executado pelo pai, ou, em sua ausência, por um parente masculino próximo e, não sendo isso possível, pela própria mulher. Uma concessão patrimonial – a cessão do dote – acompanhava a *ékdosis*. São esses atos que davam ao casamento “sua validade como instituição social” (MODRZEJEWSKI, 2005, p. 349). Ademais, havia a ἐγγύησις – *engýēsis* –, ou ἐγγύη – *engýē* –, o ato através do qual um homem e uma mulher se uniam de forma legítima, em que o tutor posicionava a mulher nas mãos do homem que iria se tornar seu marido, ou seja, a entregava ao novo tutor. Era uma espécie de contrato particular entre as duas “casas” – do tutor anterior e do marido –, perante testemunhas, que assegurava à mulher casada que ela era uma esposa legal, denominada γυνή – *gyné* –, ou γαμετή – *gametē* –, contrato que exigia, contudo, a coabitação para ser efetivo (MOSSÉ, 1991, p. 55; MODRZEJEWSKI, 2005, p. 349). Para maiores detalhes sobre a adoção nos mundos grego e romano, *vide*, por exemplo, Lindsay (2011, p. 346 e ss.).

⁷²³ Primos de primeiro grau, conforme explica Plauto (*Poen.*, 59-60): “Existiram dois primos de primeiro grau cartagineses” – “*Carthaginienses fratres patruales duo / fuere*”.

⁷²⁴ O termo está escrito em latim como “*pollictor*” e não “*pollinctor*” – “coveiro”.

do pai, de fato seis anos antes da morte do pai. Uma vez que viu o desaparecimento de seu filho único, ele caiu doente por angústia: fez de seu primo seu herdeiro, indo ele mesmo para o Aqueronte sem viático. O homem que roubou o menino o carregou para Calidão, vende-o aqui a um certo dono *senex* rico, desejoso de filhos e que odeia mulheres. O *senex* inadvertido compra o filho de seu *hospes*, adota ele como seu filho e faz dele seu herdeiro quando ele mesmo morre⁷²⁵.

Agorástocles, então, é adotado pelo homem que o comprou, que o torna seu herdeiro na ocasião de sua morte (*Poen.*, 72-77): “o *senex* inadvertido compra o filho de seu *hospes*, adota ele como seu filho e faz dele seu herdeiro quando ele mesmo morre”⁷²⁶. Assim, segundo o texto de Plauto a adoção de um escravo e sua transformação em herdeiro era possível no período por nós estudado⁷²⁷.

Antes de examinar essa hipótese em outras fontes, porém, examinaremos outros indícios. Segundo Plauto (*Poen.*, 64-67), o pai natural de Agorástocles morreu seis anos após ele ser raptado quando tinha sete anos de idade. Sendo assim, Agorástocles tem mais de treze anos. Além disso, Plauto (*Poen.*, 78, 96, 1044) o caracteriza como *adulescens*. Sabemos que após completar quatorze anos aproximadamente o jovem romano se tornava *pubes* e *minor*, também denominado *adulescens*, fase que durava até cerca de 25 anos de idade (MARQUARDT, 1886, p. 131; BERGER, 1991, p. 495, 583;

⁷²⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 59-77) é: “*Carthaginiensis fratres patruales duo / fuere, summo genere et summi ditiis; / eorum alter uiuit, alter est emortuos. / propterea apud uos dico confidentius, / qui mi pollictor dixit qui eum pollinxerat. / sed illi seni qui mortuost, <ei> filius / unicus qui fuerat ab diuitiis a patre / puer septuennis surrupitur Carthagine, / sexennio prius quidem quam moritur pater. quoniam periisse sibi uidet gnatum unicum, / conicitur ipse in morbum ex aegritudine: / facit illum heredem fratrem patrualem suoum, / ipse abit ad Accheruntem sine uiatico. / ill’ qui surrupit puerum Calydonem auehit, / uendit eum domino hic diuiti quoidam seni, / cupienti liberum, osori mulierum. / emit hospitem is filium imprudens senex / puerum illum eumque adoptat sibi pro filio / eumque heredem fecit quom ipse obiit diem*”. Mais à frente Plauto (*Poen.*, 901-904) reescreve a história do rapto, recontado por Mílfio, o escravo de Agorástocles: “Então, meu dono, Agorástocles, nasceu no mesmo lugar, foi roubado de lá com mais ou menos seis anos, depois aquele que o roubou o carregou para cá e vendeu aqui para meu dono. Ele o adotou na riqueza quando morreu” – “*nam erus meus Agorastocles / ibidem gnatust, ind’ surruptus fere sexennis, postibi / qui eum surrupuit huc deuexit meoque ero eum hic uendidit. / is in diuitias homo adoptauit hunc quom diem obiit suoum*”. A história do rapto reaparece em outras passagens de Plauto (*Poen.*, 987). Nessa última, o menino foi raptado com seis anos e não com sete.

⁷²⁶ A passagem de Plauto (*Poen.*, 72-77) é: “*emit hospitem is filium imprudens senex / puerum illum eumque adoptat sibi pro filio / eumque heredem fecit quom ipse obiit diem*”.

⁷²⁷ Outra adoção de menino raptado existe em comédia plautina, porém, o menino não é vendido como escravo: em *Os menecmos* Plauto (*Men.*, 57-62) faz com que o próprio raptor, um homem rico e sem filhos, adote a criança, dê a ele uma esposa com grande dote e o torne seu herdeiro através de testamento.

BUCKLAND *et al.*, 1974, p. 53; MORGAN, 2011, p. 504)⁷²⁸. Acredita-se que no período da República um jovem deixava de usar a *toga praetexta* e passava a usar a *toga virilis*⁷²⁹ com cerca de dezessete anos de idade (MARQUARDT, 1886, p. 132)⁷³⁰. Essa transição da juventude para a fase adulta levava, portanto, um longo tempo e marcava de forma importante a mudança social da relação dos *adulescentes* com a *res publica* (DIXON, 1992, p. 101)⁷³¹. Sabe-se que tornar-se adulto significa ser capaz de viver a cotidianidade por si mesmo (HELLER, 1985, p. 18). Então, provavelmente os romanos entendiam que os jovens a partir de cerca de dezessete anos podiam servir no exército e administrar suas propriedades (MARQUARDT, 1886, p. 132-133)⁷³².

Possivelmente esse é o caso do *adulescens* Agorástocles, que, conforme veremos à frente, possui uma propriedade rural e escravos. Quanto ao termo *adulescens* é ambíguo. Caracterizava o jovem desde cerca de quatorze anos, conforme mencionamos

⁷²⁸ Um menino *impubes*, ou seja, que não atingira a puberdade – comumente associada aos 14 anos de idade – e que não estava sob *patria potestas* era considerado *sui iuris* – ou seja, legalmente independente, não estando sob a *patria potestas* de outra pessoa – e deveria ter um tutor, frequentemente um parente (BERGER, 1991, p. 495; BUCKLAND *et al.*, 1974, p. 47-48; DIXON, 1992, p. 105-106). Os *minores*, ou *adulescentes*, indivíduos com menos de cerca de 25 anos de idade, não eram considerados legalmente incapazes, mas poderiam ter seus negócios postos em dúvida por “inexperiência juvenil”, caso em que, apenas sob seu consentimento, seriam apontados *curatores* – não *tutores*, é preciso enfatizar – como proteção à terceira parte, normalmente não ao *adulescens*, os quais forneciam *consensus* – ou seja, acordo –, não *auctoritas* (BUCKLAND *et al.*, 1974, p. 48, 53). Posteriormente, no período imperial, a proteção foi gradualmente aumentada até que um *minor* sob um *curator* ficou em posição semelhante a um *impubes* sob tutela (BERGER, 1991, p. 495; BUCKLAND *et al.*, 1974, p. 53; DIXON, 1992, p. 107).

⁷²⁹ Não utilizavam mais a *toga praetexta* – clara com uma banda púrpura –, trocando-a pela *toga virilis* sem a banda púrpura (DIXON, 1992, p. 101). Tecemos comentários sobre o uso da *toga* no Capítulo II, na nota 520.

⁷³⁰ As idades limites são aproximadas, conforme procuramos deixar claro no texto com os termos “cerca” e “aproximadamente” (MARQUARDT, 1886, p. 128-130). Uma evidência de que a transição da *toga praetexta* para a *toga virilis* acontecia cerca da idade de dezessete anos é apresentada por Marquardt (1886, p. 132), que aponta uma passagem em que Tito Lívio (XXII.57.9), narrando o alistamento militar ocorrido após a batalha de Canas, em 216 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, menciona duas categorias de jovens do sexo masculino, os *iuniores*, de mais de dezessete anos de idade, e os *praetextati* – ou seja, os que usavam a *toga praetexta* –, com menos de dezessete anos. A passagem de Tito Lívio (XXII.57.9) é: “Então, o ditador Marcos Júnio, nomeado a partir da autoridade dos senadores, e o mestre da cavalaria Tibério Semprônio inscreveram um édito pela seleção de *iuniores*, com mais de dezessete anos, e de alguns que usavam a *praetexta*” – “*Inde dictator ex auctoritate patrum dictus M. Iunius et Ti. Sempronius magister equitum dilectum edicto iuniores ab annis septemdecim et quosdam praetextatos scribunt*”.

⁷³¹ A transição da juventude para a fase adulta da qual estamos falando não é a transição biológica, claro, mas a transição social.

⁷³² A idade mínima para exercer a primeira das magistraturas na hierarquia, a de questor, situava-se comumente entre vinte e cinco e vinte e sete anos (DEVELIN, 1979, p. 59). Porém, com certa frequência diferentes magistraturas acima da de questor foram exercidas por homens de diversas idades. Por exemplo, em 348 a.C. Marcos Valério Corvo foi cônsul com vinte e três anos; Marcos Popílio Lena foi edil curul em 364 a.C. com vinte e sete anos, provavelmente, e cônsul em 359 a.C. com trinta e dois anos ou pouco mais; Caio Flamínio foi tribuno da plebe com cerca de vinte e cinco anos, pretor com trinta e um e cônsul com trinta e quatro anos de idade; Públio Cornélio Cipião Africano foi edil curul em 213 a.C. com cerca de vinte e três anos e cônsul em 205 a.C. com trinta anos de idade (DEVELIN, 1979, p. 60, 65, 67). Nenhuma legislação normalizou a progressão pelas magistraturas antes de 180 a.C. (DEVELIN, 1979, p. 81 e ss.).

acima, mas também o homem com mais de vinte anos de idade. Alguns trechos da obra *Sobre o dever*, de Cícero, podem nos auxiliar nesse caso. Por exemplo, em uma passagem, Cícero (*De Officiis*, II.45) recomenda que um *adulescens* deva seguir a carreira militar⁷³³. Em outra passagem, Cícero (*Off.*, II.49) fala dos *adulescentes* que se destacaram como oradores nas cortes de justiça, nas assembleias e no Senado, e mais à frente Cícero (*Off.*, II.51) afirma que quando ele mesmo era *adulescens* defendeu Sexto Roscio Amerino contra Lúcio Sula, defesa que, segundo Aulo Gélio (*NA*, XV.28.3), aconteceu em 80 a.C.⁷³⁴. Sabe-se, também de acordo com Aulo Gélio (*NA*, XV.28.3), que Cícero nasceu em 106 a.C.⁷³⁵. Portanto, era um *adulescens* de vinte e seis anos de idade em 80 a.C.⁷³⁶. De acordo com essas evidências e com as informações de *O pequeno cartaginês*, Agorástocles provavelmente é representado com mais de dezessete anos, de maneira que administra suas propriedades.

Voltando à adoção de Agorástocles, vamos analisar o que nos dizem as fontes. Segundo Watson (1967, p. 90), dois textos das fontes afirmam que escravos podiam ser adotados no período da República: uma passagem de Aulo Gélio (*NA*, V.19.13-14) e um trecho de *Institutiones* (I.11.12), de Justiniano⁷³⁷. Aulo Gélio escreve sobre o caso de

⁷³³ O serviço nas legiões poderia ser exercido desde cerca de dezessete anos de idade, conforme vimos na passagem de Tito Lívio (XXII.57.9) que citamos na nota 630. Plauto (*Poen.*, 1315), inclusive, em uma passagem denomina o *miles* da comédia *O pequeno cartaginês* de *adulescens*.

⁷³⁴ Segundo Aulo Gélio (*NA*, XV.28.3) Cícero defendeu Sexto Roscio Amerino no ano do consulado de Lúcio Cornélio Sula e Quinto Cecílio Metelo, ou seja, em 80 a.C. (BROUGHTON, 1952, p. 79). Kinsey (1967, p. 61 e ss.) escreveu um artigo analisando a data da defesa que Cícero realizou de Sexto Roscio Amerino, confirmando o ano de 80 a.C.

⁷³⁵ Segundo Aulo Gélio (*NA*, XV.28.3), Cícero nasceu no consulado de Quinto Cépio e Quinto Serrano – ou seja, em 106 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 553).

⁷³⁶ Aulo Gélio (*NA*, XV.28.3) afirma que Cícero defendeu Sexto Roscio Amerino com vinte e sete anos, e não vinte e seis. Porém, essa diferença se dá porque, conforme explicamos anteriormente no texto, os romanos – assim como os gregos – contavam os anos inteiros (CHASSIGNET, 2002, p. 90-91; CÀSSOLA, 1968, p. 260).

⁷³⁷ As *Institutiones* – título que pode ser traduzido por “Introdução”, ou “Princípios básicos” sobre as leis –, juntamente com o *Digesta* – do qual falaremos à frente, na nota 753 – e o *Código* – uma coleção de leis – fazem parte do *Corpus Iuris Civilis*, um conjunto de leis promulgadas e compiladas por ordem do imperador bizantino Justiniano – cerca de 482 d.C. a 565 d.C. As *Institutiones*, publicadas em 533, são um livro-texto elementar baseado principalmente nos *Institutos* de Gaio (WATSON, 1985; BIRKS; McLEOD, 1987, p. 12; BRETONE, 1998, p. 283). O principal artífice do *Corpus Iuris Civilis* foi Triboniano, ministro de Justiniano e erudito em leis (BIRKS; McLEOD, 1987, p. 8 e ss.). Quanto a Gaio, sabemos muito pouco sobre esse jurista – não conhecemos nem mesmo seu nome completo. Provavelmente viveu entre os anos 110 e 179. Seus *Institutos*, conforme mencionamos, são a fonte principal para as *Institutiones* de Justiniano – que, inclusive, seguem a ordem na qual Gaio trata os assuntos em sua obra. Dessa forma, observando os *Institutos* de Gaio é possível perceber as normas comuns às duas épocas – de Gaio, no século II, e de Justiniano, no século VI – e as mudanças legais. Além dos *Institutos*, Gaio escreveu um comentário sobre as XII Tábuas e provavelmente sobre os éditos dos procônsules das províncias (SANDARS, 1876, p. 20; GORDON; ROBINSON, 2001, p. 7-16). Gaio é o único jurista clássico que deixou um livro razoavelmente completo intocado pelos editores de Justiniano. Através de sua obra, por exemplo, sabemos sobre leis que estavam abolidas ou obsoletas na época de Justiniano (GORDON; ROBINSON, 2001, p. 7-16).

escravos sendo dados a terceiros por seu dono para adoção, enquanto as *Institutiones* falam de escravos sendo adotados pelo próprio dono. Vamos observar primeiramente o caso que consta nas *Institutiones*.

O texto das *Institutiones* (I.11.12) diz:

Os antigos falam de um escrito sábio de Catão, que se escravos são adotados pelo dono, por isso apenas estão libertados. Disso nos instruímos também, e estabelecemos em nosso estatuto que um escravo a quem o dono por documentos corretos nomear seu filho, se torna livre, embora isso não seja suficiente para que ele obtenha o direito de um filho⁷³⁸.

De acordo com o texto, a lei de Justiniano – ou seja, do século VI – estabelece a possibilidade de um escravo se tornar filho de seu dono – embora Justiniano não permita que a adoção conceda automaticamente os direitos de filho ao escravo adotado (WATSON, 1967, p. 90)⁷³⁹. Por outro lado, fundamental para nosso estudo, o texto nos informa que, na época de Catão, se escravos eram adotados pelo dono, o ato da adoção os tornava livres, sem necessidade de cerimônia de manumissão (WATSON, 1967, p. 95)⁷⁴⁰.

Uma passagem de Cícero poderia ser um obstáculo à essa possibilidade de libertação de um escravo por adoção. Na passagem, Cícero (*Topica*, 2.10) diz que um indivíduo “se nem através do censo, nem pela *vindicta* e nem por testamento é feito livre, não é livre”⁷⁴¹. Watson (1967, p. 96) argumenta que Cícero aparentemente não está listando formas de manumissão, mas sim exprimindo como um homem livre se torna livre, pois um homem poderia ser livre sem necessitar qualquer dos processos, apenas por nascer livre – ou seja, ser *ingenuus*⁷⁴². Seja como for, se é possível concluir

⁷³⁸ O texto das *Institutiones* (I.11.12) é: “*Apud Catonem bene scriptum refert antiquitas, servi si a domino adoptati sint, ex hoc ipso posse liberari. unde et nos eruditi in nostra constitutione etiam eum servum, quem dominus actis intervenientibus filium suum nominaverit, liberum esse constituimus, licet hoc ad ius filii accipiendum ei non sufficiat*”.

⁷³⁹ Buckland (1921, p. 128) interpreta que a lei de Justiniano iguala o fato do dono reconhecer um escravo como filho a uma manumissão, mas considera nula a adoção.

⁷⁴⁰ A lei referida por Catão devia estar obsoleta no século VI, ou seja, na época de Justiniano (WATSON, 1967, p. 90).

⁷⁴¹ A passagem de Cícero (*Top.*, 2.10) é: “*si neque censu nec vindicta nec testamento liber factus est, non est liber*”.

⁷⁴² É importante nesse momento a definição de *ingenuus*. De acordo com Gaio (*Inst.* I,9-11), “certamente a grande divisão sobre o direito das pessoas é essa, que todos os homens são livres ou escravos. Ademais, dentre os homens livres, alguns são *ingenui* e outros são *libertini*. *Ingenui* são os que nascem livres;

que na época de Cícero havia apenas as três formas de manumissão relacionadas por ele, não existe razão para não crer que em uma época anterior a adoção de escravos faria deles pessoas livres (WATSON, 1967, p. 96). É justamente isso que o texto das *Institutiones* expressa que era possível na época de Catão, ou seja, antes de meados do século II a.C. Podemos interpretar que a libertação por adoção não mais existia na época de Cícero, pois do contrário provavelmente ele a teria mencionado (WATSON, 1967, p. 96).

Passemos agora para o texto de Aulo Gélcio (NA, V.19.11-14), que diz:

Masúrio Sabino⁷⁴³ escreveu que libertos podem certamente ser adotados legalmente por pessoas livres. Porém, ele pensa que não é permitido e nem deve ser permitido que homens da ordem dos libertos invadam legalmente a ordem dos homens nascidos livres através de adoções⁷⁴⁴. De outro modo, diz, se essa antiguidade do direito é preservada, também é possível o escravo ser dado em adoção pelo dono através do pretor. E isso, ele afirma, vários autores antigos do direito escreveram que era possível ser feito⁷⁴⁵.

Watson (1967, p. 92-93) interpreta que a lei que afirmava que libertos podiam ser adotados legalmente por pessoas livres foi modificada, ou estava a ponto de ser modificada, na época em que Masúrio Sabino escreveu. Importante para nossa pesquisa, a passagem que afirma que “vários autores antigos do direito escreveram que era possível ser feito” nos informa que a ação que permitia libertos serem adotados por

libertini são os que foram manumissos da servidão legal” – “*quidem summa diuisio de iure personarum haec est, quod omnes homines aut liberi sunt aut serui. Rursus liberorum hominum alii ingenui sunt, alii libertini. Ingenui sunt, qui liberi nati sunt; libertini, qui ex iusta seruitute manumissi sunt*”. O termo “*persona*” possui também a acepção de “pessoa”, “ser humano”, segundo Lewis e Short (1891, p. 1355-1366) e Saraiva (2019, p. 881-882), e é também encontrado no período da República, em Varrão (*De lingua Latina*, 8.102): “a pessoa daquele que fala” – “*persona eius qui loquitur*”. Quanto à “servidão legal”, é a servidão proveniente da captura na guerra.

⁷⁴³ Masúrio Sabino foi um jurista romano da primeira metade do século I. Escreveu sobre leis sagradas e públicas, mas sua obra mais famosa foram três livros sobre o *ius civile*, os quais não incluíam as leis relativas aos éditos dos pretores, que tratou separadamente. Esses três livros foram escritos para o ensino das leis e tornaram-se a base para extensos comentários de juristas posteriores. Seus ensinamentos foram também a base para a formação da denominada escola *Cassiana*, a qual, cerca do século II, tornou-se a escola *Sabiniana* (HONORÉ, 2012, p. 910).

⁷⁴⁴ A “invasão” da ordem dos homens livres significa a usurpação de direitos legais dos nascidos livres, da forma que o problema é exposto por Masúrio Sabino (GARDNER, 1989, p. 238).

⁷⁴⁵ A passagem de Aulo Gélcio (NA, V.19.11-14) é: “*libertinos vero ab ingenuis adoptari quidem iure posse Masurius Sabinus scripsit. sed id neque permitti dicit neque permittendum esse umquam putat, ut homines libertini ordinis per adoptiones in iura ingenuorum invadant. alioquin, inquit, si iuris ista antiquitas servetur, etiam servus a domino per praetorem dari in adoptionem potest. idque ait plerosque iuris veteris auctores posse fieri scripsisse*”.

peças livres e tornarem-se livres – como se fossem nascidos livres, *ingenui*⁷⁴⁶ – era possível no passado e era praticada (WATSON, 1967, p. 92). Dessa maneira, segundo o texto, em um tempo passado a adoção de um liberto por um *ingenuus* tornava o liberto um *ingenuus*⁷⁴⁷ e, de acordo com essa mesma legislação antiga, um escravo podia ser dado em adoção por seu dono e se tornar, igualmente, um *ingenuus* (WATSON, 1967, p. 93)⁷⁴⁸.

É importante perceber que para a adoção ser efetiva era necessário que a *patria potestas*⁷⁴⁹ do cidadão adotante sobre o adotado fosse aceita legalmente. Assim, uma vez adotado, o indivíduo tornava-se *filius* sob *patria potestas* e era, portanto, obrigatoriamente um *civis* (WATSON, 1967, p. 95)⁷⁵⁰. O texto das *Institutiones*, ao afirmar que na época de Catão os escravos, uma vez adotados “por isso apenas estão libertados”, corrobora o texto que terminamos de observar (WATSON, 1967, p. 95).

Dito isso, é preciso observar que, se a adoção de escravos e sua inclusão no corpo cívico romano é aceita, o processo pelo qual se dava a libertação por adoção durante a República não é consenso entre os autores. Buckland (1921, p. 128 e nota 7), por exemplo, propõe que a adoção seria realizada com um processo de *adrogatio*⁷⁵¹.

⁷⁴⁶ O trecho da passagem de Masúrio Sabino que citamos, segundo Aulo Gélio (*NA*, V.19.12), é: “que homens da ordem dos libertos invadam legalmente a ordem dos homens nascidos livres através de adoções” – “*ut homines libertini ordinis per adoptiones in iura ingenuorum invadant*”.

⁷⁴⁷ Ou seja, com os direitos de um *ingenuus*.

⁷⁴⁸ Quanto à diferenciação entre *ingenuus* e *libertinus*, em *O soldado fanfarrão* Plauto (*Mil.*, 782-784) nos fornece o exemplo mais antigo: o escravo Paléstrio questiona se o *senex* Peripleptomeno pode encontrar para ele uma mulher bonita cujos coração e seios sejam grandes e com más intenções, e o *senex* responde com outra pergunta: “nascida livre ou liberta?” – “*ingenuamne an libertinam?*”. Devemos tomar cuidado com essa diferença nos significados, nesse caso, pois a pergunta feita pelo *senex* é a respeito de uma mulher, ou seja, a questão exposta por Plauto provavelmente está carregada de estereótipos relacionados à mulher. Por exemplo, pouco mais à frente Plauto (*Mil.*, 786) escreve que não importa se a mulher é nascida livre ou liberta, contanto que tenha bom-senso nos seios, pois não pode ter no coração, porque não tem coração – “*nulla habet*”.

⁷⁴⁹ Conforme mencionamos na nota 663, a capacidade do *pater familias* de execução de poder era denominada *patria potestas*, a qual poderia ser adquirida de duas formas, por nascimento ou por adoção (WATSON, 1967, p. 77). Detalhes sobre a aquisição da *patria potestas* por direito de nascimento podem ser obtidos em Watson (1967, p. 77 e ss.). A *patria potestas* era provavelmente a instituição fundamental sobre todas as outras instituições romanas. Todavia, a condição de cidadão – *civis* – não era igual para todos, pois poucos eram *pater familias*, com todas as prerrogativas que isso significava. A maioria dos cidadãos, portanto, não possuía essas prerrogativas. O fato de não ser um *pater familias* não diminuía o *status* de um cidadão como tal e nem comprometia sua liberdade. Contudo, gerava, claro, desigualdades, pois a condição social e política de um *pater familias* na *res publica* poderia posicioná-lo, e à sua família, acima de outros *patres* e outras famílias (LACEY, 1987, p. 123-124). Vide Watson (1967, p. 77 e ss.) e Lacey (1987, p. 121 e ss.) para detalhes sobre o *pater familias* e a *patria potestas*.

⁷⁵⁰ Se fosse o caso de adoção de cidadão, o indivíduo abandonava sua *patria potestas* original para ficar sob a *patria potestas* de quem o adotou.

⁷⁵¹ Sabemos através dos *Institutos* de Gaio (*Inst.*, I.99) que o processo se denominava *adrogatio* porque era feita uma pergunta – “*rogatur*” –, tanto ao adotante quanto ao adotado, sobre a adoção, questionando-se ao primeiro se desejava que o homem que ele estava prestes a adotar fosse legalmente seu filho e ao segundo se permitia a adoção. De acordo com Gaio (*Inst.*, 101) – ou seja, para a lei clássica – mulheres

Existiam duas formas de adoção na lei romana clássica, *adrogatio* e *adoptio* (PERNARD, 1900, p. 90; BUCKLAND, 1921, p. 122 e ss.; WATSON, 1967, p. 82, 88; GARDNER, 1989, p. 237)⁷⁵². É a *adrogatio* que nos interessa, uma vez que foi arrolada como um dos processos possíveis para a adoção de escravos durante a República. Faremos aqui apenas uma breve exposição de como se processava⁷⁵³.

Sabemos através de Gaio (*Inst.*, I.99) que o processo de *adrogatio* era utilizado quando o adotado era *sui iuris*, ou seja, “sob seu próprio poder”, legalmente autônomo. O processo de *adrogatio* transferia o *adrogatus* – o adotado – e sua *familia* (todos que houvesse sob sua *potestas*) para a *familia* do *adrogator* – o adotante –, o qual passava a ser o seu *pater*, tornando-se proprietário de seus bens (BUCKLAND, 1921, p. 124 e ss.; GARDNER, 1989, p. 237-238)⁷⁵⁴.

Sabe-se que na lei clássica⁷⁵⁵ um solteiro podia ser *adrogator*, sendo que Watson (1967, p. 84) argumenta que nada pode ser afirmado sobre o período da República, sobre o qual não existem evidências claras. Todavia, temos o exemplo de Plauto (*Poen.*, 74-77, 1045-1046), a respeito do qual Watson (1967, p. 84) comenta que, como o poeta não especifica se o adotante havia ou não sido casado, nada pode ser afirmado. Contudo, o adotante criado por Plauto (*Poen.*, 73-74) era misógino⁷⁵⁶, de maneira que

não podiam ser adotadas pelo processo de *adrogatio* – não podiam comparecer perante os *comitia* –, mas podiam pelo processo de *adoptio*.

⁷⁵² *Adoptio* era a forma de adoção aplicada a pessoas *alieni iuris*, ou seja, pessoas que estavam sob a *patria potestas* de outra pessoa, como por exemplo os filhos *in potestate* sujeitos ao domínio do *pater familias* (WATSON, 1967, p. 88-89; GARDNER, 1989, p. 237). O processo de *adoptio* transferia uma pessoa *alieni iuris* para a *potestas* de outro *pater familias* (GARDNER, 1989, p. 237-238). Possuímos poucas informações sobre essa forma de adoção durante a República (WATSON, 1967, p. 88). Além disso, a palavra *adoptio* é ambígua e pode apresentar três significados: *adoptio* no sentido que escrevemos acima, *adoptio* e *adrogatio* juntas, ou mesmo apenas *adrogatio* (WATSON, 1967, p. 88). Segundo Watson (1967, p. 88), a única fonte do período da República na qual encontramos com certeza o processo de *adoptio* “no sentido estrito” é a comédia *Os adelfos*, de Terêncio (*Adelphoe*, 47, 114), pois, na peça o pai do menino adotado é vivo – ou seja, o menino era *alieni iuris*.

⁷⁵³ Segundo Watson (1967, p. 82) a *adrogatio* tem como principal fonte para o período da República a obra *De domo sua*, de Cícero (*De domo sua*, 34-38). Outra fonte é Aulo Gélcio (*NA*, V.19.1-16; XV.27.1). Segundo Gardner (1989, p. 237), para a “lei clássica” os textos relativos à *adrogatio* são os *Institutos* de Gaio (*Inst.*, I.99-101) e o *Digesta* (I.7). Já falamos sobre a obra de Gaio na nota 737. Quanto ao *Digesta*, que data do ano 533, faz parte do *Corpus Iuris Civilis* – o conjunto de leis promulgadas e compiladas por ordem do imperador Justiniano (cerca de 482 d.C. a 565 d.C.), sobre o qual tecemos comentários na nota 753. O *Digesta* é uma compilação resumida de comentários, questões, monografias e livros-texto elementares relativos às leis romanas escritos entre os séculos I a.C. e III. A edição de Watson (1985) só tem paginação a partir do início da tradução do *Digesta*.

⁷⁵⁴ Não havia obrigação de idade mínima para se tornar um *adrogator* durante a República, mas desde ao menos o final do século II um *adrogator* precisava ou ter no mínimo sessenta anos de idade, ou ser impossibilitado de ter filhos, ou apresentar outra causa considerada justa (WATSON, 1967, p. 83 e nota 1).

⁷⁵⁵ Segundo o *Digesta* (I.7.30).

⁷⁵⁶ Segundo Plauto (*Poen.*, 73-74), o homem que sequestra Agorástocles em Cartago “vende-o aqui a um certo dono *senex* rico, desejoso de filhos e que odeia mulheres” – “*uendit eum domino hic diuiti quoidam seni, / cupienti liberorum, osori mulierum*”.

podemos interpretar que, no período que estamos analisando, provavelmente o *adrogator* não precisava ser casado e nem ter sido casado.

Para ser um *adrogator* um indivíduo não podia ter filhos⁷⁵⁷, pois, uma vez que o processo de *adrogatio* significava a extinção da família da pessoa adotada, provavelmente um dos principais motivos para a existência da *adrogatio* era impedir que a família do *adrogator* fosse extinta (BOTSFORD, 1909, p. 160; WATSON, 1967, p. 84)⁷⁵⁸. Esse é o caso do pai adotivo de Agorástocles, que, segundo Plauto (*Poen.*, 74), era “desejoso de filhos”. Além disso, era necessária uma investigação preliminar dos pontífices relativa ao *status* social e à religião, os quais, para aprovar ou não a adoção, tinham que considerar as razões de ambas as partes, *adrogatus* e *adrogator*. No caso de Agorástocles, que era escravo e criança, essa investigação sobre as razões das partes não faria sentido. Se o processo pelo qual ele foi adotado foi a *adrogatio*, então provavelmente essa investigação dos pontífices não existia ou era praticada de forma diferente antes de meados do século II a.C.

A adoção teria que ser também aprovada pelos *comitia curiata*⁷⁵⁹, nesse caso denominados *comitia calata* – assembleias convocadas pelos pontífices e presididas pelo *pontifex maximus*, cujo ato de aprovação tinha força de lei (BOTSFORD, 1909, p. 153-154, 160; BUCKLAND, 1921, p. 125; WATSON, 1967, p. 85; GARDNER, 1989, p. 237)⁷⁶⁰.

⁷⁵⁷ Não se sabe se não poderia nunca ter tido filhos ou se não poderia ter filhos vivos (WATSON, 1967, p. 84).

⁷⁵⁸ Uma vez que a *adrogatio* causava o posicionamento legal do *adrogatus* sob a *patria potestas* do *adrogator*, então, por exemplo, um patrício adotado através desse processo por um plebeu se tornava plebeu e, provavelmente, entrava para a sua *gens* (WATSON, 1967, p. 86-87).

⁷⁵⁹ Para os *comitia curiata*, ver Botsford (1909, p. 168 e ss.). Os *comitia curiata* e *calata* só se reuniam em Roma, de forma que o processo de *adrogatio* era executado apenas em Roma (WATSON, 1967, p. 86; GARDNER, 1989, p. 237). Tanto o *adrogator* quanto o *adrogatus* deveriam concordar com a adoção durante a assembleia, sendo os votantes questionados quanto à sua aprovação (WATSON, 1967, p. 85). Além disso, a partir de cerca do início do século I a.C. era obrigatório um juramento, provavelmente para proteger os bens do *adrogatus* (WATSON, 1967, p. 85; GARDNER, 1989, p. 250-251). Por último, o *adrogatus* deveria proclamar a *detestatio sacrorum*, renunciando aos ritos e cultos de sua antiga família (WATSON, 1967, p. 86). Através da *detestatio sacrorum* o *adrogatus* declarava que abandonava os cultos e ritos de sua família ou *gens* de nascimento, e o *adrogator* o recebia nos ritos e cultos da nova família (BOTSFORD, 1909, p. 161). Quanto a esses ritos e cultos dos indivíduos, estavam relacionados aos cultos da família, da casa ou da área rural aos quais atendiam. O *pater familias* era o responsável por manter os ritos tradicionais da família, como a adoração dos *Lares* e *Penates* e outras *sacra* herdados dos antepassados, os quais eram passados aos descendentes – os denominados *sacra familiares*. Toda a *familia*, ou seja, incluindo os escravos, tinha que participar de algumas das cerimônias comandadas pelo *pater familias*, como, por exemplo, as relacionadas à purificação dos campos (BEARD *et al.*, 2004, p. 48 e ss.). Com o processo de declínio dos *comitia curiata*, uma assembleia simbólica de *lictors* os substituiu, permanecendo o inquérito como a parte mais importante do procedimento (GARDNER, 1989, p. 237).

⁷⁶⁰ O termo *comitia* significa basicamente “assembleias votantes”, mas ao longo do tempo sofreu modificações (TAYLOR, 2003, p. 2, 60 e ss.). As assembleias reunidas por tribos sob a presidência de um

Buckland (1921, p. 128 e nota 7), que, conforme mencionamos, propõe que a adoção de escravos era realizada com um processo de *adrogatio*, explica o fato de que um escravo não tinha posição nos *comitia* argumentando que o procedimento o tornava *capax* – ou seja, o transformava em uma pessoa com capacidade legal (BUCKLAND, 1921, p. 128 e nota 7).

O termo *adrogatio* propriamente dito e seus cognatos, com a acepção de “adoção”, não ocorre nos textos de Plauto. Sua primeira atestação encontramos no século I a.C., por exemplo, em Cícero (*Philippica*, VII.8)⁷⁶¹. Quanto a isso, Watson (1967, p. 88) adverte que a palavra *adoptio* pode apresentar as acepções de *adoptio* – no sentido de adoção de pessoa *alieni iuris*⁷⁶² –, *adoptio* e *adrogatio* juntas, ou apenas *adrogatio*. No próprio texto de Gaio (*Inst.*, I.99, 100), no qual está definido o processo de *adrogatio*, encontramos ambas as formas⁷⁶³. Pernard (1900, p. 90-91), por exemplo, define *adrogatio* como um tipo particular de adoção. Frente a esses dados, é lícito supor que a diferenciação jurídica entre *adoptio* e *adrogatio* tenha surgido entre meados do século II a.C. – ou seja, após o período contemporâneo de Catão – e a primeira metade do século I a.C. e que na época de Plauto, qualquer que fosse o processo legal de adoção, era denominado *adoptio*. Quanto a isso, deve-se perceber que o termo utilizado por Plauto (*Poen.*, 1045, 1060) para significar “adotado” é um derivado de *adoptio*, “*adoptatitius*”.

tribuno da plebe eram denominadas *concilia plebis* – “concelhos da plebe” –, das quais os patrícios eram excluídos e os votantes eram denominados coletivamente de *plebs*, enquanto, por outro lado, as assembleias também reunidas por tribos, mas sob a presidência de um pretor ou de um cônsul eram denominadas *comitia tributa* – “assembleias das tribos” – e seus votantes denominados de *populus* (TAYLOR, 2003, p. 60-62). Após a aprovação da lei Hortência em 287 a.C. os *plebiscita* – votados e aprovados nos *concilia plebis* – ganharam o *status* de lei, de maneira que a velha terminologia se tornou misturada. A maioria das leis votadas após a lei Hortência foram *plebiscita*, sendo propostas pelos tribunos da plebe, frequentemente por requerimento do Senado, e descritas como *leges* – e os votantes são denominados com frequência de *populus* ao invés de *plebs* (TAYLOR, 2003, p. 60). O termo *comitia*, então, passou a ser o mais comum para as assembleias votadas por cidadãos denominados de *populus* ou de *plebs*. Patrícios, contudo, continuaram a ser excluídos das assembleias convocadas pelos tribunos da plebe (TAYLOR, 2003, p. 61-62). Quanto aos *comitia calata*, todas as assembleias presididas pelos pontífices para propósitos religiosos, ou mesmo parcialmente civis, eram denominadas *calata* – do verbo “*calare*”, “convocar” (BOTSFORD, 1909, p. 153-154). Para detalhes sobre os *comitia calata* ver Botsford (1909, p. 152 e ss.).

⁷⁶¹ No texto de Cícero (*De domo sua*, 34-38), considerado por Watson (1967, p. 82) como a principal fonte para o processo de *adrogatio* para o período da República, o termo *adrogatio* e seus cognatos não está presente. O texto é considerado como fonte para *adrogatio* porque o processo que descreve é o que Gaio (*Inst.*, I.99-101) define como *adrogatio*.

⁷⁶² Conforme comentamos na nota 752.

⁷⁶³ Por exemplo, Gaio (*Inst.*, I.99) define: “Pela autoridade do povo adotamos aqueles que estão sob seu próprio poder: essa espécie de adoção é denominada *adrogatio*” – “*Populi auctoritate adoptamus eos, qui sui iuris sunt: quae species adoptionis dicitur adrogatio*”.

Outra proposta de como se processava a adoção de escravos, lançada por Watson (1967, p. 97-98), sugere que o dono do escravo citaria uma pessoa em juízo – um amigo, por exemplo – diante de um magistrado. Nesse caso, a pessoa convocada em juízo não teria nada a fazer além de servir a função essencial de prover ao adotante alguém contra quem mover a ação – na ausência de objeções, o escravo seria adjudicado como *filius* do adotante (WATSON, 1967, p. 98).

Uma última palavra sobre a adoção de Agorástocles. Plauto (*Poen.*, 75-77) escreve que o pai adotivo, denominado de Antidamas⁷⁶⁴, “adota ele como seu filho e faz dele seu herdeiro quando ele mesmo morre”. Existe a sugestão de uma leitura diferente da passagem, a qual permite a interpretação de que a adoção foi feita por testamento e que Agorástocles torna-se filho e herdeiro de Antidamas no momento de sua morte (PERNARD, 1900, p. 93-94). Watson (1967, p. 89-90, 98, nota 3), sugerindo possibilidades de como o processo poderia acontecer, comenta que a adoção por testamento podia não ser uma adoção genuína e argumenta que, por exemplo, não há como saber se era um processo de *adrogatio*, mesmo que modificado, ou se após o herdeiro ser legalmente instituído havia instruções para que ele adotasse o nome do morto (WATSON, 1967, p. 89-90). Apesar de existirem nos textos não jurídicos das fontes do período da República exemplos de adoção por herança – como, por exemplo, em Cícero (*Brutus*, 212) e Cornélio Nepos (*Atticus*, 3.20) –, não existem para o mesmo período evidências de manumissão tácita por testamento, “muito menos na época de Catão”, nas palavras de Watson (1967, p. 98), sendo que o registro mais antigo de adoção por testamento encontramos em Cícero (*Brutus*, 212), datado por Watson (1967, p. 98, nota 2) em 90 a.C. Watson (1967, p. 98, nota 3) cita a adoção de Agorástocles existente em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 75-77, 1045-1046) como exemplo existente em fonte leiga, argumentando, contudo, que esse exemplo não auxilia na compreensão do processo de adoção por testamento. Pernard (1900, p. 93-94) sugere que os juriconsultos não falam sobre adoção por testamento porque não era “uma adoção real e verdadeira”, pois não produzia “o efeito principal”, ou seja, não estabelecia a *patria potestas*, “pois o pai está morto no momento em que o ato deveria ser executado”. Apesar disso, Pernard (1900, p. 93) comenta que nenhum autor negou que esse tipo de

⁷⁶⁴ Plauto (*Poen.*, 934, 955, 1042, 1046) nos fornece o nome do pai adotivo, Antidamas. Mais à frente Plauto (1060) nos informa que Antidamas também havia sido adotado, mas não sabemos sua origem: “Ele mesmo também foi adotado, por Demarco” – “*Demarcho item ipse fuit adoptaticius*”. Essa é a única informação que Plauto fornece sobre a adoção de Antidamas, que poderia ser o filho natural de um cidadão ou mesmo um ex-escravo, como é o caso de Agorástocles.

adoção existia em Roma e – fazendo uma sugestão de interpretação semelhante a uma das sugeridas por Watson (1967, p. 98) – que o testamento deveria conter duas cláusulas, dentre as quais “uma transferia os bens e a outra o nome”⁷⁶⁵.

Seja como for, de acordo com Aulo Gélíio (NA, V.19.13-14) e as *Institutiones* (I.11.12) de Justiniano, antes da metade do século II a.C. um escravo adotado por seu dono era feito *filius* do adotante e, conseqüentemente, cidadão (PERNARD, 1900, p. 93-94; WATSON, 1967, p. 90 e ss.; GARDNER, 1989, p. 252). Temos sobre isso, além das evidências de Aulo Gélíio e das *Institutiones*, a evidência da “fonte leiga” – nas palavras de Watson (1967, p. 98, nota 3) – que encontramos em *O pequeno cartaginês*. Plauto (*Poen.*, 1042-1043, 1045-1046) escreve que, ao ser questionado sobre o paradeiro do filho de Antidamas – seu pai adotivo –, Agorástocles responde “Já que você procura o filho adotado de Antidamas, eu sou quem você procura”⁷⁶⁶. Pouco mais à frente Plauto (*Poen.*, 1047) faz Agorástocles responder novamente, dessa vez enfatizando que é filho: “Sou o filho de Antidamas”⁷⁶⁷. Uma vez tornado um *filius familias*, devido à morte do pai, o adotado, sendo filho único – como é o caso de Agorástocles –, se tornava, portanto, *pater familias*⁷⁶⁸.

Pater familias

A adoção de Agorástocles está de acordo com normas e hábitos romanos. Agorástocles é um *pater familias*, e como tal, conforme veremos a partir de agora, possui *familia*, ou seja, um conjunto patrimonial sob sua *patria potestas*. Plauto (*Poen.*, 73) faz de Agorástocles um herdeiro rico, pois o homem que rapta o menino em Cartago vende-o

⁷⁶⁵ Essa sugestão de Pernard (1900, p. 93) tem a prevalência por ter sido avançada sessenta e sete anos antes da sugestão de Watson (1967, p. 89-90). Outra passagem de Plauto (*Poen.*, 1058-1059) afirma que Agorástocles foi comprado e adotado, mas não menciona a herança, o que sugere que a adoção e a instituição como herdeiro aconteceram em momentos distintos: “Aqui Antidamas, seu *hospes*, me comprou e adotou como seu filho” – “*hic me Antidamas hospes tuos / emit et is me sibi adoptavit filium*”. Quanto à menção do termo “*hospes*”, teceremos comentários à frente, no texto, sobre a relação de *hospitium* entre Antidamas e Hanão, o tio de Agorástocles.

⁷⁶⁶ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1042-1043) em que lemos o questionamento é: “procuro o filho de Antidamas, Agorástocles – mostre-me, se o conhece” – “*Antidamae filium / quaero – commonstra si nouisti – Agorastoclem*”. A passagem de Plauto (*Poen.*, 1045-1046) sobre a resposta é: “Já que você procura o filho adotado de Antidamas, eu sou quem você procura” – “*siquidem Antidamai quaeris adoptaticium, / ego sum ipsus quem tu quaeris*”.

⁷⁶⁷ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1047) é: “*Antidamae gnatum me esse*”. Segundo Ernout e Meillet (1985, p. 429-430), além da acepção de “nascido”, o termo “*gnatus*” – ao contrário de “*filius*”, que é o “termo geral e neutro” para “filho” – toma frequentemente um valor afetivo, significando uma pessoa “particularmente cara”, querida.

⁷⁶⁸ Conforme comentamos antes, na nota 663, o *pater familias* exercia o poder – a *patria potestas* – sobre todos os membros da *familia* a ele subordinados, inclusive os livres (WATSON, 1967, p. 77).

em Calidão “a um certo dono *senex* rico”⁷⁶⁹. Por exemplo, em uma passagem da comédia, Plauto (*Poen.*, 516) faz dois personagens caracterizados como *advocati*⁷⁷⁰ se endereçarem a Agorástocles como “rico de grande nascimento”⁷⁷¹. Agorástocles também nasceu rico em Cartago, pois Plauto (*Poen.*, 59-60) escreve que seu pai natural e seu tio eram homens ricos: “Existiram dois primos cartagineses, de alta ascendência e grande riqueza”⁷⁷². Plauto (*Poen.*, 59-60), portanto, cria um personagem de alta ascendência e grande riqueza. Essa condição de Agorástocles, tanto por nascimento quanto por adoção, está de acordo com os ideais romanos.

A posse de bens e a ascendência ilustre eram valorizadas em Roma e Plauto as têm em alta conta. Podemos citar alguns exemplos. Escreveremos à frente sobre os legados de Ambrácia que são mencionados em *Estico* (*Stic.*, 490), comensais na casa de um dos personagens da peça, “homens muito ilustres”. Se os embaixadores ambraciotas são homens ilustres, devem estar ceando na casa de um homem ilustre, o que torna o personagem Epignomo, seu anfitrião, também um homem ilustre. Em *As três moedas* (*Trin.*, 327), um dos motivos pelo qual um dos personagens quer ajudar um *adulescenti* é sua “alta ascendência”⁷⁷³. Em *A corda* Plauto (*Rud.*, 1197-1198) faz um *senex*, Dêmones, dizer que após reencontrar sua filha que havia sido raptada quando criança e

⁷⁶⁹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 73) é: “*uendit eum domino hic diuiti quoidam seni*”.

⁷⁷⁰ O *advocatus* era um elemento importante nas cortes jurídicas romanas, um consultor jurídico que assistia seus clientes antes e durante os julgamentos (BERGER, 1991, p. 352; BABLITZ, 2007, p. 141). No entanto, é preciso caracterizar a diferença entre os *advocati*, que eram *oratores* – ou seja, representantes das partes em litígio –, mas não eram advogados no sentido que conhecemos atualmente; os juristas habilitados na lei não tomavam parte nos procedimentos da corte, apenas aconselhavam nos bastidores (BUCKLAND *et al.*, 1974, p. 408). Até cerca do final do século III a.C. os *advocati* eram recompensados pela defesa de seus clientes, mas raramente com dinheiro – embora o recebimento de pagamento provavelmente era importante para os que o necessitavam. Recebiam presentes ou favores em retorno, ou aceitavam defender o litigante como forma de criar ou aumentar sua reputação (BABLITZ, 2007, p. 144-145). Em 204 a.C. a lei Cíncia proibiu *advocati* de receber presentes de seus clientes como pagamento – lei que foi desconsiderada comumente, com o tempo (BERGER, 1991, p. 352, 549; BABLITZ, 2007, p. 143). É interessante observar quanto a essa proibição que os *advocati* criados por Plauto (*Poen.*, 539) em *O pequeno cartaginês* afirmam em tom de pilhéria: “nem nós pedimos muito a alguém e nem ninguém nos pede” – “*nec nos quemquam flagitamus nec nos quisquam flagitat*”. Esses mesmos *advocati* (*Poen.*, 515 e ss.) são convocados por Agorástocles para, além do papel de advogados, testemunharem um golpe contra o cafetão Lico caso o litígio seja levado a julgamento. Quanto a isso, os *advocati* dizem a Agorástocles (*Poen.*, 564): “o cafetão será adjudicado a você” – “*leno addicetur tibi*”. Bablitz (2007, p. 60) também alude a uma menção a *advocati* feita por Plauto (*Mil.*, 663) na comédia *O soldado fanfarrão*.

⁷⁷¹ Os advogados chamam Agorástocles, segundo Plauto (*Poen.*, 516), de “*diues de summo loco*”.

⁷⁷² A passagem de Plauto (*Poen.*, 59-60) é: “*Carthaginiensis fratres patruales duo / fuere, summo genere et summi diuitiis*”. Mais à frente, Plauto (*Poen.*, 64-66) descreve Agorástocles, quando menino, como “filho único, menino de sete anos que foi roubado em Cartago da riqueza e do pai” – “*filius / unicus qui fuerat ab diuitis a patre / puer septuennis surripitur Carthagine*”. Sendo filho único, pelas leis romanas se tornaria *pater familias* após a morte de seu pai. Não sabemos sobre as leis cartaginesas, mas provavelmente seria herdeiro de seu pai em Cartago.

⁷⁷³ A passagem de Plauto (*Trin.*, 327) é: “a esse jovem de alta ascendência, meu amigo e contemporâneo” – “*adulescenti huic genere summo, amico atque aequali meo*”.

vendida a um cafetão, está feliz porque vai casá-la com um jovem *de genere summo*⁷⁷⁴. Em *O pequeno cartaginês*, assim como Agorástocles, suas primas, as irmãs cartaginesas filhas de Hanão, segundo Plauto (*Poen.*, 1240) são “nascidas livres e de alta ascendência”⁷⁷⁵.

Voltando a *O pequeno cartaginês*, é possível observar que, de acordo com Plauto (*Poen.*, 1319-1320), Agorástocles possui vários escravos, ou seja, uma *familia*⁷⁷⁶. Além disso, segundo Plauto (*Poen.*, 170, 194, 416, 426, 558, 576, 779) Agorástocles possui um *vilicus*⁷⁷⁷, o qual é também seu escravo⁷⁷⁸. A existência do *vilicus* pressupõe que Agorástocles possui uma propriedade rural e, por conseguinte, uma *familia rustica*⁷⁷⁹.

⁷⁷⁴ A passagem de Plauto (*Rud.*, 1197-1198) é: “E a darei a um jovem nascido livre de alta ascendência, ateniense e meu parente” – “*et eam de genere summo adulescenti dabo / ingenuo, Atheniensi et cognato meo*”. O termo *cognatus* se refere ao parente pelo lado paterno (RAWSON, 2011, p. 564). Encontramos outros exemplos relacionados à valorização da alta ascendência em Plauto (*Cist.*, 25-26, 130). Essa valorização pode ser transformada em valorização, revelando aspectos bem distintos. Por exemplo, uma mulher de alta ascendência sendo vendida como escrava vale uma fortuna, como encontramos em uma passagem de Plauto (*Pers.*, 651-652) em *Persa*.

⁷⁷⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1240) é: “*liberas summoque genere gnatas*”.

⁷⁷⁶ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1319-1320) é: “*escravos, venham para fora e tragam bastões*”. “*ite instinc, serui, foras / efferte fustis*”.

⁷⁷⁷ Segundo Saller (2011, p. 121), o pivô do trabalho na propriedade rural romana era o *vilicus* e sua mulher, a *vilica* – se essa existisse. A importância do *vilicus* na administração cotidiana da propriedade rural estava relacionada principalmente ao absentismo dos proprietários que eram membros da elite romana – devido às suas obrigações sociais (por exemplo, relativas ao relacionamento ente patronos e clientes) e políticas no ambiente urbano (NASCIMENTO, 2020, p. 64). Essa administração rural executada pelo *vilicus*, contudo, deveria ser orientada pelo *pater familias*, o dono do *vilicus*. Por exemplo, em sua obra *Sobre a agricultura*, Catão (*De agricultura*, 2.1 e ss.) descreve as instruções que devem ser dadas ao *vilicus*, sendo que algumas dessas instruções, segundo Catão (*Agr.*, 2.6) devem ser dadas por escrito: “deixe-as por escrito” – “*ea scripta relinquat*”. Isso pressupõe que era preferível que uma pessoa no papel de *vilicus* soubesse ler, característica também enfatizada por Varrão (*De re rustica*, I.17.4).

⁷⁷⁸ O *vilicus* frequentemente era escravo – mas não necessariamente –, e era o representante do proprietário na propriedade rural (CARLSEN, 1995, p. 57). Sendo escravo – e se não pagava aluguel ou arrendamento ao proprietário –, fazia parte dos *instrumenta fundi* – os “equipamentos da propriedade”, juntamente com o gado, o arado e outros *instrumenta* (CARLSEN, 1995, p. 30). O *vilicus* de Agorástocles é escravo, e Plauto (*Poen.*, 175 e ss.) cria uma cilada que usa a condição de escravo do *vilicus* para enganar o cafetão Lico. No golpe, arquitetado na comédia por Mílfio, o escravo de Agorástocles, Colibisto, o *vilicus*, finge que é um estrangeiro proveniente de outra cidade e entra com dinheiro – pertencente a Agorástocles – na casa do cafetão. Agorástocles, então, deverá perguntar ao cafetão se seu escravo está em sua casa, e o cafetão, desconhecendo a identidade de Colibisco, dirá que não está, incorrendo assim em crime – esconder propriedade de outra pessoa. A condição de escravo de Colibisco é enfatizada por Plauto (*Poen.*, 797) ao fazer Agorástocles perguntar se ele é seu escravo: “Esse aqui é meu escravo?” – “*estne hic meus seruos?*” –; e Colibisco responde: “Sou, por Hércules, com certeza, Agorástocles” – “*sum hercle uero, Agorastocles*”.

⁷⁷⁹ O *vilicus* de Agorástocles é administrador rural, pois, segundo Plauto (*Poen.*, 170-171), ele vai pouco à cidade: “O seu *vilicus*, Colibisco, está agora na cidade; o cafetão aqui não conheceu ele” – “*tuos Collybiscus nunc in urbe est vilicus; eum hic non nouit leno*”. O grupo de trabalhadores de uma propriedade rural romana poderia ser formado tanto por escravos quanto por arrendatários livres – ou por variações desses grupos (DYSON, 2011, p. 432). Os escravos da propriedade rural faziam parte da *familia rustica* (CARLSEN, 1995, p. 54). Por exemplo, uma inscrição (*CIL IX 3028*) do período imperial encontrada em Teate, no território Marrucino, próximo à costa centro-leste da Itália (TALBERT, 2000, mapa 42), registra o epitáfio do *vilicus* Hipócrates, epitáfio doado pela *familia rustica* de um proprietário

Agorástocles, portanto, é *dives* – rico⁷⁸⁰ – e posicionado em uma família de alta ascendência após a sua adoção. Além disso, Plauto (*Poen.*, 1080-1085) faz valer o direito de Agorástocles sobre a herança de seu pai natural em Cartago⁷⁸¹ – pois ele não havia sido capturado em época de guerra, mas roubado, conforme especifica Plauto (*Poen.*, 66)⁷⁸² –, e seu tio Hanão, concordando, afirma que vai restituir seus bens. É

coincidentalmente denominado de *Plautus*, sobre a qual Hipócrates “*imperavit modeste*” – “comandou com moderação”. Segundo Carlsen (1995, p. 77-78), o uso de verbos como “*impero*” – “comandar” – e “*iubeo*” – “impor” – é encontrado tanto na literatura quanto em epigrafia – como no exemplo que citamos – associado à capacidade do *vilicus* de executar o poder sobre os demais membros da *familia rustica*. Na comédia *O pequeno cartaginês*, as únicas menções a trabalhadores rurais são as relativas ao *vilicus* – as quais listamos acima, no texto – e não existem menções a trabalhadores rurais livres. Dessa maneira, não temos como saber se na propriedade de Agorástocles estava ocorrendo a gradativa substituição de trabalhadores livres – que incluiu os arrendatários e sobre a qual tecemos comentários no capítulo passado – por escravos, a qual atingiu a Itália com maior intensidade que outros locais no período que estamos estudando (PARK, 1918, p. 5; BRUNT, 2001, p. 131-132, 135-136; LO CASCIO, 2010, p. 30). Estudos sobre o *vilicus* e a *familia* rural romana podem ser lidos, por exemplo, em Carlsen (1995) e Dyson (2011, p. 431 e ss.).

⁷⁸⁰ Inclusive explicitamente caracterizado como *dives* pelos *advocati* da comédia, na passagem de Plauto (*Poen.*, 516) que citamos acima.

⁷⁸¹ Plauto (*Poen.*, 1080-1085) escreve um diálogo entre o escravo Mílfio e Hanão. Mílfio (*Poen.*, 1080-1081) diz a Hanão: “É necessário que os bens paternos sejam restaurados ao filho. É justo ter esses bens que o pai possuía” – “*paterna oportet filio reddi bona. / aequom est habere hunc bona quae possedit pater*” –, e Hanão (*Poen.*, 1082-1083) responde: “Não discordo: tudo será restituído; darei a ele os seus bens a salvo, se ele lá chegar” – “*hau postulo aliter: restituentur omnia; / suam sibi rem saluam sistam, si illo aduenerit*” –, e Mílfio (*Poen.*, 1084) retruca: “Fará que seja retornado ainda que, contudo, ele resida aqui” – “*facito sis reddas, etsi hic habitabit, tamen*” –, obtendo de Hanão (*Poen.*, 1085) a resposta positiva: “Porque não? Ele terá as minhas também, se algo me acontecer” – “*quin mea quoque iste habebit, si quid me fuat*”. Ou seja, Agorástocles, além de ter restituída a fortuna que era de seu pai, será herdeiro do tio quando esse último morrer.

⁷⁸² Plauto (*Poen.*, 66) especifica que Agorástocles havia sido roubado: “menino de sete anos que foi roubado em Cartago” – “*puer septuennis surrupitur Carthagine*”. As comunidades antigas eram regidas por um princípio fundamental, a cidadania, princípio que era determinado, entre outras coisas, pelos seus limites territoriais, os quais representavam as fronteiras com as comunidades vizinhas. O direito de cidadão era extinto para além dessas fronteiras (HERNÁNDEZ-TEJERO, 1989, p. 53). Se um indivíduo era aprisionado pelo inimigo, por princípio esse indivíduo havia ultrapassado esses limites, pois, mesmo capturado no território de sua comunidade original, a vitória e a ocupação davam ao vencedor o direito de propriedade sobre o território, as pessoas e os bens conquistados (PHILLIPSON, 1911, p. 251). Em relação a isso, o direito romano procurava garantir que os cidadãos capturados na guerra, se conseguissem retornar para sua região ou para a de seus aliados, tivessem seus bens e direitos restituídos pelo direito denominado de *postliminium*. (BERGER, 1991, p. 639). Provavelmente os registros mais antigos da utilização do termo *postliminium* em uma ação jurídica encontramos nos escritos de Cícero (*De oratore*, I. 181; *Topica*, I. 37) relativos a acontecimentos de 137 a.C., mas a estruturação normativa do *postliminium* está preservada nos códigos e compilações das leis romanas de Gaio (*Inst.*, I.129), do Código teodosiano (V. 7.1-3) e do Digesta (*Dig.*, XLIX.15.1 e ss.). Contudo, conforme escrevemos acima no texto, Agorástocles não foi capturado na guerra, mas sim roubado, e de acordo com as leis romanas os cidadãos considerados roubados, por exemplo, por piratas ou bandidos, não precisavam do *postliminium* para recuperarem seus direitos como cidadãos e seus bens no caso de retornarem para seu lugar de origem, pois os romanos compreendiam que, não tendo sido capturados por inimigos na guerra, não haviam perdido a cidadania. Segundo o Digesta (*Dig.*, XLIX.15.19.2), “pessoas capturadas por piratas ou bandidos continuam a ser livres”. Também de acordo com o Digesta (*Dig.*, XLIX.15.24): “inimigos são aqueles com os quais o povo romano declarou guerra publicamente, ou eles ao povo romano; outros são chamados bandidos. Portanto, uma pessoa que é capturada por bandidos não é um escravo do bandido, nem precisa do *postliminium*”. Quanto ao Código teodosiano, trata-se de um conjunto de leis imperiais, datadas entre 312 e 438, cuja publicação foi feita nesse último ano, durante o reinado do imperador Teodósio II (BERGER, 1991, p. 392).

preciso notar que Agorástocles ficará com a herança de seu pai natural, mas não irá voltar a Cartago⁷⁸³.

Frente a todas essas informações, podemos afirmar que o personagem Agorástocles de Plauto é *pater familias* e faz parte da elite fundiária romana.

Mágara, Anactório e Calidão: a geografia de Plauto

O cotidiano romano representado por Plauto inclui também o espaço – o contexto físico, o meio com o qual os indivíduos se relacionam e no qual relacionam-se entre si. Plauto, ao representar o cotidiano romano, traz constantemente à lembrança de sua audiência a realidade externa à peça (PERNARD, 1900, p. 35 e ss.; FRAENKEL, 2008, p. 91, 270). Assim, os lugares mencionados na comédia deveriam ser conhecidos por ao menos parte da audiência. De outra maneira, não haveria sentido em mencioná-los. Em *O pequeno cartaginês*, três lugares são mencionados: Mágara, Anactório e Calidão. Plauto (*Poen.*, 83-95) escreve que as duas irmãs, Adelfásio e Anterastilis, primas de Agorástocles, quando tinham cinco e quatro anos de idade foram raptadas por piratas sicilianos em Mágara, nas imediações de Cartago, juntamente com Gidênis, sua ama-de-leite, e transportadas para Anactório, na Acarnânia, onde foram vendidas a um cafetão que, por sua vez, as levou com ele para morar em Calidão⁷⁸⁴.

Mágara⁷⁸⁵, escreve Apiano (*Pun.*, 555, 559) ao narrar eventos da Terceira Guerra Púnica, era uma grande área que bordejava a muralha de Cartago, cortada por jardins e

⁷⁸³ Conforme mostramos na nota 781, Plauto (*Poen.*, 1084-1085) deixa claro que Agorástocles não voltará para Cartago no pedido de Mílfio a Hanão: “Fará que seja retornado ainda que, contudo, ele resida aqui” – “*facito sis reddas, etsi hic habitabit, tamen*” –, assim como na resposta positiva de Hanão (*Poen.*, 1085): “Porque não?”

⁷⁸⁴ A passagem de Plauto (*Poen.*, 83-95) é: “Mas o ancião que está vivo, o tio cartaginês dele, tinha duas filhas, uma de cinco e outra de quatro anos de idade: com sua ama-de-leite desapareceram em Mágara. Quem as roubou carregou-as para Anactório, vendeu todas juntas, as meninas e a ama-de-leite, por dinheiro vivo, a uma pessoa, se um cafetão é uma pessoa, a pessoa mais maldita que a terra sustenta. Vocês agora podem conjecturar sobre o restante, quem seria a pessoa cujo nome é Lico. Ele, de Anactório, onde morava anteriormente, se mudou para Calidão não faz muito tempo, por causa de seu ofício” – “*sed illi patruo huius qui uiuit senex, / Carthaginiensi duae fuere filiae, / altera quinquennis, altera quadrimula: / cum nutrice una periere a Magaribus. / eas qui surrupuit in Anactorium deuehit, / uendit eas omnis, et nutricem et uirgines, / praesenti argento homini, si leno est homo, / quantum hominum terra sustinet sacerrumo. / uosmet nunc facite coniecturam ceterum / quid id sit hominis quoui Lyco nomen siet. / is ex Anactorio, ubi prius habitauerat, / huc commigrauit in Calydonem hau diu, / sui quaesti causa*”. O rapto das irmãs é mencionado por Plauto (*Poen.*, 691-693, 894-900, 1247) também em outras passagens. A origem siciliana dos piratas é dita na linha 897.

⁷⁸⁵ Plauto (*Poen.*, 86) escreve o nome da localidade de Cartago como “*Magara*”. Apiano (*Pun.*, 555, 559, 560, 639) a denomina de “*Μέγαρον*” (“*Mégara*”). O nominativo grego masculino “*μέγαρον*” (“*mégaron*”) significa, entre outras acepções, “palácio”, “santuário”. Mantivemos nessa tese a escrita de Plauto, “Mágara”.

plantas sazonais, canais fundos e cercas de espinheiros⁷⁸⁶. Zonaras (IX.29), narrando eventos da mesma guerra, a denomina de “Μεγάλια” (“*Megália*”) e escreve que se situava dentro da área das muralhas de Cartago, contudo, longe da cidade, sendo limitada por um penhasco abrupto à beira do mar⁷⁸⁷. Não era, então, uma área de moradias, mas provavelmente rural – apesar de fortificada – e de cultivo (LANCEL, 1992, p. 298-299). As meninas cartaginesas e sua ama-de-leite, portanto, foram raptadas em uma área rural, distante do centro de Cartago. Ao mencionar Mágara, Plauto nos indica que não se tratava de uma localidade desconhecida para os romanos. Comentamos no capítulo anterior que *negotiatores* romanos praticavam a *mercatura* em Cartago desde ao menos o final do século VI a.C.⁷⁸⁸, comércio que as guerras púnicas apenas interromperam, de maneira que a geografia da cidade não deveria ser desconhecida para ao menos uma parte da população romana⁷⁸⁹.

Quanto a Anactório – que se situava na porção sul do Golfo de Ambrácia –, fazia parte da Liga Acarnânia⁷⁹⁰. Sabemos que a Acarnânia⁷⁹¹ e a região insular jônica eram conhecidas dos romanos desde ao menos o século III a.C. Vimos anteriormente

⁷⁸⁶ Apiano (*Pun.*, 555 e ss.), na passagem, narra eventos da Terceira Guerra Púnica – 149 a.C. a 146 a.C. – em que as forças romanas estão dominando parte das muralhas cartaginesas – justamente as muralhas junto à área de Mágara – e começando a invadir Cartago. Portanto, é provável que as cercas de espinheiros encontradas pelos romanos em meio aos canais e aos jardins tenham sido instaladas durante o período da guerra, como barricada. É possível, igualmente, que os canais tenham sido aprofundados. Apiano (*Pun.*, 559), inclusive, escreve que as forças romanas recuaram de Mágara – ao menos no momento da invasão – porque, como não conheciam as rotas através da área, acharam o terreno “difícil e perigoso” para perseguir o inimigo.

⁷⁸⁷ Diodoro Siculo (XX.8.3-4), ao narrar eventos do final do século IV a.C., fala sobre uma “*pólis*” próxima a Cartago que denomina de “Μεγάλη” (“*Megále*”), cuja região era dividida por jardins e plantações, vinhas, oliveiras e árvores frutíferas, com canais de irrigação, ricas casas rurais, pastos para gado bovino e ovino, além de criação de cavalos. Podemos supor que se trata da mesma região descrita por Apiano (*Pun.*, 555 e ss.) e Zonaras (IX.29). Os nomes são semelhantes – *Mégara*, *Megála* e *Megália* – e possuem inclusive semelhança fonética.

⁷⁸⁸ Comentamos sobre esse comércio ao escrevermos sobre os tratados romano-cartagineses.

⁷⁸⁹ Lembrando que as pessoas não precisam visitar fisicamente uma localidade para obter informações sobre ela. As viagens muito provavelmente eram comentadas pelos viajantes, após o retorno.

⁷⁹⁰ As ligas eram organizações nas quais diferentes comunidades, de mesma etnia e região geográfica próxima, se uniam para formar uma entidade única para propósitos de política externa – ou seja, para as relações com outras entidades governamentais –, cada membro da liga – ou seja, cada comunidade – mantendo, contudo, suas identidades e cidadanias (LARSEN; RHODES, 2012, p. 571-572). Dessa forma, a Liga Acarnânia era formada por diferentes comunidades da região da Acarnânia, unidas por propósitos de política externa.

⁷⁹¹ A Acarnânica na Antiguidade era localizada a noroeste do Peloponeso, entre o Epiro, ao norte, e a Etólia, a sudeste e leste (TALBERT, 2000, mapa 54). Na década de 250 a.C. provavelmente, a Acarnânia foi repartida entre etólios e epirotas (LARSEN, 1968, p. 267; GRAINGER, 1999, p. 134-135; PASCUAL, 2018, p. 61). Após a repartição, a região de Anactório – e o santuário de Apolo, localizado em uma península próxima –, ficou sob o domínio dos epirotas (GRAINGER, 1999, p. 138; PASCUAL, 2018, p. 62). Larsen (1968, p. 267) acredita ser possível, inclusive, que a Liga Acarnânia tenha se dissolvido após a repartição. Porém, se houve a dissolução, após 230 a.C. a Liga Acarnânia estava novamente atuante (LARSEN, 1968, p. 267-269). Cerca de 216 a.C. Anactório estava ainda sob o controle do Epiro (HABICHT, 1957, p. 92-98; PASCUAL, 2018, p. 61-63). A Acarnânia se localiza atualmente na porção ocidental da Grécia.

que segundo Políbio (II.8.1-8.3), Plutarco (*Aratus*, 12) e dados epigráficos (*CIL* I² 404), *negotiatores* romanos navegavam pelo leste do Mediterrâneo na primeira metade do século III a.C. Esse comércio incluía, além do Mar Egeu e das regiões a leste, o Mar Adriático, o Mar Jônico e a costa da Acarnânia⁷⁹². Além disso, a região costeira norte do Mar Jônico era controlada pelos romanos, de acordo com Políbio (II.11.5-6)⁷⁹³, desde 229 a.C., a partir do controle de Corcira, na ilha homônima situada costa afora do litoral norte do Epiro. Os romanos mantinham um magistrado em Corcira – juntamente com uma guarnição, provavelmente⁷⁹⁴ –, e a presença desse oficial é informada por Políbio (XXI.32.7) ao narrar os acontecimentos de 189 a.C. e o tratado de paz com os etólios de Ambrácia⁷⁹⁵. Também em Leucas, a principal cidade da Liga Acarnânia⁷⁹⁶ segundo Tito Lívio (XXXIII.17.11), havia em 197 a.C. “alguns exilados de origem italiana”⁷⁹⁷.

⁷⁹² Podemos citar diferentes evidências datadas entre meados do século III a.C. e meados do século II a.C. Por exemplo, a análise de fragmentos de ânforas indica que durante os séculos III a.C. e II a.C. houve comércio entre a Itália e as comunidades ilhéus e costeiras acarnânias de Leucas, Paliros e Astacos (MURRAY, 1983, p. 220). A epigrafia também fornece evidências. Uma inscrição relativa a Cefalônia (PLASSART, 1921, p. 15), ilha do Mar Jônico situada a oeste da costa da Acarnânia, inscrição datada entre 230 ou 220 a.C. e 217 ou 216 a.C. – datação fornecida por Hatzopoulos (1991, p. 346-347) –, registra que um indivíduo identificado como Marcos Cornélio, filho de Gaio, tinha a função de θεωροδόκος (*theorodókos*) – indivíduo que dava hospitalidade aos *theorói*, enviados para anunciar um festival (LIDDELL; SCOTT, 1993, p. 797), sendo que, na inscrição citada, os *theorói* eram enviados de Delfos para anunciar os festivais e jogos Pítios (ZOUMBAKI, 2011, p. 532). Marcos Cornélio era *theorodókos* em Same – uma das cidades da ilha (PLASSART, 1921, p. 15). A função de Marcos Cornélio, segundo Zoumbaki (2011, p. 532), permite a interpretação de que ele era habitante de Cefalônia. Cefalônia, no período em questão, era controlada pela Liga Etólia, inimiga da Liga Acarnânia, mas aliada romana desde 211 a.C. Outra evidência: ao norte dessas regiões, costa afora do litoral setentrional da Ilíria, cidadãos romanos foram detidos na ilha de Corcira Negra em 180 a.C., segundo Tito Lívio (XL.42.4), que na passagem narra as acusações do pretor Lúcio Durônio contra o rei ilírio Gêntio: “maltratos feitos em seu reino a muitos cidadãos romanos e aliados de nome latino, e que é dito que cidadãos romanos estão retidos em Corcira” – “*multis civibus Romanis et sociis Latinis nominis iniurias factas in regno eius, et cives Romanos dici Corcyrae retineri*”. A localidade de Corcira mencionada é relacionada ao reino ilírio de Gêntio, de maneira que trata-se de Corcira Negra, ilha costa afora do litoral norte da Ilíria (TALBERT, 2000, mapa 20). Como os cidadãos romanos não são referidos por Tito Lívio como magistrados ou legados, mas apenas como cidadãos, provavelmente eram *negotiatores*. Em período posterior, um decreto de proxenia da Liga Acarnânia (*IG IX 1 513*), datado como posterior a 189 a.C., mais provavelmente entre 167 a.C. e 146 a.C., traz o nome de dois irmãos romanos, Lúcio e Públio Acílio, que juntamente com um certo Agasias, de Patras – *pólis* localizada na região costeira noroeste do Peloponeso (TALBERT, 2000, p. 55, 58) –, são denominados próxenos do *koinon* dos acarnânios, com direito – entre outros – a obter e possuir terras e uma casa na Acarnânia (HATZFELD, 1919, p. 23).

⁷⁹³ Em 229 a.C. os habitantes de Corcira haviam se rendido em *deditio* e se colocado sob a *fides* romana, segundo Políbio (II.11.5-6).

⁷⁹⁴ Segundo Tito Lívio (XLV.2.11), havia uma guarnição romana em Corcira, a qual foi dispensada em 168 a.C. após a vitória romana sobre a Macedônia.

⁷⁹⁵ Corcira é citada como base romana para operações no continente grego em várias ocasiões, desde 210 a.C. até 168 a.C., por Tito Lívio (XXVI.26.1, 26.16; XXXI.18.9, 22.5, 44.1, 47.2; XXXII.6.1, 6.4, 9.6-8, 14.7, 16.3, 23.13, 39.4; XXXIII.16.1, 17.2; XXXVI.42.3; XLII.37.1, 37.5, 40.1, 48.9; XLIV.1.3; XLV.2.11, 41.3). Contudo, durante certo período da Segunda Guerra Púnica, Corcira saiu do controle romano, pois Tito Lívio (XXVII.15.7) registra que em 213 a.C. uma frota cartaginesa, que havia procurado auxiliar os cartagineses em Tarento, aportou na ilha. A ilha estava sob controle romano em 215 a.C., pois o tratado firmado pelos cartagineses e macedônicos naquele ano, registrado por Políbio (VII.9.2

A região costeira dos mares Adriático e Jônico – a qual inclui a Acarnânia –, portanto, era conhecida dos romanos – e controlada por eles – desde ao menos o século III a.C. e frequentada por *negotiatores* romanos durante esse último século e o século II a.C. Quanto a Anactório, Habicht (1957, p. 88 e ss.), analisando um documento da Liga Acarnânia datado de cerca de 216 a.C. (*IG IX 1² 2:583*)⁷⁹⁸ – ou seja, da época da Segunda Guerra Púnica –, mostra que em Anactório havia um lucrativo mercado de escravos⁷⁹⁹ – um mercado antigo, pois Tucídides (I.55.1) o menciona ao narrar eventos que ocorreram entre 433 a.C. e 432 a.C.⁸⁰⁰. Logo, as irmãs cartaginesas foram vendidas como escravas, na comédia, em um mercado de escravos provavelmente bem conhecido.

Plauto, portanto, situa os personagens de sua peça em localidades conhecidas por ao menos parte da audiência: Mágara, nas cercanias de Cartago, de onde foram raptadas as meninas cartaginesas, Anactório, na Acarnânia, onde elas foram vendidas como escravas, e Calidão, na Etólia, onde a comédia é ambientada – importante cidade da

e ss.), trata a ilha como possessão romana. Logo, em algum momento entre 215 a.C. e 213 a.C. Corcira saiu do controle romano, e entre 213 a.C. e 210 a.C. voltou a esse controle.

⁷⁹⁶ Tito Lívio (XXXIII.17.1) caracteriza Leucas como “*caput Acarnaniae*” – ou seja, “cidade principal da Acarnânia”.

⁷⁹⁷ A passagem, na qual Tito Lívio (XXXIII.17.11) escreve sobre a tomada de Leucas pelos romanos em 197 a.C., é: “Diariamente seria retardada a esperança no cerco romano, se alguns exilados de origem italiana, habitantes de Leucas, não admitissem os soldados a partir da cidadela” – “*diutiusque spe Romanorum obsidionem eam extraxissent ni exsules quidam Italici generis Leucades habitantes ab arce milites accepissent*”.

⁷⁹⁸ O documento (*IG IX 1² 2:583*) trata da transferência para a Liga Acarnânia da administração do santuário de Apolo Ácio – localizado na Península de Ácio, na Acarnânia, onde se realizava anualmente a *Actia*, festival em honra de Apolo –, antes sob a responsabilidade da *pólis* de Anactório (HABICHT, 1957, p. 88 e ss.; BLAWATSKY, 1974, p. 497; PASCUAL, 2018, p. 259). A administração do santuário era de Anactório desde ao menos o século IV a.C. (HABICHT, 1957, p. 88 e ss.; BLAWATSKY, 1974, p. 497; PASCUAL, 2018, p. 259). Políbio (IV.63.5) faz uma breve menção do santuário.

⁷⁹⁹ Segundo o documento (*IG IX 1² 2:583*), os impostos cobrados sobre a venda dos escravos eram divididos, metade para a Anactório e metade para a Liga Acarnânia (HABICHT, 1957, p. 88, 106-107; ROBERT; ROBERT, 1958, p. 256). Larsen (1968, p. 271, nota 2), fazendo uma leitura diferente do documento, acredita que os impostos eram cobrados sobre manumissões, e não sobre a venda de escravos. Contudo, Habicht (1957, p. 107) argumenta que “é evidente que o que está envolvido não é o preço de compra dos próprios escravos, mas o imposto do Estado sobre a venda”, imposto que “é bem conhecido para as monarquias helenísticas selêucida e ptolomaica”. Habicht (1957, p. 107), para fortalecer seu argumento, fornece outro exemplo de impostos sobre venda de escravos em um festival: um decreto da cidade de Árado, na Síria, da época de Augusto, decreto que na realidade impõe a abstenção de cobrança de impostos sobre a venda de escravos durante o festival (SEYRIG, 1957, p. 195-199). O festival em questão era o *Bêkhikhi* – denominado também de Zeus *Baitokhikhi*, ou Baitocaiceu (SEYRIG, 1957, p. 192-193).

⁸⁰⁰ De acordo com Tucídides (I.55.1), os coríntios tomaram Anactório, deixaram na cidade alguns colonos e lá venderam oitocentos escravos que haviam capturado em Corcira. Esse episódio ocorreu entre 433 a.C. e 432 a.C. (LEWIS, 2006a, p. 375-376; KAGAN, 2003, p. 36-39). Em 425 a.C. Anactório é capturada pelos acarnânios – passando, então, para o seu controle (LEWIS, 2006a, p. 411).

Liga Etólia que, até onde podemos interpretar das fontes, não foi alvo das ações bélicas romanas durante a guerra contra os etólios⁸⁰¹.

Hanno Carthaginiensis

Analizamos a representação do cidadão Agorástocles, nascido em Cartago e tornado cidadão romano. Resta analisarmos a representação dos cartagineses. Conforme comentamos anteriormente – e procuraremos demonstrar à frente –, Hanão, o personagem cartaginês, sendo um personagem-tipo – um símbolo – é construído de forma a ser identificado rapidamente pela audiência. Suas características físicas são apresentadas de maneira que a sua linguagem, sua aparência e seus gestos façam referência – parafraseando Eco (1977, p. 109-110) – a todos os cartagineses do mundo real e dos mundos possíveis. Hanão, portanto, é a representação dos cartagineses da forma que são conhecidos pela audiência em Roma. Quanto mais estereotipada for essa representação, maior será o seu compartilhamento na percepção da audiência. Contudo, conforme veremos, essa representação realça feições positivas que contrastam com os estereótipos.

Começemos pela forma com a qual Plauto denomina os cartagineses, alternando entre os termos “*Poenus*”, “*Punicus*” e “*Carthaginiensis*”. Segundo Franko (1994, p. 153-154), o termo *Poenus*⁸⁰² é frequentemente utilizado na literatura latina como marca

⁸⁰¹ É possível que Plauto tenha escolhido Calidão como ambiente para sua comédia, primeiramente por causa de sua importância na Liga Etólia. Calidão, apesar de pequena, era uma cidade importante para a Liga Etólia, sendo uma de suas fundadoras (GRAINGER, 2000, p. 15, 48). Entre 260 a.C. e 141 a.C. Calidão forneceu frequentemente estrategos – a principal magistratura – para a Liga, sendo que no período entre 200 a.C. e 181 a.C. – ou seja, durante a maior parte do período produtivo de Plauto que temos conhecimento – foi a segunda cidade que mais gerou estrategos para os etólios, gerando 5 estrategos – ou seja, 25% dos estrategos em 20 anos –, a primeira sendo Tríconos, que gerou 7 estrategos no mesmo período – 35% dos estrategos (GRAINGER, 2000, p. 49). Entre 288 a.C. e cerca de 130 a.C. – o último ano que se tem registros da Liga –, dos 115 estrategos da Liga Etólia sobre os quais existem registros, 17 foram de Calidão, só ultrapassada por Tríconos, que forneceu 32 (GRAINGER, 1999, p. 185-186). O segundo motivo pelo qual Plauto pode ter escolhido Calidão como o ambiente da comédia é que, conforme escrevemos no texto, pelo que conseguimos interpretar das fontes, Calidão não foi objetivo das ações bélicas romanas durante a guerra contra os etólios. Poucas passagens de Políbio e Tito Lívio mencionam Calidão, e nenhuma delas está relacionada diretamente com os romanos. Apenas uma passagem de Tito Lívio (XXXVI.11.7) menciona a cidade, relacionada à passagem do rei selêucida Antíoco III pela Etólia em 191 a.C. Políbio menciona Calidão três vezes. Na primeira, Políbio (IV.65.6-8) narra a pilhagem do território de Calidão pelo rei macedônico Filipe V em 219 a.C., durante a Guerra dos Aliados. A segunda menção de Políbio (V.95.11-12) é sobre a pilhagem realizada por aqueus nos territórios de Calidão e Naupactos em 218 a.C., também durante a Guerra dos Aliados – tratamos dessa passagem de Políbio na nota 502, no Capítulo II, ao comentarmos sobre o próximo etólio Cleônimo de Naupactos. A terceira menção de Políbio (XVIII.10.9-10) não é sobre a cidade, mas sobre um dos embaixadores etólios – proveniente de Calidão – enviados ao Senado romano em 198 a.C.

⁸⁰² De acordo com Ernout e Meillet (1985, p. 518), “*Poenus*” relaciona-se ao termo grego “φοίνιξ” (“*phoiniks*”), mas o genitivo “*Poeni*”, diferente do genitivo grego “φοίνικος” (“*phoínikos*”), indica que a palavra não provém do grego: trata-se de um “empréstimo popular” (ERNOUT; MEILLET, 1985, p.

étnica e com conotações negativas⁸⁰³. Mesmo que não incorporem conotações negativas claras, advoga Prag (2006, p. 30), “*Poenus*” e “*Punicus*” estão associados a uma identidade atestada apenas em fontes literárias estrangeiras, ou seja, romanas, e não é possível saber se esses termos, ou qualquer outro termo, foram utilizados como coletivo étnico pelos povos que os romanos denominavam de “*Poeni*” ou de “*Punici*” – “púnicos”⁸⁰⁴. O termo “*Punicus*”, por exemplo, com o passar dos anos ganha intensidade negativa até que cerca de cem anos depois da morte de Plauto, no século I a.C., irá caracterizar de forma sarcástica a falta de credibilidade pela qual eram categorizados os cartagineses na expressão “*fides punica*” – “fé púnica” –, a qual encontramos pela primeira vez, segundo Starks (1999, p. 257, nota 7), na obra *Guerra de Jugurta*, de Salústio (*Bellum Iugurthinum*, 108.3). Nesse último caso, o termo “*Punicus*”, com seu conteúdo adverso, está inserido em um contexto político, o que amplifica o significado negativo⁸⁰⁵.

O termo *Carthaginiensis*, em contraponto, significa um habitante de Cartago, sendo, portanto, utilizado como designação cívica, com conotações neutras ou mesmo

518). De maneira distinta, para os habitantes da Fenícia o termo latino é “*Phoenix*” – “fenício” (SARAIVA, 2019, p. 895). Em *Psêdolo*, por exemplo, Plauto (*Pseud.*, 41) nomeia uma *meretrix* de “*Phoenicum*” – “Dos fenícios”, ou “Fenícia”. *Phoenix* é também o nome de um personagem dos épicos homéricos – aparece, por exemplo, na *Ilíada* (*Il.*, IX.165) – e Plauto (*Bacch.*, 156), em *As báquides*, menciona seu nome.

⁸⁰³ Exemplos depreciativos podem ser retirados de Tito Lívio, mas, conforme demonstra Prag (2006, p. 15-16), Tito Lívio utiliza igualmente os termos “*Poenus*” e “*Carthaginiensis*” na mesma sentença sem mudar o tópico. Alguns exemplos com significado depreciativo: Tito Lívio (XXII.48.1; XXX.22.6) escreve sobre a “trapaça púnica” – “*punica fraus*”; Tito Lívio (XXI.4.9) escreve a respeito de Aníbal sobre a “perfídia mais que púnica” – “*perfidia plus quam punica*”. Franko (1994, p. 154) cita outros exemplos de Tito Lívio. Exemplo dos termos “*Poenus*” e “*Carthaginiensis*” utilizados na mesma sentença sem mudar o tópico em Tito Lívio (XXI.20.5): “a resposta aos legados foi que nem deviam serviços aos romanos e nem ofensas aos *Carthaginienses* para que pegassem em armas pelos romanos ou contra os *Poeni*” – “*responsum legatis est neque Romanorum in se meritum esse neque Carthaginiensium iniuriam ob quae aut pro Romanis aut adversus Poenus sumant arma*”. Sobre outros exemplos, *vide* as referências em Prag (2006, p. 15, notas 65-66).

⁸⁰⁴ Ou seja, os povos que falavam a língua púnica no oeste do Mediterrâneo, como por exemplo os habitantes de Hipo, Adrumeto e Leptis, na região costeira norte da África, ou de Gades, na costa sul da Hispânia. Um exemplo claro de “*Punicus*” usado como coletivo étnico para uma região em um texto latino – ou seja, romano – podemos retirar também de *Guerra de Jugurta*, de Salústio (*Iug.*, 19.7): “Durante a Guerra de Jugurta a maior parte das cidades dos *Punici* e dos limites do território dos *Carthaginienses*, o qual existia muito recentemente, o povo romano administrava através de magistrados” – “*Igitur bello Iugurthino pleraque ex Punici oppida et finis Carthaginiensium quos nouissime habuerant, populus Romanus per magistratus administrabat*”. Nesse caso, Salústio denomina coletivamente de *Punici* – “púnicos” – os habitantes das cidades falantes da língua púnica no norte da África, e denomina de “cartagineses” – “*Carthaginienses*” – os habitantes de Cartago, cidade que na época do início da Guerra de Jugurta havia sido destruída a trinta e cinco anos – por isso Salústio (*Iug.*, 19.7) trata o território de Cartago como existente até “muito recentemente”. Portanto, “*Punici*” é utilizado na passagem de Salústio como um termo étnico e “*Carthaginienses*” como cívico. Quanto à Guerra de Jugurta, durou de 111 a.C. até 104 a.C. (COMBER; BALMaceda, 2009, p. 7-8).

⁸⁰⁵ Na passagem Salústio (*Iug.*, 108.3) se refere a Boco, um rei númida, cuja *fides* ele compara à *fides* cartaginesa.

positivas, raramente ligado a conotações negativas⁸⁰⁶. Franko (1994, p. 153) advoga que a distinção entre os dois significados – “*Poenus*”, ou “*Punicus*”, e “*Carthaginiensis*” – deveria ser clara para a audiência romana.

Plauto (*Poen.*, 59-60, 84, 962, 997, 1124, 1377) utiliza o termo *Carthaginiensis* para caracterizar a origem cívica dos personagens da comédia⁸⁰⁷. Por exemplo, Hanão se identifica dizendo seu nome e o patronímico, “Hanão, de Cartago, filho do cartaginês Mutumbal”⁸⁰⁸. É importante registrar que essa forma de identificação utilizada por Plauto para caracterizar Hanão, apresentando junto com o nome do indivíduo em questão o nome do pai, está de acordo com a onomástica das línguas fenícia e púnica encontrada, por exemplo, em estelas funerárias do norte da África (AMADASI GUZZO, 2002, p. 283 e ss.; ADAMS, 2004, p. 214)⁸⁰⁹. Plauto, portanto, se utiliza da apresentação pessoal formal em língua púnica para introduzir Hanão na peça.

O termo “*Carthaginiensis*” encontramos expresso por um contemporâneo de Plauto. Em seus *Anais*⁸¹⁰, Ênio (*Ann.*, 216) escreve que “Ápio declarou a guerra aos cartagineses”⁸¹¹, referindo-se à Primeira Guerra Púnica, a respeito da qual sabemos através de Políbio (I.12.1 e ss.) que o primeiro comandante romano a lutar contra os cartagineses foi um dos cônsules de 264 a.C., Ápio Cláudio Caudex. Ênio nesse caso se refere à comunidade cívica, sem conotações negativas – à comunidade política contra a qual os romanos entraram em guerra.

Igualmente, em um fragmento de um discurso de Catão (*ORF*, 8.195), denominado *Sobre a guerra cartaginesa*, encontramos o termo “*Carthaginiensis*” como

⁸⁰⁶ Franko (1994, p. 153) afirma que os autores latinos procuram, de forma implícita, definir “*Romanus*” por oposição à construção “*Poenus*”.

⁸⁰⁷ Por exemplo, Plauto (*Poen.*, 59-60) escreve: “Existiram dois primos de primeiro grau cartagineses” – “*Carthaginiensis fratres patruales duo / fuere*”.

⁸⁰⁸ Plauto (*Poen.*, 995) cita o nome de Hanão primeiro em uma sentença na língua púnica. Em seguida, Plauto (*Poen.*, 996-997) faz Mílfio traduzir para Agorástocles o nome de Hanão com o patronímico: “Ele diz ser Hanão, de Cartago, filho do cartaginês Mutumbal” – “*Hannonem se esse ait Carthagine, / Carthaginiensis Myttymbalis filium*”. De acordo com Krahmalkov (2000, p. 321) e Amadasi Guzzo (2002, p. 282-283), o nome *Myttymbal* – transcrito de diferentes formas, como *Mythumbal*, ou *Muttunb'al* – é um nome composto que significa “Dom de Baal”. Apresentamos exemplos desse nome no Capítulo II. Baal – também transcrito como *Ba'al* – era a principal divindade do panteão dos povos de língua fenícia e púnica (KRAHMALKOV, 2000, p. 111).

⁸⁰⁹ Na realidade, conforme comentamos na nota 629, no capítulo anterior, a estrutura da nomenclatura nas inscrições púnicas e fenícias apresenta comumente mais de uma geração dos ancestrais do morto, às vezes várias gerações (ADAMS, 2004, p. 214). Porém, estelas que registram apenas o nome do morto e de seu pai também ocorrem (AMADASI GUZZO, 2002, p. 283-284).

⁸¹⁰ É provável que Ênio tenha escrito os *Anais* ao longo de muitos anos, provavelmente entre cerca de 203 a.C. e cerca de 169 a.C. (WARMINGTON, 2006, p. xxv-xxvi; GRIMAL, 1975, p. 217), ou entre cerca de 189 a.C. e 169 a.C. (SKUTSCH, 1985b, p. 5-6). Os fragmentos dos *Anais* de Ênio estão de acordo com a edição de Skutsch, de 1985.

⁸¹¹ O fragmento de Ênio (*Ann.*, 216) é: “*Appius indixit Carthaginiensibus bellum*”.

um termo cívico, para significar o inimigo cartaginês: “Os cartagineses já são nossos inimigos. Pois quem tudo prepara contra mim, para que possa fazer a guerra em qualquer época que quiser, ele já é meu inimigo, embora ainda não use armas”⁸¹². O discurso foi produzido, segundo Astin (1978, p. 127-128), poucos anos antes do início da Terceira Guerra Púnica, provavelmente entre 151 a.C. e 150 a.C.⁸¹³. Portanto, o contexto das relações entre Roma e Cartago era muito diferente do contexto da época em que foi apresentada a peça *O pequeno cartaginês*, cerca da primeira metade dos anos 180 a.C., conforme procuraremos demonstrar à frente, no texto. O importante aqui é a forma que é empregado o termo “*Carthaginiensis*” por Catão, como um nome cívico.

Os termos “*Poenus*” e “*Punicus*”, por outro lado, carregam a marca da alteridade, significando a diferença étnica expressa, por exemplo, na aparência e na língua⁸¹⁴. A maior evidência do antagonismo dessa marca na obra plautina encontramos em *O cofre*, comédia na qual Plauto (*Cist.*, 202) usa “*Poeni*”, de acordo com o que analisamos, para significar o inimigo vencido, aquele que deve ser punido. Nesse caso, a diferença étnica é exacerbada pelo contexto político⁸¹⁵ – os cartagineses estavam em guerra com os romanos há cerca de dez anos ou mais⁸¹⁶, dentro da Itália –, contexto que amplifica a representação estereotipada dos cartagineses.

Porém, entre as comédias de Plauto, é em *O pequeno cartaginês* que a marca étnica surge com frequência⁸¹⁷. Na comédia, Plauto utiliza o termo “*Poenus*” no prólogo em algumas passagens. Em uma delas Plauto (*Poen.*, 112-113) exprime o estereótipo de maneira clara: “E ele conhece todas as línguas, mas dissimula saber serem sabidas: é totalmente púnico. Que mais é necessário dizer?”⁸¹⁸. De acordo com Plauto, o cartaginês – Hanão – finge não conhecer diferentes linguagens para poder ouvir dissimuladamente, sem que outros percebam que ele está compreendendo. Voltaremos a essa passagem à frente.

⁸¹² O fragmento de Catão (*ORF*, 8.195) é: “*Carthaginienses nobis iam hostes sunt; nam qui omnia parat contra me, ut quo tempore velit, bellum possit inferre, hic iam mihi hostis est, tametsi nondum armis agat*”.

⁸¹³ A Terceira Guerra Púnica, conforme escrevemos em nota na Introdução, foi disputada entre 149 a.C. e 146 a.C.

⁸¹⁴ O termo “*Poenus*” também ocorre em um fragmento de Névio (*Bellum Poenicum*, fr. 40), no qual lemos: “Ele acredita que o púnico virá ali o encontrar” – “*Censet eo venturum obviam Poenum*”. O significado desse fragmento, porém, é de difícil interpretação (FRANKO, 1994, p. 154).

⁸¹⁵ Como na passagem de Salústio (*Iug.*, 108.3), sobre a qual nos referimos acima.

⁸¹⁶ Esse tempo depende da data da apresentação de *O cofre*, conforme analisamos anteriormente.

⁸¹⁷ Franko (1994, p. 155) afirma que a primeira evidência clara da distinção entre os significados étnico e cívico dos termos “*Poenus*” e “*Carthaginiensis*” encontramos em *O pequeno cartaginês*.

⁸¹⁸ A passagem de Plauto (*Poen.*, 112-113) é: “*et is omnis linguas scit, sed dissimulat sciens / se scire: Poenus plane est. quid uerbis opust?*”. A última frase, literalmente, significa: “Que necessidade há para palavras?”

Essa marca da dissimulação “púnica” encontramos também relacionada a Aníbal, o principal comandante cartaginês na Segunda Guerra Púnica, expressa por Ênio. Em *Anais*, Ênio (*Annales*, 474-475) escreve: “Mas o eacida Burro não foi tal dissimulado inimigo”⁸¹⁹. Ênio, no fragmento, denomina o rei epirota Pirro de Burro, o qual, assim como Aníbal, era considerado outro inimigo invasor da Itália, porém não tão dissimulado quanto Aníbal⁸²⁰.

É preciso, contudo, perceber que Ênio está falando especificamente de Aníbal. Sabemos através de Políbio (III.8.5-8.8) que ao menos desde o final do século III a.C. Aníbal era responsabilizado pela Segunda Guerra Púnica. É isso que podemos interpretar dos fragmentos supérstites da história de Fábio Pictor⁸²¹, dos quais temos conhecimento a partir do testemunho de Políbio (III.8.5 e ss.). Aníbal era percebido pelos romanos como o seu antagonista e, segundo Políbio (III.12.2, 15.6-15.7), os romanos percebiam o antagonismo de Aníbal com relação a eles próprios como um fato inquestionável e antigo. Assim, não podemos afirmar que o epíteto de “dissimulados” foi imputado por Ênio (*Ann.*, 474-475) aos cartagineses em geral, como o fez Plauto.

Contudo, Ênio faz comentários negativos relacionados aos cartagineses⁸²². Em um fragmento de seus *Anais*, Ênio (*Ann.*, 287) se refere à arrogância dos *Poeni*, acusados de cortar os tendões das pernas dos inimigos: “A iníqua arrogância dos *Poeni* cortava por baixo as pernas deles”⁸²³. Ênio está se referindo, provavelmente, aos

⁸¹⁹ O fragmento de Ênio (*Ann.*, 474-475) é: “*at non sic dubius fuit hostis / Aeacida Burrus*”.

⁸²⁰ Sabemos que o fragmento se refere a Aníbal porque foi transcrito em uma glosa relacionada ao comandante cartaginês presente em um manuscrito do século IX – manuscrito de Paulo Osório, historiador cristão do século V (WARMINGTON, 2006, p. xii-xiii; CLARK, 1932, p. 18; ELLIOTT, 2013, p. 554). Quanto ao termo “eacida”, refere-se à descendência de Eaco, que de acordo com o mito grego era pai de Peleu, o pai de Aquiles. O rei Pirro se declarava filho de Aquiles (HOWATSON, 1997, p. 7; CORNELL, 2001, p. 65). Ênio, portanto, em sua poesia trata Pirro como descendente de Eaco. “Burro” é forma, segundo Cícero (*Orator*, 160), que Ênio escreve o nome de Pirro, pois em sua época a letra grega “υ” (*ypsilon*, com som de “y”), com a qual se escreve o nome do rei – *Pyrrhus* –, não era utilizada em latim, de maneira que as palavras gregas que são escritas com “υ” eram transliteradas com a letra “u” do alfabeto latino.

⁸²¹ Quinto Fábio Pictor é considerado o primeiro romano a escrever uma história de Roma. Escreveu sua história no final do século III a.C., em grego (CHASSIGNET, 2003, p. liv-lxxiii; CORNELL, 2001, p. 398; GRIMAL, 1975, p. 150-154). A obra trata da história de Roma desde as origens, e provavelmente começou a ser escrita entre 216 a.C. e 210 a.C, sendo concluída por volta de 200 a.C. (CHASSIGNET, 2003, p. lvii-lviii; FRIER, 2002, p. 227-246; MOMIGLIANO, 2004, p. 129).

⁸²² Um dos fragmentos com conotações negativas nos *Anais* de Ênio (*Ann.*, 214) diz que “Os *Poeni* são acostumados a sacrificar seus meninos” – “*Poeni soliti suos sacrificare puellos*”. Esse fragmento se refere aos sacrifícios de crianças nos *tofets*. Não analisamos os *tofets* nessa tese. Análises sobre os *tofets* e sua relação com sacrifícios de crianças, refutando percepções antigas, podem ser encontradas em Moscati (1992, p. 58-61) e Aubet (2001, p. 250-254). Existem outros fragmentos dos *Anais* de Ênio (*Ann.*, 297, 310) nos quais o termo “*Poenus*” ocorre, mas não é possível discernir se possuem conotação negativa.

⁸²³ O fragmento de Ênio (*Ann.*, 287) é: “*his pernas succidit iniqua superbia Poeni*”.

ferimentos provocados durante as batalhas⁸²⁴. Porém, a violência da guerra e a carnificina na qual se transformavam os campos de batalha da Antiguidade eram frequentes e não estão associadas aos cartagineses apenas. Políbio (X.15.4-15.6) nos fornece um exemplo romano ao narrar a forma metódica com que eram atacados os habitantes das cidades assaltadas que não se rendiam e que tinham que ser tomadas à força, “como é o costume romano”⁸²⁵. Mais um exemplo obtemos de Tito Lívio (XXXI.34.5), que, ao narrar eventos de 199 a.C., durante a Segunda Guerra Macedônica⁸²⁶, descreve as condições dos corpos de cavaleiros macedônicos que haviam lutado contra cavaleiros romanos⁸²⁷.

Três dos quatro últimos exemplos que fornecemos acima sobre o uso negativo de “*Poenus*” em textos romanos – o de *O cofre*, de Plauto (*Cist.*, 202), e os dois de Ênio (*Ann.*, 287, 474-475) – estão relacionados às guerras romanas contra Cartago, de maneira que procuram evidenciar a crueldade dos cartagineses ou a punição à qual devem ser submetidos. Sabemos que ameaças externas levam à exaltação da coesão social e tendem a destacar os tratos distintivos da sociedade (BALANDIER, 2004, p. 44). A guerra aumenta a coesão e a afirmação social e, através dessas, a produção e a afirmação da identidade cívica e da identidade social (BALANDIER, 2004, p. 43-46).

⁸²⁴ Tito Lívio (XXII.51.7), por exemplo, narrando os acontecimentos posteriores à batalha de Canas, em 216 a.C., fala sobre os feridos encontrados pelos cartagineses no campo de batalha, no dia seguinte ao embate: “alguns eles encontraram estirados vivos e cortados por baixo das coxas e por detrás dos joelhos, a nuca e o pescoço desnudos, ordenando derramar o sangue remanescente” – “*quosdam et iacentes vivos succisis feminibus poplitibusque invenerunt, nudantes cervicem iugulumque et reliquum sanguinem iubentes haurire*”.

⁸²⁵ Políbio (X.15.4-15.6) narra a carnificina ordenada por Públio Cipião Africano contra Nova Cartago, em 209 a.C., cuja cidadela, após a invasão da cidade, estava ainda sob domínio cartaginês. Políbio (X.15.4 e ss.) escreve que Publio Cipião Africano “mandou a maioria” dos soldados, “como é o costume romano, contra os habitantes da cidade, com ordens de matar tudo que encontrassem, não poupando ninguém, e de não começar a pilhagem até que o sinal fosse dado. Eles fazem isso, suponho, para inspirar o terror, de forma que quando cidades são tomadas pelos romanos vê-se, com frequência, não apenas os corpos de seres humanos, mas cachorros cortados ao meio e as partes desmembradas de outros animais, sendo que nessa ocasião tais cenas eram muitas, devido ao número de vítimas”. Uma vez obtida a rendição de Magão, o comandante cartaginês de Nova Cartago, que ocupava a cidadela com o restante de suas tropas, foi dado o sinal, “o massacre acabou e começou, então, a pilhagem”.

⁸²⁶ A Segunda Guerra Macedônica foi disputada entre 200 a.C. e 197 a.C.

⁸²⁷ A passagem de Tito Lívio (XXXI.34.5) descreve a condição dos corpos dos cavaleiros macedônicos, vistos por soldados macedônicos: “viram os corpos mutilados pelo *gladio Hispaniensis*, braços separados do ombro, ou todo o pescoço cortado, a cabeça separada do corpo, as vísceras abertas e outras feridas horríveis” – “*gladio Hispaniensi detruncata corpora, brachiiis cum umero abscisis, aut tota cervice desecta divisa a corpore capita patentiaque viscera et foeditatem aliam volnerum viderunt*”. O *gladius Hispaniensis* – gládio da Hispânia, uma espada adaptada provavelmente da *falcata* dos habitantes da Hispânia – era utilizado na época da República por infantis e cavaleiros e possuía uma lâmina de gumes paralelos – que poderia ter até 80 centímetros de comprimento – que permitia o ataque tanto perfurante quanto cortante (FEUGERE, 1993, p. 276; McCALL, 2002, p. 49). Apesar de sua arma principal ser a lança, possivelmente os cavaleiros romanos usavam o *gladius Hispaniensis* desde o século V a.C. (McCALL, 2002, p. 49).

As representações do inimigo, então, manifestam essa coesão e marcam mais intensamente a diferença que distingue esses tratos identitários com os quais o inimigo é exposto.

No exemplo retirado de *O pequeno cartaginês*, contudo, Plauto (*Poen.*, 112-113) ataca a dissimulação “púnica”, mas não estamos, nesse caso, em contexto de guerra. É preciso diferenciar essa representação de Plauto da dissimulação presente no fragmento dos *Anais* de Ênio (*Ann.*, 474-475), no qual a dissimulação de Aníbal é o alvo. Ênio escreve sobre a guerra, porém anos após o término do conflito⁸²⁸, mas Plauto escreve sobre o seu cotidiano. As palavras em latim – o nominativo “*dubius*”, usado por Ênio, e o verbo “*dissimulo*”, utilizado por Plauto – possuem, nesse caso, a mesma acepção, relacionada à dissimulação, mas a representação incorporada em cada passagem é distinta. Para demonstrar essa distinção precisamos correlacionar a passagem de Plauto com outras da mesma peça – *O pequeno cartaginês*.

Em certas passagens de *O pequeno cartaginês* a marca do estereótipo relacionado a “*Poenus*” está bem caracterizada, mas se confunde com a associação do termo com usos mais brandos. Um trecho da comédia que citamos acima, do qual havíamos citado apenas uma parte, é um exemplo. Em sua íntegra, Plauto (*Poen.*, 104-113) escreve sobre a busca de Hanão por suas filhas:

Mas o pai púnico delas, após tê-las perdido, há muito tempo busca por todos os lugares, por mar e terra. Chegando em qualquer cidade, lá descobre onde todas as prostitutas habitam. Dá a elas ouro, leva por uma noite e depois pergunta insistentemente de onde é, de que cidade, se foi capturada ou raptada, de que família provém, quem seriam seus pais. Assim, hábil e astuto, procura suas filhas. E ele conhece todas as línguas, mas dissimula saber serem sabidas: é totalmente púnico. Que mais é necessário dizer?⁸²⁹.

⁸²⁸ Observamos acima, na nota 810, que Ênio começou a escrever seus *Anais* em 203 a.C. ou 184 a.C. e terminou cerca de 169 a.C. (WARMINGTON, 2006, p. xxv-xxvi; GRIMAL, 1975, p. 217; SKUTSCH, 1985b, p. 5-6). Ou seja, se aceitamos a data de início em 203 a.C., Ênio começou a escrever sua obra no final da Segunda Guerra Púnica, quando as forças cartaginesas já estavam fora da Itália. Se aceitamos a data de 184 a.C. como início, não havia disputas políticas registradas entre romanos e cartagineses, conforme procuraremos demonstrar no texto, à frente. A data de conclusão da obra em 169 a.C. está vinte anos distante do início da Terceira Guerra Púnica – que se deu em 149 a.C. Assim, Ênio escreveu sua obra fazendo referência a eventos passados, diferentemente de Plauto, que escreve sobre seu cotidiano.

⁸²⁹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 104-105) é: “*sed pater illarum Poenus, postquam eas perdidit, / mari te<rraque> usquequaque quaeritat. / ubi quamque in urbem est ingressus, ilico / ominus meretrices, ubi quisque habitant, inuenit; / dat aurum, ducit noctem, rogat postibi / und’sit, quoiatis, captane an surrupta sit, / quo genere gnata, qui parentes fuerint. / ita docte atque astu filias quaerit suas. / et is*

Hanão é um pai que busca suas filhas e Plauto (*Poen.*, 104) o associa à sua etnia denominando-o de “pai púnico”. Plauto descreve a metodologia usada por Hanão em sua procura: ao chegar nas cidades, descobre onde se encontram as prostitutas, dá a elas ouro para poder comprar seu tempo e pergunta, “insistentemente”, sua proveniência e quem eram seus pais, questionando se foram raptadas ou capturadas na guerra. Hanão, dessa forma, é metódico e determinado na busca por suas filhas, e sua riqueza e seus conhecimentos de diferentes línguas facilitam a procura. Plauto (*Poen.*, 111) percebe a determinação e a diligência de Hanão como características de um homem “hábil e astuto”, tratos que não possuem necessariamente conotação negativa. Contudo, nos versos exatamente seguintes Plauto (*Poen.*, 112-113) externa o estereótipo já citado: “E ele conhece todas as línguas, mas dissimula saber serem sabidas: é totalmente púnico. Que mais é necessário dizer?”. Hanão é dissimulado porque esconde que conhece várias línguas, de maneira a ouvir e compreender dissimuladamente as conversas, sem que percebam que ele compreende. Esse artifício é calculado, premeditado, faz parte da estratégia de Hanão para descobrir o paradeiro de suas filhas raptadas. Contudo, Plauto insere o estereótipo associado ao “*Poenus*” e a representação do cartaginês torna-se evidente. De acordo com essa representação, o cartaginês não dissimula conhecer várias línguas como propósito para descobrir suas filhas: a dissimulação é uma marca do cartaginês, por isso ele ouve as conversas sem que percebam.

Dessa forma, Plauto representa o cartaginês como dissimulado, mas também como pai diligente. Não são visões antagônicas. Estamos diante de um caso de etnia e diferença (HALL, 1997, p. 228). Os cartagineses não são mais os inimigos, podem ser bons pais, mas ainda assim, são cartagineses. Grupos que são significativamente distintos da maioria são com frequência expostos a formas binárias de representação e frequentemente são representados com feições positivas e negativas (HALL, 1997, p. 228-229). É preciso compreender que essa binaridade, no caso que estamos analisando, não implica em uma representação como a que Plauto (*Cist.*, 202) nos fornece em *O cofre*. Os cartagineses na peça *O pequeno cartaginês* também são marcados como diferentes, mas não são inimigos, e essa distância entre as representações é fundamental. A passagem de Plauto (*Poen.*, 104-113) que estamos analisando carrega significados

omnis linguas scit, sed dissimulat sciens / se scire: Poenus plane est. quid uerbis oposit?”. O rapto de suas filhas é falado em outras passagens por Hanão (*Poen.*, 1104-1105): “Pois da mesma forma minhas duas filhas foram roubadas pequeninas com sua ama-de-leite” – “*nam mi item gnatae duae / cum nutrice una surruptae sunt paruolae*”.

que nos falam da ocasião – o pai diligente procurando suas filhas raptadas por piratas – e da alteridade marcada, ou seja, da diferença – os cartagineses são dissimulados. O personagem cartaginês é percebido pela audiência, então, com essa duplicidade de significados recorrentes relacionados a pessoas etnicamente diferentes da maioria da população. Analisaremos mais passagens à frente.

Antes, é importante voltar rapidamente às manobras diligentes de Hanão. Um dos questionamentos que ele faz sobre as prostitutas, se foram capturadas durante uma guerra ou raptadas, está ligado aos direitos de cidadão. Para os romanos, um cidadão raptado por piratas ou bandidos não perdia a cidadania – diferentemente de cidadãos capturados durante as guerras⁸³⁰ –, de maneira que um indivíduo raptado e escravizado tinha direito inclusive de processar o escravizador. Essa possibilidade de processo e condenação é exposta por Plauto (*Poen.*, 1225 e ss.) na comédia, pois Hanão pede a Agorástocles que o tome como testemunha e leve suas filhas à corte para processar o cafetão que as escravizou⁸³¹. Contudo, Hanão é estrangeiro e portanto não pode processar alguém sem o apoio de um cidadão. Plauto (*Poen.*, 1042-1049, 1053-1055) fornece a forma do processo se viabilizar na instituição de *hospitium*⁸³² que havia entre Agorástocles e Hanão⁸³³.

⁸³⁰ Tecemos comentários sobre o direito de *postliminium* acima, na nota 782. Pensamos que vale a pena aqui repetir o que dizem as leis romanas sobre o direito de cidadãos raptados por bandidos, ou seja, fora do contexto da guerra. O *Digesta* (*Dig.*, XLIX.15.19.2) prescreve que “pessoas capturadas por piratas ou bandidos continuam a ser livres”, e diferencia piratas e bandidos de inimigos publicamente declarados. De acordo com o *Digesta* (*Dig.*, XLIX.15.24): “inimigos são aqueles com os quais o povo romano declarou guerra publicamente, ou eles ao povo romano; outros são chamados bandidos. Portanto, uma pessoa que é capturada por bandidos não é um escravo do bandido, nem precisa do *postliminium*”.

⁸³¹ Hanão (*Poen.*, 1225) diz: “O que deve ser feito e por que não fazemos? Quero vocês na corte” – “*quod faciundum est quor non agimus? in ius uos uolo*”. Em seguida, mais à frente, Hanão (*Poen.*, 1229) exclama: “Vá à corte, não se demore. Me convoque como testemunha e leve-as” – “*ite in ius, ne moramini. antestare me atque duce*”.

⁸³² Não traduzimos nessa tese o termo “*hospitium*” por “hospitalidade”, pois ambas as palavras possuem significados muito distintos, conforme veremos à frente.

⁸³³ Hanão (*Poen.*, 1042-1044) diz que é *hospes* de Agorástocles: “Eu certamente tenho *hospitium* aqui: procuro o filho de Antidamas, Agorástocles – mostre-me, se o conhece. Mas você conhece algum jovem Agorástocles aqui?” – “[*uerum ego hic hospitium habeo: Antidamae filium / quaero – commonstra si nouisti – Agorastoclem.*] / *sed ecquem adulescentem tu hic nouisti Agorastoclem?*”. E Agorástocles responde (*Poen.*, 1045-1046): “Já que você procura o filho adotado de Antidamas, eu sou quem você procura” – “*siquidem Antidamai quaeris adoptaticium, / ego sum ipsus quem tu quaeris*”. Após Agorástocles enfatizar que é o filho de Antidamas, Hanão (*Poen.*, 1047-1048) apresenta sua *tesserae hospitalis* para comprovar a relação mútua de *hospitium* e pede que Agorástocles apresente a sua: “Se é assim, una se desejar a *tessera hospitalis*: eis a que eu trouxe” – “*si ita est, tesseram / conferre si uis hospitalem, eccam attuli*”. Agorástocles (*Poen.*, 1049) então, ao ver a *tessera*, reconhece que é parte da sua: “Vai, mostre aqui. É bem o par. Com efeito, tenho a minha em casa” – “*agedum huc ostende. est par probe. nam habeo domi*”. Outra passagem pode ser adicionada: Agorástocles diz a Hanão (*Poen.*, 1053-1055): “Logo, em minha casa *hospitium* é oferecido a você” – “*ergo hic apud me hospitium tibi praebetur*”. Quanto à *tessera hospitalis*, era o ícone físico – comumente de argila – que marcava o *hospitium*. A *tessera hospitalis* era partida em dois pedaços no momento da criação da ligação de *hospitium*, cada parte ficando com um deles (BADIAN, 1958b, p. 11).

A instituição do *hospitium* – ξενία (*ksenía*), em grego – estava associada ao acordo formal de auxílio mútuo, em caso de necessidade, que compromissava dois cidadãos de cidades estrangeiras – cada um denominado de “*hospes*” (NYBAKKEN, 1946, p. 248; BADIAN, 1958b, p. 11; HELLEGOUARC’H, 1963, p. 50; HERMAN, 2012, p. 591)⁸³⁴. Essa condição de auxílio mútuo fazia com que, forçosamente, os envolvidos pudessem, em suas respectivas *civitates*, arcar de forma praticamente igual com os compromissos e necessidades que surgissem da parte estrangeira (BADIAN, 1958b, p. 11). Outra condição indispensável para que uma relação de *hospitium* fosse estabelecida e mantida entre duas pessoas era a *fides* – nesse caso, a fé na palavra, uma ligação de confiança, relacionada também aos mesmos objetivos políticos⁸³⁵ –, e devido a isso o *hospitium* incorporava um caráter de reciprocidade que fazia de cada *hospes*, de acordo com a oportunidade, às vezes o receptor, outras o que era recebido em *hospitium* (NYBAKKEN, 1946, p. 249; HELLEGOUARC’H, 1963, p. 50)⁸³⁶. As ligações de *hospitium* eram hereditárias, e o *hospitium* que Plauto (*Poen.*, 119-120, 1050-1052) cria entre Agorástocles e Hanão nos serve de exemplo, pois o pai de Hanão era *hospes* de Antidamas, o pai adotivo de Agorástocles⁸³⁷. Além disso, segundo Hellegouarc’h (1963,

⁸³⁴ Cícero (*In Verrem*, II.2.110) trata o *hospes* como “*sanctissimum*” – “sagradíssimo”. O escopo do *hospitium* podia aumentar e incluir acordos de auxílio entre um indivíduo e uma comunidade (NYBAKKEN, 1946, p. 248). Esse é o caso da proxenia, que apresentamos no Capítulo II ao tecermos comentários sobre Mutines, seus filhos e a comunidade de Delos.

⁸³⁵ Sobre a *fides* em geral, *vide* Hellegouarc’h (1963, p. 24 e ss.). Sobre a *fides* relacionada às divindades, *vide* Bayet (1969, p. 141 e ss.).

⁸³⁶ É possível encontrar pontos comuns entre o *hospitium* e a instituição da *amicitia*. Contudo, ambas as instituições não devem ser assimiladas (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 50). A *amicitia* – que não deve ser confundida com “amizade”, ou seja, a relação social que não busca vantagens entre seus membros – era uma relação importante na vida política, criada e desfeita de acordo com as circunstâncias e necessidades do momento e emanada de interesses mútuos. Um dos pontos em comum com o *hospitium* era a hereditariedade da *amicitia* – dentro do que permitissem as ligações políticas individuais. A influência de um indivíduo estava relacionada diretamente ao número de pessoas envolvidas em sua *amicitia*. Essa última afirmação nos mostra que, se por um lado a *amicitia* exprimia uma das formas incorporadas pela *fides* e designava uma ligação entre dois *amici* – e aqui está outro ponto comum entre a *amicitia* e o *hospitium* –, por outro lado a *amicitia* se aplicava também a um grupo com desígnios determinados (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 48-49). Cícero (*Pro Balbo*, 18), por exemplo, considera que os homens “buscam *amicitiae* e abundância de riqueza na *familia*”, além de *laus*, *honor*, *gloria* e *dignitas* – “*amicitias et rei familiaris copias consecuta est*”. Hellegouarc’h (1963, p. 49 e ss.) distingue duas formas de relações de *amicitia*. A primeira comporta um caráter sobretudo administrativo e se aplica à ligação entre os romanos e um povo estrangeiro, declarado *amicus Populi Romani*, ligação que na língua grega é grafada como proxenia – apresentamos um exemplo no Capítulo II, com Mutines e seus filhos. A segunda forma se estabelece entre romanos.

⁸³⁷ É importante lembrar que Agorástocles, tendo sido adotado por Antidamas, é legalmente filho desse último, de maneira que não tem mais nenhuma ligação com sua ascendência natural – mesmo que não tivesse sido escravo. Quanto ao *hospitium* que existia entre o pai de Hanão e o pai de Agorástocles – *hospitium* que, sendo hereditário, foi transmitido a Hanão e a Agorástocles –, em uma passagem, Plauto (*Poen.*, 119-120) escreve: “Aquele que adotou esse aí como filho, ele foi *hospes* desse púnico, tio dele” – “*ille qui adoptavit hunc sibi pro filio, / is illi Poeno huius patruo hospes fuit*”. Em outra passagem Hanão (*Poen.*, 1050-1052) revela que o pai adotivo de Agorástocles, Antidamas, foi *hospes* de seu pai: “Ó, meu

p. 53), era sobretudo como defensores nas cortes de justiça que os *hospites* tinham papel não negligenciável, e esse papel é representado por Plauto (*Poen.*, 1225 e ss.) na associação entre Agorástocles e Hanão. Uma última característica é importante: à medida que cresceu a importância política dos romanos, o conceito de *hospitium* foi se igualando ao de *clientela*, sendo que no século II a.C. – período em que foi apresentada a comédia *O pequeno cartaginês* – ambos haviam se misturado (BADIAN, 1958b, p. 12)⁸³⁸. Plauto (*Poen.*, 1244) nos mostra um exemplo, identificando Agorástocles como *patronus* de seu tio Hanão: “Pois esse é meu tio, é necessário que eu seja seu *patronus*”⁸³⁹.

Assim, através de seus personagens Plauto representa as relações de *hospitium* entre romanos e cartagineses, e os cartagineses como *clientes* dos romanos. Essas relações de *hospitium* que estão evidenciadas em *O pequeno cartaginês* são corroboradas por uma evidência de Tito Lívio (XXXIII.45.6), que relata que sete anos após o final da Segunda Guerra Púnica, em 195 a.C., existiam relações de *hospitium* entre cartagineses, inimigos políticos de Aníbal, e líderes romanos⁸⁴⁰.

hospes, muitas saudações! Pois, por Hércules, seu pai Anditamas foi *hospes* do meu. Essa *tessera hospitalis* foi dele e agora é minha” – “*o mi hospes, salue multum! nam mi tuos pater / patritus hercle hospes Antidamas fuit. / haec mi hospitales tessera cum illo fuit*”.

⁸³⁸ Basicamente, a diferença entre *amicitia* e *clientela* está no *status*: os *clientes* eram indivíduos que não possuíam a mesma capacidade política ou não pertenciam à mesma categoria social daqueles a quem estavam associados, os quais eram denominados de seus *patroni*. A diferença, então, estava ligada à posição na escala social e à maior ou menor intimidade nas relações com o *patronus* (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 54). Havia, assim, associações que poderiam ser momentâneas e desfeitas a qualquer momento – devido a uma mudança de aliança política, por exemplo –, as quais estavam relacionadas à *amicitia*, e associações que tendiam a ser mais duradouras, nas quais o desequilíbrio político e social ligava indivíduos de menor *status* a homens melhor colocados social e politicamente – relações entre *patroni* e *clientes* (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 54-55). Inserem-se nesse último caso as relações de deferência – de *obsequium*, porém não obrigatório – entre libertos e seus antigos donos (TREGGIARI, 1969, p. 68 e ss.; WATSON, 1975, p. 105-110). Os dois conceitos, contudo, não categorizavam um indivíduo de forma absoluta, pois, além do fato de que um homem poderia ser *patronus* de seus *clientes* e ao mesmo tempo *cliens* de outros *patroni*, poderia também ter relações de *amicitia* com homens de *status* semelhante (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 55-56). Além disso, um *cliens* poderia denominar seu *patronus* de *amici* e esperar o mesmo tratamento por questões de polidez e consideração (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 55). Cícero (*Off.*, II.69) nos fornece evidência sobre isso, ao dizer que alguns indivíduos “pensam verdadeiramente que serem servidos por *patrocinium* ou serem chamados de *clientes* se assemelha à morte” – “*patrocinio vero se usos aut clientes appellari mortis instar putant*”. O *patrocinium* é a proteção do *patronus* aos seus *clientes*.

⁸³⁹ Agorástocles pronuncia a sentença ao fazer troça com as irmãs Anterastilis e Aldelfásio. A passagem de Plauto (*Poen.*, 1244) é: “*nam hic patruos meus est, pro hoc mihi patronus sim necesse est*”.

⁸⁴⁰ Comentaremos essas dissensões na política cartaginesa à frente, no texto. A passagem de Tito Lívio (XXXIII.45.6) é: “Homens da *factio* adversária a Aníbal escreviam repetidamente, cada um a seus *hospites* entre os líderes romanos, sobre informações e cartas enviadas de Aníbal a Antíoco” – “*Adversae Hannibali factionis homines principibus Romanis, hospitibus quisque suis, identidem scribebant nuntios litterasque ab Hannibale ad Antiochum missas*”. Quanto a Antíoco, trata-se de Antíoco III, soberano selêucida. Antíoco III foi mencionado algumas vezes nesse capítulo.

Voltando às representações dos cartagineses produzidas por Plauto, comentamos nos capítulos I e II que Plauto faz troça com os cartagineses ao assemelhar a vestimenta de Hanão a uma *tunica*, ou seja, a uma roupa usada sob a *toga*. Na passagem, o escravo Mílfio (*Poen.*, 975-976) pergunta: “Mas quem é essa ave que chega aqui de *tunica*? Por acaso foi surrupiado do pálio nos banhos?”⁸⁴¹. E Agorástocles (*Poen.*, 977) responde: “A fisionomia, por Pólux, certamente é púnica”⁸⁴². Mílfio (*Poen.*, 980) continua suas investidas infamantes, notando os brincos de Hanão: “E eu penso que eles não têm dedos nas mãos”⁸⁴³. Agorástocles pergunta como ele sabe disso, e Mílfio (*Poen.*, 981) responde: “Porque caminham usando anéis nas orelhas”⁸⁴⁴. Mais à frente, Mílfio (*Poen.*, 1008) se endereça a Hanão como pessoa que não usa cinto, aparentemente um comentário relacionado também ao uso da *tunica*: “Você que não tem cinto”⁸⁴⁵.

Plauto não está sozinho nessa representação estereotipada dos cartagineses relacionada à aparência. Ênio novamente pode ser citado como exemplo contemporâneo de Plauto. Segundo Aulo Gélcio (*NA*, VI.12.7), “também Quinto Ênio teria falado, aparentemente não sem injúria, da juventude de *tunica* dos cartagineses”⁸⁴⁶. Esse é um caso raro em que o termo “*Carthaginiensis*” está associado a um comentário injurioso⁸⁴⁷.

Hanão, portanto, possui as marcas do “púnico” nas vestimentas, nos acessórios e na fisionomia. Escrevemos no capítulo passado que a *toga* marcava para os romanos a

⁸⁴¹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 975-976) é: “*sed quae illaec avis est quae huc cum tunicis aduenit? / numnam in balineis circumductust pallio?*”. Em outras passagens Plauto também cita a *tunica* de Hanão. Por exemplo, Antamínides (*Poen.*, 1298), o *miles* de *O pequeno cartaginês*, se pergunta: “Quem é essa pessoa com *tunica* longa, como se fosse um menino de taverna?” – “*quis hic homo est cum tunicis longis quasi puer cauponius?*”. Outro exemplo encontramos na linha 1121.

⁸⁴² A resposta de Agorástocles (*Poen.*, 977) é: “*facies quidem edepol Punica est*”.

⁸⁴³ A frase de Mílfio (*Poen.*, 980) é: “*atque ut <ego> opinor in manibus digitos non habent*”.

⁸⁴⁴ A resposta de Mílfio (*Poen.*, 981) é: “*quia incedunt cum anulatis auribus*”.

⁸⁴⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1008) é: “*tu qui zonam non habes*”. O comentário de Mílfio sobre a falta de cinto de Hanão não é simples de compreender. Os romanos não utilizavam cinto sobre a *toga*, mas é possível que usassem sobre a *tunica*, sob a *toga*, como se pode observar em uma estatueta apresentada por Bieber (1961, p. 161, figura 580). As noivas também utilizavam um cinto, chamado *cingulum*, para amarrar sua *tunica*, segundo Sebesta (2001, p. 48), o que tornaria a sentença de Mílfio um comentário contra a virilidade de Hanão. Militares igualmente usavam o *cingulum* sobre a couraça (GERGEL, 2001, p. 191, 195), mas não parece ser o caso da fala de Mílfio. Quanto ao termo utilizado por Plauto, existem poucos exemplos do uso do termo “*zona*” com a acepção de cinto. É utilizado, por exemplo, no século I a.C. por Catulo (IIA; LXVII.28) em ao menos dois de seus poemas, sendo que em ambos o termo “*zona*” tem acepção de “hímen”. O mesmo termo também possui a acepção de cinto, mas usado para segurar uma bolsa de moedas, como em um exemplo de Aulo Gélcio (*NA*, XV.12.4), mas também não parece ser o caso. Quanto a Catulo, foi um poeta que nasceu em 84 a.C. em Verona, no norte da Itália. A maior parte de seus poemas é sobre sua paixão por Lésbia, pseudônimo de Clódia, uma matrona romana, irmã de Públio Clódio Pulcher. Escreveu também poemas sobre amigos e inimigos, e poemas críticos contra Júlio César. Catulo morreu após 54 a.C. (GAISSER, 2012, p. 292-293).

⁸⁴⁶ A passagem de Aulo Gélcio (*NA*, VI.12.7) é: “*Q. quoque Ennius Carthaginiensium ‘tunicata iuventutem’ non videtur sine probro dixisse*”.

⁸⁴⁷ É, na realidade, o único caso de nosso conhecimento.

diferença entre eles – assim como outros *togati* da Itália – e outros que não a utilizavam, como gregos e cartagineses. Nesse caso, é importante repetir que, marcando o personagem Hanão como diferente por usar a *tunica*, Plauto reforça a alteridade entre os *togati* presentes na audiência⁸⁴⁸, os quais Plauto (*Amph.*, 68) menciona em *O anfitrião*⁸⁴⁹, e todos os cartagineses, ou seja, “púnicos”, que possam existir⁸⁵⁰.

A dissimulação dos cartagineses volta a ser apresentada a partir de um trecho em que Hanão (*Poen.*, 982-983) diz que vai procurar se comunicar com Agorástocles e Mílfio em púnico e que, se não for compreendido, adaptará “a língua aos hábitos deles”⁸⁵¹. Essa capacidade bilíngue de Hanão é tratada com mais insultos por Mílfio (*Poen.*, 1034), que diz que o cartaginês possui “língua bífida, como fera que se arrasta”⁸⁵². Está nessa passagem novamente exposta a dissimulação e a duplicidade que marcam os cartagineses. Contudo, dessa vez Mílfio é recriminado por Agorástocles (*Poen.*, 1035-1038): “Retire a injúria daqui e contenha a língua. Refreie aqui a injúria, se você tem juízo. Não fale de forma injusta de meu parente. Como você sabe, eu nasci em Cartago”⁸⁵³.

Os cartagineses estão, assim, novamente representados como dissimulados. Possuem “língua bífida”. Aqui é possível perceber inclusive semelhanças com o significado da expressão “*fides punica*”⁸⁵⁴: a “língua bífida” intensifica o estereótipo da dissimulação e pode também conotar a duplicidade da palavra, das intenções, a falta de confiança.

Contudo, a binaridade da representação à qual nos referimos antes está novamente presente. Agorástocles passa a defender Hanão, e a relação de *hospitium*

⁸⁴⁸ Cidadãos romanos, de direito latino ou aliados.

⁸⁴⁹ A passagem de Plauto (*Amph.*, 68), a qual citamos anteriormente, é: “que seja tomada a sua toga como penhor no teatro” – “*ut is in cauea pignus capiantur togae*”. Também já comentamos que podemos inferir a presença de *togati* na audiência do teatro a partir dos comentários de Tito Lívio (XXXIV.44.5, 54.4-8) sobre a separação dos assentos no teatro para os senadores, em 194 a.C.

⁸⁵⁰ Parafrazeando novamente a análise de Eco (1977, p. 109-110) sobre sinais, que faz parte de nossa Introdução.

⁸⁵¹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 982-984) é: “Eu me aproximarei deles e me dirigirei em púnico. Se responderem, continuarei a falar em púnico. Se não, então adaptarei a língua aos hábitos deles” – “*adibo <ego> hosce atque appellabo Punice. / si respondebunt, Punice pergam loqui; / si non, tum ad horum mores linguam uortero*”.

⁸⁵² A passagem de Plauto (*Poen.*, 1034) é: “*bisulci lingua quasi proserpens bestia*”.

⁸⁵³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1035-1038) é: “*maledicta hinc aufer, linguam compescas face. / male dicere huic tu temperabis, si sapis. / meis consanguineis nolo te iniuste loqui. / Carthagini ego sum gnatus, ut tu sis sciens*”. A reação de Agorástocles leva Hanão (*Poen.*, 1039) a saudá-lo: “Ó, meu compatriota, salve” – “*o mi popularis, salue*”. Ao denominar Agorástocles de “compatriota”, Hanão o associa ao seu local de nascimento, não à sua cidadania, a qual está ligada à comunidade em que foi adotado – Agorástocles é um *pater familias*, conforme demonstramos acima.

⁸⁵⁴ A qual, conforme comentamos, caracterizará no século I a.C., de forma sarcástica, a falta de credibilidade pela qual eram categorizados os cartagineses.

torna-se mais evidente no texto de Plauto. Além disso, Agorástocles afirma que nasceu em Cartago e sua defesa não é apenas de seu *hospes*, mas também de seu conterrâneo e parente. Temos aqui, então, o reconhecimento pelo próprio Agorástocles de que é natural de outra comunidade.

Isso não modifica, todavia, sua identidade e sua cidadania. Demonstramos no capítulo passado que a incorporação de comunidades e indivíduos sob a cidadania romana, juntamente com a divisão de terras, criaram vínculos de identidade, e que se consideravam romanos os que estavam inseridos nessa comunidade. Procuramos demonstrar igualmente, nesse capítulo, que Agorástocles é cidadão romano: é filho adotivo, é um *pater familias* rico e possui propriedade rural. Mais uma vez podemos citar um fragmento de Ênio, que auxilia na demonstração de que os romanos podiam reconhecer sua comunidade natal, reconhecimento que, contudo, não influenciava na identidade de cidadão romano. Em um fragmento conservado por Cícero (*De oratore*, 168) – o qual citamos no capítulo passado –, Ênio declara: “Nós, que somos romanos, fomos antes de Rúdias”⁸⁵⁵.

A representação negativa dos cartagineses toma outras expressões, além das já apresentadas. Os insultos são expressos também com exemplos de mercado e de mercadorias que a população de Roma provavelmente reconhecia como relacionados aos *mercatores* cartagineses⁸⁵⁶. Antamínides, o *miles* de *O pequeno cartaginês*, insulta Hanão (*Poen.*, 1309-1314) de “*ligula*”⁸⁵⁷, “salmoura de peixe”⁸⁵⁸, “enchova escorchada, *tunica* persa das semeadeiras, manto de pele, mercado de sal, poupa de azeitona, e mais cheio de alho e alho fenício que os remadores romanos”⁸⁵⁹. Logo em seguida a esses

⁸⁵⁵ A citação da passagem de Ênio feita por Cícero (*De oratore*, 168) é: “*Nos sumu’ Romani qui fuimus ante Rudini’*”. A citação de Ênio provém de um dos exemplos que Cícero (*De oratore*, 168) utiliza para ilustrar o que denominamos de “metonímia”.

⁸⁵⁶ Comentamos no capítulo anterior sobre esses insultos, fazendo referência ao estudo de Palmer (1997, p. 36-41).

⁸⁵⁷ O significado de “*ligula*” é incerto, pois o termo tem diversas acepções, todas distintas: “língua pequena”, “língua de terra” – ou “promontório” –, “correia de calçado”, “lingueta de instrumento de sopro”, “escumadeira”, “medida de capacidade de líquidos”, “lâmina de punhal”, “espada pequena”, “ponta de alavanca”, “fiel de balança”, “tubo estreito de um lado”, “ponta de estaca”, “extremidade estreita de tubulação de água”, “extremidade em forma de língua do choco” – espécie de molusco marinho. A parte acunhada de diversas coisas, ou a semelhança com uma língua, é o que aparentemente aproxima grande parte das acepções. Pode ser escrito também como “*lingula*” (LEWIS; SHORT, 1891, p. 1065; SARAIVA, 2019, 679).

⁸⁵⁸ O termo usado por Plauto (*Poen.*, 1310) é “*hallex*”, que pode também significar um caldo feito com intestinos de peixe (SARAIVA, 2019, p. 57, 541).

⁸⁵⁹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1312-1314) é: “*deglupta maena, sarrapis sementium, / manstruca, halagora, sampsa, tum autem plenior / ali ulpicique quam Romani remiges*”. O significado de “*sarrapis sementium*” é incerto: *Sarra* é como os latinos denominavam a cidade de Tiro, na Fenícia, e “*sementium*” significa “de semeadeiras”, “de sementeiras”, ou “de semeaduras”, ou “de sementes”. Ernout, em sua edição de 2003, não traduz e De Melo, em sua edição de 2012, coloca uma vírgula entre os termos

insultos, Agorástocles (*Poen.*, 1315-1316) defende mais uma vez Hanão, seu tio e *hospes*, com ameaças ao *miles*: “Bem, *adulescens*, você que está sendo importuno para com ele, você tem comichões na mandíbula ou nos dentes, ou você está procurando problemas?”⁸⁶⁰. A binaridade da representação está novamente presente.

Essa binaridade se torna intensificada na representação da *pietas* de Hanão. Em uma passagem, Mílfio (*Poen.*, 1086-1103) convida Hanão a participar de um golpe no café Lico, de forma a retirar do domínio dele as irmãs cartaginesas, sendo que para efetuar o golpe pede para Hanão fingir que é pai das moças e dizer que foram raptadas de Cartago quando crianças. Hanão (*Poen.*, 1107), diante dessa proposta, começa a chorar e fala a Mílfio sobre suas próprias filhas raptadas, mas Mílfio (*Poen.*, 1107-1110) considera o choro uma artimanha do cartaginês: “Bravo, por Hércules, ele é mortal sagaz, mau e bruto e rápido e astuto! Ele chora, como faz isso com gesto fácil! Até supera a mim em astúcia e habilidade criativa”⁸⁶¹. O estereótipo incorporado na representação romana do cartaginês está presente na reação do personagem Mílfio, que não consegue conceber que as lágrimas de Hanão são honestas (MAURICE, 2004, p. 283; MOODIE, 2018, p. 180). Mais uma vez surge a marca da duplicidade, do cartaginês enganador. Hanão não havia visto ainda as moças e não sabe que são suas filhas, mas a semelhança entre o golpe projetado por Mílfio e seu drama comove o cartaginês até as lágrimas.

A binaridade na representação dos cartagineses fica então mais evidente. O personagem cartaginês Hanão é criado por Plauto como um homem cuja *pietas* é forte, caracterizado pelo forte amor paternal, de maneira que, ao mostrar a visão estereotipada de Mílfio sobre Hanão, Plauto está expondo em seu texto a binaridade da representação romana dos cartagineses de forma explícita, mais uma vez. Sobre o palco, diante da

“*sarrapis*” e “*sementium*”, traduzindo como “*tunica* persa, manto”. A tradução de De Melo para “*sarrapis*” segue a proposta existente no *apparatus criticus* da edição de Leo de 1896, que sugere que o termo “*sarrapis*” provém do grego “σάρραπις” (“*sárapis*”), que significa uma *tunica* persa branca com listas vermelhas – ou seja, o termo é um grecismo do latim. Não encontramos essa vírgula nas edições de Ernout (2003) e de Lindsay (1910), mas Leo, em sua edição de 1896, insere a vírgula. Mantivemos a tradução de De Melo para “*sarrapis*”. Quanto ao termo “*sementium*”, como provém de “*sementis*”, um nominativo feminino, traduzimos juntamente com “*sarrapis*” formando “*tunica* persa das semeadeiras”.

⁸⁶⁰ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1315-1316) é: “*num tibi, adulescens, malae aut dentes pruriunt, / qui huic es molestus, an malam rem quaeritas?*”.

⁸⁶¹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1107-1110) é: “*eu hercle mortalem catum, / malum crudumque et callidum et subdolum! / ut afflet, quo illud gestu faciat facilius! Me quoque dolis iam superat architectonem*”. Brandão (2016, p. 295) escreve que os termos da passagem de Plauto são difíceis de traduzir porque não ocorrem em nenhum outro autor, e que provavelmente a passagem é composta por insultos relacionados à etnia.

audiência romana, o contraste entre a fala de Mílfio e as lágrimas de Hanão provavelmente gerava reações associadas a essa binaridade.

Vamos, então, analisar a *pietas* de Hanão⁸⁶². Mílfio (*Poen.*, 1118-1121), pouco após seu comentário sobre o choro de Hanão, chama Gidênis, a ama-de-leite das moças cartaginesas e, usando o estereótipo, pergunta se ela conhece Hanão: “Você conhece esse homem de *tunica* que aqui está?”⁸⁶³. Assim que o vê, Gidênis (*Poen.*, 1122-1124) exclama: “Quem eu vejo? Por Júpiter supremo! Esse é certamente o meu dono, o pai de minhas filhas-de-leite, Hanão, o cartaginês”⁸⁶⁴. Mílfio (*Poen.*, 1124-1126) novamente responde mostrando sua desconfiança associada aos cartagineses, dessa vez relacionada à reação de Gidênis: “Eis também a manhosa! Esse púnico aqui é bom enganador, leva todos pela sua opinião”⁸⁶⁵. Gidênis (*Poen.*, 1127-1128), então, diz: “Oh, salve, meu dono Hanão, inesperadíssimo para mim e suas filhas, salve”⁸⁶⁶. A recepção de Gidênis (*Poen.*, 1129-1130), apesar de ser escrava de Hanão, é positiva e expressa felicidade: “Não fique atônito nem me examinando, não reconhece Gidênis, sua escrava?”⁸⁶⁷.

Percebe-se que Plauto procura representar Hanão, além de bom pai, como bom cabeça de *familia*, pois sua escrava o recebe com expressões de boas-vindas.

A *pietas* de Hanão é mais explícita em outras passagens. Em uma delas, Plauto (*Poen.*, 950-953) faz Hanão recitar uma prece ao chegar a Calidão: “Reverencio deuses e deusas que aqui protegem essa cidade, que para meus assuntos aqui venho corretamente, que me permitam descobrir aqui minhas filhas e o filho de meu irmão. Deuses, vossa proteção!”⁸⁶⁸. Hanão, assim, demonstra respeito às divindades – nesse caso, às divindades estrangeiras, pedindo proteção – e expressa a vontade de se

⁸⁶² A ambiguidade da caracterização de Hanão na comédia – os estereótipos com os quais é atacado e sua *pietas* – são reconhecidas por outros autores, como, por exemplo, Saller (1997, p. 113 e ss.), De Melo (2012a, p. 11-13), Gregoris (2012, p. 54 e ss.), Paulin e Sapere (2009, p. 258 e ss.). Por outro lado, Franko (1996, p. 429 e ss.) afirma que a *pietas* de Hanão pode ser apenas parte das troças de Plauto, sendo desnecessária à peça. Discordamos totalmente dessa interpretação e nossos motivos estão apresentados nas páginas acima.

⁸⁶³ A pergunta de Mílfio (*Poen.*, 1121) é: “*nouistin tu illunc tunicatum hominem qui siet?*”. Notar aqui a semelhança entre a expressão “*tunicatum hominum*” – “homem de *tunica* – e a expressão de Ênio, testemunhada por Aulo Gélío (*NA*, VI.12.7), “*tunicata iuventutem*” – “juventude de *tunica*”.

⁸⁶⁴ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1122-1124) é: “*nam quem ego auspicio? pro supreme Iuppiter! / erus meus hicquidem est, mearum alumnarum pater, / Hanno Carthaginiensis*”.

⁸⁶⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1124-1126) é: “*ecce autem mala! / praestrigiator hic quidem Poenus probust, / perduxit omnis ad suam sententiam*”.

⁸⁶⁶ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1127-1128) é: “*o mi ere, salue, Hanno insperatissime / mihi tuisque filiis, salue*”.

⁸⁶⁷ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1129-1130) é: “*mirari noli nec me contemplarier. / cognoscin Giddenenem ancillam tuam?*”.

⁸⁶⁸ A passagem de Plauto (*Poen.*, 950-953) é: “*deos deasque ueneror qui hanc urbem colunt / ut quod de mea re huc ueni rite uenerim, / measque hic ut gnatas et mei fratris filium / reperire me siritis, di uostram fidem!*”.

posicionar corretamente para abordá-las, de maneira que seus objetivos sejam alcançados. Manifesta, então, sua *pietas* em relação aos deuses (BAYET, 1969, p. 142).

Em outras passagens, a *pietas* religiosa também se apresenta, por exemplo, na passagem na qual Hanão (*Poen.*, 967) exclama: “Pelos deuses imortais, eu imploro vossa proteção!”⁸⁶⁹. Em outra passagem, após saber que Agorástocles é seu *hospes* e sobrinho, Hanão (*Poen.*, 1055) diz a ele: “Que os deuses deem a você tudo o que você quiser”⁸⁷⁰.

A *pietas* de Hanão em relação às suas filhas também é representada. Tendo encontrado suas filhas e dito a elas que é seu pai, Hanão (*Poen.*, 1262-1263) fala: “Agora eu sou um afortunado, e acalmo os infortúnios de muitos anos com essa satisfação”⁸⁷¹. E pouco mais à frente, Hanão (*Poen.*, 1274-1276) diz: “Todos os deuses e deusas, dou a vocês grandes e merecidos agradecimentos, vocês que me gratificaram com tão grande alegria e tão grande contentamento, pois minhas filhas voltaram à minha autoridade”⁸⁷². Em seguida, Adelfásio (*Poen.*, 1277) responde: “Meu pai, a tua *pietas* foi claramente uma ajuda para nós”⁸⁷³.

Mais adiante, Gidênis (*Poen.*, 1137-1140), a escrava que, conforme observamos, tem boas relações com seu dono, diz a Hanão que a sua chegada foi providencial, pois naquele dia as moças seriam iniciadas na prostituição pelo cafetão Lico: “A sua *pietas* foi claramente uma ajuda para nós, uma vez que você chegou hoje no momento exato. Pois hoje os nomes delas seriam mudados, e fariam com o corpo um lucro indigno de sua *gens*”⁸⁷⁴.

Situação semelhante à de Hanão e suas filhas encontramos em outra comédia de Plauto, *A corda* (*Rudens*). Na comédia, segundo Plauto (*Rud.*, 39-41), um *senex* de bom caráter denominado Dêmones perdeu sua filha para um pirata que a vendeu a um

⁸⁶⁹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 967) é: “*pro di immortales, opsecro uostram fidem!*”. “*Fides*”, nesse caso, relaciona-se à confiança, ou seja, à fé colocada no contrato – *foedus* – que engaja a divindade com o indivíduo, contrato que não se efetiva sem a *pietas* humana (BAYET, 1969, p. 141-142). Sobre *fides* nos contratos, lemos em um fragmento de Ênio (*Ann.*, 32): “Aceite e dê fé, e instaure da forma mais firme o tratado” – “*accipe daque fidem feodusque feri bene firmum*”.

⁸⁷⁰ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1055) é: “*di dent tibi omnes quae uelis!*”.

⁸⁷¹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1262-1263) é: “*nunc ego sum fortunatus, / multorum annorum miserias nunc hac uoluptate sedo*”.

⁸⁷² A passagem de Plauto (*Poen.*, 1274-1276) é: “*di deaque omnes, uobis habeo merito magnas gratias / quom hac me laetitia affecistis tanta et tantis gaudiis / ut meae gnatae ad me redirent in potestatem meam*”. “Autoridade”, nesse caso, significa “*patria potestas*”.

⁸⁷³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1277) é: “*mi pater, tua pietas plane nobis auxilio fuit*”.

⁸⁷⁴ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1137-1140) é: “*tua pietas nobis plane auxilio fuit, / quom huc aduenisti hodie in ipso tempore; / nanque hodie earum mutarentur nomina / facerentque indignum genere quaestum corpore*”. A menção à *gens* de Hanão reforça sua alta ascendência, mencionada por Plauto (*Poen.*, 59-60).

cafetão⁸⁷⁵. Dêmones (*Rud.*, 1191-1196) reencontra a filha e diz: “Pelos deuses imortais! Quem é mais afortunado que eu, que de forma inesperada encontrei minha filha? Se os deuses por acaso querem ser benfazejos para uma pessoa, por esse acordo acontece o desejo para os pios?”⁸⁷⁶. Aqueles impregnados de *pietas*, então, na visão de Plauto, têm chance de encontrar justiça com a ajuda dos deuses e Hanão, assim como Dêmones, encontram.

Essa visão de Plauto não é um sinal de credulidade extrema ou ingenuidade. Por exemplo, em *O pequeno cartaginês*, Plauto (*Poen.*, 1251-1252) faz Hanão discorrer sobre a imprevisibilidade e a fatalidade na vida, antes de falar de *pietas*: “Se pudesse acontecer que os deuses não dessem indignidades aos que não merecem, eu gostaria que isso acontecesse”⁸⁷⁷. Hanão, nesse caso, faz essa observação relacionando-a ao rapto de suas filhas – ou seja, injustiças acontecem e a vontade dos deuses nem sempre é favorável, mesmo para quem não merece injustiça. Em seguida Hanão (*Poen.*, 1253-1255) diz que, uma vez que as divindades aprovaram e coroaram sua *pietas* e a de sua esposa, mãe de suas filhas⁸⁷⁸, todos devem dar graças eternas aos deuses. Plauto, dessa maneira, não representa Hanão como um crédulo, mas como um homem que dispensa respeito aos deuses. A *pietas* de Hanão, portanto, é representada de forma clara.

A *pietas* estava relacionada à ideia de pureza (BAYET, 1969, p. 142). Estava ligada à pureza ritual religiosa, ao respeito pelas divindades e às precauções materiais para bem dispô-las e remover as impurezas, remoção praticada em ritos apotropaicos (BAYET, 1969, p. 142-143)⁸⁷⁹. Citamos os exemplos que Plauto (*Poen.*, 950-952, 967, 1055) fornece da *pietas* de Hanão para com os deuses. Plauto (*Poen.*, 449-456b) nos fornece também um exemplo contrário dessa *pietas* religiosa na caracterização do

⁸⁷⁵ De acordo com Plauto (*Rud.*, 39-41): “A filha pequenina desapareceu. Um homem malvadíssimo a comprou de um pirata. Ele, um cafetão, levou a menina a esse lugar, Cirene” – “*huic filiola uirgo perit paruola. / eam de praedone uir mercatur pessumus, / is eam huc Cyrenas leno aduexit uirginem*”. A peça é ambientada em Cirene.

⁸⁷⁶ A passagem de Plauto (*Rud.*, 1191-1194) é: “*pro di immortales! quis me est fortunatior, / qui ex improviso filiam inueni meam? / satin si quoi homini di esse bene factum uolunt, / aliquo illud pacto optingit optatum piis?*”. À frente, no texto, Plauto (*Rud.*, 1195-1196) continua: “Hoje eu, que todavia nem tive esperança e nem acreditei, de forma inesperada encontrei minha filha” – “*ego hodie <qui> nec speraui nec credidi, / is improviso filiam inueni tamen*”.

⁸⁷⁷ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1251-1252) é: “*si id fieri possit, / ne indigna indignis di darent, id ego euenisset uellem*”.

⁸⁷⁸ Aqui Plauto introduz a *pietas* feminina, porém, apenas mencionada.

⁸⁷⁹ Promover expiações (*piacula*) e apaziguar os deuses – por exemplo, remover as ameaças ligadas à aparição de prodígios (BAYET, 1969, p. 142-143). Frequentemente esses ritos expiatórios são ordenados após a consulta aos Livros Sibílicos (BAYET, 1969, p. 149). Todo ato religioso, portanto, exige a *pietas* e precisa estar acompanhado dos ritos que expurgam a impureza da comunidade (BAYET, 1969, p. 142).

personagem do cafetão Lico, um ímpio cujas vítimas sacrificais para Vênus não são consideradas boas – “*non bona*”⁸⁸⁰, ou seja, não propícias (SARAIVA, 2019, p. 154)⁸⁸¹.

Porém, *pietas* era igualmente a atitude romana típica de respeito e de sentimentos pios voltados à pátria⁸⁸², aos pais e a outros parentes (RAWSON, 2005, p. 32; GREENE; SCHEID, 2012, p. 1146)⁸⁸³. Era uma virtude, portanto, que também estava associada às relações familiares entre pais e filhos (BAYET, 1969, p. 142; SALLER, 1997, p. 105 e ss.; LAES, 2011 p. 322)⁸⁸⁴. Ou seja, implicava relações de afeto entre pais e filhos, ligadas ao dever recíproco (SALLER, 1997, p. 98-100; LAES, 2011, p. 322)⁸⁸⁵. *Pietas*, então, era uma virtude que estava no âmago das relações familiares (SALLER, 1997, p. 105 e ss.)⁸⁸⁶. Saller (1997, p. 113) usa os textos de Plauto como “nossa evidência mais antiga” sobre *pietas*, apresentando exemplos do afeto dos pais para com os filhos. Um dos exemplos que Saller (1997, p. 113) utiliza é o de Hanão

⁸⁸⁰ Plauto (*Poen.*, 456a-456b) escreve: “o arúspice disse que não são boas” – “*non bona / haruspex dixit*”.

⁸⁸¹ Sobre isso, em *A corda* Plauto (*Rud.*, 24-29) afirma que os virtuosos – os que são bons e vivem com *pietas* e *fides* – têm o apoio dos deuses, enquanto, por outro lado, as divindades não aceitam oferendas provenientes de perjuros.

⁸⁸² “*Patria*” é como Plauto (*Amph.*, 650a; *Poen.*, 1190; *Pers.*, 624, 640; *Capt.*, 537, 581; *Rud.*, 750) denomina em diferentes passagens o local onde se é cidadão.

⁸⁸³ Balsdon (1979, p. 18) defende que a sociedade romana foi construída sob a ideia de deferência – *obsequium* –, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito da *res publica*, de maneira que os filhos e as filhas deviam deferência ao *pater*, e a submissão e a dedicação sinceras significavam a exaltação do *obsequium*, ou seja, significavam a *pietas*. Contudo, Saller (1991, p. 146 e ss.; 1997, 105 e ss.) demonstrou que a ideia de *pietas* não envolvia submissão e não estava ligada apenas à figura do *pater*, mas também da *mater* – ou seja, um indivíduo que não possuía *potestas* –, apresentando exemplos como o narrado por Valério Máximo (V.4.7) e Plínio o Antigo (*Naturalis historia*, VII.121), sobre uma anciã condenada à morte e que, devido à *pietas* de sua filha, que a alimentou na prisão com o próprio leite, foi libertada pelas autoridades, comovidas pela relação entre mãe e filha. Conforme escreve Saller (1997, p. 107), “o objeto de *pietas* aqui não é um pai ou qualquer outra figura de autoridade masculina, mas uma mulher pobre, sob sentença de morte – a antítese do poder no mundo romano”. Para Plínio o Antigo (*NH*, VII.121), esse exemplo de *pietas* é tal “que todos os outros não podem ser comparados” – “*cui comparari cuncta non possint*”.

⁸⁸⁴ Existia uma distinção clara entre a relação do pai com seus filhos, caracterizada por preocupações e obrigações mútuas, e a relação do dono com seus escravos (SALLER, 1997, p. 73). Por exemplo, era considerado correto e esperado que os ascendentes paternos e maternos provessem os netos em tempos de necessidade, mesmo se pertencessem a outra *familia* (PARKIN, 2011, p. 286). *Pietas*, com relação a pais e filhos, estava também conectada à ideia de reciprocidade filial – esperava-se que os filhos compensassem os pais por seus esforços e custo de educação (GRUBBS, 2011, p. 377; LAES, 2011, p. 322).

⁸⁸⁵ Essas relações são representadas também nos epitáfios estudados por Saller (1997, p. 100-101), que externam as ligações entre pais e filhos, assim como também entre marido e mulher. Segundo Rawson (2005, p. 40), os imperadores Vespasiano e Tito usaram imagens de crianças para significar o papel protetor do imperador sobre o mundo romano, relacionado à *pietas*.

⁸⁸⁶ Saller (1997, p. 106 e ss.) mostra que a devoção estava na base da *pietas* – virtude que envolvia tanto a compaixão quanto o dever –, tanto do filho para o pai quanto do pai para o filho. Além disso, considerações sobre *pietas* podiam inclusive modificar as normas legais usuais, no caso de membros de uma mesma família estarem envolvidos (SALLER, 1991, p. 148). Por exemplo, se parentes proviam apoio a um menor – *pupillus* – por *pietas*, não poderiam recuperar os custos do apoio tomando-os da propriedade do *pupillus*. Por outro lado, se o provedor não fosse parente, poderia (*Digestas*, III.5.26.1).

para com suas filhas que citamos acima, no qual Plauto (*Poen.*, 1137) escreve: “A sua *pietas* foi claramente uma ajuda para nós”⁸⁸⁷.

Plauto nos oferece diferentes exemplos de *pietas*, em seus aspectos distintos. A *pietas* dos filhos em relação aos pais temos em *Psêudolo*, com o personagem Calidoro (*Pseud.*, 290-291)⁸⁸⁸, e em *A comédia dos asnos*, com a personagem Clareta (*Asin.*, 509)⁸⁸⁹. A *pietas* religiosa, em outra passagem de *O pequeno cartaginês*, com Hanão (*Poen.*, 1255)⁸⁹⁰. A *pietas* do pai em relação aos filhos em mais uma passagem de *O pequeno cartaginês*, louvada pela personagem Adelfásio (*Poen.*, 1277)⁸⁹¹.

A devoção paternal, então, era um dos aspectos da *pietas*. Plauto, conforme apresentamos, nos fornece exemplos de *pietas* nas caracterizações dos personagens Dêmones e Hanão. Em uma de suas preces, Hanão (*Poen.*, 1187-1191) pede a Júpiter que restaure a liberdade de suas filhas, filhas que perdeu quando eram meninas e que afinal reencontrou, pois assim ele saberá que existe “um prêmio para a invencível *pietas*”⁸⁹². É notável que o final da prece de Hanão, sobre o prêmio para quem demonstra a *pietas*, assemelha-se à conclusão de Dêmones (*Rud.*, 1193-1194), em *A corda*, a respeito dos deuses favorecerem os pios. A *pietas*, portanto, é um valor que Plauto inclui em suas peças como virtude praticada por alguns de seus personagens, e o cartaginês Hanão é um desses personagens.

⁸⁸⁷ O outro exemplo de *pietas* citado por Saller (1997, p. 113) é entre esposa e marido, apresentado por Plauto em *Estico*. Na comédia, um pai quer casar novamente suas filhas porque os maridos estão fora, em viagem comercial – analisamos trechos dessa comédia acima, nesse capítulo –, mas as filhas se opõem devido à *pietas* pelos maridos. Plauto (*Stic.*, 7-8a) faz uma das filhas dizer: “Nosso dever é fazer o correto e não fazemos mais do que nos adverte *pietas*” – “*nostrum officium / nos facere aequom est / neque id magis facimus / quam nos monet pietas*”.

⁸⁸⁸ A passagem de Plauto (*Pseud.*, 290-291) é: “Que eu pudesse roubar qualquer coisa de meu pai, de tão cauteloso *senex*? E mais, se eu pudesse fazer isso, a *pietas* me proíbe” – “*egon patri surrupere possim quicquam, tam cauto seni? / atque adeo, si facere possim, pietas prohibet*”.

⁸⁸⁹ A passagem de Plauto (*Asin.*, 509) é: “Você chama cultivar a *pietas* esmagar a autoridade da mãe?” – “*hoccine est pietatem colere, imperium matris minuere?*”. Plauto (*Asin.*, 831; *Trin.*, 279-280; *Curc.*, 639) representa a *pietas* filial em outras passagens.

⁸⁹⁰ A passagem de Plauto (*Poenl.*, 1255) é: “pois os deuses imortais aprovam e embelezam nossa *pietas*” – “*quom notram pietatem approbant decorantque di immortales*”. Plauto (*Rud.*, 418) representa a *pietas* religiosa em outras passagens.

⁸⁹¹ A passagem de Plauto (*Poen.*, 1277) é: “Meu pai, a tua *pietas* foi claramente uma ajuda para nós” – “*mi pater, tua pietas plane nobis auxilio fuit*”.

⁸⁹² A passagem de Plauto (*Poen.*, 1187-1191) é: “Júpiter, que protege e nutre os seres humanos, por quem vivemos o tempo de vida, em quem está a esperança e a vida de todas as pessoas, eu te peço, dá aqui um dia venturoso que deve conduzir meus assuntos, para que as pequenas as quais eu perdi da pátria, privado por muitos anos de ambas – restaure a liberdade delas e saberei que existe um prêmio para a invencível *pietas*” – “*Iuppiter, qui genus colis alisque hominum, per quem uiuimus uitalem aeuom, / quem penes spes, uitae sunt hominum omnium, da diem hunc sospitem, quaeso, / rebus meis agundis, ut quibus annos multos carui quasque e patria / perdididi paruas – redde is libertatem, uniuictae praemium esse sciam pietas*”.

Concluindo, Plauto empresta a Hanão uma virtude cara aos romanos. A representação dos cartagineses em *O pequeno cartaginês*, a partir dessa análise, é muito diferente da representação do inimigo presente em *O cofre*. A binaridade incorporada na representação dos cartagineses em *O pequeno cartaginês* mostra-os com feições positivas e negativas, mas está distante da representação do inimigo político⁸⁹³.

Dissensões em Roma e Cartago

De acordo com nossa análise, Plauto nos fornece duas representações díspares dos cartagineses, as quais, como procuraremos mostrar à frente, estão separadas por cerca de quinze anos ou mais. Vamos buscar agora as prováveis razões para essa diferença nas representações.

Roma e Cartago permaneceram formalmente em paz por mais de cinquenta anos, entre o final da Segunda Guerra Púnica, em 202 a.C., até o final da década de 150 a.C. (BADIAN, 1958b, p. 125; HARRIS, 2006, p. 142)⁸⁹⁴. Em diferentes ocasiões os cartagineses cumpriram exigências romanas e auxiliaram os romanos com suprimentos e inclusive navios de guerra, de acordo com as narrativas de Tito Lívio (XXXI.11.1-11.6, 19.1-19.2⁸⁹⁵; XXXIII.49.1-4⁸⁹⁶; XXXIV.60.1 e ss.⁸⁹⁷; XXXVI.3.1, 4.5 e ss.⁸⁹⁸;

⁸⁹³ Harris (2006, p. 154, nota 266) comenta brevemente que a peça *O pequeno cartaginês* é “surpreendentemente simpática” aos cartagineses e que Hanão tem, inclusive, permissão para falar em púnico, “uma passagem criada mais provavelmente pelo próprio Plauto do que por seu modelo grego”.

⁸⁹⁴ Harris (2006, p. 154) escreve que no período entre guerras, até 150 a.C. – lembrar que Catão produz seu discurso *Sobre a guerra cartaginesa*, sobre o qual citamos um fragmento, provavelmente entre 151 a.C. e 150 a.C. –, a atitude romana em relação aos cartagineses “não era apenas de detestação cega”, como demonstra *O pequeno cartaginês*, de Plauto.

⁸⁹⁵ Segundo Tito Lívio (XXXI.11.1-11.6, 19.1), em 200 a.C. os romanos enviaram uma embaixada a Cartago pedindo providências sobre um comandante cartaginês, de nome Amílcar, que havia ficado no norte da Itália e havia arregimentado um exército de gauleses e lígures, e os cartagineses disseram que iriam puni-lo com o exílio e confiscar suas propriedades. No mesmo ano os cartagineses enviaram a Roma 200 mil *modii* de trigo e outros 200 mil ao exército romano lutando na Macedônia. Um *modius* equivale a cerca de 8,15 litros.

⁸⁹⁶ De acordo com Tito Lívio (XXXIII.49.1-4), em 195 a.C. embaixadores romanos foram enviados a Cartago para reclamar, ao governo cartaginês, que os senadores romanos haviam sido informados que a guerra feita pelo rei macedônico Filipe V contra Roma – a Segunda Guerra Macedônica – havia sido instigada por Aníbal. Além disso, reclamaram que Aníbal recentemente havia enviado cartas e informações ao rei selêucida Antíoco III e aos etólios. Reclamaram ainda que Aníbal estava fomentando uma rebelião em Cartago e que estava se dirigindo à corte de Antíoco III, de maneira que não descansaria até fomentar a guerra em toda parte. Os embaixadores disseram então que, se os cartagineses desejassem garantir ao povo romano que nenhuma dessas atividades de Aníbal tinha sua aprovação ou sanção, não deveriam deixar Aníbal impune. Após essas argumentações dos embaixadores, “os cartagineses responderam que fariam qualquer coisa que os romanos considerassem correto” – “*Carthaginienses responderunt quidquid aequum censuissent Romani facturos esse*”.

⁸⁹⁷ Segundo Tito Lívio (XXXIV.60.1 e ss.), em 195 a.C. embaixadores cartagineses foram a Roma avisar sobre preparativos de guerra realizados pelo rei Antíoco III com a assistência de Aníbal.

⁸⁹⁸ Em 191 a.C., segundo Tito Lívio (XXXVI.3.1, 4.5), os romanos enviaram embaixadores à África, tanto para Cartago quanto para a Numídia, para requisitar grãos que seriam enviados aos exércitos na Grécia, e pelos quais iriam pagar. Os cartagineses, então, enviaram embaixadores prometendo 500 mil

XLIII.3.5-7, 6.11-14⁸⁹⁹). Contudo, a forma com que os cartagineses são representados por Plauto sugere que havia dissensões políticas em Roma com relação aos cartagineses.

Políticos são por natureza competitivos, escreve Finley (2002, p. 63), e as fontes apontam para discordâncias políticas no seio dos governos romano e cartaginês, sobre as quais possuímos evidências desde o período anterior ao início da Segunda Guerra Púnica. Por exemplo, Políbio (III.15.2-5) e Tito Lívio (XXI.6.7-8) informam que mais de um ano antes da guerra, entre 220 a.C. e 219 a.C., os romanos enviaram uma embaixada a Aníbal, na Hispânia, exigindo que ele não atacasse a cidade de Sagunto⁹⁰⁰ e não cruzasse o rio *Iber* em armas, rio definido no tratado acordado em 226 a.C. como limite entre as regiões sob domínio ou influência de Cartago e Roma na Hispânia⁹⁰¹. Essa embaixada, contudo, havia sido postergada durante algum tempo devido a discordâncias políticas internas, tanto em Roma quanto em Cartago. Políbio (III.15.1-3) nos informa que os saguntinos enviaram repetidamente mensagens aos romanos e que esses haviam prestado pouca atenção às mensagens.

A razão do adiamento relaciona-se, provavelmente, às discussões no Senado sobre como tratar a questão, pois os romanos, até a declaração de guerra em 218 a.C.,

modii de trigo e 500 mil *modii* de cevada para o exército romano, e metade desses volumes para Roma, tudo enviado como presente aos romanos, sem necessidade de pagamento. Prometeram também que iriam armar uma frota por seu próprio custo, e disseram que pagariam de uma vez só a indenização de guerra que ainda deviam, segundo o tratado do final da Segunda Guerra Púnica. Os númidas também prometeram uma grande quantidade de grãos sem necessidade de pagamento, além de cavaleiros e elefantes para a guerra contra o rei Antíoco III. Os romanos responderam que aceitariam os volumes de grãos apenas se cartagineses e númidas aceitassem que fossem pagos. Quanto à frota cartaginesa, responderam que aceitariam apenas o que estava previsto no tratado. Com relação à indenização de guerra, responderam que não aceitariam nenhum pagamento fora das datas estabelecidas – ou seja, os cartagineses deveriam continuar a pagar as parcelas da dívida.

⁸⁹⁹ Segundo Tito Lívio (XLIII.3.5-7, 6.11-14), em 170 a.C., Gulussa, filho do rei númida Massinissa, foi enviado a Roma com a notícia de que suprimentos haviam sido mandados da Numídia aos exércitos romanos em luta contra os macedônicos – na Terceira Guerra Macedônica, entre 171 a.C. e 168 a.C. Ao chegar, Gulussa informou os romanos que os cartagineses estavam preparando uma frota, não para auxiliar os romanos na guerra, mas para colocar a serviço dos macedônicos assim que estivesse pronta. Os cartagineses, contudo, também enviaram embaixada informando que já estava a caminho 1 milhão de *modii* de trigo e 500 mil *modii* de cevada para serem entregues onde o Senado romano determinasse, e pediram que os romanos aceitassem esses volumes como um presente e um dever cartaginês, os quais representavam pouco, devido aos favores do povo romano, e pouco pelo que gostariam de fazer. Além disso, lembraram que com frequência, em outras ocasiões, cumpriram os deveres de aliados agradecidos e fiéis, quando ambos os povos – romanos e cartagineses – prosperavam.

⁹⁰⁰ Sagunto havia se rendido à *fides* dos romanos antes de 221 a.C., segundo Políbio (III.30.1).

⁹⁰¹ Conforme escrevemos no capítulo anterior, o último tratado anterior à Segunda Guerra Púnica, firmado em 226 a.C., dividiu o sul da Hispânia entre os cartagineses e os romanos a partir do rio que Políbio (III.27.9-27.10) denomina de *Iber*. Desde algum momento em 220 a.C., segundo Políbio (III.15.5 e ss.; XXX.2), os habitantes de Sagunto estavam em conflito com os cartagineses na Hispânia – os romanos tinham, inclusive, executado alguns líderes de Sagunto –, e a embaixada romana foi enviada por causa desse conflito. Após a embaixada romana, Aníbal enviou mensagem a Cartago pedindo instruções, narra Políbio (III.15.8). O fato de os cartagineses terem tomado Sagunto em 219 a.C. sugere que a resposta do governo cartaginês foi favorável ao ataque, que terminou por determinar os eventos que levaram à declaração de guerra.

enviaram mais de uma embaixada a Cartago questionando os cartagineses sobre a responsabilidade na condução dos eventos na Hispânia, se era apenas de Aníbal ou se o conflito com Sagunto havia sido ordenado pelo governo cartaginês.

A primeira embaixada, escrevem Políbio (III.15.12-13) e Tito Lívio (XXI.6.7-8), ocorreu logo após aquela para a Hispânia ao encontro de Aníbal, entre 220 a.C. e 219 a.C., que citamos acima. Para respondê-la os cartagineses convocaram uma assembleia, segundo a narrativa de Zonaras (VIII.21)⁹⁰², durante a qual alguns cartagineses aconselharam a manutenção da paz com os romanos, prevalecendo, contudo, a opinião do grupo favorável a Aníbal, cujos membros argumentaram que o problema de Sagunto não cabia aos romanos.

A segunda embaixada de que temos notícia foi expedida em 218 a.C., sendo precedida, porém, por uma reunião do Senado romano⁹⁰³. Durante essa reunião, entre os vários discursos, de acordo com Zonaras (VIII.22), Lúcio Cornélio Léntulo defendeu a declaração de guerra contra os cartagineses, enquanto Quinto Fábio Máximo, advogando contra a declaração imediata, propôs o envio da embaixada para Cartago sendo que, se os romanos fossem persuadidos de que os cartagineses não eram responsáveis pelos eventos na Hispânia, a paz deveria ser mantida. No caso de ser comprovada a culpa, a guerra deveria ser declarada, garantindo dessa forma que a responsabilidade pelo conflito seria dos cartagineses⁹⁰⁴. A tendência contrária à

⁹⁰² Zonaras foi um cronista e teólogo da passagem entre os séculos XI e XII, que serviu como secretário privado do imperador bizantino Aleixo I Comneno. Zonaras escreveu seu Epítome das Histórias usando como fonte principal a obra *História romana* de Dio Cássio, mas também Plutarco. A obra de Zonaras contém desde a Criação até a morte de Aleixo I, no ano 1118, e o autor sumariza o conteúdo dos vinte livros de Dio Cássio em dois de seus livros, sendo que seu epítome por vezes é quase idêntico à obra de Dio Cássio (BURDEN-STREVENS, 2019, p. 14). Quanto a Dio Cássio, viveu na passagem do século II para o século III, foi senador e autor de uma história de Roma em oitenta livros, desde a fundação da cidade até o ano de 229. Foi senador, pretor e cônsul *suffectus*. Sua obra sobre a história de Roma sobreviveu apenas parcialmente, sendo que as porções relativas ao período entre os anos 69 a.C. e 46 sobrevivem em vários manuscritos, enquanto o restante conhecemos apenas através dos epítomes de Zonaras – do início até o ano 146 a.C. e de 44 a.C. até o ano de 96 – e de Xifilino – desde 69 a.C. até o final da obra (RICH, 2012, p. 288).

⁹⁰³ Políbio (III.20.1-5) argumenta que não houve discussões anteriores a essa última embaixada romana para Cartago, afirmando que a embaixada foi enviada logo após a notícia da queda de Sagunto chegar ao Senado.

⁹⁰⁴ Argumentos a favor da guerra e contra estão preservados em fragmentos de Dio Cássio (XIII.55.1-8). É interessante notar que Dio Cássio, utilizando personagens históricos presentes em sua narrativa contrários e favoráveis à guerra e posicionando-os como responsáveis pelos discursos escritos em seu texto, usa as ideias contrárias de guerra e de paz procurando induzir efeitos contraditórios nos discursos de cada um. Por exemplo, Dio Cássio (XIII.55.1) escreve que “a paz não apenas cria a riqueza, mas também a preserva, enquanto a guerra tanto gasta-a quanto a destrói”, enquanto em outra passagem Dio Cássio (XIII.55.3) escreve que “a guerra tanto preserva a riqueza dos homens quanto conquista a de outros, enquanto a paz destrói não apenas o que foi concedido pela guerra, mas a ela mesma também”. Sobre os discursos na obra de Dio Cássio ver, por exemplo, Burden-Strevens (2016, p. 193 e ss.), Fomin (2016, p. 217 e ss.) e Rich (2019, p. 217 e ss.).

declaração de guerra prevaleceu e, segundo Zonaras (VIII.22), o Senado, apesar de decidir que os romanos se preparassem para um possível conflito, enviaram a embaixada a Cartago para denunciar Aníbal: se ficasse confirmada sua responsabilidade, os cartagineses deveriam entregá-lo aos romanos ou a guerra seria declarada. Zonaras (VIII.22) continua sua narrativa escrevendo que em Cartago, na presença dos embaixadores romanos, Asdrúbal – identificado como partidário de Aníbal – aconselhou a declaração de guerra, enquanto Hanão⁹⁰⁵, se opondo a seus argumentos, advogou pela paz, citando aqueles que considerava responsáveis. Zonaras (VIII.22) narra que parte do conselho cartaginês acatou os argumentos de Hanão, mas outra parte, especialmente a formada pelos partidários de Aníbal, se opôs violentamente. Após essas deliberações, de acordo com Políbio (III.33.2-4), o membro mais velho da embaixada romana – segundo Zonaras (VIII.22), Marcos Fábio – colocou sua mão sob a toga e disse que trazia aos cartagineses a paz e a guerra, dando-lhes a opção da escolha. Políbio (III.33.4) e Zonaras (VIII.22) escrevem que os cartagineses disseram que escolheriam o que os romanos preferissem e a guerra foi então declarada.

Vê-se, portanto, que antes da declaração de guerra havia dissensões, tanto no Senado romano quanto no governo cartaginês, com relação à condução da política em direção à guerra ou não.

Rivalidades existiram inclusive durante a guerra, entre comandantes cartagineses. Segundo Apiano (*Pun.*, 123-127, 159-161), em 204 a.C., após o desembarque no norte da África das forças comandadas por Cipião Africano, houve disputa entre os dois comandantes das forças de Cartago naquela região, Hanão e Asdrúbal, disputa que terminou com a morte de Asdrúbal⁹⁰⁶. Tito Lívio (XXX.16.3-6)

⁹⁰⁵ O problema da onomástica cartaginesa é bem conhecido. Mesmo assim, é interessante notar que o nome de um desafeto de Amílcar Barca em 239 ou 238 a.C., segundo Políbio (I.82.12), era Hanão – considerando que a transmissão dos nomes não foi corrompida –, ou seja, é o mesmo nome do membro do Conselho dos Anciãos que, vinte anos depois, em 219 a.C., se opõe a Aníbal Barca e à guerra contra Roma, segundo Dio Cássio (XIII,55.9-10) e Zonaras (VIII,22). Sabemos que os nomes cartagineses se repetem nas fontes em contextos diferentes. Por exemplo, segundo Políbio (I,24.3; VIII,1.8) havia um Amílcar, comandante das forças terrestres cartaginesas na Primeira Guerra Púnica, homônimo e contemporâneo de Amílcar Barca, e outro Amílcar comandando as forças púnicas na Sicília em 215 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica. Houve também um Hanão, comandante na Sardenha durante a Guerra dos Mercenários, morto pelos rebeldes, de acordo com Políbio (I,79.3-4). Mesmo diante desses homônimos, não podemos nos privar de fazer referência às correlações entre o mesmo nome – Hanão –, à relação de disputa política com os Barca, e à compatibilidade da relação entre as idades e os papéis históricos: o Hanão de 239 ou 238 a.C. é comandante das tropas na Guerra dos Mercenários, e o Hanão de 219 a.C. é um membro do Conselho dos Anciãos. Provavelmente trata-se do mesmo homem. Não podemos nos esquecer de outro homônimo, Hanão, personagem de Plauto, que surge em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 930 e ss.). Talvez a escolha do nome se deva à frequência com que ocorria.

⁹⁰⁶ De acordo com Apiano (*Pun.*, 123-127, 159-161), a disputa chegou ao ponto de Hanão discursar em público, em Cartago, contra Asdrúbal, acusando-o de querer se render às forças de Cipião, acusação que

nos informa que também durante a guerra, durante as tentativas de negociação de paz em 203 a.C., pouco antes da volta de Aníbal à África, membros do governo cartaginês⁹⁰⁷ foram até o acampamento de Cipião Africano e procuraram imputar a responsabilidade pela guerra a Aníbal e seus apoiadores⁹⁰⁸.

Discussões posteriores à guerra também ocorreram. De acordo com Apiano (*Pun.*, 246-271), logo após a vitória na Segunda Guerra Púnica, em 202 a.C., enquanto alguns senadores nutriam raiva pelos cartagineses e pediam a destruição da cidade, outros pensavam que os romanos deveriam se comportar com dignidade frente aos infortúnios de Cartago. Em uma reunião do Senado, partidários de Cipião Africano apelavam à piedade romana diante dos deuses e ao nome romano diante dos homens, argumentando que os romanos não deveriam se comportar com mais crueldade que os cartagineses⁹⁰⁹. Por outro lado, segundo Apiano (*Pun.*, 272-285), Públio Cornélio, parente⁹¹⁰ do cônsul Cornélio Lêntulo, argumentou que Cartago era ainda uma cidade poderosa, de maneira que era preciso tomar precauções contra sua força e duplicidade e, nesse caso, os romanos deveriam destruir sua força, uma vez que não conseguiriam destruir sua duplicidade. Temos aqui novamente o tema da duplicidade cartaginesa que, segundo Apiano (*Pun.*, 273), foi externado por um partidário da destruição de Cartago. O termo utilizado por Apiano é “ἀπιστία” (“*apistía*”), pois Apiano escreveu em grego, mas o significado é o mesmo: “duplicidade”, “falta de fé”. Apiano (*Pun.*, 272-285) continua a narrativa escrevendo que Públio Cornélio advogou que os romanos deveriam aproveitar a oportunidade para se livrar do medo de Cartago, citando então uma lista de traições e ações condenáveis supostamente realizadas pelos cartagineses contra diferentes povos, incluindo os romanos, e argumentando que se os cartagineses não mostravam piedade pelos outros, os romanos também não deveriam mostrar. Por fim, segundo Apiano (*Pun.*, 286-288), defendeu a rendição incondicional dos cartagineses. De acordo com Apiano (*Pun.*, 289), após os discursos, o Senado votou individualmente

provocou o aumento da imagem negativa que Asdrúbal possuía em Cartago, imagem que, por fim, se degenerou até levar à sua morte.

⁹⁰⁷ Segundo Tito Lívio (XXX.16.3-6), eram membros do Conselho dos Trinta, uma das instituições do governo cartaginês (DRIDI, 2006, p. 102 e ss.).

⁹⁰⁸ Apesar de que os cartagineses já haviam enviado mensageiros à Itália pedindo a Aníbal sua volta quando os membros do governo foram ao acampamento de Cipião Africano, segundo Tito Lívio (XXX.9.7-9.9).

⁹⁰⁹ Os partidários de Cipião Africano, segundo Apiano (*Pun.*, 246), diziam que se os cartagineses romperam tratados antes, latinos, etruscos, sabinos, équos, volscos e campanianos também o fizeram, assim como os povos do sul da Itália que se uniram a Pirro, mas os antepassados não os aniquilaram, apenas tomaram parte de suas terras. Outros argumentos também foram utilizados.

⁹¹⁰ O termo utilizado por Apiano (*Pun.*, 272) é “συγγενής” “*syngenés*”, cuja tradução é “parente”, “cognato”.

e a maioria favoreceu a visão de Cipião Africano, sendo então aprovados os termos do tratado de paz de acordo com sua proposta.

Finalmente, sabemos por Tito Lívio (XXXIII.45.6) que sete anos após o final da Segunda Guerra Púnica, em 195 a.C., “Homens da *factio* adversária a Aníbal escreviam repetidamente, cada um a seus *hospites* entre os líderes romanos, sobre informações e cartas enviadas de Aníbal a Antíoco”⁹¹¹. Cartago na época, segundo Tito Lívio (XXXIII.48.11), era vista como uma comunidade “que fomenta grupos contrários a outros grupos e com *factiones* discordantes”⁹¹². Essas duas passagens, além de nos informar sobre as dissensões na política cartaginesa e sobre a força política de Aníbal⁹¹³, deixa claro que havia relações de *hospitium* entre inimigos políticos do líder cartaginês em Cartago e políticos romanos.

Vemos, assim, que as fontes apontam para dissensões nos governos romano e cartaginês, dissensões que, existentes desde antes da Segunda Guerra Púnica, ficaram novamente evidentes após o término da guerra. Havia então, tanto em Roma quanto em Cartago, grupos políticos bem distintos, com objetivos e discursos opostos em relação à

⁹¹¹ A passagem de Tito Lívio (XXXIII.45.6) é: “*Adversae Hannibali factionis homines principibus Romanis, hospitibus quisque suis, identidem scribebant nuntios litterasque ab Hannibale ad Antiochum missas*”. Citamos essa passagem anteriormente. É importante notar que o termo *factio* não significava o mesmo que “facção” no sentido moderno, mas desde o século III e até o século I a.C. estava relacionado à “influência”, às “conexões” sociais e políticas, ou seja, à habilidade, baseada no nascimento e na riqueza, de atingir objetivos e provocar acontecimentos (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 107; SEAGER, 1972, p. 53-54; LINTOTT, 2006, p. 48). O termo é utilizado em diferentes passagens, em peças diferentes, por Plauto (*Aul.*, 167, 227; *Cist.*, 493; *Trin.*, 451, 467, 491, 497), com sentido de conexão ou de influência. Segundo Hellegouarc’h (1963, p. 100-101), o termo *factio* foi “progressivamente empregado nos debates políticos” para desacreditar o grupo adversário, “qualquer que fosse”, e a partir do final do século II a.C. *factio* incorporou a ideia de “união”, relativa a um grupo coerente e contrário ao referencial que assim o denominava, sendo utilizado também como analogia a *coniuratio* e, sobretudo, *coitio* – “conjuração”, “aglomeração” com acepção de “conspiração”, “trama” –, revestindo-se de um valor pejorativo (HELLEGOUARC’H, 1963, p. 101-102; 1969, p. 164). Quanto ao sentido atual do termo, segundo Collin (2004, p. 94) e Bass Jr. (2009, p. 101-102) “facção” descreve hoje um grupo de pessoas dentro de uma organização maior, como um partido político, que possui visões diferentes, objetivos especiais, ou representa círculos eleitorais distintos baseados, por exemplo, em regiões, ideologias, interesses ou personalidades.

⁹¹² A passagem de Tito Lívio (XXXIII.48.11) é: “*aliorum alias partes foventium et factionibus discordi*”. Traduzimos aqui o plural “*partes*” por “grupos”. Segundo Taylor (1949, p. 8), é significativo que na mesma época que surge nas fontes o termo “*factio*” – sobre o qual tecemos comentários na nota 911 – aparece também o termo “*pars*”, ou mais frequentemente seu plural, “*partes*”, para definir grupos cuja união era mais duradoura que no passado. O termo “*pars*” não corresponde ao termo moderno “partido”. De acordo com Taylor (1949, p. 10-11), “*partes*”, nas fontes latinas significa geralmente grupos que estão em lados opostos, tanto nas cortes legais quanto na política, ou seja, significa a divisão da *civitas* entre seguidores de líderes diferentes, ou “Senado” e “povo”, ou “*optimates*” e “*populares*”. Por outro lado, segundo Collin (2004, p. 175) e Bass Jr. (2009, p. 241), o termo atual “partido” significa uma entidade política que agrega indivíduos e grupos e se une para ganhar representação e poder político, com objetivos e ideias comuns – às vezes com preocupações públicas.

⁹¹³ Tito Lívio (XXXIII.46.3) afirma que em 196 a.C. Aníbal havia sido eleito *praetor*. É difícil inferir qual o cargo que Aníbal ocupava em Cartago, o qual Tito Lívio denomina dessa forma. Harris (2006, p. 143) interpreta que ele era um dos sufetes.

condução dos assuntos relacionados a ambos os governos. As dissensões estão bem caracterizadas pelas fontes e abarcam o período por nós analisado. Ao mesmo tempo, a existência dessas dissensões permitiu que a representação binária dos cartagineses, exposta em *O pequeno cartaginês*, fosse apresentada em um festival romano. Essa representação dos cartagineses, portanto, provavelmente exprime a divisão na política romana e era compartilhada pela audiência.

Durante a guerra, a representação do cartaginês, exacerbada como representação do inimigo, foi externada na peça *O cofre*. Vários anos após o final da guerra, a audiência, que provavelmente incluía membros dos diferentes grupos políticos romanos, assistiu a uma representação binária dos cartagineses, que expunha sua duplicidade, mas também sua *pietas*, uma virtude cara aos romanos. O tempo passado entre o final da guerra e a apresentação da peça permitiu essa mudança na representação dos cartagineses na sociedade romana, representação compartilhada no palco a partir do texto de Plauto.

A primeira encenação de “O pequeno cartaginês”

As diferenças na representação do antigo inimigo em *O cofre* e em *O pequeno cartaginês* significam que o intervalo de tempo entre suas primeiras apresentações deve ter sido grande o suficiente para que tal mudança pudesse se processar. Assim, é necessário buscar, dentro dos limites permitidos pelo texto de Plauto, a data mais provável para a primeira apresentação de *O pequeno cartaginês*.

A data da primeira apresentação de *O pequeno cartaginês* é objeto de disputa. As propostas de datação da comédia a posicionam entre sete e quinze anos após o final da Segunda Guerra Púnica (HUEFFNER, 1894, p. 34-35; WESTAWAY, 1917, p. 78-80; BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; HOUGH, 1942, p. 110 e ss.; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; GALINSKY, 1969, p. 358-364; JOHNSTON, 1980, p. 158; ERNOUT, 2003f, p. 168; WOYTEK, 2004, p. 135-136; DE MELO, 2012a, p. 13-14; GARBINI, 2012, p. 15; JEPPESEN, 2015; MOODIE, 2018, p. 25-26).

Hueffner (1894, p. 34-35) escreve que a peça foi encenada em 195 a.C., pois Plauto (*Poen.*, 663-665) menciona um *miles*⁹¹⁴ que serviu como mercenário no exército

⁹¹⁴ Plauto (*Poen.*, 609 e ss.) cria uma farsa na qual o *miles* é o *vilicus* de Agorástocles, disfarçado para enganar o cafetão Lico.

do rei Átalo que lutou em Esparta⁹¹⁵. Hueffner (1894, p. 35) considera a data de 195 a.C. porque Esparta foi derrotada pelos romanos nesse ano (CARTLEDGE, 2004, p. 250). Não concordamos com essa datação. O cenário da peça *O pequeno cartaginês* representa Calidão, na Etólia, e em 195 a.C. as relações entre romanos e etólios estavam muito deterioradas. Veremos as evidências.

Em 211 a.C., em meio à crise da Segunda Guerra Púnica, os romanos firmam um tratado com a Liga Etólia, pois haviam se engajado também, no continente grego, contra a Macedônia na Primeira Guerra Macedônica – que durou de 215 a.C. a 205 a.C. (BADIAN, 1958a, p. 198 e ss.). Os eólios, provavelmente deixados com pouco apoio romano devido à guerra na Itália e na Hispânia, fizeram a paz em separado com os macedônicos em 206 a.C., paz que os romanos consideraram uma quebra do tratado (BADIAN, 1958a, p. 208; FERRARY, 1988, p. 50-52). Em 199 a.C., após o início da Segunda Guerra Macedônica, os romanos incitam os etólios a entrar em sua aliança contra os macedônicos, mas não conseguem a adesão (BADIAN, 1958a, p. 208; FERRARY, 1988, p. 50 e ss.). As relações entre Roma e a Liga Etólia, que estavam se deteriorando desde 206 a.C., acabam por se transformar em guerra em 192 a.C., quando os etólios apelam a Antíoco III contra os romanos (FERRARY, 1988, p. 146; DEROW, 1979, p. 8, 11-12; 2009, p. 60-65)⁹¹⁶. Segundo Tito Lívio (XXXVIII.4.11), a guerra durou até 189 a.C.

Diante do exposto acima, é lícito interpretar que uma comédia que tem como cenário a Etólia não seria encenada em um festival romano em um período em que as relações políticas entre Roma e a Liga Etólia estavam deterioradas. Os *ludi scaenici*,

⁹¹⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 663-664) é: “Pois ele foi mercenário em Esparta, isso é o que ele mesmo disse para nós, sob o rei Átalo” – “*nam hic latro in Sparta fuit / ut quidem ipse nobis dixit, apud regem Attalum*”. Hueffner (1894, p. 34) traduz a passagem como se Plauto houvesse escrito que o mercenário lutou com Átalo, rei de Esparta, e critica o comediógrafo por esse suposto erro. Porém, Plauto (*Poen.*, 663-664) escreve que o *miles* esteve “em Esparta [...] sob o rei Átalo” – “*in Sparta fuit [...] apud regem Attalum*”. O texto de Plauto não implica que o soldado lutou pelos espartanos, mas sim que lutou pelo rei que Plauto denomina de Átalo, em Esparta. Ou seja, participou da expedição a Esparta, lutando junto ao rei, ou sob o rei Átalo. Quanto à menção de Plauto (*Poen.*, 664) ao rei Átalo, para Hueffner (1894, p. 35) provém de uma confusão de nosso autor, que teria trocado Êumenes por Átalo I, pois foi o rei Êumenes, filho de Átalo I, que, segundo Tito Lívio (XXXIV.30.7, 35.2), lutou ao lado dos romanos contra os espartanos. De Melo (2012a, p. 14), por outro lado, pensa que essa passagem é uma invenção de Plauto. Consideramos possível que Plauto tenha se confundido, pois Átalo I, pai de Êumenes, havia morrido em 197 a.C., dois anos antes da derrota de Esparta (KOSMETATOU, 2009, p. 163). No verso seguinte Plauto (*Poen.*, 665) escreve que “agora, uma vez que a cidade foi capturada, ele fugiu de lá” – “*ind’ nunc aufugit, quoniam capitur oppidum*”. Esparta foi vencida em 195 a.C., mas não capturada (CARTLEDGE, 2004, p. 250). Após essa vitória, em 192 a.C. Esparta foi forçada a se juntar à Liga Aqueia (CARTLEDGE, 2004, p. 250-251).

⁹¹⁶ A partir de meados da década de 190 a.C. os etólios eram aliados do rei selêucida Antíoco III, que por sua vez era inimigo romano desde 194 a.C. (DEROW, 2009, p. 59 e ss.). Para detalhes sobre as relações entre os romanos, os etólios e Antíoco III, *vide* Ferrary (1988, p. 49 e ss.; 146 e ss.).

conforme escrevemos antes, faziam parte das festividades oficiais de Roma, sendo que a audiência era formada por diferentes grupos de estratos distintos da sociedade romana, inclusive senadores.

Além disso, na comédia os personagens principais são nascidos em Cartago e os cartagineses são representados de forma positiva, conforme demonstramos. De Melo (2012a, p. 13), argumentando por uma data posterior para a primeira apresentação da peça, escreve que Plauto não faria uma comédia pouco após a Segunda Guerra Púnica em que os cartagineses, longe de serem inimigos, são os protagonistas. Em nossa interpretação, esse argumento procede – tanto para cartagineses quanto para etólios. Logo, o ano de 195 a.C. é pouco provável como data para a primeira apresentação de *O pequeno cartaginês*⁹¹⁷. Porém, apesar de que em 195 a.C. apenas sete anos haviam se passado desde o final da guerra, as antigas relações de *hospitium* entre cartagineses e romanos haviam sido retomadas, conforme demonstramos, e as fontes caracterizam bem a existência de diferentes grupos políticos no Senado romano, com visões distintas em relação a Cartago, desde os últimos anos da guerra.

Outra proposta de datação é a de Jeppesen (2015)⁹¹⁸. Esse autor, o único que posiciona a peça após 184 a.C., sugere que a comédia que possuímos é uma adaptação posterior à morte de Plauto, datando-a em 181 a.C. Para essa interpretação, afirma que os versos 210 a 409 são inserções posteriores à morte de nosso autor, ideia originária do século XIX, segundo Ernout (2003f, p. 165-166). Contudo, os versos citados estão perfeitamente encadeados na trama⁹¹⁹. Jeppesen (2015) acredita que o templo de Vênus aludido por Plauto⁹²⁰ no texto da peça é o templo construído em 181 a.C. em honra a Vênus Ericina, fora do *pomerium*, segundo Tito Lívio (XL.34.4-34.5). Porém, sabemos também por Tito Lívio (XXIII.31.9-10) que havia outro templo dedicado a Vênus Ericina, mais antigo, construído no Capitólio em 215 a.C. Excetuando-se os

⁹¹⁷ Outras propostas de datação foram também avançadas, baseadas em considerações linguísticas ou não ligadas a nenhuma tentativa de posicionar a peça em relação a alguma situação histórica. Westaway (1917, p. 78), sem apresentar nenhum indício, afirma que a peça marca o final da Segunda Guerra Púnica – possibilidade que consideramos pouco provável, conforme veremos à frente, no texto. Hough (1942, p. 110 e ss.), baseando-se no número de piadas e troças feitas por personagens *senes* e *adulescens*, conclui que a comédia é anterior a 194 a.C. Não consideramos essa possibilidade, pelos motivos alegados acima. Sedgwick (1949, p. 379 e ss.) propõe 191 a.C., baseado principalmente em interpretações linguísticas, concordando com Buck (1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii). Johnston (1980, p. 158), sem argumentar, aceita alguma data a partir de 191 a.C. Veremos, a seguir, no texto, nossas considerações sobre datas a partir do ano de 188 a.C.

⁹¹⁸ O artigo de Jeppesen não tem paginação.

⁹¹⁹ Conforme procuramos demonstrar em outra oportunidade (SILVA, 2018, p. 84 e ss.).

⁹²⁰ Por exemplo, Plauto (*Poen.*, 318) escreve: “Porque já não fomos ao templo de Vênus há muito tempo” – “*quia non iam dudum ante lucem ad aedem Veneris uenimus*”. Em outra passagem, Plauto (*Poen.*, 333) escreve que Adelfásio se dirige “ao templo de Vênus” – “*in aedem Veneris*”.

acontecimentos relacionados à sua votação e fundação, as fontes se calam sobre esse templo mais antigo (SILVA, 2018, p. 95-96).

A razão do silêncio das fontes provavelmente está nas características do templo. O templo de Vênus Ericina erigido no Capitólio foi votado, segundo Tito Lívio (XXII.9.10-11; XXIII.30.13-14, 31.9)⁹²¹, em 217 a.C., em meio à crise da Segunda Guerra Púnica, por indicação dos Livros Sibilinos após a derrota romana na batalha do Lago Trasimeno. Vênus de Êrix – Ericina – possuía um templo no noroeste da Sicília situado em um monte, a cavaleiro da comunidade de Êrix, ambos controlados pelos cartagineses desde ao menos o início do século IV a.C. (CONSOLO LANGHER, 2000, p. 288, 295 e ss.). A Sicília foi o maior teatro bélico da Primeira Guerra Púnica e sua porção ocidental havia sido possessão cartaginesa até o final dessa última guerra (LAZENBY, 1996, p. 24 e ss.). O culto a Astarte, realizado no templo, além de ser essencialmente de origem fenícia – e controlado pelos cartagineses –, era caracterizado pela prostituição sagrada (MOSCATI, 2000, p. 43, 105; CONSOLO LANGHER, 2000, p. 293, 296 e notas 58, 60; ORLIN, 2002, p. 108-109 e nota 22). Provavelmente o templo instalado no Capitólio, devido às características do culto original, acabou por atrair a prostituição para seus arredores, pois, por exemplo, em *O pequeno cartaginês* Plauto (*Poen.*, 339-340) escreve que as moças cartaginesas, criadas para a prostituição⁹²², vão ao templo “porque no templo de Vênus hoje há uma feira de meretrizes: os mercadores se dirigem para lá e eu quero lá me expor”⁹²³. Logo, o silêncio das fontes deve estar relacionado, provavelmente, ao fato de que prostitutas utilizavam esse primeiro templo dedicado a Vênus Ericina, templo que estava localizado, de acordo com Tito Lívio (XXIII.31.9; V.39.12), no interior do *pomerium* e sobre a colina sagrada por excelência, o Capitólio, “*sedes deorum*”⁹²⁴. O templo posterior, de 181 a.C., foi construído, segundo Tito Lívio (XL.34.4), externamente a um dos portões de Roma, a *Porta Collina*, ou seja, era exterior ao *pomerium* e, de acordo com os *Fasti Praenestini*, (*CIL I² 316*)⁹²⁵, atraía prostitutas no dia 23 de abril, dia “das

⁹²¹ O templo de Vênus Ericina no Capitólio foi votado juntamente com outro templo, para *Mens*, também erigido no Capitólio, segundo Tito Lívio (XXII.9.10 e ss.; XXIII.30.13-14, 31.9).

⁹²² As moças foram raptadas em Cartago ainda crianças e vendidas a um cafetão, de acordo com Plauto (*Poen.*, 87-90).

⁹²³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 339-340) é: “*quia apud aedem Veneris hodie est mercatus meretricius: / eo conueniunt mercatores, ibi ego me ostendi uolo*”.

⁹²⁴ Tito Lívio (V.39.12) denomina o Capitólio de “trono dos deuses” – “*sedes deorum*”.

⁹²⁵ Nos *Fasti Praenestini* (*C.I.L. i² 316*), entre os comentários do dia 25 de abril – dia em que se comemorava a *Robigalia* –, está escrito que o dia próximo passado (“*proximus superior*”) – ou seja, o dia 23 de abril – é “das meretrizes” (“*meretricum est*”).

meretrizes” (SCHILLING, 1954, p. 254, 260-262). Não queremos aqui afirmar que os romanos, ao introduzirem o culto de Vênus Ericina no Capitólio, incentivaram a prostituição no templo. Mas sua provável ocorrência, como implicam os indícios de Plauto, não pode ser descartada. A dedicação do segundo templo possivelmente está relacionada ao desvio dessas atividades para fora do *pomerium*, e uma evidência pode corroborar essa interpretação: de acordo com Tito Lívio (XXXIX.44.11; XL.34.4-5), o templo externo à *Porta Collina* foi votado em 184 a.C. pelo cônsul Lúcio Pórcio Licino durante a guerra na Ligúria, cônsul que, contudo, não realizou nada de memorável, nem na esfera doméstica e nem na militar⁹²⁶ – ou seja, não é possível associar o voto ao templo a nenhuma ação ou realização do cônsul que fez o voto. Logo, a datação posterior a 184 a.C. é improvável.

Outra proposta de datação é de Galinsky (1969, p. 358-364), que acredita que a comédia foi encenada em 184 a.C., o ano da votação do segundo templo a Vênus Ericina, segundo Tito Lívio (XXXIX.44.11; XL.34.4-5). Galinsky (1969, p. 358 e ss.) acredita que a apresentação ocorreu durante possíveis discussões que teriam ocorrido sobre a ereção do templo⁹²⁷. Além do fato de que não existem nas fontes indícios sobre essas discussões, os indícios apresentados acima nos permitem discordar.

Acreditamos que a época da primeira encenação da peça pode ser deduzida levando em consideração, além do exposto acima, uma passagem de *O pequeno cartaginês*. Na passagem, Plauto (*Poen.*, 524-525) escreve: “Não é conveniente causar tumulto, sobretudo quando a *res publica* está tranquila e com os inimigos aniquilados”⁹²⁸. De Melo (2012a, p. 13) sugere que essa passagem não seria incluída pelo autor se a vitória mencionada fosse pouco importante⁹²⁹. Concordamos com essa

⁹²⁶ Tito Lívio (XXXIX.44.11; XL.34.4-5) escreve que ambos os cônsules de 184 a.C. – o outro cônsul foi Públio Cláudio Pulcher – “não realizaram nada memorável, nem na esfera doméstica e nem na militar” – “*nec domi nec militiae memorabile quicquam egerunt*”.

⁹²⁷ Templos eram primeiramente votados a alguma divindade e, posteriormente, dedicados à mesma divindade. A construção efetivamente do templo terminava com a sua dedicação. No caso de Vênus Ericina, o primeiro templo foi votado em 217 a.C. e dedicado dois anos depois, em 215 a.C., de acordo com Tito Lívio (XXII.9.10-11; XXIII.30.13-14, 31.9; XXIII.31.9-10; V.39.12), e o segundo templo foi votado em 184 a.C. e dedicado três anos depois, em 181 a.C., segundo Tito Lívio (XXXIX.44.11; XL.34.4-5).

⁹²⁸ A passagem de Plauto (*Poen.*, 524-525) é: “*praesertim in re populi placida atque interfectis hostibus / non decet tumultuari*”.

⁹²⁹ De Melo (2012a, p. 13) sugere que talvez Plauto esteja se referindo a quatro triunfos que teriam acontecido em 189 a.C. Contudo, não ocorreram quatro triunfos naquele ano. Tito Lívio (XXXVII.58.3-4, 59.1-6) relata dois triunfos em 189 a.C., o triunfo naval de Lúcio Emílio Regilo sobre a frota de Antíoco III, e o de Lúcio Cornélio Cipião Asiático sobre o exército de Antíoco III. De Melo (2012a, p. 13) também sugere que as atitudes positivas em relação aos cartagineses apontam para a mesa data, pois em 189 a.C. teria sido firmado um tratado entre romanos e cartagineses. Não existem indícios desse tratado nas fontes.

sugestão⁹³⁰. De Melo (2012 a, p. 13-14), devido ao teor da passagem citada, marca o fim da guerra contra a Etólia em 189 a.C.⁹³¹ como uma indicação para a data da primeira apresentação, uma vez que Agorástocles é representado como etólio e o cenário da peça é etólio⁹³². De Melo (2012a, p. 13-14) comenta também outra passagem de Plauto (*Poen.*, 694) que pode balizar a datação, na qual o rei Antíoco III é referenciado como se estivesse vivo⁹³³. Como o rei morreu em 187 a.C., esse ano serviria como um *terminus ante quem* (DE MELO, 2012a, p. 14)⁹³⁴.

Essa limitação da primeira apresentação de *O pequeno cartaginês* entre 189 a.C. e 187 a.C. é bastante tentadora. Os macedônicos sob o rei Filipe foram derrotados por Tito Quíncio Flaminio em 197 a.C. na batalha de Cinocéfalas⁹³⁵, Antíoco III, rei selêucida, foi derrotado por Lúcio Cornélio Cipião em 190 a.C. na batalha de Magnésia⁹³⁶ e os etólios foram derrotados em 189 a.C. por Marcos Fúlvio Nobílior, após o cerco de Ambrácia⁹³⁷. Porém, existe mais um indício, exposto por Woytek (2004, p. 135-136). Em 188 a.C. os romanos firmam com Antíoco III o tratado de Apamea⁹³⁸, estendendo o conceito de império para além das províncias⁹³⁹, de maneira que, a partir dessa data, alguns autores interpretam que a autoridade romana sobre o oriente helenístico passou a ser suprema (HARRIS, 1985, p. 106; DEROW, 2009, p. 65)⁹⁴⁰. Assim, passados ao menos doze anos da vitória na Segunda Guerra Púnica,

⁹³⁰ Essa sugestão, assim como os indícios e evidências expostos, eliminam a proposta de datação de Ernout (2003f, p. 168), que, utilizando os mesmos versos de Plauto (*Poen.*, 524-525) que citamos acima, posiciona *O pequeno cartaginês* pouco após a Segunda Guerra Púnica. Garbini (2012, p. 15-16), assim como Ernout, acredita que a comédia foi encenada pouco após a guerra, em 201 a.C., e que a representação positiva dos cartagineses na peça é devida a uma reapresentação feita em 146 a.C., no ano em que Cartago foi destruída. Nada nos textos de Plauto ou em outra fonte que consultamos apresenta qualquer indício que possa sustentar de alguma forma essa interpretação.

⁹³¹ O qual mencionamos acima, no texto.

⁹³² Moodie (2018, p. 25-26) faz referência também à derrota dos etólios.

⁹³³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 693-694) é: “Eu busco essa hospitalidade onde eu seja cuidado mais afetosamente que costumam ser cuidados os olhos do rei Antíoco” – “*ego id quaero hospitium ubi ego curer mollius / quam regi Antiocho oculi curari solent*”. Plauto (*Poen.*, 689-694) cria um diálogo entre Colibisco, o *vilicus* de Agorástocles, e Lico, o cafetão, no qual Colibisco finge ser um *miles* e querer pagar para ter relações com Adelfásio, uma das irmãs escravas cartaginesas de Lico. No diálogo, Lico (*Poen.*, 689-690) diz que foi informado de que Colibisco procura hospitalidade sem risco de ser bisbilhotado e Colibisco responde que não, pois, se estivesse procurando hospitalidade sem risco de ser bisbilhotado teria ido direto para a cadeia, proferindo então a sentença citada acima.

⁹³⁴ Antíoco III morreu em uma expedição de guerra, ao tentar pilhar o santuário de Zeus em Elimais, na Pártia, segundo Diodoro Sículo (XXVIII.3).

⁹³⁵ A vitória sobre os macedônicos é relatada por Políbio (XVIII.19.1-27.6, 42.1-42.4).

⁹³⁶ Políbio (XXI.15.13, 16.1, 17.3-17.6) escreve sobre a guerra e as condições de paz.

⁹³⁷ Políbio (XXI.27.1 e ss.) e Tito Lívio (XXXVIII.4.1 e ss.) relatam o cerco e a conquista de Ambrácia.

⁹³⁸ Políbio (XXI.43.1 e ss.) cita os termos do tratado.

⁹³⁹ Ou seja, estendendo o controle político para além das regiões controladas fisicamente.

⁹⁴⁰ Essa autoridade seria posta à prova em 171 a.C., pela Macedônia do rei Perseu, na Terceira Guerra Macedônica, que terminaria três anos depois, em 168 a.C. Após essa derrota final da Macedônia, Políbio

Plauto escreveu uma comédia em que os cartagineses, apesar dos estereótipos claros externados na peça, não são tratados como inimigos – ao contrário, são representados de forma positiva⁹⁴¹. Os inimigos derrotados não são os “púnicos”, os quais são nomeados de forma clara em *O cofre*, mas são muitos, por isso mesmo chamados de “inimigos”. Portanto, após 188 a.C. Plauto (*Poen.*, 524) podia externar que “a *res publica* está tranquila e com os inimigos aniquilados”⁹⁴².

Um último conjunto de indícios, mas não menos importante, pode ser aduzido. Tito Lívio (XXXVIII.43.1), narrando os acontecimentos de 187 a.C., afirma que “havia inimizade” entre Marcos Fúlvio Nobílior, o vencedor dos etólios – que era procônsul na época –, e um dos cônsules, Marcos Emílio Lépidio⁹⁴³. O cônsul, segundo Tito Lívio (XXXVIII.43.2-7), introduziu no Senado legados de Ambrácia que, incitados por ele, acusaram Marcos Fúlvio Nobílior – em sua ausência⁹⁴⁴ – de agredir um povo que estava em paz com os romanos, escravizando-os, pilhando a cidade e suas propriedades.

(III.4.3) escreve que “todos reconheciam como inelutável a necessidade de se obedecer, dali em diante, aos romanos e de se submeter às suas vontades”.

⁹⁴¹ Comentamos sobre os estereótipos rapidamente no capítulo anterior e voltamos a comentar nesse capítulo. Comentamos também as relações entre romanos e cartagineses posteriores à Segunda Guerra Púnica.

⁹⁴² Woytek (2004, p. 135-136) adiciona ainda mais um indício para identificar a data, retirado de outra comédia de Plauto. Na comédia *Persa*, Plauto (*Pers.*, 753-756) escreve algo semelhante ao que escreveu em *O pequeno cartaginês*: “com os inimigos vencidos, os cidadãos salvos, a *res publica* tranquila, os tratados firmados, a guerra finalizada, as coisas bem resolvidas, o exército e as defesas intactos, Júpiter, que bem nos ajudastes, e a todos os outros deuses celipotentes, a vocês devo e dou graças” – “*hostibus uictis, ciuibus saluis, re placida, pacibus perfectis, / bello extincto, re bene gesta, integro exercitu et praesidiis, / quom bene nos, Iuppiter, iuuisti, dique ali omnes caelipotentes, / eas uobis gratis habeo atque ago*”. Woytek (2004, p. 135-136) interpreta essa passagem como também relacionada ao tratado de Apamea – de 188 a.C., conforme comentamos – e data *Persa* como anterior a *O pequeno cartaginês*, posicionando a data dessa última dois anos após *Persa*, ou seja, em 186 a.C. Não pretendemos analisar aqui as propostas de datação de *Persa*, mas algumas observações são válidas. De Melo (2011o, p. 448) nota que Plauto (*Pers.*, 99-100) escreve, em forma de troça, sobre o *epulum Iovis*, um banquete ritual que era dado à tríade capitolina – Júpiter, Juno e Minerva – e que foi instituído em 196 a.C., segundo Tito Lívio (XXXIII.42.1). Essa data, portanto, fornece um *terminus post quem* a *Persa*. De Melo (2011o, p. 448) afirma igualmente que o verso 12 de *Persa* é semelhante ao verso 772 de *Psêudolo* e ambos são paródias de *Antiopa*, peça de Pacúvio, autor de tragédias do século II a.C. Por razões linguísticas, De Melo (2011o, p. 448) considera que a passagem de *Psêudolo* provavelmente seja mais próxima ao original de Pacúvio, de maneira que *Psêudolo* deve ser mais antiga que *Persa*. *Psêudolo* é datada em 191 a.C. pela didascália, de forma que *Persa*, levando em consideração esses argumentos de De Melo, deve ser posterior a esse ano, o que corrobora a datação de Woytek. Todas as datações propostas para *Persa* são posicionadas no intervalo de tempo entre 191 a.C. e 186 a.C. (BUCK, 1940, *apud* SCHUTTER, 1952, p. xvii-xviii; SEDGWICK, 1949, p. 377-379, 382; ERNOUT, 2003d, p. 97; WOYTEK, 2001, p. 137, 142; DE MELO, 2011o, p. 448).

⁹⁴³ Segundo Tito Lívio (XXXVIII.43.1), “havia inimizade entre Marcos Fúlvio e o cônsul Marcos Emílio” – “*Inimicitiae inter M. Fulvium et M. Aemilium consulem erant*”. Tito Lívio (XXXVIII.35.1) explica que, no final do ano consular de 189 a.C., Marcos Fúlvio Nobílior, então cônsul, supervisionou as eleições consulares de 188 a.C. e “também arruinou a pretensão de seu inimigo Marcos Emílio Lépidio” – “*M. Aemilium Lepidum inimicum eo quoque anno petentem deiecisset*”. Ambos se reconciliaram dez anos depois, em 179 a.C., quando foram eleitos censores, segundo Cícero (*De provinciis consularibus*, 21).

⁹⁴⁴ Segundo Tito Lívio (XXXVIII.43.14), Marco Fúlvio Nobílior estava ausente de Roma na ocasião, na Etólia.

Segundo Tito Lívio (XXXVIII.43.8), o outro cônsul, Gaio Flamínio, em defesa de Marcos Fúlvio Nobílior disse que não era possível desassociar Ambrácia dos etólios⁹⁴⁵, de maneira que a pilhagem fora feita contra uma cidade inimiga. A disputa no Senado durou dois dias até que, narra Tito Lívio (XXXVIII.44.1-44.4), Gaio Flamínio ficou doente e Marcos Emílio Lépidio conseguiu que fosse aprovado um *senatus consultum* que obrigava a restauração dos bens dos ambraciotas, afirmava que eram independentes e deveriam viver sob suas próprias leis e que poderiam cobrar quaisquer impostos sobre bens carreados por terra ou mar, contanto que cidadãos romanos e de direito latino fossem isentos desses impostos⁹⁴⁶. Além disso, continua Tito Lívio (XXXVIII.44.6), Marcos Emílio Lépidio, aproveitando uma seção do Senado com baixo comparecimento, fez aprovar outro *senatus consultum*, que afirmava que “aparentemente Ambrácia não fora capturada pela força”⁹⁴⁷. Tito Lívio (XXXIX.4.1-4.4) escreve que no final do mesmo ano, Marcos Fúlvio Nobílior, voltando da Etólia, requereu que o Senado decretasse para ele um triunfo, mas o tribuno da plebe Marcos Abúrio afirmou que embargaria qualquer decisão sobre o assunto resolvida antes da volta do cônsul Marcos Emílio Lépidio. Marco Fúlvio Nobílior, então, continua Tito Lívio (XXXIX.4.5-4.13), lembrou aos senadores a *inimicitia* entre ele e o cônsul e o *senatus consultum* decretado “furtivamente”, em uma seção do Senado com poucas presenças⁹⁴⁸, e argumentou que, ao contrário do que Marco Emílio Lépidio alegava, Ambrácia havia sido tomada pela força das armas e que a pilhagem fora realizada contra um inimigo⁹⁴⁹. Finalmente, narra

⁹⁴⁵ Segundo Tito Lívio (XXXVIII.43.13), Gaio Flamínio disse: “a causa dos ambraciotas e dos etólios é a mesma” – “*eadem Ambraciensium et Aetolorum causa est*”.

⁹⁴⁶ Larsen (1968, p. 441, nota 4) interpreta que aparentemente os decretos relativos ao retorno das propriedades etólias não surtiram efeito, pois, segundo Tito Lívio (XXXIX.5.14-17), o valor do butim apresentado durante o triunfo de Marcos Fúlvio Nobílior foi alto. Càssola (1968, p. 63-64) atribui a imunidade tributária requerida para cidadãos romanos e de direito latino imposta aos ambraciotas à política comercial romana, que previa vantagens para os *negotiatores* romanos e seus patrocinadores da ordem senatorial. Os impostos – *portoria* – sobre bens carreados por terra ou mar cobrados em Ambrácia deveriam ser altos e a imunidade, dessa forma, vantajosa (CÀSSOLA, 1968, p. 63-64). Ambrácia controlava um sítio estratégico importante no golfo de mesmo nome – controlava as rotas do Epiro, ao norte, para a Acarnânia e a Etólia, ao sul (HAMMOND, p. 148-149).

⁹⁴⁷ A passagem de Tito Lívio (XXXVIII.44.6) é: “mas, depois, por falta de número adicionou o *senatus consultum* afirmando que parecia que Ambrácia não fora capturada pela força” – “*sed postea per infrequentiam adiecit senatus consultum, Ambraciam vi captam esse non videri*”. A expressão “*per infrequentiam*” – “por falta de número” – significa, nesse caso, uma seção do Senado com pouca representação.

⁹⁴⁸ O *senatus consultum* que, segundo Tito Lívio (XXXVIII.44.6), afirmava que “aparentemente Ambrácia não fora capturada pela força”, o qual citamos acima. A passagem de Tito Lívio (XXXIX.4.8) é: “o *senatus consultum* decretado furtivamente por falta de números” – “*per infrequentiam furtim senatus consultum factum*”.

⁹⁴⁹ Sobre a tomada de Ambrácia – se foi capturada ou não pela força das armas –, Políbio (XXI.28.1-18) conta uma história diferente da divulgada por Marcos Fúlvio Nobílior, pois narra que na ocasião em que

Tito Lívio (XXXIX.5.1-5.10), sob a pressão de outro tribuno da plebe – Tibério Graco – e de senadores, Marcos Abúrio desistiu do veto e o triunfo de Marco Fúlvio Nobílior foi aprovado, após a moção do pretor Sérvio Sulpício. Tito Lívio (XXXIX.5.11-5.13) escreve que, mesmo com a aprovação senatorial, Marco Fúlvio Nobílior antecipou as festividades, que seriam comemoradas em janeiro de 186 a.C., para dezembro de 187 a.C., pois o cônsul Marcos Emílio Lépido, avisado pelo tribuno Marcos Abúrio, estava voltando para Roma para tentar impedir o triunfo, sendo detido, contudo, por uma enfermidade⁹⁵⁰.

Essas informações são evidências de que na década de 180 a.C. existiam no governo romano ao menos dois grupos cujas percepções e intenções com relação aos etólios de Ambrácia eram bastante diferentes e que o grupo favorável – que, podemos supor, provavelmente tinha relações de *amicitia* e *hospitium* com etólios de ambrácia – terminou, por diferentes motivos, por obter ganhos substanciais para os ambraciotas⁹⁵¹. Desde quando existia essa dissensão não sabemos. Tito Lívio (XXXVIII.35.1) registra pela primeira vez a *inimicitia* entre Marcos Fúlvio Nobílior – coadjuvada provavelmente por Gaio Flamínio, Tibério Graco e Sérvio Sulpício – e Marcos Emílio Lépido – provavelmente com o apoio de Marcos Abúrio – ao narrar os eventos do final de 189 a.C., durante os preparativos para as eleições para o consulado de 188 a.C.⁹⁵². Mas encontramos em Plauto indícios que podemos associar a relações de *amicitia* e *hospitium* entre romanos e etólios de Ambrácia desde cerca de 202 a.C. Em *Estico*, Plauto (*Stich.*, 487, 490-491) escreve que um dos personagens, Epígnomo⁹⁵³, tem nove estrangeiros ceando em sua casa, “embaixadores públicos, homens muito ilustres. Vêm de Ambrácia para cá, legados da cidade”⁹⁵⁴. *Estico* foi encenada em 200 a.C., de acordo com a didascália⁹⁵⁵, mas os *negotiatores* da comédia navegaram para a Ásia Menor em

os termos de paz foram discutidos com os ambraciotas, os romanos estavam ainda tentando passar pelas muralhas da cidade e construindo túneis sob ela.

⁹⁵⁰ Tito Lívio (XXXIX.5.12-13) escreve que Marco Fúlvio Nobílior antecipou o triunfo “para que não tivesse mais disputas no triunfo que na guerra” – “*ne plus in triumpho certaminum quam in bello haberet*”.

⁹⁵¹ O mesmo não pode ser dito sobre os etólios da população de Same, na ilha de Cefalônia, os quais, após um cerco que durou vários meses e terminou com a invasão da cidade, foram mortos ou vendidos como escravos, segundo Tito Lívio (XXXVIII.28.5-29.11). As comunidades da ilha de Cefalônia, segundo Políbio (XXI.30.5, 32.13), foram as únicas excluídas do tratado de paz feito com os etólios.

⁹⁵² Mencionamos esse registro de Tito Lívio na nota 943.

⁹⁵³ Um dos irmãos *negotiatores*, os quais mencionamos nas notas 687 e 688.

⁹⁵⁴ A primeira passagem de Plauto (*Stich.*, 487) é: “Aqui em minha casa estão ceando nove legítimos estrangeiros” – “*uerum hic apud me cenant alieni nouem*”. Mais à frente Plauto (*Stich.*, 490-491) escreve: “são embaixadores públicos, homens muito ilustres. Vêm de Ambrácia para cá, legados da cidade” – “*ei oratores sunt Populi, summi uiri; / Ambracia ueniunt huc legati publice*”.

⁹⁵⁵ Apresentamos a didascália de *Estico* na nota 385.

202 a.C., conforme nossa interpretação, de maneira que as relações de Epignomo com os ambraciotas poderiam remontar a essa última data. Porém, podemos interpretar que essas relações existiam provavelmente desde pelo menos 211 a.C., quando foi firmado o tratado romano-etólio ao qual nos referimos anteriormente (BADIAN, 1958a, p. 198 e ss.).

Essa passagem de Plauto nos remete às relações entre as esferas pública e privada no mundo antigo, as quais, segundo Silva (2020, p. 287), se interpenetravam: havia interseções frequentes entre a *res publica*, “a arena da comunidade cívica”, e a *domus*, a arena doméstica. Exemplos dessa interpenetração são as passagens de Plauto (*Stich.*, 487, 490-491) que mencionamos: ao criar relações de embaixadores⁹⁵⁶ – ou seja, homens que representam seu governo junto a outros governos – com *negotiatores* privados, Plauto possivelmente está representando relações de *hospitium* ou mesmo de *amicitia* entre estrangeiros e cidadãos, relações que podiam ser muito importantes para abrir caminhos de negócios ou mesmo políticos aos estrangeiros. Outro exemplo podemos retirar das conversações de paz que ocorreram em 189 a.C., durante o cerco romano de Ambrácia. Segundo Políbio (XXI.29.11-12), o cônsul de 189 a.C., Marcos Fúlvio Nobílior⁹⁵⁷ era irmão, pelo lado de sua mãe, de Gaio Valério Levino – membro do comando do exército do cônsul e que tinha a confiança desse último –, o qual era filho de Marcos Valério Levino, o responsável pelo tratado de 211 a.C. com os etólios. De acordo com Políbio (XXI.29.9-29.11), enviados de Atenas e Rodes, abordando Marcos Fúlvio Nobílior de maneira privada, procuraram “mitigar sua raiva”, e tentaram contato com Gaio Valério Levino – que não possuía magistratura e nem representava Roma como embaixador – pedindo a ele para interceder junto ao cônsul em benefício dos ambraciotas⁹⁵⁸.

Essas disputas políticas, além de nos informar sobre as dissensões internas às instituições do governo romano – nesse caso, as dissensões envolviam cônsules, tribunos da plebe e membros do Senado –, indicam que entre 187 a.C. e 186 a.C. havia um grupo político em Roma que tinha relações de *amicitia* e *hospitium* com ambraciotas, e que essas relações provavelmente aconteciam desde a penúltima década

⁹⁵⁶ Os ambraciotas comensais são denominados por Plauto (*Stic.*, 491) de “*legati publice*” ou seja, “embaixadores públicos”.

⁹⁵⁷ Um dos protagonistas da dissensão que comentamos.

⁹⁵⁸ Essa passagem de Políbio (XXI.29.9-29.11) sugere que havia relações de *hospitium*, ou *amicitia* ou mesmo proxenia entre Marcos Valério Levino e membros de sua família e a comunidade de Ambrácia. Sugere também relações semelhantes entre Marcos Fúlvio Nobílior e os embaixadores de Atenas e Rodes – e que não havia tais relações entre o cônsul e os ambraciotas.

do século III a.C., pelo menos. Fazendo um exercício interpretativo, pensamos que o ano da apresentação de *O pequeno cartaginês* pode ter sido 186 a.C., quando, alguns meses após o triunfo, foram realizados os *ludi* comemorativos da vitória de Marcos Fúlvio Nobílior sobre os etólios – jogos votados a Júpiter *Optimus Maximus*⁹⁵⁹. De acordo com Tito Lívio (XXXIX,22.1-22.2), “por dez dias, com grande aparato, Marcos Fúlvio realizou os jogos que havia votado durante a guerra etólia”⁹⁶⁰. Podemos supor que, de certa forma, foram atendidos ambos os grupos cuja dissensão levou tanto às discussões sobre a realização do triunfo quanto ao tratamento dos etólios de Ambrácia após a guerra. Tudo indica, portanto, que a comédia *O pequeno cartaginês* foi encenada pela primeira vez após 188 a.C., provavelmente em 186 a.C., ou seja, entre quinze e vinte e três anos após a representação dos cartagineses como inimigos em *O cofre*⁹⁶¹. Plauto, então, criou uma peça em que os cartagineses eram protagonistas, ambientada na Etólia, em Calidão.

⁹⁵⁹ De acordo com Tito Lívio (XXXIX.5.7), Marcos Fúlvio Nobílior disse no Senado que “havia votado grandes jogos para Júpiter *Optimus Maximus* no dia que havia capturado Ambrácia” – “*ludos magnos se Iovi optimo maximo eo die quo Ambraciam cepisset vovisse*”.

⁹⁶⁰ Ênio, que, conforme cometamos no Capítulo I, acompanhou Marcos Fúlvio Nobílior na campanha de guerra, escreveu uma homenagem a essa vitória (STEUART, 1976, p. 198; ELLIOTT, 2013, p. 62; 64, nota 153).

⁹⁶¹ O cálculo da distância temporal de quinze a vinte e três anos é devida às prováveis datas de apresentação de *O cofre*, conforme vimos acima, entre 202 a.C. e 209 a.C.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *corpus* supérstite das comédias de Plauto nos fornece janelas para o cotidiano romano entre a última década do século III a.C. e 184 a.C. Plauto, por ser um observador atento e membro da sociedade romana, expõe essa sociedade apropriando, ressignificando e transcrevendo nos textos de suas comédias as práticas comuns, os valores e os costumes presentes no cotidiano romano, os quais a partir dos textos, são representados nos palcos para a audiência, na forma de inter-relações entre personagens nas comédias. Ao expor essas ligações entre seus personagens, Plauto ilumina experiências contemporâneas e conexões de grupos da sociedade romana, contribuindo para a manutenção das representações compartilhadas. Inter-relações nas comédias entre personagens-tipo – pais e filhos, donos e escravos, homens e prostitutas, *hospites* –, frequentemente carregadas do elemento burlesco, representam conexões cotidianas incorporadas nos personagens. Portanto, analisá-las e interpretá-las é fundamental para a compreensão das inter-relações internas à sociedade romana. As comédias, contendo testemunhos de representações sociais, permitem a formação de um quadro de vínculos político-sociais internos àquela sociedade, pois as representações transcritas nos textos das comédias, sendo representações sociais, eram compartilhadas com a audiência.

Trabalhar com Plauto é desafiador, pois as evidências que buscamos estão dispersas em textos dramáticos, ou seja, textos que foram produzidos para os palcos do teatro⁹⁶². Assim, organizar essas evidências desarticuladas em um quadro geral que possa a elas outorgar significado, conforme escreve Rosa (2013, p. 117), é o que fornece sentido ao trabalho do historiador⁹⁶³. Usar o *corpus* plautino para descortinar padrões compartilhados de comportamento no mundo romano do período considerado, portanto, é procurar juntar evidências de experiências cotidianas variadas, dispersas nos textos e percebê-las como textos passíveis de análise, os quais, uma vez concatenados, fornecem o que Geertz (1973a, p. 448 e ss.; 1980, p. 174 e ss.) definiu como histórias da comunidade sobre a comunidade.

Nesse sentido, compreender as comédias plautinas como janelas para o cotidiano romano é fundamental. Os *ludi scaenici*, sendo parte constituinte dos festivais de Roma

⁹⁶² Só se começa a perceber “a forma” de uma comédia, escreve Hesse (1968, p. 17), ou seja, “sua trama, seus personagens, seus temas, suas imagens e, por fim, seu significado”, depois de lê-la e estudá-la muitas vezes.

⁹⁶³ Os insumos são fornecidos por nossa fonte em porções. O fio se rompe bruscamente entre os dedos com frequência, como escreve Braudel (2017, p. 28).

e, por conta disso, do contexto político e religioso romano, promoviam o ajuntamento de parte da população na audiência do teatro, de maneira que as mensagens veiculadas durante as encenações atingiam as diferentes categorias da população presentes na audiência. Essa população romana era composta, em certa proporção, por indivíduos etnicamente distintos⁹⁶⁴, pois o conceito de cidadão em Roma era político e jurídico, e o cidadão romano não era apenas o recenseado em Roma, mas poderia ser o *civis* recenseado em uma das comunidades que compunham o conglomerado de comunidades e indivíduos que compartilhavam a *civitas* romana. Etnia não era limitação para a cidadania. Contudo, Plauto nos mostra estrangeiros em suas peças, marcados como diferentes. Os romanos são a referência, de maneira que as visões que temos de estrangeiros nos informam sobre a alteridade romana. Porém, é preciso compreender que o estrangeiro não é necessariamente o etnicamente diferente. Estrangeiros, inclusive de etnias diversas, podiam ser incorporados à comunidade cidadã, e uma vez inseridos nessa comunidade passavam a ser *cives*. O caso do númida Mutines é um exemplo. Estrangeiro é aquele que não faz parte da comunidade cidadã, pois a unidade política romana era também marcada pela diversidade étnica. Assim, um cidadão de origem cartaginesa, como é o caso do personagem da comédia *O pequeno cartaginês*, era uma realidade possível.

Os cartagineses, eram conhecidos em Roma. Havia familiaridade da população romana com cartagineses ao menos desde o final do século VI a.C., pelo que podemos interpretar dos tratados firmados entre Roma e Cartago e de dados arqueológicos. Além disso, escravos cartagineses passaram a fazer parte do cotidiano romano desde a Primeira Guerra Púnica. O texto da comédia *O pequeno cartaginês* atesta a familiaridade romana com os cartagineses. Porém, na comédia o cartaginês é reconhecido inicialmente por sua vestimenta e adornos corporais, uma representação estereotipada, redutora. Sabemos, contudo, que a população da região do norte da África dominada ou influenciada por Cartago tinha também certa variação étnica, conforme demonstramos, mistura formada entre cartagineses e númidas, gregos e indivíduos provenientes da Itália. Logo, a representação que Plauto faz dos cartagineses no palco não poderia corresponder à realidade. A representação do cartaginês feita por Plauto é, portanto, um estereótipo, uma representação popular que é apropriada por Plauto e devolvida à audiência na forma de um símbolo compartilhado. Reduzido aos seus tratos

⁹⁶⁴ Estrangeiros e escravos poderiam também estar presentes na audiência, mas não os estamos considerando aqui.

mais marcantes – ou melhor, às marcas de diferença reconhecíveis pela audiência, pois são compartilhadas –, o cartaginês é apresentado no palco com aquilo que o torna reconhecível imediatamente: a vestimenta, os adereços, as expressões ofensivas relacionadas às suas atividades mercantis. Porém, representar um grupo de maneira estereotipada não era reservado apenas aos cartagineses. Plauto nos fornece exemplos de representações estereotipadas de gregos, prenestinos, apúlios, sírios, ou seja, de *peregrini*. Todavia, apesar de estar sendo produzida, não havia ainda a marca da *fides punica* imputada aos cartagineses da forma que surgirá em textos do século I a.C.

Os cartagineses, então, eram conhecidos há séculos, mas tornaram-se inimigos desde a segunda metade do século III a.C. Roma e Cartago foram inimigas em duas guerras de longa duração no século III a.C.⁹⁶⁵. A Primeira Guerra Púnica durou vinte e três anos. Temos indícios de que, após a guerra, o comércio entre romanos e cartagineses continuou. Todavia, após um intervalo de outros vinte e três anos, novo enfrentamento teve início, a Segunda Guerra Púnica. Durante os dezesseis anos dessa guerra, forças cartaginesas lutaram dentro do território da Itália por quinze anos.

Os primeiros indícios que possuímos da vida de Plauto estão relacionados a essa época, ou seja, aos anos finais da Segunda Guerra Púnica. Nesse período final, após onze anos da presença do exército cartaginês na Itália – desde 218 a.C., no início do conflito – os romanos obtiveram a primeira grande vitória em 207 a.C.⁹⁶⁶, cinco anos antes do final da guerra. Quatro anos depois, em 203 a.C., Aníbal se retira da Itália com seu exército. Esse período coincide com as datações de *O cofre*, uma das comédias mais antigas de Plauto, encenada na última década da guerra e na qual ele incita os romanos a se vingarem do inimigo cartaginês, representando os cartagineses como inimigos que devem ser punidos. Plauto, ao inflamar os romanos e clamá-los à luta no contexto da guerra, se posiciona como um dos membros da sua comunidade, que deve vencer pela virtude, proteger os aliados, destruir os inimigos e obter *laus* e *gloria*. Afirma, dessa maneira, a identidade romana em oposição à representação dos inimigos, os “púnicos” que merecem destruição e punição.

⁹⁶⁵ Não contamos aqui a Terceira Guerra Púnica, pois aconteceu trinta e cinco anos após a morte de Plauto.

⁹⁶⁶ Trata-se da vitória romana sobre o exército de Asdrubal, irmão de Aníbal, que havia cruzado os Alpes para a Itália, vindo da Hispânia. Vitórias romanas importantes haviam acontecido desde 209 a.C., mas na Hispânia, pelas forças comandadas por Públio Cornélio Cipião Africano, vitórias que provocaram a expulsão dos exércitos cartagineses daquela região (LAZENBY, 1978, p. 134 e ss.; CAVEN, 1980, p. 198 e ss.; GOLDSWORTHY, 2001, p. 271 e ss.). Comentamos essas vitórias no Capítulo III.

Cerca de quinze anos depois, em *O pequeno cartaginês*, Plauto cria personagens nascidos em Cartago, um proveniente da antiga cidade inimiga, mas com características positivas, e outro ao qual foi dada a cidadania total romana, um cidadão rico. Entre os cerca de quinze anos que separam *O cofre* e *O pequeno cartaginês* as ligações que aglutinavam os romanos por causa da guerra se esvaneceram, mas as antigas rivalidades internas ao governo romano afloraram. Plauto, então, cria um personagem cartaginês que possui também características positivas – não é um inimigo – e, ao fazê-lo, fornece indícios da existência de um grupo entre os romanos – distinto de outro grupo que pensava os cartagineses como inimigos – com relações de *hospitium* com cartagineses, grupo do qual temos notícia que possuía membros, no mesmo período, entre a nobreza senatorial romana.

A variação étnica da população romana é então iluminada por Plauto ao criar um personagem nascido em Cartago, tornado cidadão romano. Agorástocles é adotado por um *civis* e, feito herdeiro, é posicionado em uma família de alta ascendência, legalmente transformado em *pater familias* e caracterizado na peça como um cidadão rico, proprietário fundiário. Agorástocles, segundo a criação de Plauto, era rico desde seu nascimento em Cartago, e após ser reconhecido como parente por seu tio cartaginês, herda também a fortuna do seu pai natural. É *dives* e *de genere summo* pela ascendência natural e como cidadão romano. Plauto, assim, coaduna valores romanos com os de seu personagem.

A adoção de um escravo apresentada por Plauto nos permite supor que *adoptivi* de outras etnias possivelmente existiam entre os cidadãos romanos. Etnia não era uma barreira para a concessão de cidadania, conforme demonstramos, e na época de Plauto, provavelmente até algumas décadas depois, o escravo adotado por um *civis* era feito *civis* pelo ato de adoção. Dessa maneira, a adoção de um menino escravo cartaginês por um romano significava um procedimento legal. A escolha de Plauto em criar um personagem nascido em Cartago e o transformar em cidadão romano nos ajuda a iluminar a diferença nos contextos históricos entre o período da guerra, quando foi encenada *O cofre*, e a época da encenação de *O pequeno cartaginês*.

Tomando as datações sugeridas para a comédia – entre meados da década de 190 a.C. e o início da década de 180 a.C. –, sendo Agorástocles denominado de *adulescens*, ou seja, possuindo mais de dezessete anos, nasceu cerca dos últimos anos da Segunda Guerra Púnica. Como foi sequestrado quando tinha sete anos, isso se deu entre a

primeira metade e meados da década de 190 a.C., ou seja, após a guerra⁹⁶⁷. A época de sua captura coincide, então, com o período em que temos notícias de membros do governo de Cartago entrando em contato com membros da *nobilitas* romana com notícias sobre Aníbal e o rei Antíoco III, segundo Tito Lívio (XXXIII,45.6). Nessa época existiam ligações de *hospitium* entre as nobrezas governantes de Roma e Cartago. Não podemos afirmar que essas relações, ou outras quaisquer, que havia entre membros da *nobilitas* governante eram reproduzidas em outros estratos sociais não pertencentes à *nobilitas*, mesmo naqueles formados por outros cidadãos romanos ricos e *de genere summo*. Porém, podemos interpretar que essas relações penetravam a sociedade romana. O *hospitium* existente entre o pai de Agorástocles e o pai de Hanão, o cartaginês – herdado por ambos –, é um indício de que essas relações existiam também em outras esferas sociais e políticas, não apenas naquelas às quais pertenciam os membros dos governos de ambas as cidades. É, portanto, um indício de que essas relações provavelmente permeavam a população romana.

Relações de *hospitium* entre cartagineses e romanos, então, existiam, e a representação da inter-relação do cartaginês Hanão com o personagem cidadão romano é uma evidência. O personagem Hanão nos permite outras interpretações. Hanão é a representação dos cartagineses da forma que são conhecidos pela audiência em Roma no contexto histórico da apresentação da comédia *O pequeno cartaginês*. É representado de forma estereotipada, mas com realces a feições positivas, que contrastam com os estereótipos negativos. Sua *pietas* é realçada. Hanão é um personagem que, ao contrário dos cartagineses de quinze anos antes, provavelmente evoca sentimentos positivos na audiência: um homem religioso que está à procura de suas filhas – e de seu sobrinho – durante anos, um pai dedicado. Sua capacidade de falar diferentes línguas, suas vestimentas e seus adereços são motivo de zombaria – são características que marcam o cartaginês como diferente e são utilizadas por Plauto para compor a representação negativa estereotipada. Contudo, conforme comentamos acima, essas características não estão ligadas ainda à ideia negativa da *fides punica*, e representações estereotipadas não são reservadas pelos romanos apenas aos cartagineses, mas igualmente a outros estrangeiros.

⁹⁶⁷ Suas primas, estando em idade nupcial, têm doze anos ou pouco mais, de maneira que nasceram entre o último ano da Segunda Guerra Púnica e cerca de poucos anos após seu final, tendo sido sequestradas na primeira metade da década de 190 a.C. Ou seja, os três foram sequestrados em Cartago aproximadamente na mesma época.

Na época da apresentação de *O pequeno cartaginês* os cartagineses não eram mais os inimigos há cerca de quinze anos. Porém, são cartagineses, significativamente distintos da maioria da população e, por isso, sujeitos a formas binárias de representação, sendo passíveis de representação incorporada por feições positivas e negativas. Contudo, essa binaridade não se assemelha à representação que Plauto expressa em *O cofre*. Os cartagineses na peça *O pequeno cartaginês* são marcados como diferentes, mas não são os inimigos, uma diferença fundamental na produção das representações. Em *O pequeno cartaginês* Plauto marca os cartagineses com estereótipos negativos, mas concede *pietas* ao cartaginês Hanão, virtude cara aos romanos. Essa representação binária do personagem cartaginês é compartilhada pela audiência, representação marcada pela duplicidade de significados associados aos indivíduos que são etnicamente diferentes da maioria da população.

A análise demonstra, então, que Plauto nos fornece duas representações diferentes dos cartagineses, separadas por cerca de quinze anos ou mais. Na segunda, a binaridade da representação dos cartagineses sugere que havia dissensões políticas em Roma em relação aos cartagineses. As fontes informam que antes da Segunda Guerra Púnica havia divergências, tanto em Cartago quanto em Roma, sobre fazer ou não a guerra. Durante a guerra, a crise interna à Península Itálica, provocada pela devastação executada pelo exército comandado por Aníbal, provavelmente uniu os discursos contrários. Após a guerra, os antigos contratos de *hospitium* e os dissídios políticos internos a cada governo voltaram a aflorar. A representação dos cartagineses em *O cofre* provê a imagem do inimigo cartaginês, enquanto a representação binária presente em *O pequeno cartaginês*, peça apresentada cerca de quinze anos após o final da guerra, manifesta as dissensões em relação ao antigo inimigo, tanto internas ao governo romano quanto no seio da população.

O cartaginês de Plauto, portanto, é a representação dos cartagineses compartilhada pelos romanos, representação que exprime o cotidiano romano segundo os contextos históricos: a representação do inimigo, com o passar dos anos, passa a ser a representação do não romano, significativamente diferente, e a incorporar, junto aos estereótipos negativos, características positivas. Sendo essa representação compartilhada pela audiência – ou seja, pela população romana –, as comédias de Plauto nos informam sobre a representação popular romana dos cartagineses e sobre a contextualização dessa representação popular frente às variações nas relações políticas

entre Roma e Cartago, desde a Segunda Guerra Púnica até cerca de quinze anos após a guerra.

Procuramos demonstrar que os textos teatrais de Plauto, uma vez que eram encenados nos festivais romanos e que estão permeados por referências à *res publica* e aos seus valores, eram difusores desses valores e de ideias transmitidos historicamente e compartilhados pela população romana. Sendo assim, é possível detectar nos textos do *corpus* plautino práticas cotidianas e representações sociais compartilhadas pela comunidade cívica romana. O teatro de Plauto, portanto, tinha papel importante na constituição e na manutenção dessa comunidade cívica, favorecendo, por essas razões, a produção de representações sociais relacionadas aos povos estrangeiros e, particularmente, aos inimigos, como a que aqui apresentamos, dos cartagineses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA

- PLAUTE. Comédies. Tome I. Amphitryon. Asinaria. Aulularia. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1932] 2010.
- PLAUTE. Comédies. Tome II. Bacchides. Captivi. Casina. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 8. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1933] 2003.
- PLAUTE. Comédies. Tome III. Cistellaria. Curculio. Epidicus. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 5. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1935] 2003.
- PLAUTE. Comédies. Tome IV. Menaechmi. Mercator. Miles gloriosus. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 9. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1936] 2003.
- PLAUTE. Comédies. Tome V. Mostellaria. Persa. Poenulus. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1938] 2003.
- PLAUTE. Comédies. Tome VI. Pseudolus. Rudens. Stichus. Casina. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 7. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1938] 2009.
- PLAUTE. Comédies. Tome VII. Trinummus. Truculentus. Vidularia. Framents. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1947] 2003.
- PLAUTE. TÉRENCE. *Oeuvres complètes*. Textes traduits, présentés et annotés par Pierre Grimal. Paris: Éditions Gallimard, 1971. 1472 p.
- PLAUTO. Amphitruo. In: BARBOSA, Marcos César Tindo. *Tradução anotada do Amphitruo de Plauto*. 2016. 214 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. p. 37-204.
- PLAUTO. Epídico. Introdução tradução e notas de Walter de Medeiros. *Classicos grecos e latinos, 20*. Lisboa: Edições 70, 1999. 207 p.

- PLAUTO. Estico. Introdução tradução e notas de Isabella Tardin Cardoso. *Coleção Lymina*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 200 p.
- PLAUTO. Menaechmi. Rudens. Introdução de Ettore Paratore. Tradução e notas de Giovanna Faranda. *Classici Greci e Latini*, 128. 6. imp. Milano: Oscar Mondadori, [1998] 2006. 268 p.
- PLAUTO. O truculento. Introdução, tradução e notas de Adriano Milho Cordeiro. *Classica Digitalia Brasil*. Coimbra / São Paulo: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos / Annablume Editora, 2010. 176 p.
- PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 60. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 628 p.
- PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 61. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 562 p.
- PLAUTUS. III. The merchant. The braggart soldier. The ghost. The persian. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 163. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 569 p.
- PLAUTUS. IV. The little carthaginian. Pseudolus. The rope. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 260. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2012. 571 p.
- PLAUTUS. V. Stichus. Three-dollar day. Truculentus. The tale of a traveling-bag. Fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 328. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2013. 515 p.
- PLAUTUS. Casina. In: EASTERLING, P. E; HARDIE, Philip; HUNTER, Richard; KENNEY, E. J. (ed.). *Cambridge Greek and Latin classics*, 328. Edição de W. Thomas MacCary e M. M. Willcock. 7. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1976] 2004. 241 p.
- PLAUTUS. *Persa (Iran man)*. In: PLAUTUS. *Rome and the mysterious Orient*. Three plays by Plautus. Tradução, introdução e notas de Amy Richlin. Berkeley: University of California Press, 2005. 288 p.

- PLAUTUS. *T. Macci Plauti comoediae*. Volumen primum. Amphitruonem, Asinariam, Aululariam, Bacchides continens. Recensão de Friedrich Leo. Berlin: Weidmann, 1895. 178 p.
- PLAUTUS. *Plauti comoediae*. Volumen alterum. Miles. Mostellaria. Persa. Poenulus. Pseudolus. Rudens. Stichus. Trinummus. Truculentus. Vidularia. Fragmenta. Recensão de Friedrich Leo. Berlin: Weidmann, 1896. 574 p.
- PLAUTUS. Cistellaria. In: QUESTA, Cesare; RAFFAELLI, Renato (dir.). *Editio Plautina Sarsinatis*, 7. Edição de Walter Stockert. Urbino: Edizioni QuattroVenti Srl, 2009. 88 p.
- PLAUTUS. In: DUCKWORTH, George E. *The complete Roman drama*. All the extant comedies of Plautus and Terence, and the tragedies of Seneca, in a variety of translations. Volume one. Edição e introdução de George E. Duckworth. New York: Random House, 1942. 905 p.
- T. MACCI PLAUTI. *Comoediae*. Tomus I. Amphitruo. Asinaria. Aulularia. Bacchides. Captivi. Casina. Cistellaria. Curculio. Epidicus. Menaechmi. Mercator. Recensão e anotação crítica de W. M. Lindsay. 5. imp. Oxford: Clarendon Press, [1904] 1936. 539 p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- T. MACCI PLAUTI. *Comoediae*. Tomus II. Miles gloriosus. Mostellaria. Persa. Poenulus. Pseudolus. Rudens. Stichus. Trinummus. Truculentus. Vidularia. Fragmenta. Recensão e anotação crítica de W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon Press, 1910. s/p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA DE APOIO

- AELIUS DONATUS. *Aeli Donati quod fertur commentum Terenti*. Accedunt eugraphi commentum et scholia Bembina. Volumen I. Recensão de Paulus Wessner. Leipzig: B. G. Teubner. 1902. 542 p. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/>>. Acesso em: 11 set. 2016.
- APPIAN. I. Roman history. Volume I. The book of kings. The Italian book. The Samnite book. The Celtic book. The Sicilian and Island book. The Iberian book. The Hannibalic book. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 2. Edição e tradução de Brian McGing. Cambridge: Harvard University Press, 2019. 407 p.
- APPIAN. II. Roman history. Volume II. The African book. The Numidian book. The Macedonian book. The Illyrian book. The Hellenic and Ionian book (lost). In:

- HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 3*. Edição e tradução de Brian McGing. Cambridge: Harvard University Press, 2019. 353 p.
- APPIAN. IV. Roman history. Volume IV. Civil wars, books 1-2. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 5*. Edição e tradução de Brian McGing. Cambridge: Harvard University Press, 2020. 539 p.
- ARISTOPHANES. II. Clouds. Wasps. Peace. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library, 488*. Edição e tradução de Jeffrey Henderson. Cambridge: Harvard University Press, 1998. 606 p.
- ASCONIUS. *Commentaries on speeches of Cicero*. Tradução e comentários de R. G. Lewis. Texto revisado por Jill Harries, John Richardson, Christopher Smith e Catherine Steel. Texto latino editado por A. C. Clark. Oxford: Oxford University Press, 2006. 358 p.
- ASCONIUS. *Q. Asconii Pediani Orationum Ciceronis quinque enarratio*. Recensão e anotação crítica de A. C. Clark. Oxford: Clarendon Press, 1907. 104 p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- AUGUSTINE. The city of God against the pagans. Books I-III. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 411*. Tradução de George E. McCracken. Cambridge: Harvard University Press, 1957. 399 p.
- AULO GÉLIO. *Noites Áticas*. Tradução de José Rodrigues Seabra Filho. Introdução de Bruno Fregni Basseto. Londrina: EDUEL-Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2010. 694 p.
- AULUS GELLIUS. I. The Attic nights. Books I-V . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 195*. Tradução de John C. Rolfe. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, 1946. 464 p.
- AULUS GELLIUS. II. Attic nights. Books VI-XIII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 200*. Tradução de John C. Rolfe. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, 1927. 536 p.
- AULUS GELLIUS. III. The Attic nights. Books XIV-XX . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 212*. Tradução de John C. Rolfe. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, 1952. 500 p.
- CAMÕES, Luís de. Comédia dos enfatriões. In: CAMÕES, Luís de. Obra completa. In: *Biblioteca Luso-brasileira*. Série portuguesa. Organização, introdução, comentários e anotações de Antônio Salgado Júnior. Rio de Janeiro: GB. Companhia Aguilar Editora, 1963. p. 650-695.

- CASSIODORUS. *Chronica*. In: KLAASSEN, Michael Walter. *Cassiodorus' Chronica*. Text, chronography and sources. 2010. 351 p. Tese (Degree of Doctor of Philosophy in Classical Studies) – Faculties of the University of Pennsylvania, University of Pennsylvania, Philadelphia, 2010. p. 35-110.
- CATO AND VARRO. On agriculture. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 283. Tradução de William Davis Hooper. Edição revisada por Harrison Boyd Ash. Cambridge: Harvard University Press, 1935. 543 p.
- CATO. Fragments. In: CORNELL, Timothy J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Volume II. Texts and translations. 2013. p. 155-243.
- CATON. Les origines (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original, tradução e comentários de Martine Chassignet. 2 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2002. 122 p.
- CATULLUS. Tradução de Francis Warre Cornish. In: CATULLUS. TIBULLUS. PERVIGILIUM VENERIS. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 6. Tradução de Francis Warre Cornish, J. P. Postgate e J. W. Mackeill. Revisão de G. P. Goold. 2. ed. 3. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1988] 2017. 376 p.
- CHARISIUS. Flavii Sosipatri Charisii Artis Grammaticae Libri V. Edição de Karl Barwick. Correções e adições de F. Kühnert. 2. ed. Leipzig: B. G. Teubner, [1925] 1964. 541 p. In: *Corpus Grammaticorum Latinorum*. Accès aux sources grammaticales de la Latinité tardive: recherche, parcours textuels et bibliographie. Disponível em: <<http://kaali.linguist.jussieu.fr/CGL/>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- CHARISIUS. In: *Grammatici Latini*. Vol. 1. Flavii Sosipatri Charisii: Artis grammaticae libri V. Diomedis artis grammaticae libri III ex Charisii arte grammatica excerpta. Recensão de Heinrich Keil. Leipzig: B. G. Teubner, 1857, 610 p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 1 ago. 2015.
- CICERO. On the commonwealth and On the laws. In: GEUSS, Raymond; SKINNER, Quentin (ed). *Cambridge texts in the history of political thought*. Edição de James E. G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 207 p.
- CÍCERO. Tratado da República. In: AURÉLIO, Diogo Pires (org). *Clássicos da Política*. Tradução e introdução de Francisco de Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2008. 319 p.

- CICERO. II. De inventione. De optimum genere oratorum. Topica . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 386. Tradução de H. M. Hubbell. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, 1949. 466 p.
- CICERO. III. De oratore. Books I-II . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 348. Tradução de E. W. Sutton. Introdução e revisão de H. Rackham. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, [1942] 1948. 480 p.
- CICERO. IV. De oratore. Book III . De fato. Paradoxa stoicorum. De partitione oratoria. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 349. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942. 438 p.
- CICERO. V. Brutus. Orator. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library*, v. 342. Tradução de G. L. Hendrickson e H. M. Hubbell. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1962. 534 p.
- CICERO. VI. Pro Publio Quinctio. Pro Sexto Roscio Amerino. Pro Quinto Roscio Comoedo. De lege agraria. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library*, v. 240. Tradução de John Henry Freese. Cambridge: Harvard University Press, 1930. 504 p.
- CICERO. VII. Speech against Caecilius. The Verrine orations. Volume I. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 221. Tradução de L. H. G. Greenwood. Cambridge: Harvard University Press, 1928. 504 p.
- CICERO. VIII. The Verrine orations. Volume II. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 293. Tradução de L. H. G. Greenwood. Cambridge: Harvard University Press, 1935. 694 p.
- CICERO. XI. Pro Archia. Post reditum in senatu. Post reditum ad quirites. De domo sua. De haruspicum responsis. Pro Plancio. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 158. Tradução de N. H. Watts. Cambridge: Harvard University Press, 1928. 552 p.
- CICERO. XIII. Pro Caelio. De provinciis consularibus. Pro Balbo. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library*, 447. Tradução de R. Gardner. Cambridge: Harvard University Press, 1958. 759 p.
- CICERO. XIV. Pro Milone. In Pisonem. Pro Scauro. Pro Fonteio. Pro Rabirio Postumo. Pro Marcello. Pro Ligario. Pro Rege Deiotaro. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 252. Tradução de N. H. Watts. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1931] 1953. 548 p.

- CICERO. XV. Philippics. 1-6. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 189*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. Revisão de John T. Ramsey e Gesine Manuwald. Cambridge: Harvard University Press, 2009. 321 p.
- CICERO. XVI. De re publica. De legibus. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 213*. Tradução de Clinton Walker Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1928. 533 p.
- CICERO. XVII. De finibus bonorum et malorum. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library, 40*. Tradução de H. Rackham. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1914] 1931. 512 p.
- CICERO. XVIII. Tusculan disputations. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library, 141*. Tradução de J. E. King. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1945. 578 p.
- CICERO. XX. De senectute. De amicitia. De divinatione. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 154*. Tradução de William Armstead Falconer. Edição revisada. Cambridge: Harvard University Press, 1923. 568 p.
- CICERO. XXI. De officiis. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 30*. Tradução de Walter Miller. Cambridge: Harvard University Press, 1913. 424 p.
- CICERO. XXV. Letters to friends. Volume I. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 205*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 497 p.
- CICERO. XXVI. Letters to friends. Volume II. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 216*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 477 p.
- CICERO. XXVII. Letters to friends. Volume III. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 230*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 479 p.
- CICERO. XXVIII. Letters to Quintus and Brutus. Letters fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of electioneering. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 462*. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1972] 2002. 488 p.
- CICÉRON. La république. Livres II-VI. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Esther Bréguet. 4 imp. Paris: Les Belles Lettres, [1980] 2002. 214 p.

- CICERO. M. Tulli Ciceronis De re publica. De legibus. Cato Maior de senectute. Laelius de amicitia. *Oxford Classical Texts*. Recensão e anotação crítica de J. G. F. Powell. Oxford: Oxford University Press, 2006. 390 p.
- CORNELIUS NEPOS. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 467. Tradução de John C. Rolfe. 8. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1929] 2005. 348 p.
- CORPUS IURIS CIVILIS. Volumen primum. *Institutiones. Digesta*. Recensão das Institutiones por P. Krueger. Recensão do Digesta por T. Mommsen. 5. ed. Berlin: Weidmann, 1879. 882 p.
- DINDORF, Wilhelm. *Scholia Graeca in Euripidis tragoedias*. Ex codicibus aucta et emendata. Tomus IV. Edição de Wilhelm Dindorf. Oxford: Clarendon Press, 1863. 311 p. Disponível em: <<https://archive.org>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- DIO CASSIUS. II. Roman History. Books XII-XXXV. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 37. Tradução de Earnest Cary, baseada na versão de Herbert Baldwin Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1914. 520 p.
- DIODORUS OF SICILY. VI. The Library of History. Books XIV-XV.19. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 399. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1954. 383 p.
- DIODORUS OF SICILY. X. The Library of History. Books XIX.66-XX. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 390. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge: Harvard University Press, 1954. 459 p.
- DIODORUS OF SICILY. XI. The Library of History. Books XXI-XXXII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 409. Tradução de Francis R. Walton. Cambridge: Harvard University Press, 1957. 467 p.
- FRAGMENTA POETARUM ROMANORUM. Coligido e emendado por E. Baehrens. Leipzig: B. G. Teubner, 1886, 427 p. Disponível em: <<https://archive.org>>. Acesso em: 26 out. 2015.
- GAIUS. *Gai institutiones*. Or Institutes of Roman law by Gaius. Tradução e comentários de Eduard Poste. Revisão de E. A. Whittuck. Introdução de A. H. J. Greenidge. 4. ed. Oxford: Clarendon Press, 1904, 668 p. Disponível em: <<https://archive.org>>. Acesso em: 28 jan. 2017.
- GAIUS. *The Institutes of Gaius*. Tradução e introdução de W. M. Gordon e O. F. Robinson. Texto latino de Seckel e Kuebler. 2. imp. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., [1988] 2001. 579 p.

- HERODOTUS. III. Books V-VII. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library*, 119. Tradução de A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1922. 574 p.
- HOMER. Iliad. I. Books 1-12. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library*, v. 170. Tradução de A. T. Murray. Revisão de William F. Wyatt. 2. ed. 2. imp. Harvard: Harvard University Press, [1999] 2003. 591 p.
- HORACE. Satires, epistles, and Ars poetica. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 194. Tradução de H. Rushton Fairclough. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1929. 574 p.
- JEROME. Chronicles. In: (ed.) PEARSE, Roger. *Early Church Fathers*. Additional texts. Disponível em: <<http://www.tertullian.org/fathers/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- JUSTINIAN'S INSTITUTES. Tradução e introdução de Peter Birks e Grant McLeod. Texto latino de Paul Krueger. Ithaca: Cornell University Press, 1987. 160 p.
- JUSTINIAN. *The Digest of Justinian*. Vol. 1. Edição de tradução de Alan Watson. Vários tradutores. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985. 458 p.
- LIVY. I. History of Rome. Books I-II. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 114. Tradução de B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1919. 451 p.
- LIVY. II. History of Rome. Books III-IV. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 133. Tradução de B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1922. 467 p.
- LIVY. III. History of Rome. Books V-VII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 172. Tradução de B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1924. 534 p.
- LIVY. IV. History of Rome. Books VIII-X. Summaries of Books XI-XX. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 191. Tradução de B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1926. 573 p.
- LIVY. V. History of Rome. Books XXI-XXII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 233. Tradução de B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1929. 420 p.
- LIVY. VI. History of Rome. Books XXIII-XXV. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 355. Tradução de Frank Gardner Moore. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, 1940. 531 p.

- LIVY. VII. History of Rome. Books 26-27. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 367. Tradução de Frank Gardner Moore. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1943] 1950. 443 p.
- LIVY. VIII. History of Rome. Books XXVIII-XXX. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 381. Tradução de Frank Gardner Moore. Cambridge: Harvard University Press, 1949. 580 p.
- LIVY. IX. History of Rome. Books 31-34. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 295. Edição e tradução de J. C. Yardley. Introdução de Dexter Hoyos. Cambridge: Harvard University Press, 2017. 614 p.
- LIVY. X. History of Rome. Books 35-37. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 301. Tradução de J. C. Yardley. Cambridge: Harvard University Press, 2018. 490 p.
- LIVY. XI. History of Rome. Books 38-40. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 313. Tradução de J. C. Yardley. Cambridge: Harvard University Press, 2018. 576 p.
- LIVY. XII. History of Rome. Books XL-XLII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 332. Tradução de Evan T. Sage e Alfred Schlesinger. Cambridge: Harvard University Press, 1938. 531 p.
- LIVY. XIII. History of Rome. Books XLIII-XLV. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 396. Tradução de Alfred C. Schlesinger. Cambridge: Harvard University Press, 1951. 433 p.
- LIVY. XIV. History of Rome. Summaries, fragments. Julius Obsequens. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 404. Tradução de Alfred C. Schlesinger. Índice geral de Russel M. Geer. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1959] 1967. 582 p.
- MACROBIUS. I. Saturnalia. Books 1-2. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 510. Edição e tradução de Robert A. Kaster. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 390 p.
- MACROBIUS. II. Saturnalia. Books 3-5. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 511. Edição e tradução de Robert A. Kaster. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 475 p.
- MOLIÈRE. La jalousie du barbouillé. In: MOLIÈRE. *Ouvres complètes*. Prefácio de Pierre-Aimé Touchard. Paris: Éditions du Seuil, 1962. p. 33-39.

- NONIUS MARCELLUS. *De compendiosa doctrina libros XX*. Volumen I. Livros I a III. Edição e aparato crítico de Wallace M. Lindsay. Leipzig: B. G. Teubner, 1903. 344 p.
- NONIUS MARCELLUS. *De compendiosa doctrina libros XX*. Volumen II. Livro IV. Edição e aparato crítico de Wallace M. Lindsay. Leipzig: B. G. Teubner, 1903. 680 p.
- NONIUS MARCELLUS. *De compendiosa doctrina libros XX*. Volumen III. Livros V a XX. Edição e aparato crítico de Wallace M. Lindsay. Leipzig: B. G. Teubner, 1903. 997 p.
- ORF. *Oratorum Romanorum fragmenta*. Liberae rei publicae. Recensão e coleção de Henrica Malcovati. Torino: G. B. Paravia, 1955. 564 p.
- PLINY. Letters, books 1-7. Panegyricus. I. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 55. Tradução de Betty Radice. Cambridge: Harvard University Press, 1969. 565 p.
- PLINY. Natural history. II. Books 3-7. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 352. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942. 664 p.
- PLINY. Natural history. VIII. Books 28-32. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 418. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1963. 596 p.
- PLINY. Natural history. IX. Books 33-35. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 394. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1952. 421 p.
- PLUTARCH. Lives. II. Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 47. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1914. 634 p.
- PLUTARCH. Lives. X. Agis and Cleomenes. Tiberius and Gaius Gracchus. Philopoemen and Flamininus. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 102. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1921. 400 p.
- PLUTARCH. Moralia. III. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 245. Tradução de Frank Cole Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1931. 600 p.

- POLYBIUS. I. The histories. Books 1-2 . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 128*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de W. Walbank e Christian Habicht. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2010. 466 p.
- POLYBIUS. II. The histories. Books 3-4 . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 137*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de W. Walbank e Christian Habicht. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2010. 568 p.
- POLYBIUS. III. The histories. Books 5-8. In: HENDERSON, Jeffrey (ed.). *The Loeb Classical Library, 138*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de Frank W. Walbank e Christian Habicht. Fragmentos não atribuídos editados e traduzidos por S. Douglas Olson. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 607 p.
- POLYBIUS. IV. The histories. Books 9-15 . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 159*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de W. Walbank e Christian Habicht. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2011. 631 p.
- POLYBIUS. V. The histories. Books 16-27 . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 160*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de W. Walbank e Christian Habicht. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2012. 608 p.
- POLYBIUS. VI. The histories. Books 28-39 . Unattributed fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 161*. Tradução de W. R. Paton (Books 28-39). Revisão de W. Walbank e Christian Habicht (Books 28-39). Edição e tradução de S. Douglas Olson (Unattributed fragments). 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, [2012] 1927. 619 p.
- POMPONIUS MELA. De chorographia libri tres. Edição de G. Parthey. Berlim: A. Effert & L. Lindtner, 1867. 247 p. Disponível em: <<http://archive.org/>>. Acesso em: 9 mar. 2020.
- POMPONIUS PORFYRIO. *Pomponi Porfyriionis Commentum in Horatium Flaccum*. Recensão de Alfred Holder. Aeni Pons/Innsbruck: Wagner. 1894. 619 p. Disponível em: <<http://archive.org/>>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- PRISCIANUS. In: *Grammatici Latini*. Vol. 2. Prisciani Institutionum Grammaticarum Libri I – XII. Recensão de M. Herz. Edição de Heinrich Keil. Leipzig: B. G. Teubner, 1855, 597 p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- PRISCIANUS. Prisciani Institutiones. Recensão de M. Herz. Edição de Heinrich Keil. Leipzig: B. G. Teubner, 1855. In: *Corpus Grammaticorum Latinorum*. Accès aux sources grammaticales de la Latinité tardive: recherche, parcours textuels et

- bibliographie. Disponível em: <<http://kaali.linguist.jussieu.fr/CGL/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- QUINTILIAN. II. The orator's education. Books 6-8. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 126*. Edição e tradução de Donald A. Russell. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 483 p.
- QUINTILIAN. V. The orator's education. Books 11-12. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 494*. Edição e tradução de Donald A. Russell. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 432 p.
- SALLUST. The war against Jugurtha. *Aris & Phillips Classical Texts*. Edição, introdução, tradução e comentários de Michael Comber e Catalina Balmaceda. Oxford: Oxbow Books, 2009. 282 p.
- SCHWARTZ, Eduard. *Scholia in Euripidem*. Volumen II. Scholia in Hippolytum Medeam Alcestin Andromacham Rhesum Troades. Coligido, recenseado e editado por Eduard Schwartz. Berlin: G. Reimer, 1891. 440 p. Disponível em: <<https://archive.org>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Historia Romana*. Volumen primum. Recensão de Th. Chr. Harless. London: A. J. Valpy, [1787] 1829. 453 p.
- SEXTUS POMPEUS FESTUS. *De verborum significatu quae supersunt cum Pauli epitome*. Edição de Wallace M. Lindsay. Leipzig: B. G. Teubner. 1913. 573 p. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- TACITUS. V. The annals. Books XIII-XVI. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 322*. Tradução de John Jackson. Cambridge: Harvard University Press, 1937. 426 p.
- TERENCE. II. Phormio. The mother-in-law. The brothers. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 23*. Edição e tradução de John Barsby. Cambridge: Harvard University Press, 2001. 378 p.
- TERTULLIAN. *De pallio*. Tradução e comentários de Vincent Hunink. Amsterdam: J. C. Gieben, Publisher, 2005. 332 p.
- THUCYDIDES. I. History of the Peloponnesian War. Books I and II. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 108*. Tradução de Charles Forster Smith. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1919] 1928 . 464 p.

- VALERIUS MAXIMUS. I. Memorable doings and sayings. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 492. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2000 . 547 p.
- VALERIUS MAXIMUS. II. Memorable doings and sayings. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 493. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2000 . 462 p.
- VARRO. I. On the Latin language. I. Books V-VII. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 333. Tradução de Roland G. Kent. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, [1938] 1951. 367 p.
- VARRO. II. On the Latin language. II. Book VIII-X; fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 334. Tradução de Roland G. Kent. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, [1938] 1951. 676 p.
- VELLEIUS PATERCULUS. Compendium of Roman History. In: VELLEIUS PATERCULUS AND RES GESTAE DIVI AUGUSTI. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 152. Tradução de Frederick W. Shipley. Cambridge: Harvard University Press, 1924. 432 p.
- VIRGIL. II. Aeneid VII-XII. Appendix Vergiliana . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 64. Tradução de H. Rushton Fairclough. Revisão de G. P. Goold. 3. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 590 p.
- VITRUVIUS. I. On architecture. Books I-V. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 251. Edição e tradução de Frank Granger. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1931] 1998. 330 p.

BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

- BALANDIER, Georges. *Anthropologie politique*. 5. ed. Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France, [1967] 2004. 240 p.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 Lda., [1977] 2011. 279 p.
- BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (ed.). *Ethnic groups and boundaries*. The social organization of culture difference. 2 imp. Long Grove: Waveland Press, Inc., [1969] 1998. p. 9-38.
- BEETHAM, David. The legitimation of power. In: JONES, Peter; WEALE, Albert (ed.). *Issues in political theory*. Hampshire: MacMillan Education Ltd., 1991. 267 p.

- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Edipro, [1960] 2016. 174 p.
- BULTMANN, Rudolf. Is existence without presuppositions possible? In: MUELLER-VOLLMER, Kurt. *The hermeneutics reader: texts of the German tradition from the Enlightenment to the Present*. Edição, introdução e notas de Kurt Mueller-Vollmer. New York: The Continuum International Publishing Group Inc., [1985] 2006, p. 241-255.
- COHEN, Anthony P. Culture as identity: an anthropologist's view. *New Literary History*, v. 24, n. 1, *Culture and everyday life*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993. p. 195-209.
- COHEN, Anthony P. The symbolic construction of community. In: HAMILTON, Peter (ed.). *Key Ideas*. 12. imp. New York: Routledge, [1985] 2010. 128 p.
- DELAMATER, John D. Attitudes. In: BORGATTA, Edgar F.; MONTGOMERY, Rhonda J. V. *Encyclopedia of Sociology*. Volume 1. 2. ed. New York: Macmillan Reference USA, 2000. p. 184-192.
- ECO, Umberto. Semiotics of theatrical performance. *The Drama Review: TDR*, v. 21, n. 1. Theatre and social action issue. Cambridge: The MIT Press, 1977. p. 107-117.
- ECO, Umberto. Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. In: GUINSBURG, J. (dir.). *Coleção Estudos*, 89. Tradução de Atílio Cancian. Revisão de texto de J. Guinsburg. 2. ed. 2 imp. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., [1979] 2004. 219 p.
- ECO, Umberto. The theory of signs and the role of the reader. *The Bulletin of the Midwest Modern Language Association*, Chicago, v. 14, n. 1, p. 35-45, 1981.
- ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Tradução de Eliana Aguiar. Revisão técnica de Raffaella de Filippis Quental. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, [2003] 2011. 430 p.
- ECO, Umberto. *Confissões de um jovem romancista*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, [2011] 2018. 152 p.
- FENTON, Steve. Etnicidade. Tradução de Joana Chaves. In: CRUZ, Antônio Oliveira (dir.). *Colecção Epistemologia e Sociedade*, 230. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 247 p.
- FRYE, Northrop. *The educated imagination*. Bloomington: Indiana University Press, 1964. 159 p.

- GEERTZ, Clifford. Deep play: notes on the Balinese Cockfight. In: _____. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973a. p. 412-453.
- GEERTZ, Clifford. Blurred genres: the refiguration of social thought. *The American Scholar*, v. 49, n. 2. Washington: The Phi Beta Kappa Society, 1980. p. 165-179.
- HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: HALL, Stuart (ed). *Representation. Cultural representations and signifying practices*. London: The Open University/Sage Publications Ltd., 1997. p. 223-290.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. In: FÉLIX, Moacyr (dir.). *Série Interpretações da história do homem, 2*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. 6. imp. São Paulo: Paz e Terra, [1970] 1985. p. 17-41.
- HUBERT, Marie-Claude. *As grandes teorias do teatro*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., [2005] 2013. 289 p.
- JURMAIN, Robert; KILGORE, Lynn; TREVATHAN, Wenda; CIOCHON, Russell L. *Introduction do physical anthropology*. Wadsworth: Cengage Learning, 2014. 556 p.
- McGANN, Jerome J. *A critique of modern textual criticism*. 2. imp. Charlottesville: University of Press Virginia, [1983] 1992. 146 p.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. Organização de Gerard Duveen. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2000] 2005. 404 p.
- ORTEGA Y GASSET, José. A idéia do teatro. In: GUINSBURG, J. *Coleção Elos, 25*. Tradução de J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, [1966] 2010. 109 p.
- PAVIS, Patrice. *Analyzing performance*. Theater, dance and film. Tradução de David Williams. 3. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, [1996] 2003. 362 p.
- PEIRCE, Charles Sanders. On the nature of signs. In: _____. *Peirce on signs: writings on semiotic*. Editado por James Hoopes. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, [1873] 1991. p. 141-143.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1972. 329 p.
- POCOCK, J. G. A. The history of political thought: a methodological inquiry. In: POCOCK, J. G. A. *Political thought and history*. Essays on theory and method. 3. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1962] 2011a. p. 3-19.
- RICOEUR, Paul. The model of the text: meaningful action considered as a text. In: RABINOW, Paul; SULLIVAN, William. *Interpretive social science*. A reader. Berkeley: University of California Press, 1979. p. 73-101.

- RYNGAERT, Jean-Pierre. Introdução à análise do teatro. *Coleção leitura e crítica*. Tradução de Paulo Neves. Revisão da tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 192 p.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. Organização de Charles Bally, Albert Sechehaye e Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. 3. ed. 27. imp. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., [1931] 2006. 279 p.
- STEIN, Philip L.; ROWE, Bruce M. *Physical Anthropology*. 10. ed. New York: McGraw-Hill, 2011. 458 p.
- TODOROV, Tzvetan. Perspectivas semiológicas. In: MENDONÇA, Antônio Sérgio; NEVES, Luiz Felipe Baeta (or.). *Novas perspectivas em comunicação, 2*. Semiologia e linguística. Introdução de Antônio Sérgio Mendonça. Tradução de Lígia Maria Pondé Vassallo e Moacy Cirne. Petrópolis: Editôra Vozes Ltda., 1971. p. 26-36.
- TURNER, Victor. *From ritual to theatre*. The human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982. 127 p.
- UBERSFELD, Anne. Para ler o teatro. In: GUINSBURG, J. (dir.). *Coleção Estudos*. Tradução de José Simões Almeida Junior (coord.), Edvanda Bonavina da Rosa, Lídia Fachin e Maria Celeste Consolin Dezoti. São Paulo: Perspectiva, [1996] 2010. 202 p.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 7-72.

OBRAS DE APOIO

- ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 826.
- ADAMS, J. N. *The regional diversification of Latin 200 BC – AD 600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 848 p.
- ALVAREZ, Beethoven Barreto. *Senário iâmbico em Plauto: efeitos em Persa e Estico*. 2016. 212 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- AMADASI GUZZO, Maria Giulia. Le plurilinguisme dans l’onomastique personnelle à l’époque néopunique. *Antiquités africaines, n. 38-39*. Aix-en-Provence: Centre Camille Jullian (CNRS), 2002. p. 281-288.

- AMADASI GUZZO, Maria Giulia. On the beginnings of the Punic scripts. *Vicino & Medio Oriente*, n. 15. Roma: Università di Roma “La Sapienza”, 2011. p. 119-132.
- AMADASI GUZZO, Maria Giulia; LÓPEZ, José Ángel Zamora. The epigraphy of the Tophet. *Studi epigrafici e linguistici sul Vicino Oriente antico (SEL)*, n. 29-30. Verona: Essedue Edizioni, 2012-2013. p. 159-192.
- ANDERSON, William S. *Barbarian play*. Plautus’ Roman comedy. 2. imp. Toronto: University of Toronto Press, [1993] 1996. 184 p.
- ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. Ideologia escravista em ‘Aulularia’, de Plauto. In: VIEIRA, Ana Livia Bomfim; ROSA, Claudia Beltrão (org.). *Teatro grego e romano. História, cultura e sociedade*. São Luiz: Casa Editorial Queiroz Carvalho Ltda./Editora UEMA, 2015. p. 143-156.
- ARCELLASCHI, André. Amphitryon trismégiste. *Vita Latina*, n. 148. Montpellier: Université de Montpellier, 1997. p. 10-22.
- ASTIN, Alan E. *Cato the censor*. Oxford: Clarendon Press, 1978. 371 p.
- AUBERT, Eduardo Henrik. *A prosa de Catão: módulos, procedimentos, funções*. 2020. 607 p. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- AUBERT, Jean-Jacques. Business managers in ancient Rome. A social and economic study of Institores, 100 B.C. - A.D. 250. In: HARRIS, William V.; KRISTELLER, Paul Oskar; RICE, Jr., Eugene F.; CAMERON, Alan; COULTER, James A.; BRILLIANT, Richard; SAID, Suzanne (dir.). *Columbia Studies in the Classical Tradition*, 21. Leiden: E. J. Brill, 1994. 520 p.
- AUBET, Maria Eugenia. *The Phoenicians and the West*. Politics, colonies, and trade. Tradução de Mary Turton. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, [1994] 2001. 432 p.
- BABLITZ, Leanne. *Actors and audience in the Roman courtroom*. New York: Routledge, 2007. 290 p.
- BADIAN, Ernst. Aetolica. *Collection Latomus*, t. 17, n. 12. Bruxelles: Latomus-Revue d’Études Latines, 1958a. p. 197-211.
- BADIAN, Ernst. *Foreign clientelae (264-70 B.C.)*. Oxford: Clarendon Press, 1958b. p. 342.

- BADIAN, Ernst. Ennius and his friends. In: SKUTSCH, Otto (pres.). Ennius. Sept exposés suivis de discussions. In: REVERDIN, Olivier (ed.). *Entretiens sur l'antiquité Classique*, 17. Genève: Fondation Hardt, 1972. p. 149-199.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. In: NITRINI, Sandra; SAMAIN, Etienne (ed.). *Linguagem e cultura*, 12. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec Editora Ltda., [1965] 2013. 419 p.
- BAKKUM, Gabriël Cornelis Leonides Maria. *The Latin dialect of the Ager Faliscus*. 150 years of scholarship. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009. 2 v. 678 p.
- BALSDON, J. P. V. D. *Romans and aliens*. London: George Duckworth and Co. Ltd., 1979. 310 p.
- BARBER, Helen Esther. *Plautus and the sentimental ideal of the Roman family*. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Classics and Ancient History, Durham University, Durham, 2011.
- BARONOWSKI, Donald Walter. The 'formula togatorum'. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 33, H. 2. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1984. p. 248-252.
- BASLEZ, Marie-Françoise. La première présence romaine a Délos. In: RIZAKIS, Athanassios D. (ed.). Roman onomastics in the Greek East. Social and political aspects. INTERNATIONAL COLLOQUIUM ORGANIZED BY THE FINISH INSTITUTE AND THE CENTRE FOR GREEK AND ROMAN ANTIQUITY, 1993, Athens. *Proceedings... MELETHMATA*, 21. Research Center for Greek and Roman Antiquity. National Hellenic Research Foundation. Paris: Diffusion de Bocard, 1996. p. 215-224.
- BASLEZ, Marie-Françoise. La question des étrangers dans les cités grecques (V^e -I^{er} siècles). Immigration et partenariat économique. *Pallas*, n. 74. Économies et Sociétés em Grèce classique et hellénistique. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2007. p. 213-236.
- BASS Jr., Harold F. Historical dictionary of United States political parties. In: *Historical dictionaries of U.S. history and politics*, 14. 2. ed. Lanham: The Scarecrow Press, Inc, 2009. 437 p.
- BAYET, Jean. La religion romaine. Histoire politique et psychologique. *Petite Bibliothèque Payot*, 281. 2. ed. Paris: Éditions Payot, 1969. 331 p.
- BEACHAM, Richard C. *The Roman theatre and its audience*. Harvard: Harvard University Press, 1991. 267 p.

- BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. *Religions of Rome*. Volume I. A history. Cambridge: Cambridge University Press, [1998] 2004. 454 p.
- BEARE, W. Plautus and his public. *The Classical Review*, v. 42, n. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1928. p. 106-111.
- BEARE, W. *The Roman stage*. A short history of Latin drama in the time of the Republic. Cambridge: Harvard University Press, 1951. 292 p.
- BECKER, J. A. The Villa delle Grotte at Grottarossa and Early Roman villas. *The Journal of Roman Archaeology*, v. 19. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2006. p. 213-220.
- BEDERMAN, David J. *International law in Antiquity*. 2. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [2001] 2004. 322 p.
- BEN ABDALLAH, Zeineb Benzina. Supplément au catalogue des inscriptions latines païennes du Musée du Bardo. Inscriptions funéraires inédites de provenance inconnue. *Antiquités africaines*, n. 32. Aix-en-Provence: Centre Camille Jullian (CNRS), 1996. p. 113-143.
- BENZ, Frank L. Personal names in the Phoenician and Punic inscriptions. In: *Studia POHL*. Dissertationes scientificae de rebus orientis antiquae, 8. Rome: Biblical Institute Press, 1972. 511 p.
- BERGER, Adolf. Encyclopedic dictionary of Roman law. *Transactions of the American Philosophical Society*, v. 43, part 2 (New Series). 3. imp. Philadelphia: The American Philosophical Society, [1953] 1991. p. 808.
- BERGER, Philippe. Vase de plomb avec inscription bilingue découvert à Carthage. Suivi d'une nouvelle épitaphe de prêtresse carthaginoise et d'une inscription punique sur une amphore. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n. 3. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1903. p. 194-198.
- BERGER, Philippe. Dernières découvertes épigraphiques du R. P. Delattre. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, v. 48, n. 1. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1904. p. 18.
- BEXLEY, Erica M. Plautus and Terence in performance. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 462-476.
- BIEBER, Margarete. *The history of the Greek and Roman theater*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1961. 343 p.

- BIRKS, Peter; McLEOD, Grant. Introduction. In: JUSTINIAN'S INSTITUTES. Tradução e introdução de Peter Birks e Grant McLeod. Texto latino de Paul Krueger. Ithaca: Cornell University Press, 1987. p. 7-28.
- BLAWATSKY, Tatiana. Über den Sklavenmarkt am Aktion. *Klio, Beiträge zur Alten Geschichte, Bd. 56*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co., 1974. p. 497-500.
- BLOCH, Raymond. *La divination*. Essai sur l'avenir et son imaginaire. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991. 207 p.
- BONFANTE, Larissa. *Etruscan dress*. 2. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003. 256 p.
- BONFANTE WARREN, Larissa. Roman triumphs and Etruscan kings: the changing face of the triumph. *The Journal of Roman Studies*, v. 60. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1970. p. 49-66.
- BOTSFORD, George Willis. *The Roman assemblies*. From their origin to the end of the Republic. New York: The McMillan Company, 1909. 521 p.
- BOURDIN, Stéphane; CROUZET, Sandrine. Des italiens à Carthage? Réflexions à partir de quelques inscriptions puniques de Carthage. In: POCETTI, Paolo (dir.). *L'onomastica dell'Italia antica: aspetti linguistici, storici, culturali, tipologici e classificatori*. *Collection de l'École française de Rome*, 413. Roma: École Française de Rome, 2009. p. 443-494.
- BRADLEY, Guy J. *Ancient Umbria*. State, culture, and identity in central Italy from the Iron Age to the Augustan era. Oxford: Oxford University Press, 2000. 333 p.
- BRADLEY, Guy J. Colonization and identity in Republican Italy. In: BRADLEY, Guy J.; WILSON, John Paul. (ed.). *Greek and Roman colonization*. Origins, ideologies and interactions. Swansea: The Classical Press of Wales, 2006. p. 161-187.
- BRADLEY, Keith R. Slavery and society at Rome. In: CARTLEDGE, Paul A.; GARNSEY, Peter D. A. *Key Themes in Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 202 p.
- BRANDÃO, José Luís Lopes. O 'Poenulus' de Plauto e o seu tempo. In: SOUSA E FIALHO, Maria de Fátima; FIALHO, Maria do Céu Grácio Zambujo; BRANDÃO, José Luís Lopes (ed). *O livro do tempo: escritas e reescritas*. Teatro Greco-latino e sua recepção, 1. Edição de James E. G. Zetzel. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume, 2016. p. 285-301.

- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. In: GUINSBURG, J. (dir.). *Coleção Debates, 131*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. 2 imp. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., [1969] 2017. 289 p.
- BRETONE, Mario. História do direito romano. *Nova História, n. 36*. Tradução de Isabel Teresa dos Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Editorial Estampa Lda, [1987] 1998. 381 p.
- BRISCOE, John; RICH, John W. General introduction. The citing authorities. Charisius. In: CORNELL, Timothy J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Volume I. Introduction. 2013a. p. 52-53.
- BRISCOE, John; RICH, John W. General introduction. The citing authorities. Priscianus. In: CORNELL, Timothy J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Volume I. Introduction. 2013b. p. 114-115.
- BRISCOE, John; RICH, John W. General introduction. The citing authorities. L. Cassius Hemina. In: CORNELL, Timothy J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Volume I. Introduction. 2013c. p. 219-223.
- BROADHEAD, Will. Colonization, land distribution, and veteran settlement. In: ERDKAMP, Paul (ed.). *A companion to the Roman army*. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 148-163.
- BRODERSEN, Kai. Appian. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 126.
- BROUGHTON, T. Robert S. The magistrates of the Roman Republic, volume I: 509 BC – 100 BC. In: DE LACY, Phillip H (ed.). *Philological Monographs of the American Philological Association, 15*. 2. ed. Atlanta: Scholars Press, [1951] 1986. 578 p.
- BROUGHTON, T. Robert S. The magistrates of the Roman Republic, volume II: 99 BC – 31 BC. In: DE LACY, Phillip H (ed.). *Philological Monographs of the American Philological Association, 15*. Atlanta: Scholars Press, 1952. 647 p.
- BROWN, Peter G. M. Actors and actor-managers at Rome in the time of Plautus and Terence. In: EASTERLING, Pat; HALL, Edith (ed.). *Greek and Roman actors*. Aspects of an ancient profession. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 225-237.
- BRUNT, P. A. *Italian manpower. 225 B.C.-A.D. 14*. Oxford: Clarendon Press, [1971] 2001. 762 p.

- BRUNT, P. A. Conflits sociaux en république romaine. In: VIDAL-NAQUET, Pierre (dir.). *Textes a l'appui*. Histoire classique. Paris: Librairie François Maspero, [1971] 1979. 197 p.
- BUCKLAND, W. W. *A text-book of Roman law from Augustus to Justinian*. Cambridge: At the University Press, 1921. 756 p.
- BUCKLAND, W. W.; McNAIR, Arnold D.; LAWSON, F. H. *Roman law and common law*. A comparison in outline. 2. ed. 2. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1952] 1974. 756 p.
- BUFFONE, Mateus Henriques. *Rindo do casamento romano: uma análise das relações conjugais nas comédias "Amphitruo", "Aulularia", "Casina" e "Maneche" de Plauto*. 2013. 133 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BURDEN-STREVEENS, Christopher W. Fictitious speeches, envy, and the habituation to authority: writing the collapse of the Roman Republic. In: MADSEN, Jesper Majbom; LANGE, Carsten Hjort (ed.). *Cassius Dio: Greek intellectual and Roman politician. Historiography of Rome and its empire*. Volume 1. Leiden: Brill, 2016. p. 193-216.
- BURDEN-STREVEENS, Christopher W. Introduction. In: BURDEN-STREVEENS, Christopher W.; LINDHOLMER, Mads Ortving (ed.). *Cassius Dio's forgotten history of early Rome*. Leiden: E. J. Brill, 2019. p. 1-23.
- CAMERON, Averil M. Eusebius. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 555-556.
- CAMPBELL, Constance. The uncompleted theatres of Rome. In: *Theatre Journal*, v. 55, n. 1. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003. p. 67-79.
- CAMPS, Gabriel. Les numides et la civilisation punique. *Antiquités africaines*, n. 14. Aix-en-Provence: Centre Camille Jullian (CNRS), 1979. p. 43-53.
- CANESTRELLI, Gioal. Reconstructing the Barcid world. A journey through literary, iconographic and archaeological sources. In: VALENTI, Marco; RICCI, Stefano; FRONZA, Vittorio (cura). *Ricostruzione storica per il racconto della quotidianità: dalle fonti alla narrazione*. Firenze: Edizioni all'Insegna del Giglio, 2018. p. 129-138.

- CARCOPINO, Jérôme. *Daily life in ancient Rome*. The people and the city at the height of the Empire. Edição, bibliografia e notas de Henry T. Rowell. Tradução de E. O. Lorimer. New Haven: Yale University Press, [1940] 1968. 342 p.
- CARCOPINO, Jérôme. À propos du traité de l'Èbre. *Comptes-rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres*, v. 104, n. 1. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 1960. p. 341-346.
- CARDOSO, Isabella Tardin. Actors and audience. In: FRANKO, George Fredric; DUTSCH, Dorota (ed.). *A companion to Plautus*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc, 2020. p. 61-75.
- CARLSEN, Jesper. Vilici and Roman estate managers until AD 284. *Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum 24*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1995. 208 p.
- CARTLEDGE, Paul. *The Spartans*. The world of the warrior-heroes of ancient Greece. 3. imp. New York: Vintage Books, 2004. 306 p.
- CÀSSOLA, Filippo. *I gruppi politici romani nel III secolo A.C.* 2. imp. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, [1962] 1968. 436 p.
- CASSON, Lionel. *Ships and seamanship in the Ancient World*. 2. imp. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, [1971] 1995. 470 p.
- CAVEN, Brian. *The Punic Wars*. London: Book Club Associates, 1980. 308 p.
- CHABOT, Jean-Baptiste. Les inscriptions puniques de Dougga. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n. 2. Paris: Auguste Picard, Éditeur, 1916. p. 119-131.
- CHABOT, Jean-Baptiste. Une inscription funéraire grecque d'époque punique découverte à Carthage par le R. P. Delattre. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n. 1. Paris: Auguste Picard, Éditeur, 1926. p. 41.
- CHAKER, Salem. Mastabanal: note linguistique complémentaire. In: CHAKER, Salem (dir.). *Encyclopédie berbère*, 30. 2010. p. 4688-4671. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/>>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- CHAMPION, Craige B. Glossary. In: CHAMPION, Craige B (ed.). *Roman imperialism: readings and sources*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 308-311.
- CHAPLIN, Jane D. *Livy's exemplary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 245 p.

- CHARADE, Stéphane. *L'intégration politique, sociale et religieuse des Rhômaïoi dans les cites d'Athènes et de Délos (de la basse époque hellénistique jusqu'au règne des Julio-Claudiens)*. 2009. 351 p. Mémoire présenté comme exigence partielle de la Maîtrise en Histoire – Université du Québec à Montréal, Montréal, 2009.
- CHASSIGNET, Martine. Notes complémentaires. In: CATON. Les origines (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original, tradução e comentários de Martine Chassignet. 2 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2002. p. 57-106.
- CHASSIGNET, Martine. Introduction. In: L'annalistique romaine. Tome I. Les annales des Pontifes. L'annalistique ancienne (fragments). *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Martine Chassignet. 2. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. vii-cvii.
- CHATELAIN, Émile. Notice sur Gustave Loewe. *Revue des philologie de littérature et d'histoire anciennes*, t. 8. Nouvelle série. Paris: C. Klincksieck, 1884. p. 106-107.
- CLACKSON, James. Classical latin. In: CLACKSON, James (ed.). *A companion to the Latin language*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011. p. 236-256.
- CLACKSON, James; HORROCKS, Geoffrey. *The Blackwell history of the latin language*. Malden: Blackwell Publishing, 2007. 234 p.
- CLARK, J. N. C. The annotations of Ekkehart IV in the Orosius ms., St-Gall 621. *ALMA – Archivum Latinitatis Medii Aevi*, v. 7. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1932. p. 5-35.
- CLEMENS, Raymond; GRAHAM, Timothy. *Introduction to manuscript studies*. Ithaca: Cornell University Press, 2007. 301 p.
- COARELLI, Filippo. Pits and fora: a reply to Henrik Mouritsen. *Papers of the British School at Rome*, v. 73. London: The British School at Rome, 2005. p. 23-30.
- COLINI, A. M. Il porto fluviale del foro boario a Roma (The river port of the Forum Boarium at Rome). *Memoirs of the American Academy in Rome*, v. 36. The seaborne commerce of Ancient Rome: studies in Archaeology and History. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1980. p. 43-53.
- COLLIN, P. H. *Dictionary of politics and government*. 3. ed. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2004. 263 p.
- COLONNA, Giovanni. Gli scavi del 1852 ad Ardea e l'identificazione dell'Aphrodisium. *Archeologia Classica*, v. 47. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1995. p. 1-67.

- COLONNA, Giovanni. L'Apollo di Pyrgi, Śur/Śuri (il "Nero") e l'Apollo 'Sourios'. *Studi Etruschi*, v. 73, n. 7. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2009. p. 101-134.
- COMBER, Michael; BALMACEDA, Catalina. Introduction. In: SALLUST. The war against Jugurtha. *Aris & Phillips Classical Texts*. Edição, introdução, tradução e comentários de Michael Comber e Catalina Balmaceda. Oxford: Oxbow Books, 2009. p. 1-35.
- CONSOLO LANGHER, Sebastiana Nerina. Erice e il 'koinon' degli elimini nella storia della Sicilia occidentale tra VI e IV sec. A. C. In: GIORNATE INTERNAZIONALI DI STUDI SULL'AREA ELIMA, 3., 1997, Gibellina-Erice-Contessa Entellina. *Atti...* Pisa: CESDAE – Centro Studi e Documentazione sull'Area Elima, 2000. p. 287-310.
- CONWAY, R. S. *The Italic dialects*. Volume I. Edited with a grammar and glossary. Cambridge: University Press, 1897. 456 p.
- COOK, Jeanette Deirdre. *'The Stichus of Plautus': an introduction and elementary commentary*. 1965. 184 p. Dissertação (Master of Arts) – Bedford College, University of London, 1965.
- CORNELL, Timothy John. *Cato's Origines and the non-Roman historical tradition about ancient Italy*. 1972. 421 p. Tese – University College London, London, 1972.
- CORNELL, Timothy John. *The beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000 – 264 BC)*. 3. imp. New York: Routledge, [1995] 2001. 507 p.
- CORNELL, Timothy John. M. Porcius Cato. Commentary. In: CORNELL, Timothy J. (ed.). *The fragments of the Roman historians*. Volume III. Commentary. 2013. p. 63-159.
- COSTA, Lilian Nunes. Metapoesia no prólogo da "tragicomoedia" "Anfitrião", de Plauto. *Língua, literatura e ensino*, v. 3. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 117-126.
- COSTA, Lilian Nunes. *Gêneros poéticos na comédia de Plauto: traços de uma poética plautina*. 2014. 275 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- COULANGES, Fustel de. Les origines du système féodal. Le bénéfice et le patronat pendant l'époque mérovingienne. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Revisão e completção de Camille Jullian a partir do manuscrito e das notas do autor. 2. ed. Paris: Librairie Hachette, 1900. 430 p.

- COULTER, Cornelia Catlin. *Retractatio in the Ambrosian and Palatine recensions of Plautus. A study of the Persa, Poenulus, Pseudolus, Stichus and Trinummus. Bryn Mawr College Monographs, Monograph Series, vol. 10.* Bryn Mawr: Bryn Mawr College, 1911. 118 p.
- CRAWFORD, Michael H. *The Roman Republic.* 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1992. 240 p.
- CRAWFORD, Michael H.; LINTOTT, A. W.; MATTINGLY, H. B. *Lex repetundarum.* In: CRAWFORD, Michael H. (ed.). *Roman statutes. Volume I.* In: SORABJI, Richard (ed.). *Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement, 64.* London: Institute of Classical Studies-School of Advanced Study-University of London, 1996, p. 65-112.
- CROUZET, Sandrine. *Les statuts civiques dans l'Afrique punique. De l'historiographie moderne à l'historiographie antique. Mélanges de l'école française de Rome. Antiquité, t. 115, n. 2.* Paris: Éditions de Boccard, 2003. p. 655-703.
- CSAPO, Eric. *The men who built the theatres: 'Theatropolai', 'Theatronai', and 'Arkhitektones'.* In: WILSON, Peter (ed.). *The Greek theatre and festivals. Documentary studies.* In: BOWMAN, Alan; COOLEY, Alison (ed.). *Oxford studies in ancient documents.* Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 87-115.
- CSAPO, Eric; SLATER William J. *The context of ancient drama.* 4. imp. Ann Arbor: The University of Michigan Press, [1998] 2001. 452 p.
- DE LA VILLE DE MIRMONT, H. C. *La date des Captivi de Plaute. Revue des Études Anciennes, v. 20, t. 1.* Bordeaux: Université Bordeaux Montaigne, 1918. p. 25-32.
- DELATTRE, Alfred Louis. *Nouveau disque en plombe avec inscription gréco-punique. Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, v. 47, n. 5.* Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1903. p. 387-388.
- DELATTRE, Alfred Louis. *Lettre à M. Ph. Berger, membre de l'Académie, inscriptions puniques. Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, v. 49, n. 2.* Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1905. p. 168-176.
- DE LIGHT, Luuk. *Roman manpower resources and the proletarianization of the Roman army in the second century BC.* In: DE BLOIS, Lukas; LO CASCIO, Elio. (ed.). *The impact of the Roman army (200 BC - AD 476). Proceedings of the Sixth Workshop of the International Network. Impact of Empire (Roman Empire, 200 BC - AD 476).* In: DE BLOIS, Lukas; CHANIOTIS, Angelos; DEMOUGIN, Ségolène; HEKSTER,

- Olivier; DE KLEIJN, Gerda; DE LIGT, Luuk; LO CASCIO, Elio; PEACHIN, Michel; RICH, John; WITSCHERL, Christian (ed.). *Impact of Empire*. Volume 6. Leiden: Brill, 2007a. p. 3-20.
- DE LIGT, Luuk. Roman manpower and recruitment during the Middle Republic. In: ERDKAMP, Paul (ed.). *A companion to the Roman army*. Malden: Blackwell Publishing, 2007b. p. 114-131.
- DE MELO, Wolfgang. Amphitruo, or Amphitryon. Introductory note. In: PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 60*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011a. p. 3-9.
- DE MELO, Wolfgang. Asinaria, or The comedy of asses. Introductory note. In: PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 60*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011b. p. 134-139.
- DE MELO, Wolfgang. Bacchides, or The two Bacchises. Introductory note. In: PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 60*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011d. p. 356-361.
- DE MELO, Wolfgang. Captivi, or The captives. Introductory note. In: PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 60*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011e. p. 501-505.
- DE MELO, Wolfgang. Casina. Introductory note. In: PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 61*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011f. p. 3-9.
- DE MELO, Wolfgang. Cistellaria. Introductory note. In: PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 61*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011g. p. 123-131.

- DE MELO, Wolfgang. Curculio. Introductory note. In: PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 61*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011h. p. 219-225.
- DE MELO, Wolfgang. Epidicus. Introductory note. In: PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 61*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011i. p. 317-323.
- DE MELO, Wolfgang. General introduction. In: PLAUTUS. I. Amphitryon. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 60*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011j. p. xiii-cxxii.
- DE MELO, Wolfgang. Menaechmi. Introductory note. In: PLAUTUS. II. Casina. The casket comedy. Curculio. Epidicus. The two Menaechmuses. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 61*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011k. p. 418-423.
- DE MELO, Wolfgang. Mercator. Introductory note. In: PLAUTUS. III. The merchant. The braggart soldier. The ghost. The persian. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 163*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011l. p. 3-9.
- DE MELO, Wolfgang. Miles gloriosus. Introductory note. In: PLAUTUS. III. The merchant. The braggart soldier. The ghost. The persian. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 163*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011m. p. 130-137.
- DE MELO, Wolfgang. Mostellaria. Introductory note. In: PLAUTUS. III. The merchant. The braggart soldier. The ghost. The persian. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 163*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011n. p. 307-313.
- DE MELO, Wolfgang. Persa. Introductory note. In: PLAUTUS. III. The merchant. The braggart soldier. The ghost. The persian. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 163*. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2011o. p. 444-449.
- DE MELO, Wolfgang. Poenulus. Introductory note. In: PLAUTUS. IV. The little Carthaginian. Pseudolus. The rope. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb*

- Classical Library*, 260. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2012a. p. 2-15.
- DE MELO, Wolfgang. Rudens. Introductory note. In: PLAUTUS. IV. The little Carthaginian. Pseudolus. The rope. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 260. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2012c. p. 390-399.
- DE MELO, Wolfgang. Trinummus. Introductory note. PLAUTUS. V. Stichus. Three-dollar day. Truculentus. The tale of a traveling-bag. Fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 328. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2013a. p. 108-117.
- DE MELO, Wolfgang. Truculentus. Introductory note. PLAUTUS. V. Stichus. Three-dollar day. Truculentus. The tale of a traveling-bag. Fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 328. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2013b. p. 252-263.
- DE MELO, Wolfgang. Vidularia. Introductory note. PLAUTUS. V. Stichus. Three-dollar day. Truculentus. The tale of a traveling-bag. Fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 328. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2013c. p. 387-395.
- DE MELO, Wolfgang. Fragments. Introductory note. PLAUTUS. V. Stichus. Three-dollar day. Truculentus. The tale of a traveling-bag. Fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 328. Edição e tradução de Wolfgang de Melo. Cambridge: Harvard University Press, 2013d. p. 419-422.
- DE MELO, Wolfgang. Plautus' dramatic predecessors and contemporaries in Rome. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 447-461.
- DENCH, Emma. Cicero and Roman identity. In: STEEL, Catherine (ed.). *The Cambridge companion to Cicero*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 122-137.
- DEROW, P. S. Polybius, Rome and the east. *The Journal of Roman Studies*, v. 69. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1979. p. 1-15.
- DEROW, Peter Sidney. The arrival of Rome: from the Illyrian wars to the fall of Macedon. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A companion to the hellenistic world*. 3. imp. Malden: Blackwell Publishing Ltd., [2003] 2009. p. 51-70.

- DEROW, Peter Sidney. Pyrrhus. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1245.
- DEVELIN, R. Patterns of office-holding. 366-49 B.C. *Collection Latomus*, v. 161. Bruxelles: Latomus-Revue d'Études Latines, 1979. 110 p.
- DIBDIN, Frognall. *An introduction to the knowledge of rare and valuable editions of the Greek and Latin classics; Including an account of polyglot Bibles. The best Greek, and Greek and Latin, editions of the Septuagint and New Testament. The scriptiones de re rustica. Greek romances, and lexicons and grammars. Volume II*. 3. ed. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, 1827. 460 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- DILKE, O. A. W. *The Roman land surveyors. An introduction to the Agrimensores*. New York: Barnes and Noble, Inc, 1971. 260 p.
- DI STEFANO MANZELLA, Ivan. Lo stato giuridico di Falerii Novi dalla fondazione al III secolo d.C. In: La civiltà dei Falisci. *Atti del XV Convegno di studi etruschi e di italici, Civita Castellana 28-31 maggio 1987*. Florence: Olshki, 1990. p. 341-368.
- DITTENBERGER, W. Marcus Valerius Muttines. *Hermes*, Bd. 15, H. 1. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1880. p. 158-160.
- DIXON, Suzanne. *The Roman family*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992. 279 p.
- DRIDI, Hédi. Carthage et le monde punique. *Guide Belles Lettres des Civilisations*, 21. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 2006. 287 p.
- DUBUISSON, Michel. La place du grec dans la société romaine: à propos d'un ouvrage récent. *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. 63, f. 1. *Antiquité*. Bruxelles: Société pour le Progrès des Études Philologiques et Historiques, 1985. p. 108-115.
- DUCKWORTH, George E. General introduction. In: _____. *The complete Roman drama*. All the extant comedies of Plautus and Terence, and the tragedies of Seneca, in a variety of translations. Volume one. Edição e introdução de George E. Duckworth. New York: Random House, 1942. p. xi-xlvi.
- DUCKWORTH, George E. *The nature of Roman comedy*. Introdução e apêndice bibliográfico de Richard Hunter. 2. ed. Norman: University of Oklahoma Press, 1994. 509 p.

- DUMONT, Jean-Christian. Cantica et espace de représentation dans le théâtre latin. In: LE GUEN, Brigitte (dir.). De la scène aux gradins. *Pallas. Revue d'études antiques*, n. 47. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 1997. p. 41-50.
- DUNCAN, Anne. *Performance and identity in the classical world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 242 p.
- DYSON, Stephen L. The family and the Roman countryside. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 431-444.
- ELLIOTT, Jackie. *Ennius and the architecture of the Annales*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 556 p.
- ERDKAMP, Paul. Polybius and Livy on the allies in the Roman army. In: DE BLOIS, Lukas; LO CASCIO, Elio. (ed.). The impact of the Roman army (200 BC - AD 476). Proceedings of the Sixth Workshop of the International Network. Impact of Empire (Roman Empire, 200 BC - AD 476). In: DE BLOIS, Lukas; CHANIOTIS, Angelos; DEMOUGIN, Ségolène; HEKSTER, Olivier; DE KLEIJN, Gerda; DE LIGT, Luuk; LO CASCIO, Elio; PEACHIN, Michel; RICH, John; WITSCHHEL, Christian (ed.). *Impact of Empire*. Volume 6. Leiden: Brill, 2007. p. 47-74.
- ERDKAMP, Paul. Soldiers, Roman citizens, and Latin colonists in Mid-Republican Italy. *Ancient Society*, v. 41. Leuven: Peeters Publishers, 2011. p. 109-146.
- ERNOUT, Alfred. Introduction. In: PLAUTE. Comédies. Tome I. Amphitryon. Asinaria. Aulularia. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1932] 2010. p. v-xli.
- ERNOUT, Alfred. Casina (Casine). Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome II. Bacchides. Captivi. Casina. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 8. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1933] 2003a. p. 152-157.
- ERNOUT, Alfred. Cistellaria (La cassette). Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome III. Cistellaria. Curculio. Epidicus. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 8. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1933] 2003b. p. 8-11.
- ERNOUT, Alfred. Miles gloriosus (Le soldat fanfaron). Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome IV. Menaechmi. Mercator. Miles gloriosus. *Collection des*

- Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 9. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1936] 2003c. p. 163-169.
- ERNOUT, Alfred. Persa (Le persan). Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome V. Mostellaria. Persa. Poenulus. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1938] 2003d. p. 94-97.
- ERNOUT, Alfred. Poenulus. Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome VII. Trinummus. Truculentus. Vidularia. Framents. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1947] 2003e. p. 164-168.
- ERNOUT, Alfred. Trinummus (Le trois écus). Notice. In: PLAUTE. Comédies. Tome VII. Trinummus. Truculentus. Vidularia. Framents. *Collection des Universités de France*. Estabelecimento do original e tradução de Alfred Ernout. 4. imp. Paris: Les Belles Lettres, [1947] 2003f. p. 8-15.
- FABRE, Georges. *Libertus*. Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine. Roma: École Française de Rome, 1981. 426 p.
- FAIRCLOUGH, H. Rushton. 'Ars poetica' or Epistle to the Pisos. In: HORACE. Satires, epistles, and Ars poetica . In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library, 194*. Tradução de H. Rushton Fairclough. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1929. p. 442-449.
- FANTAR, Mhamed Hassine. À propos de la presence des Grecs à Carthage. *Antiquités africaines, n. 34*. Aix-en-Provence: Centre Camille Jullian (CNRS), 1998. p. 11-19.
- FARNEY, Gary D. The name-changes of legendary romans and Etruscan-Latin bilingual inscriptions: strategies for romanization. *Etruscan studies, n. 13*. 2010. p. 149-157.
- FERRARY, Jean-Louis. Philhellénisme et impérialisme. Aspects idéologiques de la conquête romaine du monde hellénistique. De la Seconde Guerre de Macédonie à la guerre contre Mithridate. *Bibliothèque des études française de Athènes et de Rome*. Paris: École Française de Rome, 1988. 690 p.
- FERRI, Ronaldo. The reception of Plautus in Antiquity. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 767-781.
- FEUGERE, Michel. *Les armes des romains*. De la République à l'Antiquité tardive. Paris: Editions Errance, 1993. 287 p.

- FÉVRIER, James. Inscriptions puniques et néopuniques. *Études d'Antiquités africaines*, n. 1. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1966. p. 81-132.
- FINLEY, Moses I. *Politics in the Ancient World*. 8. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1983] 2002. 152 p.
- FISHER, Jay. *The Annals of Quintus Ennius and the Italic tradition*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. 206 p.
- FLETCHER, H. George. A royal French privilege for Paolo Manutio, Folembay, 30 November 1546. *The Papers of the Bibliographical Society of America*, v. 106, n. 3. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. p. 373-382.
- FLOCAS, Helena; KARACOSTAS, Th. Cyclogenesis over the Aegean Sea: identification and synoptic categories. *Meteorological Applications*, v. 3, n. 1. The Royal Meteorological Society. Wiley, 2007. p. 53-61.
- FOMIN, Andriy. Speeches in Dio Cassius. In: MADSEN, Jesper Majbom; LANGE, Carsten Hjort (ed.). *Cassius Dio: Greek intellectual and Roman politician. Historiography of Rome and its empire*. Volume 1. Leiden: Brill, 2016. p. 217-237.
- FONTAINE, Michael. *Funny words in Plautine comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2010. 311 p.
- FONTAINE, Michael. Between two paradigms: Plautus. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 516-537.
- FONTAINE, Michael. Revisão de livro. MOODIE, Erin K. Plautus' Poenulus: a student commentary. *Latomus*, v. 76, n. 3. Bruxelles: Latomus-Revue d'Études Latines, 2017. p. 871-873.
- FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. (ed.). *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. 894 p.
- FORTSON IV, Benjamin W. Language and rhythm in Plautus. Synchronic and diachronic studies. In: BARCHIESI, Alessandro; FOWLER, Robert; OBBINK, Dirk; WILSON, Nigel (ed.). *Sozomena*, 3. Studies in the recovery of ancient texts. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2008. 300 p.
- FRAENKEL, Eduard. *Plautine elements in Plautus*. Tradução de Tomas Drevikovskiy e Frances Muecke. 2. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [1960] 2008. 457 p.
- FRANK, Tenney. Roman census statistics from 225 to 28 B. C. *Classical Philology*, v. 19, n. 4. Chicago: The University of Chicago Press, 1924. p. 329-341.

- FRANK, Tenney. Naevius and free speech. *The American Journal of Philology*, v. 48, n. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1927. p. 105-110.
- FRANK, Tenney. Some political allusions in Plautus' *Trinummus*. *The American Journal of Philology*, v. 53, n. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1932. p. 152-156.
- FRANKO, George Fredric. The use of Poenus and Carthaginiensis in Early Latin literature. *Classical Philology*, v. 89, n. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. p. 153-158.
- FRANKO, George Fredric. The characterization of Hanno in Plautos' *Poenulus*. *The American Journal of Philology*, v. 117, n. 3. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996. p. 425-452.
- FRANKO, George Fredric. Festivals, producers, theatrical spaces, and records. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 409-423.
- FREDOUILLE, Jean-Claude. Dictionnaire de la civilisation romaine. In: *Les dictionnaires de l'homme du XX^e siècle*. Paris: Librairie Larousse, 1985. 256 p.
- FREND, William Hugh Clifford; EDWARDS, M. J. Tertullian. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1444-1445.
- FRIER, Bruce W. Libri annales pontificum maximorum: the origins of the annalistic tradition. *Papers and Monographs of the American Academy in Rome*, v. 27. 2. ed. 5. imp. Ann Arbor: The University of Michigan Press, [1979] 2002. 345 p.
- FRONDA, Michael P. Hegemony and rivalry: the revolt of Capua revisited. *Phoenix*, v. 61, n. 1/2. Toronto: Classical Association of Canada, 2007. p. 83-108.
- GABOTTO, Ferdinando; CONFALONIERI, Angelo Badini. *Vita di Giorgio Merula*. Alessandria: Tipografia Jacquemod Giovanni, 1893. 354 p.
- GAISSER, Julia Haig. Catullus, Gaius Valerius. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 292-293.
- GALAND, Lionel. Libyque et berbère. *Annuaire de l'École pratique des hautes études, 4^e section, Sciences historiques et philologiques, 1965-1966*. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1973. p. 167-180.

- GALINSKY, G. Karl. Plautus' *Poenulus* and the cult of Venus Erycina. In: BIBAUW, Jacqueline (ed.). *Hommages à Marcel Renard, I. Collection Latomus, v. 101*. Bruxelles: Latomus-Revue d'Études Latines, 1969. p. 358-364.
- GARBINI, Giovanni. Il 'Poenulus' letto da un semitista. In: QUESTA, Cesare; RAFFAELLI, Renato (dir.). *Poenulus. Lecturae Plautinae Sarsinates, 15*. Urbino: Edizioni QuattroVenti Srl, 2012. p. 15-46.
- GARDNER, Jane F. The adoption of Roman freedmen. *Phoenix, n. 43, n. 3*. Toronto: Classical Association of Canada, 1989. p. 236-257.
- GARRAFONI, Renata Senna. Guerras púnicas. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 47-76.
- GAUDEMET, Jean. L'étranger dans le monde romain. *Studii clasice, 7*. Bucarest: Editura Academiei Republicii Socialiste România, 1965. p. 37-47.
- GERGEL, Richard A. Costume as geographic indicator: barbarians and prisoners on cuirassed statue breastplates. In: SEBESTA, Judith Lynn; BONFANTE, Larissa (ed.). *The world of Roman costume*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2001. p. 191-209.
- GHAKI, Mansour. Épigraphe libyque et punique à Dougga (TBGG). In: KHANOUSSI, Mustapha; MAURIN, Louis (ed.). *Dougga (Thugga). Études épigraphiques*. Pessac: Ausonius Éditions, 1997. p. 27-45.
- GHAKI, Mansour. Toponymie et onomastique libyques. L'apport de l'écriture punique/néo punique. In: DI TOLLA, Anna Maria (dir.). *La lingua nella vita e la vita della lingua. Itinerari e percorsi degli studi berberi. Studi Africanistici-Quaderni di Studi Berberi e Libico-berberi, 4*. Napoli: UNIOR, 2015. p. 65-72.
- GILULA, Dwora. Where the audience go? *Scripta Classica Israelica, n. 4*. Tel Aviv: Israel Society for the Promotion of Classical Studies, 1978. p. 45-49.
- GLINISTER, Fay. Constructing the past. In: GLINISTER, Fay; WOODS, Clare; NORTH, J. A.; CRAWFORD, Michael H. (ed.). *Verrius, Festus, and Paul. Lexicography, scholarship, and society. BICS Supplement, 93*. London: Institute of Classical Studies / School of Advanced Study / University of London, 2007. p. 11-32.
- GOETTE, Hans Rupprecht; CSAPO, Eric. The men who built the theatres: 'Theatropolai', 'Theatronai', and 'Arkhitektones'. Archaeological appendix. In: WILSON, Peter (ed.). *The Greek theatre and festivals. Documentary studies*. In:

- BOWMAN, Alan; COOLEY, Alison (ed.). *Oxford studies in ancient documents*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 116-121.
- GOLDBERG, Sander M. Poetry, politics, and Ennius. *Transactions of the American Philological Association*, v. 119 (1974-2014). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989. p. 247-261.
- GOLDBERG, Sander M. Plautus on the Palatine. *The Journal of Roman Studies*, v. 88. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1998. p. 1-20.
- GOLDBERG, Sander M. *Constructing literature in the Roman Republic*. Poetry and its reception. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. 249 p.
- GOLDBERG, Sander M. Roman comedy gets back to basics. *The Journal of Roman Studies*, v. 101. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2011. p. 206-221.
- GOLDBERG, Sander; MANUWALD, Gesine. Introduction to Ennius. In: FRAGMENTARY REPUBLICAN LATIN. I. Ennius. Testimonia. Epic fragments. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 294. Edição e tradução de Sander M. Goldberg e Gesine Manuwald. Cambridge: Harvard University Press, 2018. p. xxi-xxxviii.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *The Punic wars*. London: Cassell & Co, 2001. 412 p.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *The complete Roman army*. London: Thames & Hudson Ltd, 2003. 224 p.
- GORDON, W. M.; ROBINSON, O. F. Introduction. In: GAIUS. *The Institutes of Gaius*. Tradução e introdução de W. M. Gordon e O. F. Robinson. Texto latino de Seckel e Kuebler. 2. imp. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., [1988] 2001. p. 7-16.
- GOWERS, Emily. *The loaded table*. Representations of food in Roman literature. Oxford: Clarendon Press, 1993. 334 p.
- GRAINGER, John D. The League of the Aitolians. *Mnemosyne, Supplements*, v. 200. History and archaeology of classical antiquity. Leiden: E. J. Brill, 1999. 585 p.
- GRAINGER, John D. Aitolian prosopographical studies. *Mnemosyne, Supplements*, v. 202. 2. imp. Leiden: E. J. Brill, [1999] 2000. 339 p.
- GRATWICK, A. S. Hanno's Punic speech in the Poenulus of Plautus. *Hermes*, Bd. 99, H. 1. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1971. p. 25-45.

- GREENE, William Chase; SCHEID, John. Pietas. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1146.
- GREGORIS, Rosario López. 'Poenulus'. Il ritratto dello straniero. In: QUESTA, Cesare; RAFFAELLI, Renato (dir.). *Poenulus. Lecturae Plautinae Sarsinates, 15*. Urbino: Edizioni QuattroVenti Srl, 2012. p. 45-72.
- GRIFFITH, Mark. 'Telling the tale': a performing tradition from Homer to pantomime. In: McDONALD, Marianne; WALTON, J. Michael (ed.). *The Cambridge Companion to Greek and Roman Theatre*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 13-35.
- GRIMAL, Pierre. *Le siècle des Scipions: Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. 2. ed. Paris: Éditions Aubier-Montagne, 1975. 414 p.
- GRUEN, Erich S. *Studies in Greek culture and Roman policy*. Berkeley: University of California Press, 1990. 213 p.
- GRUEN, Erich S. Did Romans have an ethnic identity? *Antichthon*. Journal of the Australasian Society for Classical Studies, v. 47. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1-17.
- GSELL, Stéphane. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome I. Les conditions du développement historique. Les temps primitifs. La colonisation phénicienne et l'empire de Carthage. Paris: Librairie Hachette, 1913. 544 p.
- GSELL, Stéphane. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome III. Histoire militaire de Carthage. 3. ed. Paris: Librairie Hachette, 1928. 424 p.
- GSELL, Stéphane. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome IV. La civilisation carthaginoise. 2. ed. Paris: Librairie Hachette, 1924. 515 p.
- GSELL, Stéphane. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Tome VI. Les royaumes indigènes. Vie matérielle, intellectuelle et morale. Paris: Librairie Hachette, 1927. 302 p.
- HABICHT, Christian. Eine Urkunde des Akarnanischen Bundes. *Hermes*, Bd. 85, H. 1. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1957. p. 86-122.
- HABINEK, Thomas N. *The politics of Latin literature*. Writing, identity, and empire in ancient Rome. Princeton: Princeton University Press, 1998. 234 p.
- HALL, F. W. Repetitions and obsessions in Plautus. *The Classical Quarterly*, v. 20, n. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1926. p. 20-27.

- HALLIWELL, F. S. Authorial collaboration in the Athenian comic theatre. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, v. 30. n.4. Chicago: Duke University Libraries, 1989. p. 515-528. Disponível em: <http://grbs.library.duke.edu/>. Acesso em 2/8/2015.
- HAMMOND, N. G. L. *Epirus*. The geography, the ancient remains, the history and the topography of Epirus and adjacent areas. Oxford: Clarendon Press, 1967. 847 p.
- HARDIN, Richard F. Encountering Plautus in the Renaissance: a humanist debate on comedy. *Comparative Drama*, v. 37, n. 3-4. Kalamazoo: Western Michigan University, 2003-2004. p. 255-274.
- HARDIN, Richard F. “Menaechmi” and the renaissance of comedy. *Renaissance Quarterly*, v. 60, n. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 789-818.
- HARRIS, William V. *War and imperialism in republican Rome: 327 – 70 BC*. 2. imp. Oxford: Clarendon Press, [1979] 1985. 293p.
- HARRIS, William V. Rome expansion in the west. In: ASTIN, A. E.; WALBANK, F. W.; FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M. (ed.). *The Cambridge Ancient History*, 8. Rome and the Mediterranean to 133 B.C. 2. ed. 7. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1989] 2006. p. 107-162.
- HATZFELD, Jean. Les Italiens résidant à Délos mentionnés dans les inscriptions de l'île. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, n. 36. Athènes: École Française d'Athènes, 1912. p. 5-218.
- HATZOPOULOS, Miltiade B. Un pèdre d'Amphipolis dans la grande liste des théorodques de Delphes. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 115, t. 1. Athènes: École Française d'Athènes, 1991. p. 345-347.
- HELLEGOUARC'H, J. Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la république. *Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Lille*, 11. Paris: Société d'Édition ‘Les Belles Lettres’, 1963. 601 p.
- HELLEGOUARC'H, Joseph. Armée et parti politique sous la république romaine. In: BRISSON, Jean-Paul (dir.). Problèmes de la guerre à Rome. *Civilisations et Sociétés*, 12. École Pratique des Hautes Études. Paris: Mouton et Co / École Pratique des Hautes Études, 1969. p. 157-169.
- HENRICH, Albert. Graecia capta: Roman views of Greek culture. *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 97. Cambridge: Department of the Classics, Harvard University, 1995. p. 243-261.
- HENRY, G. Kenneth G. Roman actors. *Studies in Philology*, v. 16, n. 4. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1919. p. 334-382.

- HERMAN, G. Friendship. ritualized. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 591-592.
- HERNÁNDEZ-TEJERO, M. Aproximación histórica al origen del ‘ius postliminium’. *Gerión-Revista de Historia Antigua*, n. 7. Madrid: Universidad Complutense, 1989. p. 53-63.
- HERRMANN, Léon. La date du “Miles Gloriosus” de Plaute et la fin de Naevius. *Collection Latomus*, t. 1, f. 1. Bruxelles: Societé d’Études Latines de Bruxelles, 1937. p. 25-30.
- HESSE, Everett W. *Análisis e intrpretación de la comedia*. Madrid: Editorial Castalia, 1968. 115 p.
- HOLFORD-STREVEENS, Leofranc. Fescennini. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012a. p. 573.
- HOLFORD-STREVEENS, Leofranc. Gellius, Aulus. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012b. p. 606.
- HOMOLLE, Théophile. Comptes des Hiéropes du temple d’Apollon Délien. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, n. 6. Athènes: Ècole Française d’Athènes, 1882. p. 1-167.
- HOMOLLE, Théophile. Les romains a Délos. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, n. 8. Athènes: Ècole Française d’Athènes, 1884. p. 75-158.
- HOMOLLE, Théophile. Inscriptions de Délos. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, n. 27. Athènes: Ècole Française d’Athènes, 1903. p. 62-103.
- HONORÉ, Tony. Masurius Sabinus. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 910.
- HOPKINS, Keith. *Conquerors and slaves*. Sociological studies in Roman history. Volume I. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. 268 p.
- HOUGH, John N. The use of Greek words by Plautus. *The American Journal of Philology*, v. 55, n. 4. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1934. p. 346-364.

- HOUGH, John N. The reverse comic foil in Plautus. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 73. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1942. p. 108-118.
- HOWATSON, M. C. *The Oxford companion to Classical literature*. 2. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [1989] 1997. 615 p.
- HOYOS, Dexter. The Carthaginians. In: *Peoples of the Ancient World*. London: Routledge, 2010. 251 p.
- HUMBERT, Michel. Municipium et civitas sine suffragio. L'organisation de la conquête jusqu'à la guerre sociale. *Collection de l'École Française de Rome*, 36. Paris: Diffusion de Boccard, 1978. p. 457.
- HUMM, Michel. Numa and Pythagoras. In: RICHARDSON, James H.; SANTANGELO, Federico (ed.). *The Roman historical tradition: Regal and Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 384.
- HUNINK, Vincent. Introduction. In: TERTULLIAN. *De pallio*. Tradução e comentários de Vincent Hunink. Amsterdam: J. C. Gieben, Publisher, 2005. p. 9-27.
- HUNTER, R. L. *A comédia nova da Grécia e de Roma*. Tradução de Rodrigo T. Gonçalves, Guilherme G. Flores, Adriano Scandolaro, Alessandra C. Esteche, Camila B. Moreira, Chisato Watanabe, Fabrícia C. Ribeiro, Francine F. Ozaki, Lays Winter, Letícia D. G. de França e Marcela R. Ramos. Curitiba: Editora UFPR, [1985] 2010. 213 p.
- JANNE, Henri. L'Amphitryon de Plaute et M. Fulvius Nobilior. *Revue belge de Philologie et d'Histoire - Belgisch Tijdschrift voor Filologie en Geschiedenis*, t. 12, n. 3. Bruxelles: Société pour le Progrès des Études Philologiques et Historiques, 1933. p. 515-531.
- JEPPESEN, Seth. Contaminatio and retractatio revisited: a revival of Plautus' Poenulus at the temple dedication of Venus Erycina in 181 BCE. Paper section. *The Classical Association of the Middle West and South Annual Meeting*, 111. Boulder: The University of Colorado, 2015. s/n.
- JOCELYN, H. D. The poet Cn. Naevius, P. Cornelius Scipio and Q. Caecilius Metellus. *Antichthon*. Journal of the Australasian Society for Classical Studies, v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p. 32-47.
- JOCELYN, H. D. Ennius and his friends. Discussion. In: SKUTSCH, Otto (pres.). Ennius. Sept exposés suivis de discussions. In: REVERDIN, Olivier (ed.). *Entretiens sur l'antiquité Classique*, 17. Genève: Fondation Hardt, 1972. p. 200-208.

- JOCELYN, H. D.; MANUWALD, Gesine. Accius, Lucius. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 3.
- JOHNSTON, Patricia A. Poenulus I,2 and Roman women. *Transactions of the American Philological Association*, v. 110 (1974-2014). Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980. p. 143-159.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga*. Política, economia e cultura. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. 102 p.
- JORY, E. J. Dominus gregis? *Classical Philology*, v. 61, n. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 1966. p. 102-105.
- JORY, E. J. Continuity and change in the Roman theatre. In: BETTS, J. H.; HOOKER, J. T. (ed.). *Studies in honour of T. B. L. Webster*, v. 1. Bristol: TBS The Book Service Ltd, 1986a. p. 143-152.
- JORY, E. J. Gladiators in the theatre. *The Classical Quaterly*, v. 62, n. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1986b. p. 537-539.
- KAGAN, Donald. *The Peloponnesian War*. New York: Penguin Books, 2003. 244 p.
- KARAKASIS, Evangelos. The language of the 'palliata'. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 555-579.
- KASTER, Robert A. Donatus (1). In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012a. p. 476.
- KASTER, Robert A. Nonius Marcellus. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012b. p. 1019-1020.
- KASTER, Robert A. Pomponius Porphyrio. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012c. p. 1182.
- KASTER, Robert A. Terentius Varro, Marcus. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012d. p. 1441-1442.
- KASTER, Robert A. Verrius Flaccus, Marcus. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012e. p. 1542.

- KEMP, William. Printing Erasmus in Italic in Lyons: Jacques Modern to Sebastian Gryphius. *The Yale University Library Gazette*, v. 75, n. 1/2. New Haven: Yale University Library, 2000. p. 22-36.
- KEYES, Clinton Walker. Introduction to the Re Publica. In: CICERO. XVI. De re publica. De legibus. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 213. Tradução de Clinton Walker Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1928. p. 2-11.
- KINSEY, T. E. The dates of the 'Pro Roscio Amerino' and 'Pro Quinctio'. *Mnemosyne, Fourth Series*, v. 20, f. 1. Leiden: E. J. Brill, 1967. p. 61-67.
- KLEBERG, Tönnes. Commercio librario ed editoria nel mondo antico. II. Roma e l'epoca greco-romana. In: CAVALLO, Guglielmo (cura). *Libri, editori e pubblico nel mondo antico*. Guida storica e critica. 3. ed. 2. Imp. Bari: Editori Laterza, [1984] 1992. p. 40-80.
- KNAPP, Charles. References in Plautus and Terence to plays, players, and playwrights. *Classical Philology*, v. 14, n. 1. Chicago: The University of Chicago Press, 1919. p. 35-55.
- KONTORINIS, Vassa N. Le roi Hiempsal II de Numidie et Rhodes. *L'Antiquité Classique*, v. 44, n. 1. Bruxelles: Fondation Nationale de la Recherche Scientifique, 1975. p. 89-99.
- KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Norte da África na antiguidade: os reis berberes númidas e suas iconografias monetárias. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 17. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007. p. 251-292.
- KOSMETATOU, Elizabeth. The Attalids of Pergamon. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A companion to the hellenistic world*. 3. imp. Malden: Blackwell Publishing Ltd., [2003] 2009. p. 159-174.
- KRAHMALKOV, Charles R. Observations on the Punic monologues of Hanno in the "Poenulus". *Orientalia, Nova series*, v. 57, n. 1. Roma: Gregorian Biblical Press, 1988. p. 55-66.
- KRAHMALKOV, Charles R. A Phoenician-Punic grammar. In: ALTENMÜLLER, H; HROUDA, B.; LEVINE, B. A.; O'FAHEY, R. S.; VEENHOF, K. R.; VERSTEEGH, C. H. M. (ed.). *Handbook of Oriental Studies, Section One*, v. 54. The Near and Middle East. 2. imp. Leiden: Brill, [2000] 2001. 330 p.

- KRAHMALKOV, Charles R. Phoenician-Punic dictionary. In: KIPINŃSKI, Edward (dir.). *Studia Phoenicia*, 15. *Orientalia Lovaniensia Analecta*, v. 90. Leuven: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2000. 499 p.
- KROSTENKO, Brian A. The poetics of Naevius' "Epitaph" and the history of latin poetry. *The Journal of Roman Studies*, v. 103. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2013. p. 46-64.
- LACEY, W. K. Patria potestas. In: RAWSON, Beryl (ed.). *The family in ancient Rome. New perspectives*. 2. imp. Ithaca: Cornell University Press, [1986] 1987. p. 121-144.
- LAES, Christian. Grieving for lost children, pagan and christian. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 315-330.
- LANCEL, Serge. *Carthage*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1992. 525 p.
- LARSEN, J. A. O. *Greek federal states. Their institutions and history*. Oxford: Clarendon Press, 1968. 537 p.
- LARSEN, Jakob A. O.; RHODES, P. J. Federal states. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 571-572.
- LASSÈRE, Jean-Marie. *Ubique populus. Peuplement et mouvements de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie de Sèveres (146 a.C. - 235 p.C.)*. Prefácio de Marcel Le Glay. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1977. 714 p.
- LAZENBY, John F. *Hannibal's War*. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 1978. 340 p.
- LAZENBY, John F. *The First Punic War*. London: University College London Press, 1996. 205 p.
- LEE, Rhoda Margaret. *A historiographical and historical study of Polybius' survey of the early treaties between Rome and Carthage III.21.8-26*. Newcastle-upon-Tyne: University of Newcastle-upon-Tyne, 1993. 231 p. Thesis for the Degree of Doctor of Philosophy, University of Newcastle-upon-Tyne, Newcastle-upon-Tyne, 1993.
- LEIGH, Matthew. *Comedy and the rise of Rome*. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [2004] 2005. 244 p.
- LEJEUNE, Michel. La romanisation des anthroponymies indigènes d'Italie. In: L'ONOMASTIQUE LATINE. COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'ONOMASTIQUE LATINE, 1975, Paris. *Actes...* Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1977. p. 35-41.

- LEWIS, D. M. The Archidamian War. In: LEWIS, D. M.; BOARDMAN, John; DAVIES, J. K.; OSTWALD, M. (ed.). *The Cambridge Ancient History*, 5. The fifth century. 2. ed. 6. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1992] 2006a. p. 370-432.
- LEWIS, R. G. Introduction. In: ASCONIUS. *Commentaries on speeches of Cicero*. Tradução e comentários de R. G. Lewis. Texto revisado por Jill Harries, John Richardson, Christopher Smith e Catherine Steel. Texto latino editado por A. C. Clark. Oxford: Oxford University Press, 2006b. p. xi-xxii.
- LHOMMÉ, Marie-Karine. Varron et Verrius au 2^{ème} siècle après Jésus-Christ. In: GLINISTER, Fay; WOODS, Clare; NORTH, J. A.; CRAWFORD, Michael H. (ed.). Verrius, Festus, and Paul. Lexicography, scholarship, and society. *BICS Supplement*, 93. London: Institute of Classical Studies / School of Advanced Study / University of London, 2007. p. 11-32.
- LIDDELL HART, B. H. *Scipio Africanus: Greater than Napoleon*. New York: Da Capo Press, [1926] 1994. 281 p.
- LIGHTFOOT, Jane L. Nothing to do with the *tekhnîtai* of Dionysus? In: EASTERLING, Pat; HALL, Edith (ed.). *Greek and Roman actors*. Aspects of an ancient profession. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 209-224.
- LINDSAY, Hugh. Adoption and heirship in Greece and Rome. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 346-360.
- LINDSAY, Wallace Martin. *An introduction to Latin textual emendation*. Based on the text of Plautus. London: MacMillan and Co., Ltd., 1896. 131 p.
- LINDSAY, Wallace Martin. *The codex Turnebi of Plautus*. Oxford: Clarendon Press, 1898. 59 p.
- LINDSAY, Wallace Martin. *Nonius Marcellus' Dictionary of Republican Latin*. Oxford: James Parker and Co., 1901. 120 p.
- LINDSAY, Wallace Martin. *The ancient editions of Plautus*. Oxford: James Parker and Co., 1904. 152 p.
- LINDSAY, Wallace Martin. Short notices. Retractatio in the Ambrosian and Palatine recensions of Plautus. A study of the Persa, Poenulus, Pseudolus, Stichus and Trinummus. By Cornelia C. Coulter. (Bryn Mawr College Monographs: Monograph Series, vol. X.) Bryn Mawr, Pennsylvania, U.S.A., 1911. *The Classical Review*, v. 26, n. 7. Cambridge: Cambridge University Press, 1912. p. 232.

- LINTOTT, Andrew. *The constitution of the Roman Republic*. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [1999] 2002. 469 p.
- LINTOTT, Andrew. Political history, 146-95 B.C. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, Andrew; RAWSON, Elizabeth. *The Cambridge Ancient History*, v. 9. The last age of the Roman Republic. 2 ed. 7. Imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1992] 2006. p. 40-103.
- LINTOTT, Andrew. *Cicero as evidence: a historian's companion*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 469 p.
- LO CASCIO, Elio. The population of Roman Italy in town and country. In: BINTLIFF, John; SBONIAS, Kostas (ed.). *Reconstructing past population trends in Mediterranean Europe (3000 BC – AD 1800)*. In: BARKER, Graeme; MATTINGLY, David. *The archaeology of Mediterranean landscapes*, 1. 2. imp. Oxford: Oxbow Books, [1999] 2016. p. 161-172.
- LO CASCIO, Elio. Thinking slave and free in coordinates. In: ROTH, Ulrike. (ed.). *By the sweat of your brow: Roman slavery in its socio-economic setting. Bulletin of the Institute of Classical Studies*. Supplement, 109. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 21-30.
- LONG, Herbert Straine; SHARPLES, Robert. Diogenes Laertius. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 457.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. The western Phoenicians under the Roman Republic: integration and persistence. In: VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (ed.). *Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic. Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, 63. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. p. 103-125.
- MacBAIN, Bruce. Prodigy and expiation: a study in religion and politics in Republican Rome. *Collection Latomus*, v. 117. Bruxelles: Éditions Latomus, 1982. 140 p.
- MacCALL, Jeremiah B. *The cavalry of the Roman Republic*. London: Routledge, 2002. 200 p.
- MacCARY, W. Thomas; WILLCOCK, M. M. Introduction. In: PLAUTUS. *Casina*. In: EASTERLING, P. E; HARDIE, Philip; HUNTER, Richard; KENNEY, E. J. (ed.). *Cambridge Greek and Latin classics*, 328. Edição de W. Thomas MacCary e M. M. Willcock. 7. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1976] 2004. p. 1-38.

- MACK, William. Proxeny and polis. Institutional networks in the ancient Greek world. In: BOWMAN, Alan; COOLEY, Alison (ed.). *Oxford Studies in Ancient Documents*. Oxford: Oxford University Press, 2015. 410 p.
- MacKENDRICK, P. L. Roman colonization. *Phoenix*, v. 6, n. 4. Toronto: Classical Association of Canada, 1952. p. 139-146.
- MAFFI, Alberto. Family and property law. In: GAGARIN, Michael; COHEN, David (ed.). *The Cambridge companion to Ancient Greek law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 254-266.
- MALCOVATI, Henrica. M. Porcius Cato. In M. Fulvio Nobiliorem. In: *Oratorum Romanorum fragmenta*. Liberae rei publicae. Recensão e coleção de Henrica Malcovati. Torino: G. B. Paravia, 1955. p. 57-58.
- MANUWALD, Gesine. *Roman Republican theatre*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 390 p.
- MANUWALD, Gesine. Roman comedy. In: MCGILL, Scott. (ed.). *Classical poetry*. Leiden: E. J. Brill, 2020. 88 p.
- MARPLES, Morris. Plautus. *Greece & Rome*, v. 8, n. 22. Cambridge: Cambridge University Press, 1938. p. 1-7.
- MARQUARDT, Joachim. *Das Privatleben der Römer*. 2 volumes. 2. ed. Leipzig: Verlag von S. Hirzel, 1886. 887 p.
- MARSHALL, C. W. *The stagecraft and performance of Roman comedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 320.
- MARTINS, Manuela. A arquitetura romana entre a Arqueologia e a obra de Vitruvius: o exemplo do teatro romano de 'Bracara Augusta.' In: NETO, Belchior Monteiro Lima; SILVA, Érica Cristhyane Morais; SILVA, Gilvan Ventura. *Formas e imagens da cidade antiga*. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 61-90.
- MARX, Djenifer Samantha; SOUZA, Mériti, MIGUEL, Raquel de Barros Pinto; FRANCISCO, Rayza Alexandra A. Discursos de gênero em 'Meu nome é Ray': desconstruindo identidades, binarismos e hierarquias. *Estudos Feministas*, v. 29, n. 3. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. p. 1-13.
- MATTINGLY, Harold B. Naevius and the Metelli. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 9, H. 4. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1960. p. 414-439.

- MATTINGLY, Harold B. 'Trinummus'. *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society, 7th series, v. 3*. London: The Royal Numismatic Society, 1963. p. 47-50.
- MAURICE, Lisa. The Punic, the crafty slave and the actor: deception and metatheatricality in the Poenulus. In: BAIER, T. (ed.). *Studien zu Plautus' Poenulus. ScriptOralia, 127*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag GmbH Co., 2004. p. 267-290.
- MAY, Regine. Roman comedy in the Second Sophistic. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 753-766.
- McCALL, Jeremiah B. *The cavalry of the Roman Republic*. Cavalry combat and elite reputation in the middle and late Republic. London: Routledge, 2002. 200 p.
- McCARTHY, Kathleen. *Slaves, masters, and the art of authority in Plautine comedy*. Princeton: Princeton University Press, 2000. 246 p.
- McCARTHY, Kathleen. Revisão de livro. LEIGH, Matthew. Comedy and the rise of Rome. *Classical World, v. 99, n. 2*. Philadelphia: Classical Association of the Atlantic States, 2006. p. 198-199.
- McDONALD, Alexander Hugh; SPAWFORTH, Anthony. Aurelius Victor, Sextus. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 213.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. 3. ed. Paris: Librairie Hachette, 1933. 290 p.
- MESSIAS, Christiane dos Reis. *O jogo cênico no "Estico" de Plauto e suas interações com os jogos plebeus*. 2016. 154 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- MICHAUT, G. *Histoire da la comédie romaine*. Plaute. Tome 1. Paris: E. de Boccard, Éditeur, 1920. 314 p.
- MILLAR, Fergus. The Roman 'libertus' and civic freedom. *Arethusa, v. 28, n. 1*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995. p. 99-105.
- MODRZEJEWSKI, Joseph Méléze. Greek law in foreign surroundings: continuity and development. In: GAGARIN, Michael; COHEN, David (ed.). *The Cambridge*

- companion to Ancient Greek law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 328-342.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Revisão de tese. ROBINSON, Laura. *Freedom of speech in the Roman Republic*. Baltimore: J. H. Furst Company, 1940. In: *The Journal of Roman Studies*, v. 32. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1942. p. 120-124.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Perizonius, Niebuhr and the character of early Roman tradition. *The Journal of Roman Studies*, v. 47, n. 1/2. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1957. p. 104-114.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, [1946-1975] 2004. 227 p.
- MOMMSEN, T. Antiquissima ex Rhodo. In: CIL. *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Pars prior, edição de T. Mommsen. Pars posterior, edição de Ernst Lommatzsch. Volume 1. Parte 2. 2. ed. Berlim: Georg Reimer, 1918a. p. 411.
- MOMMSEN, T. Cistae. In: CIL. *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae editum. Pars prior, edição de T. Mommsen. Pars posterior, edição de Ernst Lommatzsch. Volume 1. Parte 2. 2. ed. Berlim: Georg Reimer, 1918b. p. 430-432.
- MOODIE, Erin. *Plautus' Poenulus*. A student commentary. 4. imp. Ann Arbor: University of Michigan Press, [2015] 2018. 223 p.
- MOORE, Timothy J. Seats and social status in the Plautine theatre. *The Classical Journal*, v. 90, n. 2. Chicago: The Classical Association of the Middle West and South, Inc., 1994/1995. p. 113-123.
- MOORE, Timothy J. *The theater of Plautus*. Playing to the audience. Austin: University of Texas Press, 1998. 263 p.
- MOORE, Timothy J. *The audience of Roman comedy*. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256005403_The_Audience_of_Roman_Comedy> Acesso em: 29 set. 2019.
- MOREL, Jean-Paul. Études de céramique campanienne I: L'atelier des petites estampilles. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire – École Française de Rome*, v. 81. Paris: E. de Boccard, 1969. p. 59-117.
- MOREL, Jean-Paul. Nouvelles données sur le commerce de Carthage punique entre le VIIe et le IIe siècle avant J.-C. In: *Carthage et son territoire dans l'Antiquité*. Tome

- I. *Actes du IV^e Colloque International sur L'Histoire et L'Arqueologie de L'Afrique du Nord*. Strasburgo: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1990, p. 67-100.
- MORETTI, Jean-Charles. Théâtre et société dans la Grèce antique. Une archéologie des pratiques théâtrales. In: HOLTZMANN, Bernard (dir.). *Références*. Art grec. 2. ed. Paris: Librairie Générale Française, 2011, 318 p.
- MORGAN, Teresa. 'Ethos': the socialization of children in education and beyond. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 504-520.
- MORLEY, Neville. The transformation of Italy, 225-28 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 91. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2001. p. 50-62.
- MOSCATI, Sabatino. *Il santuario dei bambini (Tofet)*. Roma: Libreria Dello Stato-Istituto Poligrafico e Zecca Dello Stato, 1992, 73 p.
- MOSCATI, Sabatino. *Italia punica*. 2. imp. Milano: Tascabili Bompiani, [1986] 2000. 403 p.
- MOSSÉ, Claude. *La mujer en la Grecia clásica*. Tradução de Celia María Sánchez. 2. ed. Madrid: Editorial NEREA, S. A., [1983] 1991. 201 p.
- MOSSÉ, Claude. *Politique et société en Grèce ancienne*. Le 'modèle' athénien. Paris: Aubier, 1995. 244 p.
- MOUNTFORD, James Frederick. Pompeius Festus, Sextus. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1179.
- MOURITSEN, Henrik. Pits and politics: interpreting colonial fora in Republican Italy. *Papers of the British School at Rome*, v. 72. London: The British School at Rome, 2004. p. 37-68.
- MURRAY, William M. The coastal sites of Western Acarnania. A topographical-historical survey. *BAR International Series*, 155. Oxford: BAR Publishing, 1983. p. 219-222.
- NASCIMENTO, Fabiana Martins A dinâmica de autoridade na 'villa': o 'vilicus' e a administração da propriedade agrícola. *Nearco: Revista eletrônica de Antiguidade*, v. 12, p. 1. Rio de Janeiro: NEA-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 63-86.

- NICOLET, Claude. Le métier de citoyen dans la Rome républicaine. *Bibliothèque des Histoires*. Paris: Éditions Gallimard, 1976. 535 p.
- NIXON, Paul. Introduction. In: PLAUTUS. *Amphitryon*. The comedy of asses. The pot of gold. The two Bacchises. The captives. In: GOOLD, G. P. (ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 60). Introdução e tradução de Paul Nixon. 11. Imp. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. xi-xvi.
- NORTH, J. A. The development of Roman imperialism. *The Journal of Roman Studies*, v. 71. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1981. p. 1-9.
- NUSSBAUM, Arthur. *A concise history of the law of nations*. 4. imp. New York: The MacMillan Company, [1954] 1962. 376 p.
- NUSSBAUM, Martha C.; OSBORNE, Catherine. Aristotle. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 159-163.
- NYBAKKEN, Oscar E. The moral basis of *hospitium privatum*. *The Classical Journal*, v. 41, n. 6. Chicago: The Classical Association of the Middle West and South, Inc., 1946. p. 248-253.
- OGILVIE, R. M. *A commentary on Livy*. Books 1-5. Oxford: Clarendon Press, 1965. 774 p.
- OLIVEIRA, Renata Sobrinho Porto. ‘Code-switching’: *perspectivas multidisciplinares*. 2006. 133 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, PUC, Rio de Janeiro, 2006.
- ORLIN, Eric M. *Temples, religion, and politics in the Roman Republic*. 2. imp. Boston: Brill Academic Publishers, Inc., [1997] 2002. 227 p.
- ORRIEUX, Claude; PANTEL, Pauline Schmitt. *Histoire grecque*. 2. imp. Paris: Quadrige-Puf, [1995] 2004. 499 p.
- ORSINGHER, Adriano. Understanding ‘Tophets’: a short introduction. *The Ancient Near East Today*, v. 6, n. 2. Alexandria: American Society of Overseas Research, 2018. Disponível em: <<https://www.asor.org/onetoday/>>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- PALMER, Robert E. A. Rome and Carthage at peace. *Historia: Einzelschriften*, n. 113. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997. 152 p.
- PARATORE, Ettore. *Amphitruo*. In: PARATORE, Ettore. *Anatomie plautine*. *Amphitruo*. *Casina*. *Curculio*. *Miles gloriosus*. A cura di Roberto M. Danese e Cesare Questa. Urbino: Edizioni QuattroVenti Srl, 2003. p. 1-32.

- PARK, Marion Edwards. *The plebs in Cicero's day*. A study of their provenance and of their employment. Cambridge: The Cosmo Press, 1918. 90 p.
- PARKER, Holt N. Plautus vs. Terence: audience and popularity re-examined. *The American Journal of Philology*, v. 117, n. 4. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996. p. 585-617.
- PARKIN, Tim. The Roman life course and the family. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 276-290.
- PASCUAL, José. Acarnania de 330 a 230 a.C.: entre el federalismo y la dependencia. In: LO VIEJO Y LO NUEVO EN LAS SOCIEDADES ANTIGUAS: HOMENAJE A ALBERTO PRIETO. 2018, Paris. *Actes du Groupe de Recherches sur l'Esclavage depuis l'Antiquité*, 36. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2018. p. 47-71.
- PASQUALI, Giorgio. *Storia della tradizione e critica del testo*. 2. ed. Firenze: Felice le Monnier, 1952. 525 p.
- PAULIN, Sara; SAPERE, Analía. Hanón: un personaje, múltiples personajes. In: JORNADAS DE ESTUDIOS CLÁSICOS Y MEDIEVALES, 3., 2007, La Plata. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2009. p. 257-272.
- PECK, Harry Thurston. *Harper's dictionary of classical literature and antiquities*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1898. 1701 p. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- PEDDIE, John. *The Roman war machine*. 2. imp. Stroud: Alan Sutton Publishing Limited, [1994] 1995. 169 p.
- PERADOTTO, John. Revisão de livro. DAITZ, Stephen D (ed.). *The Jerusalem palimpsest of Euripides: a facsimile edition*. With commentary. Berlin: Walter de Gruyter, 1970. In: *The Classical World*, v. 64, n. 4. Classical Association of the Atlantic States, 1970. p. 123. Disponível em <<https://www.acsu.buffalo.edu/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- PERNARD, Louis. *Le droit romain et le droit grecque dans le théâtre de Plaute et de Térence*. 1900. 234 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculté de Droit de Lyon, Lyon, 1900.
- PHILLIPSON, C. *The international Law and custom of Ancient Greece and Rome*. Volume II. London: MacMillan and Co., 1911. 421 p.

- PICKARD-CAMBRIDGE, Arthur. *The dramatic festivals of Athens*. Revisão de John Gould e D. M. Lewis. 2. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [1968] 1973. 357 p.
- PIERI, Georges. L'histoire du cens jusqu'à la fin de la république romaine. *Publications de l'Institut de Droit Romain de l'Université de Paris*, 25. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1968. 209 p.
- PILKINGTON, Nathan. *An archaeological history of Carthaginian imperialism*. 2013. 420 p. Tese (Doctor of Philosophy) – Graduate School of Arts and Science, Columbia University, New York, 2013.
- PLASSART, André. Inscriptions de Delphes, la liste des Théorodoques. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 45. Athènes: École Française d'Athènes, 1921. p. 1-85.
- PRAG, Jonathan R. W. Poenus plane est – but who were the 'Punickes'? *Papers of the British School at Rome*, v. 74. London: The British School at Rome, 2006. p. 1-37.
- QUESTA, Cesare. Il nuovo volto di Plauto (l'editio Sarsinatis). *Lectio brevis ministrada em 10 de dezembro de 2010, na Accademia Nazionale dei Lincei*. Milão: Università degli Studi di Milano, 2015. p. 525-534. Disponível em <<http://users.unimi.it/latinoamilano/>>. Acesso em: 2 dez. 2016.
- QUESTA, Cesare; RAFFAELLI, Renato. Plauto di Sarsina: um perfil. In: DONATI, Angela (ed.). *Storia di Sarsina*. Tomo I. L'età antica. Cesena: Stilgraf, 2008. p. 221-262.
- RAKOB, Friedrich. La Carthage archaïque. In: Carthage et son territoire dans l'Antiquité. Tome I. *Actes du IV^e Colloque International sur L'Histoire et L'Arqueologie de L'Afrique du Nord*. Strasburgo: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1990, p. 31-43.
- RAWSON, Beryl. The Roman family. In: _____ (ed.). *The family in ancient Rome*. New perspectives. 2. imp. Ithaca: Cornell University Press, [1986] 1987. p. 1-57.
- RAWSON, Beryl. *Children and childhood in Roman Italy*. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, [2003] 2005. 419 p.
- RAWSON, Beryl. Glossary. In: _____ (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 564-566.
- REID, James S. M. T. *Ciceronis Pro L. Cornelio Balbo oratio ad iudices*. Edited for schools and colleges. Cambridge: Cambridge University Press, 1890. 114 p.

- REILL, Peter Hanns. Philology, culture, and politics in early 19th-century Germany. *Romance Philology*, v. 30, n. 2. Leuven: Brepols Publishers, 1976. p. 18-29.
- REYNOLDS, L. D.; WILSON, N. G. *Scribes and scholars*. A guide to the transmission of Greek and Roman literature. 3 ed. Oxford: Clarendon Press, 1991. 321 p.
- RICH, John W. Casius Dio. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 288.
- RICH, John. Speech in Cassius Dio's Roman History, Books 1-35. In: BURDEN-STREVEENS, Christopher; LINDHOLMER, Mads Orting (ed.). *Cassius Dio's forgotten history of early Rome*. Leiden: E. J. Brill, 2019. p. 217-284.
- RICHARDS, E. G. *Mapping time*. The calendar and its history. Oxford: Oxford University Press, 1999. 438 p.
- RICHLIN, Amy. Introduction. In: PLAUTUS. *Rome and the mysterious Orient*. Three plays by Plautus. Tradução, introdução e notas de Amy Richlin. Berkeley: University of California Press, 2005. p. 1-53.
- RICHLIN, Amy. Talking to slaves in the Plautine audience. *Classical Antiquity*, v. 33, n. 1. Berkeley: University of California Press, 2014. p. 174-226.
- RICHLIN, Amy. *Slave theater in the Roman Republic: Plautus and the popular comedy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 578 p.
- ROBERT, Jeanne ; ROBERT, Louis. Bulletin épigraphique. *Revue des Études Grecques*, t. 17, f. 334-338. Paris: Les Belles Lettres, 1958. p. 167-363.
- ROBERTSON, D. S. *Arquitectura griega y romana*. Tradução de R. Fontán Barreiro e L. Abad Casal. 4. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1988. 357 p.
- ROCHA, Carol Martins. *De linguado a lingua(ru)da: gênero e discurso das "mulieres plautinae"*. 2015. 250 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ROCHER, Laura Sancho. *El tribunado de la plebe en la Republica arcaica (494-287 a.C.)*. Zaragoza: Departamento de Historia Antigua – Universidad de Zaragoza, 1984. 171 p.
- ROCHETTE, Bruno. Revisão de livro. TITO MACCIO PLAUTO. *Vidularia*. Introdução, texto crítico e comentário de Roberto Calderan. Urbino: QuattroVenti, 2004, 173 p. *L'Antiquité Classique*, v. 75, n. 1. Bruxelles: Fondation Nationale de la Recherche Scientifique, 2006. p. 340-341.

- ROMEN, M.; ZIV, B.; SAARONI, H. Scenarios in the development of Mediterranean cyclones. *Advances in Geosciences*, n. 12. Göttingen: Copernicus Publications, 2007. p. 59-65.
- ROSA, Claudia Beltrão. O problema da periodização da “República Romana”: algumas observações a partir do estudo da religião romana. *Nearco. Revista eletrônica de Antiguidade*, a. 6, n. 1. Dossiê: periodização histórica, debates e questionamentos. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 116-137. Disponível em: <<http://www.neuerj.com/Nearco/arquivos/numero11/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ROSA, Claudia Beltrão. Parte II - O teatro romano. Apresentação. In: VIEIRA, Ana Livia Bomfim; ROSA, Claudia Beltrão (org.). *Teatro grego e romano*. História, cultura e sociedade. São Luiz: Casa Editorial Queiroz Carvalho Ltda./Editora UEMA, 2015a. p. 135-141.
- ROSA, Claudia Beltrão. Religião e teatro na Roma Republicana: notas sobre a ‘Aulularia’, de Plauto. In: VIEIRA, Ana Livia Bomfim; ROSA, Claudia Beltrão (org.). *Teatro grego e romano*. História, cultura e sociedade. São Luiz: Casa Editorial Queiroz Carvalho Ltda./Editora UEMA, 2015b. p. 157-180.
- ROSA, Juliana. *Plauto e a escravidão: a figuração dos escravos plautinos na comédia romana*. 2017. 90 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.
- ROSELAAR, Saskia T. Cicero and the Italians: expansion of empire, creation of law. In: DU PLESSIS, Paul J. (ed.). *Cicero’s law*. Rethinking Roman law of the Late Republic. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. p. 145-165.
- SABBADINI, R. *Le scoperte dei codici latini e greci ne’ secoli XIV e XV*. Firenze: G. C. Sansoni, 1905. 233 p.
- SAGE, Michael M. The ‘De viris illustribus’: authorship and date. *Hermes*, Bd. 108, H. 1. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1980. p. 83-100.
- SALLER, Richard P. Corporal punishment, authority, and obedience in the Roman household. In: RAWSON, Beryl (ed.). *Marriage, divorce, and children in Ancient Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 1991. p. 144-165.
- SALLER, Richard P. Patriarchy, property and death in the Roman family. In: LASLETT, Peter; SCHOFIELD, Roger; WRIGLEY, E. A. *Cambridge Studies in Population, Economy and Society in Past Time*, 25. 3. imp. Cambridge: Cambridge University Press, [1994] 1997. 249 p.

- SALLER, Richard P. The Roman family as productive unit. In: RAWSON, Beryl (ed.). *A companion to families in the Greek and Roman worlds*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011. p. 116-128.
- SALMON, E. T. Roman colonization under the Republic. In: SCULLARD, H. H. (ed.). *Aspects of Greek and Roman life*. London: Thames and Hudson, 1969. 208 p.
- SALMON, E. T. *The fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford: Clarendon Press, 1988. 454 p.
- SANDARS, Thomas Collett. Introduction. In: *The Institutes of Justinian*. Introdução, tradução e notas de Thomas Collett Sandars. Chicago: Callaghan and Company, 1876. p. 3-62.
- SANDYS, John Edwin. *A history of classical scholarship*. Vol. II. From the revival of learning to the end of the eighteenth century (in Italy, France, England, and the Netherlands). Cambridge: Cambridge University Press, 1908a. 498 p.
- SANDYS, John Edwin. *A history of classical scholarship*. Vol. III. The eighteenth century in Germany, and the nineteenth century in Europe and the United States of America. Cambridge: Cambridge University Press, 1908b. 523 p.
- SASTRE, Inés; PLÁCIDO SUAREZ, Domingo. 'Deditio in fidem' and peasant forms of dependence in the Roman provincial system: the case of Northwestern Iberia. In: LA FIN DU STATUT SERVILLE? AFFRANCHISSEMENT, LIBÉRATION, ABOLITION. Volume II, 2005, Paris. *Actes du Groupe de Recherches sur l'Esclavage depuis l'Antiquité*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005. p. 501-509.
- SCAVONE, Daniel C. Arpinum (Arpino). In: STILLWELL, Richard; MACDONALD, William L.; MCALLISTER, Marian Holland. *The Princeton Encyclopedia of Classical Sites*. Princeton: Princeton University Press, 1976. p. 95.
- SCHAPS, David M. *Economic rights of women in Ancient Greece*. Edinburgh: Edinburgh University Press, [1979] 1981. 165 p.
- SCHEIDEL, Walter. The slave population of Roman Italy. Speculation and constraints. *Topoi. Orient-Occident*, v. 9, n. 1. Lyon: Société des Amis de la Bibliothèque Salomon-Reinach, 1999. p. 129-144.
- SCHEIDEL, Walter. Human mobility in Roman Italy, I: The free population. *Journal of Roman Studies*, v. 94. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2004. p. 1-26.

- SCHEIDEL, Walter. Human mobility in Roma Italy, II: The slave population. *Journal of Roman Studies*, v. 95. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 2005. p. 64-79.
- SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. *Princeton/Stanford Working Papers in Classics*. Palo Alto: Stanford University, 2007. p. 1-22.
- SCHIAVONE, Aldo. La produzione normativa. In: SCHIAVONE, Aldo. (ed.). *Storia giuridica di Roma*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2016. p. 115-141.
- SCHILLING, Robert. *La religion romaine de Vénus*. Depuis les origins jusqu'au temps d'Auguste. Paris: E. de Boccard, 1954. 442 p.
- SCHLAGER, Patricius. Paulus Diaconus. In: HERBERMANN, Charles G.; PACE, Edward A.; PALLEN, Condê B.; SHAHAN, Thomas J.; WYNNE, John J. (ed.). *The Catholic encyclopedia*. An international work of reference on the constitution, doctrine, discipline, and history of the Catholic Church. In fifteen volumes. Volume XI. New York: Robert Appleton Company, 1911. p. 591-592. Disponível em: <<https://archive.org/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- SCHULHOF, E. Fouilles de Délos, exécutées aux frais de M. le Duc de Loubat. Inscriptions financières (1904-1905). *Bulletin de Correspondance Hellénique*, n. 32. Athènes: École Française d'Athènes, 1908. p. 5-132.
- SCHUTTER, Klaas Herman Eltjo. *Quibus annis comoediae plautinae actae sint quaeritur*. 1959. 159 f. Tese (Degree of Doctor of Philosophy) – Faculty of Arts, University of Groningen, 1959.
- SCIARRINO, Enrica. Putting Cato the Censor's Origines in its place. *Classical Antiquity*, v. 23, n. 2. Berkeley: University of California Press, 2004. p. 323-357.
- SCIARRINO, Enrica. *Cato the Censor and the beginnings of Latin prose*. From poetic translation to elite transcription. Columbus: Ohio State University Press, 2011. 239 p.
- SCOPACASA, Rafael. Repensando a romanização: a expansão romana na Itália a partir das fontes historiográficas. *Revista de História*, v. 172. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. p. 113-161.
- SCOURFIELD, J. H. D. Jerome (Eusebius Hieronymus). In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 772.
- SCULLARD, H. H. *From the Gracchi to Nero*. Prefácio de Dominic Rathbone. 6. imp. London: Routledge, [1959] 2011. 410 p.

- SCULLARD, H. H. Scipio Africanus: soldier and politician. In: _____. (ed.). *Aspects of Greek and Roman life, 11*. New York: Cornell University Press, 1970. 299 p.
- SCULLARD, H. H. *Festivals and ceremonies of the Roman Republic*. London: Thames and Hudson, 1981. 288 p.
- SEAGER, Robin. Factio: some observations. *The Journal of Roman Studies*, v. 62. London: Society for the Promotion of Roman Studies, 1972. p. 53-58.
- SEAMAN, William M. The understanding of Greek by Plautus' audience. *The Classical Journal*, v. 50, n.3. Northfield: The Classical Association of the Middle West and South, 1954. p. 115-119.
- SEBESTA, Judith Lynn. Symbolism in the costume of the Roman woman. In: SEBESTA, Judith Lynn; BONFANTE, Larissa (ed.). *The world of Roman costume*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2001. p. 46-54.
- SEDGWICK, W. B. The cantica of Plautus. *The Classical Review*, v. 39, n. 3/4. Cambridge: Cambridge University Press, 1925. p. 55-58.
- SEDGWICK, W. B. The dating of Plautus' plays. *The Classical Quarterly*, v. 24, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1930. p. 102-106.
- SEDGWICK, W. B. Plautine chronology. *The American Journal of Philology*, v. 70, n. 4. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1949. p. 376-383.
- SEGAL, Erich. Scholarship on Plautus 1965-1976. *The Classical World*, v. 75, n. 7. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1981. p. 353-367, 370-380, 383-393, 395-405, 407-425, 427-433.
- SEGAL, Erich. *Roman laughter. The comedy of Plautus*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1987. 299 p.
- SELLAR, W. I. *The roman poets of the Republic*. 3 ed. 2 imp. Oxford: Oxford at The Clarendon Press, 1905. 474 p.
- SERRATI, John. Neptunes's altars: the treaties between Rome and Carthage (509-226 B.C.). *Classical Quarterly*, v. 56, n.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 113-134.
- SEWELL, Jamie. The formation of Roman urbanism. 338-200 B.C. Between contemporary foreign influence and Roman tradition. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series*, 79. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2010. 190 p.
- SEYRIG, Henri. Antiquités syriennes. *Syria. Revue d'art oriental et d'archéologie*, t. 28, f. 3-4. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1951. p. 191-228.

- SHACKLETON BAILEY, D. R. Introduction. In: VALERIUS MAXIMUS. I. Memorable doings and sayings. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 492. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2000 . p. 1-10.
- SHACKLETON BAILEY, D. R. Prefatory note/Introduction. In: CICERO. XXVIII. Letters to Quintus and Brutus. Letters fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of electioneering. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 462. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. 2. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1972] 2002. p. 395.
- SHARPLES, Robert. Theophrastus. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1461.
- SHERWIN-WHITE, A. N. *The Roman citizenship*. 2. ed. 2. imp. Oxford: Clarendon Press, [1973] 1996. p. 486.
- SILVA, Daniel. Pós-colonialidade, nação, e o lugar do passado na pós-modernidade em ‘Berkeley em Bellagii’ de João Gilberto Noll. *Casqui: revista latinoamericana de comunicación*, v. 43, n. 2. Quito: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, 2014. p. 3-13.
- SILVA, Gilvan Ventura. A rua e suas funções na cidade pós-clássica: algumas reflexões sobre o caso de Antioquia (351-450). In: LIMA NETO, Belchior Monteiro; SILVA, Érica Christyane Moraes; SILVA, Gilvan Ventura (org.). *Formas e imagens da cidade antiga*. Vitória: Editora Milfontes, 2020 p. 265-292.
- SILVA, José Guilherme Rodrigues da. *Roma e o domínio de todo o mundo habitado*. As Guerras Púnicas e a produção da identidade de dominadores do mundo. Curitiba: Editora Prismas, 2016. 309 p.
- SILVA, José Guilherme Rodrigues da. O templo de Vênus Ericina em ‘O pequeno cartaginês’, de Plauto. In: SILVA, Gilvan Ventura; SILVA, Érica Christyane Moraes; LIMA NETO, Belchior Monteiro (org.). *Usos do espaço no mundo antigo*. Vitória: GM Editora, 2018. p. 83-105.
- SILVA, José Guilherme Rodrigues da. ‘In festiuo loco’: observações sobre o teatro e a audiência na época de Plauto. In: LIMA NETO, Belchior Monteiro; SILVA, Érica Christyane Moraes; SILVA, Gilvan Ventura (org.). *Formas e imagens da cidade antiga*. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 33-60.

- SKUTSCH, Otto. Commentary. In: ENNIUS. *The Annals of Quintus Ennius*. Edição e comentários de Otto Skutsch. Oxford: Clarendon Press, 1985. p. 142-795.
- SKUTSCH, Otto. Introduction. In: ENNIUS. *The Annals of Quintus Ennius*. Edição e comentários de Otto Skutsch. Oxford: Clarendon Press, 1985b. p. 1-69.
- SLATER, Niall W. The dates of Plautus' *Curculio* and *Trinummus* reconsidered. *The American Journal of Philology*, v. 108, n. 2. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987. p. 264-269.
- SLATER, Niall W. Plautus in performance. The theatre of the mind. In: *Greek and Roman theatre archive*, v. 2. 2. ed. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 2000. 217 p.
- SMITH, R. E. Latins and the Roman citizenship in Roman colonies: Livy, 34, 42, 5-6. *The Journal of Roman Studies*, v. 44. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1954. p. 18-20.
- SMITH, William (ed.). *Dictionary of Greek and Roman antiquities*. 2. ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. 1298 p. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/>>. Acesso em: 16 ago. 2007.
- SOLIN, Heikki. Ancient onomastics: perspectives and problems. In: RIZAKIS, Athanassios D. (ed.). Roman onomastics in the Greek East. Social and political aspects. INTERNATIONAL COLLOQUIUM ORGANIZED BY THE FINISH INSTITUTE AND THE CENTRE FOR GREEK AND ROMAN ANTIQUITY, 1993, Athens. *Proceedings... MELETHMATA*, 21. Research Center for Greek and Roman Antiquity. National Hellenic Research Foundation. Paris: Diffusion de Bocard, 1996. p. 1-9.
- SOLIN, Heikki. Zur Herkunft der römischen Sklaven. In: HEINEN, Heinz (ed.). Menschenraub, Menschenhandel und Sklaverei in antiker und moderner Perspektive. Ergebnisse des Arbeitertreffens des Akademievorhabens. *Forschungen zur antiken Sklaverei*, Bd. 37. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2008. p. 99-130.
- STARKS, Jr., John H. The transference of Punic stereotypes in the Aeneid. *The Classical Journal*, v. 94, n.3. Northfield: The Classical Association of the Middle West and South, 1999. p. 255-283.
- STAVELEY, E. S. Greek and Roman voting and elections. In: SCULLARD, H. H. (ed.). *Aspects of Greek and Roman life*. 2. imp. London: Thames & Hudson, [1972] 1982. 271 p.

- STOCKERT, Walter. Editionum et commentationum conspectus. In: PLAUTUS. Cistellaria. In: QUESTA, Cesare; RAFFAELLI, Renato (dir.). *Editio Plautina Sarsinatis*, 7. Edição de Walter Stockert. Urbino: Edizioni QuattroVenti Srl, 2009b. p. 11-22.
- STOCKERT, Walter. The rebirth of a codex: virtual work on the Ambrosian palimpsest of Plautus. In: FONTAINE, Michael; SCAFURO, Adele C. *The Oxford handbook of Greek and Roman comedy*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 680-698.
- STONE, Shelley. The toga: from national to ceremonial costume. In: SEBESTA, Judith Lynn; BONFANTE, Larissa (ed.). *The world of Roman costume*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2001. p. 13-45.
- SUERBAUM, Werner. Ennius and his friends. Discussion. In: SKUTSCH, Otto (pres.). Ennius. Sept exposés suivis de discussions. In: REVERDIN, Olivier (ed.). *Entretiens sur l'antiquité Classique*, 17. Genève: Fondation Hardt, 1972. p. 200-208.
- SZNYCER, Maurice. Les passages puniques en transcription latine dans le 'Poenulus' de Plaute. *Annales de l'École pratique des hautes études, 4^e section, Sciences historiques et philologiques*, 1965-1966. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1965. p. 515-519.
- SZNYCER, Maurice. L'emploi des termes 'phénicien', 'punique', 'néopunique' (Problèmes de méthodologie). In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA CAMITO-SEMITICA, 2., 1974, Firenze. *Atti...* Coordenação de Pelio Fronzaroli. Firenze: Istituto di Linguistica e di Lingue Orientali - Università de Firenze, 1978. p. 261-268.
- TALBERT, Richard J. A. (ed.). *Barrington Atlas of the Greek and Roman world*. Oxford: Princeton University Press, 2000. 1 atlas.
- TARRANT, Richard. Plautus. In: REYNOLDS, L. D. (ed.). *Texts and transmission*. A survey of the Latin classics. Oxford: Clarendon Press, 1983. p. 302-307.
- TARRANT, Richard. Texts, editors, and readers. Methods and problems in Latin textual criticism. In: FEENEY, Denis; HINDS, Stephen (ed.). *Roman literature and its contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. 192 p.
- TAYLOR, Lily Ross. The opportunities for dramatic performances in the time of Plautus and Terence. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 68. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1937. p. 284-304.

- TAYLOR, Lily Ross. Party politics in the age of Caesar. *Sather Classical Lectures*, 22. Berkeley: University of California Press, 1949. 255 p.
- TAYLOR, Lily Ross. Forerunners of the Gracchi. *The Journal of Roman Studies*, v. 52, parts 1-2. London: The Society for the Promotion of Roman Studies, 1962. p. 19-27.
- TAYLOR, Lily Ross. Roman voting assemblies. From the Hannibalic War to the dictatorship of Caesar. *Jerome Lectures*, 8. 6. imp. Ann Arbor: The University of Michigan Press, [1966] 2003. 175 p.
- TAYLOR, Lily Ross. *The voting districts of the Roman Republic*. The thirty-five urban and rural tribes. Com material renovado por Jerry Lindersky. 2. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2013. 403 p.
- TEIXIDOR, Javier. Bulletin d'épigraphie sémitique. *Syria. Revue d'art oriental et d'archéologie*, v. 44, t. 1-2. Institut français d'archéologie de Beyrouth. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1967. p. 163-195.
- TERRENATO, Nicola. The Auditorium site in Rome and the origins of the villa. *The Journal of Roman Archaeology*, v. 14. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2001. p. 1-32.
- TOMLINSON, R. A. *Greek and Roman architecture*. London: British Museum Press, 1995. 128 p.
- TORELLI, Mario. Le popolazioni dell'Italia antica: società e forme del potere. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo. (dir.). *Storia di Roma*. Volume primo. Roma in Italia. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1988. p. 53-74.
- TORELLI, Mario. Studies in the Romanization of Italy. Tradução e edição de Helena Fracchia e Maurizio Gualtieri. Edmonton: The University of Alberta Press, 1995. 262 p.
- TOYNBEE, Arnold J. *Hannibal's legacy*. The Hannibalic War's effects on Roman life. Volume I. Rome and her neighbours before Hannibal's entry. London: Oxford University Press, 1965a. 643 p.
- TOYNBEE, Arnold J. *Hannibal's legacy*. The Hannibalic War's effects on Roman life. Volume II. Rome and her neighbours after Hannibal's exit. London: Oxford University Press, 1965b. 752 p.
- TREGGIARI, Susan M. *Roman freedmen during the Late Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1969. 293 p.

- TREGGIARI, Susan M. Family, Roman. In: HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 566-567.
- TRIGO, Isabel F.; BIGG, Grant G.; DAVIES, Trevor D. Climatology of cyclogenesis mechanisms in the Mediterranean. *Monthly Weather Review*, v. 130. Boston: American Meteorological Society, 2002. p. 549-569.
- TUCK, Steven L. Ports. In: EVANS, Jane DeRose (ed.). *A companion to the archaeology of the Roman Republic*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013. p. 323-334.
- VAN BUREN, Albert William. The palimpsest of Cicero De re publica. In: *Archaeological Institute of America. Supplementary papers of the American School of Classical Studies in Rome. Volume II*. New York: The Macmillan Company, 1908. p. 84-262.
- VAN DER POEL, Marc. Lipsius as a defender of Plautus. In: TOURNOY, G.; DE LANDTSHEER, J.; PAPY, J. (ed.). *Supplementa Humanistica Lovaniensia*, v. 15. Iustus Lipsius. Europae lumen et columen. Proceedings of the International Colloquium. Leuven 17-19 September 1997. 1999. p. 179-185.
- VOLTAIRE. Essay sur l'histoire générale, et sur les mœurs et l'esprit des nations, depuis Charlemagne jusqu'à nos jours. Tome troisième. *Collection complète des œuvres de Mr. de Voltaire*. Tome 13. 2. ed. Geneve: Cramer, 1761. 407 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- WALBANK, Frank William. Polybius. *Sather Classical Lectures*, 42. 3. imp. Berkeley: University of California Press, [1972] 1990. 201 p.
- WALLACE, Rex E. Sabellian languages. In: WOODARD, Roger D. (ed.). *The ancient languages of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 96-123.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 502 p.
- WARMINGTON, E. H. Introduction. In: REMAINS OF OLD LATIN. I. Ennius and Caecilius. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 294. Tradução de E H. Warmington. 7. imp. Cambridge: Harvard University Press, [1935] 2006. p. vii-xxxiii.
- WARMINGTON, E. H. Introduction. In: REMAINS OF OLD LATIN. II. Livius Andronicus. Naevius. Pacuvius. Accius. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb*

- Classical Library*, 314. Tradução de E. H. Warmington. Cambridge: Harvard University Press, 1936. p. vii-xxx.
- WARMINGTON, E. H. Inscriptions on movable articles, mostly for private use. REMAINS OF OLD LATIN. IV. Lex agraria. In: HENDERSON, Jeffrey. (ed.). *The Loeb Classical Library*, 359. Edição e tradução de E. H. Warmington. Cambridge: Harvard University Press, 1940c. p. 370-373.
- WATSON, Alan. *The law of persons in the Later Roman Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1967. 269 p.
- WATSON, Alan. *Rome of the XII Tables*. Persons and property. New Jersey: Princeton University Press, 1975. 195 p.
- WATSON, Alan. Preface to the original edition. In: THE DIGEST OF JUSTINIAN. Vol. 1. Tradução de Alan Watson. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985. s/n.
- WELLESLEY, K. The production date of Plautus' *Captivi*. *The American Journal of Philology*, v. 76, n. 3. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1955. p. 298-305.
- WESCHER, C.; FOUCART, P. Inscriptions recueillies a Delphes - et publiées pour la première fois. *École Française d'Athènes*. Paris: Firmin Didot Frères et Fils, 1863. 312 p. Disponível em <<https://reader.digitale-sammlungen.de/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- WEST, Andrew F. On a patriotic passage in the *Miles Gloriosus* of Plautus. *The American Journal of Philology*, v. 8, n. 1. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1887. p. 15-33.
- WEST, M. L. *Introduction to Greek metre*. Oxford: Clarendon Press, 1987. 90 p.
- WESTAWAY, K. M. *The original element in Plautus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1917. 82 p.
- WILLIAMS, Gordon. The genesis of poetry in Rome. In: KENNEY, E. J.; CLAUSEN, W. V. (ed.). *The Cambridge History of classical literature*. II. Latin literature. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 53-59.
- WILLIAMS, Richard S. *Marcus Porcius Cato*. A conservative statesman in the second century B. C. 1969. 120 p. Thesis (Master of Arts in History) – Department of History, Michigan State University, 1969.
- WILSON, A. J. N. *Emigration from Italy in the Republican age of Rome*. Manchester: Manchester University Press, 1966. 208 p.

- WISEMAN, T. P. Clodius at the theatre. In: _____. *Cinna the poet and other Roman essays*. New York: Leicester University Press, 1974. p. 159-169.
- WISEMAN, T. P. *The Roman audience*. Classical literature as social history. Oxford: Oxford University Press, 2015. 328 p.
- WHITTAKER, C. R. Carthaginian imperialism in the fifth and fourth centuries. In: GARNSEY, Peter D. A.; WHITTAKER, C. R. (ed.). *Imperialism in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 59-90.
- WHITTICK, George Clement; LEVICK, Barbara. Valerius Maximus. In: HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Anthony; EIDNOW, Esther (ed.). *The Oxford classical dictionary*. 4. ed. 2. imp. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1534.
- WOLFF, Hans Julius. Marriage law and family organization in Ancient Athens: a study of interrelation of public and private law in the Greek city. *Traditio*, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1944. p. 43-95.
- WOODARD, Roger D. Languages in ancient Europe: an introduction. In: WOODARD, Roger D. (ed.). *The ancient languages of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1-13.
- WOODS, Clare. A contribution to the king's library: Paul the Deacon's epitome and its Carolingian context. In: GLINISTER, Fay; WOODS, Clare; NORTH, J. A.; CRAWFORD, Michael H. (ed.). *Verrius, Festus, and Paul. Lexicography, scholarship, and society. BICS Supplement, 93*. London: Institute of Classical Studies / School of Advanced Study / University of London, 2007. p. 109-135.
- WOYTEK, Erich. Sprach- und Kontextbeobachtung im Dienste der Prioritätsbestimmung bei Plautus: zur Datierung von Rudens, Mercator und Persa. *Wiener Studien*, v. 114. Wien: Austrian Academy of Sciences, 2001. p. 119-142.
- WOYTEK, Erich. Zur datierung des Poenulus. In: BAIER, Thomas. *Studien zu Plautus' Poenulus*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2004. p. 113-137.
- ZETZEL, James E. G. Text and translation. CICERO. On the commonwealth and On the laws. In: GEUSS, Raymond; SKINNER, Quentin (ed.). *Cambridge texts in the history of political thought*. Edição de James E. G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. xxxvi-xli.
- ZIOLKOWSKI, Adam. The plundering of Epirus in 167 B.C.: economic considerations. *Papers of the British School at Rome*, v. 54. London: The British School at Rome, 1986. p. 69-80.

ZOUMBAKI, Sophia. The presence of Italiote Greeks and Romans in Aetolia, Acarnania and the adjacent islands from the 3rd c. BC to the beginning of the Imperial age. In: SESTITO, Giovanna De Sensi; INTRIERI, Maria (cura). *Sulla rotta per la Sicilia: l'Epiro, Corcira e l'Occidente*. Pisa: Edizioni ETS, 2011. p. 523-538.

OBRAS DE REFERÊNCIA CONSULTADAS

Dicionários, gramáticas e livros-texto de latim

BRANDÃO, Jacyntho Lins; SARAIVA, Maria Olívia de Quadros; LAGE, Celina Figueiredo. *Helleniká*. Introdução ao grego antigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 651 p.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Histoire des mots. Adições e correções por Jacques André. 4. ed. 2. imp. Paris: Librairie C. Klincksieck et Cie, [1959] 1985. 833 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Coordenação e edição de Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 3. ed. 2. imp. Curitiba: Editora Positivo, 2004. 2120 p.

LEWIS, Charlton T; SHORT, Charles; ANDREWS, E. A. *A new Latin dictionary* (Harper's Latin dictionary). Produzido da tradução de Latin-German lexicon, de Freund. 2. ed. New York/Oxford: Harper and Brothers, Publishers/Clarendon Press, 1891. 2019 p.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *An intermediate Greek-English lexicon* (founded upon the seventh edition of Liddell and Scott's Greek-English lexicon. 7. ed. Oxford: Oxford University Press, 1993. 910 p.

GLARE, P. G. W. *Oxford Latin dictionary*. 2. ed. 3. imp. Oxford: Oxford University Press, [2012] 2016. 2344 p.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, [1927] 2019. 1297 p.

SCHALKWIJK, Francisco Leonardo. *Coinê*. Pequena gramática do grego neotestamentário. 9. ed. Patrocínio: Editora CEIBEL, 2004. 203 p.

VIEIRA, Jair Lot (ed.). *Dicionário latim-português*. Termos e expressões. Revisão técnica de Alexandre Hasegawa. 2. imp. São Paulo: Edipro Edições Profissionais Ltda., [2016] 2018. 447 p.

Outras obras de referência

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Tradução sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., [1996] 2011. 483 p.

VASCONCELLOS, Luiz Paulo. *Dicionário de teatro*. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010. 288 p.

APÊNDICE

OS TEATROS TEMPORÁRIOS DA REPÚBLICA

OS TEATROS TEMPORÁRIOS DA REPÚBLICA⁹⁶⁸

Estruturas temporárias, construídas para a observação de cerimônias, procissões e outros eventos, foram comuns tanto no mundo grego quanto no romano. Erigidas em madeira, eram desmontadas após sua utilização⁹⁶⁹. Encontramos um exemplo de assentos de madeira erigidos para o público da procissão das Dionísias – destruídos por um ciclone – em *O gorgulho*, de Plauto (*Curc.*, 644-647). Na comédia, Planésio conta que, quando criança, foi levada para assistir as Dionísias⁹⁷⁰. Após ter chegado, quando a ama de leite a posicionava no assento, “surgiu um vento em turbilhão e nesse momento os assentos ruíram”⁹⁷¹.

Em Roma os teatros foram construções temporárias de madeira até 55 a.C., quando foi erigido o teatro de Pompeu, o primeiro construído com pedras e concreto⁹⁷².

⁹⁶⁸ O texto desse Apêndice é uma elaboração de nosso artigo – (SILVA, 2020, p. 33-60) – publicado em Neto *et al.* (org.), *Formas e imagens da cidade antiga*, 2020, Editora Milfontes.

⁹⁶⁹ Assentos de madeira temporários eram erigidos em *stadia* – e cortes legais – nas *poleis* gregas, por exemplo, para a *Apollonia*, em Delos, e os jogos Pítios, em Delfos. Esses eventos, assim como diversos outros nas *poleis*, eram comumente realizados com intervalos de alguns anos entre cada um (bienalmente, quadrienalmente, etc.), de forma que os terrenos dispensados para sua execução eram reservados para outras funções nos períodos intermediários. Inscrições mostram que as áreas onde eram erguidos os *stadia* para a *Apollonia* em Delos e as Panatenaicas em Atenas eram arrendadas para pastoreio ao final dos jogos. No caso das Panatenaicas, os assentos eram erigidos na ágora, “e teriam que ser removidos imediatamente após o festival, de forma a não atrapalhar a atividade normal” (CSAPO, 2007, 103-105). A título de curiosidade, os primeiros teatros gregos dos quais temos vestígios tinham em comum algumas características, como assentos frontais (*proedria*) de pedra e demais de madeira, e *skéné* construída com material perecível (MORETTI, 2011, p. 135). Diversos teatros gregos dos séculos V e IV a.C. tinham assentos de madeira, nos quais apenas a *proedria* (ou sua base) era de pedra (CSAPO, 2007, p. 105-106). O teatro de Dioniso Eleutério, em Atenas, durante o século V a.C. e parte do século IV a.C. – período em que se consagraram Ésquilo, Eurípides, Sófocles e Aristófanes – era composto por assentos de madeira, sendo que a *proedria* (ou sua base), assim como em outros teatros gregos do período, era feita de pedra. A *skéné* também era de madeira. A prática de se escavar e elevar o terreno regularmente para o auditório é do século IV a.C., e apenas em meados deste último século, ou na segunda metade, o auditório do teatro de Dionísio em Atenas foi reconstruído em pedra (TOMLINSON, 1995, p. 44-46; ROBERTSON, 1988, p. 164-166; MORETTI, 2011, p. 122-125, 154 e ss.; GOETTE; CSAPO, 2007, p. 116 e ss.).

⁹⁷⁰ Csapo (2007, p. 105, nota 32) associa a referência de Plauto aos assentos de madeira à *pompa*, ou procissão solene que precede as Dionísias, à qual Plauto se refere diretamente em *O cofre* (*Cist.*, 89-90): “Durante as Dionísias, minha mãe me levou para assistir a *pompa*” – “*per Dionysia / mater pompam me spectatum duxit*”.

⁹⁷¹ A passagem de Plauto (*Curc.*, 647) é: “*exoritur uentus turbo, spectacula ibi ruunt*”. As Dionísias Rurais eram celebradas na Ática no final de dezembro ou início de janeiro, enquanto as Dionísias, em Atenas, eram celebradas na segunda metade de março (PICKARD-CAMBRIDGE, 1973, p. 42, 64-66; MORETTI, 2011, p. 77, 130). Em Delos as Dionísias eram celebradas entre março e abril (MORETTI, 2011, p. 90). Todas essas festividades aconteciam no período de ocorrência mais provável dos ciclones na região do Egeu. As regiões do Mar Egeu e do Mar Negro são consideradas como duas das áreas mais ciclogênicas da bacia mediterrânea (TRIGO *et al.*, 2002, p. 553) – além das regiões comentadas na nota 680, nessa tese. Estudos mostram que os ciclones nessas regiões podem ocorrer simultaneamente no período do inverno (TRIGO *et al.*, 2002, p. 557, 567). Os ciclones na região do Mar Egeu ocorrem preferencialmente entre outubro e maio (FLOCAS; KARACOSTAS, 2007, p. 53 e ss.).

⁹⁷² Porém, mesmo após a conclusão do teatro de Pompeu, segundo Vitruvius (*De architectura*, V.5.7), ainda eram “levantados todos os anos em Roma muitos teatros [...] públicos de madeira”.

Encontramos em Tito Lívio os testemunhos de tentativas de construção de edifícios teatrais, e o fato de terem sido mencionados sugere que eram estruturas de alguma maneira notáveis, provavelmente construções de alvenaria (BEACHAM, 1992, 62-65). Todas essas tentativas aconteceram, porém, após a morte de Plauto.

A primeira menção em Tito Lívio (XL,51.3) sobre a edificação de um teatro em Roma é a de que Marco Emílio Lépidio, um dos censores de 179 a.C., contratou a construção de assentos e palco⁹⁷³ na área do templo de Apolo⁹⁷⁴. Não se tem notícia posterior desse teatro – o que sugere que não foi construído ou que foi demolido –, mas a área do templo de Apolo, escolhida para a construção, nos remete às razões da ereção do próprio templo.

Tanto o templo de Apolo quanto os *ludi scaenici* surgiram como resposta a períodos de pestilência. O templo foi votado em 433 a.C. e dedicado em 431 a.C.⁹⁷⁵, segundo Tito Lívio (IV.25.3-4; IV.29.7), “pela saúde do povo”⁹⁷⁶, para aplacar uma doença que atingira as pessoas e o gado, quando havia inclusive o medo de que à peste sobreviesse a fome, pois o povo nas áreas rurais estava sucumbindo à enfermidade⁹⁷⁷. Da mesma forma, conforme comentamos, os primeiros *ludi scaenici* foram instituídos em 364 a.C. para expiar uma pestilência, escreveu Tito Lívio (VII.1-2)⁹⁷⁸. Somos tentados a interpretar que a ereção de um teatro na área do templo de Apolo tinha motivos religiosos, unindo dois antigos meios de aplacar a peste⁹⁷⁹.

Em 174 a.C., cinco anos depois da primeira contratação, assim nos relata Tito Lívio (XLI.27.6), os censores contrataram a construção de uma “*scaena* para ficar à

⁹⁷³ Lemos em Tito Lívio (XL,51.3): “*theatrum et proscaenium ad Apollinis [...] locavit*”. De acordo com Durckworth (1994, p. 79), esse teatro era “de pedra” e, de acordo com Marshall (2006, p. 28-29), era de madeira, pois “um teatro permanente não precisa ser de pedras”.

⁹⁷⁴ De acordo com Ascônio (*in Toga candida*, 90C,6-14), esse era o único templo de Apolo em Roma antes da época de Augusto. Localizava-se a noroeste do Capitólio, próximo ao Circo Flaminino.

⁹⁷⁵ Segundo Tito Lívio (XL,51), o templo foi dedicado a Apolo Medicus.

⁹⁷⁶ A passagem de Tito Lívio (IV.25.3) é: “*pro valetudine populi*”.

⁹⁷⁷ A ligação de Apolo com a saúde e, por antinomia, sua capacidade de promover a pestilência é antiga. A encontramos nos versos iniciais da *Ilíada* (I.1-10) com a praga enviada por Apolo aos gregos acampados diante da cidade de Troia. Essa relação entre Apolo e a saúde é encontrada também, por exemplo, em *O mercador* de Plauto (*Merc.*, 678-680), em uma prece que a matrona Doripa faz para Apolo: “Apolo, rogo que, propício, concedas a paz, a saúde e o bem-estar para nossa *familia*, que, propício, conserves meu filho na paz” – “*Apollo, quaeso te ut des pacem propitius, / salutem et sanitatem nostrae familiae, / meoque ut parcas gnato pace propitius*”.

⁹⁷⁸ Para Goldberg (2005, p. 8), a associação dos primeiros *ludi* com doenças é “incomum, talvez não histórica, e quase certamente colorida pelas tendências contra o teatro do próprio Lívio”.

⁹⁷⁹ Uma informação que corrobora a interpretação é a de que mais de duzentos anos depois foram instituídos *ludi* em honra de Apolo, os *ludi Apollinares*, em 212 a.C., também para aplacar uma peste (TAYLOR, 1937, p. 289).

disposição dos edis e pretores”⁹⁸⁰. Essa segunda contratação sugere que a edificação de 179 a.C. não foi realizada, e a falta de outras informações sobre ambos os teatros nas fontes permite interpretar que a segunda contratação também não se concretizou.

Uma terceira contratação para a construção de um teatro permanente levou ao início de sua ereção em 154 a.C. Porém, a estrutura foi demolida por ordem de um *senatus consultum* algum tempo depois, a partir de uma proposta de Cipião Nasica, sob a alegação de que era “inútil e danoso aos costumes públicos”, de acordo com o sumário de Tito Lívio (*Periochae*, XLVIII)⁹⁸¹. O *senatus consultum* proibiu também a provisão de assentos nos *ludi* que ocorressem em Roma ou no perímetro de mil passos da cidade, de acordo com Valério Máximo (II.4.2).

Contudo, Tácito (*Annales*, XIV.21) nos relata que nove anos depois Lúcio Múmio Acaio, em 145 a.C., por ocasião de seu triunfo sobre os aqueus e a destruição de Corinto no ano anterior, ofereceu em Roma um espetáculo teatral formosamente produzido, o que implica que em algum momento nesses nove anos o teatro ganhara aceitabilidade suficiente em meio à *nobilitas*.

Os edifícios teatrais, porém, continuaram a ser temporários, pois, segundo Apiano (*B Civ.*, I.125), outra tentativa de ereção de um teatro permanente foi levada a cabo, provavelmente iniciada em 107 a.C., o ano em que Lúcio Cássio Longino foi um dos cônsules. Todavia, sua estrutura foi demolida quando estava próximo de ficar pronto, por ordem do cônsul Quinto Servílio Cépio, em 106 a.C.⁹⁸²

As estruturas temporárias não deixaram traços, aparentemente⁹⁸³. Porém, mesmo que não tenhamos hoje vestígios materiais dos teatros onde foram representadas as

⁹⁸⁰ A passagem de Tito Lívio (XLI.27.6) é: “*et scaenam aedilibus praetoribusque praebendam [locaverunt]*”.

⁹⁸¹ A passagem de Tito Lívio (*Periochae*, XLVIII) é: “Quando um teatro contratado pelos censores foi construído, pela proposta de Públio Cornélio Nasica, como se fosse inútil e danoso aos costumes públicos, foi destruído por ordem de um *senatus consultum*, e o povo por algum tempo assistiu os *ludi* de pé” – “*Cum locatum a censoribus theatrum exstrueretur, P. Cornelio Nasica auctore tamquam inutile et nociturum publicis moribus ex senatus consulto destructum est, populusque aliquamdiu stans ludos spectavit*”. Veleio Patérculo (I.15.3) cita rapidamente esse acontecimento.

⁹⁸² Apiano (*B Civ.*, I.124-125) fornece informações firmes sobre essa outra tentativa de construção, que a posicionam na época que indicamos no texto, tanto relacionadas aos magistrados citados, quanto correlacionando-a a eventos acontecidos quinze anos após a morte de Caio Graco, ou seja, quinze anos após 121 a.C.

⁹⁸³ Campbell (2003, p. 67 e ss.), com base em fontes textuais e em dados arqueológicos, sugeriu uma explicação tecnológica para a inexistência de teatros permanentes em Roma até a construção do teatro de Pompeu, em 55 a.C. Segundo a autora, o único material capaz de permitir a construção dos vãos e arcos característicos dos auditórios dos teatros romanos, construídos em terrenos planos ou apoiados em encostas – e não nas encostas –, é o concreto. Os romanos utilizaram o concreto desde pelo menos o início do século III a.C., porém, para a construção de estradas. Uma das estruturas de teatro subsistentes mais antigas da Itália é o Odeon de Pompeia, construído pelos romanos em cerca de 80 a.C. Nele os vãos que levam à arena são de concreto e suportam parte do peso dos assentos e das pessoas na *cavea* – a área

peças de Plauto, outros vestígios podem, de maneira indireta, proporcionar indícios para a interpretação de como eram aquelas estruturas temporárias. De acordo com Robertson (1988, p. 252 e ss.), os exemplos de teatros romanos, desde os mais antigos que podemos observar atualmente, são diferentes de todos os teatros gregos conhecidos, clássicos ou helenísticos, em diversos aspectos⁹⁸⁴. Não se sabe ao certo as origens das diferenças, e não são encontrados, em lugar nenhum, indícios arquitetônicos que forneçam dados que caracterizem uma transição entre os modelos gregos – principalmente da Sicília e do sul da Itália – e os teatros romanos permanentes. A solução do impasse, segundo Robertson (1988, p. 253), deve ser buscada nos restos arquitetônicos dos teatros de pedra do sul da Itália e da região da Campânia, construídos entre a segunda metade do século IV e o século III a.C., e nas estruturas temporárias de madeira construídas para encenação das *phlyakes*⁹⁸⁵ e das farsas atelanas⁹⁸⁶. Podemos ter um vislumbre dessas últimas nas pinturas em cerâmicas do século IV a.C. – encontradas no sul da Itália e na Sicília –, nas quais é possível discernir basicamente dois tipos de tema: representações de mitos gregos, em tragédias ou paródias, e cenas cômicas da vida diária (ROBERTSON, 1988, p. 253; BEACHAM, 1992, p. 8-9; 57-60).

É a partir desses indícios e de curtas passagens dos textos das comédias romanas que Beacham (1992, p. 60 e ss.) reconstruiu, tentativamente, os teatros temporários romanos⁹⁸⁷. De acordo com Beacham (1992, p. 57), a necessidade de frequentemente

dos assentos. A técnica de ereção de estruturas com concreto, incluindo abóbadas, só foi dominada pelos romanos no século I a.C. – um exemplo é o próprio Odeon mencionado (CAMPBELL, 2003, p. 76). Vitruvius (*De architectura*, II.8.2-3), por exemplo, reclamou de antigas estruturas de concreto em tumbas da Via Ápia que estavam ruindo em sua época. Concretos desse tipo, escreve Campbell, não poderiam suportar o peso de assentos de pedra e da audiência (CAMPBELL, 2003, p. 76). Portanto, teatros permanentes não poderiam ser construídos antes da técnica ser dominada, e os teatros que começavam a ser erigidos, segundo a autora, por questões estruturais – somadas às questões morais –, tinham a construção interrompida. Logo, as poucas tentativas de ereção de teatros permanentes documentadas pelas fontes se devem, provavelmente, à evolução da técnica romana de construção com concreto (CAMPBELL, 2003, p. 67 e ss.).

⁹⁸⁴ Só existem restos, observáveis nos porões de edifícios antigos de Roma, do teatro de Pompeu, o primeiro teatro permanente em Roma. O primeiro teatro planejado e construído sob um governo romano é o Odeon de Pompeia, de 80 a.C., mencionado na nota 983. Os vestígios dos outros teatros romanos sobreviventes, tanto em Roma quanto em outros locais, são de idade posterior ao teatro de Pompeu, sendo que vários são teatros originalmente gregos – na Sicília, no sul da Itália, na Grécia e na Ásia Menor – que passaram por uma “drástica reforma” no final do período republicano e no período imperial (ROBERTSON, 1988, p. 253).

⁹⁸⁵ Representações burlescas de cenas mitológicas, apresentadas nas regiões do sul da Itália. Os indivíduos que as representavam frequentemente usavam máscaras (BEARE, 1951, p. 142).

⁹⁸⁶ Farsas curtas, desenvolvidas na Campânia, praticadas em Roma desde muito tempo. Tratam principalmente da vida no campo ou em pequenas propriedades. Tornaram-se muito populares no século I a.C., quando se assimilaram, em certo grau, à *palliata* e à comédia com ambiente e personagens latinos – a *togata* (DUCKWORTH, 1994, p. 10-13).

⁹⁸⁷ Beacham (1992, p. 56) comenta que os palcos temporários romanos “moldaram” as peças e “foram moldados” por elas, de forma que devem prover “evidências cruciais” para o entendimento das próprias

erigir e desmontar os edifícios teatrais permitiu que os romanos fizessem experiências ao longo do tempo, moldando estruturas que traduziam essa mesma experiência, durante o processo de desenvolvimento do que viria a ser o modelo do edifício teatral romano. A princípio, segundo o autor, os teatros temporários deveriam ser bastante parecidos aos modelos que vemos nas representações pintadas nas cerâmicas referidas acima. Durante o século II a.C., porém, com o aumento do papel do teatro na vida romana devido aos *ludi*, e por causa das crescentes trocas culturais com os gregos, aos edifícios temporários foram, provavelmente, sendo adaptados mais elementos helenísticos (BEACHAM, 1992, p. 60 e ss.).

Beacham sugere que na época de Plauto os teatros temporários eram, em sua maioria, construídos com palco elevado, atrás do qual havia uma fachada (o edifício de cena)⁹⁸⁸. Esta fachada possuía duas estruturas projetadas laterais (denominadas *paraskenia*), cada uma das quais apresentando uma porta – passagens para os fundos do palco. Uma terceira porta, central, podia também ocorrer. Todas essas portas representavam entradas para os edifícios que faziam parte da cena e do enredo (casas e outros). Havia pórticos elevados em frente às portas, e ao menos uma delas era coberta por um telhado. A área em frente às portas fazia as vezes de uma rua, chamada *platea* ou *via*. Uma passagem, localizada atrás do edifício de cena e escondida da audiência – o *angiportum*⁹⁸⁹ –, servia para os atores se moverem sem serem vistos de um lado para o outro do palco (BEACHAM, 1992, p. 60-63).

peças, “não como textos na página, mas como ações planejadas para acontecer em um formato arquitetônico particular”, peças que acabaram por modificar a arquitetura dos próprios teatros.

⁹⁸⁸ Beacham (1992, p. 60) comenta que os termos utilizados por Plauto para designar o palco, *scaena* e *proscenium*, não são exatos, pois o termo “*scaena* poderia ser utilizado também para designar o edifício de cena, ou mesmo a sua fachada cênica”, e o termo *proscenium* é uma tradução possível para o edifício cênico. Esse comentário de Beacham, ao nosso ver, é temerário, pois se Plauto denomina dessa forma o tablado sobre o qual os atores encenavam suas comédias, é porque estes termos eram aceitos e reconhecidos como significantes para o que denominamos de palco. As palavras podem ter seus significados mudados com o passar do tempo. Em francês, por exemplo, o termo *acteur* significava, no século XVII, “personagem”, e não “ator” (MOLIÈRE, *La jalousie du barbouillé*, p. 33). Além disso, o mesmo *locus* pode ser designado por nomes diferentes, como é o caso do palco, denominado de *scaena* por Plauto (*Poen.*, 20; *Pseud.*, 658) e também, cerca de cento e cinquenta anos depois, por Cícero (*Rep.*, IV.20b; *Har. resp.*, 25), e de *pulpitum* por Horácio (*Epistulae*, II.174), contemporâneo mais novo de Cícero. Vários termos latinos referentes às estruturas e componentes dos edifícios teatrais são derivados de textos cuja antiguidade remonta ao século I a.C., como os de Vitruvius e de Tito Lívio, sendo, portanto, cerca de cento e cinquenta anos mais novos que os textos de Plauto. Para os termos relacionados aos edifícios teatrais e seu significado na obra de Vitruvius, *vide* o exemplo do teatro de *Bracara Augusta* em Martins (2020, p. 71 e ss.).

⁹⁸⁹ Em certas ocasiões, o espaço onde os atores estão no palco é denominado também de *angiportum* (BEARE, 1951, p. 173; DUCKWORTH, 1994, p. 87-88).

Existiam assentos para ao menos parte da audiência⁹⁹⁰. Já apresentamos nessa tese as evidências existentes nos textos de Tito Lívio (XL,51.3; XLI.27.6; *Periochae*, XLVIII) e Valério Máximo (II.4.2). Outras evidências são conhecidas. Os prólogos das comédias de Plauto são caracterizados por instâncias nas quais um ator se dirige diretamente à audiência, e em alguns ocorre alusão explícita a assentos no teatro durante episódios que parecem ser tentativas, programadas no roteiro da comédia, de organização do público, provavelmente baseadas em experiências pregressas⁹⁹¹. Em *Anfitrião* (*Amph.*, 65-66), lemos: “que os pesquisadores andem por cada um dos assentos, pelos espectadores, em toda *cauea*”⁹⁹². Em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 5-6), após um pedido de silêncio, lemos: “os que vieram esfaimados e os que vieram quase satisfeitos, com boa vontade sentem-se em seus assentos”⁹⁹³. Mais à frente, encontramos: “e que o *dissignator*⁹⁹⁴ não passeie diante da cara de alguém e que não conduza alguém para um assento enquanto o ator estiver no palco” (*Poen.*, 20)⁹⁹⁵. Em *Os cativos* (*Capt.*, 1-2), algumas pessoas estão assistindo de pé a peça, e a simples menção desse fato significa que outras estão sentadas: “Aqueles dois cativos que vocês veem aqui de pé, estão ambos de pé aqui e não sentados porque lá aqueles estão de pé”⁹⁹⁶. Na mesma comédia (*Cap.*, 12), encontramos: “se não existe lugar onde sentar-se,

⁹⁹⁰ A existência de assentos nos teatros temporários romanos do período da República é advogada, por exemplo, por Beare (1951, p. 4, 163-164), Bieber (1961, p. 167-168), Paratore (2003, p. 28), Moore (1994/1995, p. 116 e ss.) e Duckworth (1994, p. 80-81), sendo que esse último autor pensa improvável que na época de Plauto as pessoas levassem seus próprios assentos para assistir as peças. Robertson (1988, p. 253) afirma que a audiência assistia às peças de pé, mas não fornece explicação para sua afirmação.

⁹⁹¹ Nem todas as comédias de Plauto possuem prólogo: *Persa*, *Estico*, *O fantasma* e *Epídico*, não possuem. Em *As báquides* o texto está fragmentado e um fragmento é indicado como parte do prólogo por suposição. Em outras, como *O soldado fanfarrão* e *O cofre*, o prólogo está posicionado respectivamente a partir dos versos 79 e 149 (prólogos postergados).

⁹⁹² A passagem de Plauto (*Amphitruo*, 65-66) é: “*ut conquistores singula in subsellia / eant per totam caueam spectatoribus*”. A *cauea* é a área dos assentos.

⁹⁹³ A passagem de Plauto (*Poen.*, 5-6) é: “*bonoque ut animo sedeant in subselliis / et qui esurientes et qui saturi uenerint*”.

⁹⁹⁴ Pessoa que arranjava os lugares no teatro. Podemos traduzir “*dissignator*” por “designador”, mas esse termo português é genérico, significando “que ou o que designa, precisa, especifica”, um “designante”, e não é utilizado especificamente para significar alguém que designe lugares no teatro. Já comentamos nessa tese que, segundo Cardoso (2020, p. 62), não existe clareza e nem definição que sejam consistentes tanto para os títulos quanto para as funções das pessoas responsáveis pelas atividades do teatro, à exceção dos atores e do poeta. Soma-se a isso, também de acordo com Cardoso (2020, p. 62), o fato de que muitos dos termos utilizados por Plauto, os quais relacionam pessoas e funções, são usados de maneira figurativa. No caso de *dissignator*, textos posteriores mostram que o termo, por exemplo, significava também o que coordenava as cerimônias em funerais (CARDOSO, 2020, p. 62).

⁹⁹⁵ A passagem de Plauto (*Poen.*, 20) é: “*neu dissignator praeter os obambulet / neu sessum ducat, dum histrio in scaena siet*”.

⁹⁹⁶ A passagem de Plauto (*Capt.*, 1-2) é: “*hos quos uidetis stare hic captiuos duos, / illi quia astant, hi stant ambo, non sedent*”. Plauto, ao dizer “lá aqueles estão de pé”, está se referindo a pessoas na audiência. Moore (1994/1995, p. 118) faz a interessante correlação entre os que assistem de pé e os atores que, interpretando os cativos, estão de pé no palco, propondo que a referência aos que estão assistindo é

existe para onde andar”⁹⁹⁷. Em outra, “agora, mexa-se, sente-se” (*Asinaria*, 5)⁹⁹⁸. Em *O soldado fanfarrão* (*Miles gloriosus*, 81-83), após o primeiro diálogo, o enredo é apresentado à audiência⁹⁹⁹ por um personagem que diz: “quem, por outro lado, não quiser ouvir o enredo que se levante e saia, de forma que tenha onde se sentar aquele que quer escutar. Agora, pela razão de vocês se sentarem nesse local agradável”¹⁰⁰⁰. Em *Psêudolo* (*Pseud.*, 1-2), nas primeiras palavras do prólogo, lemos: “É melhor esticar a coluna e se levantar. Uma longa peça plautina vem ao palco”¹⁰⁰¹.

Não apenas os prólogos das comédias plautinas fornecem indícios de assentos no teatro. Em *Aululária* (*Aul.*, 719-717), Euclião se volta para a audiência e diz: “conheci todos vocês, percebo estarem aqui vários ladrões que se ocultam em veste e giz, e sentam-se como se fossem honestos”¹⁰⁰². No último verso de Epídico (*Ep.*, 733) a *grex* fala em conjunto: “Aplaudam e se vão. Estiquem o lombo e levantem-se”¹⁰⁰³. Em *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 1224) Agorástocles pede para Hanão ser breve, pois existem pessoas com sede na audiência: “Condense em poucas palavras: estão sedentos os que estão sentados”¹⁰⁰⁴. Por fim, em *O truculento* (*Truc.*, 968), ao final da peça Fronésio diz: “Espectadores, vão-se bem, aplaudam e levantem-se”¹⁰⁰⁵.

A evidência dos assentos da *cavea* não significa que todos assistissem as comédias sentados. Algumas passagens que citamos indicam que certas pessoas tinham que ficar de pé, provavelmente atrás dos últimos assentos, uma possibilidade

um indício de que são escravos, assim como os personagens – e talvez os próprios atores que os representam. Ainda sobre assistir a uma comédia de pé, Plauto (*Poen.*, 21-22) faz uma pilhéria no prólogo de *O pequeno cartaginês*: “àqueles que dormiram ociosos em casa, durante o dia, é conveniente agora que com o mesmo ânimo fiquem de pé, ou que evitem dormir” – “*diu qui domi otiosii dormierunt, decet / animo aequo nunc stent uel dormire temperent*”.

⁹⁹⁷ A passagem de Plauto (*Capt.*, 12) é: “*si non ubi sedeas locus est, est ubi ambules*”, ou seja, se alguém não achar lugar para se sentar, vá-se embora.

⁹⁹⁸ A passagem de Plauto (*Asinaria*, 5) é: “*age nunc reside*”.

⁹⁹⁹ O enredo é apresentado entre as linhas 79 e 155.

¹⁰⁰⁰ A passagem de Plauto (*Miles gloriosus*, 81-83) é: “*qui autem auscultare nolet exurgat foras, / ut sit ubi sedeat ille qui auscultare uolt. / nunc qua assedistis causa in festiuo loco*”.

¹⁰⁰¹ O texto de Plauto (*Pseud.*, 1-2) diz: “*exporgi meliust lumbos atque exurgier: / Plautina longa fabula in scaenam uenit*”. Moore (1994/1995, p. 114, nota 4), interpreta as palavras *Plautina fabula* como indício de uma apresentação posterior à morte de Plauto, ou seja, que provavelmente foram adicionadas à peça após a morte de nosso autor. Não concordamos com essa interpretação – apesar de não influenciar em nada a trama ou o enredo da peça –, pois o texto significa apenas que o ator que apresenta o prólogo afirma que a peça é de Plauto.

¹⁰⁰² A ordem dos versos nessa passagem está invertida nas edições, resultado da recensão dos manuscritos. No texto de Plauto (*Aul.*, 719-717) lê-se: “*noui omnis, scio fures esse hic compluris, / qui uestitu et creta occultant sese atque sedent quasi sint frugi*”. Moore (1994/1995, p. 122) interpreta que os “ladrões” – “*fures*” – aos quais Plauto faz referência passam-se por “honestos” – “*frugi*” – porque vestem-se com elegância e estão sentados, ou seja, portam-se como respeitáveis por terem lugar para se sentar e estarem bem-vestidos.

¹⁰⁰³ No texto de Plauto (*Ep.*, 733) lê-se: “*plaudite et ualete. lumbos porgite atque exurgite*”.

¹⁰⁰⁴ O texto de Plauto (*Poen.*, 1224) é: “*in pauca confer: sitiunt qui sedent*”.

¹⁰⁰⁵ O texto de Plauto (*Truc.*, 968) é: “*spectatores, bene ualete, plaudite atque exurgite*”.

relacionada, talvez, à lotação do teatro (*Capt.*, 1-2, 12; *Mil.*, 81-82). Quanto aos escravos, os quais faziam parte da audiência, os indícios mostram que não podiam sentar-se¹⁰⁰⁶. De fato, na sociedade romana, a possibilidade do *servus* disputar lugar com o *civis* é nula. Um indício está no prólogo de *O pequeno cartaginês* (*Poen.*, 23-24): “que escravos não criem obstáculos, para que exista lugar para os nascidos livres, ou então que comprem sua liberdade”¹⁰⁰⁷.

Certos estudos sugerem que as pessoas na audiência assistiam os *ludi scaenici* sentadas em locais improvisados, como as escadarias dos templos, por exemplo. Essa sugestão está intimamente ligada à teoria de que os *ludi* eram realizados no Fórum Romano. Discutiremos o possível local de realização dos *ludi scaenici* mais à frente, no texto, mas agora devemos voltar nossa concentração para os assentos para a audiência. Alguns dados encontrados nas fontes nos auxiliam a perceber que os assentos dos teatros temporários romanos eram construídos, ou seja, montados para a ocasião¹⁰⁰⁸. Comentamos anteriormente que, segundo o sumário de Tito Lívio (*Periochae*, XLVIII), o teatro que seria construído de forma permanente em 154 a.C. foi demolido pouco tempo depois de iniciado por ordem de um *senatus consultum* e, por causa disso, “o povo por algum tempo assistiu os *ludi* de pé”¹⁰⁰⁹. Valério Máximo (II.4.2) adiciona que ficou proibida a construção de assentos para assistir os *ludi scaenici* em um perímetro de mil passos de Roma¹⁰¹⁰. A afirmativa de que as pessoas assistiam as peças de pé implica, obviamente, que não havia lugares para se sentar, o que inclui as escadarias dos templos. Outra evidência de que os membros da audiência assistiam as peças sentados em bancos construídos para a ocasião encontramos em Tácito (*Annales*, XIV.20), que afirma que antes da construção do teatro de Pompeu, ou seja, antes de 55 a.C., os assentos e o palco eram erigidos às pressas e, antes disso, o povo assistia de pé os *ludi*. Tácito não especifica as épocas que menciona, mas podemos supor, baseados no que comentamos acima, que se refere ao período após 154 a.C., quando os assentos foram proibidos, e ao posterior, no qual, provavelmente de forma paulatina, entre 154 a.C. e

¹⁰⁰⁶ Moore (1994/1995, p. 122) advoga que, afora a reserva de assentos para os senadores efetivada em 194 a.C., aparentemente não havia regras rígidas com relação a quem deveria se sentar e quem assistiria de pé as peças na época de Plauto.

¹⁰⁰⁷ O texto de Plauto (*Poen.*, 23-24) é: “*serui ne opsideant, liberis ut sit locus / uel aes pro capite dent*”. Já comentamos essa nessa tese.

¹⁰⁰⁸ Já citamos anteriormente as passagens das fontes que iremos rerepresentar, as quais são pertinentes também nesse momento.

¹⁰⁰⁹ O texto de Tito Lívio (*Periochae*, XLVIII) é: “*populusque aliquamdiu stans ludos spectavit*”.

¹⁰¹⁰ O texto de Valério Máximo (II.4.2) é: “*senatus consulto cautum est ne quis in urbe propiusve passus mille subsellia posuisse sedensve ludos spectare vellet*” – “foi garantido por *senatus consultum* que ninguém que quisesse assistir os *ludi*, próximo mil passos da cidade, construísse bancos ou assentos”.

145 a.C., o teatro voltou a ser visto de tal maneira que permitiu uma produção embelecida durante as festividades do triunfo de Lúcio Múmio Acaio.

Os locais onde eram montados os teatros temporários também são objeto de indagação, dividindo-se os autores entre as áreas do Fórum Romano, dos circos, ou ambas¹⁰¹¹. Por exemplo, pesquisas arqueológicas mostraram que existem, nas áreas do Fórum Romano e de fóruns de colônias romanas¹⁰¹², furos rasos, de formato circular, com centímetros de diâmetro, cujas datações abrangem diferentes épocas no período republicano romano. As idades indicam que cada furo foi escavado mais de uma vez, em diferentes fases (MOURITSEN, 2004, p. 44-51). Mouritsen argumenta que esses furos podem ter servido de base para as estruturas de madeira dos teatros temporários ou de lutas entre gladiadores (MOURITSEN, 2004, p. 62 e ss.)¹⁰¹³. Coarelli (2005, p. 23 e ss.) – apoiado pela falta de referências sobre os furos nas fontes – e Sewell (2010, p. 78 e ss.) rejeitam essa teoria e propõem que, dependendo de suas dimensões, os furos podem ter sido bases para postes que marcavam os limites de áreas sagradas ou onde eram atadas as cordas de *saepta* temporárias¹⁰¹⁴, embora os dados que possuímos não permitam uma interpretação mais precisa de sua função.

Pensamos que as fontes podem nos auxiliar na definição dos locais onde eram erigidos os teatros. Por exemplo, de Cícero (*De haruspicum responsis*, 24) sabemos que os *Megalesia* eram realizados e celebrados “no Palatino, diante do templo, sob as próprias vistas de *Magna Mater*”¹⁰¹⁵. Esse é um tipo de evidência rara quando se trata dos festivais romanos. Sabemos também que os *ludi scaenici* eram encenados durante

¹⁰¹¹ Marshall (2006, p. 23) usa como exemplo de encenação no Fórum uma passagem da comédia *O gorgulho*, de Plauto (*Curc.*, 462-484), escrevendo que “parece requerer atuação no *forum Romanum*”. Não concordamos com Marshall, pois nessa passagem, bastante conhecida, Plauto descreve locais no Fórum Romano onde se poderiam encontrar diferentes tipos de pessoas, o que não implica que a peça foi encenada no Fórum. Porém, Marshall (2006, p. 23) também afirma que a comédia poderia ser encenada em qualquer outro local, pois “o discurso, da forma que existe, descreve uma localização, mas isso não significa que a peça nunca foi encenada em outro lugar”. Nesse caso, concordamos com o autor. Plauto, na comédia, descreve locais no Fórum onde poderiam ser encontrados diferentes tipos de pessoas simplesmente porque o Fórum era o local público onde se faziam reuniões, assembleias, vendas, contratos, e também para onde as pessoas se dirigiam: era a praça pública. Plauto (*Curc.*, 464 e ss.) menciona mentirosos, fanfarrões, prostitutas, banqueiros e outros papéis sociais, todos frequentadores do Fórum.

¹⁰¹² As colônias são Cosa, Paesto, Fregelas e Alba Fucens (MOURITSEN, 2004, p. 44-51).

¹⁰¹³ Mouritsen (2004) conclui que, provavelmente, os furos tiveram funções diversas e seu propósito exato não pode ser reconstruído.

¹⁰¹⁴ *Saepta* significa “cercas”. No caso dos locais para as eleições, eram as cercas que dividiam os grupos de eleitores.

¹⁰¹⁵ O texto de Cícero (*Har. resp.*, 24) é: “nossos ancestrais quiseram realizar e celebrar os *Megalesia* no Palatino, diante do templo, sob as próprias vistas de *Magna Mater*?” – “*in Palatio nostri maiores ante templum in ipso matris magnae conspectu Megalesibus fieri celebrarique voluerunt*?”. Tito Lívio (XXIX.37.3; XXXVI.36.4; *Periocha*, XXXVI) e os *fasti Praenestini* (CIL I² p. 235) também posicionam o templo no Palatino.

os *Megalesia* de frente para o templo. Cícero (*Har. resp.*, 25) nos legou igualmente essa informação, quando alude a *cavea* e *scaena* nos *Megalesia* de 56 a.C.¹⁰¹⁶ Uma das comédias de Plauto, *Psêudolo*, foi realizada durante os *Megalesia*, no ano em que foi dedicado o templo de *Magna Mater*, em 191 a.C., de acordo com a didascália¹⁰¹⁷.

Uma passagem de Políbio (*Hist.* VI.53), sobre funerais de homens ilustres, é utilizada para caracterizar o Fórum Romano como o ambiente principal onde ocorriam os *ludi funebres* (JORY, 1986a, p. 143 e ss.). Na passagem referida, Políbio relata a cerimônia em que os restos mortais eram carregados até a *rostra*, a tribuna pública localizada no Fórum, de onde então um filho adulto ou outro parente proferia um discurso em honra do falecido. Contudo, Políbio não escreve, nesse caso, sobre qualquer outra cerimônia. Jory (1986a, p. 143 e ss.), baseando-se nessa passagem de Políbio, usa um trecho de Tito Lívio como exemplo de *ludi scaenici* executados no Fórum Romano, por ocasião de *ludi funebres*. No trecho em questão, Tito Lívio (XXXI.50.2-4) escreve sobre a celebração, em 200 a.C., de *ludi Romani*, *ludi plebeii* e *ludi funebres*, esses últimos por ocasião do funeral de Marco Valério Levino. Tito Lívio, nesse trecho, especifica que os *ludi funebres* foram celebrados no Fórum e que um *munus gladiatorium* foi oferecido, mas não cita *ludi scaenici*. Sabemos que nesse ano, durante a celebração dos *ludi plebeii*, ocorreram *ludi scaenici* em que a comédia *Estico*, de

¹⁰¹⁶ Goldberg (1998, p. 7-8) argumenta, baseando-se em dados arqueológicos, que as pessoas assistiam as peças durante os *Megalesia* sentados na escadaria do templo de *Magna Mater*, pois o espaço em frente ao templo era exíguo demais para a construção do palco e da estrutura para os assentos. Contudo, é preciso observar que, na passagem à qual nos referimos, Cícero (*Har. resp.*, 25) está aludindo a um tumulto ocorrido durante os *Megalesia*, e fala de duas *scaena* quando relata que muitos escravos “se lançaram em um palco e controlaram outro” – “*in alteram scaenam immissum, alteri praepositum*”. Além disso, Cícero (*Har. resp.*, 25), escrevendo sobre o mesmo tumulto, ao se referir à multidão de escravos que dele participou, faz a seguinte comparação: se um enxame de abelhas “viesse ao palco e à *cavea* durante os *ludi*” – “*ludis in scaenam caveamve venisset*” – talvez, por causa desse acontecimento, fossem até convocados arúspices da Etrúria, mas não existe comoção se uma turba de escravos se lança “sobre o povo romano cercado e confinado” – “*in populum Romanum saeptum atque inclusum*”. É lícito supor que, se as pessoas se sentassem nos degraus do templo de *Magna Mater*, Cícero não teria escrito *cavea*, mas diria que estavam na escadaria. Além disso, é difícil imaginar as pessoas cercadas e confinadas nos degraus do templo, e a própria menção a um espaço cercado e confinado sugere que o espaço era realmente exíguo, como disse Goldberg (1998, p. 7-8) em seu estudo, o que não significa que não fosse utilizado para a ereção de um teatro temporário. Quanto às duas *scaenae* às quais Cícero (*Har. resp.*, 25) alude, Wiseman (1974, p. 168) supõe que existiam dois teatros, enquanto Goldberg (1998, p. 9) interpreta que provavelmente Cícero esteja se referindo a duas apresentações, e não a dois palcos. Nesse caso, concordamos com esse último autor. Além das passagens comentadas, em outra passagem a *scaena* também é citada por Cícero (*Har. resp.*, 22). A data dos *Megalesia* referidos é conhecida porque, segundo Cícero (*Har. res.*, 24), foram encenados durante a edilidade curul de Públio Clódio Pulcro, ou seja, em 56 a.C. (BROUGHTON, 1952, p. 208).

¹⁰¹⁷ A didascália de *Psêudolo* informa que a comédia foi encenada em 191 a.C. durante os *Megalesia*, e Tito Lívio (XXXVI.36.4; *Periocha*, XXXVI) nos diz que o templo foi dedicado no mesmo ano.

Plauto, foi encenada – a didascália da comédia nos informa¹⁰¹⁸. Contudo, não existem evidências de que *ludi scaenici* foram encenados nos funerais de Marco Valério Levino. Os *ludi Romani* e os *plebeii* eram, inclusive, celebrados em épocas diferentes, os *Romani* em setembro e os *plebeii* em novembro (TAYLOR, 1937, p. 285; DUCKWORTH, 1994, p. 76). Em nossa interpretação, os *ludi funebres* não seriam celebrados juntamente com os *ludi Romani* ou *plebeii*. Outro relato sobre *ludi funebres* é o comentário de Tito Lívio (XLI.28.11) sobre o funeral de Tito Quíncio Flaminino, em 174 a.C. ou 173 a.C., durante o qual houve quatro dias de *ludi scaenici*, entre outras celebrações. Essa é a primeira e a única instância em que *ludi scaenici* são atestados em *ludi funebres* por Tito Lívio (TAYLOR, 1937, p. 299; MATTINGLY, 1969, p. 436)¹⁰¹⁹. Note-se, porém, que Tito Lívio (XLI.28.11) não especifica onde foram realizadas as apresentações teatrais:

Naquele ano foram oferecidas várias lutas de gladiadores, algumas sem importância; entre as outras, marcante foi a de Tito Flaminino¹⁰²⁰, a qual ofereceu pela morte de seu pai juntamente com distribuição de carnes, um banquete e *ludi scaenici* por quatro dias¹⁰²¹.

Esses relatos de Políbio e de Tito Lívio não indicam a realização de *ludi scaenici* na área do Fórum Romano. Políbio não menciona outro tipo de homenagem além do transporte do corpo do defunto para a *rostra*, local do discurso em seu louvor, e Tito Lívio não menciona o Fórum Romano como área onde ocorreram *ludi scaenici*.

Outros dados das fontes podem ajudar. Segundo Veleio Patérculo (I.15.3), o teatro demolido por ordem do Senado em 154 a.C., sobre o qual nos referimos anteriormente, começou a ser construído de frente para o Palatino. Por essa referência, uma das possibilidades é que essa construção demolida estava situada próxima ao Circo Máximo¹⁰²². Indício mais forte encontramos em Tito Lívio (XXXIX.7.8-9), segundo o

¹⁰¹⁸ Essa é, por sinal, segundo Taylor (1937, p. 288), a única evidência nas fontes de *ludi scaenici* encenados durante os *ludi plebeii* no período da República.

¹⁰¹⁹ Taylor (1937, p. 299) lista cinco passagens que tratam de *ludi funebres* em Tito Lívio (XXIII.30.15-16; XXVIII.12.10; XXXI.50.4; XXXIX.46.2; XLI.28.11). A única que menciona *ludi scaenici* é a que citamos.

¹⁰²⁰ O filho de Tito Quíncio Flaminino.

¹⁰²¹ O texto de Tito Lívio (XLI.28.11) é: “*Munera gladiatorum eo anno aliquot, parva alia, data; unum ante cetera insigne fuit T. Flaminini, quod mortis causa patris sui cum visceratione epuloque et ludis scaenicis quadriduum dedit*”.

¹⁰²² As outras alternativas seriam dentro do Fórum – alternativa que não julgamos provável, pois, de outra forma, Tito Lívio o teria especificado –, a norte do Palatino – o que posicionaria o teatro próximo à entrada do Fórum –, a leste do Palatino, ou seja, na área entre o Palatino e o monte Célio, ou a oeste do Palatino, ou seja, entre o rio Tibre e o Circo Máximo – o que o posicionaria próximo ao Circo Máximo.

qual durante os *ludi Romani* de 187 a.C., realizados por Públio Cornélio Cétego e Aulo Postúmio Albino¹⁰²³, um poste desestabilizado do Circo Máximo caiu sobre a estátua de Polêntia e a derrubou¹⁰²⁴. Em Políbio (XXX.22.1-2) encontramos uma evidência importante. Segundo o autor grego, em 167 a.C. Lúcio Anício Galo, que havia sido pretor na Ilíria¹⁰²⁵, celebrou *ludi* em honra de sua vitória sobre os ilírios, para os quais mandou trazer atores da Grécia e “construiu um palco enorme no circo”¹⁰²⁶.

Esses dados tornam-se mais importantes se combinados com outras informações. Primeiramente, notemos duas passagens de Plauto. A primeira encontramos em *O soldado fanfarrão* (*Miles gloriosus*, 991), em que uma personagem, Milfidipa, diz: “Já está diante da casa o circo onde os *ludi* devem ser por mim executados”¹⁰²⁷. Plauto usa aqui uma metáfora, pois quem está diante da casa é o soldado fanfarrão, Pirgopolinices, contra o qual Milfidipa está prestes a encenar sua parte em um golpe orquestrado para retirar dele a amante, entregando-a para o jovem de quem ela gosta. Mas Plauto usa a metáfora do circo para significar o local onde serão encenados os *ludi*, ou seja, a parte de Milfidipa no golpe. O circo, na metáfora de Plauto, é onde se praticam os *ludi*, e Plauto usa uma imagem no discurso para aludir a algo real¹⁰²⁸. A segunda passagem está

Goldberg (1998, p. 10-11) interpreta que esse teatro ficava em frente à área da *Lupercal*, a caverna situada no sopé do Palatino, em seu lado sul, voltada para o Circo Máximo.

¹⁰²³ Edis curuis (BROUGHTON, 1986, p. 368).

¹⁰²⁴ O texto de Tito Lívio (XXXIX.7.8-9) é: “Nos *ludi Romani* daquele ano, realizados por P. Cornélio Cétego e A. Postúmio Albino, um poste instável no Circo caiu sobre a estátua de Polêntia e a derrubou” – “*Ludis Romanis eo anno, quos P. Cornelius Cethegus A. Postumius Albinus faciebant, malus in circo instabilis in signum Pollentiae procidit atque id deiecit*”. Marshall (2006, p. 36) afirma que os *ludi Romani* eram “centrados no Fórum”, assim como os *ludi Plebeii*, como também “aparentemente eram os *ludi funebres*”. Não concordamos com essa afirmação em sua totalidade. Quanto aos *ludi funebres*, sua realização no Fórum é atestada, e citamos exemplos no texto. Mas a passagem de Tito Lívio que citamos é evidência de que os *ludi Romani* foram realizados na região do Circo Máximo em 187 a.C. Duckworth (1994, p. 78) aceita como fixas as localizações do Circo Máximo para a realização dos *ludi Romani* e do Circo Flamínio para a realização dos *ludi plebeii*, mas afirma que “isso não significa necessariamente que as atuações teatrais também aconteciam no Circo”. Os *ludi Apollinares*, conforme veremos à frente, no texto, provavelmente sempre foram realizados na região do Circo Máximo.

¹⁰²⁵ Era propretor, em 167 a.C., de acordo com Tito Lívio (XLV.16.2).

¹⁰²⁶ O texto de Políbio (XXX.22.2) é: “construiu um palco enorme no circo” – “σκηνην κατασκευάσας μεγίστην ἐν τῷ κίρκῳ” (*skēnēn kataskēúasas megístēn én tē kirkōi*). Traduzimos para o português de acordo com a tradução para o inglês feita por Paton, em sua edição para a *Loeb Classical Library*. Segundo Políbio (XXX.22.4-12), Lúcio Anício Galo ordenou aos atores que lutassem entre si, o que fizeram juntamente com os músicos. O triunfo foi celebrado durante a *Quirinalia*, segundo Tito Lívio (XLV.43,1). A *Quirinalia* era celebrada em fevereiro (SCULLARD, p. 78, 268).

¹⁰²⁷ A passagem de Plauto (*Miles gloriosus*, 991) é: “*iam est ante aedis circus ubi sunt ludi faciundi mihi*”.

¹⁰²⁸ Duckworth (1994, p. 78-79) escreve que as palavras de Milfidipa “são usualmente alegadas como evidência, mas tal proclamação não prova nada sobre o sítio do palco”. Concordamos que não é prova, mas em nossa interpretação é um forte indício, principalmente frente às evidências das outras fontes. Além disso, conforme escrevemos anteriormente, em todas as passagens em que Plauto cita o Fórum, em nenhuma delas o Fórum parece estar próximo, nem na propalada passagem em *O gorgulho*, em que Plauto (*Curc.*, 462-484) remete a audiência (e os leitores) a diferentes locais no Fórum.

em um fragmento de uma comédia denominada *Cornicula*, atribuída a Plauto por Varrão (*De lingua latina*, V.153)¹⁰²⁹: “Por que demoramos a fazer os *ludi*? Eis presente o nosso circo”¹⁰³⁰. Assim como em *O soldado fanfarrão*, o “circo” referido é um soldado, o qual permitirá que se façam nele as zombarias¹⁰³¹.

Mais evidências apontam que as áreas próximas aos circos eram as escolhidas para os teatros republicanos, tanto os temporários quanto os que seriam construídos de forma permanente. Segundo Tito Lívio (VII.3.1-2), os primeiros *ludi scaenici*, introduzidos em 363 a.C. para expiar pestilências, “não aliviaram nem os temores religiosos, nem os corpos doentes”¹⁰³², pois, bem em meio aos *ludi*, o *circus* foi tomado por uma inundação do Tibre, o que impediu sua continuação¹⁰³³. Esse testemunho é uma evidência de que os *ludi scaenici* estavam ocorrendo na região do Circo Máximo. Cerca de cento e cinquenta anos depois, em 212 a.C., de acordo com Tito Lívio (XXV.12.9; XXVII.23.5), celebraram-se pela primeira vez os *ludi Apollinares* – dos quais os *ludi scaenici* parecem ter feito parte desde o início (TAYLOR, 1937, p. 289). Tito Lívio (XXV.12.14) afirma que esses primeiros *ludi Apollinares* foram realizados no Circo Máximo¹⁰³⁴, informação corroborada por Macróbio (*Saturnalia*, I.17.28-29)¹⁰³⁵. Os *ludi Apollinares*, também de acordo com Tito Lívio (XXVII.23.6-7), foram estabelecidos como anuais – porém em diferentes épocas do ano – e com data fixa apenas em 208 a.C., como auxílio para aplacar outra epidemia. Uma das evidências mais importantes, fornecida ainda por Tito Lívio (XXX.38.10-12), relaciona os *ludi Apollinares* a outra inundação da área do Circo Máximo. Tito Lívio (XXX.38.10-11) relata que em 202

¹⁰²⁹ Comédia que, apesar de atribuída a Plauto por Varrão, não faz parte das denominadas Varronianas.

¹⁰³⁰ A passagem de Varrão (*De lingua Latina*, V.153) é: “*quid cessamos ludos facere? circus noster ecce adest*”.

¹⁰³¹ Segundo Varrão (*De lingua Latina*, V.153), existe na passagem um trocadilho com a palavra “*circum*”, que pode significar “em torno” e “circo” – o soldado será cercado e irão fazer troça dele.

¹⁰³² O texto de Tito Lívio (VII.3.2) é: “*Nec [...] aut religione animos aut corpora morbis levavit*”.

¹⁰³³ O texto de Tito Lívio (VII.3.1-2) é: “*quín etiam, cum medios forte ludos circus Tiberi superfuso inrigatus impedisset*”.

¹⁰³⁴ O texto de Tito Lívio (XXV.12.14) é: “O pretor, quando os *ludi* estavam começando no Circo Máximo, decretou que o povo coletasse, para aqueles jogos, o quanto fosse conveniente de doação para Apolo” – “*Ludos praetor in circo maximo cum factururus esset, edixit ut populus per eos ludos stipem Apollini quantam commodum esset conferret*”.

¹⁰³⁵ A passagem em que Macróbio (*Sat.*, I.17.29) fala do Circo Máximo é: “O povo foi ordenado a assistir os jogos no Circo Máximo usando coroas” – “*ludos in circo populus coronatus spectare iussus*”. Marshall (2006, p. 38, nota 96), mesmo diante das evidências, questiona se o Circo Máximo alguma vez foi utilizado para os *ludi Apollinares*, argumentando que, como no texto de Macróbio (*Sat.*, I.17.29) está escrito apenas “*in circo*”, “permanece possível” que no texto de Tito Lívio (XXV.12.14), onde está escrito “*in circo maximo*”, “o adjetivo *maximo* represente uma falsa inferência feita por Lívio ou um por interpolador”. Pensamos que essa é uma tese tendenciosa, procurando adaptar as evidências aos argumentos, quando deveria ser feito exatamente o contrário. O termo latino “*circus*” significa o Circo Máximo, por metonímia. Até mesmo Políbio (XXX.22.1-2), conforme vimos, o utiliza em sua tradução grega com o mesmo significado, ou seja, o significado romano.

a.C., na iminência do início dos *ludi Apollinares*, sobreveio uma “inundação de magnitude incomum, interpretada como sobrenatural”¹⁰³⁶, pois o nível do rio Tibre subira de tal forma que inundara o Circo Máximo, de maneira que, com a inundação, os *ludi Apollinares* foram transferidos para a área externa à Porta Colina¹⁰³⁷. Porém, continua Tito Lívio (XXX.38.11-12), no dia de início dos *ludi*, devido à súbita melhoria das condições do tempo e à retrocessão das águas, a procissão, iniciada em direção à Porta Colina, foi redirecionada para o Circo Máximo. Assim, de acordo com Tito Lívio (XXX.38.12), “acrescentou alegria ao povo e celebridade aos *ludi*, retornada a sua sede para o consagrado lugar de espetáculo”¹⁰³⁸. As passagens citadas permitem interpretar que os *ludi Apollinares* provavelmente sempre aconteceram no Circo Máximo, “seu consagrado lugar de espetáculo”. Ainda outra evidência sobre a escolha das áreas dos circos: a primeira contratação de um teatro permanente, em 179 a.C., conforme comentamos acima, baseados em Tito Lívio (XL.51.3), objetivava a área do templo de Apolo¹⁰³⁹, que se localizava próximo ao Circo Flamínio, circo construído por Caio Flamínio provavelmente em 220 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 235-236)¹⁰⁴⁰. Finalmente, o teatro de Pompeu, o primeiro teatro permanente em Roma, foi construído

¹⁰³⁶ O texto de Tito Lívio (XXX.38.10) é: “*aquarum insolita magnitudo in religionem versa*”.

¹⁰³⁷ Tito Lívio (XXX.38.11) escreve que os *ludi* “foram preparados para o templo de Vênus Ericina, fora da porta Colina” – “*extra portam Collinam ad aedem Erycinae Veneris parati sint*”. Existe um anacronismo nessa passagem. Os acontecimentos descritos ocorreram em 202 a.C., e o único templo para Vênus Ericina que existia em Roma na época era o templo erigido na colina do Capitólio, segundo o próprio Tito Lívio (XXII.9.9-10, XXIII.30.13-15; XXIII.31.9), dedicado em 215 a.C. Um segundo templo para Vênus Ericina foi votado em 184 a.C. ou 183 a.C., segundo Tito Lívio (XL.34.4), e dedicado em 181 a.C. *ad portam Collinam*. Tito Lívio, provavelmente seguindo sua fonte, escreve que os *ludi* foram transferidos para a área externa à porta Colina, mas inclui nessa área um templo que só viria a ser construído vinte e um anos depois.

¹⁰³⁸ O texto de Tito Lívio (XXX.38.12) é: “*laetitiamque populo et ludis celebritatem addidit sedes sua sollemni spectaculo reddita*”.

¹⁰³⁹ Conforme comentamos na nota 974, esse era o único templo de Apolo existente em Roma antes da época de Augusto, segundo Ascônio (*in Toga candida*, 90C.6-14). Duckworth (1994, p. 79) e Goldberg (1998, p. 10) associam a tentativa de construção do teatro próximo ao templo de Apolo às apresentações teatrais dos *ludi Apollinares*, que podem ter sido realizadas naquela área por um período, ao menos. Marshall (2006, p. 38), de forma semelhante, relaciona a tentativa de construção desse teatro com a mudança, em alguma época posterior a 202 a.C. – data em que é atestada a inundação do Circo Máximo à qual nos referimos anteriormente –, de local da realização dos *ludi Apollinares*, e alude às construções posteriores dos teatros de Pompeu e de Marcelo na região. Pensamos que é possível que essa mudança do espaço para os *ludi Apollinares* tenha ocorrido, mas não existem evidências e nem indícios dessa transposição no período estudado. Pelo contrário, a única evidência que existe de mudança de local de realização dos *ludi Apollinares* – mudança apenas temporária, devida à inundação do Circo Máximo, em 202 a.C. – é a registrada por Tito Lívio (XXX.38.10-12), mas o local escolhido não foi a região *ad Apollinis*, mas *ad portam Collinam*, bem mais ao norte.

¹⁰⁴⁰ Caio Flamínio foi cônsul em 223 e 217 a.C., e censor em 220 a.C. (BROUGHTON, 1986, p. 235). Sabemos, pelo sumário de Tito Lívio (*Periocha*, XX), por Cassiodoro (337) e por Festo (79.16-17), que o circo foi construído por Caio Flamínio. O único que posiciona a data de sua construção em 220 a.C. é Cassiodoro. Como 220 a.C. é o ano da censura de Caio Flamínio, provavelmente a data está correta.

em área próxima ao Circo Flamínio (DUCKWORTH, 1994, p. 80; MANUWALD, 2011, p. 62).

Tito Lívio escreveu sobre a história política romana, e não sobre teatro¹⁰⁴¹. Nas passagens em que menciona o teatro romano, ele relata os eventos que provavelmente pensou mais merecedores de registro. Dessa forma, sem os fenômenos da praga a ser combatida, da inundação do Circo Máximo¹⁰⁴², do templo demolido, da estátua atingida por um poste, os teatros saem do âmbito da história. O Circo Máximo não é muito citado como local de realização dos *ludi* provavelmente porque Tito Lívio não encontrou outros eventos dignos de registro que incluíssem o Circo Máximo em épocas de *ludi*.

Portanto, as evidências apontam que até meados do século II a.C. os teatros temporários republicanos eram erguidos – e, portanto, os *ludi scaenici* eram apresentados – em áreas próximas ao Circo Máximo, e que os contratos para a construção de teatros permanentes objetivaram as mesmas áreas¹⁰⁴³ – com exceção do teatro contratado em 179 a.C., que seria construído próximo ao templo de Apolo, portanto, próximo ao Circo Flamínio. Os *ludi scaenici*, assim tudo indica, ao menos até a metade do século II a.C., eram encenados próximo aos circos de Roma¹⁰⁴⁴.

¹⁰⁴¹ Tito Lívio utiliza *exempla* de assuntos práticos e conceitos morais, que incluem os homens famosos de Roma, suas estratégias militares, atitudes políticas. Personagens são apresentados e eventos narrados para representar a História como um ajuntamento de lições benéficas, úteis e fecundas, de parábolas morais, que mostram que as pessoas podem direcionar suas ações de acordo com o que aprenderam com o passado (CHAPLIN, 2000, p. 1 e ss.; OGILVIE, 1965, p. 17-19). Existem outras características no discurso de Tito Lívio que não nos concernem nesse momento, como a escrita da história antiga em uma linguagem sua contemporânea (OGILVIE, 1965, p. 19 e ss.).

¹⁰⁴² Inundações nas áreas de baixa topografia e próximas ao Tibre deveriam ter certa periodicidade. Por exemplo, Tito Lívio (XXXV.9.2) documenta que em 193 a.C. “as águas foram enormes nesse ano e o Tibre inundou as regiões planas da cidade” – “*aquae ingentes eo anno fuerunt et Tiberis loca plana urbis inundavit*”. Tito Lívio (XXXVIII.28.4) também relata que em 189 a.C. “as águas foram enormes nesse ano; o Tibre doze vezes inundou o Campo de Marte e as planuras da cidade” – “*aquae ingentes eo anno fuerunt; Tiberis duodeciens campum Martium planaque urbis inundavit*”. Tito Lívio (XXX.26.5) relata, igualmente, uma inundação no ano de 203 a.C.

¹⁰⁴³ Eliminando, nesse caso, a possibilidade de que os furos encontrados pela arqueologia no Fórum Romano, os quais comentamos acima, serviram de base para estruturas de madeira dos teatros temporários.

¹⁰⁴⁴ Taylor (1937, p. 288) não escreve sobre os locais onde provavelmente se realizavam os *ludi*, mas comenta que existe a ideia de que os *ludi plebeii* foram instituídos quando o Circo Flamínio foi construído (220 a.C.). Gilula (1978, p. 47 e ss.), em análise das preferências da audiência no século II a.C. – entre o teatro e outras atrações, como as lutas de gladiadores, utilizando dados principalmente de Terêncio –, comenta em suas notas, baseado em conclusões de outros autores, que as apresentações eram realizadas no Circo Máximo, mas cita também o Fórum, relacionando-o a *ludi funebres*. Jory (1986b, p. 537-539) apresenta evidências da realização de *ludi* no Fórum Romano, mas todas posteriores à época de Plauto. Porém, a maioria das evidências de Jory (1986b) são relativas às lutas de gladiadores.